



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1941

Sexta-feira - 26 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Garopaba.....	155	Papanduva.....	291
Água Doce.....	4	Garuva	157	Passo de Torres.....	293
Anchieta	12	Gaspar	158	Passos Maia	294
Antônio Carlos	13	Governador Celso Ramos	161	Paulo Lopes	299
Arabutã	16	Grão Pará	162	Penha.....	300
Ascurra.....	21	Guaraciaba.....	163	Petrolândia	307
Atalanta.....	25	Guaramirim.....	164	Pinheiro Preto	309
Balneário Piçarras.....	27	Guarujá do Sul	166	Planalto Alegre.....	324
Balneário Rincão	28	Herval d'Oeste	167	Ponte Serrada	325
Barra Velha.....	29	Ilhota	173	Porto Belo.....	328
Bela Vista do Toldo.....	34	Imarui	174	Porto União.....	342
Benedito Novo	35	Imbituba	175	Rio dos Cedros.....	356
Biguaçu	37	Indaial.....	177	Rio do Sul.....	348
Blumenau	41	Ipumirim	179	Romelândia.....	357
Bom Jesus do Oeste	47	Irineópolis	185	Salto Veloso.....	359
Bom Retiro	60	Itá	194	Santa Terezinha do Progresso	364
Botuvera.....	62	Itapema	197	São Bento do Sul.....	365
Braço do Trombudo	63	Itapiranga.....	198	São Carlos	371
Brunópolis	67	Itapoá	199	São Domingos.....	372
Brusque.....	68	Ituporanga	204	São João do Oeste	375
Caçador.....	70	Jaraguá do Sul	206	São João do Sul	376
Camboriú.....	74	Joaçaba	216	São Joaquim	377
Campo Alegre	75	Lacerdópolis.....	220	São José.....	378
Campos Novos.....	97	Lages	221	São José do Cedro.....	395
Canelinha	98	Laguna	224	São Lourenço do Oeste.....	396
Canoinhas.....	99	Lauro Muller	238	São Miguel do Oeste.....	412
Capinzal	117	Lebon Regis	241	São Pedro de Alcântara.....	413
Caxambu do Sul.....	121	Leoberto Leal.....	244	Schroeder.....	414
Chapadão do Lageado	122	Lindóia do Sul	248	Seara	418
Chapecó	123	Luzerna	253	Serra Alta	419
Cocal do Sul.....	125	Mafra	254	Timbó	434
Concórdia	126	Massaranduba.....	256	Três Barras	456
Cordilheira Alta	130	Meleiro.....	257	Treze Tílias	457
Coronel Freitas.....	133	Mondaí.....	258	Trombudo Central.....	462
Corupá	134	Monte Carlo	259	Tunápolis.....	465
Curitibanos	136	Navegantes.....	260	Urussanga	472
Dionísio Cerqueira	138	Nova Trento	264	Vargeão.....	473
Ermo	139	Novo Horizonte	266	Vargem Bonita	474
Faxinal dos Guedes.....	140	Orleans	267	Vidal Ramos.....	477
Flor do Sertão	141	Otacílio Costa.....	268	Videira.....	478
Forquilha	142	Ouro	269	Vitor Meireles.....	506
Fraiburgo.....	143	Ouro Verde	271	Xanxerê.....	507
Frei Rogério	153	Palhoça	273	Xavantina	509
Galvão.....	154	Palmitos	290	Xaxim.....	510

Associações

AMAUC.....	512
------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1941

Sexta-feira - 26 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

CIGA	513
CIMVI	514
CIS/AMUREL	514
CIS/AMURES	515
CIGAMERIOS	516

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 33/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 42/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 33/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PALANQUES E TRAVAS PARA MANUTENÇÃO DAS MANGUEIRAS DAS COMUNIDADES.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 10 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 22 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 35/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 35/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 11 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 22 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 34/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 34/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 10 de março de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 22 de fevereiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 32/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 32/2016 DE 23/02/2016

Contrato de locação de imóvel, que entre si fazem de um lado o Município de Água Doce – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato pelo seu Prefeito Municipal Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado Contratante, e de outro lado a Sociedade Sertanejo Esporte Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 82.776.568/0001-63, com endereço na Rua Anita Garibaldi nº 25 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu representante o senhor James Francisco Beal, CPF 560.163.959-00, de agora em diante denominado Contratado, que na melhor forma de Direito e pelas cláusulas abaixo celebram o presente contrato da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a locação pela contratante de sala de 12 x 12 m para aulas de judô.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pelo uso da sala, o Contratante pagará para o Contratado o valor de R\$ 7.920,00 (Sete mil novecentos e vinte reais) sendo dez parcelas no valor de R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais) cada, a contar da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor acima descrito será pago sempre até o dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta das seguintes dotações do orçamento de 2016:

05 – SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
2.036 – Manutenção do Departamento de Esportes
3.3.90.00.00.00.00.00 0679/93 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

As despesas de manutenção e conservação da referida sala são de responsabilidades da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo de duração do presente é da data da assinatura até 31/12/2016, não podendo ser renovado, e sim reeditado na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e demais normas legais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, no interesse público, na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei nº 8.666/93 de

21.06.1993 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O descumprimento de cláusula(s) deste contrato de parte da Contratada aplicar-se-ão isoladas ou conjuntamente, as seguintes penas:

- advertência;
- multa de 10% sobre o valor do contrato;
- suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, sua diretoria e responsável técnico;
- rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Água Doce (SC), 23 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

JAMES FRANCISCO BEAL
Sociedade Sertanejo Esporte Clube
Contratada

TESTEMUNHAS :

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 33/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CANCHA DE BOLÃO Nº 33/2016 DE 23/02/2016

Contrato de locação de imóvel, que entre si fazem de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI

SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Sociedade Sertanejo Esporte Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 82.776.568/0001-63, com endereço na Rua Anita Garibaldi nº 25 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu representante o senhor James Francisco Beal, CPF 560.163.959-00, de agora em diante denominado Contratado, que na melhor forma de Direito e pelas cláusulas abaixo celebram o presente contrato da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a locação pela contratante de uma cancha de bolão, localizada na sede social do Sertanejo Esporte Clube, para uso do Grupo da Terceira Idade do município de Água Doce, da seguinte forma:

Todas as Terças-Feiras = horário das 14:00 às 17:00 horas.
Todas as Sextas-Feiras = horário das 14:00 às 17:00 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pelo uso das canchas, o Contratante pagará para o Contratado o valor de R\$ 6.156,00 (seis mil cento e cinquenta e seis reais) sendo dez parcelas no valor de R\$ 615,60 (seiscentos e quinze reais e sessenta centavos) cada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor acima descrito será pago sempre até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta das seguintes dotações do orçamento do Fundo municipal de Assistência Social:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
2.006 – Manutenção Administração Fazenda e Deptos
3.3.90.00.00.00.00.00 0679/12 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

A Cancha de bolão do Sertanejo Esporte Clube serão usadas para as atividades de lazer do Grupo da Terceira Idade do Município, conforme descrito na cláusula primeira.

As despesas de manutenção e conservação da referida cancha são de responsabilidades da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo de duração do presente é da data da assinatura até 31/12/2016, não podendo ser renovado, e sim reeditado na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e demais normas legais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, no interesse público, na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O descumprimento de cláusula(s) deste contrato de parte da Contratada aplicar-se-ão isoladas ou conjuntamente, as seguintes

penas:

- advertência;
- multa de 10% sobre o valor do contrato;
- suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, sua diretora e responsável técnico;
- rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Água Doce (SC), 23 de fevereiro de 2016
NOVELLI SGANZERLA JAMES FRANCISCO BEAL
Prefeito Municipal Sociedade Sertanejo Esporte Clube
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS :

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

CONTRATO Nº 34/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 34/2016 DE 24/02/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, ROMFELD GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 19.517.313/0001-40 estabelecida na Rua Fernando de Noronha, 3100 , Bairro Santa Candida, na cidade de Curitiba – PR, neste ato representada pelo senhor PIERO ROMFELD DUTRA portador do CPF: 033.428.769-30, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de serviços técnicos, conforme abaixo descrito:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE GEOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS DE CASCALHEIRA LOCALIZADA NA SC 452 KM 37, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, em atendimento a

Instrução Normativa IN 07 da FATMA e exigência do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Das condições de entrega – os serviços deverão ser realizados constantemente, durante o ano de 2016 com visitas ao município, contato via telefone, e-mail entre outros.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade:

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA ESTRUTURA RURAL
01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
2.050 – Manut. Da Sec. De Transporte e Infra Estrutura Rural
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 7.964,00 (sete mil novecentos e sessenta e quatro reais) dividido em 11 parcelas mensais de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão mensais até o dia 10 do mês subsequente aos serviços prestados. e emissão da nota fiscal

5.2 – Na hora do pagamento a empresa deverá apresentar os seguintes documentos juntamente com a nota fiscal:

- cópias autenticadas das folhas de pagamento do último mês, dos empregados do prestador dos serviços, cuja data limite tenha ocorrido na data do pagamento;

- se não tiver empregados, declaração sob as penas da Lei, de que não possui;

- cópia autenticada da GFIP e GPS do mês anterior, cuja data limite de pagamento tenha ocorrido.

- no caso da GFIP, senão tiver empregados, é substituída pela declaração;

- no caso da GPS, mesmo não tendo empregado, a pessoa jurídica é obrigada a recolher INSS sobre o pró-labore dos sócios e a pessoa física recolher a sua contribuição na condição de contribuinte individual, o que a torna obrigatória sempre.

- guia da GPS preenchida referente ao serviço prestado no mês para que a tesouraria desta municipalidade efetue o recolhimento.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou

previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – a contagem do prazo para execução dos serviços terá início no ato da assinatura do respectivo contrato e término em 31/12/2016, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE através de Termo de Aditamento, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

VI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II - Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência até 31/12/2016 podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, SC, 24 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA	PIERO ROMFELD DUTRA
Prefeito Municipal	Rmfeld Geologia e Meio Ambiente Ltda
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 35/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 35/2016 DE 24/02/2016

Que entre si fazem o o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322, CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, OSCAR DE OLIVEIRA TRANSPORTES LTDA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 21.300.326/0001-04 com sede no Assentamento Olaria, interior do município de Água Doce, neste ato representado pelo Sr. OSCAR DE OLIVEIRA, residente e domiciliado no Assentamento Olaria, inscrito no CPF sob N.º 019.847.229-30 e portador da Carteira de Identidade N.º 2.427.357 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este contrato tem origem no Edital de Pregão Presencial nº 11/2016, no qual o contratado como vencedor se compromete a fazer, o transporte de alunos do interior do Município de Água Doce - SC, nos trajetos conforme segue abaixo:

TRAJETO	KM	Preço Unitário	Preço Total
TRAJETO 13 - Transporte de aproximadamente 35 alunos, com veículo com capacidade de no mínimo 19 passageiros, com o seguinte itinerário: - Saída 6h20min de Água Doce vai até Linha Serra do Facão, Pontel, clube, volta vai Daniel de Oliveira, volta Adenilson Zanatta, encruzilhada da Comunidade de Santa Catarina, Santo Antonio, Vila Popi e vem trazendo alunos para CEM Frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon e CEI Estrelinha Azul. - 11h30min saída do CEI Estrelinha Azul, EEB Ruth Lebarbechon, CEM Frei Silvano fazendo o itinerário inverso, Serra do Facão, Pontel, Clube, vai para Paiol Frio, João Maria França, vem em direção a Comunidade de Santa Catarina, Santo Antonio, Vila Popi e vem para CEM Frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon e CEI Estrelinha Azul. - 17h10min Faz roteiro inverso. Percorre aproximadamente 120 km	30.000	2,60	78.000,00
TRAJETO 15 – Transporte de aproximadamente 30 crianças com saída 12h15min do Assentamento Olaria leva aluno da EEB Ruth até Fazenda Zamboni, segue até Assentamento Oziel (Dalcíria), encruzilhada Gaspar e vai sentido Assentamento 9 de Novembro pegando alunos e leva para Escola Lageado Bonito I no Assentamento 9 de Novembro.- 17h – Faz itinerário contrário. Percorrendo aproximadamente 70 quilômetros diários	17.500	3,90	68.250,00
TOTAL			146.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

O transporte deverá ser executado a partir da data de assinatura do contrato até o dia 31/12/2016, sendo o fim do ano letivo no Município e Estado, devendo ser observado as férias regulamentares. Os trajetos deverão ser efetuados de Segunda à Sexta-feira durante o ano letivo de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/64 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/65 – Aplicações Diretas

2.023 – Transporte Escolar Convênio – Estado – S.E.E.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0062/66 – Aplicações Diretas

2.024 – Aplicação do Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0036/67 – Aplicações Diretas

2.025 – Atendimento a Projeto do FNDE – PNATE e outros

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/68 – Aplicações Diretas

2.027 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/71 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/72 – Aplicações Diretas

2.030 – Manutenção do Transporte Escolar – Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/81 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/82 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço será por trajeto conforme descrito na cláusula primeira, totalizando R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional através de crédito em conta, mensalmente até o (5) quinto dia útil do mês subsequente ao do transporte realizado, mediante a apresentação por parte da contratada de relatório circunstanciado e emissão de nota fiscal no último dia do mês em que o transporte foi efetuado. Também deverá acompanhar a nota fiscal os documentos a seguir:

- cópias autenticadas das folhas de pagamento do último mês, dos empregados do prestador dos serviços, cuja data limite tenha ocorrido na data do pagamento;
- se não tiver empregados, declaração sob as penas da Lei, de que não possui;
- cópia autenticada da GFIP e GPS do mês anterior, cuja data limite de pagamento tenha ocorrido.
- no caso da GFIP, senão tiver empregados, é substituída pela declaração;
- no caso da GPS, mesmo não tendo empregado, a pessoa jurídica é obrigada a recolher INSS sobre o pró-labore dos sócios e a pessoa física recolher a sua contribuição na condição de contribuinte individual, o que a torna obrigatória sempre.
- guia da GPS preenchida referente ao serviço prestado no mês para que a tesouraria desta municipalidade efetue o recolhimento.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

III - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM-FGV ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2016, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de até 12 meses, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula primeira e adendos, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto e horário quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.
2. Serão descontados os trajetos não percorridos.
3. Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
4. Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.
5. Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
6. O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
7. Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.
8. A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.
2. Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

3. Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

4. Dar condições de trafegabilidade nos trajetos onde deverá ser feito o Transporte Escolar.

5. Verificar constantemente o estado dos veículos usados no Transporte Escolar podendo exigir vistoria na Delegacia de Polícia ou em mecânica indicada pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades:

- Advertência
- Rescisão Contratual
- Multa de 10%(dez por cento), sobre o valor contratual total.
- Atestado de inidoneidade.
- Proibição de Licitar com o Município de Água Doce - SC pelo prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência até 31/12/2016, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 7/2016 sendo que os trajetos deverão ser efetuados de Segunda à Sexta-feira durante o ano letivo de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

II - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

I - Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II - E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, SC, 24 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA	OSCAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Oscar de Oliveira Transportes Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2016 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. O Anexo I da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009 passa a vigorar a seguinte alteração, mantendo-se os demais dispositivos já em vigor não modificados por esta lei:

ANEXO I**QUADRO DE PESSOAL EFETIVO****GRUPO II – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

CARGO / CE	CODIGO NIVEL	VAGAS EM ABERTO	VAGAS PROVIDAS	TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Auxiliar Administrativo	CE - 07	00	11	11	40 horas

GRUPO III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CARGO / CE	CODIGO NIVEL	VAGAS EM ABERTO	VAGAS PROVIDAS	TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Assistente Administrativo	CE - 16	05	20	25	40 horas

Artigo 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 23 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 23/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 23/2016, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2016”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, destinado a contratação de serviços radiofônicos para divulgação de atos administrativos e aviso de interesse público, o qual será processado e julgado no dia 10 de março de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 25 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 24/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 5/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 24/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 5/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 24/2016, “DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 5/2016”, destinado a contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas. Processo julgado em consonância com art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 25 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 009_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 009/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando à aquisição de material de construção e prestação de serviços de mão-de-obra de pedreiro, para manutenção e conservação na Unidade do Corpo de Bombeiros Militar, pelo período de 12 meses após a Homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 11/03/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 26 de fevereiro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

79º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

79º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 26/02/2016 a 26/03/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 25 de fevereiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
26º	LURDETE BACK SCHMITT	0460

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2016

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2016

Contratação Temporária de Médico Clínico Geral

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Médico Clínico Geral – 20H, tudo conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretária de Saúde e Assistência Social, desta municipalidade, sito a Rua 6 de Novembro, 186, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 03/03/2016 (quinta-feira), das 07:30h às 17:00h, aos cuidados da Secretária Municipal Margarida Luzia Schmitz Kretzer, munidos dos seguintes documentos: carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vagas	Formação/Exigência	Período de Trabalho	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Médico Clínico Geral	01	Conclusão de curso de graduação em Medicina, com diploma registrado no MEC ou Instituição autorizada por Lei e registro no Órgão Fiscalizador da Classe.	Noturno	20h	Posto de Saúde do Município	R\$ 6.428,09 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	01 mês	Contrato temporário

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função: Médico Clínico Geral:

- 1) Títulos; Critério para apuração dos pontos:
 - a) Doutorado – 4 Pontos
 - b) Mestrado – 3 Pontos
 - c) Pós-Graduação – 2 Pontos
 - d) Conclusão Curso Superior – 1 Ponto
- 2) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;
- 3) Idade;

· 4) Sorteio.

· Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 25 de fevereiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Prefeitura de Antônio Carlos, pretende deflagrar Concurso Público para preenchimento de vagas e cargos de seu quadro de funcionários municipais efetivos;

CONSIDERANDO que, diante de tal necessidade, a contratação de instituição idônea que possa executar o concurso público nos moldes necessitados pela administração, uma atividade de desenvolvimento institucional, como é o caso do presente concurso, a legislação pátria (lei 8.666/93) admitiu que a contratação seja executada por intermédio de dispensa do processo licitatório, estabelecendo em seu artigo 24 inciso XII, que:

“XII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.”

CONSIDERANDO que a fundação INSTITUTO BARRIGA VERDE - IOBV atende os requisitos necessários e legais para a justificada contratação por Dispensa de Licitação, pois atende ao que determina o inciso XIII do Art. 24 da Lei de Licitações, a saber:

I – Instituição Brasileira:

Conforme depreende-se do estatuto de fundação do IOBV, o mesmo constitui-se de entidade brasileira;

II – incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional:

Compulsando o estatuto do IOBV, constata-se que aludida instituição é incumbida estatutariamente, pelo desenvolvimento institucional, público e privado, por meio de: I– Promoção e incentivo de ações que visem o desenvolvimento em geral, direcionado à promoção e integração de pessoas, organizações sociais e comunidades através de realização direta e indireta de ações administrativas, gerenciais, institucionais, técnicas e operacionais em atividades, programas, projetos e semelhantes de interesse social realizados por Universidades, Instituições de Ensino Públicas e Particulares, e outras, relacionadas com Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Social, Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Institucional Científico e Tecnológico. II – Apoio a Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, de apoio social, intercâmbio nacional e internacional em todos os níveis científicos, tecnológicos e campos de conhecimento e difusão;

Ainda por determinação estatutária compete ao IOBV:

a) Identificar demandas e soluções para sociedade civil, administração pública e iniciativa privada;

b) Formar rede articulada de agentes voltados para a promoção social de pessoas e comunidades, com prioridade às que atuem na melhoria das condições devida de crianças, adolescentes,

mulheres, portadores de necessidades especiais e idosos de baixa renda.

c) Atuar na defesa e garantia de acesso aos direitos sociais, justiça, trabalho e emprego às populações carentes;

d) Estabelecer ligações entre pessoas e/ou instituições dispostas a contribuir com recursos humanos, tecnológicos, materiais ou financeiros, voltados para seus objetivos;

e) Estimular a iniciativa privada e valorizar a participação voluntária de pessoas e instituições para a realização de investimentos sociais que possibilitem o pleno acesso aos direitos sociais, com destaque à saúde, educação, justiça e integração ao mercado de trabalho;

f) Promover o intercâmbio de informações, experiências e colaboração entre ONGs e setores governamentais, empresariais e à mídia.

g) Incentivar, criar e manter unidades de ensino, pesquisa e serviço, cooperativa, empresas e outras entidades, principalmente no terceiro setor;

h) Encorajar o desenvolvimento sustentável de organizações sociais através de iniciativas de geração de recursos e de investimentos estratégicos;

i) Promover atividades culturais e pedagógicas em intercâmbio com outras associações, institutos, fundações, ou organizações congêneres, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, podendo, ainda, firmar contratos de serviços, convênios, parcerias e acordos de cooperação técnica com essas entidades, sempre com vistas à promoção humana e difusão universitária;

j) Realizar e organizar, cursos, concursos públicos e culturais, pesquisas, seminários, simpósios, congressos, exposições, palestras, treinamentos, capacitação, avaliação, atualização, especialização e eventos semelhantes;

k) Realizar outras atividades e programas altruísticos, beneficentes, científicos, culturais e educacionais e tecnológicos que visem o bem-estar comunitário, a preservação do meio-ambiente e o fortalecimento do Terceiro-Setor.

l) Captação, gerenciamento, fornecimento, operacionalização, repasse e reembolso de recursos a atividades, entidades, programas, projetos e semelhantes;

m) Acompanhamento, avaliação, condução, concessão, divulgação, edição, execução, gerenciamento, incentivo, integração, organização, participação, patrocínio, planejamento e promoção de bolsas, programas de voluntariado, concursos, consultorias, cursos, estágios, eventos, pareceres, relatórios, prêmios e semelhantes;

III – Inquestionável reputação ético-profissional:

A inquestionável reputação ético-profissional foi demonstrada através da prestação de serviços já realizados a esta municipalidade em tempo pretérito recente, bem como pela juntada pela empresa de diversas declarações de contratos celebrados pelo órgão com inúmeras outras prefeituras, como no caso da Prefeitura e Câmara Municipais como São Joaquim, Pouso Redondo, Cerro Negro, Paulo Frontin - PR, Contenda - PR, Herval d'Oeste, Ibirama - Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, Braço do Trombudo, Capão Alto, Fundação Cultural e Prefeitura de Timbó, Guaratuba, Fundação Hospitalar São José - Cambará do Sul - RS, Anita Garibaldi, Guaporé/RS, Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina (Polícia Militar, Bombeiro Militar) e a Prefeitura de Antônio Carlos entre outras.

IV – Finalidade não lucrativa:

Por fim, constitui o IOBV, instituição sem fins lucrativos conforme dispõe o seu estatuto Art.1º – O INSTITUTO O BARRIGA VERDE também designado pela sigla IoBV, fundado em 12 de fevereiro de 2005 é uma Associação sem fins econômicos, destinada atuar na prestação de assessoria técnica as entidades do terceiro setor, órgãos públicos e empresas privadas, contribuindo para o fortalecimento das mesmas de forma ética, eficaz e integrada, terá duração por tempo indeterminado, sede e foro no Município de Taió, Estado de Santa Catarina, na rua Tiradentes, número 555, primeiro andar, bairro centro.

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso XIII.

OBJETO: Contratação da prestação de serviços técnicos especializados para o planejamento, a organização, a execução e a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro de pessoal do Município de Antônio Carlos, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações.

CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV, inscrito no CNPJ sob nº. 08.072.361/0001-55, estabelecida à Rua Tiradentes, nº. 555, bairro centro, cidade de Taió, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela senhora Elizene Cassia Capistrano Salvador, brasileira, casada, pedagoga, inscrita no CPF sob nº. 593.703.869-04 e da CI nº 2.123.844

VALOR: O valor contratado será igual ao equivalente a 90% (noventa por cento) do total arrecadado com as inscrições.

PRAZO: O contrato assinado entre as partes terá vigência de 1 (um) ano.

FUNDAMENTO DA DESPESA: Dotação (9) 03.01.2.003.3.3.90.

Antônio Carlos, 24 de fevereiro de 2016.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES

Presidente da Comissão de Licitações

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 006/2016 SEQUÊNCIA 003

ATA 003

Processo Licitatório nº. 006/2016 – Tomada de Preços nº 002/2016
Objeto: Contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de sistema de abastecimento de água com rede de distribuição e ligações até os hidrômetros para a comunidade de Linha Guaraipo, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital.

A Comissão Permanente de Licitações se reuniu para analisar o recurso impetrado pela empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, sendo que, em síntese alega que a empresa apresentou Balanço Patrimonial juntamente com o envelope de habilitação e que está com a escrituração contábil digital está devidamente registrada, sendo que encaminhou, anexo ao recurso, cópia do recibo de envio do Balanço Patrimonial, nos termos da Instrução Normativa nº. 1420, de 19 de dezembro de 2013.

Essa Comissão, já opinou, em situação idêntica, ocorrida no Processo de Licitação nº. 72/2015, Tomada de Preços nº. 006/2015, partes a seguir transcritas:

A questão envolve a não apresentação, por parte da recorrente do registro do balanço patrimonial na Junta Comercial, exigido de forma clara no item 8.3, inciso II do Edital.

(...)

No entanto, o cerne da questão, não reside na forma da escrituração do Balanço Patrimonial, se as informações são arquivadas na Junta Comercial ou encaminhadas via ECD, mas sim, A AUSÊNCIA DE REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.

Sobre os fatos, o Tribunal de Justiça, por meio do Desembargador Newton Janke, já decidiu:

(...) após a abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação, a agravada restou inabilitada porque, segundo a comissão licitante, não foi cumprida a exigência da alínea n do item 4.3 do Edital, que determinava a entrega do balanço patrimonial devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Em 15 de dezembro de 2.009, a agravada interpôs recurso administrativo (fls. 107/114), visando demonstrar sua regularidade econômico-financeira e, assim, lograr sua habilitação no certame. Na data de 18 de dezembro de 2.009, a Comissão de Licitação, ao analisar o recurso interposto pela agravada, manteve a decisão de inabilitação pelo não atendimento daquela exigência editalícia nos seguintes termos, verbis :

"Ocorre, que a decisão de inabilitar a ora Recorrente fora fundamentada nos mais elevados princípios condutores dos processos licitatórios, dentre os quais o princípio da vinculação ao ato convocatório, que pressupõe o atendimento a critérios objetivos delineados no item 4.3 do edital, tais como o estabelecido na alínea n, ex vi:

"4.3 São Documentos para fase de habilitação (...) n) Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do Exercício do último exercício social (Balanço de Abertura para o caso de empresas recém constituídas), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, ou seja, assinado pelo representante legal da proponente ou procurador, e pelo contador com seu respectivo nº do CRC, registrado na Junta Comercial, comprovando a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços Provisórios. No caso de microempresa, deverá ser apresentado resumo das Demonstrações Contábeis do último exercício. Os valores contábeis apresentados poderão ser corrigidos por índices oficiais quando

encerrados há mais de três meses da data da apresentação da (s) proposta (s)"(grifamos)

Desta forma, não prospera a alegação da Recorrente de que juntou documento idêntico ao supostamente registrado na Junta Comercial, desde o dia 03 de junho do corrente, quando deveria, em atendimento à cláusula editalícia, ter juntado o documento devidamente registrado.

Outrossim, não cabe à Comissão de Licitações, diligenciar a fim de juntar documentos que já deveriam constar originalmente da proposta, conforme dispõe a redação do item 6.7 do edital, ex vi: "6.7. À Comissão Permanente de Licitação ou ao Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville será facultado, em qualquer fase da licitação, de acordo com o § 3º, art. 43 da Lei nº 8.666/93, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta". (grifamos)

Diante do exposto, não prosperam as alegações da recorrente, mantendo a Comissão Permanente de Licitação o julgamento proferido anteriormente "(fls. 118-9).

(...) Porém, a partir da listagem dos documentos apresentados com a inicial (fl. 52), era possível analisar o pedido da agravada, pois que o ponto nevrálgico da questão reside na necessidade ou não da apresentação do balanço patrimonial registrado na JUCESC, sendo certo que a agravada não nega que apresentou esse documento sem o reclamado registro.

(...) Como visto, a agravada foi excluída da licitação porque desrespeitou o disposto na alínea n do item 4.3 do Edital que, conforme transcrito anteriormente, visava a comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante participante.

Da leitura das razões do indeferimento do recurso administrativo interposto pela agravada, infere-se que esta, de fato, não atendeu àquela exigência, ao contrário do que fez agravante, segundo resai dos documentos de fls. 295/300 dos autos.

Ora, se a intenção do Legislativo, com tal exigência, era verificar a capacidade e a regularidade econômico-financeira, não há, em princípio, justificativa para que a impetrante se subtraísse ao seu cumprimento.

Não se trata aqui de louvar o formalismo exacerbado no cumprimento das exigências previstas no edital de licitação em questão. É plenamente justificável, tendo em vista o montante e o objeto do certame, que o órgão licitante exija o cumprimento de requisito básico previsto no edital que, aliás, foi bem claro na discriminação da documentação relativa à regularidade econômico-financeira.

(...) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. NÃO PREENCHIMENTO DE TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA INSUFICIENTE. EMPRESA CONCORRENTE INABILITADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À DIREITO LÍQUIDO E CERTO. LIMINAR NEGADA. RECURSO DESPROVIDO.

A vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu" (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo. 27ª ed., São Paulo: Malheiros, p. 263). (Agravado de Instrumento n., da Capital, Rel. Des. Rui Fortes, j. em 14/08/07).

(TJ-SC - AI: 74680 SC 2010.007468-0, Relator: Newton Janke, Data de Julgamento: 20/07/2010, Segunda Câmara de Direito Público,

Data de Publicação: Agravo de Instrumento n. , de Joinville).

Na verdade, para esta Comissão, pouco importa onde a empresa deve registrar seu balanço, o que o Edital exige de forma clara é o REGISTRO seja a Junta Comercial ou na Receita Federal (através do envio da escrituração digital) e isso a empresa não fez em nenhum momento, e para tanto a inabilitação deve permanecer.

Há também orientação jurisprudencial do Tribunal de Contas da União determinando que não seja aceito qualquer documento ou informação após a apresentação das propostas, conforme se verifica no seguinte julgado:

[...] 9.2.1. em futuras licitações, exija de todos os licitantes habilitados a apresentação de suas propostas com os respectivos detalhes de preços (composições analíticas de preços, de encargos sociais e de BDI) e todos os demais documentos necessários ao julgamento da licitação, em cumprimento ao art.433, incisos IV e V, da Lei nº8.666/93, não admitindo, sob qualquer hipótese, a inclusão posterior de nenhum documento ou informação necessária para o julgamento e classificação das propostas, conforme os critérios de avaliação constantes no edital, em atendimento ao que dispõe o § 3º do mesmo artigo; [...] (TCU, Plenário, AC 0440-2008, Rel. Min. RAIMUNDO CARREIRO, DOU 25.3.2008)

No mesmo sentido já decidiu o STJ:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA.

[...] 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. 4. Recurso especial não provido. (STJ, 2ª Turma, REsp 1178657, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 8.10.2010)

Portanto, para esta Comissão, a inabilitação da empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA deve permanecer.

Ante o exposto, opinamos pela habilitação das empresas SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA e ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA e pela inabilitação da empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 25 de fevereiro de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros:

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 010/2016 SEQUÊNCIA 004

ATA 004

Processo Licitatório nº. 010/2016 – Pregão Presencial nº 006/2016
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para recuperação do trator de esteiras D-51, ano 2011, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram para analisar a justificativa da empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME, que em síntese informa que “assegura a exequibilidade da proposta apresentada, cumprindo e assumindo todas as exigências impostas pelo mesmo” (informação extraída da Justificativa protocolada sob. Nº. 0229, em 22 de fevereiro de 2016).

Assim, tendo em vista a justificativa apresentada, a Pregoeira e a Equipe de apoio opinam pela habilitação da referida empresa, declarando-a como VENCEDORA do certame.

Por fim, ressaltamos que recebemos no dia 23 de fevereiro de 2016 manifestação oriunda da empresa MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA que em síntese, “alega que “a empresa CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME não atende no ramo de máquinas pesadas, que apresentou atestado de capacidade técnica não é do referente ao mesmo tipo de equipamento, e que a empresa não comprovou que as peças que serão entregues são originais, conforme exigia no Edital, e ainda, que o valor proposto é inexequível” sendo que tais ponderações serão objeto de apreciação no momento oportuno, na forma de recurso administrativo, podendo as razões já explanadas, inclusive, serem complementadas, com a consequente tramitação de tais irrisignações na forma prevista no Estatuto Licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.
Arabutã, 25 de fevereiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

DECRETO Nº 1850/2016

Decreto nº 1.850, de 22 de fevereiro de 2016.
NOMEIA LEILOEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Leiloeiros Públicos Oficiais, Senhores ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC 309, EDUARDO ANTONIO SAUSEN, matrícula AARC 328 e MARIA HELENA ZIMMERMANN, matrícula AARC 327 e NELCIR APARECIDA CATAFESTA, AARC 303 regularmente inscritos na JUCESC, como Leiloeiros Públicos Oficiais, convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pela Lei Municipal nº 839, de 12 de novembro de 2015.

Art. 2º Os Leiloeiros estão rigorosamente em dia com suas

obrigações e apresentará à Administração seus documentos pessoais, Registro de Leiloeiro Público, bem como Certidão de Regularidade expedida pela Junta comercial do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Os Leiloeiros nada receberão do Município pelos serviços prestados.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã – SC, 22 de fevereiro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 1851/2016

DECRETO Nº 1851, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Reajusta os valores das diárias dos agentes políticos e detentores de cargos comissionados identificados para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 3º Lei 766, de 13 de dezembro de 2013, que institui e fixa tabela de diárias dos agentes políticos e detentores de cargos comissionados identificados para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal, e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica reajustado o valor diárias dos agentes políticos e detentores de cargos comissionados identificados para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal, constantes do Anexo I da Lei 766, de 13 de dezembro de 2013 em 8 %, sendo 3,27617 % inferior aos 11,27617 % da variação verificada de janeiro a dezembro de 2015 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – IBGE, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Rica revogado o Decreto nº 1.845, de 11 de fevereiro de 2016

Arabutã/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 24 de fevereiro de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1852/2016

DECRETO Nº 1852, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 no valor de R\$ 7.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “b” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão
18
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade
4
Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS
Projeto Atividade
2.107
Manutenção Atividades do CRAS
Modalidade
170
3390000000000000000030560
Aplicações Diretas
7.000,00
TOTAL
7.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2015

Descrição da Fonte: 0.3.0560 – MDS/CRAS 7.000,00

TOTALR\$ 7.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de Fevereiro de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 24 de fevereiro de 2016.

Greici Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1853/2016

DECRETO Nº 1853, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 no valor de R\$ 18.554,90.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “b” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	
9	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Unidade	
1	
Fundo Municipal de Saúde - FMS	
Projeto Atividade	
2.085	
Atividades e Serviços de Vigilância Sanitária	
Modalidade	
58	
3190000000000000030769	
Aplicações Diretas	
18.554,90	
TOTAL	
18.554,90	

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2015

Descrição da Fonte: 0.3.0769 – SUS Município – Vig. Sanitária
18.554,90
TOTALR\$
18.554,90

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de Fevereiro de 2016
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 24 de fevereiro de 2016.

Greici Sonntag
Responsável Pelas Publicações

LEI Nº. 847/2016

LEI Nº 847, 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede revisão anual e reajuste da remuneração dos servidores públicos do município e revisão dos subsídios dos membros do Poder, detentores de mandato eletivo e secretários municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso X, art. 37 da Constituição Federal, inciso X do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e § 4º do art. 64 da dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ELE sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido revisão anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Arabutã.

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 8,00 % (oito por cento), referente a 70,95 % (setenta vírgula noventa e cinco por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC - IBGE, ocorrido a partir de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2015.

§ 2º O percentual previsto no § 1º do art. 1º da presente lei será aplicado sobre os seguintes anexos/tabelas e leis:

I – anexos III, IV e V, em vigor, da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, faz compilação de Leis, revoga Leis e dá outras providências.

II – anexo II em vigor, da Lei Complementar 156, de 219 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dá outras providências;

III – anexo III, IV e V em vigor, da Lei Complementar 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga Leis e dá outras providências.

VI – anexo III em vigor, da Lei Complementar nº 123 de 1 de março de 2013 que dispõe sobre a Organização, Modernização e Atualização da Estrutura Administrativa do Governo Municipal, e dá outras providências;

VII – anexo único em vigor, da Lei nº 218, de 23 de abril de 2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37, da Constituição Federal, e dá outras providências.

§ 3º Ficam garantido a revisão anual e reajuste estabelecido neste artigo aos inativos e pensionistas que integram o quadro de pessoal civil do Município de Arabutã/SC, do Poder Executivo.

Art. 2º Fica concedido revisão anual da dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal do Município de Arabutã.

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 8,00 % (oito por cento), referente a 70,95 % (setenta vírgula noventa e cinco por cento) da variação acumulada mês a mês do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC - IBGE, ocorrido a partir de 1º de janeiro a 31 de janeiro de 2015.

§ 2º O percentual previsto no § 1º do art. 2º da presente Lei será aplicado sobre as seguintes anexos/tabelas e leis:

I – anexos III, IV e V em vigor da Lei Complementar nº 153, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Arabutã revoga Leis e dá outras providências;

II – Anexo Único em vigor, da Lei Complementar nº 62, de 05 de abril de 2006, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Arabutã, e da outras providências.

Art. 3º Fica concedido revisão dos subsídios dos membros do Poder, detentores de mandato eletivo e secretários municipais.

§ 1º O percentual de revisão anual previsto no presente artigo é de 8,00 % (oito por cento), referente a 70,95 % (setenta vírgula noventa e cinco por cento) do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC - IBGE, ocorrido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

§ 2º O percentual previsto no § 1º do presente artigo será aplicado sobre os valores em vigor das seguintes leis:

I – Lei nº 694 de 08 de julho de 2012, que fixa os subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2013, e dá outras providências;

II - Lei nº 695 de 08 de julho de 2012 que fixa o subsídio dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal para a legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2013, e dá outras providências.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Arabutã/SC, 25 de fevereiro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 25 de fevereiro de 2016

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

Ascurra**PREFEITURA****ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2016**ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000016/2016

Às 25/02/2016, às 8h30min, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio SOLANGE MARIA LOURENCO, RENATO MOSER, ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, juntada ao Processo, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participantes as empresas COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, MODELO PNEUS LTDA., CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA e BELLENZIER PNEUS LTDA,. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço. A empresa Bellenzier Pneus Ltda foi desclassificada em razão de não ter apresentado procuração junto a Proposta de Preços, conforme indica o item 2 do edital.

As propostas foram:

Item: 00001 PNEU 1000R20, RADIAL, 16 LONAS, BORRACHUDO, 20MM.

Fornecedor	Proposta
MODELO PNEUS LTDA.	1.365,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.650,0000

Item: 00002 PNEU 1000R20, RADIAL, DIRECIONAL (DIANTEIRO).

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.180,0000
MODELO PNEUS LTDA.	1.312,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.470,0000

Item: 00003 PNEU 185/70 R 14C.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	265,0000
MODELO PNEUS LTDA.	290,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	300,0000

Item: 00004 PNEU 14.00-24TG, 24 LONAS, COM GARRAS ALTAS PARA MOTO NIVELADORA CAT 120K.

Fornecedor	Proposta
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	4.000,0000
MODELO PNEUS LTDA.	5.220,0000

Item: 00005 PNEU 17.5-25L, 16LONAS P/ PÁ CARREGADEIRA W20E.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	2.200,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	2.300,0000
MODELO PNEUS LTDA.	3.833,0000

Item: 00006 PNEU 215/75, R 17.5, F. DR II - IVECO.

Fornecedor	Proposta
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	600,0000
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	620,0000
MODELO PNEUS LTDA.	807,0000

Item: 00007 PNEU 275/80, R22.5, TR85, BORRACHUDO.

Fornecedor	Proposta
------------	----------

CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.390,0000
MODELO PNEUS LTDA.	1.459,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.580,0000

Item: 00008 PNEU 275/80, R22.5, MISTO DIRECIONAL (DIANTEIRO).

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.410,0000
MODELO PNEUS LTDA.	1.626,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.720,0000

Item: 00009 PNEU 12.5/80-18, DIANTEIRO PARA RETRO CAT.

Fornecedor	Proposta
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.000,0000
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.040,0000
MODELO PNEUS LTDA.	1.130,0000

Item: 00010 PNEU 19.5, L-24, TRAZEIRO BORRACHUDO PARA RETRO CAT.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.880,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	2.000,0000
MODELO PNEUS LTDA.	2.380,0000

Item: 00011 PNEU 1300X24, 14 LONAS, PN14 PARA MOTO NIVELADORA CAT 12E.

Fornecedor	Proposta
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.500,0000
MODELO PNEUS LTDA.	2.195,0000

Item: 00012 PNEU 165/70, R13, RADIAL.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	158,0000
MODELO PNEUS LTDA.	190,0000

Item: 00013 PNEU 195/65, R15, RADIAL.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	245,0000
MODELO PNEUS LTDA.	362,0000

Item: 00014 PNEU 215/75, R16, CARGA.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	400,0000
MODELO PNEUS LTDA.	595,0000
COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	620,0000

Item: 00015 PNEU 225/70, R15C, CARGA.

Fornecedor	Proposta
CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	395,0000
MODELO PNEUS LTDA.	529,0000

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente aos itens

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MODELO PNEUS LTDA.	1.365,0000	0,0000
2	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.180,0000	0,0000
3	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	265,0000	0,0000
4	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	4.000,0000	0,0000
5	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	2.200,0000	0,0000
6	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	595,0000	0,0000

7	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.375,0000	0,0000
9	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.000,0000	0,0000
10	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	1.880,0000	0,0000
11	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTD	1.500,0000	0,0000
12	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	158,0000	0,0000
13	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	245,0000	0,0000
14	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	400,0000	0,0000
15	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA	395,0000	0,0000

Posteriormente os envelopes de documentação das empresas vencedoras foram abertos para análise e verificação, sendo as licitantes consideradas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes.

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representantes empresas
ARNALDO LUIZ MORETI
JOAO MARCO KRIECK DE SOUZA
DOUGLAS CANSAN

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 13/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 13/2016 ref. Pregão Presencial n. 2/2016 FMS

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos

Objeto: Aquisição de medicamentos éticos e genéricos para composição da farmácia básica nas unidades do PSF Centro e PSF Estação, para atendimentos do SAMU e para atendimentos da equipe técnica da Secretária de Saúde deste Município.

Valor total: R\$ 10.528,84 (dez mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência: até 19/8/2016.

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 14/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 14/2016 ref. Pregão Presencial n. 2/2016 FMS

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

Objeto: Aquisição de medicamentos éticos e genéricos para composição da farmácia básica nas unidades do PSF Centro e PSF Estação, para atendimentos do SAMU e para atendimentos da equipe técnica da Secretária de Saúde deste Município.

Valor total: R\$ 38.139,53 (trinta e oito mil cento e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos)

Vigência: até 19/8/2016.

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 15/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 15/2016 ref. Pregão Presencial n. 2/2016 FMS

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Dimaster Com. de Prod. Hospitalares LTDA

Objeto: Aquisição de medicamentos éticos e genéricos para composição da farmácia básica nas unidades do PSF Centro e PSF Estação, para atendimentos do SAMU e para atendimentos da equipe técnica da Secretária de Saúde deste Município.

Valor total: R\$ 50.992,70 (cinquenta mil novecentos e noventa e dois reais e setenta centavos)

Vigência: até 19/8/2016.

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 16/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra
Extrato de contrato nº 16/2016 ref. Pregão Presencial n. 2/2016
FMS
Contratante: Município de Ascurra
Contratada: Centermedi – Comércio de Produtos Hospitalares LTDA
Objeto: Aquisição de medicamentos éticos e genéricos para composição da farmácia básica nas unidades do PSF Centro e PSF Estação, para atendimentos do SAMU e para atendimentos da equipe técnica da Secretária de Saúde deste Município.
Valor total: R\$ 1.765,62 (hum mil setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)
Vigência: até 19/8/2016.

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 17/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra
Extrato de contrato nº 17/2016 ref. Pregão Presencial n. 2/2016
FMS
Contratante: Município de Ascurra
Contratada: Inovamed Comércio de Medicamentos LTDA
Objeto: Aquisição de medicamentos éticos e genéricos para composição da farmácia básica nas unidades do PSF Centro e PSF Estação, para atendimentos do SAMU e para atendimentos da equipe técnica da Secretária de Saúde deste Município.
Valor total: R\$ 3.546,50 (três mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência: até 19/8/2016.

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 18/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra
Extrato de contrato nº 18/2016 ref. Pregão Presencial n. 3/2016
FMS
Contratante: Município de Ascurra
Contratada: Clínica de Fisioterapia Dr. Jaime Junior Moser LTDA
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de fisioterapia para atender a população acometida de lesões nervosas e físicas, conforme prescrito nas ações de atenção básica em Saúde Pública, através do Fundo Municipal de Saúde, vinculada a Secretaria de Saúde deste Município de Ascurra (SC).
Valor total: R\$ 103.050,00
Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 19/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra
Extrato de contrato nº 19/2016 ref. Pregão Presencial n. 11/2016
Contratante: Município de Ascurra
Contratada: E.J.C. Caminhões e Assessoria LTDA
Objeto: Aquisição de veículo tipo micro-ônibus que será utilizado para transporte escolar.
Valor total: R\$ 170.000,00
Vigência: até 18/3/2016

Ascurra, 26 de fevereiro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
ATALANTA – SC

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) no ano 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas dos recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais e Proteção Social Básica, proveniente do FEAS no ano 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 24 de fevereiro de 2016.
Nádia E. A. Chiquett
Presidente CMAS

EDITAL Nº 001/2016

EDITAL Nº 001/2016, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - EXERCÍCIO DE 2016

O Prefeito e o Secretário Municipal da Administração, Fazenda do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tornam público o lançamento dos Impostos e Taxas municipais, na forma da Lei Complementar nº 001/2005.

w Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
w Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
w Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento (TFLIF);
w Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS).

1. MODALIDADES DE PAGAMENTO:

1.1 - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), conforme dispõe o artigo 179 da Lei Complementar 001/2005,

w Pagamento até o último dia útil do mês de abril (30/04/2016) com desconto de 10% (dez por cento) em cota única, somente para os valores do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano;

w Para pagamentos parcelados, deverá ser observada a seguinte tabela de vencimentos:

Parcelas	Vencimentos
1ª Parcela	Último dia útil de maio – 30/04/2016
2ª Parcela	Último dia útil de junho – 31/05/2016
3ª Parcela	Último dia útil de julho – 30/06/2016

1.2 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):

1.2.1 - Tributação Fixa:

1.2.1.1 – Profissionais autônomos e liberais, de nível superior, medi ou com curso profissionalizante ou similar e profissional sem especialização com tributação fixa definida na Tabela II. b, e o artigo nº 276 da Lei Complementar 001/2005 (CTM):

Parcela	Vencimento
Pagamento integral (1ª parcela)	Último dia útil do mês de fevereiro 30/04/2016
(2ª parcela)	30/08/2016

1.2.2 - Com tributação variável (Homologado) e/ou por Estimativa Fiscal:

w Mensalmente até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador ou da retenção do imposto na fonte pagadora.

1.3 - Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento.

1.3.1 – A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento para empresas definidas pela Lei Complementar 001/2005, terão seus vencimentos de acordo com o que dispõe a legislação vigente.

Parcela	Vencimento
Pagamento integral (parcela única)	Último dia útil do mês de fevereiro 30/04/2016

1.3.2 – A Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento para profissionais autônomos, liberais, sem formação profissional, de nível médio ou com formação superior, definidas na Lei Complementar 001/2005, terão seus vencimentos de acordo com o que segue:

Parcela	Vencimento
Pagamento integral (parcela única)	Último dia útil do mês de fevereiro 30/04/2016

1.3.3 - A Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS), definida pela Lei Complementar nº 001/2005, terá seu vencimento de acordo com o que dispõe a Lei em vigor:

Parcela	Vencimento
Pagamento integral (parcela única)	No ato da inscrição, início das atividades; Nos demais anos, na data do vencimento da Taxa Fiscalização de Localização, Em 2016 - 30/04/2016

2. DAS PENALIDADES:

A falta de pagamento dos tributos até o vencimento implica em incidência de multa e juros de mora sobre o valor do tributo, como segue:

2.1 – A multa de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) ao dia até o limite de 20% (vinte por cento);

2.2 - Juros de 1% (um por cento) ao mês, contado da data do vencimento.

3. DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO:

As guias de recolhimento e/ou carnês de tributos serão distribuídos da seguinte forma:

3.1 – Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU: A Notificação de Lançamento, juntamente com a guia de pagamento à vista e carnê para pagamento parcelado, deverá ser retirado junto ao setor de Tributação do Município, para contribuinte que tenha residência no Município.

3.1.1 - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU: A Notificação de Lançamento, juntamente com a guia de pagamento à vista, e o carnê para pagamento parcelado de contribuinte que residir em outro município, será enviado através dos correios, para o endereço indicado para remessa de correspondência;

3.2 – Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento - TFLIF: A Notificação de Lançamento, juntamente com a Guia para pagamento à vista, será entregue na sede da empresa ou diretamente no escritório contábil responsável pela escrita fiscal, cadastrado.

3.3 – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) com Tributação Fixa: A Notificação de Lançamento, juntamente com o carnê para pagamento em quota única, será entregue na sede da empresa ou diretamente no escritório contábil responsável pela escrita fiscal cadastrado.

3.3.1 – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) - Lançado por homologação (tributação variável) e Estimativa: A Notificação de Lançamento juntamente com o carnê para pagamento parcelado será entregue na sede da empresa ou diretamente no escritório contábil responsável pela escrita fiscal, cadastrado.

3.4 – A Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS): A Notificação de Lançamento juntamente com o carnê será entregue na sede da empresa ou diretamente no escritório contábil responsável pela escrita fiscal, cadastrado e para as pessoas físicas em seu domicílio fiscal.

4. DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

A Secretaria Municipal da Administração, Fazenda, fica localizada na Avenida XV de Novembro nº 1.030, bairro Centro, Atalanta/SC.

O atendimento ao público é de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

5. DOS ESCLARECIMENTOS FINAIS:

5.1 - IPTU

O Contribuinte deverá retirar seus carnês de IPTU até a data de seu vencimento, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, localizada à Avenida XV de Novembro nº 1.030 – bairro Centro – Atalanta/SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá contestar o valor lançado até o dia 13/05/2016, através de requerimento protocolado e fundamentado dirigido ao Prefeito Municipal, anexando os seguintes documentos: carnê de IPTU, fotocópia da identidade, do CPF ou CNPJ do proprietário e identidade e CPF do requerente, sendo o caso.

5.2 - ISSQN FIXO

O contribuinte que, por qualquer motivo, não tiver recebido o carnê do ISSQN FIXO até o dia 15/02/2016, deverá retirá-lo até o vencimento, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal

da Administração, Fazenda, localizada à Avenida XV de Novembro nº 1.030 – bairro Centro, Atalanta/SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá contestar o valor do lançamento até o prazo de 30/04/2016, através de requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, anexando os seguintes documentos: carnê do ISSQN, fotocópia da identidade, do CPF ou CNPJ do proprietário e identidade e CPF do requerente, sendo o caso.

5.2.1 - ISSQN POR HOMOLOGAÇÃO OU POR ESTIMATIVA

O contribuinte que, por qualquer motivo, não tiver recebido seu carnê do ISSQN Homologado e/ou Estimado até o dia 31/01/2016, deverá retirá-lo até a data de vencimento, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, localizada à Avenida XV de Novembro nº 1.030 – bairro Centro, Atalanta/SC.

5.3 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO - TFLIF

O contribuinte que, por qualquer motivo, não tiver recebido o carnê referente à Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, até o dia 30/04/2016, deverá retirá-lo até a data de vencimento, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Administração, Fazenda, localizada à Avenida XV de Novembro nº 1.030 – bairro Centro, Atalanta/SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá contestar o valor lançado até 29/02/2016, através de requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, anexando os seguintes documentos: carnê do TFLIF, fotocópia da identidade, do CPF ou CNPJ do proprietário e identidade e CPF do requerente, sendo o caso.

5.4 – TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA – TFS

O contribuinte que, por qualquer motivo, não tiver recebido o carnê referente à Taxa de Fiscalização Sanitária, até o dia , deverá retirá-lo até data de vencimento, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Administração, Fazenda, localizada à Avenida XV de Novembro, 1.030, 86 – bairro Centro, Atalanta/SC.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá contestar o valor lançado até 30/04/2016, através de requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, anexando os seguintes documentos: carnê do TFS, fotocópia da identidade, do CPF ou CNPJ do proprietário e identidade e CPF do requerente, sendo o caso.

6. - LOCAL DE PAGAMENTO:

Os pagamentos relativos ao IPTU, ISSQN, TFLIF e TFS, deverão ser efetuados em qualquer agência ou correspondente bancário, até a data do vencimento.

Atalanta, 28 de janeiro de 2016.

Prefeito Municipal

Secretário da Administração e Fazenda

Fiscal de Tributos

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 006/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2016-PMBP

Tomada de Preços 001/2016 PMBP

Objeto: - O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 001/2016 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016-PMBP, e tem por objeto a contratação de empresa para execução de obras de infraestrutura (iluminação pública) com fornecimento de material e mão de obra, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

Empresas Participantes Habilitadas:

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA - R\$545.915,70 CONTRATO 006/2016

Balneário Piçarras(SC), 16 de fevereiro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

LEI Nº 255/2016

LEI Nº 255/2016

DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE DÉBITO ORIUNDO DA CÂMARA DE VEREADORES, INSCRITO EM NOME DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, JUNTO AO INSS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Décio Gomes Góes Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado à Câmara de Vereadores o parcelamento dos débitos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo legislativo municipal ao Regime Geral da Previdência social, no montante de 405.017,46 (quatrocentos e cinco mil, dezessete reais e quarenta e seis centavos), já devidamente corrigidos, das competências 2013, 2014 e 2015, conforme consta em relatório emitido pela Receita Federal.

Parágrafo único: Referido parcelamento poderá ser realizado em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e consecutivas.

Art. 2º - A apuração do montante devido, devidamente corrigidos, foram atualizados pela Receita Federal do Brasil, pelos índices e indexadores previstos na legislação federal vigente.

Artigo 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, descontando na fonte, no momento de repasse ao município

I- A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento, assim como o desconto do valor da parcela, além de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

II- Fica autorizado, que os valores mensais retidos, no momento da liberação dos valores do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), sejam deduzidos diretamente dos valores referentes ao duodécimo a ser repassado à Câmara de Vereadores do Município de Balneário Rincão.

Artigo 4º - O Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, elaborado entre o Instituto de Previdência e a Câmara de Vereadores, será levado ao conhecimento da Administração Municipal no prazo de 15 dias após a assinatura.

Artigo 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 25 de março de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Barra Velha

PREFEITURA

25º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

25º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

APROVADOS NA 1ª FASE (COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS) E 2ª FASE (EXAMES MÉDICOS) DO CONCURSO PÚBLICO DO EDITAL Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a LISTA DE APROVADOS na 1ª fase (comprovação de requisitos), e 2ª fase (Exames médicos) do Concurso Público, item 9.2 do Edital nº. 001/2012:

1. DO COMPARECIMENTO E COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM a Convocação, da 1ª fase, e da 2ª fase, de comprovação de requisitos e exames médicos, do 23º Edital de Convocação, do Concurso Público 001/2012, os seguintes candidatos:

PREFEITURA

Nível Superior

Contador

10º Rafael Conzatti

11º Janete Maria Bernardo

Assistente Social

13º Joseli De Andrade Beithel

14º Simone Cristina Bosse Krüger (solicitou final da fila conforme Protocolo nº 2007/2016)

Nível Superior na Área de Saúde

Enfermeiro

32º Moises Dos Santos Fontes (solicitou final da fila conforme Protocolo nº 1910/2016)

Nível Médio Técnico

Técnico em Radiologia

8º Marcos Aurelio D Tibes

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

45º Carolina Plathow De Salves

47º Jean Carlos Leal Padilha

52º Evandro Antonio Lins

54º Fernanda De Mira Kzeczick

Motorista II Caminhão

1º Francisco Irineu Boçon

Mecânico de Automóvel

1º Marcio Chimite de Sousa

EDUCAÇÃO

Nível Superior na Área Pedagógica

Professor de Matemática

10º Ivonete Zippel Zettel

1.1.1 Os candidatos relacionados no item 1.1, encontram-se

aprovados, exceto os candidatos relacionados no item 1.2.

1.2 NÃO COMPARECERAM para apresentar os documentos exigidos no 23º Edital de Convocação, para a 1ª e 2ª fase (comprovação de requisitos e exames médicos), do Concurso Público 001/2012, os seguintes candidatos:

PREFEITURA

Nível Superior na Área de Saúde

Enfermeiro

31º Adriane Rosemeri Holz

33º Allan Serra

34º Debora Regina Fernandes

35º Luiza Helena Cardoso Dos Santos

36º Elis Rejane Da Maia

Odontólogo

3º Caroline Teodoro

Psicólogo

11º Cristiane Sotelo Da Silva

12º Carolina Lopes Pereira Dos Santos

Nível Médio

Agente Administrativo

46º Lucia Helena Ribeiro Freitas Coelho

47º Walter Bergson König

48º Sara Giovana Dadam Ziliotto

49º Nelson Pereira Neto

50º Josiane Olga Kammer

51º Vinicius Ribas Cavalcante

52º Gabriel Pierri Hermenegildo

53º Maria Isabel Manica

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

46º Jamilly Costa

48º Cristian Bittencourt Alberton

49º Claudia Sell Do Nascimento

50º Mauricio Manoel Machado

51º Jessica Do Prado Silva

53º Dayse Santos Da Costa

55º Roney Fernando Pires

56º Danielle Marinho De Mello

Operador de Máquina II – Pesada

1º Jonas Zeferino

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Nível Superior

Engenheiro Ambiental

2º Paula Delise da Costa de Oliveira

EDUCAÇÃO

Nível Médio

Equipe Setorial Técnica Administrativa

Agente Administrativo

51º Rejane Voigt De Souza

52º Daiane Fermiano Dos Reis

53º Lucimar Oneda

54º Thiago De Freitas Fernandes

1.2.1 – Os candidatos inseridos no item 1.2 do presente Edital

perderam automaticamente o direito a investidura, conforme item 9.5, do Edital de Concurso nº001/2012.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados na 1ª e 2ª Fase, do Concurso Público 001/2012, até o momento da expedição do ato de convocação.

2.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

2.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

2.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 22 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Municipal de Administração
e Finanças

CONTRATO 001/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Contrato nº 001/2016 FMS
Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP
Licitação: Proc. Administrativo 002/2016 - Dispensa de Licitação 001/2016 - FMS
Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS
Valor do Contrato: R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos).
Data da assinatura: 25/02/2016
Data do vencimento: 25/03/2016
Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016
PAULO CESAR GIMENES HIDALGO –
Pela Empresa Contratada
Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

CONTRATO 004/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Contrato nº 004/2016
Contratada: ENGEV CONSTRUTORA EIRELI - ME
Licitação: Proc. Administrativo 009/2016 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016
Objeto: Reforma da Escola Básica Manoel Antonio de Freitas, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Valor do Contrato: R\$ 133.978,69 (cento e trinta e três mil novecentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos)
Data da assinatura: 26/02/2016
Data do vencimento: 26/04/2016
Barra Velha, 26 de fevereiro de 2016
SERGIO FRANCISCO GESCHONKE –
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

CONTRATO 005/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Contrato nº 005/2016
Contratada: ENGEV CONSTRUTORA EIRELI - ME
Licitação: Proc. Administrativo 010/2016 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2016
Objeto: Execução de gavetas funerárias para o cemitério municipal, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo
Valor do Contrato: R\$ 48.005,44 (quarenta e oito mil cinco reais e quarenta e quatro centavos)
Data da assinatura: 26/02/2016
Data do vencimento: 26/04/2016
Barra Velha, 26 de fevereiro de 2016
SERGIO FRANCISCO GESCHONKE –
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

DL 001/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE
Processo Administrativo nº 002/2016 - Dispensa de Licitação nº 001/2016
Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP
Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS.
Valor do Contrato: R\$ R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos)
Vigência: 25/02/2016 a 25/03/2016
Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016
O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP - Contratado
Claudemir Matias Francisco - Prefeito

PORTARIA Nº 326, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 326, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato RAFAEL CONZATTI para o cargo efetivo de CONTADOR, Nível 10, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 327, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 327, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARCIO CHIMITE DE SOUSA para o cargo efetivo de MECÂNICO DE AUTOMÓVEL, Nível 5, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 328, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 328, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata JOSELI DE ANDRADE BEITHEL para o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível 8, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 329, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 329, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARCOS AURÉLIO DUFFECKE TIBES para cargo efetivo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, Nível 8, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 330, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 330, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através

do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata CAROLINA PLOTHOW DE SALVES para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 331, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 331, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato JEAN CARLOS LEAL PADILHA para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 332, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 332, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de

31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato EVANDRO ANTONIO LINS para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 333, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 333, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata FERNANDA DE MIRA para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 334, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 334, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato FRANCISCO IRINEU BOÇON para o cargo efetivo de MOTORISTA II - CAMINHÃO, Nível 5, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2016

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Concorrência Pública do tipo MAIOR OFERTA POR ITEM, onde o objeto é a Concessão De Espaço Público Visando, Instalação E Manutenção De 2 (Dois) Painéis Publicitários, Sendo Um No Ponto De Ônibus Do Colégio Estanislau Schumann; Medindo 6,00m X 2,40m E Outro No Ponto De Ônibus Na Cohab; Medindo 3,00m X 2,40m, Com Permissão De Exploração Dos Espaços Publicitários À Terceiros e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 08h30min do dia 28/03/2016. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 28/03/2016 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br. Bela Vista do Toldo, 26 de Fevereiro de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA - Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 23/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 23/2016

O Município de Benedito Novo – SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, RELACIONADO AO PROCESSO Nº 25000.013911/2015-12 E PROPOSTA Nº 10624.466000/1140-03, FIRMADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEDITO NOVO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 8h00m do dia 29/02/2016 até às 8h30m do dia 11/03/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00m do dia 11/03/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30m do dia 11/03/2016. LOCAL: www.bllcompras.org.br, "Acesso ao Sistema". Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 26 de fevereiro de 2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

Valor Total Contratado: R\$ 5.283,76
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: M MOBILE EIRELI
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)
Valor Total Contratado: R\$ 2.938,78
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 15/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)
Valor Total Contratado: R\$ 9.173,75
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 18/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)
Valor Total Contratado: R\$ 874,03
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 16/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: CHEIROS DO VALE LTDA - ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)

EXTRATO DE CONTRATO 19/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: SALVI LOPES E CIA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)
Valor Total Contratado: R\$ 1.469,49
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 20/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: DANNA COMERCIAL EIRELI EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)
Valor Total Contratado: R\$ 1.544,58
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 21/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2016
Referente: Processo Licitatório nº 4/2016
Contratada: ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMs)
Valor Total Contratado: R\$ 409,59
Vigência: 16/02/2016 a 31/12/2016
Data Assinatura: 16/02/2016
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UPA 24 HORAS, CEO, POLICLINICA, VIGILÂNCIAS E SECRETARIA DE SAÚDE cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 26/02/2016, às 13h59min do dia 10/03/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 10/03/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (10/03/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (10/03/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 26/02/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 25 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

EXTRATO ATA - PP 23-2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016 DO PP 23/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM FORNECIDOS NOS CEIM'S E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ANO DE 2016.

EMPRESA: PLANETA COMERCIAL LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 217.054,61

VIGÊNCIA: 25/02/2016 A 25/02/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 25 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 695/2016

PORTARIA nº 695 de 22 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Katia Izaura Marcelino Fernandes, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a partir de 21/02/2016.

Biguaçu, 22 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 696/2016

PORTARIA nº 696 de 24 de fevereiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 367/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 367 de 11 de fevereiro de 2016, que nomeava a servidora Salete Amaral Li, no cargo de

Superintendente de Engenharia, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 697/2016

PORTARIA nº 697 de 22 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA HELENA VIDAL, detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de educação, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 22/02/2016.

Biguaçu, 22 de Fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 698/2016

PORTARIA nº 698 de 22 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RAQUEL CORREA FRANCHIA, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de educação, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 22/02/2016.

Biguaçu, 22 de Fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 699/2016

PORTARIA nº 699 de 24 de fevereiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 673/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 673 de 18 de fevereiro de

2016, que admitia a servidora Regina Nely Rafael Zeferino, no cargo de Professor II, a partir de 11/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 700/2016

PORTARIA nº 700 de 22 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) PATRICIA NELI PEREIRA, detentor do cargo de provimento temporário de TECNICO EM EDUCACAO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de educação, a partir de 05/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 05/02/2016.

Biguaçu, 22 de Fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 701/2016

PORTARIA nº 701/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ANA PAULA DE CARVALHO DIAS SEVERINO, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 15/06/2016 a 14/07/2016.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 15/06/2016 a 14/07/2016.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 702/2016

PORTARIA nº 702 de 24 de fevereiro de 2016

Concede Ampliação de Jornada para Profissional do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada ao servidor Marcelo

Daminelli, ocupante do cargo efetivo de Professor III (Educação Física), de 20 para 30 horas semanais, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 507/2016, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 703/2016

PORTARIA nº 703 de 24 de fevereiro de 2016

Concede Ampliação de Jornada para Profissional do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada ao servidor Mabel Cristina Ternes Corrêa, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Ensino Fundamental), de 20 para 40 horas semanais, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 508/2016, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 704/2016

PORTARIA nº 704 de 24 de fevereiro de 2016

Concede Ampliação de Jornada para Profissional do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada ao servidor Rosilane Capistrano Nunes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Professor II (Ensino Fundamental), de 20 para 40 horas semanais, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 509/2016, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 705/2016

PORTARIA nº 705 de 24 de fevereiro de 2016

Concede Ampliação de Jornada para Profissional do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada ao servidor Paloma Guimarães da Costa Marinho, ocupante do cargo efetivo de Professor III (Geografia), de 20 para 30 horas semanais, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 510/2016, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 706/2016

PORTARIA nº 706 de 24 de fevereiro de 2016

Concede Ampliação de Jornada para Profissional do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada ao servidor Fábio Vesz Catelan, ocupante do cargo efetivo de Professor III (Educação Física), de 20 para 30 horas semanais, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 511/2016, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 708/2016

PORTARIA nº 708 de 24 de fevereiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 618/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 618 de 17 de fevereiro de 2016, que exonerava servidora Rosemari do Nascimento Vitorino, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), a partir de 22/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/02/2016.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 738/2016

PORTARIA nº 738/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ANATALIA MOHR, ocupante do cargo de provimento temporário de PSICÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 03/02/2016 a 01/06/2016.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 02/06/2016 a 01/07/2016.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PP08-2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 08/2016 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA O SISTEMA PRÓ-EMPREGO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 17:00 horas, do dia 10 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:15 horas, do dia 10 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 25 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 25 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO ATA PP231-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016 DO PP 231/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS, MATERIAL PARA PINTURA, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E SANITÁRIO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, EDUCAÇÃO E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Informamos a Desclassificação da empresa TRATOR PEÇAS no lote 02, sendo considerado como novo vencedor a empresa Cristiani Louri Rodrigues, passando a ATA a ter os seguintes vencedores:

EMPRESA: Cristiani Louri Rodrigues e Cia Ltda Me

VALOR: R\$ 98.055,05

EMPRESA: JMC Junkes Mat. de Construção Ltda

VALOR: R\$ 89.992,35

EMPRESA: Peixer Com. de Eletroeletrônicos Ltda

VALOR: R\$ 15.940,05

EMPRESA: Delvalle Materiais Elétricos Ltda –ME

VALOR: R\$ 810,00

EMPRESA: HBJ Com. de Mat. de Const. Ltda. –ME

VALOR: R\$ 590,00

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 25 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP33/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 33/2016 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA SOLENIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 16 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 16 março, 2016, no Setor de Licitações desta

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 010/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 010/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MINISTER SERVIÇOS LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de limpeza, com fornecimento de equipamentos, para o evento SOMMERFEST 2016 e 2017, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 025/2015.

PRAZO: De 07 de janeiro de 2016 até o dia 28 de fevereiro de 2017.

PREÇO: R\$ 156.240,00 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta reais).

DATA: 29 de janeiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº. 014/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 014/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. ORLANDA CORREIA DA SILVA.

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua São Paulo, nº 2265, Bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento da sede do Centro de Referência Especializado à população em situação de Rua – CENTRO POP – SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-199/15.

PRAZO: 1º de dezembro de 2015 até o dia 30 de novembro de 2016.

PREÇO: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

DATA: 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA. - EPP.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONTINUADA, EM REGIME DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA ADULTA (18 A 59 ANOS) COM AGRAVANTES DE SAÚDE, GRAU DE DEPENDÊNCIA, SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COM OU SEM SUPORTE FAMILIAR, COM INTUITO DE GARANTIR O ACO- LHIMENTO INSTITUCIONAL POR 24 HORAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-13/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2016.

PREÇO: Renova valor pago à contratada que se mantém em R\$ 3.190,00 (três mil, cento e noventa reais) por pessoa/mês, totalizando em R\$ 421.080,00 (quatrocentos e vinte e um mil e oitenta reais).

DATA: 18 de janeiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 057/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. - EPP.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONTINUADA, EM REGIME DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA IDOSA (ACIMA DE 60 ANOS) COM AGRAVANTES DE SAÚDE, GRAU DE DEPENDÊNCIA, SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COM OU SEM SUPORTE FAMILIAR, COM INTUITO DE GARANTIR O ACO- LHIMENTO INSTITUCIONAL POR 24 HORAS DE CREDEN- CIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-14/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2016.

PREÇO: Renova R\$ 2.890,00 (dois mil, oitocentos e noventa reais) por pessoa/mês, totalizando em R\$ 104.040,00 (cento e quatro mil e quarenta reais).

DATA: 18 de janeiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 175/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 175/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA) JUNTO AO RESIDENCIAL MORADA DAS PAINEIRAS, LOCALIZADO À RUA WILSON BORNHOFEN, Nº 71, BAIRRO PASSO MANSO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 029/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 25 de dezembro de 2015 até 24 de junho de 2016.

DATA: 04 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 216/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 216/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA G.LAB – EIRELI EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA) JUNTO AO RESIDENCIAL PARQUE DA LAGOA, LOCALIZADO NA RUA BOTUVERÁ, Nº 460, BAIRRO ITROUPAVAZINHA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 037/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 20 de janeiro até 19 de julho de 2016.

DATA: 04 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº. 335/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 335/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DANIELA CRISTINA CUSTÓDIO REIF ME.

OBJETO: Permissão remunerada de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município de Blumenau, que são administrados pela PROEB para exploração comercial de ponto de alimentação, durante as edições do REVEILLON 2016 e 2017 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 017/2015.

PRAZO: A contar da sua assinatura até o dia 01 de janeiro de 2017.

PREÇO: R\$ 3.000,00 (três mil reais) por ano, totalizando R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DATA: 18 de dezembro de 2015.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2013

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. URSULA PUFF.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (E.S.F.) GERMANO PUFF.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-042/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 29 de fevereiro de 2016 até 28 de fevereiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 1.532,95 (mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.395,40 (dezoito mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).

DATA: 12 de fevereiro de 2016.

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 107/2012

EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 107/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-011/2011.

DATA: 1º de fevereiro de 2016.

OBS.: Fica rescindido a partir do dia 31 de dezembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-56/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 08 (oito) meses, ou seja, de 26 de novembro de 2015 até o dia 25 de julho de 2016.

DATA: 30 de novembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 150/2015

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA IRMA METTE, BAIRRO BADENFURT.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 003/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 06 de janeiro até o dia 04 de abril de 2016.

DATA: 1º de fevereiro de 2016.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 159/2014

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 159/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA GREIDE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA 22 (VINTE E DUAS) RUAS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 013/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 10 de fevereiro até o dia 08 de junho de 2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 20.630,00 (vinte mil seiscentos e trinta reais).

DATA: 09 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 159/2015

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ELISEU DA ROSA ME.

OBJETO: REFORMA EM GERAL A SER REALIZADA NO 1º ANDAR DO PAÇO MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 008/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 08 de abril até 07 de maio de 2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 9.015,93 (Nove mil e quinze reais e noventa e três centavos).

DATA: 17 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO, NA RUA GERMANO FELIPE DOS SANTOS, BAIRRO DO SALTO, MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC – (ITEM 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 007/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 19 de janeiro até 17 de abril 2016.

DATA: 1º de fevereiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO, NA RUA MARIANO GUILHERME BECKER, BAIRRO BADENFURT.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 007/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 20 de dezembro de 2015 até 17 de abril de 2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de 4.009,50 (quatro mil nove reais e cinquenta centavos).

DATA: 1º de janeiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 219/2015

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 219/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA) JUNTO AO RESIDENCIAL NOVA CASA, LOCALIZADO NA RUA RUDOLFO WALTER, Nº 1.720, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 035/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 22 de janeiro até 21 de julho de 2016.

DATA: 04 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 234/2015

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 234/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ARAKEN SILVA SANTIAGO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-105/15.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 01 de fevereiro de 2016 até 31 de janeiro de 2017.

PREÇO: Renova o valor total da locação para R\$ 32.002,20 (trinta e dois mil dois reais e vinte centavos), sendo que será dividido entre os 04 (quatro) filhos, cada um com seu respectivo contrato. Desta forma, o valor mensal será de R\$ 666,71 (seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), totalizando o valor em R\$8.000,55 (oito mil reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA: 09 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 242/2012

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 242/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SÊNIOR SISTEMAS S.A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM GESTÃO E AGENDAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 165/2012.

PREÇO: Reajusta o valor dos serviços para R\$ 330,85 (trezentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 3.970,24 (três mil, novecentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), a contar de 22 de novembro de 2015.

DATA: 02 de fevereiro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 249/2015

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 249/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREEDOM TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LUIZ GONZAGA, LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVAZINHA (ITEM 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-024/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 02 de março até 31 de março de 2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 79.798,67 (setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), posteriormente suprime a quantia de R\$ 34.155,68 (trinta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 376.530,19 (trezentos e setenta e seis mil quinhentos e trinta reais e dezenove centavos).

DATA: 15 de fevereiro de 2016.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2202/2016 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2202/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2263/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa(s):

Sul, Ar e Água Equipamentos Ltda. CNPJ: 80.706.492/0001-74

Item 01: Valor unitário R\$ 6,52 (seis reais e cinquenta e dois centavos) e valor total R\$ 260,80(duzentos e sessenta reais e oitenta centavos)

Item 04: Valor unitário R\$ 580,00(quinhetos e oitenta reais) e valor total R\$ 5.800,00(cinco mil oitocentos reais)

Item 05: Valor unitário R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) e valor total R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil setecentos reais)

Item 09: Valor unitário R\$ 10,07 (dez reais e sete centavos) e valor total R\$ 151,05(cento e cinquenta e um reais e cinco centavos)

Item 21: Valor unitário R\$ 119,00 (cento e dezenove reais) e valor total R\$ 5.950,00(cinco mil novecentos e cinquenta reais)

Item 44: Valor unitário R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais) e valor total R\$ 1.980,00(hum mil, novecentos e oitenta reais)

Item 45: Valor unitário R\$ 168,00(cento e sessenta e oito reais) e valor total R\$ 1.680,00(hum mil, seiscentos e oitenta reais)

Item 47: Valor unitário R\$ 2.574,00 (dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais) e valor total R\$ 20.592,00 (vinte mil quinhentos e noventa e dois reais)

Item 48: Valor unitário R\$ 6.691,00 (seis mil, seiscentos e noventa e um reais) e valor total R\$ 40.146,00(quarenta mil cento e quarenta e seis reais)

Item 49: Valor unitário R\$ 5.700,00 (cinco mil, setecentos reais) e valor total R\$ 45.600,00(quarenta e cinco mil seiscentos reais)

Item 55: Valor unitário R\$ 1.435,00 (hum mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) e valor total R\$ 11.480,00(once mil quatrocentos e oitenta reais)

Item 59: Valor unitário R\$ 452,00 (quatrocentos e cinquenta e dois reais) e valor total R\$ 9.040,00(nove mil e quarenta reais)

Bermad Brasil Indústria de Válvulas Ltda. CNPJ: 01.000.334/0001-28.

Item 02: Valor unitário R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e valor total R\$ 6.300,00 (seis mil trezentos reais)

Item 03: Valor unitário R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 6.625,00 (seis mil seiscentos e vinte e cinco reais)

Item 06: Valor unitário R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) e valor total R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

Item 42: Valor unitário R\$ 1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta reais) e valor total R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais)

Angolini & Angolini Ltda. CNPJ: 44.829.653/0001-53.

Item 53: Valor unitário R\$ 1.920,00 (hum mil, novecentos e vinte reais) e valor total R\$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais)

HDS Comercial Hidráulica e Saneamento Ltda. CNPJ: 05.582.844/0001-01.

Item 07: Valor unitário R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) e valor total R\$ 1.068,00 (hum mil e sessenta e oito reais)

Item 08: Valor unitário R\$ 1.590,00 (hum mil, quinhentos e noventa reais) e valor total R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais)

Item 43: Valor unitário R\$ 1.590,00 (hum mil, quinhentos e noventa reais) e valor total R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais)

VCW Válvulas Ind. Com. e Representações Ltda. CNPJ:

Item 52: Valor unitário R\$ 3.457,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais) e valor total R\$ 27.656,00 (vinte e sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais)

Item 56: Valor unitário R\$ 5.300,00 (cinco mil, trezentos reais) e valor total R\$ 21.200,00 (vinte e um mil duzentos reais)

Item 61: Valor unitário R\$ 1.700,00 (hum mil, setecentos reais) e valor total R\$ 3.400,00 (três mil quatrocentos reais)

Item 62: Valor unitário R\$ 3.329,00 (três mil, trezentos e vinte e nove reais) e valor total R\$ 6.658,00 (seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais)

AGF Figueiredo Válvulas EPP CNPJ: 04.752.205/0001-84.

Item 50: Valor unitário R\$ 8.450,00 (oito mil, quatrocentos e cinquenta reais) e valor total R\$ 67.600,00 (sessenta e sete mil seiscentos reais)

Item 51: Valor unitário R\$ 5.120,00 (cinco mil, cento e vinte reais) e valor total R\$ 10.240,00 (dez mil duzentos e quarenta reais)

Item 54: Valor unitário R\$ 3.700,00 (três mil, setecentos reais) e valor total R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil seiscentos reais)

Item 57: Valor unitário R\$ 214,50 (duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais)

Item 58: Valor unitário R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais)

Item 60: Valor unitário R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro reais) e valor total R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais)

RD Com. de Ferragens e Ferramentas Eireli ME CNPJ: 23.037.457/0001-76.

Item 10: Valor unitário R\$ 4,99 (quatro reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais)

Item 11: Valor unitário R\$ 47,75 (quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 477,50 (quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

Item 12: Valor unitário R\$ 17,40 (dezessete reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 417,60 (quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos)

Item 13: Valor unitário R\$ 8,20 (oito reais e vinte centavos) e valor total R\$ 492,00 (quatrocentos e noventa e dois reais)

Item 14: Valor unitário R\$ 27,70 (vinte e sete reais e setenta

centavos) e valor total R\$ 8.310,00 (oito mil trezentos e dez reais)
Item 15: Valor unitário R\$ 42,70 (quarenta e dois reais e setenta centavos) e valor total R\$ 1.281,00 (hum mil, duzentos e oitenta e um reais)

Item 16: Valor unitário R\$ 10,05 (dez reais e cinco centavos) e valor total R\$ 1.809,00 (hum mil, oitocentos e nove reais)

Item 17: Valor unitário R\$ 15,40 (quinze reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 5.544,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

Item 18: Valor unitário R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)

Item 19: Valor unitário R\$ 64,70 (sessenta e quatro reais e setenta centavos) e valor total R\$ 3.882,00 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais)

Item 20: Valor unitário R\$ 47,70 (quarenta e sete reais e setenta centavos) e valor total R\$ 11.448,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

Item 23: Valor unitário R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 197,00 (cento e noventa e sete reais)

Item 24: Valor unitário R\$ 10,30 (dez reais e trinta centavos) e valor total R\$ 206,00 (duzentos e seis reais)

Item 25: Valor unitário R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 162,50 (cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Item 26: Valor unitário R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 95,25 (noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Item 27: Valor unitário R\$ 7,15 (sete reais e quinze centavos) e valor total R\$ 107,25 (cento e sete reais e vinte e cinco centavos)

Item 28: Valor unitário R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos)

Item 29: Valor unitário R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos)

Item 30: Valor unitário R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos)

Item 31: Valor unitário R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais)

Item 32: Valor unitário R\$ 17,55 (dezessete reais e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 175,50 (cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Item 33: Valor unitário R\$ 24,39 (vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 243,90 (duzentos e quarenta e três reais e noventa centavos)

Item 34: Valor unitário R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais)

Item 35: Valor unitário R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) e valor total R\$ 76,50 (setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Item 36: Valor unitário R\$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais)

Item 37: Valor unitário R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 75,00 (setenta e cinco reais)

Item 38: Valor unitário R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 89,00 (oitenta e nove reais)

Item 39: Valor unitário R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 89,00 (oitenta e nove reais)

Item 40: Valor unitário R\$ 12,90 (doze reais e noventa centavos) e valor total R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais)

Item 41: Valor unitário R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) e valor total R\$ 1.320,00 (hum mil trezentos e vinte reais)

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - TERMO DE REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 02-2205/2015 - SAMAE

TERMO DE REVOGAÇÃO (Republicado por incorreção)

Tomada de preço nº 02-2205/2015

OBJETO: Contratação de empresa para Elaboração de Projeto de "AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA ETA II, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU / SC", conforme especificações constantes no Edital e no Termo de Referência.

REVOGAÇÃO

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revoga-se a licitação acima epigrafada.

Faz-se necessária a revogação da licitação, uma vez que, foram identificados fatos intervenientes que tornaram o escopo licitado incerto, comprometendo assim o prosseguimento da contratação do objeto do referido processo, considerando os termos do Artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fica, portanto, REVOGADA a licitação antes referenciada, em todos os seus termos.

REVOGUE-SE, cumpridas as formalidades legais.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2016.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2271/2015 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2271/2015

Objeto: Registro de preços para fornecimento de extintores e mangueiras, manutenção, recarga e reteste e peças conforme disposto no edital, pelo período de 01(um) ano - SAMAE.

Empresa(s):

BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME. CNPJ:02.811.258/0001-01

Valor total R\$ 32.559,49

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 25 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06 - 2258/2015 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06 - 2258/2015

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE/Blumenau, pelo período de 01 (um) ano, conforme especificações constantes do Termo de Referência, parte integrante do Edital.

Empresa(s):

SUPERAR EIRELI - EPP. CNPJ: 13.482.516/0001-61

Valor Total R\$ 94.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 25 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

--

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 042/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 42/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Intellectus Cursos e Orientação Educacional SS Ltda.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 201/2016.
Objeto: Contratação de profissional para assessoria e planejamento educacional.
Valor: R\$ 35.980,00 (Trinta e cinco mil, novecentos e oitenta reais).
Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016 .

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 043/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 43/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 204/2016.
Objeto: Aquisição de material didático e de escritório para manutenção das atividades do departamento de educação.
Valor: R\$ 3.853,25 (três mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 044/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 44/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 204/2016.
Objeto: Aquisição de material didático e de escritório para manutenção das atividades do departamento de educação.
Valor: R\$ 6.486,65 (seis mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).
Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 045/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 45/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 204/2016.
Objeto: Aquisição de material didático e de escritório para manutenção das atividades do departamento de educação.
Valor: R\$ 7.610,25 (sete mil seiscentos e dez reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 046/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 46/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 204/2016.
Objeto: Aquisição de material didático e de escritório para manutenção das atividades do departamento de educação.
Valor: R\$ 10.142,68 (dez mil cento e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos).
Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 047/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 47/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EM INFORMATICA LTDA EPP.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 204/2016.
Objeto: Aquisição de material didático e de escritório para manutenção das atividades do departamento de educação.
Valor: R\$ 3.899,00 (três mil oitocentos e noventa e nove reais).
Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 048/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 48/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 203/2016.

Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para atendimento aos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 8.785,05 (oito mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos).

Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 049/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 49/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIAL AMBROSIO LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 203/2016.

Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para atendimento aos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 3.700,85 (três mil e setecentos reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 050/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 50/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: V BREDIA COMERCIAL ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 203/2016.

Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para atendimento aos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 7.050,40 (sete mil e cinquenta reais e quarenta centavos).

Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 051/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CARMEM CRISTIANE ZIMMERMANN GRUCHINSKI - ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 203/2016.

Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para atendimento aos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$8.615,00 (oito mil seiscentos e quinze reais).

Vigência: 18 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 053/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 53/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 7.285,00 (sete mil duzentos e oitenta e cinco reais).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 054/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 54/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 5.235,60 (cinco mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 055/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 55/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 5.022,80 (cinco mil e vinte e dois reais e oitenta centavos).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 056/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 56/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 2.557,30 (dois mil quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 057/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 57/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EM INFORMATICA LTDA EPP.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 1.343,40 (um mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 058/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 58/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: V BREDA COMECIAL ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 2.587,25 (dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 059/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 59/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INEIDE KERKHOFF MEI.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 202/2016.

Objeto: Aquisição de material didático, escritório e escolar para manutenção das atividades dos programas CRAS e PETI do departamento social.

Valor: R\$ 6.948,00 (seis mil novecentos e quarenta e oito reais).

Vigência: 25 de Fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 25 de Fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4827/2016

=====
=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====
=====

DECRETO Nº 4827/2016 de 18 de Fevereiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0201/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0201/2016, que tem por objeto Contratação de serviço de assessoria e planejamento educacional com atuação na secretaria de educação no exercício de 2016..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s)

empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no de classificação:
Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	INTELECTUS CURSOS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL SS LTDA	Assessoria e planejamento educacional com atuação na secretaria de educação, para promover o planejamento educacional, para elaboração e aplicação de projeto de cursos de aperfeiçoamento para professores e alunos com carga horária de 20 horas semanais, desenvolver propostas de adequação e atualização da legislação voltada ao magistério no período de março a dezembro de 2016.	10,00	35.980,00

Trinta e cinco mil novecentos e oitenta reais	35.980,00
---	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 18/02/16.
Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4828/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4828/2016 de 18 de Fevereiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0204/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0204/2016, que tem por objeto Aquisição de material didático e de escritório para uso de professores e alunos da rede municipal de ensino no exercício de 2016..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação:

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
6	E.M INFORMATICA LTDA.	Caderno grande 1 matéria em espiral de 96 folhas nas dimensões de 200 mm X 275mm em capa dura	500,00	1.900,00
7	E.M INFORMATICA LTDA.	Caderno linguagem brochura 48 folhas, capadura, formato de 142mm* 203mm nas cores vermelho amarelo verde e azul	700,00	1.295,00
8	E.M INFORMATICA LTDA.	Caderno desenho grande com espiral, capa dura 48 folhas	200,00	600,00
13	E.M INFORMATICA LTDA.	Clips Nº 3 com 4 cm de altura para papeis, feito em aço galvanizado embalado em saches plásticos inviolável com 100 unidades	18,00	27,00
14	E.M INFORMATICA LTDA.	Clips Nº 4 com 5 cm de altura para papeis, feito em aço galvanizado embalado em saches plásticos inviolável com 100 unidades	6,00	9,00
40	E.M INFORMATICA LTDA.	Papel laminado 48cmx 60 cm folha diversas cores	100,00	68,00
15	Telecopy Equipamento Ltda	Cola branca lavável a base de PVA e agua embalagem que não vasa e não entope, não toxica, sem odor nem exalar vapores tóxicos, deverá ser embalada em recipientes plásticos com tampa removível em embalagem de 1 kg	60,00	465,00
16	Telecopy Equipamento Ltda	Cola branca lavável a base de PVA e agua embalagem que não vasa e não entope, não toxica, sem odor nem exalar vapores toxicos,devará ser embalada em recipientes plásticos com tampa removível em embalagem de 110 gramas	450,00	1.665,00
18	Telecopy Equipamento Ltda	Cola colorida com glitter,23 gr cada tubo em embalagem com 6 cores, não toxica a embalagem deve apresentar bico aplicador e tampa removível	20,00	184,00

19	Telecopy Equipamento Ltda	Corretivo liquido a base de agua 18 ml caixa com 12 unidades	3,00	28,65
21	Telecopy Equipamento Ltda	Estilete grande 29 BP lamina larga	60,00	117,60
22	Telecopy Equipamento Ltda	Estojo com 12 canetinhas hidrográficas laváveis	30,00	73,50
28	Telecopy Equipamento Ltda	Giz de Cera Grosso com 12 unidades	140,00	511,00
30	Telecopy Equipamento Ltda	Caneta Marca texto caixa com 12 unidade	5,00	67,50
35	Telecopy Equipamento Ltda	Papel dobradura 48 cm x 66 cm	500,00	120,00
36	Telecopy Equipamento Ltda	Papel dupla face 50cmx70cm cores diversas	1.000,00	570,00
41	Telecopy Equipamento Ltda	Percevejo latonado caixa c/ 100 unidades	10,00	15,90
54	Telecopy Equipamento Ltda	Tesoura grande aço inox	45,00	202,50
55	Telecopy Equipamento Ltda	Tesoura escolar sem ponta em aço inoxidável medindo aproximadamente 11 cm ,cabo de polipropileno atóxico com rebites, lamina em aço inoxidável ponta redonda na posição máxima de fechamento as laminas devem apresentar-se justa posta em ambas as partes	400,00	1.136,00
58	Telecopy Equipamento Ltda	TNT rolo com 50 metros, 100% poli	20,00	1.180,00
61	Telecopy Equipamento Ltda	CD virgem 700MB	200,00	150,00
4	SCS COMÉRCIO LTDA	Bastão de cola quente grosso com 1kg 112mm*30cm	50,00	1.472,50
5	SCS COMÉRCIO LTDA	Bastão de cola fino 1 kg 7,5 mm* 30cm	60,00	1.437,00
9	SCS COMÉRCIO LTDA	Calculadora 12 Dígitos Tamanho Grande	15,00	117,75
52	SCS COMÉRCIO LTDA	Pistola de cola quente pequena, bivolt, mínimo 40 watts	30,00	318,00
57	SCS COMÉRCIO LTDA	Tinta guache pote com 250 ml não toxica solúvel em agua produto não deve apresentar odor purido em sua composição deve conter resina agua pigmentos carga e conservantes de boa qualidade cores diversas	200,00	508,00
2	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Pasta A-Z lombo grande	10,00	65,00
3	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Balão serie imperial 7 liso com 50 unid. (diversas cores)	200,00	1.368,00
10	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Caneta esferográfica poligrafo de cor azul, preta e vermelha ponta media 1.0 mm caixa com 50 unidades	4,00	120,00
11	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Jogo de canetas hidrocor com 12 cores, não toxico, cores brilhantes pontas redondas	320,00	1.497,60
20	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	DVD -R virgem 4.7 Gb/120 min	200,00	158,00
23	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Fita Adesiva Larga Transparente 100 mtx48mm	40,00	204,00
24	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Fita Durex grande 12mm*50 m	50,00	47,50
25	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Fita Kraft Larga 48 mmx100m com boa fixação em parede	40,00	396,00
31	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	marcador para retro projetor ponta fina tinta permanente 1.0 mm diversas cores caixa com 12 unidades	20,00	748,00
32	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Massa de modelar com 6 potes de 900 gr não toxica	50,00	1.350,00
34	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Papel contact transparente incolor rolo de 25 mt x 45 cm de largura	10,00	530,00
37	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Papel duplex cores diversas	1.000,00	680,00
38	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Bobina de papel Kraft 1,20 cm de largura com aproximadamente 30 kg	6,00	1.152,00
39	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Bobina de papel Kraft largura de 60 cm papel 40 gr c/ aproximadamente 10 kg	6,00	384,00
42	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Perfurador de papel 2 furos preto possui escala para ajuste de formato de papel com capacidade de perfuração de ate 35 folhas de 75 gr/ M²diâmetro de furo de ate 2,5 mm, distancia de furos de 80 mm com margeador plástico base protetora para esvaziar o confete	6,00	181,08

43	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	DVD 4.7 gb	200,00	174,00
53	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Régua transparente c/ 30 cm	400,00	192,00
59	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Grampo trilho plástico estendido branco pacote com 50 unidades	45,00	553,50
63	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Lápis caixa com 12 cores formato triangular corpo plástico não tóxico ponta resistente grafite redondo de 4 mm	40,00	342,00
1	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Alfinetes Niquelados nº 29 com 50 gramas	10,00	39,00
12	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Clips Nº2 Com 3 cm de altura para papeis, feito em aço galvanizado embalado em saches plásticos inviolável com 100 unidades	30,00	44,40
17	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Cola colorida pacote com 6 cores de 25 gr cada , alto relevo não toxica	35,00	137,55
26	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Folhas EVA emborrachada 40cm*60cm lavável, higiênico textura homogênea, antitóxico varias cores	1.200,00	1.632,00
29	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	lápiz de cor c/ 12 cores longo ponta maxx, acompanhado de 2 lápis grafite, 1 apontador e 1 borracha, resistente e técnica sekural: formula exclusiva e processo especial de fabricação que proporcionam maior resistência a ponta do lápis, pigmentos com alta concentração: cores mais vivas, mais intensas e excelente deposição, madeira 100 % reflorestada e de alta qualidade fácil de apontar formato triangular que facilita a pega, sortimento de cores selecionadas facilita o suo e o aprendizado das cores, fidelidade entre a cor do verniz e a cor da mina, atóxico e seguro para o uso	420,00	4.389,00
46	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura nº 02	20,00	22,20
47	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura nº 04	100,00	121,00
48	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura nº 06	200,00	272,00
49	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura nº 08	100,00	146,00
50	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura nº 10	100,00	171,00
51	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para pintura Nº 12	20,00	38,00
56	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Tesoura zig zag grande em aço inox	4,00	159,60
60	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Caneta colorida com brilho cores diversas	150,00	328,50
62	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Grampeador em metal para até 16 folhas	20,00	110,00
Três mil oitocentos e noventa e nove reais			3.899,00	
Seis mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos			6.486,65	
Três mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos			3.853,25	
Dez mil cento e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos			10.142,68	
Sete mil seiscentos e dez reais e vinte e cinco centavos			7.610,25	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
 aos 18/02/16.
 Ailton Antonio Reinehr
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4829/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4829/2016 de 18 de Fevereiro de 2016

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0203/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0203/2016, que tem por objeto Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos programas CRAS e PETI do departamento social para o exercício de 2016..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação:

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
4	Comercial Ambrósio Ltda	Açúcar de Baunilha acondicionado em pacotes de 1 Kg de material de polietileno atóxico deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	5,00	36,50
13	Comercial Ambrósio Ltda	Biscoito Maria, pacote com 740 gramas, de boa qualidade, com data de fabricação recente e validade de no mínimo 6 meses	45,00	348,75
14	Comercial Ambrósio Ltda	Biscoito salgado integral de água e sal, farinha de trigo integral, enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura ou óleo vegetal (livre de gordura trans), água, sal e outras substâncias permitidas pacote de 400 gramas, deverá apresentar cor, odor, sabor e texturas próprios, crocante e macia, com data de fabricação recente e validade no mínimo de 6 meses	90,00	540,00
31	Comercial Ambrósio Ltda	Frango inteiro de 1º qualidade embalado em embalagens plásticas transparentes com data de validade de no máximo 6 meses	95,00	997,50
40	Comercial Ambrósio Ltda	Óleo de soja 900 ml	45,00	179,10
45	Comercial Ambrósio Ltda	Sal iodado - pacote de 1kg, em saco plástico transparente, resistente, com solda íntegra. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 24 meses.	20,00	25,00
46	Comercial Ambrósio Ltda	Salsicha , Tipo Hot Dog, produto a base de carne de frango com condimentos triturados e cozidos. O produto deverá estar acondicionado, pesado até 3 (três) Kg por embalagem. As embalagens devem conter especificações do produto conforme a legislação vigente e seguir os padrões microbiológicos. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	40,00	1.240,00
48	Comercial Ambrósio Ltda	Vinagre - de vinho, em embalagens de 750 ml. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar .	20,00	48,00
52	Comercial Ambrósio Ltda	Pó para Pudim embalagem de 45 gr vários sabores	100,00	80,00
53	Comercial Ambrósio Ltda	Sagu - pacote de 500gramas, grupo mandioca, tipo 1, classe pérola. Data de fabricação recente e prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	40,00	116,00
55	Comercial Ambrósio Ltda	Gelatina em pó vários sabores em embalagens de 45 gr	100,00	90,00
1	V. Breda Comercial	Abacaxi Perola - de 1ª qualidade classificado. Deve apresentar características bem formadas, livre de danos fisiológicos e doenças sem batidas e amadurecido. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com Peso identificado	60,00	359,40
5	V. Breda Comercial	Alface - limpa, fresca e não amassada. Entregue acondicionada em embalagens de plástico, conforme cronograma da merenda escolar.	50,00	149,50
6	V. Breda Comercial	Alho grão devem apresentar características bem formadas, livres de danos fisiológicos, pragas e doenças	10,00	228,00
9	V. Breda Comercial	Banana Caturra - de 1ª qualidade e classificada. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de maturidade. Acondicionada em caixas (plásticas ou com revestimento plástico. Entregue conforme cronograma da Merenda Escolar.	180,00	403,20
10	V. Breda Comercial	Batata doce de boa qualidade, sem sujidades, deve apresentar características bem formadas, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, acondicionadas em embalagens de plástico resistente e limpo	80,00	391,20

11	V. Breda Comercial	Beterraba - nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	60,00	280,80
20	V. Breda Comercial	Cebola - de boa qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Entregue em embalagens plásticas com peso identificado. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	45,00	202,50
21	V. Breda Comercial	Cenoura - nova, limpa, sem barros, de primeira qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue em embalagens plásticas com o peso identificado. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	35,00	119,00
29	V. Breda Comercial	Feijão carioca ou preto (conforme especificação na lista de compras), tipo 1, grãos inteiros, sem sujidades, embalagens plásticas, transparente, resistente. Com data de envase recente e prazo de validade. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	60,00	236,40
32	V. Breda Comercial	Iogurte líquido com polpa de frutas, simples, elaborado a partir de leite, açúcar, fermento lácteos, polpa de frutas, estabilizantes, acidulante, conservante conservado entre 1 a 10 graus Cº validade mínima de 24 dias a contar da data da entrega entregue em embalagens plásticas de 1 litro	280,00	896,00
33	V. Breda Comercial	Laranja Valencia - limpas, grau médio de amadurecimento, tipo umbigo, não amassada e não batida. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	100,00	349,00
34	V. Breda Comercial	Leite longa vida integral - embalagem Tipo Tetra-Pack, UHT, com registro no Ministério da Agricultura, com prazo de validade e data de envase recente. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	230,00	595,70
35	V. Breda Comercial	Maça Fuji tamanho médio , nova de 1º qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, não batidas nem amassadas não podendo conter sarda, e ou granizadas, devem ser sãs, sem ruptura e ou pancadas na casca entregue encarteladas	200,00	988,00
37	V. Breda Comercial	Mamão Formosa de 1º qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento , doce não amassado e não batido, com unidades de aproximadamente de 1000 gramas a 1500 gramas	130,00	583,70
44	V. Breda Comercial	Repolho verde, podado, tamanho médio, novo, inteiro de 1ª qualidade, sem manchas e limpo. Condicionado em embalagens de plásticos resistente, contendo etiqueta e peso. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	100,00	490,00
47	V. Breda Comercial	Tomate - de 1ª qualidade, tipo longa vida. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	80,00	520,00
49	V. Breda Comercial	Melancia, fruta in natura, espécie redonda, aplicação alimentar. Características: graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, pesando entre 8 a 12kg casa unidade. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar, contendo etiqueta com peso.	120,00	258,00
12	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Biscoito caseiro, feito de forma artesanal e que se utiliza, de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. As embalagens devem ser de plástico transparente, lacrada, com garantia de higiene e consistência adequada, embalagens de 1 kg contendo rotulo do produto com todas as especificações obrigatórias, data de validade recente. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	100,00	1.290,00
18	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Bolo caseiro doce, alimento a base de massa contendo leite, ovos, fermento, sabor doce e cozida no forno, contendo data de fabricação, data de validade e rotulagem conforme legislação	100,00	1.840,00
24	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Cuca sendo bolo caseiro de aproximadamente 2 kg alimento a base de massa contendo leite, ovos, fermento, cozida em forno contendo data de fabricação, data de validade e rotulagem conforme legislação	80,00	1.112,00
36	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Macarrão Caseiro a base de ovos. Apresentação em embalagens de 1 kg que devem apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade de produto. Data de fabricação recente e entrega. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	80,00	708,00
42	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Pão de leite tipo Hot Dog , cada unidade contendo 60 gramas aproximadamente, superfície lisa, macia, brilhante com miolo consistente e sedoso acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente resistente e integra com data de produção do dia da entrega e isento de mofos	200,00	1.580,00
51	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Pão de Queijo sendo de massa caseira contendo ovos leite farinha e polvilho cozido em forno.	70,00	973,00

56	Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski ME	Grostoli sendo bolo caseiro doce alimento a base de massa contendo leites ovos fermento cozido em forno	80,00	1.112,00
2	SCS COMÉRCIO LTDA	Achocolatado em pó - pacote de 1kg, instantâneo. Deverá ser acondicionado em pacotes de polietileno atóxico. Deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Rendimento, instruções de preparo e conservação na embalagem. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar	30,00	223,50
3	SCS COMÉRCIO LTDA	Açúcar em pacotes de 1 KG .Devera ser acondicionado em pacotes de polietileno atóxico deverá constar data de fabricação e validade de no mínimo 12 meses.	90,00	247,50
7	SCS COMÉRCIO LTDA	Amido de milho - pacotes de 1kg, em polietileno, 100% amido de milho. Deve constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Com registro no Ministério da Saúde.	25,00	92,50
8	SCS COMÉRCIO LTDA	Arroz integral tipo 1, pacotes de 1 kg, classe longo fino, subgrupo parborizado integral, com data de fabricação recente e validade mínima de 12 meses da entrega	130,00	286,00
15	SCS COMÉRCIO LTDA	Café - em pó solúvel, de boa qualidade - embalagens 200gr. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	12,00	118,80
16	SCS COMÉRCIO LTDA	Canela em pó - em embalagem de plástico de 15 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	15,00	23,25
17	SCS COMÉRCIO LTDA	Carne Bovina Moída - de 1ª qualidade, sem osso e com pouco gordura aparente, em pacotes de 1kg, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas. Entregue congelada e conforme o cronograma da alimentação escolar e com peso identificado.	150,00	2.370,00
19	SCS COMÉRCIO LTDA	Carne bovina em Pedacos sem Osso, De 1º qualidade em pacotes, sem osso e com pouco gordura aparente e, pacotes de 1kg, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas. Entregue congelada. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	150,00	2.820,00
22	SCS COMÉRCIO LTDA	Doce de frutas cremoso - embalagens contendo 1kg, composição 100% polpa de frutas. Com registro no Controle de Produtos Agropecuários (COPAS). Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses. Sabores: morango e uva.	20,00	118,00
23	SCS COMÉRCIO LTDA	Colorau colorífico em pó fino, pacotes de 500 gramas, de coloração avermelhada e sem presença de sujidades ou materiais estranhos, embalagem de polietileno, transparente, resistente validade mínima de 12 meses	15,00	42,75
25	SCS COMÉRCIO LTDA	Cravo - em embalagem de plástico de 15 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	25,00	40,00
26	SCS COMÉRCIO LTDA	Extrato de tomate - de boa qualidade, em embalagem resistente de 520g. Com data de fabricação e prazo de validade recente. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	40,00	230,00
27	SCS COMÉRCIO LTDA	Farinha de milho - pacotes de 1kg. Composição 100% milho, cor amarelo, não pré-cozido, em embalagens plásticas, transparente, resistente, com solda íntegra e reforçada. Com data de fabricação recente e prazo de validade. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	45,00	85,50
28	SCS COMÉRCIO LTDA	Farinha de trigo especial - pacotes de 5Kg contendo 100% trigo integral, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Contendo instruções de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	30,00	282,00
30	SCS COMÉRCIO LTDA	Fermento em pó Químico, Lata de 250gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, com registro no Ministério da Saúde. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	30,00	154,50
38	SCS COMÉRCIO LTDA	Margarina sem sal , 40% lipídeos, em embalagem de 1 kg, com registro no ministério da agricultura e prazo de validade de 6 meses	25,00	180,00
39	SCS COMÉRCIO LTDA	Mortadela - de frango, sem cubos de gordura, unidades de 1 kg, sabor e odor característicos, devidamente registrados no Ministério da Agricultura e inspeção sanitária. Contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 5 meses. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	50,00	345,00
41	SCS COMÉRCIO LTDA	Orégano em embalagem de plástico de 15 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	15,00	24,75

43	SCS COMÉRCIO LTDA	Queijo - tipo mussarela, de 1ª qualidade, entregue em embalagens de 1kg cada, com ingredientes de leite conservação de 0 a 10°C. Produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação sanitária em vigor. Apresentação em barra, acondicionada em embalagem plástica apropriada, transparente, limpa, resistente e inviolável. A embalagem original deverá ser a vácuo e conter extremamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade quantidade de produto, numero do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA E Inmetro. Prazo de entrega	40,00	716,00
54	SCS COMÉRCIO LTDA	Suco Concentrado - em embalagens de 450 gramas. Sabores: uva, laranja e morango	100,00	385,00

Três mil e setecentos reais e oitenta e cinco centavos	3.700,85
Sete mil e cinquenta reais e quarenta centavos	7.050,40
Oito mil seiscentos e quinze reais	8.615,00
Oito mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos	8.785,05

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 18/02/16.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4830/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4830/2016 de 25 de Fevereiro de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0202/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0202/2016, que tem por objeto Aquisição de Materiais Escolares de Escritório e Materiais Diversos para Manutenção das Atividades do departamento do CRAS.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
3	E.M INFORMATICA LTDA.	Pincel para Pintura em Tecido nº. 08	20,00	30,00
6	E.M INFORMATICA LTDA.	Pincel para Pintura em Tecido nº. 14	20,00	52,40
12	E.M INFORMATICA LTDA.	Pincel Atômico 1100 P caixa com 12 unidades diversas cores	10,00	350,00
15	E.M INFORMATICA LTDA.	Clips nº. 1/0 galvanizado caixa com 100 unid	10,00	10,50
16	E.M INFORMATICA LTDA.	Clips Niquelado nº 4 caixa c/ 100 unid	3,00	4,50
18	E.M INFORMATICA LTDA.	Caderno grande 1 matéria em espiral de 96 folhas nas dimensões de 200 mm X 275mm em capa dura	120,00	540,00
19	E.M INFORMATICA LTDA.	Caderno linguagem brochura 48 folhas, capa dura, formato de 142mm* 203mm nas cores vermelho amarelo verde e azul	50,00	140,00
20	E.M INFORMATICA LTDA.	Caderno pequeno capa dura espiral, 160mmx210 mm com 96 fls	60,00	180,00
43	E.M INFORMATICA LTDA.	Livro Ata c/100fls	3,00	36,00

11	Telecopy Equipamento Ltda	Borracha Branca, 5cm* 4 cm, caixa com 40 unid	10,00	78,00
23	Telecopy Equipamento Ltda	Kit Escolar contendo 12 lápis de cor, 02 lápis preto, 01 apontador retangular e 01 borracha 5cm *4cm	100,00	970,00
27	Telecopy Equipamento Ltda	Toalha de rosto 100 % algodão 50cmx70cm com barra p/ bordado ponto cruz lisa de boa qualidade, diversas cores	200,00	1.080,00
30	Telecopy Equipamento Ltda	Prancheta escolar em Madeira	10,00	31,30
31	Telecopy Equipamento Ltda	TNT rolo c/ 50 metros, poli diversas cores	10,00	589,00
33	Telecopy Equipamento Ltda	Cola branca lavável a base de PVA e agua embalagem que não vasa e não entope, não toxica, sem odor nem exalar vapores tóxicos, deverá ser embalado em recipientes plásticos com tampa removível em embalagem de 110 gramas	100,00	125,00
46	Telecopy Equipamento Ltda	Bola Futebol de Campo Profissional	5,00	318,50
47	Telecopy Equipamento Ltda	Bola de vôlei oficial costurada	5,00	245,00
48	Telecopy Equipamento Ltda	Colchonetes em EVA Azul Grosso medidas 173cm*61cm* 04cm	20,00	1.040,00
49	Telecopy Equipamento Ltda	Bambolê Confeccionado em Material Plástico Polietileno, alta densidade, diâmetro de 60 cm e tubo de 16 mm e parede de 1.2 mm	20,00	107,80
52	Telecopy Equipamento Ltda	Bola de Borracha Tamanho 10	10,00	176,40
56	Telecopy Equipamento Ltda	Corretivo liquido a base de agua 18 ml caixa com 12 unidades	2,00	19,10
57	Telecopy Equipamento Ltda	Estilete grande 29 BP lamina larga	50,00	80,50
75	Telecopy Equipamento Ltda	Pistola de cola quente pequena, bivolt, mínimo 40 watts	30,00	322,50
76	Telecopy Equipamento Ltda	Cartolina 50x66 150gr cores branca rosa e verde	150,00	52,50
51	V. Breda Comercial	Corda (popular Soga)	50,00	124,00
63	V. Breda Comercial	Sandália de dedo (chinelo de dedo) produzido em borracha de boa qualidade, para ser usado em trabalho artesanais colorido sem estampas diversas cores e na numeração de 35 a 40	200,00	2.430,00
77	V. Breda Comercial	Espeto de madeira 250x3,5 mm c/ 100 unidades	5,00	19,25
78	V. Breda Comercial	Espeto de madeira 180x3 mm c/ 100 unidades	5,00	14,00
7	Ineide Kerkhoff - MEI	Pincel redondo nº. 0 (broxinha)	20,00	60,00
29	Ineide Kerkhoff - MEI	Pano de prato 100% algodão liso branco barrado 50x70 cm de boa qualidade	100,00	480,00
34	Ineide Kerkhoff - MEI	Meadas de Linhas para bordar diversas cores	200,00	240,00
53	Ineide Kerkhoff - MEI	Telas com Desenho para Bordar, com dimensões 30cm*30cm	40,00	1.000,00
54	Ineide Kerkhoff - MEI	Telas com Desenho para Bordar com Dimensões 45cm*45cm	20,00	600,00
64	Ineide Kerkhoff - MEI	Tecido Oxford, cor vermelho, com 1,40 metros de largura	200,00	1.440,00
66	Ineide Kerkhoff - MEI	Lentilhas, indicado para bordar roupas, chinelos e acessórios, nas cores brancas, vermelho, azul, verde, amarelo, rosa, lilás, marrom e preto e essas mesmas cores transparentes em embalagens de 250 gramas	30,00	750,00
67	Ineide Kerkhoff - MEI	Mini - lentilhas, indicado para bordar roupas, chinelos e acessórios, nas cores brancas, vermelho, azul, verde, amarelo, rosa, lilás, marrom e preto e essas mesmas cores transparentes em embalagens de 250 gramas	10,00	200,00
68	Ineide Kerkhoff - MEI	Pedraria Pitanga, indicado para bordar roupas, chinelos e acessórios, nas cores brancas, vermelho, azul, verde, amarelo, rosa, lilás, marrom e preto e essas mesmas cores transparentes em embalagens de 250 gramas	10,00	220,00
69	Ineide Kerkhoff - MEI	Flor em pedraria pronta, indicada para bordar chinelos, roupas e acessórios com 3 cm de diâmetro	200,00	998,00
79	Ineide Kerkhoff - MEI	Tecido poliéster estampado e liso com 2,20 m de largura para roupa de cama de boa qualidade	80,00	960,00
8	SCS COMÉRCIO LTDA	Papel alcalino branco, tamanho A4, formato retangular, próprio para impressora a laser e jato de tinta, medindo 210mmx297mmx75g/m2, pacote com 500 folhas (resma), embalagem especial contra umidade (impermeável), acondicionadas com 10 resmas por caixa	50,00	7.285,00

9	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Caneta esferográfica poligrafo de cor azul, preta e vermelha ponta media 1.0 mm caixa com 50 unidades	30,00	897,00
21	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Fita Crepe Branca 18mm *50 m com 6 rolos	20,00	236,00
22	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Fita durex 48mmx45m caixa com 04 rolos	20,00	260,00
37	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Balão serie imperial 7 liso com 50 unid (diversas cores)	50,00	299,00
38	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Tinta Guache Lavável 250 ml diversas cores	60,00	154,80
41	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Cola Quente Bastão Grosso 11,2 mm em Pacotes de 1 KG	10,00	193,00
44	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Caneta Hidrográfica com 6 Cores	2,00	12,00
58	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Estojo com 12 canetinhas hidrográficas laváveis	50,00	237,50
59	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	Massa de modelar com 6 potes de 900 gr não toxica	10,00	268,00
1	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura em Tecido nº. 0	20,00	20,00
2	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura em Tecido nº. 06	20,00	25,60
4	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura em Tecido nº. 10	20,00	35,00
5	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel para Pintura em Tecido nº. 12	20,00	45,80
10	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Lápis preto Nº. 2 caixa com 72 inidades	10,00	163,00
13	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Grampo 26/6 caixa com 5.000 unid	10,00	39,00
24	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Alfinetes Niquelados nº 29 com 50 gramas	10,00	39,40
25	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Folhas em EVA emborrachado 600mmx400mmx2mm, lavável, higiênico, textura homogênea, anti - toxico diversas cores pacotes com 10 unidades	80,00	936,00
26	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pincel quadro branco caixa com 12 unidades diversas cores	2,00	45,00
32	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Apontador Retangular de Ferro	50,00	49,50
35	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	fita de cetim 7mm*100m em rolo diversas cores	30,00	397,50
36	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Fita de cetim 5mmx100 metros em rolo diversas cores	20,00	238,00
39	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Giz de Cera Grosso com 12 unidades	50,00	100,00
42	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Cola Quente Bastão Fino pacote de 1 KG	20,00	355,00
45	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Marcador Perm. para CD/DVD	12,00	27,00
60	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Percevejo latonado caixa c/ 100 unidades	20,00	32,00
61	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Tesoura grande aço inox	30,00	285,00
62	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	tesoura zig zag grande em aço inox	2,00	92,00
65	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Missanga, indicado para bordar roupas, chinelos e acessórios , nas cores pérola, transparente, branco, vermelho, rosa, lilás, marrom, amarelo ,verde, azul preto em embalagens de 250 gramas	30,00	420,00
70	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Cola extra pronta para uso, trata-se de um adesivo vinifico disperso em água (a base de PVA), de cor branca, odor característico e média viscosidade, que após seco apresenta uma película transparente, plastificada, de alta resistência ao descolamento, para aplicação em madeiras, laminados plásticos, papel , papelão , tecidos e materiais porosos em geral embalagem de 1 litro	10,00	190,00
71	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Tecido patchwork com 1,40 mt de largura cores diversas	50,00	900,00
72	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Giz escolar branco anti alérgico, produto não toxico, com película plástica que não suja as mãos, não solta pó caixa com 50 palitos	15,00	33,00

73	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Giz escolar colorido antialérgico, produto não toxico, com película plástica que não suja as mãos, não solta pó caixa com 50 palitos	15,00	49,50
74	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Pistola de cola quente grande, bivolt, mínimo 40 watts	15,00	213,00
80	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	Fibra siliconada para enchimento	15,00	292,50

Mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos	1.343,40
Cinco mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos	5.235,60
Dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos	2.587,25
Seis mil novecentos e quarenta e oito reais	6.948,00
Sete mil duzentos e oitenta e cinco reais	7.285,00
Dois mil quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos	2.557,30
Cinco mil e vinte e dois reais e oitenta centavos	5.022,80

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 25/02/16.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

240.02.16 - P. DES. PROF. ERONETE AP. S. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 240/16 de 24.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Eronete Aparecida da Silva Souza, para atuar como Professora 20 horas semanais no NAES, no período de 24 de fevereiro com término no dia 15 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Esta contratação é para coordenar o NAES.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

DARIO CESAR DE LINS

Prefeita em Exercício

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

241.02.16 - P. DES. PROF. ANA C. F. CARVALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 241/16 de 24.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Ana Claudia Ferreira de Carvalho, para atuar como Professora 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 24 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

DARIO CESAR DE LINS

Prefeita em Exercício

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

242.02.16 - P. DES. PROF. TEREZA Z. RODE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 242/16 de 24.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designa Tereza Rode, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Sapato, no período de 24 de fevereiro com término no dia 15 de dezembro de 2016, para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Esta contratação foi feita tendo em vista não haver candidatos interessados no Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

DARIO CESAR DE LINS

Prefeita em Exercício

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

243.02.16 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE HELIA M. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 243/16 de 24.02.16

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 03 de março de 2016, a funcionária Helia Marian Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Tristão da Silva "Maria Mariano".

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

DARIO CESAR DE LINS

Prefeita em Exercício

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

244.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 244/16 de 24.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 22 de fevereiro de 2016, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Laércio Maffioletti
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Agilson Simiano
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Lindalva Scarabelot
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Jair Marian
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Arlesio Simiano
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Lauro Pereira da Rosa
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Dionei Gadotti
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Lauvir Rogério Polman
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Bom Retiro, 26 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes
Prefeita Municipal em Exercício

MINUTA PP 03/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 (FMAS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público Edital Pregão Presencial 03/2016 para Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro no exercício de 2016. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 10/03/16 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 26 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes
Prefeita Municipal em Exercício

MINUTA VENCEDORES CHAMADA PUBLICA 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

VENCEDORES CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

O Município de Bom Retiro comunica aos interessados o resultado da Edital da Chamada Pública 01/2016 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de cooperativas e associações, para atender os alunos matriculados nas escolas que ofertam a educação infantil, ensino fundamental, médio, da rede pública municipal de ensino de Bom Retiro/SC.

Vencedores:

Contratado: Adair Schlosser

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2016- MERCADO LAGEADO**

Extrato de Contrato nº 19/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: MERCADO LAGEADO LTDA M

Valor: R\$ R\$ 59.223,33 (Cinquenta e Nove Mil, Duzentos e Vinte e Três Reais e Trinta e Três Centavos)

Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS

Fund.Legal: Este contrato administrativo reger-se-á pelas suas cláusulas e condições, na forma da Lei n. 8.666/93, e sua adjudicação decorre do Processo Licitatório Nº 09/2016, sob a modalidade de Pregão Presencial Nº 04/2016.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2/2016 - SRP FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6/2016 FMS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2/2016 - SRP FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 10.03.2016, estará selecionando a melhor proposta Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 25 de fevereiro de 2016. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

Braço do Trombudo, em 24 de fevereiro de 2016.

Charels Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume, em data supra.

PORTARIA 037/2016

PORTARIA Nº 037/2016

Substitui membro da Comissão Processante e dá outras providências

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 009/99 de 17.11.09, e, considerando a justificativa apresentada pela Servidora Denise Schussler Werter, em seu requerimento datado do dia 22 de fevereiro de 2016,

Resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a substituição da servidora, DENISE SCHUSLER WERTER, Secretária Executiva, nomeada pela portaria nº 123/2005, pela servidora CAMILA LUANA WLOCH MORETTI, Nutricionista, nomeada pela portaria nº 114/2007, para ocupar a mesma função, aparando os fatos que envolvem o servidor CONRADO RINERT NETO, Engenheiro Civil, nomeado pela portaria nº 098/2009, em razão do ofício nº 0523/2015/01PJ/TRO, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, o qual informa que o referido servidor teria violado, em tese, dever funcional, ao analisar e aprovar procedimento administrativo de parcelamento do solo urbano no qual era requerente/interessado (processo nº 689/2015) ferindo, assim, no mínimo, o princípio da impessoalidade, regente da atividade administrativa.

Art. 2º - Estabelecer que o prazo para conclusão do inquérito não excederá a 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no artigo 101, do Estatuto dos Servidores Públicos de Braço do Trombudo.

Art. 3º - Os integrantes da Comissão nomeada ficam dispensadas de suas atividades normais, durante o período que se dedicarem aos trabalhos para os quais ora são designados, até a conclusão do relatório final.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2015

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2015

Número do Registro de Preços: 26/2015		Data do Registro: 26/08/2015		Válido até: 26/08/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto , Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de arbitragem para futsal - dois árbitros e um auxiliar (mensal) por jogo (16496)	part	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA	ARBITRAGEM	0	136.3080	1

1	Serviços de arbitragem para futsal - dois árbitros e um auxiliar (messário) por jogo (16496)	parti	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)	ARBITRAGEM/	0	136,3080	1
---	--	-------	--	-------------	---	----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 26/2015		Data do Registro: 26/08/2015		Válido até: 26/08/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto , Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Deslocamento de árbitros por rodada (16497)	Rod	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA (9217)	DESLOCAMIEI	0	59,8454	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2015

Número do Registro de Preços: 26/2015		Data do Registro: 26/08/2015		Válido até: 26/08/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto , Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015
PROCESSO Nº 43/2015
(9217) - LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA

Braço do Trombudo, 26 de Agosto de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 12/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 11/2016

Objeto: Contratação de serviços para pequenos reparos de solda, chapeação e Pintura, para manutenção das máquinas e veículos da frota municipal. Licitação exclusiva para ME, EPP e MEI. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09:00min do dia 11/03/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

DECRETO 16/2016

DECRETO Nº 16 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis e considerando o disposto na Lei Complementar nº 31/2009,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO do imóvel urbano com área total 107.153,00 m² (Cento e sete mil cento e cinquenta três metros quadrados), sendo ao Norte: 227,37m com José de Oliveira; Sul: 134,80m com José Joaquim da Rosa, Leste: 547,55m com José Joaquim Rosa; Oeste: 470,89m com a Rua Selmo Heck + 12,00m com a Rua Joaquim Fontana + 12,00m + 34,59m com a Rua Armindo Leobet + 90,00m + 72,10m com a Prefeitura Municipal, objeto do registro imobiliário nº 13.722, do CRI da Comarca de Campos Novos (SC), com as disposições e condições estabelecidas neste Decreto.

Artigo 2º. O desmembramento da área será realizado da seguinte forma:

- Lote 01 - Com área de 375,47 m² (trezentos e sessenta e cinco metros e quarenta e sete centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: norte: 12,10m com a Prefeitura Municipal; Sul: 12,90m com a Rua Joaquim Fontana; Leste: 30,00m com o lote 02; Oeste: 30,00m com a Rua Selmo Heck.
- Lote 02 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal; Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana; Leste: 30,00m com o lote 03; Oeste: 30,00m com o Lote 01.
- Lote 03 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal; Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana; Leste: 30,00m com o lote 04; Oeste: 30,00m com o Lote 02.
- Lote 04 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal; Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana; Leste: 30,00m com o lote 05; Oeste: 30,00m com o Lote 03.

e) Lote 05 - Com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 15,00m com a Prefeitura Municipal; Sul: 15,00m com Rua Joaquim Fontana; Leste: 30,00m com a área Remanescente; Oeste: 30,00m com o Lote 04.

f) Lote 06 - Com área de 527,73 m² (quinhentos e vinte e sete metros e setenta e três centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 35,92m com o lote 07; Sul: 34,59m com Rua Armindo Leobet; Leste: 15,00m com a área Remanescente; Oeste: 15,00m com a Rua Selmo Heck

g) Lote 07 - Com área de 547,73 m² (quinhentos e quarenta e sete metros e setenta e três centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 37,26m com o lote 08; Sul: 35,92m com o Lote 06; Leste: 15,00m com a área Remanescente; Oeste: 15,00m com a Rua Selmo Heck

h) Lote 08 - Com área de 847,37 m² (oitocentos e quarenta e sete metros e trinta e sete centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 40,00m com o lote 09; Sul: 37,26m com o Lote 07; Leste: 25,44m com a área Remanescente; Oeste: 19,00m com a Rua Selmo Heck.

i) Lote 09 - Com área de 3.200,00 m² (três mil e duzentos metros quadrados) com as seguintes confrontações: Norte: 45,00m com José de Oliveira; Sul: 40,00m com o Lote 08; Leste: 80,44m com a área Remanescente; Oeste: 78,74m com a Rua Selmo Heck.

j) Área Remanescente - Com área de 99.854,70 m² (noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro metros e setenta centímetros quadrados) Norte: 182,37m com a José de Oliveira; Sul: 134,80m com José Joaquim da Rosa, Leste: 547,55m com José Joaquim Rosa; Oeste: 313,50m com a Rua Selmo Heck + 12,00m com a Rua Joaquim Fontana + 12,00m + 34,59m com a Rua Armindo Leobet + 90,00m com a Prefeitura Municipal + 30,00m com o lote 05 + 15,00m com o lote 06 + 15,00m com o lote 07 + 25,44m com o lote 08 + 80,44m com o lote 09.

Art. 2º. Os interessados deverão registrar o desmembramento aprovado perante o Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos (SC), entregando ao Município, no prazo de noventa dias, certidões atualizadas dos respectivos atos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 06/2016.

Brunópolis, 24 de fevereiro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 284/2016

PORTARIA Nº 284/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CATIA FISCHER CUSTODIO, matrícula nº 397385-02, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, lotada no Gabinete do Prefeito, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 06/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2843/2015

PORTARIA Nº 2843/2015, de 30 de novembro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2017/2015 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2015 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os feriados ocorridos em 12/10/2015 (Nossa Senhora Aparecida), 02/11/2015 (Finados) e dia do Servidor Público em 28/10/2015.

Considerando, a dispensa na data de 22/10/2015 devido as fortes chuvas ocorrida no Município.

Considerando, férias e viagens por partes de testemunha;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ADEMAR JACINTO VENTURIN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, portador do CPF nº 494.944.499-91, RG nº 1.516.834-4 SSP, admitido em 01/04/2010, através da portaria 6.944/2010, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos constante da denúncia datada de 22/07/2015 encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos e memorando nº 336/2015, encaminhado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts.25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 28/11/2015,

revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de novembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 10.562, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.562, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PSICÓLOGO, conforme abaixo nominados:

LUCIMARA ZALUSKI GALINSKI PAVESI

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de fevereiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

EDITAL N. 001/2016 ATA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - SAMAE

Ata do Processo Seletivo Simplificado para contratação em caráter temporário, segundo o Edital n. 001/2016 de 26/01/2016. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, reuniram-se na sede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, sito à Rua Doutor Penido, 297, Centro, às dezessete horas, os membros participantes da Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2016, especialmente nomeada pela Portaria SAMAE n. 025/2016, formada pelos servidores Manoela Merizio, Diego Ribeiro Pena e Jean Wons Fernandes para análise da documentação dos candidatos, de acordo com o que disciplina o Edital n. 001/2016. Foi realizada no dia 10/02/2016 às 09h00min no Bloco C da UNIASSELVI/ASSEVIM prova teórica objetiva para

os cargos de Agente Administrativo, Agente de ETA, Agente de Leitura e Inspeção, Agente de Obras, Agente de Serviços Especiais e Mecânico. O resultado provisório foi devidamente publicado no site e no mural da Autarquia no dia 15/02/2016. Aberto o prazo para interposição de recursos, apenas os candidatos Rafael da Silva, Jonatas Rodrigues de Arruda, Emannelle Angela Rover Bernardo, Fernanda Schulenburg, Salmão Aragão dos Santos e Arlei de Andrade apresentaram requerimento, entendendo esta Comissão pela procedência parcial dos pedidos e em consequência, a anulação as questões nº 6, nº 7 e nº 13 do caderno de provas para o cargo de Agente Administrativo por formulação incorreta e a correção do cálculo de tempo de serviço de Arlei de Andrade. Por fim, no dia 19/02/2016 foi divulgado o resultado final também por meio do sítio eletrônico e mural do SAMAE. A comissão deu por encerrado o certame, com todos os membros certos de que exerceram seus encargos conforme definido pela Portaria SAMAE n. 025/2015, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais preceitos jurídicos. De acordo com o certame, aconselhamos que o presente Processo Seletivo Simplificado seja homologado pelo Senhor Diretor Presidente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por esta comissão.

MANOELA MERIZIO _____

DIEGO RIBEIRO PENA _____

JEAN WONS FERNANDES _____

EDITAL Nº 001/2016 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO - SAMAE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE – Edital nº 001/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, Silvia Eliane Roso da Silva, na qualidade de Representante do SAMAE, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c" da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, faço saber:

Publicado o resultado provisório para todas as funções, que se deu em 15 de fevereiro de 2016 e decorrido o prazo recursal constante no item 11.1 do edital, analisado os recursos interpostos, HOMOLOGO em todos os seus termos o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 salientando a objetividade e lisura do citado certame.

Destarte, homologada a relação final dos candidatos aprovados, iniciaremos o processo de convocação dos futuros servidores desta Autarquia, em caráter temporário, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas e a medida das nossas necessidades, conforme item 13.2 do Edital.

Brusque, 19 de fevereiro de 2016.

SILVIA ELIANE ROSO DA SILVA
Representante – SAMAE/Brusque

PORTARIA Nº 10.564, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.564, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PROFESSOR, conforme abaixo nominado:

JOSEANE CONSTANTINI Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 350/2016

PORTARIA Nº 350/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. BIBIANA KRIEGER FERNANDES, matrícula nº 364029-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 15/02/2016 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 01/03/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de fevereiro de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 01 - 2016 – FUNDEMA - CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE Nº 01 - 2016 – FUNDEMA - CREDENCIAMENTO

EDITAL: - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016 - FUNDEMA
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS, PARA ATENDER ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E ANIMAIS DE RUA EM SOFRIMENTO.

ENTREGA DO ENVELOPE: 10/03/2016 até às 18h30min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 23 de fevereiro de 2016.
DENISE CHIARELLO HARTMANN
Presidente FUNDEMA

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 02-2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 02-2016 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR torna público a Suspensão do processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, para adequações no edital.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacaopmc@caçador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site www.caçador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 25 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.712

DECRETO Nº 6.712, de 24 de fevereiro de 2016.

Substitui membros nomeados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.452, de 29 de junho de 2015, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

2 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Isolete Renon Farias
Suplente: Elizete Farias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01-2016 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 01/2016, Objeto. AQUISIÇÃO DE CREDITOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA, RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, EMPRESA AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA – CNPJ – 83.060.321/0001-86 COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC, Valor Total R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), Para o exercício de 2016 findando em 31/12/2016. Conforme artigo 25 da Lei 8.666/93.

Caçador, 24 de fevereiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02-2016 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 02/2016, Objeto. AQUISIÇÃO DE CREDITOS PARA TRANSPORTE DESTINADOS AOS ACOMPANHANTES DOS ALUNOS DA APAE, APAS E ADVB, EMPRESA AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA – CNPJ – 83.060.321/0001-86 COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC, Valor Total R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais), Para o exercício de 2016 findando em 31/12/2016. Conforme artigo 25 da Lei 8.666/93.

Caçador, 24 de fevereiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 26.475

PORTARIA nº 26.475, de 01 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento do SERVIÇO HORAS PLANTÕES, realizado no mês de janeiro de 2016, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
9701	Daniela Kist Busnardo Cabral	69hs
13474	Dilson Luiz Correia	400hs
13571	Douglas Pereira Carniel	56hs
12773	Everton Zeni	357hs
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	69hs
1092	João Gomes Soares	101hs
13958	Matheus Lobato Farinon	137hs
12056	Matheus Moro	13hs
11332	Northon Andre F. Knoblauch	37hs
13957	Pablo Augusto Gehlen	17hs
13583	Sulivan Francisco da Silva	200hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.533

PORTARIA Nº 26.533, de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, unidade escolar e data de início da redução, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Unidade escolar	Período/A contar de:
9024	Ione Maria Chiarello	Profª do Ensino Fundamental II - Artes	30hs	20hs	EMEB Alto Bonito	16/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.534

PORTARIA Nº 26.534, de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005 e alterações, e, ainda, na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão AMUR OTÁVIO SOARES, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor Esportivo Educacional da Fundação Municipal de Esportes de Caçador - FMEC, "Grupo Ocupacional Comissão", Referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar do dia 12 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.535

PORTARIA Nº 26.535, de 18 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, ocupantes de cargos efetivo e de contrato temporário, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando códigos, nomes, cargos, unidades escolares e datas de início das licenças maternidades, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A partir – A contar de:
14145	Suzana Pereira do Prado	Profª Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	18/02/2016
13676	Fabiane da Silva Kamienski	Profª Ensino Fundamental II	EMEBs Hilda G Sousa - Ulysses Guimarães – Rodolfo Nickel	17/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.549

PORTARIA Nº 26.549, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, especificando matrícula, nome, cargo, local de atuação e período de afastamento da licença, conforme atestado médico:

Código	Nome	Cargo	Período – A contar de:
13524	Franciele Carline Zenaro	Enfermeiro ESF	19/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.551

PORTARIA Nº 26.551, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA, Matrícula 10824, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no CMEI Hilda Granemann de Sousa, 40 (quarenta) horas semanais, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com início a contar do dia 05 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.557

PORTARIA Nº 26.557, de 22 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, ocupantes de cargos efetivo e de contrato temporário, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando códigos, nomes, cargos, unidades escolares e datas de início das licenças maternidades, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A partir – A contar de:
12900	Gerusa Bassani	Profª Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Sousa	22/02/2016
3295	Maria Beatriz Konflanz	Profª Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Sousa	22/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 – FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO PR - 02-2016 - FUNDEMA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS, PREGOS E PARAFUSOS PARA CONFECÇÃO DE DECKS NO PROLONGAMENTO DA RUA ARISTILIANO RAMOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 10/03/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 10/03/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de fevereiro de 2016.
Denise Chiarello Hartmann
Presidente FUNDEMA

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 001/2016 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2016- FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA) PARA SEREM OFERTADAS COMO BENEFÍCIO EVENTUAL AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 25/02/2017

1ª Publicação.

DL 02/16 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 002/2016 – FMAS

Data: 25/02/2016

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO A FIM DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL REFERENTE AO ACOLHIMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA RESIDÊNCIA CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA ME, SITUADA NO MUNICÍPIO BALNEÁRIO PIÇARRAS.

Valor total: R\$ 75.600,00 (Setenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais).
Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Contratada: CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 25 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 21/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS PARA AS EQUIPES QUE TRABALHARÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 18 (Dezoito) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento

de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 25 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 22/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONDICIONADOR DE AR E CLIMATIZADORES COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO INSTALAÇÃO E PLANTÃO TÉCNICO, PARA CLIMATIZAÇÃO, DESTINADO À EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE NO GINÁSIO DE ESPORTES DO CENTRO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 25 de Fevereiro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESUMO DE CONTRATO ADITIVO 55/2014 E 50/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 001/2016 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2016- FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA) PARA SEREM OFERTADAS COMO BENEFÍCIO EVENTUAL AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 25/02/2017

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 33/2016

ADITIVO CONTRATUAL Nº 33/2016

Considerando a necessidade de aquisição complementar de itens do Contrato 23/2015, estimam-se os gastos para o exercício 2016 e prevê a reserva orçamentária.

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO INFANTIL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa EDITORA POSITIVO LTDA (CNPJ: 79.719.613/0001-33), as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS REFERENTE COMPLEMENTAÇÃO

Aquisição complementar de materiais para o primeiro bimestre de 2016 (em decorrência a prorrogação do Contrato nº 23/2015):

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	31	KIT	KIT ALUNO - PRÉ I E PRÉ II: MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS, contendo em cada kit: Livro didático anual com ilustrações de qualidade de no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Linguagem Escrita ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Caderno de atividades de Matemática; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas; Jogo de cartas do alfabeto; destacáveis nas dimensões aproximadas de no mínimo 26cm x 17 cm com folhas superior 115 gramas coloridos e ilustrados; Material de Apoio; Caixa para acondicionamento e transporte dos materiais personalizadas com logomarca da empresa contendo todas as informações do kit.	147,35	4.567,85
VALOR TOTAL				R\$ 4.567,85	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2016:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.03	Serviço de Educação Infantil
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	11	Educação Infantil
Projeto	2.106	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar as Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 23/2015 permanecem inalteradas e em vigor. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 25 de fevereiro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

ACEDRIANA VICENTE SANDI
Editora Positivo Ltda
CONTRATADA

CONVOCAÇÃO Nº 037/2016

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 037/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELIDIANE FRANCKE FERREIRA inscrito no CPF/MF sob nº 055.818.169-48, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Função de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 26 de Fevereiro de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 24 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIAS

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.654 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.654 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear ANDRIELI CHAVES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000876, Registro no Sistema sob nº 955596, ao Cargo Público de Professor VIII, para exercer a Função de Professor de Geografia, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.308,51 (dois mil trezentos e oito reais, cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ANDRIELI CHAVES DA SILVA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

24 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.655 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.655 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito			
02.01 -	Chefia de Gabinete			
04.122.0003.2.101 -	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.			

400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material de Permanente	R\$ 800,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 800,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.656 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.656 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 01 e nº 02 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO ANO DE 2015.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 23 de fevereiro de 2016, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as Prestações de Contas do ano de 2015, referente aos recursos recebidos do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2016.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de

Assistência Social de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA OS BALANCETES MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 23 de fevereiro de 2016, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Mensais referente aos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2015, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Fevereiro de 2016.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte quatro dias do mês de Fevereiro de 2016.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de

Assistência Social de Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 9.657 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.657 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CMECA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resolução nº 01 do Conselho Municipal de Educação CMECA, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
CAMPO ALEGRE – CMECA
Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92
Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12
Fone 47 3632-2420

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 4º da Lei Municipal nº 3.897 de 21 de novembro de 2012 e suas regulamentações e alterações, e designado pelo Decreto Municipal nº 8.954, de 08 de abril de 2015; RESOLVE:

Art.1º - Aprovar as alterações da MATRIZ CURRICULAR da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC, anexo que integra a presente Resolução, para adequação às legislações vigentes.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 27 de novembro de 2015.
BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL
Presidente do Conselho do CMECA

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2015.

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO
Secretário de Assessoria Técnica – CMECA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – FUNDAMENTAL

	DISCIPLINA	1º ao 5º ano	6º	7º	8º	9º
Base Nacional Comum	LÍNGUA PORTUGUESA	04	05	05	05	05
	MATEMÁTICA	04	05	05	05	04
	GEOGRAFIA	01	02	02	03	03
	HISTÓRIA	01	03	03	02	02
	CIÊNCIAS	02	03	03	03	04
	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02	02	02
	ARTE	02	02	02	02	02
Parte Diversificada	LÍNGUA INGLESA	01	02	02	02	02
	TURISMO	02	X	X	X	X
	Carga horária	20	25	25	25	25

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – INFANTIL

DISCIPLINA	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR
ÁREAS DE CONHECIMENTO	Integral 26	Parcial 13

EDUCAÇÃO FÍSICA	06	03
ARTE	04	02
TURISMO	04	02
Carga horária	40	20

Turno: Diurno

Modalidade: Regular

Carga horária: 04 horas por período

Recreio monitorado: 15 minutos por período

Dias aula: mínimo de 200

Carga horária anual: 800 horas

Aprovado em: ____/____/____

Presidente do Conselho Municipal de Educação: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel: _____

Secretária Municipal de Educação: Leda Carina Munhoz Odia: _____

Rua Cel. Bueno Franco, 167 – Centro – CEP 89294-000 – Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 9.658 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.658 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 13 e 14 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 10 de Agosto de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os Conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de MAIO, JUNHO E JULHO DE 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal

de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 14 de Outubro de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de AGOSTO E SETEMBRO DE 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de outubro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

DECRETO Nº 9.659 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.659 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 01; 02; 03 e 04 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

“APROVA ALTERAÇÃO NO VALOR DE CONSULTA ESPECIALIZADA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a ALTERAÇÃO NO VALOR DE CONSULTA ESPECIALIZADA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

“APROVA CONTRATO COM O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA PARA ATENDIMENTO AS GESTANTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o CONTRATO COM O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA PARA ATENDIMENTO AS GESTANTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

“APROVA CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os Conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CALENDARIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
PARA O ANO DE 2016.

MÊS	DATA	HORÁRIO
ABRIL	13/04/2016	18 horas
JUNHO	08/06/2016	18 horas
AGOSTO	10/08/2016	18 horas
OUTUBRO	05/10/2016	18 horas
DEZEMBRO	14/12/2016	18 horas

Local: Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, situada na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 467, Centro, Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II

COMPLEMENTO SUS

CÓDIGO	EXAMES	VALOR COMPLEMENTO	QUANTIDADE PREVISTA
03.10.01.003-9	Parto Normal	R\$ 443,40	06
04.11.01.003-4	Parto Cesariano	R\$ 545,73	04

OBS: A complementação dar-se-á de acordo com o valor correspondente a 100% do total da AIH – conforme tabela de procedimentos do sistema de informações hospitalares – SIH/SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III

CONSULTA ESPECIALIZADA

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA
03.01.01.007-2	Consulta em cardiologia	R\$ 10,00	R\$ 100,00	35

DECRETO Nº 9.660 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.660 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 3º da Lei Municipal nº 4.290 de 08 de abril de 2015; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros Titulares e respectivos Suplentes para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DOS QUAIS PELO MENOS UM INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE:

a) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Taciana Amorim Cunha;

Suplente: Lais Marion Steffen.

b) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Luana Talita Rocha;

Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

II) UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Bernadete Terezinha Schuta Odia;

Suplente: Jeane Iensen Clemente.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Janete Dranka;

Suplente: Marilda Schadeck.

IV) UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: José Carlos Neneve Cordeiro;

Suplente: Elaine Martins.

V) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Rosilene Rocha de Lima Rebelo;

Suplente: Carla Cristina Olescowitz da Conceição;

GABINETE DO PREFEITO

Titular: Maricléia S. de A. Moreira;

Suplente: Márcia Giseli B. Dalcampi.

VI) DOIS REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, SENDO UM INDICADO PELA ENTIDADE DOS ESTUDANTES SECUNDARISTA:

Titular: Sabrina Pasda;

Suplente: Alexsandro Behling;

Titular: Juliana Lemos;

Suplente: Emerson Milcevsky.

VII) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel;

Suplente: Maira Joceli Pereira de Miranda.

VIII) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Pricila Greffin;

Suplente: Arlete Schadeck.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta dos seguintes membros:

Presidente: BERNADETE TEREZINHA SCHUTA ODIÁ.

Vice-Presidente: LUANA TALITA ROCHA.

Secretária: JANETE DRANKA.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.955 de 08 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretário Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.661 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.661 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CMECA, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 3º da Lei Municipal nº 3.897 de 21 de novembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal de Educação – CMECA deste Município.

I) DOIS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Maira Joceli Pereira de Miranda;
Suplente: Taciana Amorim Cunha.

b) Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Francieli Nataly Munhoz;
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

II) TRÊS REPRESENTANTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Educação Infantil:
Titular: Lucemar Schmansky Pasda;
Suplente: Taíse Cubas Munhoz Dreveck.

b) Ensino Fundamental (anos iniciais):
Titular: Jeane Iensen Clemente;
Suplente: Erotides Urbanek.

c) Ensino Fundamental (anos finais):
Titular: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel;
Suplente: Luis Rogério de Vargas Valério.

III) UM REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:

Titular: Lílian Aparecida Peters;
Suplente: Ernani dos Santos.

IV) UM REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;
Suplente: Paula Rosiliane Cordeiro da Cruz Waldmann.

V) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Marco Aurélio Beckhauser;
Suplente: Mário César Deonízio.

GABINETE DO PREFEITO

VI) UM REPRESENTANTE DO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Titular: Cristiane do Rocio Odia;
Suplente: Wanderléia Furtado Barabach.

VII) DOIS REPRESENTANTES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

a) Centros Municipais de Educação Infantil:
Titular: Carla Cristina Olescowitz da Conceição;
Suplente: Sonia Kruger Schiessl.

b) Escolas Municipais de Ensino Fundamental:
Titular: Luciane do Carmo Simões;
Suplente: Rosenilda Fuckner.

VIII) UM REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA ASSESSORIA TÉCNICA:

Titular: José Carlos Neneve Cordeiro;
Suplente: Elaine Martins.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Paula Roseliane Cordeiro da Cruz.
Vice-Presidente: Ivanir Narloch Larson.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 8.954 de 08 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.662 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.662 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Art. 1º da Lei Municipal nº 3.729 de 13 de julho de 2011; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros Titulares e seus respectivos Suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem a seguir:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Representante da Secretaria Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Social.
Titular: Carolina da Costa Telma;
Suplente: Deisi Estela Amorim.

2. Representante da Secretaria Municipal de Administração.
Titular: Maria Cristina Marciniak Munhoz;
Suplente: Lucilaine Mokfa Schwarz.

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

1. Representante da Área Hospitalar:
Titular: Alaor Hansen;
Suplente: Janine Cristina Lopes.

III – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

1. Representante da Área Médica:
Titular: Dr. Eroncleiton Carneiro Ribas;
Suplente: Dr. Harold Raetsch.

2. Representante da Área Farmacêutica:
Titular: Clayton Francisco Valentim;
Suplente: Cláudio Bento Gonçalves.

3. Representante da Área de Enfermagem:
Titular: Ana Maria dos Santos Herbst;
Suplente: Marco Aurélio Beckhauser.

IV – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

1. Representante das Associações de Bairros e Moradores:
Titular: Wladimir José Dimi Pazda;
Suplente: Diva Jaci Cardozo da Silva.
GABINETE DO PREFEITO

2. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: José Odorico Munhoz;
Suplente: Rozelina Munhoz.

3. Representante das Entidades Religiosas:
Titular: Luzia Roepke;
Suplente: Marisa Veng.

4. Representante da Associação Empresarial de Campo Alegre – ACIACA:
Titular: Relinda Alandt;
Suplente: José Cristofolini.

5. Representante da Associação de Pais e Professores:
Titular: Marilda Schadeck;
Suplente: Marli Telma Martins.

6. Representante de Clubes de Terceira Idade:
Titular: Irene Knapick;
Suplente: Elza Kohler.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.068 de 24 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.663 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.663 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal ARIADNE LUCIANA HACK, Matrícula Funcional nº 000767, Registro no Sistema sob nº 955376, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Pálio/ – Placa MLO-0991, Veículos estes pertencentes da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, Veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

§3º – Veículo Corsa/Wind – Placa LZN-4042, Registro no Patrimônio sob nº 6027, Veículo este pertencente da Frota Pública do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

§4º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada no caput do Art. 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§5º – A Servidora Pública Municipal mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º do Art. 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º e 5º do Art. 1º deste Decreto.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.664 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.664 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal INGRID KURVAWA ZWIEMER OSTERMAYER, Matrícula Funcional nº 000850, Registro no Sistema sob nº 955549, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médico II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Palio/ – Placa MLO-0991, Veículos estes pertencentes da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, Veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

§3º – Veículo Corsa/Wind – Placa LZN-4042, Registro no Patrimônio sob nº 6027, Veículo este pertencente da Frota Pública do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

§4º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada no caput do Art. 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§5º – A Servidora Pública Municipal mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º do Art. 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal

de Saúde e Desenvolvimento Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º e 5º do Art. 1º deste Decreto.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.665 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.665 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal SIRLEI APARECIDA CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000592, Registro no Sistema sob nº 954820, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Palio/ – Placa MLO-0991, Veículos estes pertencentes da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, Veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

§3º – Veículo Corsa/Wind – Placa LZN-4042, Registro no Patrimônio sob nº 6027, Veículo este pertencente da Frota Pública do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

§4º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada no caput do Art. 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo

Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§5º – A Servidora Pública Municipal mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º do Art. 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º e 5º do Art. 1º deste Decreto.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.666 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.666 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZAR O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada o Servidor Público Municipal FRANKLIN ADEMAR DORN, Registro no Sistema sob nº 955540, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Renault/Clio – Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Veículo Fiat/Uno – Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Veículo Fiat/Pálio/Weekend – Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Veículo Fiat/Pálio/ – Placa MLO-0991, Veículos estes pertencentes da Frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Veículo Fiat/Uno – Placa MFY-3948, Veículo este pertencente da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

§3º – Veículo Corsa/Wind – Placa LZN-4042, Registro no Patrimônio

sob nº 6027, Veículo este pertencente da Frota Pública do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

§4º – Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pelo Servidor Público Municipal autorizada no caput do Art. 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§5º – O Servidor Público Municipal mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º do Art. 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, já mencionados nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º e 5º do Art. 1º deste Decreto.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.806 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.806 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, JOSÉ ADEMIR RIBEIRO, Matrícula Funcional nº 000614, Registro no Sistema sob nº 955128, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2012 a 01 de agosto de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 10 de fevereiro de 2016 sob nº 281.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.807 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.807 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, DÉBORA MIRIAN BAGNHUCK, Matrícula Funcional nº 000655, Registro no Sistema sob nº 955082, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2012 a 17 de dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 16 de fevereiro de 2016 sob nº 386.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.808 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.808 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 16 de fevereiro de 2016 sob nº 386.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.809 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.809 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, LOURDES GALLAS MARCZAK, Matrícula Funcional nº 000120, Registro no Sistema sob nº 385900, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Auxiliar de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 03 de abril de 2011 a 03 de setembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 11 de fevereiro de 2016 sob nº 314.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.810 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.810 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, LUCEMAR SCHMANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de março de 2011 a 01 de março de 2014, em moeda corrente oficial a data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 12 de fevereiro de 2016 sob nº 324.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.811 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.811 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, JULIANA CRISTINE HÜBL, Matrícula Funcional nº 000632,

Registro no Sistema sob nº 955059, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 12 de junho de 2012 a 12 de junho de 2015, em moeda corrente oficial a data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 05 de fevereiro de 2016 sob nº 276.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.812 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.812 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal SUELEN REGINA STOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000839, Registro no Sistema sob nº 955243, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 25 de fevereiro de 2016 a 23 de junho de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
25 de fevereiro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.813 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.813 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal ROSA APARECIDA BANGHUCK FRANCO, Matrícula Funcional nº 279, Registro no Sistema sob nº 315770, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto Municipal nº 2.020 de 12 de fevereiro de 1996, sua lotação passa a ser no Gabinete do Prefeito, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.814 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.814 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal ELENICE MICKUS, Matrícula Funcional nº 000811, Registro no Sistema sob nº 955481, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.087 de 01 de julho de 2015, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO 002/2016 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"APROVA ALTERAÇÃO NO VALOR DE CONSULTA ESPECIALIZADA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de Fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a ALTERAÇÃO NO VALOR DE CONSULTA ESPECIALIZADA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de Fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de Fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO ANO DE 2015.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 23 de fevereiro de 2016, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as Prestações de Contas do ano de 2015, referente aos recursos recebidos do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de fevereiro de 2016.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2016.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO ANO DE 2015.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 23 de fevereiro de 2016, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as Prestações de Contas do ano de 2015, referente aos recursos recebidos do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de fevereiro de 2016.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2016.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
CAMPO ALEGRE – CMECA

Criado pela Lei Municipal nº 1.613/92

Regulamentado pela Lei Municipal nº 3.897/12

Fone 47 3632-2420

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 4º da Lei Municipal nº 3.897 de 21 de novembro de 2012 e suas regulamentações e alterações, e designado pelo Decreto Municipal nº 8.954, de 08 de abril de 2015; RESOLVE:

Art.1º - Aprovar as alterações da MATRIZ CURRICULAR da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC, anexo que integra a presente Resolução, para adequação às legislações vigentes.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 27 de novembro de 2015.

BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL
Presidente do Conselho do CMECA

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2015.

JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO

Secretário de Assessoria Técnica – CMECA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - FUNDAMENTAL

Base Nacional Comum	DISCIPLINA	1º ao 5º ano	6º	7º	8º	9º
	LÍNGUA PORTUGUESA	04	05	05	05	05
	MATEMÁTICA	04	05	05	05	04
	GEOGRAFIA	01	02	02	03	03
	HISTÓRIA	01	03	03	02	02
	CIÊNCIAS	02	03	03	03	04
	ENSINO RELIGIOSO	01	01	01	01	01
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02	02	02
	ARTE	02	02	02	02	02
Parte Diversificada	LÍNGUA INGLESA	01	02	02	02	02
	TURISMO	02	X	X	X	X
	Carga horária	20	25	25	25	25

MATRIZ CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – INFANTIL

DISCIPLINA	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR
ÁREAS DE CONHECIMENTO	Integral 26	Parcial 13
EDUCAÇÃO FÍSICA	06	03
ARTE	04	02
TURISMO	04	02
Carga horária	40	20

Turno: Diurno

Modalidade: Regular

Carga horária: 04 horas por período

Recreio monitorado: 15 minutos por período

Dias aula: mínimo de 200

Carga horária anual: 800 horas

Aprovado em: ____/____/____

Presidente do Conselho Municipal de Educação: Brigitte Sueli Van Den Akker Steuernagel: _____

Secretária Municipal de Educação: Leda Carina Munhoz Odia: _____

Rua Cel. Bueno Franco, 167 – Centro – CEP 89294-000

RESOLUÇÃO Nº 013 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 10 de Agosto de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os Conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de MAIO, JUNHO E JULHO DE 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 10 de agosto de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2015."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 14 de Outubro de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de AGOSTO E SETEMBRO DE 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de outubro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA OS BALANCETES MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 23 de fevereiro de 2016, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Mensais referente aos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2015, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Fevereiro de 2016.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte quatro dias do mês de Fevereiro de 2016.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"APROVA ALTERAÇÃO NO VALOR DE CONSULTA ESPECIALIZADA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a ALTERAÇÃO NO VALOR DE CONSULTA ESPECIALIZADA REFERENTE AO CREDENCIAMENTO Nº 01/2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

APROVA OS BALANCETES MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 23 de fevereiro de 2016, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Mensais referente aos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2015, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Fevereiro de 2016.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte quatro dias do mês de Fevereiro de 2016.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"APROVA CONTRATO COM O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA PARA ATENDIMENTO AS GESTANTES DO MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de Fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o CONTRATO COM O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA PARA ATENDIMENTO AS GESTANTES DO MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"APROVA CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os Conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CALENDARIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
PARA O ANO DE 2016.

MÊS	DATA	HORÁRIO
ABRIL	13/04/2016	18 horas
JUNHO	08/06/2016	18 horas
AGOSTO	10/08/2016	18 horas
OUTUBRO	05/10/2016	18 horas
DEZEMBRO	14/12/2016	18 horas

Local: Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, situada na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 467, Centro, Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II

COMPLEMENTO SUS

CÓDIGO	EXAMES	VALOR COMPLEMENTO	QUANTIDADE PREVISTA
03.10.01.003-9	Parto Normal	R\$ 443,40	06
04.11.01.003-4	Parto Cesariano	R\$ 545,73	04

OBS: A complementação dar-se-á de acordo com o valor correspondente a 100% do total da AIH – conforme tabela de procedimentos do sistema de informações hospitalares – SIH/SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III

CONSULTA ESPECIALIZADA

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA
03.01.01.007-2	Consulta em cardiologia	R\$ 10,00	R\$ 100,00	35

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Sr^a. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

A CLÁUSULA III, item 6, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“6. O Valor a ser pago pelos serviços descritos no objeto deste Termo de Convênio será de R\$ 71.570,00 (setenta mil quinhentos e setenta reais) a serem pagos mensalmente, com vencimento no dia 26 de cada mês, mediante a apresentação de Relatório de Serviços e da respectiva nota fiscal de serviços.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.
Campo Alegre/SC., 02 de janeiro de 2016.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha

Testemunha

Campos Novos

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 04/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

Levamos ao conhecimento dos interessados a retificação do aviso de Dispensa de Licitação nº 04/2016.

ONDE SE LÊ:

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO (APROXIMADAMENTE 200 CARGAS MENSAIS), PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

LEIA-SE:

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE TERRENO PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO (APROXIMADAMENTE 200 CARGAS MENSAIS), PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

Campos Novos, 26 de Fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO:AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) BOMBA CENTRIFUGA PARA BOMBEAMENTO DE ESGOTO BRUTO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09:00hs do dia 14/03/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA CÂMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, através da Comissão de Justiça e Redação, com a finalidade de atendimento ao princípio comunitário e da participação popular, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, nos termos do inciso I, do § 4º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001), e do artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal, visando à atualização e o aperfeiçoamento da legislação municipal e considerando que a Audiência Pública realizada no dia 18 de fevereiro 2016 foi suspensa a pedido de todos os presentes, conforme ficou registrado em ata convoca a continuidade da AUDIÊNCIA PÚBLICA nos seguintes termos: 1. MATÉRIA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões na apreciação da proposta de alteração da Lei Complementar nº 4, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Canelinha e dá outras providências, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, com auxílio dos técnicos da área de Planejamento Urbano e Jurídica do Município e da Câmara de Vereadores, representada pelo Projeto de Lei Complementar nº 01/2016; 2. DO LOCAL, DATA E HORA: A Audiência Pública será realizada no dia 10 de março de 2016, com sua instalação marcada para as 19 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, sito à Rua Manoel Francisco Corrêa, nº 417, Bairro Areão, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina; 3. PARTICIPANTES: Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, devendo o interessado na apresentação de sugestões ou de comentários realizar sua inscrição até as 19:00 horas do dia 10 de março de 2016, junto ao Protocolo Geral da Câmara Municipal de Canelinha; 4. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA INTEGRA E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2016: O edital e o projeto de lei estarão disponíveis a partir desta data, no horário das 08:00 às 12:00 horas, no mesmo endereço supracitado. Outros esclarecimentos pelo telefone (48) 3264-0033. Canelinha, 22 de fevereiro de 2016. ABEL GRIMM - Presidente da Comissão de Justiça e Redação

EXTRATO EDITAL 21/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial 16/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de empresa, para prestação de serviços de mão-de-obra, visando à manutenção corretiva e preventiva da pavimentação de diversas vias do Município de Canelinha, conforme descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 09 de março de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 25 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS – Prefeito em exercício

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO Nº PMC 142/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 231/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 142/2015

AVISO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público, a anulação da Ata de Registro de Preço relativa ao lote 05 (manutenção de motos) do Pregão Presencial n.º PMC 142/2015, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Portanto, a partir desta data, a ata de registro de preço referente ao lote 05 do processo acima está cancelada.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 05/2016 (PRESENCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 08/2016

PREGÃO N.º FMS 05/2016 (PRESENCIAL)

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Presencial n.º FMS 05/2016, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) E PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL TELEFONICA E REDE DE INFORMÁTICA NA POLICLINICA MUNICIPAL. Motivo: Anulação para adequação do edital. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMAS 01/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/16

HOMOLOGAÇÃO: 25/02/16

CONTRATADO: CONFECÇÕES TRUNFO LTDA - ME CONTRATANTE:

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS, CREAS, PAVI, PETI E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12

MESES: 2.100 CAMISETAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.050,00 (quatorze mil cinqüenta reais)

DATA: 25/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/16

HOMOLOGAÇÃO: 25/02/16

CONTRATADO: YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS, CREAS, PAVI, PETI E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12

MESES: 2.100 CAMISETAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.364,00 (oito mil trezentos e sessenta e quatro reais)

DATA: 25/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/16

HOMOLOGAÇÃO: 25/02/16

CONTRATADO: SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS, CREAS, PAVI, PETI E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12

MESES: 2.100 CAMISETAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

DATA: 25/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 02/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE RECURSO E PRAZO PARA CONTRARRAZÕES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 07/2016

TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 02/2016.

A empresa M. LAMB EIRELI - ME, protocolou recurso contra sua inabilitação no referido processo.

Protocolo n.º 1471 de 25/02/2016 – 09h56min.

Processo de licitação n.º PMC 07/2016 na modalidade de Tomada de Preços n.º PMC 02/2016.

As empresas participantes têm 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, para que prestem os esclarecimentos que acharem necessários, contrarrazoando os fatos apontados.

O teor do recurso protocolado pela empresa M. LAMB EIRELI - ME, está à disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

Paulo Cesar Safanelli

Presidente da Comissão de Licitação

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FME 01/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 02/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 01/2016

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 03.914.543/0001-02, sito à

Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/03/2016, às 09h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE 01 CORTADOR DE GRAMA DIRIGÍVEL, MOVIDO A GASOLINA E 01 ROÇADEIRA COSTAL, A GASOLINA, DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 09/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 17/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 29/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 17/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/03/2016, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO: CARRO PLATAFORMA, PALLETS, CONTAINER PLASTICO, LIXEIRA, COMPUTADOR E IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 11/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 06/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 05/2016 (PRESENCIAL)
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 18 de fevereiro de 2016, edição Nº 1935, página 143, referente a divulgação da Publicação da homologação do Edital de Pregão Nº PMC 05/2016, onde lia-se: VALOR DA DESPESA: R\$ 2.587.950,00 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E OITENTA E SETE MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS), leia-se, VALOR DA DESPESA: R\$ 2.947.950,00 (DOIS MILHÕES NOVECIENTOS E QUARENTA E SETE MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 06/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 05/2016 (PRESENCIAL)
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 17 de fevereiro de 2016, edição Nº 1934, página 139, referente a divulgação da Publicação do Resultado Final do Edital de Pregão Nº PMC 05/2016, no item 10, onde lia-se, NOME DO FORNECEDOR: RODRIGO LUIS HOBI; QUANTIDADE: 20.000; PREÇO UNITÁRIO: 18,00; PREÇO TOTAL: 360.000; SITUAÇÃO: DESCLASSIFICADO, leia-se, NOME DO FORNECEDOR: RODRIGO LUIS HOBI; QUANTIDADE: 20.000; PREÇO UNITÁRIO: 18,00; PREÇO TOTAL: 360.000; SITUAÇÃO: VENCEDOR.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 11/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 94.778,05

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311045401 - DIARIO DE UM BANANA 9 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Vergara e Riba	65,000	0,0000	27,6800	1.799,20	Venceu	1 *****
16980	Stone Maria Geremias Schaefer	VARGARA	65,000	0,0000	36,1600	2.350,40	Perdeu	2
Item.....: 2	- 311045402 - DIARIO DE UM BANANA 1 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Vergara e Riba	65,000	0,0000	27,6800	1.799,20	Venceu	1 *****
16980	Stone Maria Geremias Schaefer	VERGARA	65,000	0,0000	36,1600	2.350,40	Perdeu	2
Item.....: 3	- 311045403 - DIARIO DE UMA GAROTA NADA POPULAR VOL 2 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Verus	65,000	0,0000	28,4300	1.847,95	Venceu	1 *****
16980	Stone Maria Geremias Schaefer	BEST SELLER LV	65,000	0,0000	34,3000	2.229,50	Perdeu	2
Item.....: 4	- 311045404 - DIARIO DE UM BANANA 2 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Vergara e Riba	65,000	0,0000	27,6800	1.799,20	Venceu	1 *****
16980	Stone Maria Geremias Schaefer	VERGARA	65,000	0,0000	36,1600	2.350,40	Perdeu	2
Item.....: 5	- 311045405 - DIARIO DE UM BANANA 6 - CASA DOS HORRORES - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Vergara e Riba	65,000	0,0000	27,6800	1.799,20	Venceu	1 *****
16980	Stone Maria Geremias Schaefer	VERGARA	65,000	0,0000	36,1600	2.350,40	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 311045406 - CIDADE DAS CINZAS VOLUME 2 - GALERA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Record	65.000	0,0000	32,1800	2.091,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	RECORD LV	65.000	0,0000	41,1600	2.675,40	Perdeu	2
Item.....: 7	- 311045407 - SANGUE DO OLÍMPO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Intrinseca	65.000	0,0000	33,6800	2.189,20	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	INTRISECA	65.000	0,0000	44,0000	2.860,00	Perdeu	2
Item.....: 8	- 311045408 - CIDADE DOS ANJOS CAIDOS VOLUME 4 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Record	65.000	0,0000	32,1800	2.091,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	RECORD LV	65.000	0,0000	41,1600	2.675,40	Perdeu	2
Item.....: 9	- 311045409 - TERRA DE HISTÓRIAS - BENVURA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Benvira	65.000	0,0000	26,1800	1.701,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	SARAIVA LV	65.000	0,0000	34,2000	2.223,00	Perdeu	2
Item.....: 10	- 311045410 - QUERIDO DIÁRIO OTÁRIO 1 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Fundamento	65.000	0,0000	22,1200	1.437,80	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FUNDAMENTO LV	65.000	0,0000	28,9100	1.879,15	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11 - 311045411 - QUERIDO DIÁRIO OTÁRIO 3 - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Fundamento	65.000	0,0000	22,1200	1.437,80	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FUNDAMENTO LV	65.000	0,0000	28,9100	1.879,15	Perdeu	2
Item.....: 12 - 311045412 - CRONICAS DE NARNIA VOLUME ÚNICO - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	WMF Martins Fontes	65.000	0,0000	67,4200	4.382,30	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	WMF MARTINS FON	65.000	0,0000	82,1200	5.337,80	Perdeu	2
Item.....: 13 - 311045413 - CORAÇÃO AZUL DE LUISA - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Melhoramentos	65.000	0,0000	27,0000	1.755,00	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	MELHORAMENTOS	65.000	0,0000	34,3000	2.229,50	Perdeu	2
Item.....: 14 - 311045414 - CRONICAS DE BANE - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Record	65.000	0,0000	29,9300	1.945,45	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	RECORD LV	65.000	0,0000	34,3000	2.229,50	Perdeu	2
Item.....: 15 - 311045415 - LUCIOLA - BOM LIVRO - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Alica	65.000	0,0000	26,6200	1.730,30	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ÁTICA	65.000	0,0000	32,3000	2.099,50	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 311045416 - MENINO DO DEDO VERDE - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Jose Olympio	65.000	0,0000	21,7500	1.413,75	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	EDITORA JOSÉ OLY	65.000	0,0000	28,4000	1.846,00	Perdeu	2
Item.....: 17	- 311045417 - AVENTURAS DO CAPITÃO CUECA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Cosac Naify	65.000	0,0000	22,4300	1.457,95	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	COSAC E NAIFY	65.000	0,0000	28,4000	1.846,00	Perdeu	2
Item.....: 18	- 311045418 - COMO ROUBAR A ESPADA DE UM DRAGÃO VOL 10 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Intrinseca	65.000	0,0000	26,1800	1.701,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	INTRISECA	65.000	0,0000	34,2000	2.223,00	Perdeu	2
Item.....: 19	- 311045419 - PERCY JACKSON E OS OLIMPIANOS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Intrinseca	65.000	0,0000	22,4300	1.457,95	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	INTRISECA	65.000	0,0000	34,2000	2.223,00	Perdeu	2
Item.....: 20	- 311045420 - INVENTORES E SUAS IDEIAS BRILHANTES - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Schwarz	65.000	0,0000	26,1800	1.701,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	CIA DAS LETRAS	65.000	0,0000	30,3800	1.974,70	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21	- 311045421 - LADRÕES DE SONHOS VOL 2 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Verus	65,000	0,0000	35,9300	2.335,45	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	BEST SELLER LV	65,000	0,0000	41,1600	2.675,40	Perdeu	2
Item.....: 22	- 311045422 - LENDA DOS GUARDIÕES 2 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Fundamento	65,000	0,0000	25,5000	1.657,50	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FUNDAMENTO LV	65,000	0,0000	28,9000	1.878,50	Perdeu	2
Item.....: 23	- 311045423 - GUIA DO HEROI PARA VENCER DRAGÕES MORTAIS VOL 6 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Intrinseca	65,000	0,0000	22,4300	1.457,95	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	INTRISECA	65,000	0,0000	29,3000	1.904,50	Perdeu	2
Item.....: 24	- 311045424 - SELVA DE GAFANHOTOS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Intrinseca	65,000	0,0000	26,1800	1.701,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	INTRISECA	65,000	0,0000	34,2000	2.223,00	Perdeu	2
Item.....: 25	- 311045425 - TERRA DE HISTÓRIAS - O RETORNO DA FEITEIRA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Benvira	65,000	0,0000	29,9300	1.945,45	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	SARAIVA LV	65,000	0,0000	39,1000	2.541,50	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26	- 311045426 - UM ELEFANTE EM MEU JARDIM - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Panda	65.000	0,0000	26,9300	1.750,45	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	PANDA BOOKS	65.000	0,0000	35,1800	2.286,70	Perdeu	2
Item.....: 27	- 311045427 - COM A PONTA DOS DEDOS E OS OLHOS DO CORAÇÃO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Editora do Brasil	65.000	0,0000	29,1800	1.896,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ED DO BRASIL LV	65.000	0,0000	38,0200	2.471,30	Perdeu	2
Item.....: 28	- 311045428 - CAVALO DE GUERRA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	WMF Martins Fontes	65.000	0,0000	26,1800	1.701,70	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	WMF MARTINS FON	65.000	0,0000	30,6000	1.989,00	Perdeu	2
Item.....: 29	- 311045429 - COMO PEGAR A JOIA DO DRAGÃO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Intrinseca	65.000	0,0000	22,4300	1.457,95	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	INTRISECA	65.000	0,0000	29,3000	1.904,50	Perdeu	2
Item.....: 30	- 311045430 - DESVENDE MEU CORAÇÃO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Belas letras	65.000	0,0000	24,6800	1.604,20	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	BELAS LETRAS	65.000	0,0000	32,4000	2.106,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31	- 311045431 - DIÁRIOS DO VAMPIRO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Record	65.000	0,0000	29,9300	1.945,45	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	RECORD LV	65.000	0,0000	31,3600	2.038,40	Perdeu	2
Item.....: 32	- 311045432 - DINOSSAUROS - NOVA FRONTEIRA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Nova Fronteira	65.000	0,0000	18,6800	1.214,20	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	NOVA FRONTEIRA	65.000	0,0000	34,2000	2.223,00	Perdeu	2
Item.....: 33	- 311045433 - PEQUENO PRÍNCIPE PARA CRIANÇAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Agir	34.000	0,0000	20,1800	686,12	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	AGIR	34.000	0,0000	24,4000	829,60	Perdeu	2
Item.....: 34	- 311045434 - BRINCANDO COM AS PRINCESAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34.000	0,0000	33,6800	1.145,12	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34.000	0,0000	44,0000	1.496,00	Perdeu	2
Item.....: 35	- 311045435 - FROZEN - UMA AVENTURA CONGELANTE - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Melhoramentos	34.000	0,0000	56,2500	1.912,50	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	MELHORAMENTOS	34.000	0,0000	57,8000	1.965,20	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 36	- 311045436 - CLÁSSICOS BILÍNGUES - BRANCA DE NEVE E CHAPEUZINHO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	17,9300	609,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	23,4000	795,60	Perdeu	2
Item.....: 37	- 311045437 - HORA DO BANHO - MEU GATINHO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	11,1700	379,78	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	14,6000	496,40	Perdeu	2
Item.....: 38	- 311045439 - ANIMAIS DIVERTIDOS 2 - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	8,1700	277,78	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	10,6500	362,10	Perdeu	2
Item.....: 39	- 311045440 - HISTÓRIAS PARA MENINAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	67,4200	2.292,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	88,1000	2.995,40	Perdeu	2
Item.....: 40	- 311045441 - PRIMEIRAS PALAVRAS - CORES - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	22,4300	762,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	29,9000	1.016,60	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41	- 311045442 - CLASSICOS BILINGUES - A BELA E A FERA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	17,9300	609,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	23,4000	795,60	Perdeu	2
Item.....: 42	- 311045443 - LIVRO ZOOM - INCRÍVEIS INSETOS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	37,4300	1.272,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	48,9000	1.662,60	Perdeu	2
Item.....: 43	- 311045444 - MONSTROS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	41,1800	1.400,12	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	53,8000	1.829,20	Perdeu	2
Item.....: 44	- 311045445 - CONTOS DE PRINCESAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	33,6800	1.145,12	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	44,0000	1.496,00	Perdeu	2
Item.....: 45	- 311045446 - CLÁSSICOS INESQUECÍVEIS - FROZEN - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Melhoramentos	34,000	0,0000	33,7500	1.147,50	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	MELHORAMENTOS	34,000	0,0000	35,2800	1.199,52	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46	- 311045447 - APERTE E BRINQUE - GIGI A GIRAFA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	14,9300	507,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	19,5000	663,00	Perdeu	2
Item.....: 47	- 311045448 - PEQUENO PRÍNCIPE - COQUETEL - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Coquetel	34,000	0,0000	22,4300	762,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	COQUETEL	34,000	0,0000	29,3000	996,20	Perdeu	2
Item.....: 48	- 311045449 - DISNEY MUNDO FROZEN - A FESTA SURPRESA DE ANNA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Girassol	34,000	0,0000	7,4200	252,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	GIRASSOL BRASIL	34,000	0,0000	9,7000	329,80	Perdeu	2
Item.....: 49	- 311045450 - FROZEN - PRENDA E APRENDA - MELHORAMENTOS - Unidade: UN							
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	MELHORAMENTOS	34,000	0,0000	63,7000	2.165,80	Venceu	1 *****
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Melhoramentos	34,000	0,0000	63,7500	2.167,50	Perdeu	2
Item.....: 50	- 311045451 - PRIMEIROS SONS - SONS DOS TRUCKS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	29,9300	1.017,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	39,1000	1.329,40	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 51	- 311045452 - PULA PULA - COELINHO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	7,4200	252,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	9,7000	329,80	Perdeu	2
Item.....: 52	- 311045453 - DEZ ABELHAS FADAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	37,4300	1.272,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	48,9000	1.662,60	Perdeu	2
Item.....: 53	- 311045454 - LINDOS COELINHOS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	8,9200	303,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	11,6000	394,40	Perdeu	2
Item.....: 54	- 311045455 - BOA NOITE ESQUILINHO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	18,6800	635,12	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	24,4000	829,60	Perdeu	2
Item.....: 55	- 311045456 - MAQUINAS BRILHANTES - TED O TRATOR - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	7,4200	252,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	9,7000	329,80	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 56	- 311045457 - MINIONS QUEM É O CHEFE - ALTO ASTRAL - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Alto astral	34,000	0,0000	17,1800	584,12	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ALTO ASTRAL	34,000	0,0000	22,4000	761,60	Perdeu	2
Item.....: 57	- 311045458 - OBRIGADO JESUS - ESTAR COM JESUS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	11,1700	379,78	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	14,6000	496,40	Perdeu	2
Item.....: 58	- 311045459 - OBRIGADO JESUS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	11,1700	379,78	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	14,6000	496,40	Perdeu	2
Item.....: 59	- 311045460 - TURMA DA MÔNICA - JOÃO E MARIA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Girassol	34,000	0,0000	7,4200	252,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	GIRASSOL	34,000	0,0000	9,7000	329,80	Perdeu	2
Item.....: 60	- 311045461 - TURMA DA MÔNICA - LENDAS BRASILEIRAS UIAPURU - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Girassol	34,000	0,0000	7,4200	252,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	GIRASSOL	34,000	0,0000	9,7000	329,80	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 61	- 311045462 - HISTÓRIA DAS ESTRELAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Cia das letrinhas	34,000	0,0000	35,9300	1.221,62	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	CIA DAS LETRAS	34,000	0,0000	45,0800	1.532,72	Perdeu	2
Item.....: 62	- 311045463 - PETALAS - UM BANQUETE A MEIA NOITE PARA AS FADAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	7,4200	252,28	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	9,7000	329,80	Perdeu	2
Item.....: 63	- 311045118 - UMA PROFESSORA MUITO MALUQUINHA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Melhoramentos	34,000	0,0000	33,7500	1.147,50	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	MELHORAMENTOS	34,000	0,0000	40,1800	1.366,12	Perdeu	2
Item.....: 64	- 311045075 - MALUQUINHO PEGA NA MENTIRA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Globo	34,000	0,0000	24,0000	816,00	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	GLOBO LV	34,000	0,0000	31,3600	1.066,24	Perdeu	2
Item.....: 65	- 311045464 - VOCÊ VIU O CACHORRINHO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	FTD	34,000	0,0000	18,6000	632,40	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FTD	34,000	0,0000	24,3600	828,24	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/16

94.778,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 66	- 311045465 - GATINHO MÁGICO - CONFUSÕES EM DOBRO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Fundamento	34,000	0,0000	18,6000	632,40	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FUNDAMENTO LV	34,000	0,0000	24,3600	828,24	Perdeu	2
Item.....: 67	- 311045466 - GIRA GIRA - A GRANDE AVENTURA DA PEQUENA PATINHA - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Libris	34,000	0,0000	9,6700	328,78	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LIBRIS EDITORA LT	34,000	0,0000	12,6000	428,40	Perdeu	2
Item.....: 68	- 311045467 - GO GIRL - CONFIDÊNCIAS ENTRE AMIGAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Fundamento	34,000	0,0000	21,4500	729,30	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FUNDAMENTO LV	34,000	0,0000	26,2600	892,84	Perdeu	2
Item.....: 69	- 311045468 - GO GIRL - CONFUSÕES NO ACAMPAMENTO - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Fundamento	34,000	0,0000	21,4500	729,30	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	FUNDAMENTO LV	34,000	0,0000	26,2600	892,84	Perdeu	2
Item.....: 70	- 311045469 - LIVRO DE SEGREDO DA BELA - Unidade: UN							
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	MELHORAMENTOS	34,000	0,0000	28,4200	966,28	Venceu	1 *****
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Melhoramentos	34,000	0,0000	29,9000	1.016,60	Desclassif.	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/16

94.778,05**Processo Administrativo:****Processo / Ano: 23/2016****Licitação.....: 11/2016 - PR****Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL****Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 71 - 311045470 - PARA GOSTAR DE LER VOL 44 CONTOS AFRICANOS - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Alica	34,000	0,0000	28,8700	981,58	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ÁTICA	34,000	0,0000	35,3700	1.202,58	Perdeu	2
Item.....: 72 - 311045471 - PEIXE PEIXOTE - ESTRELINHA 3 - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Alica	34,000	0,0000	14,6200	497,08	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ÁTICA	34,000	0,0000	17,6000	598,40	Perdeu	2
Item.....: 73 - 311045472 - PEQUENO PRÍNCIPE - O PLANETA DE JADE - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Leya	34,000	0,0000	7,4600	253,64	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	LEYA	34,000	0,0000	19,5000	663,00	Perdeu	2
Item.....: 74 - 111045473 - SUSTO DO PERIQUITO ESTRELINHA 3 - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Alica	34,000	0,0000	14,6200	497,08	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ÁTICA	34,000	0,0000	17,6000	598,40	Perdeu	2
Item.....: 75 - 311045473 - AMIGOS SECRETOS - Unidade: UN								
7781	DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Alica	65,000	0,0000	30,0000	1.950,00	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ÁTICA	65,000	0,0000	36,6500	2.382,25	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/16

Processo / Ano: 23/2016

Licitação.....: 11/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS LIVROS, SENDO 34 TÍTULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL E 42 TÍTULOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL DESTINADOS AO APOIO PEDAGÓGICO E A COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 94.778,05

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 76	- 311045474 - VOLTA AO MUNDO EM OITENTA DIAS - Unidade: UN							
7781	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS LTDA	Atica	65,000	0,0000	31,1200	2.022,80	Venceu	1 *****
16980	Sione Maria Geremias Schaefer	ÁTICA	65,000	0,0000	37,8000	2.457,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)

FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS - SUPLENTE

ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - EQUIPE DE APOIO

CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC

VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2016

DECRETO No 022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 42.280,74 (quarenta e dois mil, duzentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 42.280,74 (quarenta e dois mil, duzentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.15.451.0120.1044	APOIO À MELHORIA COND.HAB.ASENT.PREC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-205	Aplicações diretas	1024	54	R\$	42.280,74
	Total			R\$	42.280,74

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 42.280,74 (quarenta e dois mil, duzentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos), na forma do quadro a seguir.

0601.15.451.0120.1044	APOIO À MELHORIA COND.HAB.ASENT.PREC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-127	Aplicações diretas	1000	00	R\$	42.280,74
	Total			R\$	42.280,74

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 19 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

DECRETO Nº 024/2016

DECRETO No 024, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.463,97 (doze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 12.463,97 (doze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0701.10.301.0150.1067	CONST, AMPL. E REAPARELHAMENTO UNIDADE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-206	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	12.463,97
	Total			R\$	12.463,97

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 12.463,97 (doze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	12.463,97
Total	0300	00	R\$	12.463,97

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 25 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

Lei nº 3.202/2016

LEI Nº 3.202, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas do Fundo Municipal de Saúde, relativas ao exercício de 2015, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de despesas do exercício financeiro de 2015, no valor de R\$ 385.322,10 (trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e dez centavos) que derivam dos processos licitatórios e contratos administrativos celebrados entre o Fundo Municipal de Saúde e os fornecedores especificados no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 25 de fevereiro de 2015.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
FORNECEDOR	CONTRATO	TOTAL R\$
Andrea Carvalho de Araujo e Cia Ltda.ME	TA 001/2015 C41	11.820,00
Posseidom Produtos para Informatica Ltda ME	TA 01/15 C137	180,00
Auto Mecanica Totti & Vieira Mgs	0095/2015 M	631,34
Auto Mecânica Capinzal - Aumecal	0094/15 M	675,50
Auto Mecânica Capinzal - Aumecal	0100/15 M	352,75
Auto Mecânica D&D	0023/2015	4.916,85
Capinzal Comércio de Pneus	0210/2015 M	566,00
Clínica de Olhos Daniotti S/S Ltda. Me	0022/2015	15.490,96

Clínica Reviver Ltda.	TA 001/2015 C01	28.800,00
Clinimed Clínica Medica Medica Ca-apinzal Sociedade Simples EPP	TA 001/2015 C17 TA 002/2015 C17	11.852,83
Kidauana Leorato Antunes Eireli - ME (Corpore Domiciliar 107/Neurologica 66)	0032/2015	4.166,27
Darli Luiz Belotto e Cia Ltda.	0024/2015	872,38
Distribuidora de Peças - Dispa Elétrica	0102/2015 M	503,13
Janaina Dacas & Cia Ltda (Clinica Fisiomed)	0031/2015	5.820,15
Frank Servicos de Anestesiologia de Campos Novos referente ao Período de 15/12/15 A 31/12/15	0068/2015 - TA 01/15	7.162,50
Gilberto Bazzo Eirelli	0266/2015 M	456,40
Gilberto Bazzo Eirelli	0266/2015 M	179,40
Gineclin Clinica Ginecologia e Obstetrícia SC Ltda ME	0019/2015 - TA 01/15	11.852,84
Grupos Atendimento, Ensino, Projetos, Pesquisa	0035/2015	11.382,50
Hospital Nossa Sra. das Dores - Atendimento Autorizado	Convênio	2.693,59
Hospital Nossa Sra. das Dores - Insumos	Convênio	83.346,47
Hospital Nossa Sra. das Dores - Plantão	Convênio	85.194,86
Hospital Universitário Santa Terezinha - Convênio	Convênio	7.827,71
Hospital Universitário Santa Terezinha - Exames	Convênio	928,75
James Estevan Vidi & Cia Ltda - Me	0104/2015 M	1.371,90
JMS Testa Clínica Médica e Nefrologia Sociedade Simples ME (Referente Período de 17/12/15 A 16/01/16)	21/15 - TA 01/15	9.259,00
Jussara Mello	0090/2015 M	2.275,00
Laboratório De Análises Clínicas Santa Fé Ltda Epp	0006/2015 - 0060/2015	37.121,17
Marioleci Casagrande & Cia Ltda - Epp	0025/2015	4.008,83
Marioleci Casagrande & Cia Ltda - Epp	0002/2015	5.146,49
Mecanica Damtiza Ltda - Me Mecanica Mbp	0106/2015 M	1.180,13
Internet Milenium - Adm E Unidade Central	0136/2015 M - TA 01/15	177,00
Callai & Callai Ltda.	0059/2015	4.787,00
Oxigênio Joaçaba Comércio De Gases Atmosféricos	0040/2015	6.840,00
Serra Vale Serviços Médicos Ltda. ME -(Sobreaviso 20/11/15 à 19/12/15)	TA 001/2015 C36	11.611,80
Serra Vale Serviços Médicos Ltda. ME - (Sobreaviso 21/12/15 à 31/12/15)	TA 001/2015 C36	3.870,60
TOTAL DAS DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2015 - FMS		385.322,10

PMC CONTRATO 0066/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0066/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: CAPINZAL CENTER LTDA	
Valor : 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)	
Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2016 Processo_Licitatório....: 00025 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e de higiene, para o Almoço do XXII Encontro de Mulheres Agricultoras de Capinzal, a ser realizado no dia 05 de março de 2016, na Comunidade de Linha Gramado, em Capinzal/SC	
Capinzal, 23 de Fevereiro de 2016	

PMC CONTRATO 0069/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0069/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: COMERCIO E TRANSPORTE CAPINZAL LTDA - ME	
Valor : 72.000,00 (setenta e dois mil reais)	
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR para o exercício 2016, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 25 de Fevereiro de 2016	

PMC CONTRATO 0067/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0067/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: DORVALINO BARETA O BORRACHEIRO - ME	
Valor : 15.276,80 (quinze mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)	
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR para o exercício 2016, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 25 de Fevereiro de 2016	

PMC CONTRATO 0070/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0070/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: COMERCIO E TRANSPORTE CAPINZAL LTDA - ME	
Valor : 58.220,00 (cinquenta e oito mil duzentos e vinte reais)	
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR para o exercício 2016, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 25 de Fevereiro de 2016	

PMC CONTRATO 0068/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0068/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: COMERCIO E TRANSPORTE CAPINZAL LTDA - ME	
Valor : 62.100,00 (sessenta e dois mil e cem reais)	
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR para o exercício 2016, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 25 de Fevereiro de 2016	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0043/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0030/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0043/2016

Pregão Presencial Nº 0030/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyotas e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 10/03/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 26 de fevereiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 30/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000030/16 de 24 de Fevereiro de 2016

Outros no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001376/16 de 22 de Fevereiro de 2016.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.363,86 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.363,86

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Fevereiro de 2016

VILMAR FOPPA

PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 09 de março de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa à realização de contratação de serviços de seguro para veículos da frota municipal, lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, incluindo assistência auto 24 horas em todo o território nacional, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 26 de fevereiro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 101/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 101/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, alíneas a e g da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n. 383/2015, de 21 de outubro de 2015 e o art. 3º da Portaria n. 380/2015, de 21 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 22/02/2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 25 de fevereiro de 2016.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO, para contratação sob regime celetista, no respectivo cargo e área de atuação, junto Setor de Gerência de Gestão de Pessoal (RH Central), sito à Avenida Getúlio Dornelles Vargas, nº 957 - S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013		
CARGO: AGENTE DO PAIF- HABILITAÇÃO: Serviço Social		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
4º	115979	FRANCIELI CAMPAGNARO RIGON

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga.

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica.

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó, em 24 de fevereiro de 2016.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL SEDUC Nº 003/2016

EDITAL SEDUC Nº 003/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015 mediante Chamada Pública, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2016.

MARIA DE LURDES SEBEN, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão da anulação do Processo Seletivo Público nº 002/2015, com aproveitamento de fases, conforme Decreto Nº 31.839, de 17 de dezembro de 2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2016, mediante apresentação no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nêz, situado na Rua Assis Brasil, 20 D, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação;

Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015 e Formulário próprio de inscrição para Chamada Pública - Anexo I do Edital SEDUC Nº 001/2016, devidamente preenchido em 02 vias), observado o disposto em subitem 1.1 do presente Edital, no dia 29 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 18:00h, para as seguintes áreas de atuação/disciplinas:

Educação Infantil
Habilidades Artístico-Culturais (Música e Artes Plásticas)
História
Língua Estrangeira - Espanhol
Arte
Ensino Religioso
Educação Física
Geografia
1ª a 5ª Série e EJA
Ciências
Matemática
Língua Estrangeira – Inglês
Língua Portuguesa
Educação Especial (Instrutor de Libras, Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais e Segundo Professor)

1.1. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

1.1.1. Nos termos do item 19 do Edital SEDUC 001/2016, em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, art. 5º, § 2º da Lei Complementar Nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e demais legislações correlatas, às pessoas com deficiência fica igualmente assegurado o direito de inscrição na presente Chamada Pública para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas no respectivo cargo, na proporção de uma vaga para cada vinte candidatos, observados os critérios legais e editalícios de seleção.

1.1.2. Considerando-se o disposto em item 5 do Edital SEDUC 001/2016 c/c item 1 do presente Edital, ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá apresentar LAUDO MÉDICO (original ou cópia autenticada em cartório e cópia(s) simples legível(eis) para conferência), emitido em prazo não superior a 90 dias da presente publicação (26 de fevereiro de 2016), atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

1.1.3. Os candidatos deverão apresentar 01 (uma) cópia simples legível do Laudo Médico a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina, ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação, nos termos do item 6 do Edital SEDUC 001/2016.

1.1.4. Ainda que tenha se inscrito sob tal condição, caso o candidato não apresente, no ato de inscrição, o Laudo Médico, considerando-se os prazos e condições determinados, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial seja qual for o motivo alegado.

1.1.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

1.1.6. Os candidatos com deficiência, se assim devidamente inscritos, participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive no que se refere aos critérios de seleção, resguardado o direito à reserva de vagas previsto na

legislação própria, nos termos do presente instrumento.

1.1.7. Respeitados os critérios de seleção da Chamada Pública, os candidatos com deficiência, por ocasião da admissão, serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município de Chapecó, a qual avaliará, a exemplo dos demais candidatos, a sua condição física e mental, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores, emitindo Laudo a ser encaminhado à Secretaria de Educação.

1.1.8. Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas às pessoas com deficiência terão seus nomes publicados em listagem geral, bem como em lista especial.

1.1.9. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância dos critérios de seleção.

2. CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos inscritos a comparecer em respectiva Escolha de Vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2016, mediante apresentação no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nês, situado na Rua Assis Brasil, 20 D, Centro, Chapecó/SC, pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a escolha (candidato ou procurador), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
08/03/2016	08:00h	Banca 01 - Educação Infantil
	08:00h	Banca 02 - Habilidades Artístico-Culturais (Música e Artes Plásticas)
	08:30h	Banca 02 - História
	09:00h	Banca 02 - Língua Estrangeira – Espanhol
	09:30h	Banca 02 - Arte
	10:15h	Banca 02 - Ensino Religioso
	11:00h	Banca 01 - Educação Física
	11:30h	Banca 02 - Geografia
	13:30h	Banca 01 - 1ª a 5ª Série e EJA
	13:30h	Banca 02 - Ciências
	14:00h	Banca 02 - Matemática
	14:30h	Banca 02 - Língua Estrangeira – Inglês
	15:30h	Banca 02 - Língua Portuguesa
	16:30h	Banca 01 - Educação Especial (Instrutor de Libras, Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais e Segundo Professor)

3. DO QUADRO DE VAGAS:

3.1. O Quadro de Vagas será apresentado no momento da escolha, de acordo com as necessidades da Administração e mediante as condições editalícias e legais correlatas.

3.2. O candidato inscrito para a disciplina de Língua Estrangeira – Inglês e/ou Língua Estrangeira – Espanhol deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

3.3. O candidato inscrito para a disciplina de Instrutor de Libras que não possua comprovante de aprovação no exame de Proficiência em PROLIBRAS/MEC deverá comprovar domínio na respectiva Língua.

Município de Chapecó, 26 de fevereiro de 2016.

MARIA DE LURDES SEBEN
Secretária de Educação

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMCS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMCS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para serviços de lavagem de veículos, no atendimento a frota do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 11/03/2016.

Abertura: Dia 11/03/2016, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 25 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 02/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 02/2016

DATA: 05/FEVEREIRO/2016

CONTRATADA: LOGPRÓ SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA-ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL, NA ÁREA DE SANEAMENTO (ÁGUA, ESGOTO), NÃO EXCLUSIVO, COM ACESSO SIMULTÂNEO E ILIMITADO DE USUÁRIOS, TENDO COMO PRINCIPAIS MÓDULOS: ATENDIMENTO AO PÚBLICO, MICRO-MEDICÇÃO, FATURAMENTO, COBRANÇA, ARRECADAÇÃO, SEGURANÇA, RELATÓRIOS, CADASTRO, LEITURA E IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DE FATURAS, INTEGRAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS PÓS-IMPLANTAÇÃO PARA USO DESTA AUTARQUIA.

VALOR: R\$ 14.894,28 (QUATORZE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 24/FEVEREIRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 12/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 12/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar a partir do dia 1º de março de 2016, horário especial de trabalho ao servidor LADI DEMARCHI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

- I – Segunda -feiras: Das 08h às 12h;
- II – Terças-feiras: Das 08h às 10h, 13h às 16h30 e das 17h às 19h30;
- III – Quartas-feiras: Das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30;
- IV – Quintas-feiras: Das 08h às 10h, 13h às 15h e das 17h às 19h;
- V – Sextas-feiras: Das 08h às 12h, 13h às 16h30 e das 17h às 19h30;
- VI – Sábados: Das 08h às 12h.

Parágrafo único. O servidor ficará liberado de suas funções nas segundas-feiras, no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 24 de fevereiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PERMISSÃO DE USO Nº 1/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2016 – PMC
Permissão de Uso

Objeto: Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso, a título precário, de 01 (um) imóvel de propriedade do Município. Trata-se de imóvel localizado no Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, Rua Doutor Maruri, 1474, Centro, Município de Concórdia/SC, com área de 74,92 m² (setenta e quatro metros e noventa e dois centímetros quadrados), sendo permitida a sua utilização

somente para a exploração do comércio de bebidas, sucos, refrigerantes, água mineral, cigarros, alimentos pré-confeccionados, lanches doces e salgados frios, lanches doces e salgados quentes (desde que previamente preparados e somente aquecidos no local);

Tipo: Maior Oferta Mensal.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 28/03/2016.

Abertura: dia 28/03/2016, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 25 de fevereiro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016 – FMAS

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços out sourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b, inclusive com fornecimento total de suprimentos, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação nas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Abrigo, CRAS, CREAS e Almoarifado, com recursos próprios, estaduais e federais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 14/03/2016.

Abertura: dia 14/03/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 25 de fevereiro de 2016.

LAURI GARBOSSA
Gestor do FMAS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2015 – PMC

TERMO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO 7/2014 PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, vem por meio desta, CONVOCAR o representante legal da empresa TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.343.094/0001-63, com sede na Rua Osvaldo Zandavalli, 927, Sala 02, Centro, Concórdia-SC, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, para assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 78/2015, originado através da Inexigibilidade nº 14/2015, conforme Termo de Concessão de Exploração nº 7/2014 PMC.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista na Cláusula Décima do Termo Contratual.

Concórdia, SC, 25 de fevereiro de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Concórdia e o 3º Congresso Municipal de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006 e na Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, pelo Conselho das Cidades.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar:

I – a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Concórdia;

II – o 3º Congresso Municipal de Concórdia.

§ 1º O objetivo da Conferência é propiciar o debate sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU e suas políticas estratégicas, propostas pela 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§ 2º O Congresso tem a finalidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade concordiense para definir agendas e metas, com o objetivo de efetivar obras e ações estabelecidas no documento “Concórdia 2030”, objeto do 1º Congresso Municipal de Concórdia.

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Concórdia e o 3º Congresso Municipal de Concórdia realizar-se-ão nos dias 12 de maio de 2016, das 19h às 22h, e 13 de maio de 2016, das 8h às 18h, no Centro de Eventos Concórdia, situado no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros

esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Assessoria de Planejamento, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3441 2132.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016-FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social torna público que ratificou o ato da Senhora NOELI WOŁOWSZYN BRUM DE OLIVEIRA, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 25 de fevereiro de 2016, para a aquisição de lanches, em atendimento às crianças, adolescentes e famílias no Centro de Convivência Frederico Kunz, no bairro Vista Alegre e nos Centros de Referência de Assistência Social, pelo período de 4 semanas, com recursos oriundos da reprogramação do SCFV, a favor da empresa FERNANDO LUIS NAIBO & CIA LTDA EPP, no valor total de R\$ 5.397,20 (cinco mil trezentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

LAURI GARBOSA
Secretário do Fundo Municipal de Assistência Social**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de pavimentação asfáltica de diversas ruas localizadas neste Município, com recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, L B COMERCIO E SERVICOS LTDA e SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA representada pelo senhor Isaac Balbinot Patzlaff. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente constatando-se que as licitantes apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram

julgadas HABILITADAS. À exceção da licitante L B COMERCIO E SERVICOS LTDA que apresentou, juntamente com sua documentação de habilitação, balanço patrimonial, exigido no item 5.1, "k" relativo ao período de 02/07/2014 a 31/12/2014, ou seja, referente ao último semestre encerrado, contrariando o disposto no edital que exige ser apresentado o balanço patrimonial relativo ao último exercício social encerrado, o qual compreende o período anual, de 1º/01/2014 a 31/12/2014. A empresa apresenta em seu Contrato Social, consolidado, o início de suas atividades em 21 de maio de 2001. Ante o exposto a licitante foi declarada pela Comissão INABILITADA. De destacar que a empresa L B COMERCIO E SERVICOS LTDA comprovou através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que é Microempresas (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores. Devido à ausência dos representantes legais das licitantes a Presidente oficializou que a licitação terá de ser suspensa para cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir daquela data. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, os proponentes habilitados ficam desde já convocados, através da assinatura desta ata, a comparecer neste mesmo local às 08h30min (oito horas e trinta minutos) do próximo dia 07 (sete) de março, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 2).

Concórdia, SC, 25 de fevereiro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

PORTARIA Nº 10/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 10/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, horário especial de trabalho à servidora CRISTIELE ANA FINGER, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

- I – Segundas-feiras: Das 08h às 11h30 e das 14:30 às 19h;
- II – Terças-feiras: Das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h;
- III – Quartas-feiras: Das 08h às 11h30 e das 13h30 às 19h;
- IV – Quintas-Feiras: Das 07h30 às 11h e das 13h30 às 17h;
- IV – Sextas-Feiras: Das 07h30 às 11h e das 13h às 18h30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 24 de fevereiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 11/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016- FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 11/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar a partir do dia 23 de fevereiro de 2016, horário especial de trabalho à servidora CAMILA PILONI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

- I – Segundas, quartas e sextas-feiras: Das 08h15 às 10h15 e das 13:15 às 18h45;
- II – Terças-feiras: Das 12h30 às 18h30;
- III – Quintas-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h15 às 18h45.

Parágrafo único. A servidora ficará liberada de suas funções nas terças-feiras, no período matutino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 24 de fevereiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 13/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 13/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva;
- a concordância do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar a partir do dia 24 de fevereiro de 2016, horário especial de trabalho ao servidor MARCELO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

- I – Segundas e quartas-feiras: Das 07h30 às 11h30;
- II – Terças e quintas-feiras: Das 13h30 às 17h30;
- III – Sextas-feiras: Das 14h30 às 18h30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 24 de fevereiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 15/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016- FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 15/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 24 de fevereiro de 2016, horário especial de trabalho ao servidor MÁRIO ALBERTO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, na forma abaixo:

- I – Segundas, terças e quintas-feiras: Das 08h às 12h e das 15h às 19h;
- II – Quartas e sextas-feiras: Das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 24 de fevereiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 2/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016-FUMDEMA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 2/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 1º, II, “1” e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

- para atender as atividades de educação ambiental junto ao Aterro Sanitário Municipal;

- com base na Lei 3.752 de 31 de julho de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho à servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo, no período de 25 de fevereiro a 16 de dezembro de 2016, na forma abaixo:

- I – Quintas-feiras: das 8:30 às 12h e das 13h30min às 17h;
- II – Sextas-feiras: das 13h às 19h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

EDNO GONÇALVES
Diretor/Superintendente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 123/2016

DECRETO Nº123/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. SILVANO A. GABRIEL ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 12/04/2014 a 11/04/2015 que serão gozadas a partir de 01/03/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SILVANO A. GABRIEL Ciente em: ____/____/2016

DECRETO Nº 124/2016

DECRETO Nº 124, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.508,23 (oitenta sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e três centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1001 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 160

Fonte de Recursos: 0.3.58 - Vinculado – R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 161

Fonte de Recursos: 0.3.58 - Vinculado – R\$ 52.508,23

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, será utilizada do superávit financeiro do ano de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 125/2016

DECRETO Nº125/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. GELCI FELIPPIN ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 18/03/2014 a 17/03/2015 que serão gozadas a partir de 29/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

GELCI FILIPPIN Ciente em: ____/____/2016

DECRETO Nº 126/2016

DECRETO Nº 126/2016

"Nomeia Comissão PARA REALIZAR Processo Seletivo - Edital nº 03/2016 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Inciso IV do Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Constitui Comissão Especial para a realização de todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 03/2016 - destinado à contratação de profissionais para atuar no Programa "Educação, Arte, Esporte e Cidadania", de acordo com a Lei Municipal Nº 858/2009, de 20 de maio de 2009.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial do Processo Seletivo - Edital nº 03/2016 - os seguintes servidores:

- a) Kely Cristina Ranzan, matrícula nº 1947-01;
- b) Ivanete Lourdes Pederssetti, matrícula nº 6272-02;
- c) Kátia Ana Di Domênico, matrícula nº 6274-02;
- d) Flaviano Perim, matrícula nº 13348-02; e
- e) André Rodrigues, matrícula nº 13467-01.

§ 1º A Comissão de Processo Seletivo será presidida pela servidora Kátia Ana Di Domênico.

§ 2º As inscrições ficarão a conta da servidora Liciane Magnanti Pasa, matrícula nº 3420-01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de Fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº121/2016

DECRETO Nº121/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir do dia 24/02/2016 a Sra. SOCRATES PERIN, para exercer o cargo de Assistente Técnico de Secretaria com carga horária integral, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº122/2016

DECRETO Nº122/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"NOMEIA GERENTE DE ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir do dia 24/02/2016 a Sra. MARCIO FERNANDO VIECELLI DELLA BETTA, para exercer o cargo de Gerente de Esporte com carga horária integral, ficando lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2016

"Dispõe sobre a revogação E ALTERAÇÃO de dispositivos previstos na LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2015 e dá outras providências"

prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Ficam revogados o Inciso V e o § 4º do Artigo 2º da Lei Complementar nº 119/2015.

Art. 2º Fica revogado o Artigo 5º da Lei Complementar nº 119/2015.

Art. 3º Os Incisos I e II do Artigo 2º da Lei Complementar nº 119/2015 passam a possuir a seguinte redação:

- I - Empresas optantes pelo simples nacional;
- II - Empresas do Lucro Real e Presumido;

Art. 4º O § 3º do Artigo 2º da Lei Complementar nº 119/2015

passa a possuir a seguinte redação:

§ 3º Para o inciso VI deste artigo, será considerado como documento válido para verificação dos valores (computados no valor adicionado do Município) e a consequente classificação o Relatório extraído junto ao sistema utilizado pelo Município de Cordilheira Alta para controle de cadastro e emissão de notas fiscais de produtores rurais, considerando-se como ano base dois anos anteriores ao da premiação.

Art. 5º O inciso IV do Artigo 2º da Lei Complementar nº 119/2015 passa a possuir a seguinte redação:

IV - Prestadores de serviços, exceto os enquadrados no inciso III;

Art. 6º O caput do Artigo 4º da Lei Complementar nº 119/2015 passa a possuir a seguinte redação:

Art. 4º A premiação para as categorias previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 2º desta lei será procedida da seguinte forma:

Art. 7º O Inciso II do Artigo 4º da Lei Complementar nº 119/2015 passa a possuir a seguinte redação:

II - as empresas que apresentarem valor adicionado positivo no ano base da apuração serão premiadas com certificados.

Art. 8º Fica autorizada a consolidação da Lei Complementar nº 119/2015.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, SC,
25 de Fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 06/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D

Tipo: Menor Preço por item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 10/03/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 10/03/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min das 13h00 as 17h00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 25 de fevereiro de 2015

MAURI J. ZUCCO

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1016/16

DECRETO Nº 1016/16

CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE TÉCNICA DA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC de 17 (dezesete) pontos.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar os serviços de veículo de aluguel à taxímetro, nos termos Lei 1953/09, Decreto 187/10, e Edital de Concorrência Pública 004/2015 (Certame Licitação 006/2015), dando assim cumprimento aos princípios de direito administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir comissão especial, com a incumbência de analisar e julgar as propostas técnicas do Processo Licitação Nº 096/2015 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015, que objetiva a outorga de permissão visando a EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC de 17 (dezesete) pontos.

Art. 2º - Designar, para integrar referida comissão, os seguintes membros:

I - MARCOS SIQUEIRA;

II – FABIO BERTOLDI;

III – EDERSON CLEITON MAHS;

IV – JEAN CARLOS WISZNIEWSKI;

V – EDMILSON GEOVANE GUMZ.

Parágrafo único: a comissão será presidida pelo Sr. Marcos Siqueira.

Art. 3º - Atribui a Comissão Especial analisar os critérios técnicos apresentados no que segue:

Ano de Fabricação do Veículo:

ITEM ANO DE FABRICAÇÃO PONTOS

A ZERO KM-2016 20

B 2015 18

C 2014 16

D 2013 14

E 2012 12

F 2011 10

Equipamentos de conforto e/ou segurança do veículo:

ITEM EQUIPAMENTOS PONTOS

A CONDICIONADOR DE AR 4

B AIR-BAG MOTORISTA 3

C AIR-BAG DUPLO (motorista e passageiro) 5

D AIR-BAG DUPLO (frontal e lateral) 8

E FREIOS COM SISTEMA ABS 4

F PORTA MALAS COM 395 LITROS OU MAIS 6

Tempo de Habilitação da licitante em uma das categorias B, C, D ou E:

ITEM TEMPO DE HABILITAÇÃO PONTOS

A 12 a 24 MESES 3

B 25 a 60 MESES 5

C 61 a 100 MESES 7

D 101 a 150 MESES 9

E 151 ou mais MESES 10

Tempo Efetivo no exercício da Atividade de motorista (profissional) de transporte de passageiros:

ITEM TEMPO DE EXERCÍCIO PONTOS

A 01 a 12 MESES 1

B 13 a 60 MESES 2

C 61 a 150 MESES 3

D 151 a 180 MESES 4

E 181 a 360 MESES 5

Cursos de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros e legislação de trânsito, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizativo.

ITEM CURSOS PONTOS

A CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS 5

B CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA 5

C PRIMEIROS SOCORROS 5

D LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO 5

Art. 4º - DA PONTUAÇÃO: A Comissão determinará o ÍNDICE TÉCNICO, de cada licitante habilitado mediante o somatório de sua pontuação técnica referente ao respectivo ponto de serviço. Para a determinação da Pontuação Técnica, considerar-se-ão os fatores ano de fabricação (F1), Equipamentos de conforto e segurança (F2), Tempo de habilitação, (F3), Exercício da atividade de motorista profissional de transporte de passageiro (F4) e Cursos (F5), constantes, conforme o caso, nos documentos de habilitação, na proposta técnica e/ou em documentos integrantes, de acordo com a seguinte fórmula:

$PONTUAÇÃO\ TÉCNICA = F1 + F2 + F3 + F4 + F5$
onde:

F1 = Fator ano de fabricação

F2 = Fator equipamentos de conforto e segurança

F3 = Fator tempo de habilitação

F4 = Fator exercício da atividade (motorista profissional)

F5 = Cursos

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de Fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório 016/2016

Modalidade Pregão Presencial nº 005/16

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, para uso das Secretarias Municipais do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 26/02/2016 às 09 horas do dia 09/03/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 09/03/2016.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 26 de Fevereiro de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA., com o valor total de R\$ 504,27 (Quinhentos quatro reais e vinte e sete centavos).

RESUMO: DISPENÇA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA DE 3000 KM DO VEÍCULO FORD FUSION OKE 1015 DO GABINETE DO PREFEITO, CONFORME ART. 24, INCISO XVII, LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- XVII – “para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII, da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 12 de fevereiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 12 de fevereiro de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 12 de fevereiro de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, com o valor total de R\$ 1.804,00 (Um mil oitocentos e quatro reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA DA VIATURA CHEVROLET, MODELO S-10, MLM9744 DE USO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS

MILITAR.CONFORME ART. 24, INCISO XVII, LEI 8.666/93 E DOCUMENTO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- XVII – “para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII, da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA., com o valor total de R\$ 994,61 (Novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA DE 80.000 KM DA SPIN PLACA MLJ 0114, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ART. 24, INCISO DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:
- XVII – “para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for

indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII, da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 12 de fevereiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 12 de fevereiro de 2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 12 de fevereiro de 2016.

Kleberon Luciano Lima
Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa R.F. CARDINAL HUTH, no valor de R\$ 4.620,00 E MLF PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME, no valor de R\$ 2.500,00.

RESUMO: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA MINISTRAR PALESTRAS E OFICINAS SOBRE "IDENTIDADE DE GÊNERO", "PSICOMOTRICIDADE E LINGUAGEM", "PRÉ-LOGICIDADE" E "LITERATURA INFANTIL", DESTINADOS AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NOS DIAS 16/02/2016, 18/02/2016 E 19/02/2016, CONFORME ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 16 de fevereiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art.

25 o inciso II dou como aprovada.
Curitibanos, 16 de fevereiro de 2016.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 16 de fevereiro de 2016.

Kleberon Luciano Lima
Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 005/2016. Objeto: Contratação de casa abrigo para acolhimento institucional de idosos do Município. Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 09/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/02/2016

Gestora do FMAS - Maria C Wagner Schirmech.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 027/2016. Objeto: Aquisição de tubos de concreto para Secretaria de Obras do Município Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 09/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 25/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 028/2016. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de topografia para realização de levantamento planialtimétrico, Levantamento georreferenciado e locação de ruas e lotes da cidade e do interior para implantação de obras. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 09/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/02/2016

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 029/2016. Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes não reconicionados de boa qualidade para máquinas, carros e equipamentos da Secretaria de Obras do Município. Entrega da documentação e propostas até as 15:30 horas do dia 09/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 25/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 029/2016. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização, luzes cênicas para Administração Municipal.. Entrega da documentação e propostas até as 16:30 horas do dia 09/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras

e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio Cerqueira, 25/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo nº 017/2016 FMS IL nº 017/2016, Objeto: Realização de consultas com as especialidades de avaliação de Anestesiologista, sessões de Eletroconvulsoterapia (eletro-choque) e hospedagem para o tratamento do paciente do Caps - senhor Alan R. da Silva conforme solicitação médica. Vencedores: Clínica de Saúde Mental Pato Branco. – Valor R\$ 3.300,00 – Instituto Policlínica PB – Valor R\$ 3.080,00 – Clínica de Anestesiologista Pato Branco – Valor R\$ 3.300,00. –

Dionísio Cerqueira 23/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS

Ermo

PREFEITURA

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação dos alunos do Programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), durante o exercício de 2016.

Vencedores: SUPERMERCADO GREGORINI LTDA ME

Valor : R33.828,45

Aldoir Cadornin – Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CANCELAMENTO _1 LICITAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0006/2016
Processo licitatório nº: 0011/2016

Considerando o interesse público bem como os critérios administrativos da conveniência e oportunidade, cancela-se a presente licitação, tendo em vista a complementação do edital. Cancela-se este processo licitatório, com o consequente lançamento de um novo Edital. Proceda-se as publicações legais.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de fevereiro de 2016
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATO 00402016 FOSCARINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0040/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Construtora Foscarini Ltda Epp.
Objeto: Contratação de empresa para construção de escola pró-infância projeto 2 convencional, conforme resolução/CD/FNDE nº 13/2012, no distrito da Barra Grande – incluindo materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 1.201.038,73 (um milhão duzentos e um mil trinta e oito reais e setenta e três centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0068/2015, na Modalidade Concorrência Pública nº 0003/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de fevereiro de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0022/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Elis Regina Pilotto Torri ME.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a pronta entrega, de farmácias locais com entrega imediata.
Valor: R\$ 227.330,90 (duzentos e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e noventa centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de fevereiro de 2016
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0023/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Farmácia Sol da Terra Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a pronta entrega, de farmácias locais com entrega imediata.
Valor: R\$ 213.596,10 (duzentos e treze mil quinhentos e noventa e seis reais e dez centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de fevereiro de 2016
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

CONTRATOS _1 MEDICAMENTOS PRONTA ENTREGA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0021/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Licimed distr. De med. Correlatos e prod. Medico e hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos a pronta entrega, de farmácias locais com entrega imediata.

Valor: R\$ 131.753,00 (cento e trinta e um mil setecentos e cinquenta e três reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de fevereiro de 2016
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 091/2016

	PORTARIA Nº 091/2016
	INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido ao servidor Municipal PAULO SÉRGIO BORTOLINI, ocupante do cargo de Motorista, retornando as atividades em 26/02/2016, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 26 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 29/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de solda, funilaria e pintura com fornecimento de materiais, (com exceção das peças de reposição) para a frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de março de 2016 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 26 de fevereiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16PMF07**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF07
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: OXIGÊNIO JOAÇABA COM.GASES ATM. E PROD. P/ SAÚDE L
Valor : 10.600,00 (dez mil seiscentos reais) Vigência
: Início: 17/02/2016 Término: 30/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 148/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS OXIGÊNIO INDUSTRIAL, GÁS ACETILENO INDUSTRIAL E GÁS PARA SOLDA MIG.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF08**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF08
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L
Valor : 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais).
Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE SÊMENS BOVINOS PARA USO VETERINÁRIO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, QUE FAZ PARTE DO PISA – PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF09**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF09
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Valor : 45.200,00 (quarenta e cinco mil e duzentos reais).
Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE(SANEFRAI).

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF10**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF10
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA
Valor : 61.956,00(sessenta e um mil novecentos e cinquenta e seis reais).
Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE(SANEFRAI).

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF11**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF11
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Valor : 214.942,00 (duzentos e quatorze mil novecentos e quarenta e dois reais).
Vigência : Início: 18/02/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE(SANEFRAI).

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF12**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF12
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.
Valor : 12.900,00 (doze mil novecentos reais) Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E ESTADUAL, CONFORME A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF13
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF13
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 22.689,74 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 31/05/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL (GRUPOS DE CONVIVÊNCIA, FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EQUOTERAPIA, ATENDIMENTOS CRAS E CREAS, GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE), DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A MAIO DE 2016.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF14
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF14
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 2.037,60 (dois mil e trinta e sete reais e sessenta centavos).
Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE LEITE INTEGRAL LONGA VIDA UHT, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DURANTE OS MESES DE MARÇO A JUNHO DE 2016.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DA REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008A_2016-SF

Aviso da Republicação do Pregão Presencial nº 0008A/2016 – SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: Contratação de empresa do ramo para revisão da Retroescavadeira Randon RD 406 Advance (1.500 horas trabalhadas), com substituições de óleo, filtros e outros. Validade da Ata de Registro de Preços: março a maio de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 10.03.2016. Abertura: as 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo (SC), 25 de janeiro de 2016.
Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0012_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0012/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0052/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
OBJETO: DESPESA COM INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ILOIR MORAES DE OLIVEIRA ARALDI, LUCAS DALAGNOLI, MARCIO LUIS MACHADO E MOISES AMADEU PATRICIO, NO "12º CONGRESSO DE SECRETÁRIOS DE FINANÇAS E CONTADORES PÚBLICOS E CONTROLADORES INTERNOS MUNICIPAIS"

QUE SERÁ REALIZADO ENTRE OS DIAS 15,16 E 17 DE MARÇO DE 2016 NA CIDADE DE JOINVILLE/SC. CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – EGEM (CNPJ: 08.940.383/0001-90). VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25 "CAPUT" DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES. FRAIBURGO(SC), 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0013_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0012/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0052/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
OBJETO: DESPESA COM INSCRIÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL: ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, NO "12º EVENTO XIV CONGRESSO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS" QUE SERÁ REALIZADO ENTRE OS DIAS 15,16 E 17 DE MARÇO DE 2016 NA CIDADE DE JOINVILLE/SC. CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – EGEM (CNPJ: 08.940.383/0001-90). VALOR TOTAL: R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25 "CAPUT" DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES. FRAIBURGO(SC), 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

CT16PMF22
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF22
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: LUIZ BOZZANO JUNIOR
Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)
Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 01/05/2016
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DO SR. LUIZ BOZZANO JUNIOR, PARA A REALIZAÇÃO DA FINAL ESTADUAL DO CONCURSO DE BELEZA "MISS MUNDO SANTA CATARINA E MISTER SANTA CATARINA".

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF23
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF23
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: TRANSVICENTE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA.
Valor : 20.409,48 (vinte mil quatrocentos e nove reais e quarenta e oito centavos).
Vigência : Início: 23/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DOS ALUNOS DO SESI NA CIDADE DE VIDEIRA/SC, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 041/2016

DECRETO Nº 041, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2334 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2016 crédito adicional especial e suplementar no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.3.0200 (261)	R\$	24.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.3.0300 (262)	R\$	12.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.3.0400 (73)	R\$	18.000,00
Total	R\$	54.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 042/2016

DECRETO Nº 042, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com Lei 2330 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME, para o exercício de 2016, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.221,13 (vinte e seis mil, duzentos e vinte e um mil reais e treze centavos), nas seguintes dotações

orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0800 (7)	R\$	26.221,13
Total	R\$	26.221,13

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 043/2016

DECRETO Nº 043, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0449 (109)	R\$	8.000,00
Total	R\$	8.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417223300 - Transf. Recursos do SUS - Próteses Estado	R\$	8.000,00
TOTAL	R\$	8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04382016

PORTARIA 0438, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGÉLICA PINHEIRO POLAQUINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.391.449-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04392016

PORTARIA 0439, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SABRINA DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.206.969-65, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04402016

PORTARIA Nº 0440, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICANTE E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo n.º 2346, de 24 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante para apurar os fatos conforme Comunicação Interna nº 059/2016, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado;

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

Presidente: Marcos Antônio Maestri Miguel;
Secretária: Elisangela Conte Barbosa;
Membro: Osmar Gonçalves da Silva;

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04412016

PORTARIA 0441, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 07 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04422016

PORTARIA 0442, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0026 de 27 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04432016

PORTARIA 0443, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MILENA MAYARA FURLAN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.519.149-10, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04442016

PORTARIA Nº 0444, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 12 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 61/2016, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RUBINHO GUGIEL MÜLLER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.823.569-27, na função de ZELADOR DO PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 30 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04452016

PORTARIA Nº 0445, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022/2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 007/2016, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DEJANDIR CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 866.800.309-78, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 29 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04462016

PORTARIA Nº 0446, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0334/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LILIAN DOMINGUES DOS SANTOS GEREMIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.770.509-47, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04472016

PORTARIA Nº 0447, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0335/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOÃO PAULO COELHO MOCELIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 077.193.909-46, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04482016

PORTARIA Nº 0448, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0336/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.951.799-10, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04492016

PORTARIA Nº 0449, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0337/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ZENILDA NUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 024.531.299-45, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04502016

PORTARIA Nº 0450, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0338/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SABRINA APARECIDA CAMPOS DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 094.901.359-50, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04512016

PORTARIA Nº 0451, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0340/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAIANE RIBEIRO, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 085.359.719-71, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04522016

PORTARIA Nº 0452, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0340/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA CLEANE DA SILVA ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 601.726.943-70, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04532016

PORTARIA Nº 0453, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0341/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04542016

PORTARIA Nº 0454, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0342/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.928.359-00, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04552016

PORTARIA Nº 0455, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0343/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CHEILA KELEN SCHULZE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.301.519-29, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04562016

PORTARIA Nº 0456, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0344/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA HERMINIA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.282.589-29, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04572016

PORTARIA Nº 0457, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0345/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA DOS SANTOS CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.654.899-57, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04582016

PORTARIA Nº 0458, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0346/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILETE NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.557.519-30, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04592016

PORTARIA Nº 0459, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0347/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEIDE GRANEMANN CORRÊA GULART, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.773.269-26, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04602016

PORTARIA Nº 0460, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0348/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANA PARECIDA ESGANZELA RALDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 798.956.549-87, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04612016

PORTARIA Nº 0461, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de CLEONICE DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 022.534.489-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 38 horas semanais, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04622016

PORTARIA Nº 0458, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022/2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 007/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PAULO SERGIO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 022.222.959-47, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 29 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04632016

PORTARIA Nº 0463, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0022 de 05 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 013/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 29 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0001_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua 25 de Dezembro, com extensão de 78,54 metros e muro de contenção, no Bairro Vila Salete, nesta cidade, com fornecimento do material e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS ao PAL), vinculado ao Contrato de Empréstimo entre a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC e o Município de Fraiburgo n. 2015012601, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME Apresentou o valor total e global de R\$ 190.122,13 (cento e noventa mil e cento e vinte e dois reais e treze centavos). Ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 1.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias. Fraiburgo (SC), 25 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

TA.AT16PMF21

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16PMF21 - Contrato Nº: AT15PMF146
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: RSUL LTDA
Valor : 61.971,67 (sessenta e um mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos) Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 139/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF18

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF18 - Contrato Nº: CT14PMF108
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA
Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 19/05/2016
Licitação... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA 19 DE MAIO DE 2016.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF21

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF21 - Contrato Nº: CT15PMF88
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 18/05/2016
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2015.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 18 DE MAIO DE 2016, CONFORME JUSTIFICATIVA ANEXA AO PAL.

Fraiburgo, 25 de Fevereiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL PROC, 05/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

O MUNICIPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, torna público aos interessados que fará, no dia 14 de março de 2016 as 14h00min na sede da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 n.º 8.666/93 e alterações, do tipo menor preço Global, sendo o objeto a contratação de pessoa jurídica e ou física que sejam habilitados e credenciados, para prestar serviços de arbitragem em jogos do campeonato municipal de 2016, em suas diversas categorias.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000, E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 25 de fevereiro de 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU 004/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FUNSAU nº 004/2016, Edital de Pregão Presencial 004/2016, tipo menor preço por ITEM até às 09h:00min. do dia 09 de março de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (ODONTOLOGICOS, INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 26 de fevereiro de 2016.

Neri Pederssetti

Vanderlei Bez Batti

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Saúde

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR011/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2016

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLO-BAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando Contratação de empresa especializada, para a execução de serviços técnicos, sob a modalidade de Assessoria e consultoria tributária com execução indireta, para a cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes sobre serviços bancários e intermediações de seguros e consórcios nos últimos 05 (cinco) anos nos limites do Município; a promoção de Diagnóstico das estruturas institucionais, legais e administrativas tributárias; a implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, seus procedimentos fiscais, processos tributários, inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, com o concomitante fornecimento dos recursos humanos especializados para coordenação, capacitação dos servidores da fiscalização, dívida ativa e procuradoria municipal; e ainda a cessão de direitos patrimoniais (autorais) das peças utilizadas na efetivação dos serviços, mediante a execução das atividades descritas em módulos conforme o Termo de Referência do edital. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 09/03/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 09/03/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 25 de fevereiro de 2016.

Paulo Sergio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026/2016

DECRETO N.º 026, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 21, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 21, de 19 de fevereiro de 2016, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 3º quadrimestre de 2015", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 21, de 19 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 3º quadrimestre de 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 19 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 3º quadrimestre de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2016.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2016

PMG

Ata nº. 013/2016; Processo nº.133/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: RODRITUR TURISMO LTDA ME; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestar o serviço de transporte intermunicipal, para atender estudantes do município de Garopaba; Data da Assinatura: 25/02/2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2016

PMG E FMS

Ata nº. 014/2016; Processo nº.002/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME; Objeto: Registro de Preço para aquisição de Papel A4 para uso das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Data da Assinatura: 25/02/2016.

PORTARIA Nº 176/2016

PORTARIA N.º 176, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, CPF n.º 023.699.059-48, das funções comissionadas do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Resolução nº 21, de 19 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao 3º quadrimestre de 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 19 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições:

Resolve aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 3º quadrimestre de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de fevereiro de 2016.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 26/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO Nº 20/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. REGINA MARIA LEGNAGHI, brasileira, união estável, professora, RG nº 3.228.478, CPF: 890.909.509-15, residente e domiciliado na Rua Eugênio Avanci, 868 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a certidão de nascimento da filha, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 020/2015 por mais 05 (cinco) meses, passando seu término para 09 de junho de 2016, em caráter de estabilidade provisória.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 020/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 26 de janeiro de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 01/2016

DISTRATO Nº 001/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 007/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 13.025.484-5, CPF: 037.045.589-40, residente e domiciliada na Rua Carlos

Boergenhausen, 499 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Distratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 007/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 19 de fevereiro de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DISTRATO Nº 02/2016

DISTRATO Nº 002/2016

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 007/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. ROSELY MANICALDI, brasileira, casada, professora, RG nº 25.5692522-6, CPF: 162.385.538-12, residente e domiciliado na Rua Mamorana, 458 – Itapema do Norte, Itapoá/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 022/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 18 de fevereiro de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Distratado
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.822, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.822, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam designados para exercício de função de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a partir de 19 de fevereiro de 2016, os servidores efetivos abaixo indicados:

I - SECRETARIA DE SAÚDE:

- a) EDMILSON FREITAG TERRES, CPF nº. 487.527.030-53, Supervisor de Serviços Odontológicos, Nível 1;
- b) JANE JUÇARA PROENÇA LIMA, CPF nº. 808.779.150-91, Encarregado-Geral de Regiões de Saúde, Nível 3;
- c) SUELI DE SOUZA MORETTO, CPF nº. 383.158.409-59, Encarregado-Geral de Contratos e Convênios, Nível 2;
- d) ALCIDIO RODOLFO DA SILVA, CPF nº. 450.173.609-72, Encarregado de Vigilância Epidemiológica, Nível 3;
- e) ELISANGELA URBANO, CPF nº. 949.389.469-04, Encarregado-Geral de Ambulatório de Especialidades Médicas, Nível 2.

II - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- a) SANDRA GERUSA DOS SANTOS DA SILVA, CPF nº. 936.323.639-00, Supervisor Do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - CREAS, Nível 1;
- b) ELOIZA CAMPREGHER PROBST, CPF nº. 533.088.759-34, Encarregado-Geral dos Conselhos, Nível 2;
- c) THAISE DE QUADROS, CPF nº. 009.350.139-03, Encarregado-Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível 2;
- d) DAYSE BEATRIZ BRUNKEN, CPF nº. 947.362.519-72, Encarregado-Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível 2;
- e) ROSANGELA MARIA WALTER TILL, CPF nº. 712.637.809-20, Encarregado-Geral do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - CCFV, Nível 2;
- f) MARIA APARECIDA SIMOES AFFONSO, CPF nº. 833.356.507-78, Encarregado-Geral de Medidas Sócio-Educativas, Nível 2.

III - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:

- a) UILLIAM RAFAIN DE SOUZA, CPF nº. 072.512.819-45, Supervisor Administrativo, Nível 1.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2016.

Gaspar, 19 de fevereiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

DECRETO Nº 6.824 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.824 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
APLICA A PENALIDADE DE DEMISSÃO À SERVIDORA CRISTINA JARDIM DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o teor do julgamento administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2015, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora C. J. da S,

DECRETA:

Art. 1º Aplica a penalidade de DEMISSÃO à servidora pública municipal CRISTINA JARDIM DA SILVA, matrícula nº 7863, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira/Servente, por transgressão ao inciso III do artigo 162 c/c artigo 169 e ao inciso X do artigo 146, da Lei Municipal nº 1.305/1991, em razão da procedência dos fatos apurados no Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2015.

Art. 2º Em razão da aplicação da penalidade descrita no artigo 1º, fica convertida em demissão a exoneração da servidora CRISTINA JARDIM DA SILVA, declarada pelo Decreto nº 6.645, de 02 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos realizará os devidos registros funcionais e adotará as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.825, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.825, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERA O SERVIDOR AMAURI BORNHAUSEN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 18 de fevereiro de 2016, o servidor AMAURI BORNHAUSEN, CPF nº 633.023.069-20, do cargo em comissão de Coordenador e Obras, nomeado pelo Decreto nº 6.796/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18/02/2016.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.826, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.826, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA AMAURI BORNHAUSEN PARA O CARGO DE COORDENADOR DE OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado AMAURI BORNHAUSEN, CPF nº 633.023.069-20 e RG nº 2172512, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Obras, nível CC, ref. 33, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 22/02/2016.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.827, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 6.827, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA MARCIA REGINA GUIMARAES GALDINO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica designada, a partir de 15 de fevereiro de 2016, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, a servidora efetiva MARCIA REGINA GUIMARAES GALDINO, CPF nº 872.173.259-00 e RG nº 48995284, para exercício de função de confiança como Encarregada Geral - Nível 2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/02/2016.

Gaspar, 24 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

ERRATA AO DECRETO Nº 6.796 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.796 de 05 de fevereiro de 2016, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1929, de 10 de fevereiro de 2016, nos seguintes termos:

Onde se lê:

VIII – Lotados na Secretaria de Educação:

c) SIMARA EMÍLIA DALCASTAGNÉ CAPISTANO, inscrita no CPF sob o nº 041.737.519-07, Diretora Adjunta, ref. 45, com carga horária de 40 horas semanais;

Leia-se:

VIII – Lotados na Secretaria de Educação:

c) SIMARA EMÍLIA DALCASTAGNÉ CAPISTANO, inscrita no CPF sob o nº 041.737.519-07, Diretora Administrativa, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;

Gaspar (SC), 24 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3.969, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 3.969, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

APLICA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR EDSON RICARDO DIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 171, inciso III da Lei Municipal nº. 1.305/1991, com fulcro no art. 157, I da mesma lei, em conformidade com o Julgamento Administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2015, instaurado pela Portaria nº 3.780, de 18 de agosto de 2015.

RESOLVE

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência ao servidor público municipal EDSON RICARDO DIAS, matrícula nº 12194, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, por transgressão ao inciso III do artigo 162 c/c artigo 169 e ao inciso X do artigo 146, da Lei Municipal nº 1.305/1991, uma vez que restou comprovado que o servidor cometeu inassiduidade administrativa e infringiu o dever do servidor público de ser assíduo e pontual.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos realize os devidos registros funcionais e adote as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR**AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016**

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Contratatação de empresa especializada para executar os serviços de coleta,transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, que foi efetivada alteração. A data de entrega e abertura dos envelopes foram alteradas para o dia 15/03/2016. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site:www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 24 de fevereiro de 2016

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 03/2016

Data vigência: 23/02/2016

Data vencimento: 08/03/2016

Número da Licitação: 07/2016 - Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: PENTÁGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA. ME.

Objeto: Contratação de empresa para a reparação de passeios públicos a serem executados na Rua João Jose Schmitt, bairro Bela Vista.

Valor R\$ 7.870,00 (Sete mil, oitocentos e setenta reais).

=====

Gaspar (SC), em 22 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 12/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 12/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO MATERIAL DE CONSUMO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/03/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 09/03/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 24 de Fevereiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

1ª ERRATA DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

1ª ERRATA DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Aviso de alteração de data da sessão do procedimento licitatório 001/2016

Onde se lê data de abertura dia 01/03/2016 às 09:00 hs

Leia-se data de abertura dia 02/03/2016 às 09:00hs

Para o recebimento dos documentos de Habilitação e proposta de Preços.

Os demais termos e condições permanecem inalterados.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Governador Celso Ramos, 25 de Fevereiro de 2016.

AILSON JADIR PORTO

PREGOEIRO

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAIS TP 02/2016 ASFASO

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 32/2016

Edital de TOMADA DE PREÇO n. 02/2016-TP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, COM A EXTENSÃO DE 280,00M, NO TOTAL DE 2.059,31M², NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC. Data e Horário de Abertura: 18/03/2016, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, pelo email: licitacoes@graopara.sc.gov.br, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 24 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

EDITAL DE TP 01/2016 - PONTES

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 31/2016

Edital de TOMADA DE PREÇO n. 01/2016-TP

Objeto: a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA CONSTRUÇÃO DE 01(UMA), GALERIA E PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO, FORNECIMENTO DE MATERIAL E CONSTRUÇÃO DE 2(DUAS) CABECEIRAS, E A INSTALAÇÃO DE 02 (DOIS) KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBS-TÁCULOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC. Data e Horário de Abertura: 16/03/2016, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 24 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 19/2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 19/2016

(De 24 de fevereiro de 2016)

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A APLICAR REAJUSTE SOBRE O ANEXO VI DA LEI MUNICIPAL Nº 990/2000, QUE TRATA DOS VENCIMENTOS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, FIXADA PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 01/2013, ALTERADA PELA LEIS COMPLEMENTARAS Nº 06/2014 E 09/2015, ADEQUANDO-A AO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO, INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 11.738/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste de 11,36% (onze por cento e trinta e seis pontos percentuais) sobre os valores atuais do Anexo VI da Lei Municipal nº 990/2000, que trata da tabela de vencimentos dos servidores integrantes do quadro do magistério municipal, fixada pela Lei Complementar Municipal nº 01/2013, alterada pela Leis Complementaras nº 06/2014 e 09/2015, adequando-a ao Piso Nacional do Magistério, instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008, passando a vigorar o ANEXO VI – TABELA DE VENCIMENTOS que segue em anexo, e fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. O reajuste de 11,36% (onze por cento e trinta e seis pontos percentuais) referido no caput será concedido em uma única parcela, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria constante do orçamento municipal para o Exercício de 2016.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 24 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de fevereiro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 13

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Helton Blazius Guisi possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: HELTON BLAZIUS GUISI

Restos a Pagar de 2015: 1902, 1903, 1904, 1905, 1906 e 1907.

Valor: R\$ 1.113,78

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 25 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 32 E 33.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 32/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: QUIMICASOL LTDA - EPP
Valor : 8.100,00 (oito mil e cem reais)
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA DE ABERTURAS, ABAS, CORRIMÃOS, FORRO, ENTRE OUTROS NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER.

Contrato Nº.: 33/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: PINTURAS COSSUL LTDA ME
Valor : 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA PINTURA DE ABERTURAS, ABAS, CORRIMÃOS, FORRO, ENTRE OUTROS NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER.

EXTRATOS CONTRATOS 16 E 17.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 16/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada.: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA EBENEZER LTDA
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE ORELHINA OU EMISSÕES OTOACÚSTICAS, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 17/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada.: AMANDA LUPATINI
Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE FONOAUDIOLOGIA, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 39.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016
PROCESSO Nº 39/2016 HOMOLOGAÇÃO: 25/02/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA PARA PINTURA DE ABERTURAS, ABAS, CORRIMÃOS, FORRO, ENTRE OUTROS NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER.

CONTRATADO: PINTURAS COSSUL LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais)

CONTRATADO: QUIMICASOL LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

HOMOLOGAÇÃO 3 PROCESSO 06.2016 FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2016
PROCESSO Nº 6/2016 HOMOLOGAÇÃO: 25/01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO, TESTE DE ORELHINA OU EMISSÕES OTOACÚSTICAS, SESSÕES DE FONOAUDIOLOGIA, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA EBENEZER LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: AMANDA LUPATINI
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO LICITACAO 08 2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial - 08/2016
Tipo : Menor Preço - por itens.
Objeto : AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA AS UNIDADES ESCOLARES.
Entrega dos Envelopes: 09/03/2016 às 08:45 h
Abertura dos Envelopes: 09/03/2016 às 09:00 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h ou pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 24/02/2016.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 618/2016

DECRETO Nº. 618/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4.287/2015, a saber:

05 - Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.002 - Demutram
05.002.0006.0181.0003.2100 - Manutenção das Ações da Polícia Militar
3449000000000000
01000000 R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

05 - Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.002 - Demutram
05.002.0006.0181.0003.2100 - Manutenção das Ações da Polícia Militar
3339000000000000
01000000 R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de fevereiro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO 38/2011- FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2011-FMS

Processo Licitatório nº: 40/2011 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DA FIGUEIRA, SITUADO NA AVENIDA IZÍDIO CARLOS PEIXER, S/Nº, BAIRRO ILHA DA FIGUEIRA NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

LOCADORA: Rúbia Kinas, inscrita no CPF sob o nº 481.600.599-49, com endereço na Rua Emílio Hardt, s/nº, bairro Ilha da Figueira, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência pelo prazo de 12 meses (entre 29/01/2016 e 28/01/2017).

Data da Assinatura: 23/02/2016 Vigência 28/01/2017.

GUARAMIRIM (SC), 25/02/2016

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 72/2016

PORTARIA Nº. 072/2016

Nomeia Comissão de Processo Administrativo para reconhecimento de despesas da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros abaixo relacionados para comporem Comissão de Processo Administrativo para reconhecimento de despesas da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim:

I – Marister Câmara Canto;
II – Márcia Medeiros Musse;
III – Stephano Diego de Souza Wessler.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de fevereiro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 73/2016

PORTARIA Nº. 073/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora G. R., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infrações administrativas, previstas no art. 49, incisos III, IX e XI da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuídas à servidora G. R., matrícula 299081, na função de Professora III, vinculada à Secretaria de Educação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Sirlene Scaburi e Laura Odázia de Oliveira, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 74/2016

PORTARIA Nº. 074/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora M. G. B., levantadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, inciso X da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuída à servidora M. G. B., matrícula 406732, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Priscila Bastian Lara, Franciele Campagnaro Rigon e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE ALTERÇÃO DE EDITAL - PREF 07

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE ALTERÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório nº. 07/2016 - Pregão Presencial Nº. 06/2016.
Objeto: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul,
Propostas e Habilitação: 02/03/2016 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

ALTERAÇÃO: 8.3.10. Para o item 77, devera ser apresentado cópia autenticada da autorização da ANP para comercialização do gás, nos termo do ART. 4º DA PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.11.2003.

1.2. Os demais itens do Edital permanecem em vigor.

A Alteração esta a disposição aos interessados, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 25 de fevereiro de 2016

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 04 E 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 04/2016 - Pregão Presencial Nº. 02/2016.
Objeto: Aquisição de medicamentos para serem distribuídos para os pacientes da Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 15/03/2016

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Rossméri K. Vergutz,

Secretária do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 05/2016 - Pregão Presencial Nº. 03/2016.
Objeto: Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias Total e Parcial Removível, destinados aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 11/03/2016

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Rossméri K. Vergutz,

Secretária do FMS.

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 16 / FMS 08

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 16/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: TECHIO CONS ASSES E DES EM GESTÃO PUBL LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresas para prestação de serviços na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundos e Bancos Oficiais do Governo Municipal de Guarujá do Sul e prestação de serviços assessoramento na área de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

ITEM 01 - Serviços na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundos e Bancos Oficiais do Governo Municipal de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 32.000,00

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: TECHIO CONS ASSES E DES EM GESTÃO PUBL LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresas para prestação de serviços na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundos e Bancos Oficiais do Governo Municipal de Guarujá do Sul e prestação de serviços assessoramento na área de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

ITEM 02 - Serviços assessoramento na área de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 33.000,00

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Rossméri K. Vergutz,

Secretária FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 251/2016

PORTARIA Nº 251/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora SABRINA ROVER (Matr. 3156), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 30 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada junto a EBM Prof. Cruz e Sousa, para atuar na Casa da Cultura e no Teatro Alfredo Sigwalt, com as oficinas de dança, a contar de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, conforme o art. 61 da LC Nº 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252/2016

PORTARIA Nº 252/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor FÁBIO JUNIOR WENTZ AGUIAR (Matr. 4245), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 30 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Música, junto às Unidades Escolares: EBM Estação Luzerna e CME Pequeno Príncipe, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificado na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 253/2016

PORTARIA Nº 253/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora KARLA CRISTINA PARRISSENTI LAMPERTI (Matr. 4246), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Língua Inglesa, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 254/2016

PORTARIA Nº 254/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora GEISA MULLER MICHELON (Matr. 4248), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turno matutino, Disciplina de Matemática, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2016

PORTARIA Nº 255/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora KARLA CRISTINA PARISSENTI LAMPERTI (Matr. 4249), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turnos matutino, Disciplina de Língua Portuguesa, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256/2016

PORTARIA Nº 256/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor SELMAR JOSÉ KLEIN (Matr. 4250), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Disciplina de História, junto EBM Estação Luzerna, em substituição ao servidor Ivo Guindani que se encontra afastado para tratamento de saúde, a partir de 22 de fevereiro de 2016 enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 004/2016/SMECE, de 16 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2016

PORTARIA Nº 257/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor RODRIGO MITTERER (Matr. 4251), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Música, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258/2016

PORTARIA Nº 258/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ROSELENE NARDI NEIZ (Matr. 4252), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 30 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Informática, junto às Unidades Escolares: EBM Estação Luzerna e CME Pequeno Príncipe, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 004/2016/SMECE, de 16 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 259/2016

PORTARIA Nº 259/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, a Senhora NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN (Matr. 4253), a partir de 22 de fevereiro de 2016, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 016/2014/SMECE/SMAMA, de conformidade com o Decreto Nº 3.397/2015 de 13 de fevereiro de 2015, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Artes, Nível – 6, Referência "A", 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2016

PORTARIA Nº 260/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, a Senhora JANELISE BRESSAN DE LÁZARO (Matr. 4254), a partir de 22 de fevereiro de 2016, aprovada e classificada em 2º lugar através do Concurso Público 016/2014/SMECE/SMAMA, de conformidade com o Decreto Nº 3.397/2015 de 13 de fevereiro de 2015, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Artes, Nível – 6, Referência "A", 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe e EBM Estação Luzerna, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 261/2016

PORTARIA Nº 261/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor VANTUIR DA SILVA (Matr. 4255), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto ao GEM Profº Adolfo Becker, a partir de 22 de fevereiro de 2016, em substituição ao Servidor Rodrigo Francisco da Silva, que se encontra afastado em Licença para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o atestado deste servidor, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovado e classificado em 5º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 262/2016

PORTARIA Nº 262/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARLOVA APARECIDA CARDOSO DA SILVA (Matr. 4256), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 22 de fevereiro de 2016, em substituição à Servidora Bernardete Maria Spier, que se encontra afastada em Licença para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o atestado desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 7º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2016

PORTARIA Nº 263/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora VERONICE DE OLIVEIRA (Matr. 4257), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto a ERM Profº Alcino Fernandes, em substituição à Servidora Diva Zarpelon Trevisol, que se encontra readaptada, a partir de 22 de fevereiro de 2016, enquanto perdurar a readaptação desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 6º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 264/2016

PORTARIA Nº 264/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JASIANE PIOVESAN (Matr. 4258), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Informática, junto às Unidades Escolares: GEM Profº Adolfo Becker, GEM Nossa Sra. De Fátima e ERM Profº Alcino Fernandes, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 3º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 265/2016

PORTARIA Nº 265/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARIA LUCIA GELAIN (Matr. 4259), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Disciplina de Língua Portuguesa, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 266/2016

PORTARIA Nº 266/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LUANA LAÍS FERONATTO DE MORAES (Matr. 4263), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Educação Infantil, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição à Servidora Viviane A. Campanhol Sbrussi, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 267/2016

PORTARIA Nº 267/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, a Senhora ANDREIA APARECIDA SCALABRIN (Matr. 4260), a partir de 23 de fevereiro de 2016, aprovada e classificada em 3º lugar através do Concurso Público 016/2014/SMECE/SMAMA, de conformidade com o Decreto Nº 3.397/2015 de 13 de fevereiro de 2015, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "A", 20 horas semanais, de Educação Infantil, turno vespertino, junto ao GEM Nossa Sra. de Fátima, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 23 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268/2016

PORTARIA Nº 268/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, a Senhora SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Matr. 4261), a partir de 23 de fevereiro de 2016, aprovada e classificada em 6º lugar através do Concurso Público 016/2014/SMECE/SMAMA, de conformidade com o Decreto Nº 3.397/2015 de 13 de fevereiro de 2015, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "A", 20 horas semanais, de Educação Infantil, turno vespertino, junto a ERM Profº Alcino Fernandes, de conformidade com o Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 23 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 269/2016

PORTARIA Nº 269/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, à Servidora LUCIANE FERREIRA BRANDÃO (Matr. 4213), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, lotada junto ao GEM Profº Adolfo Becker, do turno vespertino, para o turno matutino, a contar de 23 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 270/2016

PORTARIA Nº 270/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JULIANA APARECIDA THOMAZI SAMOURA (Matr. 4262), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição à Servidora Luciane Ferreira Brandão, a partir de 23 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 29º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 271/2016

PORTARIA Nº 271/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, à Servidora ANDREIA APARECIDA SCALABRIN (Matr. 4260), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/A, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, lotada junto ao GEM Nossa Sra. De Fátima, para atuar no CME Pequeno Príncipe, turno matutino, na vaga da servidora Silvana Trevisol Gab, a contar de 24 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 272/2016

PORTARIA Nº 272/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhorita YASMIN LAIS RIBAS (Matr. 4264), para ocupar o Cargo de Provisão em Comissão de Coordenadora da Junta de Serviço Militar, Nível – DAS - 3, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 24 de Fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/2016

PORTARIA Nº 273/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ARLETE GELATI (Matr. 4265), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, em substituição à Servidora Andréia Aparecida Scalabrin, a partir de 25 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 31º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 274/2016

PORTARIA Nº 274/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor JEFERSON MORONI GOUTERRES (Matr. 4266), para exercer as funções de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, junto a EBM Estação Luzerna, a partir de 25 de fevereiro de 2016, em substituição à Servidora Orlanda Judite Fedrigo, que se encontra afastada por motivo de doença em Pessoa da Família, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovado e classificado em 8º lugar pelo Processo Seletivo Nº 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 268/2016

PORTARIA Nº 268/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. KIERI LARISSA DE SOUZA JUNKES, no cargo de ATENDENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL - PORTARIA Nº 154/2016

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 154/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. CARLOS HENRIQUE RUSSI, no cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 002/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 10/03/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, registro de preço do Tipo Menor Preço por Item, cujo objetivo visa à Contratação de empresa de serviço de locação de Transporte Coletivo de ônibus, van e micro ônibus. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770-000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 25 de Fevereiro de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 004, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 004, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
SUBSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e,

CONSIDERANDO a CI N.027/SMECDJ/2016 da Secretaria de Educação;

CONSIDERANDO a possibilidade de convalidação dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica substituída a composição da Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Imaruí, integrada pelos membros abaixo descritos, que irá preparar, executar e julgar o Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Imaruí.

I - Josiani Correia Venâncio - Titular
Vânio José Martins - Suplente; e
II - Marta da Silva Maria – Titular
Isabel Cristina Valério – Suplente;

III - Eligia Rosa – Titular
Elaine Silveira Cabral - Suplente.

Art. 2º A Comissão ora constituída baixará instruções especiais sobre o Concurso, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º Este Decerto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 002/2016.

Imaruí (SC), 19 de fevereiro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

DECRETO Nº. 005, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 005, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE INVENTÁRIO E REAVALIAÇÃO DE BENS PERMANENTES, AVALIAÇÃO E BAIXA DOS BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí e,

CONSIDERANDO a CI N.089 da Coordenação de Patrimônio;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Inventário e Reavaliação de Bens Permanentes, Avaliação e baixa dos Bens Inservíveis:

I – Vanio José Martins;

II – Valmir Albring;

III – Adelson Silveira; e

IV – Liliane Santos da Rosa.

Art. 2º Este Decerto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 0037/2015.

Imaruí (SC), 23 de fevereiro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais localizados no Município de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no §2º, artigo 194, da Lei nº 846, de 02 de janeiro de 1986,

DECRETA:

Art.1º Ficam autorizados a funcionar até as 18:00 horas, nos dias abaixo indicados os estabelecimentos comerciais localizados no Município de Imbituba:

- I- dias 12 e 26 de março de 2016;
- II- dia 09 de abril de 2016;
- III- dia 07 de maio de 2016;
- IV- dia 11 de junho de 2016;
- V- dia 09 de julho de 2016;
- VI- dia 13 de agosto de 2016;
- VII- dia 10 de setembro de 2016;
- VIII- dia 08 de outubro de 2016; e
- IX- dia 12 de novembro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA 01/2016 (FUREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUREBOM

PROCESSO Nº 02/2016

DISPENSA Nº 01/2016

Objeto: Aquisição e instalação de portões basculantes automatizados para garagem náutica do corpo de bombeiros militar de Imbituba/SC.

Contratada: Gf Comercio e Serralheria LTDA ME

Valor Total R\$ 15.565,00 (Quinze mil quinhentos e sessenta e cinco reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de fevereiro de 2016.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8ª BBM

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 02/2016 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 08/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

Objeto: aquisição de passagens rodoviárias urbanas para uso dos pacientes dos programas do CAPS e das agentes do programa saúde da família da Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda

Valor Total: R\$ 18.375,00 (Dezoito mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Fundamentação Legal: caput da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de fevereiro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO (SRP) 08/2016 (SEAST)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 04 de março de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de 800 (oitocentos) conjuntos de fotos 3x4 com 08 fotos para usuários do plantão social e casos especiais da secretaria da SEAST.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 26 de fevereiro de 2016.

Célia David da Silva

Secretária Municipal da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 24/2016 (SEFAZ)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 24/2016, na modalidade de Pregão Presencial de nº 18/2016, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 26 de fevereiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/GGP Nº 92/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 92, de 25 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre pedido de retorno da Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 2.216, de 12 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Retornar a pedido, a servidora GISELI VIEIRA EMÍDIO CORRÊA, inscrita no CPF sob o n.º 005.253.699-88, Professora, matrícula n.º 5374, afastada por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/DGP Nº 609, de 03 de outubro de 2013, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 25 de fevereiro de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008/2016**

Ato da Presidência nº 008/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 4ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 29 de Fevereiro de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
013	PL nº 4.810/2016	19/02/2016	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
014	PL nº 4.811/2016	19/02/2016	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Contrato de Cooperação Técnico Financeira com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. para a execução de trabalhos de pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
015	PL nº 4.812/2016	19/02/2016	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Município de Imbituba a receber em doação fração ideal de imóvel que especifica e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ nº 004/2016	24/02/2016	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer ao Chefe do Poder Executivo a prestação de contas detalhada da Festival Nacional do Camarão 2016.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 25 de Fevereiro de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 021/2016

Pregão Presencial nº 011/2016-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de produtos de panificação e alimentos em geral.

Entrega dos envelopes: 11/03/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 11/03/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 022/2016

Pregão Presencial nº 012/2016-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Contratação de serviços de máquinas e caminhões por hora.

Entrega dos envelopes: 14/03/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 14/03/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 01/2016 - CREDENCIAMENTO 01/2016 - SESSÃO PÚBLICA DE 23/02/2016

ATA DE REUNIÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

No dia 23/02/2016, às 11:45h, horário alterado em razão de acidente ocorrido com membro da Comissão, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Indaial, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 05/2016, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa Rádio Clube de Indaial Ltda - EPP, CNPJ 79.275.988/0001-51, protocolada nesta Casa. O requerimento e documentos apresentados pela empresa Rádio Clube de Indaial Ltda - EPP, foram lidos, examinados e devidamente rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. A Comissão de Licitações constatou que todos os requisitos do Edital de Credenciamento nº 001/2016, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016, foram cumpridos pela empresa requerente. Dessa forma, os membros da Comissão de Licitação julgaram a empresa requerente Rádio Clube de Indaial Ltda - EPP, habilitada e qualificada para firmar contrato de credenciamento com a Câmara Municipal de Indaial para os fins do objeto do credenciamento. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios e, os autos encaminhados à Presidência da Edilidade para as providências ulteriores. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada.

Indaial, em 23 de fevereiro de 2016.

Rafael Nagel	
Presidente da Comissão de Licitação	
Jeniffer Viviani de Souza e Silva	Jefferson José Carlini
Membro da	Membro da
Comissão de Licitação	Comissão de Licitação

ATA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 02/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015 - SESSÃO PÚBLICA 23/02/2016

ATA DE REUNIÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

No dia 23/02/2016, às 12:00h, horário alterado em razão de acidente ocorrido com membro da Comissão, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Indaial, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 05/2016, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa Naiara de Souza Pereira 05986266978, protocolada nesta Casa. O requerimento e documentos apresentados pela empresa Naiara de Souza Pereira 05986266978, foram lidos, examinados e devidamente rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. A Comissão de Licitações constatou que todos os requisitos do Edital de Credenciamento nº 001/2015, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, foram cumpridos pela empresa requerente. Dessa forma, os membros da Comissão de Licitação julgaram a empresa requerente Naiara de Souza Pereira 05986266978, habilitada e qualificada para firmar contrato de credenciamento com a Câmara Municipal de Indaial para os fins do objeto do credenciamento. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios e, os autos encaminhados à Presidência da Edilidade para as providências ulteriores. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada.

Indaial, em 23 de fevereiro de 2016.

Rafael Nagel	
Presidente da Comissão de Licitação	
Jeniffer Viviani de Souza e Silva	Jefferson José Carlini
Membro da	Membro da
Comissão de Licitação	Comissão de Licitação

EXTRATO CONTRATO 06/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo Licitatório n. 006/2016

TERMO DE DISPENSA no: 006/2016

CONTRATADA: SANDRO GUILHERMO MATIAS.

OBJETO: Contratação de locução e gravação dos resumos das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Indaial, compreendendo até 15 minutos de resumo por sessão ordinária.

Início de vigência: 11 de fevereiro de 2016.

Término de vigência: 31 de dezembro de 2016.

Valor: R\$ 6.808,19 (seis mil oitocentos e oito reais e dezenove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 11/02/2016.

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2203 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão de Alvará para Localização e Funcionamento provisório e dá outras providências;

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições ;

Considerando a necessidade de regulamentar a expedição do Alvará para Localização e Funcionamento provisório;

Considerando a assinatura do termo de convênio 007/2015 firmado entre o Município de Ipumirim e o Corpo de Bombeiros Militar de SC;

Considerando a cláusula segunda, item 2.1, subitem 2.1.1, das obrigações do conveniente, dispõe: conceder licença para construção, habite-se ou alvará de funcionamento de empresas, somente com prova de aprovação prévia dos sistemas de prevenção contra sinistros pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Considerando que muitos estabelecimentos estão em períodos de adaptação de seus imóveis;

DECRETA

Art. 1º - Fica implantado o Alvará de Funcionamento e Localização provisório a ser expedido pelo Município de Ipumirim.

Art. 2º - A validade do alvará provisório será a mesma constante no atestado de vistoria emitido pela corporação de Bombeiros Militares.

Art. 3º - A taxa anual de renovação será cobrada antes da emissão do alvará provisório, não sendo expedida nova taxa no momento da emissão do alvará definitivo, dentro do exercício de 2016.

Art. 4º - Somente poderá ser emitido alvará provisório para o contribuinte que comprove processo em andamento junto a corporação de bombeiros militares, bem como apresente atestado de vistoria por eles expedido.

Art. 5º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 25 de fevereiro de 2016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 04/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016, Processo de Licitação nº 3/2016, homologado em 18 de fevereiro de 2016.

Objeto: contratação de Profissional, para prestar serviços de atendimento de exames de mamografia, amparado no disposto do Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 7.500,00 (Sete Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 18/02/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SAO ROQUE, situada na RUA PADRE ANCHIETA, 240, Bairro: CENTRO, cidade de SEARA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0006-06.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 05/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016, Processo de Licitação nº 5/2016, homologado em 23 de fevereiro de 2016.

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado para os pacientes D.T. e L.T.

Valor: R\$ 129.360,00 (Cento e Vinte e Nove Mil Trezentos e Sessenta Reais)

Assinatura: 23/02/2016 Vigência: 23/02/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA, situada na ESTRADA GERAL DE MORRO ALTO S/N, CAIXA P, Bairro MORRO ALTO, cidade de BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.919.525/0001-28.

PORTARIA Nº. 092/2016 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 114 da Lei Complementar nº. 001/2002 de 26 de Setembro de 2002. CONCEDE

A SANDRA SCALCO CASAGRANDE, Matrícula 526-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.2.690.146 e do CPF sob o nº. 749.835.639-20, servidora publica no exercício do cargo efetivo de Professora de Educação Física, com vencimentos previstos no anexo V, Classe C-2, do Grupo A, da Lei Complementar nº. 002/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração dos Servidores do Município e da outras providencias, conforme artigo 114 da Lei Complementar nº. 001/2002 de 26 de setembro de 2002, para o período de 01 de Março de 2016 a 31 de Janeiro de 2018, não tendo remuneração da Prefeitura Municipal de Ipumirim no período citado.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Ipumirim - SC, 18 de março de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 093/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

JULIANA MOURA BERTOLLO, matrícula 0586, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 3.691.699 e CPF sob o nº. 032.862.379-20 residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, no cargo Efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico CID S93

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Junho de 2015.

Ipumirim – SC, 25 de Fevereiro de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 094/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

JULIANA MOURA BERTOLLO, matrícula 0691, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 3.691.699 e CPF sob o nº. 032.862.379-20 residente e domiciliada na Rua XV de Novembro, no cargo Efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico CID S93

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2016.

Ipumirim – SC, 25 de Fevereiro de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 095/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARIANA DA SILVEIRA, matrícula 1714-0, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 09/2014 a 09/2015 e gozo de 29/02/2016 a 14/03/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 29/02/2016.

Ipumirim - SC, 25 de fevereiro de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito Municipal.

Moira Comboski
Auxiliar administrativo

PORTARIA Nº. 096/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IVETE FACHINELLO TECCHIO, matrícula 2051, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 07/2014 a 07/2015 e gozo de 29/02/2016 a 09/03/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 29/02/2016.

Ipumirim - SC, 25 de fevereiro de 2016.

Valdir Zanella
Prefeito Municipal.

Moira Comboski
Auxiliar administrativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 10/03/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 10/03/2016. Objeto da licitação: aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 25/02/2016

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2, PP Nº 1-2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 1/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 2/2016
Data do Processo: 27/01/2016

Objeto: contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsório e tratamento especializado para pacientes D.T. e L.T. para o exercício de 2016.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2016

Motivo: Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, a Comissão de Licitação reuniu-se para dar início ao embate licitatório acima mencionado. Aberta a seção pública foi constatado que não compareceram interessados a participar do Processo acima transcrito. Diante disso a Comissão decide declarar o certame como deserto. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da Comissão presente.

Ipumirim, 12 de Fevereiro de 2016

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 11, IL Nº 6-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2016 - IL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2016 Data do Processo: 19/02/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2016
b) Licitação Nr.: 6/2016-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 19/02/2016
e) Objeto da Licitação: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço, com o objetivo de cuidar de DARLAN DA SILVA RUCK portador de necessidades especiais, por não ter condições de gerir sua vida sozinho, longe dos irmãos menores e sem o auxílio de um cuidador (a), no período das 18:hs às 06:hs semanalmente, cumprindo a liminar dos Autos nº 242.14.001104-8,(0001104-49.2014.8.24.0242),

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

MARIA SALETE GONCALVES FUNEZ-MI (9858)

1 contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço, com o objetivo de cuidar de DARLAN DA SILVA RUCK portador de necessidades especiais, por não ter condições de gerir sua vida sozinho, longe dos irmãos menores e sem o auxílio de um cuidador (a), no período das 18:hs às 06:hs semanalmente, cumprindo a liminar dos Autos nº 242.14.001104-8,(0001104-49.2014.8.24.0242),	UN	10,00	0,0000	2.449,94	24.499,40
--	----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 24.499,40

Total Geral: 24.499,40

Ipumirim, 19 de Fevereiro de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 3, DL Nº 2-2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2016 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2016 Data do Processo: 18/02/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 3/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 18/02/2016
e) Objeto da Licitação: contratação de Profissional, para prestar serviços de atendimento de exames de mamografia, amparado no disposto do Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SAO ROQUE (6774)

1 EXAMES DE MAMOGRAFIA	SER	500,00	0,0000	15,00	7.500,00
				Total do Fornecedor:	7.500,00
				Total Geral:	7.500,00

Ipumirim, 18 de Fevereiro de 2016.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016 - 1º TERMO ADITIVO - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 30/2016, de fornecimento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, e a Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, estabelecida na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600000, CNPJ 78.695.996/0001-94, pelo seu representante, Sr. José Ravanello, sob nº de CPF 057.306.009-68 e RG 906.157, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 32/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 59/2015, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 30/2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 30/2016.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 1.675,00 (Um mil, seiscentos e setenta e cinco reais) conforme abaixo discriminado:

Item 01: Óleo Diesel S10 – 67.000 litros – valor anterior R\$ 2,89
Total R\$ 193.630,00 – valor reajustado R\$ 2,915 – valor total: R\$ 195.305,00, sendo o valor aditivado de R\$ 1.675,00. CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 14 de fevereiro de 2016.

GISELI KEMPINSKI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JOSÉ RAVANELLO

CERES – COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Testemunhas:

Nome: Valdir Marafigo

CPF: 017.851.289-30

Nome: Géssica Greschechen

CPF: 072.218.599-57

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016 - 1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 01/2016, de fornecimento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, estabelecida na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600000, CNPJ 78.695.996/0001-94, pelo seu representante, Sr. José Ravanello, sob nº de CPF 057.306.009-68 e RG 906.157, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 32/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 59/2015, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 01/2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 01/2016.

CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 4.030,00 (Quatro mil e trinta reais) conforme abaixo discriminado:

Item 01: Óleo Diesel S10 – 85.000 litros – valor anterior R\$ 2,89
Total R\$ 245.650,00 – valor reajustado R\$ 2,915 – valor total: R\$ 247.775,00, sendo o valor aditivado de R\$ 2.125,00.

Item 03: Óleo Diesel Comum 63.500 – valor anterior R\$ 2,75
Total R\$ 174.625,00 – valor reajustado R\$ 2,78 - valor total: R\$ 176.530,00, sendo o valor aditivado de R\$ 1.905,00. CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 14 de fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ RAVANELLO
CERES – COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Testemunhas:

Nome: Valdir Marafigo
CPF: 017.851.289-30

Nome: Géssica Greschechen
CPF: 072.218.599-57

ATA RP PROC 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP. A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Papeleria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; Comercial Palmeiras Ltda EPP seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. O Sr. Eraldo Salvador representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME retirou-se da sessão, não participando da etapa de lances. A empresa Papeleria São Bento Ltda pediu desclassificação do item 156, por erro de digitação. A Sessão foi encerrada às 11:30h com retorno às 13:00h. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP. A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Papeleria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP apresentou a certidão negativa federal vencida, com base na Lei nº 123/2006, Art 43 § 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A comissão abre o prazo conforme lei nº 123/2006. Os envelopes das empresas: Norte Industria Grafica Ltda e Ricarl Distribuidora Eireli ME permanecem lacrados no presente processo. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata. Comercial Palmeiras Ltda EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
04	10	Caixa	Alfinete colorido, com cabeça, para mapas, com no mínimo 50 unidades	JOCAR	5,13	51,30
08	15	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 51x38mm c/04 blocos de 50 fls coloridos	INFORMS	2,85	42,75
12	10	unidade	Caderno espiral capa dura 48 folhas	JANDAIA	2,73	27,30
16	400	unidade	Caixa para arquivo morto	FRAMA	2,27	908,00

21	50	unidade	Caneta Preta ponta média	BIC	1,03	51,50
23	50	unidade	Caneta marca texto amarela	JOCAR	1,87	93,50
57	300	unidade	Envelope ofício timbrado 11,5x23 cm cor branca	SCRYT	0,63	189,00
58	300	unidade	Envelope timbrado 23x32 cm cor amarela ou branca menos na cor parda	SCRYT	0,97	291,00
59	500	unidade	Envelope timbrado 26x36 cm cor amarela ou branca menos na cor parda	SCRYT	0,97	485,00
60	40	unidade	Fita adesiva – grande – 18x50	DELFIX	1,94	77,60
68	30	caixa	Grampo trilho de metal com 50 unidades	JOCAR	12,00	360,00
80	10	rolos	Papel contact transparente com 25 metros- 450mm	INFORMS	59,37	593,70
84	20	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta	ACP	2,36	47,20
89	200	unidade	Pasta suspensa em papelão resistente para arquivo com grampo	FRAMA	2,23	446,00
92	50	caixa	Percevejo com 100 unidades	JOCAR	2,74	137,00
98	10	unidade	Pincel atômico verde	XX	2,79	27,90
127	300	Unidade	Fichas para controle de MFP	GB	2,13	639,00
128	600	Unidade	Fichas de coleta de leite	GB	1,14	684,00
TOTAL R\$						5.151,75

Fenix Informática e Telefonia Ltda ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
106	25	unidade	Toner original HP 2612 A	HP	363,70	9.092,50
108	60	unidade	Toner original HP 78A	HP	438,55	26.313,00
121	05	unidade	Pen drive 16 GB de memória	SANDISK	52,30	261,50
122	05	unidade	Cartão de memória 16Gb	SANDISK	31,00	155,00
TOTAL R\$						35.822,00

Luis Kaminski – ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
27	50	unidade	Cartucho original HP 122 color	HP	62,94	3.147,00
28	50	unidade	Cartucho original HP 122 preto	HP	56,54	2.827,00
29	20	unidade	Cartucho original HP 94 preto	HP	84,96	1.699,20
30	20	unidade	Cartucho original HP 95 color	HP	91,94	1.838,80
125	30	Unidade	Cartucho original HP 27 preto	HP	69,89	2.096,70
TOTAL R\$						11.608,70

Maxima Distribuidora Eireli,

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
01	25	Unidade	Agenda	PRATIKA	22,50	562,50
18	10	unidade	Calculadora eletrônica média a pilha (não de bolso) 08 dígitos	KENKO	17,68	176,80
19	400	unidade	Caneta Esferográfica 1.0mm trilux Azul – ponta média, ponteira metálica.	FABER	1,02	408,00
20	100	unidade	Caneta Esferográfica 0,7mm Azul - ponta fina, com ponteira metálica	COMPACTOR	1,45	145,00
31	60	unidade	Cartucho original HP 662 preto	HP	76,50	4.590,00
32	60	unidade	Cartucho original HP 662 color	HP	93,40	5.604,00
33	10	caixa	Clips nº 0 com 500gr	RG	8,60	86,00
34	10	caixa	Clips nº 1 com 500gr	RG	8,60	86,00
35	10	caixa	Clips nº 2 com 500gr	RG	8,60	86,00
36	10	caixa	Clips nº 3 com 500gr	RG	8,60	86,00
37	10	caixa	Clips nº 8 com 500gr	RG	8,60	86,00
43	10	unidade	EVA cor rosa claro	VMP	1,78	17,80
44	10	Unidade	EVA cor rosa escura	VMP	1,78	17,80
45	10	unidade	EVA verde escuro	VMP	1,78	17,80
46	10	unidade	EVA verde claro	VMP	1,78	17,80
47	10	unidade	EVA cor vermelho	VMP	1,78	17,80
48	10	unidade	EVA cor amarelo	VMP	1,78	17,80
49	10	unidade	EVA cor azul escuro	VMP	1,78	17,80
50	10	unidade	EVA cor azul claro	VMP	1,78	17,80
51	10	unidade	EVA cor preto	VMP	1,78	17,80
52	10	unidade	EVA cor marrom	VMP	1,78	17,80
53	10	unidade	EVA cor laranja	VMP	1,78	17,80
54	10	unidade	EVA cor lilás	VMP	1,78	17,80
55	10	unidade	EVA cor branca	VMP	1,78	17,80

63	05	unidade	Fita crepe adesiva 18mmx50m	SICAD	4,00	20,00
64	05	unidade	Fita crepe larga	SICAD	11,48	57,40
75	05	unidade	Livro ata com 100 paginas – numerado	SÃO DOMINGOS	12,90	64,50
79	1000	unidade	Papel A4 Branco - Resma com 500 folhas	CHAMEX	15,99	15.990,00
107	40	unidade	Toner original para impressora Brother TN 3392	BROTHER	528,00	21.120,00
109	40	unidade	Toner original HP 85A	HP	369,00	14.760,00
201	05	frasco	Tinta preta para carimbo automático 30 ml	RADEX	7,50	37,50
TOTAL R\$						64.197,10

Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
02	05	Unidade	Agenda Telefonica em espiral	TILIBRA	21,69	108,45
03	15	Unidade	Apontador para lápis com reservatório	MAKE	1,79	26,85
05	10	unidade	Almofada para carimbo nº 03, sem cor	RADEX	5,89	58,90
06	06	unidade	Almofada para máquina de calcular modelo procalc LP 25	CARBRINK	10,97	65,82
07	50	unidade	Bastão de cola quente grossa	RENDICOLA	1,09	54,50
09	50	unidade	Bloco de anotações	S.DOMINGOS	4,76	238,00
10	01	caixa	Bobina para calculadora PDV 57 mm, caixa com 30 unidades	ALFORM	40,25	40,25
11	30	unidade	Borracha branca de látex 38x26x8mm	RED BOR	0,37	11,10
13	06	unidade	Caderno protocolo	S.DOMINGOS	7,62	45,72
14	50	unidade	CD regravável	ELGIN	2,79	139,50
15	01	unidade	Tubo de CD/R com 100 unidades	ELGIN	129,50	129,50
17	50	unidade	Caixa para arquivo morto em plástico	POLIBRAS	5,05	252,50
22	100	unidade	Caneta vermelha - ponta média	FABER CASTEL	1,05	105,00
24	10	unidade	Caneta marca texto verde	JOCAR	1,91	19,10
25	10	unidade	Caneta marcador permanente CD/DVD, 1.0mm, preta	MARIPEL	3,35	33,50
38	30	unidade	Cola em bastão, atóxica, com glicerina, 08 gr	RADEX	1,69	50,70
39	30	unidade	Cola branca liquida lavável, não tóxica 90 gr	PIRATININGA	1,54	46,20
40	30	unidade	Corretivo liquido a base de água	RADEX	1,36	40,80
41	05	caixa	Elástico nº 18, com no mínimo 200 unidades	RED BOR	4,29	21,45
42	100	unidade	Envelopes para CD	SERTIC	0,29	29,00
56	10	unidade	Extrator de grampo galvanizado tipo espátula	CARBRINK	1,58	15,80
61	30	unidade	Fita adesiva larga transparente	POLO	4,06	121,80
62	10	unidade	Fita corretiva de secagem rápida	BRW	7,51	75,10
65	20	unidade	Folha adesiva gomada	SICAD	14,25	285,00
66	50	caixa	Grampo para grampeador nº 26/6 caixa com 5.000 unidades – prata	BNEW	5,40	270,00
69	10	Unidade	Livro ponto com 50 paginas	S.DOMINGOS	11,32	113,20
70	40	minas	Grafite 2b. 0,5 mm preto	CIS	1,84	73,60
71	05	unidade	Lápis borracha	FABER CASTEL	1,86	9,30
72	50	unidade	Lápis preto, nº 2 com madeira de boa qualidade	MULTICOLOR	0,72	36,00
73	50	unidade	Lápis nº 2 sextavado	FABER	0,72	36,00
74	02	unidade	Lapiseira 0,5	CIS	5,49	10,98
76	05	unidade	Livro de registro de empregados com 50 paginas	S.DOMINGOS	14,07	70,35
77	06	caixa	Marcador de páginas transparente com adesivo flags c/ 100 folhas	3M	17,85	107,10
78	03	unidade	Organizador de escritório vertical cor cristal ou fumê	WALLEU	70,79	212,37
81	02	resma	Papel couchê colorido (azul claro/verde) resma	VMP	16,09	32,18
82	05	Caixa	Papel fotográfico A4 com 50 folhas	OFF PAPER	53,03	265,15
83	05	Resma	Papel cartão colorido com 100 folhas	VMP	20,05	100,25
85	60	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLIBRAS	2,16	129,60
86	900	unidade	Pasta arquivo colorida com grampo trilho (verde, vermelha, preta e amarela)	AMOART	1,42	1.278,00
87	40	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho	POLIBRAS	2,16	86,40
88	15	unidade	Pasta AZ	FRAMA	11,27	169,05
90	10	Unidade	Pen drive com 4gb	MULTILASER	34,38	343,80
91	10	unidade	Pen drive com 8gb	MULTILASER	36,95	369,50
93	06	pacote	Pilha AA – embalagem com 04 unidades	ELGIN	7,86	47,16
94	06	pacote	Pilha AAA - embalagem com 04 unidades	ELGIN	8,63	51,78
97	10	unidade	Pincel atômico azul	MAKE	2,79	27,90
99	10	unidade	Pincel atômico vermelho	MAKE	2,79	27,90
100	10	unidade	Pincel atômico preto	MAKE	2,78	27,80
101	2	rolo	Plástico para encapar pastas -cores diversas – rolo com 25M	DAC	48,49	96,98

102	10	unidade	Prancheta de madeira	SOUZA	4,19	41,90
103	20	unidade	Régua plástica transparente 30 cm	WALLEU	0,74	14,80
104	06	unidade	Régua 30 cm em alumínio	CIS	3,73	22,38
105	08	unidade	Tinta para carimbo	RADEX	4,15	33,20
110	01	rolo	TNT com 50 metros na cor branca	SUL BRASIL	87,50	87,50
111	01	rolo	TNT com 50 metros na cor rosa claro	SUL BRASIL	87,50	87,50
112	01	rolo	TNT com 50 metros na cor verde escuro	SUL BRASIL	87,50	87,50
113	01	rolo	TNT com 50 metros na cor vermelho	SUL BRASIL	87,50	87,50
114	01	rolo	TNT com 50 metros na cor amarelo	SUL BRASIL	87,50	87,50
115	01	rolo	TNT com 50 metros na cor azul claro	SUL BRASIL	87,50	87,50
116	01	rolo	TNT com 50 metros na cor preto	SUL BRASIL	87,50	87,50
117	01	rolo	TNT com 50 metros na cor laranja	SUL BRASIL	87,50	87,50
118	01	rolo	TNT com 50 metros na cor lilás	SUL BRASIL	87,50	87,50
123	02	unidade	Tubo de DVD/R com 50 unidades	ELGIN	199,94	399,88
124	30	unidade	Cartucho original HP 28 color	HP	123,89	3.716,70
126	04	Unidade	Fitas impressora Epson FX890	MAXPRINT	16,68	66,72
218	10	Unidade	Fita Dupla Face grande 30mx12mm	SICAD	3,64	36,40
TOTAL R\$						11.126,37

Vinicius Roncaglio ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
119	4.000	unidade	Capa de bloco de produtor rural folha triplex 250 G/M² 1x1 cores tamanho 23x21 cm	VR PRINT	0,69	2.760,00
120	25.000	unidade	Nota fiscal de Produtor rural em 4 vias formulário contínuo carbonada	VR PRINT	0,27	6.750,00
TOTAL R\$						9.510,00

Irineópolis, 19 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 03/2016

CONVÊNIO Nº 03/2016.

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC".

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 - SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, com sede à Avenida 22 de Julho, s/nº, centro, Irineópolis/SC, inscrito no CNPJ nº 06.089.199/0001-52, representado por seu Presidente, Senhor Willian Moreira, inscrito no CPF nº 095.217.659-92, RG nº 5.731.401, residente e domiciliado na Rua Bahia, s/nº, neste Município, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, celebram o presente Convênio, com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por este instrumento, constitui-se o presente convênio, objetivando o repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE à CONVENIENTE, visando auxiliar no transporte dos estudantes do ensino superior e de cursos técnicos profissionalizantes às cidades de Porto União e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, e União da Vitória, no Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, mensalmente, o montante de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), dos meses de fevereiro à novembro de 2016, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

I - DO CONCEDENTE

- Promover o repasse dos recursos financeiros mensalmente, de acordo com valores informados pelo CONVENIENTE, até o 5º dia útil do mês subsequente;
- Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução do presente Convênio;
- Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações

de ordem legal.

II - DO CONVENIENTE

- a) A não observância na correta aplicação de recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.
- b) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da respectiva parcela.
- c) Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto a uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa.
- d) Manter atualizado o cadastro dos estudantes beneficiados, o qual deve acompanhar a prestação de contas mensais.
- e) Permitir a qualquer tempo, a fiscalização das ações, pelo Município, através de seus Órgãos e Secretarias.
- f) Fica proibido o consumo de bebida alcoólica ou o uso de qualquer substância entorpecente nos veículos que transportam os estudantes, ficando a Associação beneficiada responsável pela fiscalização desta restrição, sob pena da suspensão ou interrupção do repasse dos valores objeto deste ajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dos valores repassados deverá ser prestado contas mensalmente, até o último dia do mês subsequente ao do repasse, obedecendo aos critérios técnicos e legais de demonstrações financeiras de prestação de contas, estabelecidas pelas Leis que disciplinam a matéria, sem o que, não serão repassados os valores do mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá atender as Instruções Normativas IN TC-14 e 15/2012, sendo os documentos que deverão compor o processo de Prestação de Contas:

- ü Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- ü Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- ü Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas: nota fiscal, cupom fiscal, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas e duplicatas, dentre outros.
- ü Extratos bancários da conta corrente vinculada, a qual deverá ser utilizada somente para este fim, com a movimentação completa do período inclusive demonstrando que o extrato encontra-se “zerado”.
- ü Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou as cópias dos cheques utilizados para o pagamento das despesas;
- ü Guia de recolhimento de saldo não utilizado, quando o caso;
- ü Cópia do certificado de propriedade veicular, no caso de aquisição ou conserto de veículos;

PARÁGRAFO ÚNICO - A prestação de contas a que a CONVENIENTE está obrigada a realizar observará as seguintes condições:

- I) Deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do repasse de cada parcela pelo Município, mediante a apresentação de cópia documental das despesas realizadas em função dos recursos recebidos;
- II) As eventuais parcelas repassadas no mês de Novembro de cada ano deverão ter a prestação de contas realizada até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro;
- III) A não prestação de contas dentro dos prazos fixados nesta cláusula implicará na perda do direito ao recebimento da parcela subsequente, sendo que as demais vincendas somente serão liberadas após o recebimento da prestação em atraso;
- IV) O atraso de 02 (duas) prestações de contas, consecutivas ou não, implicará na rescisão motivada do Convênio, por parte do Município, independentemente de notificação ao Conveniente;
- V) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão do Convênio e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2016, dos meses de fevereiro à novembro de 2016, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência poderá ser prorrogada “de ofício”, caso venha ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º - Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue os repasses devidos. Espirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º - Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior,

ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

CLÁUSULA NONA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 05 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	WILLIAN MOREIRA Associação dos Acadêmicos do Município de Irineópolis/SC
Testemunhas:	
Nome: Rodrigo Antonio Jurck CPF: 089.370.669-80	Nome: Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30

CONVÊNIO Nº 04/2016

CONVÊNIO N.º 004/2016

“CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CAMINHOS DO CONTESTADO”

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 - SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 – centro, Irineópolis - SC, doravante denominado CONCEDENTE, e a Associação de Desenvolvimento do Turismo Caminhos do Contestado, com sede à Rua Edmundo Arrabar, s/nº - Bairro Pintado – Município de Porto União – Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 07.952.925/0001-81, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por sua Presidente ELIANE DE FÁTIMA VILA LOBUS STRAPASSON, portadora do CPF nº 850.875.569-49 e RG nº 2.775.891, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.888/2015, de 16 de dezembro de 2015, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à CONVENIENTE, a título de subvenção, para auxiliar na manutenção e continuidade dos trabalhos realizados pela entidade através do Roteiro Caminhos do Contestado

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, em parcela única no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), por toda a vigência do presente ajuste, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos, do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos liberados serão destinados a continuidade das ações visando o fortalecimento do turismo regional.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CONCEDENTE:

A) O CONCEDENTE obriga-se a repassar à CONVENIENTE o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda;

II - DA CONVENIENTE:

A) A CONVENIENTE obriga-se a prestar contas da parcela recebida, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas.

B) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de

Contas, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do recebimento do valor, conforme prejulgado 1843 TCE/SC.

C) A não observância na correta aplicação dos recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na conseqüente devolução dos valores aplicados incorretamente.

CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Convênio será até 31/12/2016, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis (SC), 25 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	Eliane Vila Lobos Strapasson Presidente Associação de Desenvolvimento do Turismo Caminhos do Contestado
Testemunhas:	
Nome: Ellen Anny Konopka Colombo CPF: 068.466.679-03	Nome: Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 20/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: COMSOL – Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME LEI 11.947/2009, PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, COM ENTREGA PARCELADA.

Valor total: R\$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

Vigência: 25.02.2016 a 24.02.2017

Base Legal – Processo Licitatório nº 05/2016 – Chamada Pública nº. 01/2016

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de março de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, AVIAMENTOS E TECIDOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NOS GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 25 de fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: COMSOL – Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC.

Irineópolis, 25 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Comercial Palmeiras Ltda EPP; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Luis Kaminski – ME; Maxima Distribuidora Eireli Papelaria São Bento Ltda – EPP e Vinicius Roncaglio ME.

Irineópolis, 19 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.890/2016

LEI Nº 1.890/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

"AUTORIZA FIRMAR CONTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S. A. – EPAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu sanciono o seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio de Cooperação Técnica com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. - EPAGRI, no valor global de R\$ 54.352,34 (cinquenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos), a serem repassados em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.035,00 (seis mil e trinta e cinco reais), e 01 (uma) parcela de R\$ 6.072,34 (seis mil, setenta e dois reais e trinta e quatro centavos) no período de Abril à dezembro de 2016.

Art. 2º - Os valores repassados, serão destinados a estabelecer ações básicas de cooperação técnica entre a EPAGRI e o Município de Irineópolis, para a execução de trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural, definidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 3º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2014 (76) – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

Art. 4 - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Contrato, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 24 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016, INEXIBILIDADE Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

O Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016, para contratação da empresa VIVA MELHOR TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA ME, CNPJ nº. 97.396.816/0001-18, para treinamento de jovens utilizando estratégias para estimular e auxiliar-los na construção de identidade de auto responsabilidade transformando-o em um jovem líder em potencial. O valor a ser pago pelo serviço é de R\$ 51.771,60 (cinquenta e um mil setecentos e setenta e um reais e sessenta centavos). Fundamentação legal: Art. 25, inciso II da Lei nº. 8.666/93.

Itá SC., 25 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 10 de março de 2016, para a possível prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas das secretarias municipais. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 10 de março de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 25 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

CONTRATOS 20 A 25

Contrato Nº.: 20/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: GLÁUCIA PANDOLFI DE QUADROS - ME

Valor : 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : O presente contrato tem por objetivo a locação de 01 (um)

equipamento reprográfico com as seguintes características: Multifuncional

RICOH - modelo MP 161 FN.

Contratada....: GLÁUCIA PANDOLFI DE QUADROS - ME

Vigência : Início: 15/02/2016 Término: 31/12/2016

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 25 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 21/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: COMERCIO DE VIDROS E ALUMINIO SAO ROQUE LTDA - ME

Vigência : Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2026

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Objeto : Concessão de direito real de uso do Lote Urbano nº 12, desmembrado de parte do lote rural nº 111, com área de 1.571,93 m², matrícula nº 3.212 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC, sito na Rua "A", acesso ao CTG, bairro São Roque - Itá SC, nas condições em que se encontra, podendo ser utilizado para desenvolvimento de atividades compatíveis com o permitido na região pela legislação vigente. Um pavilhão pré-moldado com área construída de aproximadamente 170,00m²,

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 25 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 22/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: FLORICULTURA FLORIARTE LTDA ME

Vigência : Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2026

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Objeto : Concessão de Uma área de terras de aproximadamente 400,00 m², localizado próximo a Prainha, parte da matrícula nº 4.009 do CRI da Comarca de Itá - SC, conforme mapa em anexo, podendo ser utilizado para atividades compatíveis com o local.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 25 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 23/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: TOTAL OESTE LTDA EPP

Vigência : Início: 19/02/2016 Término: 19/02/2026

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2015

Objeto : Parte de um pavilhão com área de 280,00m², tamanho de 28x10m, sito na Av. Tancredo Neves, S/N, bairro Pioneiros, edificado sobre o lote único da quadra 03, matrícula nº 2.815 do CRI da Comarca de Itá - SC, nas condições em que se encontra, podendo ser utilizado para atividades compatíveis com o local e instalações oferecidas.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 25 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 24/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA

Valor : 7.616,33 (sete mil seiscentos e dezesseis reais e trinta e três centavos)

Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 08/03/2016

Objeto : Contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede de ensino municipal, de forma emergencial para a linha 09 e 11.

Contratada....: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA

Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 08/03/2016

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 25 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 25/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: BR PROJ SOLUÇÕES LTDA ME

Valor : 2.040,00 (dois mil e quarenta reais)
Vigência : Início: 24/02/2016 Término: 31/12/2016
Objeto : A CONTRATADA, face o presente termo, compromete-se e obriga-se a prestar serviços de armazenamento e validação de documentos fiscais com armazenamento em servidores exclusivos, com acesso à internet à aplicação, criação de 05 (cinco) filtros customizados, suporte eletrônico ou via internet, leitura diariamente na conta de e-mail, monitoramento do Notas Fiscais e disponibilização de WebService de comunicação.
Contratada....: BR PROJ SOLUÇÕES LTDA ME
Vigência : Início: 24/02/2016 Término: 31/12/2016
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Itá, 25 de Fevereiro de 2016

DECRETO N. 013/2016

DECRETO Nº 013, de 23 de fevereiro de 2016.

“Dispõe sobre a instituição perpétua de servidão de uso e passagem e dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal e, demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando a assinatura por parte do Município de Itá de Contratos de instituição perpétua de servidão de uso e passagem visando a instalação da rede de abastecimento de água.

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas como áreas perpétuas de uso e passagem as a seguir descritas:

I - área com 2.227,75m² (dois mil, duzentos e vinte e sete metros e setenta e cinco centímetros quadrados) para fins de instalação de rede de abastecimento de água no imóvel de propriedade do SERVIENTE, situado em Parte dos lotes rurais números 06 e 07 (seis e sete), com a área total de 87.718,20m² (oitenta e sete mil, setecentos e dezoito vírgula vinte metros quadrados), sita na colônia Uvá, neste município e Comarca de Itá, CEP 89760-000, no Estado de Santa Catarina; sob o Registro Matrícula nº 1964, do Livro 02 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC, livre de ônus ou quaisquer dívidas, cujos Servientes são os Senhores MATEUS ANTÔNIO GUSATTO, brasileiro, estudante, inscrito no CPF sob número 070.023.699-62, portador da Cédula de Identidade RG número 4.163.265 SSP-SC, neste ato representado por seu pai, Senhor ANGELIN GUSATTO, brasileiro, agricultor, inscrito no CPF sob número 347.946.709-15, portador da Cédula de Identidade RG número 1.140.539-2, residente e domiciliado neste Município de Itá.

II - área com 1.135,00m² (hum mil, cento e trinta cinco metros quadrados) para fins de instalação de rede de abastecimento de água e reservatório de adução, no imóvel de propriedade do SERVIENTE, situado em Parte do lote rural número 13 (treze), com área total de 130.600,00m² (cento e trinta mil e seiscentos metro quadrados), sem benfeitorias, sita na colônia Uvá, neste município e Comarca de Itá, CEP 89760-000, no Estado de Santa Catarina; sob o Registro Matrícula nº 2.701, do Livro 02 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC, livre de ônus ou quaisquer dívidas, cujos Servientes são os Senhores DAVINO NECETTO FINGER, inscrito no CPF sob o numero 134.340.639-00, portador da Cédula de Identidade RG numero 14/R 343.327-SSP/SC, e sua mulher ANNA VERINHA FINGER, inscrita no CPF sob o numero 015.755.919-01, portadora da Cédula de Identidade RG numero 14/R 2.463.733-SSP/SC, brasileiros, agricultores, casados pelo regime de comunhão de universal de bens anteriormente á vigência da lei numero 6515/77, residentes e domiciliados na comunidade de Linha Passo do Uvá, interior deste Município, ambos capazes.

III - duas áreas, a primeira com 941,00m² (novecentos e quarenta e um metros quadrados) e a segunda com 467,60m² (quatrocentos e sessenta e sete metros e sessenta centímetros quadrados) para fins de instalação de rede de abastecimento de água no imóvel de propriedade do SERVIENTE. A primeira fazendo parte do lote rural nº. 05 (cinco), da Colônia Uvá, com a área total de 125.000m². (cento e vinte e cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, sito neste Distrito, Município e Comarca de Itá sob o Registro Matrícula nº 105, do Livro 02 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC, livre de ônus ou quaisquer dívidas e, a segunda situada em Partes dos lotes rurais nºs. 05 e 04 (cinco e quatro), com área respectivamente de 25.000m² e 100.000m², perfazendo 125.000m² (cento e vinte mil metros quadrados), da Colônia Uvá, neste Distrito, Município e Comarca de Itá-SC sob o Registro Matrícula nº 111, do Livro 02 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC, livre de ônus ou quaisquer dívidas, cujos Servientes são os Senhores ALEXANDRE SALVI, inscrito no CPF sob nº. 105.451.329-68, portador da Cédula de Identidade RG nº. 14/R-841.634-SC, casado pelo regime da Comunhão Universal de Bens anteriormente à vigência da Lei nº 6.515/77, com MARIA ROSINA SALVI, brasileiros, agricultores, residentes e domiciliados em Uvá, neste Distrito, Município e Comarca, ambos capazes.

IV - área com 2.425,00m² (dois mil e quatrocentos e vinte cinco metros quadrados) para fins de instalação de rede de abastecimento de água no imóvel de propriedade do SERVIENTE, situado em Parte do lote rural de terras de culturas número 05 (cinco), com a área de 149.500m² (cento e quarenta e nove mil e quinhentos metros quadrados), sem benfeitorias, sita na Colônia Nova Santa Cruz, neste Município e Comarca, neste município e Comarca de Itá, CEP 89760-000, no Estado de Santa Catarina; sob o Registro Matrícula nº 2050, do Livro 02 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC, livre de ônus ou quaisquer dívidas, cujos Servientes são os Senhores ADAIR BERNARDO VORTMANN, inscrito no CPF sob número 691.045.579-72, portador da Cédula de Identidade RG número 14/R- 2.468.132-SSP/SC, casado com SANDRA MARIA ZACHI VORTMANN, inscrita no CPF sob número 026.149.059-17, portadora da Cédula de Identidade RG número 3.614.615, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei 6.515/77, residentes e domiciliados neste Município de Itá, ambos capazes.

Art. 2º. A cessão das áreas acima dispostas se dará de forma gratuita.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 23 de Fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI
Secretaria de Administração e Fazenda

EDITAL 012 - PS 004/2015

Edital do Processo Seletivo 004/2015

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 26 de fevereiro de 2016 às 08h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasaul..

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Educação Física (01 vaga – licença maternidade até 19/04/2016)

Posição	Nome	Assinatura
19	Miriam Minella	

Itá, 25 de fevereiro 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS**COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS**

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 74 do Decreto 1.309 de Dezembro de 2012, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 63.634,50 (sessenta e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), liberados em 22/02/2016, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Contrato de Apoio Financeiro nº 2016TR000006, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e o Município de Itá.

Itá - SC, 24 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapema

PREFEITURA

LEI Nº 3.525/2016

Lei 3.525, de 23 de fevereiro de 2016.

Altera e acrescenta dispositivos da Lei 2.781/2009, altera a Lei 3.000/2011, do Município de Itapema

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Itapema, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Acresce-se o parágrafo nono, do artigo dezesseis, da Lei Municipal 2.781/2009:

(...)

§ 9º. O detentor do alvará de milho e de churros que desejem comercializar crepes no seu ponto, com máquina de crepe a gás, poderá requerer novo alvará ao Município, cumprido os requisitos e efetuar o pagamento da competente taxa, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. Acresce-se o parágrafo quarto, do artigo quarto, da Lei Municipal 2.781/2009:

(...)

§ 4º. Fica excluído do parágrafo anterior o exercício do comércio de crepes, em máquinas de crepes a gás, quando requerido por detentor de alvará de churros ou de milho.

Art. 3º. A Tabela III, do Anexo II, da Lei Municipal 3.000/2011, concernente a atividade de crepes, passa a vigorar com a seguinte redação:

ATIVIDADES AMBULANTES (VENDEDORES)	VALORES POR VENDEDOR EM UFRM	QUANTIDADE MÁXIMA DE VENDEDORES NA ORLA MARÍTIMA POR ATIVIDADE AGRUPADA
Crepes em máquinas a gás	200	Uma por ponto de milho e uma por ponto de churros

Art. 4º. A Tabela IV, do Anexo II, da Lei Municipal 3.000/2011, concernente a atividade "Refrigerante e Água", passa a vigorar com a redação "Bebidas em geral"

Art. 5º. O parágrafo quarto, do artigo primeiro, da Lei 2.781/2009, passa a ter vigência com a seguinte redação:

(...)

§ 4º. As Atividades Eventuais organizadas, promovidas e patrocinadas pelo Município de Itapema serão exploradas, preferencialmente, por Entidades Sociais do Município ou Clubes de Serviços, sem fins lucrativos, reconhecidas como de Utilidade Pública pelo Município, tendo isenção das Taxas previstas nesta Lei.

Art. 6º. Fica revogado na íntegra o art. 18 da Lei n. 2781/2009.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições que por ventura afirmarem em contrário.

Itapema, 23 de fevereiro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 015/2016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 015/2016

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPEMA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.481/2007

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 24, V c/c o art. 27, ambos da Lei Orgânica do Município de Itapema, submete a aprovação de Vossas Excelências a seguinte

MEDIDA PROVISÓRIA

Art. 1º - O Poder Executivo de Itapema concede 11,31% (onze vírgula trinta e um por cento) de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos Municipais efetivos e empregados públicos de Itapema, pertencentes ao Poder Executivo, de acordo com o que preceitua o inciso X do Art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Municipal nº 2.481/2007, a partir de 1º de fevereiro de 2016.

§ 1º - Este percentual levou em consideração a perda inflacionária havida nos últimos doze meses, medido pelo índice do INPC/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

§ 2º - Esta Revisão Geral Anual não é extensiva aos agentes políticos e cargos comissionados do Poder Executivo

Art. 2º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016

Itapema, 24 de fevereiro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 27 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.014.2016 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 27 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.014.2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00 (quatorze) horas do dia 09/03/2016.

Abertura do Pregão: 09/03/2016 às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.014.2016" ou pessoalmente, Av. Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 25 de fevereiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2016/RH
PARTES: Município de Itapiranga e SUZANE BUSS.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 24/02/2016 a 14/12/2016

Itapiranga – SC, 24 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2016/RH
PARTES: Município de Itapiranga e SCHEILA LUIZA STAUB FINGER.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: B - 01
VIGÊNCIA: 24/02/2016 a 14/12/2016

Itapiranga – SC, 24 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2016/RH
PARTES: Município de Itapiranga e RAFAELA THUMS EBELING.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 47/2016 onde altera a carga horária de 20 para 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: C - 01
VIGÊNCIA: 25/02/2016 a 14/12/2016

Itapiranga – SC, 25 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 68/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 68/2016/RH
PARTES: Município de Itapiranga e RAQUEL APARECIDA CALIARI SPIES
OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 025/2016/RH de 03/02/2016, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas semanais.

Itapiranga – SC, 25 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 31/2016, que tem como objeto: Aquisição de emulsão e massa asfáltica, destinados para manutenção de ruas deste município. Fica retificado, a redação do item 1.1., bem como a descrição do item 03 do anexo I do edital. A data da sessão pública prevista para o dia 26/02/2016 às 15:30 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 09/03/2016 às 14:00 horas.

Itapiranga, 25 de fevereiro de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 647/2016 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

LEI MUNICIPAL Nº 647/2016

Data: 23 de fevereiro de 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR anulação de dotação.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:
Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.05 Ensino Superior

01203640022.2110 Manutenção do Transporte Universitário

33390 Aplicações Diretas (98) FR 10000 R\$ 200.000,00

Anulação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

00100310001.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores

33390 Aplicações Diretas (04) FR 10000 R\$ 200.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL NO 2687/2016 NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA PARA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ - CDUI.

DECRETO MUNICIPAL NO 2687/2016

Data: 24 de Fevereiro de 2016

NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA PARA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ - CDUI.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a servidora Mariza Korelo, para a função de Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2012/2013.

Itapoá (SC), 24 de Fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CMDCA: ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016

Ata: 004/2016

Reunião: Extraordinária

Data: 15/02/2016

Horário: 09h00

Local: Centro de Convivência

Aos quinze dias do mês de fevereiro de 2016, no Centro de Convivência, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h05 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente do CMDCA, Sra. Yolanda Gambarini da Silva, não havendo quórum. Em nova contagem realizada às 09h23 houve quórum, conforme lista de presença. A Sra. Yolanda Gambarini iniciou a assembleia informando o recebimento de duas denúncias, sendo a primeira entregue à Secretária Executiva no dia 01/02/2016 tendo, posteriormente as conselheiras. Yolanda e Elaine se dirigido ao Conselho Tutelar do município para a realização de visita, tendo em vista que a denúncia relata falta de infraestrutura e condições de trabalho. A presidente, disponibilizou ao conselho tutelar estatutos da criança e do adolescente conforme requisitado pelos mesmos. Ressalta a presidente, Sra Yolanda, mesmo de posse da denúncia, não encaminhou, mostrou ou disponibilizou o conteúdo a qualquer pessoa. A pedido da presidência, a Sra. Alessandra efetuou a leitura da denúncia efetuada pelas Sras. Rosane e Taíza datada de 01/02/2016. Após a leitura, a presidente, Sra. Yolanda informa tratar-se de denúncia grave, e que ao que tange à criança, a mesma já foi resolvida pelo poder judiciário, não competindo análise do caso específico a este conselho. A conselheira Elaine informa que quanto a conduta da conselheira Taíza, noticiada na denúncia, se faz necessário que o CMDCA avalie através de procedimento de sindicância para apuração dos fatos. Ressalta que após a visita no C.T. constatou uma aparente desorganização no funcionamento, principalmente pela falta de Regimento Interno, pois a cópia disponibilizadas às conselheiras Yolanda e Elaine contém inúmeros rabiscos e anotações à lápis e à caneta que divergem do conteúdo original. A conselheira Elaine informa também que no despacho do MP sobre o caso da criança, este solicitou encaminhamento do fato envolvendo a conselheira Taíza para as medidas cabíveis. A conselheira. Elisa solicita cópia do despacho do Ministério Público à respeito da denúncia sobre a atuação da conselheira a qual a conselheira Elaine teve acesso através do CMAS. Informa que a visita das conselheiras Yolanda e Elaine deveria ser executada por comissão preestabelecida pelo conselho, e não de forma como foi realizada. A conselheira Elaine informou que a visita se realizou junto com a presidente para evitar divergência de informações, que tratou-se unicamente de visita para conhecer a estrutura do conselho tutelar. Desta forma, achou desnecessária comunicar ou oficializar uma vez que não tratou-se de fiscalização ou sindicância. Que como cidadão, qualquer indivíduo pode verificar as instalações de um serviço público. A conselheira Alessandra se pronunciou que a visita em si não se trata de equívoco, pois está sendo posicionado a plenária neste momento. A conselheira Elaine comparou também a visita realizada pela conselheira Elisa ao M.P para esclarecimento sobre a denúncia recebida e que a fez de forma individual. A presidente Yolanda informa que será encaminhada à comissão de Legislação e Políticas públicas as denúncias recebidas para os procedimentos necessários. A conselheira Elaine solicita aprovação da plenária, através de resolução, dos procedimentos que devem ser seguidos pela comissão para apuração dos fatos. Em continuidade, a presidente Yolanda leu a segunda denúncia a que trata de acesso a uma conta de facebook falsa, pelo conselheiro Levi Domingues Pelegrini, com conteúdo pornográfico através

do celular de uso exclusivo (plantão) do Conselho Tutelar do município. A conselheira Alessandra sugere o afastamento do conselheiro tutelar, até que a denúncia seja averiguada, seja sindicância e processo administrativo. A conselheira Elaine apoia o afastamento do conselheiro. Colocado em votação pela presidente Yolanda, a plenária apoiou integralmente, por unanimidade, o afastamento do conselheiro tutelar. A conselheira Alessandra informou que na sexta-feira, dia 12/02/2016, a conselheira tutelar Taíza foi até sua residência e entregou o telefone de plantão, sob a justificativa que a conselheira Mônica se negou a assumir o plantão conforme escala pré-estabelecida. A conselheira Alessandra então, se dirigiu a promotoria pública relatando o fato, recebendo a informação de que deveria, utilizando carro oficial, se dirigir a casa dos conselheiros, e se nenhum dos cinco conselheiros tutelares aceitassem receber o plantão, seriam afastados das funções de conselheiros tutelares. Ao sair do fórum o telefone do plantão tocou e a conselheira Alessandra atendeu e era a conselheira Mônica, que foi notificada pela conselheira Alessandra, verbalmente, a vir buscar o plantão. Após dez minutos a conselheira tutelar Mônica compareceu ao estacionamento do fórum recebendo o telefone. Posterior a conselheira Alessandra compareceu à promotoria relatando a entrega e assinando declaração. A conselheira Alessandra informa que está faltando entendimento aos conselheiros tutelares. A conselheira Alessandra sugere que seja retirado o aparelho celular do Conselho Tutelar, um smartfone, e seja entregue um aparelho sem acesso a redes sociais. Informa também que tal ato compete ao CMDCA e cuja solicitação deve ser feita à secretaria de Administração e Finanças. Foi lida a proposta de Resolução, que trata dos procedimentos em sindicâncias e processos administrativos envolvendo o Conselho Tutelar, e foi, por todos, aprovada de forma unânime. Interrompendo a reunião, o conselheiro tutelar Levi Domingues Pellegrini protocolou ofício dando conta de sua renúncia ao cargo de Conselheiro Tutelar com cópia ao MP e informação de sua baixa junto ao RH. A conselheira Alessandra leu na íntegra o ofício do CT Levi Domingues, no qual não assume a acusação apresentada contra o mesmo. A conselheira Elaine, após a leitura, posicionou-se pelo prosseguimento da sindicância e processo administrativo se se chegar a tanto, com a requisição imediata do aparelho telefônico conforme já determinado pela plenária. Colocado em votação, por unanimidade, foi aprovado pelos presentes. A CT Taíza, presente na reunião, informa que o CT Levi tem em sua posse um chip de telefone celular pertencente ao CT de número final 3435, que deve ser requisitado juntamente com as chaves da sede do CT. Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. A presidente Yolanda designa que todos os atos, comunicações e ofícios serão realizados pela comissão de Legislação e Políticas públicas. Não havendo mais nada a se tratar, a Sra. Yolanda Gambarini da Silva encerrou a assembleia às 11h12, marcando a data da próxima assembleia como sendo 24/01/2016. O Sr. Lincoln Paul Pradal justificou a ausência assim como a Sra. Deborah Karim Salles de Oliveira alegando problemas de saúde com a filha. Assinam a presente abaixo.

ELISA GONZALEZ CORSO
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
ELAINE CRISTINA ALVES
MARLENE AMANCIO
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
CENITA S. DANI
SONIA MARIA MIRA FARIAS
ROSANE MARIA MINATTI CAVALARI (C. TUTELAR)
TAÍZA DAMIANI MACIEL (C. TUTELAR)
MILTON KLINKERFUS FILHO (CMI)

CMDCA: RESOLUÇÃO Nº 003/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

Dispõe sobre a prestação de contas do exercício de 2015 analisada pela Comissão de Prestação de Contas instituída pela Portaria de número 004/2016.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 24 de fevereiro de 2016, no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Leis Federais nº 8.242/1991 e 8.060/1990 pelas Leis Municipais nº 034/1993, 230/2004, 232/2004, 233/2004 e 175/2008, pela Resolução 137/2010 – CONANDA e,

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão de Prestação de Contas do FIA para o exercício de 2015;

RESOLVE:

Aprovar, sem ressalvas o Relatório datado de 23/02/2016 e por conseguinte, as contas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016

Yolanda Gambarini da Silva
Presidente do CMDCA

CMI - DECLARAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS

Conselho Municipal do Idoso de Itapoá - SC
DECLARAÇÃO

O presidente do Conselho Municipal do Idoso, em uso de suas atribuições legais, considerando:

- A inexistência de movimentação financeira pertinente ao Fundo Municipal do Idoso no exercício de 2015;
- Que o Fundo Municipal do idoso teve sua criação em 08/05/2015 através de Lei Ordinária 569/2015 e que portanto, seu funcionamento efetivo dar-se-á apenas a partir do exercício de 2016.

Declara que não há prestação de contas a serem feitas para o exercício de 2015 em virtude do acima descrito, conforme solicita o ofício CI 004/2016 da Controladoria Geral bem como relatório "Execução Orçamentária – Saldo Dotação" em anexo.

Milton Klinkerfus Filho
Presidente do CMI de Itapoá

CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2016 DO EDITAL Nº 050/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Recepcionista	Bruna de Pauli de Almeida	420001103	02

Itapoá – SC, 25 de fevereiro de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2686/2016 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2686/2016

Data: 23 de fevereiro de 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 e Lei Municipal 647/2016, de 23 de fevereiro de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação, perfazendo o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme segue:

Suplementação

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.05 Ensino Superior

01203640022.2110 Manutenção do Transporte Universitário

33390 Aplicações Diretas (98) FR 10000 R\$ 200.000,00

Anulação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

00100310001.2001 Manutenção da Câmara de Vereadores

33390 Aplicações Diretas (04) FR 10000 R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2688/2016 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2688/2016

Data: 25 de fevereiro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/17/2016, de 25 de fevereiro de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, perfazendo o montante de R\$ 30.480,00 (trinta mil quatrocentos e oitenta reais), conforme segue:

Suplementações

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte

33390 Aplicações Diretas (194) FR 10000 R\$ 2.495,00

02708120016.2033 Realização e Apoio a Eventos Esportivos

33390 Aplicações Diretas (274) FR 10000 R\$ 995,00

02708120016.2034 Manutenção e Reforma de Estruturas Esportivas

33390 Aplicações Diretas (154) FR 10000 R\$ 995,00

02708120016.2035 Incentivo ao Esporte Amador e Profissional

33390 Aplicações Diretas (332) FR 10000 R\$ 995,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

33390 Aplicações Diretas (123) FR 23600 R\$ 25.000,00

Total das Suplementações R\$ 30.480,00

Anulações

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte

34490 Aplicações Diretas (265) FR 10000 R\$ 2.495,00

02708120016.2033 Realização e Apoio a Eventos Esportivos

34490 Aplicações Diretas (342) FR 10000 R\$ 995,00

02708120016.2034 Manutenção e Reforma de Estruturas Esportivas

34490 Aplicações Diretas (334) FR 10000 R\$ 995,00

02708120016.2035 Incentivo ao Esporte Amador e Profissional

33390 Aplicações Diretas (222) FR 10000 R\$ 995,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.02 Ensino Infantil

01203650021.2098 Manutenção do Ensino Infantil

34490 Aplicações Diretas (118) FR 23600 R\$ 25.000,00

Total das Anulações R\$ 30.480,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

PROCESSO Nº 10/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 11h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:30min do dia 10 de março de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com o credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de móveis planejados para equipar o Centro de Reabilitação, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, o extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos (mediante pagamento de uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais)). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 23 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO Nº 12/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 10 de março de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de tubos de concreto armado para manilhamento de travessias de ruas e manutenção da rede de coleta de águas pluviais do município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 23 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

JEFERSON RUBENS GARCIA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

LEI MUNICIPAL Nº 646/2016 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 071/1994, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

LEI MUNICIPAL Nº 646/2016

Data: 23 de fevereiro de 2016

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 071/1994, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 248, da Lei Municipal nº 071/1994, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 248. Os créditos de natureza tributária poderão, decorrentes de débitos relativos a Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano- IPTU, Imposto Sobre Serviço - ISS, Taxas, Tarifas de água, Contribuição de Melhoria, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, protestados, com exigibilidade suspensa ou não, a critério da autoridade fazendária e à vista de requerimento do sujeito passivo, ser objeto de consolidação e pagamento parcelado, observadas as normas previstas neste Código.

Art. 2º Fica alterado o Parágrafo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12, do artigo 248, da Lei Municipal nº 071/1994, que passaram a vigorar com as seguintes redações:

Parágrafo 1º - Os débitos somente poderão ser objeto do parcelamento previsto neste artigo a partir do exercício subsequente ao do lançamento.

Parágrafo 2º - É facultado a qualquer pessoa física ou jurídica assumir créditos tributários de terceiros, mediante autorização expressa do contribuinte ou responsável e anuência da autoridade fiscal.

Parágrafo 3º - Os débitos que forem objeto de parcelamento serão

consolidados na data de sua concessão, o qual consiste no acréscimo, ao valor originário do débito, correção monetária, da multa de mora, dos juros moratórios e demais combinações legais.

Parágrafo 4º - O crédito consolidado na forma deste artigo poderá ser parcelado em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, acrescido de juros e correção monetária, na forma da legislação aplicável aos créditos tributários.

Parágrafo 5º - O valor mínimo da parcela não deverá ser inferior 40 (quarenta) Unidade Padrão Municipal (UPM) ou índice que a substitua, por cadastro, para contribuinte pessoa física, e 70 (Setenta) Unidade Padrão Municipal (UPM) ou índice que a substitua, por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica.

Parágrafo 6º - O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo, formalizado em termo de confissão de dívida.

Parágrafo 7º - As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas multa, juros e correção monetária, na forma da legislação aplicável aos créditos tributários.

Parágrafo 8º - A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos ou intercalados, implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago.

Parágrafo 9º - Na hipótese de cancelamento do parcelamento os créditos tributários nele incluídos serão reconstituídos pelos seus valores originais, restabelecendo-se em relação ao montante, em cada espécie, os acréscimos legais, na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Parágrafo 10 - Reconstituído o crédito tributário na forma do Parágrafo 9º, será apurado o saldo devedor de cada uma das espécies incluídas no parcelamento, pela dedução do valor correspondente ao montante dos pagamentos efetuados.

Parágrafo 11 - Não será concedido novo parcelamento a sujeito passivo que anteriormente beneficiado com reparcelamento deixou de efetuar o pagamento regular das parcelas, ocasionando o seu cancelamento;

Parágrafo 12 - Nos parcelamentos de créditos consolidados de valor igual ou superior 10.000 (dez mil) Unidade Padrão Municipal (UPM), a autoridade fazendária poderá exigir do sujeito passivo, garantia real ou fidejussória para o cumprimento da obrigação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de fevereiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 53/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
03	40	Anos Iniciais 4ºe5º ano	Adriana Marilize Martins da Silva	02/03/2016	01/04/2016

Itapoá, 25 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 054/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 54/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
03	40	Anos Iniciais 4ºe5º ano	Marta do Rosário Silveira Gutierrez	02/03/2016	01/04/2016

Itapoá, 25 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:TERMO DE CONVOCAÇÃO 055/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 55/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
02	40	Artes	Adriana Ribeiro Schutz	02/03/2016	02/03/2016

Itapoá, 25 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:TERMO DE CONVOCAÇÃO 055/2016 DO EDITAL Nº 056/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 56/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
06	40	Inglês	Renata Bontorin Chaves	03/03/2016	01/04/2016

Itapoá, 25 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO 07/2016/FEX CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTES DE LIMPEZA, BRIGADISTAS, AGENTES DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS, E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, E SUPORTE DE 10 (DEZ) CÂMERAS PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, PARA REALIZAÇÃO

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº07/2016

Processo Licitatório: 15/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTES DE LIMPEZA, BRIGADISTAS, AGENTES DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS, E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, E SUPORTE DE 10 (DEZ) CÂMERAS PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, PARA REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOFERIA NACIONAL DA CEBOLA, A REALIZAR-SE DE 07 A 10/04/2016, NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de março de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 11 de março de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016

RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO

Presidente da Fexponace

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 06/2016/FEX CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS TIPO PIRÂMIDE, CHAPAS DE FECHAMENTO, ESTRUTURA DE PALCO, PÓRTICOS, CAMAROTES, ASSOALHOS, GRADES E BARRICADAS, SOM E ILUMINAÇÃO PARA O PALCO CENTRAL E PALCOS ALTERNA

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº06/2016

Processo: 13/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS TIPO PIRÂMIDE, CHAPAS DE FECHAMENTO, ESTRUTURA DE PALCO, PÓRTICOS, CAMAROTES, ASSOALHOS, GRADES E BARRICADAS, SOM E ILUMINAÇÃO PARA O PALCO CENTRAL E PALCOS ALTERNATIVOS, PARA A REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOFERIA NACIONAL DA CEBOLA, A REALIZAR-SE DE 07 A 10/04/2016, NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 14 de março de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E

CREDENCIAMENTO: Dia 14 de março de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016

RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO

Presidente da Fexponace

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº04/2016

Processo: 04/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 10 de março de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 10 de março de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº: 02/2016 03/2016 04/2016 05/2016 E 06/2016 CONTRATAÇÃO DE SHOWS DA 23ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 02/2016

Processo Licitatório: 04/2016

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016. Objeto: REALIZAÇÃO DE SHOW DA DUPLA MILIONÁRIO E MARCIANO, " AS LENDAS", NO DIA 10 DE ABRIL DE 2016, em razão da realização da 23ª Expofeira Nacional da Cebola de 07 à 10 de abril de 2016, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante

do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: F&S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 11.515.243/0001-89 com o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016 - RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO - Presidente da Fexponace.

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPO-RANGA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 03/2016

Processo Licitatório: 05/2016

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016. Objeto: REALIZAÇÃO DE SHOW DA DUPLA FERNANDO E SOROCABA, NO DIA 09 DE ABRIL DE 2016, em razão da realização da 23ª Expofeira Nacional da Cebola de 07 à 10 de abril de 2016, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: F&S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 11.515.243/0001-89 com o valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais). Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016 - RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO - Presidente da Fexponace.

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPO-RANGA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 04/2016

Processo Licitatório: 06/2016

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016. Objeto: REALIZAÇÃO DE SHOW DA DUPLA ZEZÉ DI CAMARGO E LUCIANO, NO DIA 08 DE ABRIL DE 2016, em razão da realização da 23ª Expofeira Nacional da Cebola de 07 à 10 de abril de 2016, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: MAC PRODUÇÕES LTDA, CNPJ 21.198.190/0001-73, com o valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais). Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016 - RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO - Presidente da Fexponace.

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPO-RANGA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 05/2016

Processo Licitatório: 14/2016

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016. Objeto: REALIZAÇÃO DE SHOW DA BANDA MALTA, NO DIA 08 DE ABRIL DE 2016, em razão da realização da 23ª Expofeira Nacional da Cebola de 07 à 10 de abril de 2016, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: DWJ SHOWS, ENTRETENIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 11.599.624/0001-93, com o valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016 - RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO - Presidente da Fexponace.

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPO-RANGA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 06/2016

Processo Licitatório: 16/2016

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2016. Objeto: REALIZAÇÃO DE SHOW DA BANDA VELHAS VIRGENS, NO DIA 09 DE ABRIL DE 2016, em razão da realização da 23ª Expofeira Nacional da Cebola de 07 à 10 de abril de 2016, no município de Ituporanga – SC, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: TEMPUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, CNPJ 17.805.857/0001-81, com o valor de R\$ 19.125,00 (dezenove mil, cento e vinte e cinco reais). Ituporanga, 26 de fevereiro de 2016 - RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO - Presidente da Fexponace.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

COMED - RESOLUÇÃO 001/2016/COMED/JS

RESOLUÇÃO 001/2016/COMED/JS

Regulamenta o §2º do art. 3º da Lei nº 7178/2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência que lhe confere o art. 3º da Lei nº 6841/2014, tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 9394/1996 (LDB), na Lei nº 2.561/1999, que instituiu o Sistema Municipal de Educação de Jaraguá do Sul, e ainda

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o §2º do art. 3º da Lei nº 7178/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Toda solicitação de concessão de alvará de funcionamento para os estabelecimentos de Ensino de Jaraguá do Sul, deverá ser encaminhada via protocolo na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, através de requerimento próprio dirigido à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), responsável por efetuar os trâmites e verificar a documentação, que deverá em sendo o caso, ser encaminhada ao Conselho Municipal de Educação (COMED/JS), no que lhe couber, para análise e parecer de funcionamento.

§1º Toda alteração em estabelecimento de ensino autorizado pelo COMED/JS, quer seja, de proprietários, endereço, estrutura ou atendimento deverá ser encaminhada ao COMED/JS para análise e parecer.

§ 2º A SEMED deverá dispor de servidores para proceder aos trâmites necessários ao cumprimento da Lei n.º 7178/2015.

Art. 2º Nos casos em que a concessão de alvará de funcionamento dependa de parecer de funcionamento do COMED/JS, a SEMED será responsável por verificar e organizar a documentação apresentada pelo requerente, somente remetendo ao COMED/JS procedimentos que estejam com a documentação completa, competindo, então, ao COMED/JS a análise e deliberação para concessão de parecer de funcionamento.

Parágrafo único. A documentação obrigatória para obtenção de alvará de funcionamento para os estabelecimentos de Ensino de Jaraguá do Sul são:

I – Educação Infantil:

a) Documentos necessários para entidades privadas:

I – requerimento, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do início das atividades, dirigido ao Presidente do COMED/JS, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora, com identificação da Instituição de Educação Infantil e endereço;
II – certidão de registro e estatuto ou contrato social, atualizados, da mantenedora da iniciativa privada junto aos órgãos competentes: Cartório de Títulos e Documentos e/ou Junta Comercial e Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda;
III - planta baixa ou croqui dos espaços e dependências;
IV - comprovação da propriedade do imóvel mediante matrícula atualizada do imóvel, ou contrato de locação ou cessão;
V - previsão de recursos humanos, com funções especificadas;
VI - previsão de orçamento anual detalhado de forma a possibilitar a verificação da viabilidade financeira do empreendimento;

VII - previsão de matrícula com demonstrativo da organização de grupos;

VIII - Alvará Sanitário expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município, especificando quantidades de crianças/turno por espaço físico proposto;

IX – atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;

X - regimento que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de educação infantil;

XI - proposta pedagógica, de acordo com regulamentação específica do COMED/JS.

b) Documentos necessários para Unidades do Poder Público Municipal:

I - requerimento da Secretaria Municipal de Educação, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do início das atividades, dirigido ao Presidente do COMED/JS, com identificação da Instituição de Educação Infantil e endereço;

II – decreto de Criação do Centro de Educação infantil;

III – comprovação da propriedade do imóvel mediante certidão de matrícula atualizada do imóvel, ou contrato de locação ou cessão;

IV - planta baixa ou croqui dos espaços e dependências;

V - previsão dos recursos humanos com funções especificadas;

VI – previsão de matrícula com demonstrativo da organização de grupos;

VII – Alvará Sanitário expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município, especificando quantidades de crianças/turno por espaço físico proposto;

VIII - atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;

IX - regimento Interno que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de educação infantil;

X - proposta pedagógica, de acordo com regulamentação específica do COMED/JS.

II – Estabelecimentos de ensino fundamental da Rede Pública Municipal:

I – requerimento da Secretaria Municipal de Educação, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do início das atividades, dirigido ao Presidente do COMED/JS, com identificação da Instituição de Educação Infantil e endereço;

III – comprovação da propriedade do imóvel mediante certidão de matrícula atualizada do imóvel, ou contrato de locação ou cessão;

IV - identificação da unidade escolar: endereço, séries e ou ciclos que serão mantidas, turnos de funcionamento, matrícula prévia por turno e cronograma de implantação das séries e ou ciclos pretendidas;

V - projeto político pedagógico, de acordo com a regulamentação do COMED/JS;

VI - Alvará Sanitário expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município;

VII - atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros.

III – Estabelecimentos de Cursos de Qualificação de Nível Básico, Isolados ou Livres:

I - requerimento, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do início das atividades, dirigido ao Presidente do COMED/JS, subscrito pelo representante legal da empresa, solicitando Parecer de funcionamento do curso, contendo identificação do estabelecimento, endereço e cursos que pretende ministrar;

II – aprovação dos órgãos da prefeitura, conforme estabelecido em

legislação e tramitação no REGIN;

III – plano pedagógico dos cursos a serem ofertados pelo estabelecimento, contendo o título do curso, número de alunos por turma, carga horária, tempo de duração, ementa detalhando o que será ministrado ao aluno;

IV – atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;

V - Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária, com verificação da modalidade de ensino a ser ofertada;

VI – comprovação de adaptação do local para pessoas com deficiência;

VII – comprovação de habilitação dos professores ministrantes dos cursos, nas respectivas áreas de atuação;

IX - planta baixa ou croqui dos espaços e dependências.

Art. 3º Nas solicitações recebidas pela SEMED em que não seja necessário parecer de funcionamento do COMED/JS deverão ser exigidos:

I – Estabelecimentos de Ensino Fundamental da Rede Estadual ou Particular:

I – requerimento solicitando Alvará de Funcionamento à SEMED;

II – cópia do ato de criação da unidade escolar;

III – identificação da unidade escolar: endereço, séries e ou ciclos que serão mantidas, turnos de funcionamento, matrícula prévia por turno e cronograma de implantação das séries e ou ciclos pretendidas;

IV - Alvará Sanitário expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município;

V - atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros.

II - Estabelecimentos de Ensino Médio:

I – requerimento solicitando Alvará de Funcionamento à SEMED;

II – cópia do ato de criação da unidade escolar;

III – identificação da unidade escolar: endereço, séries e ou ciclos que serão mantidas, turnos de funcionamento, matrícula prévia por turno e cronograma de implantação das séries e ou ciclos pretendidas;

IV - Alvará Sanitário expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município;

V - atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros.

III - Estabelecimentos de Cursos de Qualificação de Nível Básico, Isolados ou Livres:

I - requerimento, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do início das atividades, subscrito pelo representante legal da empresa, solicitando Parecer de funcionamento do curso, contendo identificação do estabelecimento, endereço e cursos que pretende ministrar;

II – aprovação dos órgãos da prefeitura, conforme estabelecido em legislação e tramitação no REGIN;

III – plano pedagógico dos cursos a serem ofertados pelo estabelecimento, contendo o título do curso, número de alunos por turma, carga horária, tempo de duração, ementa detalhando o que será ministrado ao aluno;

IV – atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;

V - Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária, com verificação da modalidade de ensino a ser ofertada;

VI – comprovação de adaptação do local para pessoas com deficiência;

VII – comprovação de habilitação dos professores ministrantes dos cursos, nas respectivas áreas de atuação;

IX - planta baixa ou croqui dos espaços e dependências.

IV - Entidades de Ensino Superior:

I – requerimento solicitando Alvará de Funcionamento à SEMED;

II – cópia do ato de criação da unidade escolar;

III – identificação da unidade escolar: endereço, séries e ou ciclos que serão mantidas, turnos de funcionamento, matrícula prévia

por turno e cronograma de implantação das séries e ou ciclos pretendidas;

IV - Alvará Sanitário expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município;

V - atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros.

Art. 4º A SEMED, após o recebimento dos documentos relacionados nos arts. 2º e 3º, deverá emitir Relatório de Verificação dos estabelecimentos solicitantes, respondendo diretamente os casos que sejam de sua competência (art. 3º) e encaminhando ao COMED/JS os casos em que seja necessária a análise específica deste conselho (art. 2º).

Art. 5º A SEMED poderá solicitar análise do requerimento por outras secretarias, para melhor embasar sua decisão, no que tange aos cursos de qualificação de nível básico, isolados e livres.

Art. 6ª No caso de recebimento de denúncias sobre atividades educacionais, em qualquer nível ou modalidade, a SEMED deverá primeiramente verificar se a instituição recebeu autorização de funcionamento do COMED, procedendo à averiguação posterior da seguinte forma:

I - Denúncias de instituições autorizadas deverão ser vistoriadas por membros do COMED e da SEMED, redigindo parecer para que, após deliberação em plenária, sejam realizados os encaminhamentos necessários.

II - Denúncias de instituições não autorizadas deverão ser encaminhadas diretamente aos setores de Vigilância Sanitária e Fiscalização de Posturas para as providências cabíveis nos casos de descumprimento da legislação.

Art. 7º As instituições existentes terão prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para regularizar sua situação perante o COMED/JS.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2016.

Silvia Regina Toassi Kita

Presidente

FC - AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÕES DO EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC APOIO A PROJETOS CULTURAIS

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÕES DO EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC APOIO A PROJETOS CULTURAIS

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do seu presidente Marcelo Heinz Prochnow, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº 1.016/1985, de 04 de abril de 1985, Lei Complementar nº 72/2007, de 09 de outubro de 2007, com fundamento na Lei Municipal nº 4.845/2007 e suas alterações e em obediência às disposições da Lei 8.666/93 e em razão da deliberação do Conselho Municipal de Cultura, conforme RESOLUÇÃO nº 05/2016/CONCULTURA/JS, datada de 19 de fevereiro de 2016, torna público a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE INSCRIÇÕES DO EDITAL DE CONCURSO 131/2015-FC – APOIO A PROJETOS CULTURAIS, que regulamenta a concessão de recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura, por meio de PRÊMIOS, para fomentar atividades culturais em Jaraguá do Sul. FICA prorrogado o item 9 do Edital de Concurso 131/2015-FC Apoio a Projetos Culturais: DAS INSCRIÇÕES: Até a data de 28 DE MARÇO DE 2016. Em consequência da prorrogação do período de inscrições, ficam alterados os itens abaixo do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, sendo que os demais itens do respectivo Edital permanecem inalterados.

Item 7 – letra “G” – Período para desembolso a partir da SEGUNDA QUINZENA DO MÊS DE JULHO/2016;

Item 10 – Prazo de execução dos projetos culturais JULHO/2016 A JULHO/2017;

Item 11.2.3: As Comissões de Avaliação Técnica reunir-se-ão de 1º a 09/04/2016, em local e horário a ser definido pela Fundação Cultural, de acordo com a demanda de projetos inscritos em cada

área cultural;

Item 11.2.10: Os projetos considerados aptos pelas Comissões de Avaliação Técnica serão relacionados em Portaria, expedida pelo Presidente da Fundação Cultural, no dia 12/04/2016, cujos proponentes terão, considerado o prazo recursal referido no item 12 deste edital, 20 (vinte) dias, para procederem a entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

Item 11.3.1 Os envelopes com os Documentos de Habilitação serão recebidos através do setor de protocolo da Prefeitura Municipal, no período de 12/04/2016 a 16/05/2016, nos seguintes horários: 2ª feira – das 08h às 11h30min e das 13h às 16h, de 3ª a 5ª feira – das 08h às 12h30min e na 6ª feira – das 08h às 12h, exceto sábados, domingos e feriados, localizado na Rua Walter Marquardt, 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme Decreto nº 10.582/2015, de 1º de outubro de 2015.

A RESOLUÇÃO nº 05/2016/CONCULTURA/JS, o Edital – Versão II e seus anexos, encontram-se disponíveis a todos os interessados no site [www.jaraguadosul.sc.gov.br /fundacaocultural](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fundacaocultural)

INFORMAÇÕES: Dúvidas poderão ser esclarecidas através dos telefones (0*47) 2106-8702, com a Sra. Laci ou na sede da Fundação Cultural, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 405 – Centro.

Marcelo Heinz Prochnow
Presidente da Fundação Cultural

PMJS - 001.2016 - PAVIMENTAÇÃO RUA OSCAR SCHNEIDER - JM.DOC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 001/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.720/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 275.767,16 (duzentos e setenta e cinco mil setecentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 23 de fevereiro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.720/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 001/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 560 – Oscar Schneider no Bairro Jaraguá 99, com extensão total de 315,38m (trezentos e quinze vírgula trinta e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, teve o seguinte resultado: Empresa vencedora: INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 275.767,16 (duzentos e setenta e cinco mil setecentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 23 de fevereiro de 2016.
Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 10.720/2016

PMJS - 010.2016 - CONSTRUÇÃO CABECEIRAS EM PONTES - RIBEIRÃO GRAND

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 10/2016

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 10/2016, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.724/2016, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 10/2016, tipo Menor Preço Global à empresa: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, com o valor Global de R\$ 142.222,20 (cento e quarenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e vinte centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 23 de fevereiro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2016

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 10.724/2016, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 10/2016, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para a construção de cabeceiras de concreto armado da ponte localizada na JGS 331 – Ribeirão Grande do Norte (próximo ao hotel Estância Ribeirão Grande) teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, com o valor Global de R\$ 142.222,20 (cento e quarenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e vinte centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 23 de fevereiro de 2016.
Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 10.724/2016

PMJS - 011.2016 - C.B.U.Q E OUTROS**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 11/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de CBUQ, EMULSÃO ASFÁLTICA, MASSA ASFÁLTICA e SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
1	CODEJAS CIA DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL S.A.	108.000	M³	Saibro (macadame) Obs: o carregamento e o transporte serão por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	9,84
2	WINTERPLAN COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	12.000 10% do item 01	M³	Saibro (macadame) Obs: o carregamento e o transporte serão por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	9,69
3	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	2.318	Ton.	Concreto betuminoso usinado a quente massa fina – (CBUQ) Observação: o transporte será por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Serviços Públicos e Diretoria de Transito e Transportes.	229,00
4	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	257 10% do item 03	Ton.	Concreto betuminoso usinado a quente massa fina – (CBUQ) Observação: o transporte será por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Serviços Públicos e Diretoria de Transito e Transportes.	229,00
5	GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S.A.	30.000	Kg	Emulsão asfáltica RM-1C Pedido mínimo: 15.000 kg	2,12
6	EXCLUÍDO	62.500	Kg	Massa asfáltica usinada a quente, preparada com pedrisco pó, pó de brita, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8”) e asfalto (teor de betume entre 4,6% e 5,0%) modificado por polímeros enriquecido com 1,5% de pó de borracha, densidade aparente da massa entre 1,90 a 2,15 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção corretiva de revestimentos asfálticos. * Entrega em sacos de 20 ou 25 kgs. * Garantia mínima do produto de 12 meses.	-x-x-x-x-

Jaraguá do Sul, SC, 23 de fevereiro de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

PMJS - DECRETO Nº 10.740/2016**D E C R E T O Nº 10.740/2016**

Autoriza o Pagamento de Notas Fiscais Através da Quebra da Ordem Cronológica.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 5º, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 10.679/2015, de 11/12/2015, que dispõe que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da unidade administrativa competente;

DECRETA :

Art.1º Ficam a Diretoria Financeira e Contábil e a Tesouraria desta Prefeitura autorizadas a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento das Notas Fiscais do Pregão Presencial Nº 150/2014, que tem como objeto o fornecimento de gêneros alimentícios aos Centros Municipais de Educação Infantil e às Escolas Municipais de Ensino Fundamental, pela Empresa Comercial Thomek Ltda., conforme abaixo discriminado:

ORDEM DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)	NF	EMIÇÃO	PREGÃO	VENC.	PGTO. 28/01 (R\$)	PGTO. 18/02 (R\$)	SALDO (R\$)
21634	25.241,26	5260	05/11/2015	150/2014	18/11/2015	8.000,00	8.000,00	9.241,26
		5271	05/11/2015	150/2014				
		5268	05/11/2015	150/2014				
		5270	05/11/2015	150/2014				
		5267	05/11/2015	150/2014				
		5265	05/11/2015	150/2014				
		5263	05/11/2015	150/2014				

21474	47.214,49	5160 5179 5181 5185 5200 5218 5221 5223	25/09/2015 02/10/2015 02/10/2015 02/10/2015 08/10/2015 16/10/2015 16/10/2015 16/10/2015	150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014	18/11/2015	0,00	0,00	47.214,49
21473	77.983,15	5161 5178 5180 5183 5184 5201 5217 5219 5220 5222	25/09/2015 02/10/2015 02/10/2015 02/10/2015 02/10/2015 08/10/2015 16/10/2015 16/10/2015 16/10/2015 16/10/2015	150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014	18/11/2015	0,00		77.983,15
ORDEN DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)	NF	EMIÇÃO	PREGÃO	VENC.	PGTO. 28/01 (R\$)	PGTO. 18/02 (R\$)	SALDO (R\$)
21630	45.204,62	5262 5261 5272 5269 5266 5264	05/11/2015 05/11/2015 05/11/2015 05/11/2015 05/11/2015 05/11/2015	150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014 150/2014	18/11/2015	0,00		45.204,62
22276	18.643,85	5292 5293	12/11/2015 12/11/2015	150/2014 150/2014	02/12/2015	0,00		18.643,85
23705	12.935,26	5345 5346	01/12/2015 01/12/2015	150/2014 150/2014	16/12/2015	0,00		12.935,26
23691	15.180,77	5344 5342 5343 5347	01/12/2015 01/12/2015 01/12/2015 01/12/2015	150/2014 150/2014 150/2014 150/2014	16/12/2015	0,00		15.180,77
23458	20.887,06	5325 5328 5318 5316	25/11/2015 25/11/2015 24/11/2015 24/11/2015	150/2014 150/2014 150/2014 150/2014	16/12/2015	0,00		20.887,06
23457	11.223,99	5317 5321 5327	24/11/2015 24/11/2015 25/11/2015	150/2014 150/2014 150/2014	16/12/2015	0,00		11.223,99
TOTAL	274.514,45					8.000,00	8.000,00	258.514,45

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração e da Fazenda

PMJS - DECRETO Nº 10.741/2016

D E C R E T O Nº 10.741/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 55/2016/Semur, de 23/02/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal GRAZIELA BORTOLINI DE CERQUEIRA, matrícula 9467, para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, ALIENAÇÃO E OUTORGA DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE BENS PÚBLICOS, constituída pelo Decreto Municipal Nº 10.731/2016, de 15/02/2016, em substituição a Gilberto Nunes Trindade.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - DECRETO Nº 10.742/2016

D E C R E T O Nº 10.742/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e
CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 049/2016/DGP, de 22/02/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

DECRETA :

Art.1º Fica revogado, com efeitos a partir de 23/02/2016, o Decreto Municipal Nº 9.875/2014, de 22/04/2014, que dispõe sobre a cedência da servidora pública municipal LEONITA KOHL HOEPPERS para a 5ª DELEGACIA DE SERVIÇO MILITAR - 16ª CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR - 36ª JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DE JARAGUÁ DO SUL.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/02/2016.

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - EXTRATO DE CONTRATO Nº 474/2015

E X T R A T O D E C O N T R A T O Nº 474/2015

PROCESSO: DL Nº 127/2015

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADAS: CONSÓRCIO ECOJARAGUÁ – AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA e SERRANA ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: O objeto deste Contrato é a Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas para execução dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município de Jaraguá do Sul, em caráter emergencial.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, com base em quantidade estimativa, os valores unitários abaixo identificados, estimados em um valor mensal de R\$ 1.492.692,33 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil seiscentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos), estimando-se o valor total de R\$ 8.956.153,98 (oito milhões novecentos e cinquenta e seis mil cento e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos) pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias.

Serviços	Unidade	Quantidade Mensal	Valor Unitário (R\$/un)	Valor Mensal Estimado (R\$/mês)
1- Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos da área urbana.	t/mês	2.707	163,59	442.838,13
2- Coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos da área rural.	t/mês	138	435,86	60.148,68
3- Coleta seletiva, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos recicláveis.	equipe	6	27.512,44	165.074,64
4- Coleta regular, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos dos serviços de saúde.	km/mês	2.414	8,16	19.698,24
5- Disposição final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, públicos e da varrição, em Aterro Sanitário devidamente licenciado, incluindo o transbordo.	t/mês	2.873	109,52	314.650,96
5.1- Transporte dos resíduos, do transbordo até o destino final.	t/mês	2.873	0,30	185.833,72
	km/mês	27.598		
	viagens/mês	128		
6- Tratamento e disposição final de resíduos sólidos dos serviços de saúde.	Kg/mês	16.990	5,09	86.479,10
7- Varrição manual de vias urbanas pavimentadas.	Km de meio-fio/mês	3.371	64,66	217.968,86
Valor total mensal (estimativo)				1.492.692,33
x 6 meses (180 dias)				
Valor global (estimativo)				8.956.153,98

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas do objeto desta Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos consignados no orçamento de 2015 e 2016 a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/ Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recurso	Valor (R\$)	Exercício
15.452.0453.2.310	Varrição de ruas	3.3.90 – Aplicações diretas	207	Próprios – 80	72.656,50	2015
15.452.0453.2.310	Varrição de ruas	3.3.90 – Aplicações diretas	175	Próprios – 80	1.235.156,66	2016
15.452.0453.2.311	Coleta e disposição do lixo	3.3.90 – Aplicações diretas	208	Próprios – 80	424.907,63	2015
15.452.0453.2.311	Coleta e disposição do lixo	3.3.90 – Aplicações diretas	176	Próprios – 80	7.223.433,19	2016

PRAZO: O prazo para prestação do objeto desta contratação será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação com 30 (trinta) dias de antecedência. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução dos serviços previstos no item anterior, acrescidos de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2015.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, JURANDIR JOSÉ DA SILVA, ODAIR JOSÉ MANNRICH e MARCIO ANDRÉ SAVI

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

PMJS - PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIANº 081/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal THIAGO DE OLIVEIRA BRAGA, matrícula 10525, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para representar esta Prefeitura Municipal perante a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito de Jaraguá do Sul, do DETRAN/SC - Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina, da 15ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Jaraguá do Sul, para proceder o registro, o licenciamento, o emplacamento, o seguro obrigatório, a vistoria veicular, a transferência, a quitação de infrações de trânsito, o pagamento de impostos, tributos e taxas, e os demais atos necessários à regularização dos veículos oficiais pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, em cumprimento à legislação de trânsito.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 035/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 035/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRIFUGA, INVERSORES DE FREQUÊNCIA E PAINÉIS DE COMANDO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/02/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 09/03/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 041/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 041/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARÁTER CONTINUADO PARA LAVAÇÃO E PULVERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SAMAE

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 26/02/2016, das 8h às 12h e das 13h às 16h.

DATA DA ABERTURA: 10/03/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul

– SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 037/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO o memorando 066/2016 do Presidente da Comissão Especial de 03/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por 30 (trinta) dias a Portaria SAMAEJSU Nº 011/2016 08/01/2016, a qual designa a Comissão a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 2469, no dia 19/11/2015, na Rua Olívio Domingos Brugnago, nº 655, bairro Vila Nova;

.Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir 08/02/2016.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 04 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIA SAMAE Nº JSU 038/2016

Homologa Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor APTO – confirmada a estabilidade no cargo público de Técnico em Operação ETA/ETE;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor “APTO” para o exercício do cargo público de Operador de ETA/ETE, **RESOLVE:**

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 17/01/2013 a 17/01/2016, do servidor ALESSANDRO ROSA, matrícula 552, considerando o mesmo apto para o exercício do cargo público de Técnico em Operação ETA/ETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/01/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 039/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 039/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 044/2016/Samae/DA-CPS,

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1248, no dia 30/01/2016,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1248, no dia 30/01/2016, na Rua Alfrida Frerichs Kruger, bairro Amizade.

Art. 2º A Comissão responsável pela apuração do fato está designada pela Portaria nº 185/2013 de 14/10/2013, alterada pela 175/2014 de 10/09/2014, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverão apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de Fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 040/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 040/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor Rafael Jungton, matrícula 498, para o nível "B", do cargo de Auxiliar de Laboratório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de Fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 041/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, ANDREI MARCOS PIAVA, cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 415, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 02/2016, e;

II. 60 (sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de Fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 042/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, AIRTON RODRIGO RAMOS, cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 414, na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento 02/2016, e;

II. 60 (sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de Fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 043/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO o memorando 002/2016 do Presidente da Comissão Especial de 07/01/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por 30 (trinta) dias a Portaria SAMAEJSU Nº 010/2016 08/01/2016, que determina Instauração de Sindicância Administrativa de acordo com o Memorando/Samae nº 067/2016;

.Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 17 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIA SAMAE Nº JSU 044/2016

Homologa Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor APTO – confirmada a estabilidade no cargo público de Agente de Operação Hidráulica;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor “APTO” para o exercício do cargo público de Agente de Operação Hidráulica,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 09/01/2013 a 29/01/2016, do servidor ELEANRO SANTANA, matrícula 551, considerando o mesmo apto para o exercício do cargo público de Agente de Operação Hidráulica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/01/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA SAMAE Nº JSU 045/2016

Homologa Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012,

CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de

Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor APTO – confirmada a estabilidade no cargo público de Motorista;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor “APTO” para o exercício do cargo público de Motorista,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 01/03/2012 a 05/02/2016, do servidor ANTONIO CARLOS MACHADO, matrícula 527, considerando o mesmo apto para o exercício do cargo público de Motorista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/02/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 046/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor Andrei Marcos Piava, matrícula 415, para o nível “F”, do cargo de Auxiliar de Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/02/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 047/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, a servidora Mariane Sueli Correa Schalinski, matrícula 320, para o nível “I”, do cargo de Escrivão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/01/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Fevereiro de 2016.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 005/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013; e
CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº154/2014, Seção II, artigo 125, paragrafo único, de 03/11/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA, por motivo de doença em pessoa da família, ao servidor público municipal MAURO DE OLIVEIRA, matrícula 9613-0, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 15/02/2016 a 15/03/2016, com direito a 100% dos seus vencimentos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2016.
ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

SEMA - PORTARIA Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 006/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARILENE DUARTE BAPTISTA, matrícula 3576-9, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016. Refere-se ao 4º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

SEMA - PORTARIA Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 007/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(a) servidor(a) público(a) municipal SHEILA GISELE KAUFMANN, matrícula 7340-7, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016. Refere-se ao 3º período.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.
REGINA JOHN
Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI
Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

298/2016 TA 01

CONTRATO Nº 298/2016/PMJ – TA 01

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede à Av. XV de Novembro, 378, CEP 89600-000, na cidade de Joaçaba, SC, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito, Senhor RAFAEL LASKE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 001.150.729-26, e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador nº 6.017/2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis, SC, CEP 88070-800, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, ajustam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 298/2016/PMJ, firmado em 04/01/2016, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO e a CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a disponibilização pela CONTRATADA do seguinte serviço continuado de tecnologia da informação e comunicação:

2. Gestão de Obras: programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Para execução do objeto deste Termo Aditivo, o valor total do contrato fica acrescido em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), em 10 (dez) parcelas, por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA

Os efeitos do presente Termo Aditivo passam a contar a partir de 01 de março de 2016.

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba, SC, para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 25 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE
Prefeito
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSÉ OTÁVIO DALMÉDICO
Técnico em Administração
Prefeitura de Joaçaba, SC.

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa do CIGA

EXTRATO PL 8/2016/PMJ - PP 3/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016/PMJ

Objeto: Aquisição de colchões destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 15/03/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 15/03/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Rony Edson Lenz - Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 279/2016- RECEBIDA EM 25/02/2016

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 279/2016

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRE LEMOS VIEIRA E CIA LTDA, CNPJ/MF nº 07.624.275/0001-45 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a complementação das obras de reforma da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, neste município, de acordo com o Processo de Licitação nº 5/2016/PMJ – Edital Tomada de Preços nº 3/2016/PMJ, homologado no dia 23/02/2016. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 84.609,68 (oitenta e quatro mil, seiscentos e nove reais e sessenta e oito centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 305/2016/PMJ de 23 de fevereiro de 2016. O prazo de início é de até 10 (dez) dias e a vigência é de até 30 (trinta) dias, ambos contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 23 de fevereiro de 2016.

Contratante : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assinatura e carimbo: _____

MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT

Secretária

Contratada: ANDRÉ LEMOS VIEIRA E CIA LTDA

Representante: ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 026.240.709-40

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 280/2016- RECEBIDA EM 24/02/2016

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 280/2016

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 03.377.072/0001-40 a executar os serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de muro de gabiões, para proteção do talude da margem do Rio do Tigre que sustenta a plataforma de parte da Rua Olívia Scarpeta Zago, bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 3/2016/PMJ – Tomada de Preços nº 1/2016/PMJ homologado no dia 23/02/2016. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 68.176,37 (sessenta e oito mil, cento e setenta e seis reais e trinta e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 306/2016/PMJ, de 23 de fevereiro de 2016. O prazo de início é em até 10 (dez) dias e a execução é em até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 23 de fevereiro de 2016.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

VENILTON ROGÉRIO TELES

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: SIMAR JOSE ROSA

Assinatura e carimbo _____
CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

IMPRES

PORTARIA 169/2016 - JACQUELINE SALETE BAPTISTA RIGHI E OUTROS

PORTARIA 169 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 79 da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005 e suas alterações e tendo em vista o que consta do Processo nº 183 de 26 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Pensão por Morte a JACQUELINE SALETE BAPTISTA RIGHI, inscrita no CPF sob o nº 607.836.059-00, portadora do RG nº 11/C 1.704.879; a ALICIA BAPTISTA RIGHI, inscrita no CPF nº 046.884.039-76, portadora do RG nº 5.780.435 e ANTHONI RICHELMO BAPTISTA RIGHI, inscrito no CPF nº 124.471.259-09, portador do RG nº 5.995.435, em virtude do falecimento do servidor RAYLANDER ALVES RIGHI, inscrito no CPF nº 498.380.750-00, portador do RG nº 3.563.079, inscrito no PASEP sob o nº 121.58344.30-1, ocupante do cargo de Professor, lotado na Diretoria de Esportes, matrícula nº 2.601, do quadro de pessoal da Prefeitura de Joaçaba, nos termos do art. 40, § 7º, II, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 25, I, 27, II e 28 da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos, na forma de pensão, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 99/2005, que serão pagos pelo IMPRES, da seguinte forma:

I – pensão vitalícia, nos termos do artigo 28, § 1º da Lei Complementar nº 99/2005, correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) dos proventos do servidor falecido à JACQUELINE SALETE BAPTISTA RIGHI;

II – pensão temporária, nos termos do artigo 28, § 2º, da Lei Complementar nº 99/2005, correspondente a 25,00 (vinte e cinco por cento) dos proventos do servidor falecido para ALICIA BAPTISTA RIGHI;

III - pensão temporária, nos termos do artigo 28, § 2º, da Lei Complementar nº 99/2005, correspondente a 25,00 (vinte e cinco por cento) dos proventos do servidor falecido para ANTHONI RICHELMO BAPTISTA RIGHI.

Paragrafo único – Os proventos serão reajustados nos termos do artigo 52 da Lei Complementar nº 99/2005, para a manutenção do seu valor real.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de janeiro de 2016.

Joaçaba, 25 de fevereiro de 2016
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA ERRATA JHL 066/2016

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

Na portaria JHL 066/2016, publicada em 22.02.2016, edição 1937, p. 417, fica retificado:

Onde lê-se Comissão para instauração de Sindicância no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, retificar por "Comissão para instauração de Sindicância no prazo de 30 (trinta dias) dias".

Joaçaba-SC 26 de fevereiro de 2016.
Aluir Flemming/Diretor Presidente

ATA DESERTA PR 0005/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	7/2016
	Processo de Licitação:	7/2016
Data do Processo:		03/02/2016
Folha: 1/1		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO EM CONsertos DE ADUTORAS E REDES DE AGUA DO SIMAE.

Às catorze horas e vinte minutos (14h20min) do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezesseis (25/02/2016), na sala do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio da sede administrativa do SIMAE, sito na Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba - SC reuniram-se, em sessão pública, o Pregoeiro Sr. Vinicius Viecelel Melo, designado pela Portaria nº 0376/2015 de 17/12/2015, e equipe de apoio: Alessandra Marcon Zanchetta e Graciela Pratto Bordin da Rosa o qual realizará a análise das propostas de acordo com o exigido no edital para realização dos atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM de nº 0005/2016, que tem por objeto a aquisição de conexões de larga tolerância que serão utilizadas em consertos de adutoras e redes de água. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 1932, página nº 301, no dia 15 de fevereiro de 2016, no mural público da Prefeitura de Joaçaba/SC e disponibilizado no site www.simae.sc.gov.br. Às 14h e 20min foi aberta a sessão pública, o qual se encerrou às 14h e 35 min, pois nenhuma das licitantes interessadas compareceram à sessão, motivo pelo qual esta licitação foi declarada deserta. Em seguida, o Sr. Pregoeiro, Vinicius Viecelel Melo optou por telefonar aos fornecedores, que enviaram os orçamentos presentes no processo licitatório, para saber o motivo do não comparecimento na presente licitação. Não foi conseguido contato com nenhuma das empresas interessadas. Diante do fato da licitação ter sido deserta, há necessidade do Edital ser novamente publicado. Nada mais havendo, o Senhor Pregoeiro encerrou a sessão e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 25 de Fevereiro de 2016

COMISSÃO:

VINICIUS VIECELEL MELO	- - Pregoeiro(a)
Alessandra Marcon Zanchetta	- - Equipe de Apoio
Graciela Pratto Bordin da Rosa	- - Equipe de Apoio

PREFEITURA

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lages

PREFEITURA

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS 01/2016 EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE LAGES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica pública, abrangendo órgãos da administração direta e indireta, com sede à Rua Benjamin Constant, 13, bairro centro – Lages/SC, telefone nº 49-32211000, CEP 88501-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 82.777.301/0001-90, neste ato representado por seu Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Elizeu Mattos, com anuência da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES – SEMASA, constituída sob a forma de autarquia municipal, com sede na Av. Primeiro de Maio, 1700 – bairro Popular – Lages SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 05.532.421/0001-87, representada por Benjamin Schultz, e LAGESPREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGES, constituído sob a forma de autarquia municipal, com sede na Rua Coronel Serafim de Moura, 46 – bairro Centro – Lages SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 78.499.936/0001-04, representado por Dilmir Antonio Monarin, doravante denominado CONTRATANTE e ANUENTES respectivamente e do outro lado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, doravante denominada CAIXA, firmam o presente CONTRATO de Prestação de Serviços Financeiros e outras avenças, doravante CONTRATO, sujeitando-se a CONTRATANTE e a CAIXA às normas disciplinares da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, à Resolução CMN 3.402/06, com as alterações promovidas pela Resolução CMN 3.424/06, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: A prestação, pela CAIXA, de serviços à CONTRATANTE e ANUENTES, em caráter de exclusividade e sem exclusividade.

REGULARIDADE DA TRANSAÇÃO: Dispensa de licitação, de acordo com o disposto no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo de Dispensa nº 12/2016.

REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS: consta na Tabela de Tarifas CAIXA, sendo firmado contrato específico para cada modalidade de prestação de serviço, fixando condições e valores, observando as normas bancárias. Sendo paga até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação desses serviços, mediante apresentação de demonstrativo de efetivação no período vencido pela CAIXA.

DA REMUNERAÇÃO À CONTRATANTE: Em razão dos termos ajustados no presente CONTRATO, a CAIXA e a CONTRATANTE estabelecem, pelo direito de exploração dos serviços objeto deste contrato, o valor total do contrato em R\$ 5.083.227,03 (Cinco milhões, oitenta e três mil, duzentos vinte e sete reais e três centavos). Da quantia acima o valor de R\$ 1.983.227,03 (Hum milhão, noventa e oitenta e três mil, duzentos vinte e sete reais e três centavos), correspondente à devolução à CAIXA, por força da renegociação e rescisão antecipada do Contrato de Prestação de Serviços Financeiros

e Outras Avenças assinado em 07/02/2013, que se extingue antecipadamente com a formalização do presente instrumento, será retido pela CAIXA no ato da liberação dos recursos relativos à primeira parcela do desembolso.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta meses) a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em até 12 (doze) meses, atendidas as condições do § 4º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

Lages/SC, 25 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos,

Prefeito Municipal.

EXTRATO ARP 07/2016 PP 156/2015 PML LISEGRAFF

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2015

PROCESSO Nº 307/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Diários da Criança/ Educação Infantil 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) LISEGRAFF GRAFICA E EDITORA LTDA – EPP – CNPJ 81.894.172/0001-58 – RUA HENRIQUE MEHL 416 – BAIRRO UBERABA – CURITIBA/PR – CEP 81.560140

Lages/SC 11 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 08-A/2016 PP 162/2015 PML AM ALIMENTOS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2015

PROCESSO Nº 316/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Carnes para consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,

não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.366.900,00 (dois milhões trezentos e sessenta e seis mil e novecentos reais), sendo:

AM ALIMENTOS LTDA – CNPJ 07.248.496/0001-66 – RUA Willian BOOTH 2901 – BAIRRO BOQUEIRÃO – CURITIBA/PR CEP 81.730-080

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 08-B/2016 PP 162/2015 PML MALVO

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2015

PROCESSO Nº 316/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Carnes para consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 1.018.500,00 (um milhão e dezoito mil e quinhentos reais), sendo:

MALVO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA- CNPJ 05.327.107/0001-62 – RUA MENINO DEUS 14 BARREIROS – SÃO JOSÉ/SC CEP 88.110-025

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 14/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 14/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: EMIX – COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS – EIRELI - EPP inscrito no CNPJ n.º 18.822.886/0001-14, com sede a Rua Pedro alvares Cabral, 463 sala 02 – Coral – Lages/SC CEP 88.523-350

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 41/2016, correlato à Dispensa de Licitação 11/2016 homologada em 19/02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel onde está instalada a escola CEIM PRIMEIROS PASSOS da Secretaria Municipal de Educação situado à Av. Corina Caon nº 198 bairro jardim Cepar CEP 88.523-401.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 4.430,57 (quatro mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos) mensais.

Lages, 19 fevereiro de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 15/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 15/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ARGUS PRODUTOS E SISTEMAS CONTRA INCENDIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 12.096.667/0001-19, sediada a Rua Mafalda Maria Imperador Pinhata, 56 – Bairro Nova Vinhedo/ SP CEP 13.280-000

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 37/2016, correlato a Dispensa de Licitação nº 09/2016, homologada em 15/02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 De Início, em até 8(oito) dias úteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se conclua o processo licitatório;

2.3 Do Contrato, 180 (cento e oitenta) dias, ou até que se conclua o processo licitatório, caso cessada a situação emergencial antes do prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias, com a homologação de eventual procedimento licitatório, o contrato chegará a seu término, sem direito a qualquer espécie de indenização á CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 31.122,00 (trinta e um mil e cento e vinte e dois reais).

Lages, 18 fevereiro de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 20-2016 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 20-2016 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Fornecimento de 1.840 Refeições Tipo Marmita.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 11/03/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 35.788,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de fevereiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016**

Extrato do Contrato Nº 03/2016

Vigência: 22/02/2016 Vencido: 31/12/2016 Carta Convite nº. 01/2016.

Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, COPA COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL Contratado: MERCEARIA REALEZA – JULIO C. R. DELFES (82.894.718/0001-33).

Valor total: R\$ 68.795,00 (SESSENTA E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS),

Lages/SC, 22 de fevereiro de 2016.

Thiago Silva De Oliveira

Presidente

Laguna

PREFEITURA

EDITAL CMAS Nº 001/2016

EDITAL CMAS Nº 01/2016

22 de Fevereiro de 2016

Convocação para a Assembleia de Eleição dos representantes, titulares e suplentes, da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, Gestão 2016-2018.

A Comissão Eleitoral instituída pela Resolução CMAS Nº 14/2015 e pela Resolução 01/2016, tendo por base a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - alterada pela lei nº 12.435/2011, Lei Municipal nº 478/1996, CONVOCA os representantes da sociedade civil municipal para a Assembleia de Eleição dos representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para a Gestão 2016/2018, que ocorrerá no dia 24 de março de 2016, das 14h00min às 16h00min, na Sala de Reuniões da Secretaria de Assistência Social, localizada no Centro Administrativo Tordesilhas, 2º andar, Centro, Laguna/SC.

1. Da Composição do Conselho:

O CMAS é composto de 12 (doze) membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I – Sendo (seis) representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) 2 (dois) da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 1 (um) da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) 1 (um) da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação;
- e) 1 (um) da Procuradoria Jurídica.

II – Sendo 6 (seis) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em Assembleia especialmente convocada para este fim:

- a) 2 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, de acordo com a legislação.
- b) 2 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social.
- c) 2 (dois) representantes de organizações de trabalhadores do setor.

2. Do Processo de Habilitação:

2.1 Poderão habilitar-se ao processo eleitoral, exclusivamente, os representantes ou organização de usuários, entidades e organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora e que atuam em âmbito municipal.

2.2 Serão consideradas Entidades e Organização de Assistência Social aquelas devidamente inscritas no CMAS, que prestam serviços, conforme Resoluções CNAS nº 109/2009, nº 33/2011, nº 34/2011, bem como as que atuam com assessoramento e defesa e garantia de direitos, conforme Resolução CNAS nº 27/2011;

2.3 Serão considerados representantes e organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS nº 24/2006:

a) representantes de usuários são as pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

b) organizações de usuários são aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

2.4 Serão consideradas entidades de trabalhadores do SUAS as associações e/ou Fóruns de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos regionais de profissões regulamentadas que organizam, defendam e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme Resolução CNAS nº 17/2011.

2.5 É vedada a representação, na Assembleia de Eleição, de mais de uma entidade e organização de assistência social, de entidade e organização do trabalhador do SUAS, e representantes ou organização de usuários pelo mesmo representante.

2.6 Serão consideradas de âmbito municipal os representantes ou organização de usuários e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS que, comprovadamente, desenvolvam suas atividades há no mínimo dois anos.

2.7 A habilitação dos representantes e organizações de usuários, das entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como das postulantes a eleitora ocorrerá a partir da data de publicação do Edital até o dia 18 de março de 2016, valendo para tanto, a data do protocolo de seu pedido.

2.8 Para a habilitação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, a designarem candidato(a), as mesmas deverão apresentar os seguintes documentos:

Para as entidades e organizações de assistência social, prevista no inciso I do § 2º, artigo 4º da Resolução CMAS nº 14/2015:

- a. cópia do documento de inscrição no CMAS;
- b. requerimento de habilitação, conforme Anexo I da Resolução CMAS nº 14/2015, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a), e por qual segmento;
- c. endereço completo, telefone e e-mail da entidade ou organização e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo II da Resolução CMAS nº 14/2015;
- d. formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme Anexo III da Resolução CMAS nº 14/2015;

e. cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física designada pela entidade concorrente.

Para as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, prevista no inciso III do §3º, artigo 4º da Resolução CMAS nº 14/2015:

- a. requerimento de habilitação, conforme Anexo I da Resolução CMAS nº 14/2015, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição como habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- b. Declaração de funcionamento, conforme Anexo II da Resolução CMAS nº 14/2015;
- c. Endereço completo, telefone, e-mail da entidade ou organização, e outras informações importantes para contato em tempo hábil.
- d. formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme Anexo III da Resolução CMAS nº 14/2015.
- e. cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física designada pela entidade concorrente.

Para as organizações de usuários da assistência social, prevista no inciso I do § 1º, artigo 4º da Resolução CMAS nº 14/2015:

- a. Declaração de funcionamento, conforme Anexo II da Resolução CMAS nº 14/2015;
- b. requerimento de habilitação, conforme Anexo I da Resolução CMAS nº 14/2015, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- c. endereço completo, telefone, fax, e-mail da organização e outras informações importantes para contato em tempo hábil.
- d. formulário de designação da pessoa física a ser eleita conforme Anexo III da Resolução CMAS nº 14/2015;
- e. cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita.

Para os representantes dos usuários da assistência social, prevista no inciso II do § 1º, artigo 4º da Resolução CMAS nº 14/2015:

- a. declaração de reconhecimento de existência e atuação, expedida por órgão gestor da assistência social municipal, devendo ser assinado por coordenador(a) de CRAS, CREAS, e Serviços de Alta Complexidade, conforme Anexo III da Resolução CMAS nº 14/2015.
- b. requerimento de habilitação, conforme Anexo I da Resolução CMAS nº 14/2015, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- c. formulário de designação da pessoa física candidata na Assembleia de Eleição da Sociedade Civil, comprovando sua vinculação com este grupo, movimento ou fórum, conforme Anexo IV da Resolução CMAS nº 14/2015;
- d. cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita.

2.9 Em havendo impedimento da pessoa física a ser eleita, previamente habilitada, de comparecer à Assembleia de Eleição, a entidade ou organização poderá apresentar à Comissão Eleitoral pedido de habilitação do seu(sua) novo(a) candidato(a) designado(a), até às 13h30min do dia 24 de março de 2016, na secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

2.10 Os representantes ou organizações de usuários, as entidades

e organizações de assistência social e as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, somente poderão habilitar candidato(a) e eleitor(a) à um dos segmentos descritos no Item 2.2, 2.3 e 2.4 deste Edital.

2.11 Para a habilitação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, enquanto eleitoras, as mesmas deverão apresentar os mesmos documentos descritos no Item 2.8 deste Edital, respeitando as comprovações necessárias referentes ao segmento que representa, bem como destacando a condição de postulante a eleitor.

2.12 Para os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, que pedirem a habilitação para designar pessoa física para participar do processo eleitoral na condição de eleitora, deverão encaminhar formulário de designação, assinado pelo seu representante legal e pelo(a) designado(a), até às 13h30min do dia 24 de março de 2016.

2.13 A documentação necessária para a habilitação, conforme Itens 2.8 e 2.10, deverá ser protocolada diretamente na secretaria executiva do CMAS, no horário de 13h30 as 18h00m, em dias úteis, no endereço abaixo:

Conselho Municipal de Assistência Social / Comissão Eleitoral - Eleição 2016

A/C Secretaria Executiva do CMAS

Av. Colombo Machado Salles, 145 - 1º andar

Centro Executivo Tordesilhas - Centro

CEP 88790 -000 LAGUNA – SC

2.14 A Comissão Eleitoral divulgará no dia 21 de março de 2016, a relação nominal dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a participarem do pleito na condição de candidato(a) e, ainda, as não habilitadas a participarem do pleito.

2.15 Os recursos deverão ser apresentados à Comissão Eleitoral, até o dia 22 de março de 2016, conforme definido no Item 2.13 deste Edital, no endereço do CMAS, já mencionado.

2.16 A Comissão Eleitoral concluirá e divulgará, até o dia 23 de março de 2016 o julgamento dos recursos apresentados.

3. Da Comissão Eleitoral:

A Comissão Eleitoral instituída por meio da Resolução CMAS Nº 14 de 15 de outubro de 2015 é composta por três conselheiros representantes da sociedade civil, com apoio e assessoria técnica e administrativa do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social e SMAS – Secretaria de Assistência Social, com as seguintes atribuições:

- a. Elaborar o Regimento Interno da Assembleia Eleitoral;
- b. Convidar o Ministério Público para participar da Assembleia Eleitoral;
- c. Verificar, com base nos termos da Resolução CMAS nº 14/2015, a documentação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, postulantes à habilitação.
- d. Habilitar representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, postulantes à habilitação para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

e. Divulgar a relação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, habilitadas e não habilitadas ao processo de eleição, a designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

f. Analisar e julgar os pedidos de recursos;

g. Divulgar as decisões sobre os recursos apresentados pelos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS.

h. Articular com a rede socioassistencial pública, governamental e não governamental, para mobilizar a participação e inscrição dos usuários no processo eleitoral;

i. Elaborar instrumentais para preenchimento de cadastro de candidatura de usuários;

j. Divulgar o processo na mídia e outros meios;

k. Publicizar o processo eletivo junto às entidades e organizações de assistência social, organizações de usuários e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS;

l. Eleger a Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição (presidente, secretário e dois escrutinadores);

4. Da Assembleia de eleição:

4.1 A Assembleia de Eleição terá dois momentos:

A - Instalação da Assembleia Eleitoral pela Comissão Eleitoral

B - Composição da Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição.

4.2 Para a instalação da Assembleia de Eleição a Comissão Eleitoral terá como atribuições:

I - apresentar os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, habilitadas pela Comissão Eleitoral para designar candidato(a) para a participação no pleito, juntamente com a respectiva pessoa física a ser eleita;

II - coordenar o processo de candidatura dos participantes à Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição a ser composta por representantes de entidades e organizações de assistência social, representantes e organizações de usuários, entidades e organizações de trabalhadores do SUAS, um de cada segmento, não candidatos ao pleito.

4.3 A Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição terá como atribuições:

I - eleger, entre os membros da Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição, um que assumirá a Presidência;

II - fazer a leitura e aprovação do Regimento Interno da Assembleia de Eleição, elaborado pela Comissão Eleitoral e aprovado previamente pelo Pleno da Assembleia de Eleição;

III - eleger a Mesa Receptora e Apuradora dos votos, composta por três representantes, um de cada segmento, desde que não candidatas ao pleito;

IV - proceder a votação, conforme Regimento Interno aprovado;

V - coordenar o processo de apuração;

VI - fazer a leitura e aprovação da Ata da Assembleia de Eleição.

VII - Decidir os casos omissos, considerando todos os dispositivos legais sobre a matéria.

4.4 Cada representante ou organização de usuários, entidade e organização de assistência social e entidade e organização de trabalhadores do SUAS habilitados pela Comissão Eleitoral para designar candidato(a), bem como as habilitadas enquanto eleitora para a participação na Assembleia de Eleição, poderá votar no número de candidatos(as) correspondente à representação do seu segmento,

quais sejam:

a) 2 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social,

b) 2 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social e

c) 2 (dois) representantes de entidades de trabalhadores do setor.

4.5 Terminada a Assembleia de Eleição, a Mesa Coordenadora proclamará o resultado e assinará a Ata aprovada, contendo a relação das pessoas físicas eleitas titulares e suplentes, constando, ainda a fiscalização do Ministério Público em todo o processo.

4.6 A Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição entregará à Presidência do CMAS a relação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, juntamente com seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes, para publicação no Diário Oficial.

4.7 Em caso de vacância, será convocado para ocupar a vaga o candidato seqüencialmente mais votado no processo eleitoral no seu segmento e, no caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade.

Parágrafo único. O candidato que assumir a vaga completará o tempo remanescente do mandato do conselheiro que foi substituído.

4.8 A nomeação dos conselheiros deverá ser publicada até 29 de março de 2016.

4.9 A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2016/2018, dar-se-á até o dia 30 de março de 2016.

4.10 Os(as) Conselheiros(as) eleitos(as) neste pleito assumirão os compromissos relacionados na Lei do CMAS e no Regimento Interno, comprometendo-se a participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e das Comissões de Trabalho do CMAS.

4.11 O resultado será divulgado aos candidatos presentes e afixado na recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Secretaria Executiva do CMAS e publicado no site da Prefeitura de Laguna, link Publicações.

4.12 Os casos omissos serão dirimidos pela Plenária eletiva.

Laguna, 22 de fevereiro de 2016.

Andrea Prates Pacheco Luckina

Comissão Eleitoral CMAS

Arlene Medeiros Nunes

Comissão Eleitoral CMAS

Enivaldo Torres Ramos

Comissão Eleitoral CMAS

PORTARIA Nº 167/2016

PORTARIA RH Nº 167/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, EDMAR DOS SANTOS FERNANDES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2016

PORTARIA RH Nº 175/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CLEONICE TERESA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ensino Superior, AS 3, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2016

PORTARIA RH Nº 177/2016

O SECRETÁRIO DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, TAÍS SUTERO CUSTÓDIO Jornalista, do dia 10.02.2016 a 10.03.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Fevereiro de 2016.
IBERÊ AGUIAR JAQUES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 184/2016

PORTARIA RH Nº 184/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Célia Ferreira	2013/2014
Marilda dos Santos Silva de Jesus	2015/2016
Perpétua Firmiano Cardoso	2014/2015
Valdirene Torres	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 185/2016

PORTARIA RH Nº 185/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 11.02.2016 a 11.03.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Andresa Vieira Neves	2014/2015
Cacília Maurício Nascimento	2014/2015
Caren Mendoza	2014/2015
Karla Renatta Mauriclia de Souza	2014/2015
Juliana Patrício Justino	2014/2015
Tatiana da Silva Pereira	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 187/2016

PORTARIA RH Nº 187/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO MEDEIROS MARTINS, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gestão Orçamentária, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2016

PORTARIA RH Nº 203/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, NARA LUIZA DOS REIS Farmacêutica, do dia 11.02.2016 a 25.02.2016, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 206/2016

PORTARIA RH Nº 206/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 01 ano ao Servidor RAQUEL NEVES TEODORO FERNANDES ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 05 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2016

PORTARIA RH Nº 207/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 15.02.2016 a 15.03.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Daniela Lopes de Oliveira	2014/2015
Maria Aparecida Cecílio Rosa	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 208/2016

PORTARIA RH Nº 208/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 15.02.2016 a 15.03.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriano dos Santos da Rosa	2014/2015
Helaine Cristina Silveira Borgo	2014/2015
Katiuscia da Silva	2014/2015
Michelli de Moura Ribeiro	2014/2015
Patrícia Moreira Joaquim	2014/2015
Priscilla M. Wiggers	2014/2015
Solange Rabelo Bernardo	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 209/2016

PORTARIA RH Nº 209/2016

O SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao servidor MARIANA CORRÊA FRETTE, Psicólogo, referente ao período aquisitivo 2014/2015, do dia 15.02.2016 a 15.03.2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 210/2016

PORTARIA RH Nº 210/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 846/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 15 de Fevereiro de 2016 a 15 de Maio de 2016, ao Servidor KLEVYS LOPES ROSA, Secretário de Escola, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

SIMONE BELMIRO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 211/2016

PORTARIA RH Nº 211/2016

O SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao servidor VALERI RODRIGUES, Motorista, referente ao período aquisitivo 2014/2015, do dia 15.02.2016 a 15.03.2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 212/2016

PORTARIA RH Nº 212/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUCAS MARTINS CARDOSO para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Análise de Projeto e Registro, DS 4, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213/2016

PORTARIA RH Nº 213/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR CRISTIANO NASCIMENTO SILVANO para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de campo de Fora, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 15/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214/2016

PORTARIA RH Nº 214/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR CLEIDE RODRIGUES DE SOUZA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Barranceira – Cohab Mato Alto, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 15/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/2016

PORTARIA RH Nº 215/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR KEVIN ABREU DE CARVALHO para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Barranceira, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 15/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2016

PORTARIA RH Nº 216/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR MISLAINE OLIVEIRA PEREIRA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Barranceira – Cohab Mato Alto, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 15/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 217/2016

PORTARIA RH Nº 217/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR ELISA MIRANDA FERNANDES DE SOUZA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família Progresso, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 15/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218/2016

PORTARIA RH Nº 218/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, LEONI INÁCIO DA SILVA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 16/02/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 219/2016

PORTARIA RH Nº 219/2016

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTE, OBRAS, PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JOSÉ CARLOS DA SILVA Operário Braçal, do dia 17.02.2016 a 17.03.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Fevereiro de 2016.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 220/2016

PORTARIA RH Nº 220/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, CELSO AMBROSINI Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 17.02.2016 a 17.02.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Fevereiro de 2016.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 221/2016

PORTARIA RH Nº 221/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.,

- Eliane Cardoso Limas;
- Evelyn Nunes dos Santos;
- Maria Amélia da Silva Alexandre;
- Rosane de Sousa Cunha Silva.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/2016

PORTARIA RH Nº 222/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 768/2016;

RESOLVE:

FAZER CESSAR A PEDIDO A LICENÇA SEM VENCIMENTO, do Servidor MÁRIO MARTINS ALANO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 223/2016

PORTARIA RH Nº 223/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 109/2016;

RESOLVE:

FAZER CESSAR A PEDIDO A LICENÇA SEM VENCIMENTO, do Servidor VALDELIR DA SILVA GEREMIAS ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIA RH Nº 224/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, LETÍCIA MACHADO ARAÚJO para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 18/02/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225/2016

PORTARIA RH Nº 225/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO NALU ELIAS VIEIRA MOTA do Cargo de Agente Comunitário na Estratégia Saúde da Família de Cabeçudas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/2016

PORTARIA RH Nº 226/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ALEXANDRA FRAGA IZIDORO CARNEIRO Psicopedagoga, do período de 06/11/2012 a 06/11/2015, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2016

PORTARIA RH Nº 227/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 19/02/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.,

- Dalcimery Alves;
- Esthéfani Nunes Fernandes;
- Josiane da Silva Rodrigues.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2016

PORTARIA RH Nº 228/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MÁRCIA ALVES JARDIM do Cargo de Merendeira, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 16/03/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2016

PORTARIA RH Nº 229/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER a licença prêmio, de ELOISA BERENDT Auxiliar Administrativo, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 22 de Fevereiro de 2016, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 230/2016

PORTARIA RH Nº 230/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 22/02/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.,

- Letícia Maba;
- Mayara de Lima.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2016

PORTARIA RH Nº 231/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA, Assistente de Administração, de provimento efetivo, para exercer a função especial de confiança de Auditor de Saúde, em conformidade com a Lei Complementar nº 330/2015, art. 22, anexo IX, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2016

PORTARIA RH Nº 232/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, ELOIZA BERENDT, Auxiliar Administrativo, de provimento efetivo, para exercer a função especial de confiança de Auditor de Saúde, em conformidade com a Lei Complementar nº 330/2015, art. 22, anexo IX, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2016

PORTARIA RH Nº 233/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, conforme benefício nº 1697009597, espécie 41, a Sra. ZILDA DE SOUZA FELIX, Professora, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2016

PORTARIA RH Nº 234/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Adriana Ramos Lucindo – HAB 300;
- Ana Cristina da Rosa Fernandes – HAB 300;
- Ângela Maria Bonapace Tavares – HAB 300;
- Ângela Cristina Felisberto Antônio – HAB 300;
- Ariane Corrêa da Silva – HAB 300;
- Casilda Caemerer da Silva – HAB 300;
- Cláudia Fernandes Martins Soares – HAB 300;
- Cristiane Martins – HAB 300;
- Edilena de Siqueira Antunes – HAB 300;
- Elisângela Xavier Nascimento – HAB 300;
- Fabiana do Carmo Valério – HAB 300;
- Fabricia Vieira Rosa – HAB 300;

- Graziela Corrêa – HAB 300;
- Geobete Farias Leal – HAB 300;
- Joelma Custódio Dutra – HAB 300;
- Kátia Aparecida Fernandes de Souza – HAB 300;
- Kelly Martins Fernandes Flores – HAB 300;
- Lisandra Custódio Amorim – HAB 300;
- Luciane de Almeida Gonçalves – HAB 300;
- Luziane Pereira de Oliveira – HAB 300;
- Margarette Adriano – HAB 300;
- Maria Aparecida Lopes Cardoso Vianna – HAB 300;
- Maria do Carmo Vieira Maximiano – HAB 300;
- Nadjanara Rodrigues Machado – HAB 300;
- Raquel do Carmo Bittencourt Motta – HAB 300;
- Roberta Alves dos Santos – HAB 300;
- Rosana Corrêa – HAB 300;
- Rosane Farias Gonçalves – HAB 300;
- Sabrina Neves Teodoro Fernandes – HAB 300;
- Sandra Vargas Rodrigues Nunes – HAB 300;
- Simone Cipriano – HAB 300;
- Simone Silva de Oliveira – HAB 300;
- Stelamaris Evangelista de Albuquerque – HAB 300;
- Suellen Ricardo Albino – HAB 300;
- Taise Camilo Corrêa dos Santos – HAB 300;
- Vanessa de Souza Acordi Calegari – HAB 300;
- Vanessa Vieira Martins – HAB 300;
- Zoraia Silveira – HAB 300.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2016

PORTARIA RH Nº 235/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Alessandra de Jesus Gomes – HAB 300;
- Ana Maria Corrêa – HAB 300;
- Ariane Domingues de Jesus – HAB 010;
- Claudia Camilo Cardoso – HAB 010;
- Denise Ribeiro Leandro – HAB 030;
- Iria Aparecida da Conceição Campos – HAB 300;
- Lauriete Ribeiro Fernandes – HAB 010;
- Michela Alves da Conceição Oliveira – HAB 010;
- Michele da Silva Santana Figueiredo – HAB 300;
- Paula Cardoso Belmiro – HAB 030;
- Renata Alves do Nascimento – HAB 300;
- Rosângela Fernandes Silveira – HAB 300;
- Solange de Oliveira Bertolino – HAB 300;
- Soeli Alves dos Santos – HAB 010;
- Susana Vicente de Oliveira Martins – HAB 300;

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 236/2016

PORTARIA RH Nº 236/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Anos Iniciais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Adriana da Rosa Fernandes Dias – HAB 300 – 40 horas;
- Ana Luiza Souza – HAB 300 – 40 horas;
- Andrea Damiani Fidelix André – HAB 300 – 40 horas;
- Antônio Fernando Monteiro – HAB 300 – 40 horas;
- Beatriz da Silva Dozol – HAB 030 – 20 horas;
- Dilsimar da Silva Tereza – HAB 300 – 20 horas;
- Edma Firmino Fortunato – HAB 300 – 20 horas;
- Gilmara Peixoto Camilo – HAB 300 – 40 horas;
- Janete de Souza Mendonça – HAB 300 – 20 horas;
- José Carlos Carvalho Dimiras – HAB 010 – 20 horas;
- Milvia de Souza Martins – HAB 300 – 40 horas;
- Mirella Dozol da Rosa – HAB 010 – 40 horas;
- Poliana Ferreira Silva – HAB 300 – 40 horas;
- Roberta Oliveira da Silva – HAB – 40 horas;
- Sharon Werner Alexandre – HAB 030 – 20 horas;
- Shirley Nascimento dos Passos – HAB 300 – 20 horas;
- Viviane Patrício – HAB 300 – 40 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237/2016

PORTARIA RH Nº 237/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Bruna Urbano Oliveira – HAB 300 – 40 horas;
- Dayana Melo Gomes – HAB 300 – 10 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2016

PORTARIA RH Nº 238/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Ciências, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Karla Patrícia da Silva – HAB 300 – 10 horas;
- Scheila Preve Costa – HAB 300 – 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2016

PORTARIA RH Nº 239/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Artes, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Amália Aparecida Dozol Presotto – HAB 300 – 20 horas;
- Cátia Loreta Medeiros Montezor – HAB 300 – 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2016

PORTARIA RH Nº 240/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Matemática, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Cristiano de Sousa Rocha – HAB 300 – 10 horas;
- Maykon Lima Evangelista – HAB 100 – 40 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241/2016

PORTARIA RH Nº 241/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Física, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Adriano da Silva Oriano Junior – HAB 300 – 20 horas;
- Cláudio Vinícius Cordiel da Silva – HAB 300 – 10 horas;
- Diana Ramos de Amorim – HAB 300 – 30 horas;
- Fabiano Espíndola Camilo – HAB 300 – 30 horas;
- Izaias Carlos da Silva – HAB 300 – 30 horas;
- Janaina Silva Ferreira – HAB 300 – 40 horas;
- Milton Avila – HAB 300 – 20 horas;
- Rafael Bastos Scott – HAB 300 – 30 horas;
- Sabrina Fernandes de Souza – HAB 300 – 30 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2016

PORTARIA RH Nº 242/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Inglês, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Angelica da Silva Parente – HAB 300 – 20 horas;
- Dayana Melo Gomes – HAB 300 – 30 horas;
- Jéssica Vieira Martins Ferreira – HAB 010 – 20 horas;
- Patrick Campos Alves – HAB 300 – 20 horas;

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2016

PORTARIA RH Nº 243/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor Auxiliar, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em

conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Ani Mendes Vieira – HAB 300 – 20 horas;
- Daucira Duarte Martins Patricio – HAB 300 – 20 horas;
- Gisele Laurentino Cândido – HAB 300 – 40 horas;
- Iara Pinto – HAB 300 – 20 horas;
- Júlia da Conceição Pinto Felipe – HAB 300 – 20 horas;
- Karina Cardoso Abreu – HAB 300 – 40 horas;
- Márcia Alves Jardim – HAB 300 – 20 horas;
- Norma de Andrade Mattos – HAB 300 – 40 horas;
- Simone José – HAB 300 – 20 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2016

PORTARIA RH Nº 244/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Geografia, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Sebastião Ivair Cândido Henrique – HAB 300 – 20 horas;
- Sidnei Manoel Leonel Júnior – HAB 300 – 10 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2016

PORTARIA RH Nº 245/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário CÉSAR AUGUSTO PEDROSO para exercer o Cargo de Professor de História, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2016

PORTARIA RH Nº 246/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ELIANO MARCELINO KOCH para exercer o Cargo de Professor de Ensino Religioso, 10 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 17/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2016

PORTARIA RH Nº 247/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário RITA DE CÁSSIA SOARES DE OLIVEIRA para exercer o Cargo de Professor EJA, 20 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 18/02/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2016

PORTARIA RH Nº 248/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 02 anos da Servidora SANDRA APARECIDA MENDES ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 04 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249/2016

PORTARIA RH Nº 249/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 03 anos da Servidora JOSILANE FIRMIANO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 04 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 250/2016

PORTARIA RH Nº 250/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, TADEU CÉSAR HENRIQUE RODRIGUES, Professor de Educação Física, de provimento efetivo, para exercer as funções no Departamento Municipal de Esportes, no projeto esportivo Futebol.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 251/2016

PORTARIA RH Nº 251/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR ALESSANDRA COSTA MOTA para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família Campo de Fora, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 18/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252/2016

PORTARIA RH Nº 252/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR CARLA SANTHIAGO GUSTAVO para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família Campo de Fora, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 18/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 253/2016

PORTARIA RH Nº 253/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR CLINEIA FERNANDES para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Barranceira – Cohab Mato Alto, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 002/2015, a partir de 18/02/2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2016

PORTARIA RH Nº 255/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, VOLNEI CARDOSO DA ROSA Motorista, do dia 16.02.2016 a 16.03.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 256/2016

PORTARIA RH Nº 256/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, RUBENS ANTÔNIO TOMAZ FILHO Auxiliar de Enfermagem, do dia 19.02.2016 a 19.03.2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 258/2016

PORTARIA RH Nº 258/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR JOSÉ WANDERLEI MARTINS AMADOR, Auxiliar de Serviços Gerais, para responder pela Divisão de Manutenção, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir de 01/02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 259/2016

PORTARIA RH Nº 259/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, ANA PAULA GAZZOLA BARBOSA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 23/02/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 266/2016

PORTARIA RH Nº 266/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgada em 11 de julho de 2000 e, com base no inciso I do artigo 11 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006;

E considerando autos no processo nº 0000043-12.2016.8.24.0040, mandado de segurança;

RESOLVE:

NOMEAR, em razão da aprovação no Concurso Público objeto do Edital nº 02/2011, DIMAS ELEUTÉRIO, para o cargo de Analista de Sistemas, de provimento efetivo, nível ANS 2, 40 horas semanais, conforme anexo I da Lei Complementar nº 330 de 18 de dezembro de 2015, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, com exercício em 01/03/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Fevereiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2016

Dispõe sobre a nova composição da Comissão Eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS, Gestão 2016/2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 18 de fevereiro de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

CONSIDERANDO:

O disposto no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; A Resolução CNAS nº 002, de 10 de fevereiro de 2014, que Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Gestão 2014/2016. O Caderno de Orientações CNAS de março de 2014 – que trata do Processo Eleitoral dos(as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Eleitoral do processo de eleição da representação da sociedade civil no CMAS, gestão 2016/2018, fica composta por três conselheiros representantes da sociedade civil, sendo um conselheiro representante dos trabalhadores (Enivaldo Torres Ramos) e duas conselheiras representantes das entidades (Arlene Medeiros e Andrea Prates Pacheco Luckina).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 22 de fevereiro de 2016.

Luiz Augusto Borges

Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 023/2016

DECRETO Nº 023/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 58.812,00 (Cinquenta e Oito Mil, Oitocentos e Doze Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 13

3.3.71.00.00.1166 - Aplicação Direta R\$ 58.812,00

TOTAL R\$ 58.812,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de provável excesso de arrecadação na fonte 1166 (MAC/SUS) projetada até o final do exercício.

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 024/2016

DECRETO Nº 024/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 178.200,00 (Cento e Setenta e oito Mil e Duzentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2015 - - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de saúde

DOTAÇÃO 48

3.1.90.00.00.1216 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

DOTAÇÃO 49

3.3.90.00.00.1216 - Aplicação Direta R\$ 78.200,00

Total: R\$ 178.200,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificada até o mês de fevereiro e projetado até dezembro de 2016 da fonte 1196 (Recursos do Cofinanciamento da Atenção Básica / Estado).

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 025/2016

DECRETO Nº 025/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 21.675,81 (Vinte e Um Mil, Seiscentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 -Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 47

3.3.71.00.00.3196 - Aplicação Direta R\$ 21.675,81

TOTAL R\$ 21.675,81

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Superávit Financeiro do Exercício anterior verificado na Fonte 1196 (Recursos da Farmácia Básica / Estado);

3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

EDITAL DE PREGAO Nº 14/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 14/2016 PMLM

PROCESSO Nº14/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 09 de março de 2016 às 11:00h, haverá pregão presencial para, aquisição de produtos alimentícios a serem oferecidos para os clubes de mães o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 24 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº7/FMS /2016

EDITAL DE PREGAO Nº7/FMS /2016

PROCESSO Nº7/FMS /2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 09 de março de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de limpeza, Higiene, copa e cozinha e Higiene bucal para o exercício de 2016 pelo Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 25 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

LEI Nº 1.909/2016

LEI Nº 1.909/2016 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), mediante a celebração de convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro – Lauro Müller/SC, com o objetivo de auxiliar na cooperação financeira das atividades de cunho educativo e social da entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº.1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015; 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social – 09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto de Atividade:

2.012 – Manutenção de Atenção Especial; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

CONVÊNIO Nº 001/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro – Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro – Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Valdoir José Vitorio, com CPF nº 652.167.179-00, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira das atividades de cunho educativo e social da APAE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à APAE de Lauro Müller/SC o valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), sendo efetuado o repasse em até 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderá ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

V - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento

do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de sua publicação.

CLAUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 26 de Fevereiro de 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

VALDOIR JOSÉ VITÓRIO

Presidente da APAE - LM

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF nº: _____

2ª _____

CPF nº: _____

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº 11/2016 PMLM

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº 11/2016 PMLM

PROCESSO Nº11/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 08 de março de 2016 às 09: 00h, haverá pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gênero alimentício, material expediente, material permanente, copa e cozinha, camisetas manga curta e manga longa para entrega PARCELADA, no exercício de 2016, para atender ao Grupo Bem Viver Terceira Idade da Secretaria de Assistência Social, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 24 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. CV-1/2016 - HMMSA

Resumo de Carta Convite

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

LEBON RÉGIS

Processo Licitatório no. 1/2016

Processo Administrativo nº. 1/2016

Edital de Carta Convite nº. CV-1/2016

O Presidente da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis – SC, torna público Processo Licitatório na modalidade CARTA CONVITE , do tipo menor preço Global, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL "SANTO ANTÔNIO", NESTE MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC.

A Cópia do Edital pode ser retirado no setor de contabilidade do Hospital, situado à Rua Valdir Ortigari, no. 74 em Lebon Régis-SC.

Recebimento dos envelopes de Habilitação e Propostas: até as 15:30 Horas do dia 07/03/2016.

Abertura das Propostas: às 15:45 Horas do dia 07/03/2016..

Lebon Régis, 18 de Fevereiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

ATO 003/2016/PSHMSA**HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO-Lebon Regis-SC***Processo Seletivo Edital 001/2016***HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES****Ato 003/2016/PSHMSA****HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES APÓS PRAZO DE RECURSO
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

O Senhor **MOACIR GALENO VARELA FURTADO**, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Regis, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS DEFINITIVAMENTE após o prazo de recurso contra o indeferimento das inscrições, as inscrições constantes do **anexo I** deste ato conforme situação.
2. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia **28 de Fevereiro de 2016** para a prova escrita objetiva, no seguinte local e horário:

2.1 Local:

**EEB Frei Caneca
Rua Artur Bart, Nº 556 – Centro
Lebon Régis - SC**

2.2 Horário:

Evento	Horários
	MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	8h52
Início da resolução da prova.	9h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta	11h00

Lebon Regis, 24 de fevereiro de 2016

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO-Lebon Regis-SC*Processo Seletivo Edital 001/2016***HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES****ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES***Servente - Ensino Fundamental*

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	293888	Edna Ferreira De Paula De Souza	12/05/1983	Homologada
2	284160	Eliane Dias Dos Reis	17/05/1976	Homologada
3	289283	Ironi Rodrigues Cavalheiro Dos Santos	12/08/1976	Homologada
4	283980	Juliana Carlin Ramos	17/05/1986	Homologada

Recepcionista - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	295946	Adriana Pereira De Oliveira	05/12/1980	Homologada
2	280464	Anderson Luiz Prestes	30/04/1983	Homologada
3	282634	Creonice Prates	22/11/1981	Homologada
4	289300	Everton Luis Caetano	02/06/1987	Homologada
5	288571	Jean Carlos Teles De Souza	02/11/1978	Homologada
6	281211	Juciele Ribeiro Palhano	25/08/1992	Homologada
7	284777	Lucas Dias Rosa	25/02/1997	Homologada
8	293125	Marli Aparecida Da Silva	11/01/1993	Homologada
9	280347	Mayra Jaine Rosa	23/05/1997	Homologada
10	285256	Sabrina Siqueira	24/12/1993	Homologada
11	285349	Vanessa Peretti	10/10/1989	Homologada

Técnico em Enfermagem - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	281204	Evelynn Veridiane Dias	12/04/1991	Homologada
2	280165	Joao Carlos Tomacheski Junior	27/02/1987	Homologada
3	294251	Thais Spoczak Dos Santos	09/01/1994	Homologada
4	288642	Vilmar Jose De Miranda	06/09/1960	Homologada

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 002/2016.

INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
CNPJ: 83.454.553/0001-41
AVENIDA BEIRA RIO, Nº 123, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 002/2016, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I – PEÇAS PARA O MICROÔNIBUS VOLARE A8 150.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 134.316,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE II – PEÇAS PARA O UNO MILLE FLEX.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 98.961,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE III – PEÇAS PARA O MERCEDES-BENZ SPRINTER MJT-8432.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 91.723,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE IV – PEÇAS PARA A AMBULÂNCIA IVECO MHN 1749.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 79.494,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE V – PEÇAS PARA O AUTOMÓVEL FIAT PALIO FIRE.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 103.811,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE VI – PEÇAS PARA O FIAT DOBLO 1.8 FLEX.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 85.868,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE VII - PEÇAS PARA OS VEÍCULOS GOL SPECIAL 2015/2016.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 113.754,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE VIII – MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 5.500,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

LOTE IX – MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 21.600,00	INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso Constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por

quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 13:00hs às 19:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recurso Ordinário

05.01.10.305.0006.2.017.3.3.90.00.00.00.00.01.0066.000032 – Vigilância em Saúde – Comp. Vigilância Epid. e Amb. em Saúde

05.01.10.304.0006.2.018.3.3.90.00.00.00.00.01.0066.000039 – Vigilância em Saúde – Comp. Vigilância Sanitária

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.00.00.00.00.01.0064.00008 – Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.01.0064.000076 – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.060.3.3.90.00.00.00.00.01.0064.000043 – NASF União

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de fevereiro de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

INCOFERRO IND. COM. FERRAMENTAS AGRÍCOLAS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

DECRETO N.º 018/2016

DECRETO N.º 018 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES E ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, usando da competência privativa que lhe conferem os incisos VII, XV e XXIII do art. 66, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, o término do Horário Brasileiro de Verão, o qual retrocedeu uma hora, permanecendo o horário aplicado no território Nacional;

Considerando, a necessidade de atendimento às solicitações da população, em especial as Secretarias que realizam trabalhos externos;

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 29 (vinte e nove) de fevereiro de 2016, o expediente dos órgãos componentes da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, voltarão a jornada normal de trabalho, correspondendo ao horário matutino: das 07h30min às 11h30min e vespertino: das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Convoca-se todos os servidores à cumprirem a jornada de trabalho estabelecida, de acordo com as atividades e os serviços que vinham sendo realizados, no período matutino e vespertino.

Art. 3º Quanto aos serviços de coleta de lixo: no dia 29 de fevereiro de 2016 será realizado na parte da tarde a partir da 13h30min, por uma equipe designada pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos. A partir de março passará a ser recolhido na parte da manhã, às segundas feiras, à partir das 07h30min.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 081 de 29 de julho de 2015, e o Decreto nº 008 de 03 de fevereiro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Leoberto Leal, 25 de fevereiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2015 - GABARITO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO GABARITO OFICIAL

ENFERMEIRO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	B	B	D	C	D	A	A	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	A	C	C	A	D	A	A
21	22	23	24	25					
B	D	A	D	D					

Leoberto Leal, 25 de fevereiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 12/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PEDRO PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de materiais de expediente, camisetas, agasalhos, computadores, televisão, mesas para computadores, e relógio ponto, no dia 14 de março de 2016, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de fevereiro de 2016.

Pedro Parizotto - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 060/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 060/2016, de 17 de Fevereiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Geneci Dellai, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Contadora, vinculada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 04 (quatro) dias de férias, a contar de 18 de Fevereiro de 2016, relativas a Portaria nº 186/2015, de 17 de Julho de 2015, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 194/2015, de 24 de Julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 17 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 061/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 061/2016, de 18 de Fevereiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Joana Caroline Spricigo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, vinculado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 07 (sete) dias de férias, a contar de 22 de Fevereiro de 2016, relativas a Portaria nº 399/2015, de 23 de Dezembro de 2015, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 022/2016, de 21 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 18 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 063/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 063/2016, de 19 de Fevereiro de 2016

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE:

Interromper, a partir de 22 de Fevereiro de 2016, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 040/2016, de 09 de Fevereiro de 2016, ao Servidor Público Municipal Valdecir Meneghini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Agrícola, vinculado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 17 (dezessete) dias, compreendidos entre os dias 22 de Fevereiro de 2016 a 09 de Março de 2016, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 19 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 053/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 053/2016, de 15 de Fevereiro de 2016.

CONTRATA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhora Franciele Hengen Benini, para exercer as funções de Professor de leitura e reforço, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, no Ensino Fundamental, junto ao Núcleo de Educação Ottaviano Nicolao, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 15 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 054/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 054/2016, de 15 de Fevereiro de 2016.

CONTRATA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhora Angelica Priscila Silvestre, para exercer as funções de Professor de leitura, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, no Ensino Fundamental na Educação Infantil – Anos Iniciais,

junto ao Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 15 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 055/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 055/2016, de 15 de Fevereiro de 2016.

CONTRATA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhorita Anelise Andrin Barbieri, para exercer as funções de Professor, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, na Educação Infantil – Anos Iniciais, junto ao Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, a partir de 15 de fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 15 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 056/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 056/2016, de 15 de Fevereiro de 2016.

CONTRATA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhorita Gessica Otto, para exercer as funções de Segundo Professor, 20 horas semanais, Nível

Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, no Ensino Fundamental, junto ao Núcleo de Educação de Linha XV de Novembro, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 15 de Fevereiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 057/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 057/2016, de 15 de Fevereiro de 2016.
CONTRATA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhorita Liana Tecchio, para exercer as funções de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor Pós Latu-Sensu, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, junto aos Núcleos de Educação, a partir de 15 de fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 15 de Fevereiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 058/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 058/2016, de 15 de Fevereiro de 2016.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, a servidora Pública Municipal, senhora Adriane Dannenhauer, do cargo de Professora, lotado na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 15 de Fevereiro de 2016.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 051/08, de 01 de Fevereiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 15 de Fevereiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 059/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 059/2016, de 17 de Fevereiro de 2016.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Elisangela Balbino Vicente, ocupante do cargo de provimento efetivo de Gestora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 19 de Fevereiro de 2016 a 19 de Março de 2016, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 03 de Dezembro de 2007 a 02 de Dezembro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 17 de Fevereiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 062/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 062/2016, de 19 de Fevereiro de 2016.
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Diego Frare, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Cadastrista, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 06 de Fevereiro de 2014 a 05 de Fevereiro de 2015, para gozo no período de 22 de Fevereiro de 2016 a 22 de Março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 19 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 064/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 064/2016, de 22 de Fevereiro de 2016.

CONTRATA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Senhorita Adelita Lúcia de Bona Cordasso, para exercer as funções de Professor, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, na Educação Infantil – Anos Iniciais, junto ao Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro, turno matutino, a partir de 22 de fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 22 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 065/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 065/2016, de 22 de Fevereiro de 2016.

CONTRATA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013 e Lei Complementar nº 245 de 26 de Novembro de 2014, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 02/2015.

RESOLVE:

Contratar, em caráter temporário, a Professora Dilce Zatta Gasparotto, para exercer as funções de Professor, 20 horas semanais, Nível Inicial de Professor Pós Latu-Sensu, do Plano de Cargos e Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, no Ensino Fundamental, turno vespertino, no Núcleo de

Educação de Linha Rio Azul, a partir de 22 de Fevereiro de 2016, para o ano letivo de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 22 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 066/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 066/2016, de 22 de Fevereiro de 2016

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE:

Interromper, a partir de 15 de Fevereiro de 2016, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 021/2016, de 21 de Janeiro de 2016, ao Servidor Público Municipal Antonio Carlos Vicente, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos e Posturas, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 09 (nove) dias, compreendidos entre os dias 15 a 23 de Fevereiro de 2016, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 22 de Fevereiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 067/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 067/2016, de 22 de Fevereiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares ao Servidor Público Municipal Edson

Carlos Conte, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 16 de Agosto de 2014 a 15 de Agosto de 2015, para gozo no período de 24 de Fevereiro de 2016 a 24 de Março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 22 de Fevereiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

PORTARIA Nº 068/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 068/2016, de 25 de Fevereiro de 2016.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido, o Servidor Público Municipal Marcelo Diogo Colossi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de TI, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 25 de Fevereiro de 2016.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 051/08, de 01 de Fevereiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 15 de Fevereiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 014/2016 - DL 002/2016 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 014/2016

Dispensa nº 002/2016

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação com a empresa TECNISUB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Heriberto Hulse, nº 4750, Bairro Serraria, no Município de São José/SC CEP 88.115-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.846.684/0001-72, e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato pelo prefeito municipal Sr. MOISÉS DIERSMANN, objetivando a contratação de empresa destinada ao fornecimento de peças e mão de obra para a montagem de um sistema de carregamento de ar comprimido (cascata), destinado a uso exclusivo do Corpo de Bombeiros, haja vista que e utilizado para recarregar os cilindros que compõem o conjunto de equipamentos de proteção respiratória e mergulho, utilizado em ocorrências diversas que necessitam utilizar ar respirável, dando segurança aos bombeiros em locais confinados e na execução de mergulhos. Valor homologado: R\$ 7.613,88

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 25 de fevereiro de 2016.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 050/16

PORTARIA Nº 050/16 de 25 de fevereiro de 2016.

“ACATA PEDIDO DE DISPENSA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ACATAR O PEDIDO DE DISPENSA da servidora MARIANA VIGANÓ, contratada para exercer as funções de Assistente Social, 40 horas semanais, em substituição à servidora JOVIANE COLOMBELLI, em licença sem vencimentos, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, a partir de 26 de fevereiro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 25 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3899

DECRETO Nº. 3899

Data: 15.12.2015.

CRIA A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Ofício Nº 1279/2015 – SME/ALE de 05 de Novembro de 2015;

DECRETA

Art. 1º - Cria a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/MAFRA, para regularização o que determina a Lei Nº4046, que trata do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN segue abaixo nomes indicados:

Secretaria Municipal de Educação
ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO
LETICIA PIMENTEL DA SILVA

Secretaria Municipal da Criança e Ação Social
KATIA APARECIDA BORGES SALIBA
SANDRA HELENA TURNES

Secretaria Municipal de Saúde
JAQUELINE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA
IVONETE EMMERICH PACHECO

Secretaria Municipal de Agricultura e Interior
LUIZ IRIMAR SCHAIKOSKI
PEDRO FERNANDO MARTINS SWARÇA

Secretaria Municipal de Administração
RODNEY LUIZ MEDEIROS
JOYCE ZANETTI SILVA

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
GISELE OLIVEIRA DA COSTA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Nº3836/2015 de 27 de Março de 2015.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 15 de Dezembro de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de formulários e materiais impressos, destinados a Guarnição Especial de Polícia Militar de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 21/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 25 de fevereiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 16/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4061.

Mafra (SC), 25 de fevereiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

CO 20.2016 (FMS) GUSTAVO VINICIUS GHELLIONI

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: GUSTAVO VINICIUS GHELLIONI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 91,90 (NOVENTA E UM REAIS E NOVENTA CENTAVOS) POR HORA.

VIGÊNCIA: 01 DE FEVEREIRO DE 2016 À 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUZANE E.F. REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 3275 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº. 3275 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00(Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.006.182.0042.2019 – Sinalização de Vias

0401 – 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminado:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.006.182.0042.2019 – Sinalização de Vias

0401 – 33900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 086/2016

PORTARIA n.º 086/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO SERVIDOR PARA O CARGO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor BRUNO BERTONCINI ALVES, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2016, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA n.º 087/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 076/2016, de 19 de Fevereiro de 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº 076/2016, de 19 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 22 de Fevereiro de 2016, edição 1937, pg 455, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATAR

“Art. 1.º A Senhorita HELENA DA SILVA STANGER, para ocupar o cargo de professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na disciplina de Artes, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Napóle”.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/02/2016.

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2016 - FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

EMPRESAS REGISTRADAS: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS NAVITAN LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 11.931,08; COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS BIANCA EIRELI - VALOR REGISTRADO R\$ 6.338,17; DROGARIA E FARMÁCIA VITÓRIA LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 7.890,63; FARMÁCIA BACK E DALPIAZ LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 27.213,32; FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO EQUILÍBRIO VITAL LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 17.329,25; FARMÁCIA SLAVIERO LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 10.826,63.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos controlados e de uso contínuo destinado para manutenção de atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí/SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 006/2016

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 24 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 25 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ S/C

ATO DE AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 023/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia, do tipo menor preço global.

OBJETO: O objeto do presente Processo Licitatório é a contratação de empresa para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, instalação/ampliação e adequação de rede de abastecimento de água na Linha Bonito, interior do Município de Mondaí/SC, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias e de acordo com as especificações constantes na relação dos itens da licitação - Anexo I, que faz parte do presente Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h55min do dia 22 de março de 2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h00min do dia 22 de março de 2016.

Licitação regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações vigentes.

Obs: O Edital de Licitação, bem como seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados no portal do município, na rede mundial de computadores, através do link www.mondai.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (49) 3674.3125.

Mondaí – SC, 23 de fevereiro de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

ADITIVO Nº 01/2016 HÓRUS

ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 05/2012

CONCESSÃO SERVIÇO HOSPITALAR

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551- Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. OSMAR MARQUES DA SILVA.

CONTRATADO

HÓRUS CONSULTORIA E GESTÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.579.943/0001-74, com sede a Rua Sebastião Nunes Gonçalves n. 15, Sala 03, Centro, em Monte Carlo -SC, neste ato representado por seu Sócio Gerente, Sr. OSMAR ANTONIO DO VALLE RANZOLIN.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração desde Contrato, referente a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E PLANTÃO HOSPITALAR.

Nos termos do Processo Licitatório nº 112/2011, Concorrência nº 01/2011; bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, Lei Municipal nº 781/2011 que autorizou a presente concessão e de alteração nº 904/2013, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação do prazo de vigência contratual, a contar de 29/02/2016 até a data de 31/12/2016.

Informamos ainda que o reajuste será aplicado, considerando a data base 01/JUNHO/2016, pelo índice do INPC percentual acumulado no período de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato e do Processo Licitatório.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 25 de Fevereiro de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

HÓRUS CONSULTORIA E GESTÃO LTDA- ME

OSMAR ANTÔNIO DA VALLE RANZOLIN

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

<>

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 11/2016 PMN

Atas Pregão Presencial 11/2016 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 09 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES DIST. NOVA ESPERANÇA, LUIZ FERNANDO SEBOLD, JJ MATTOS, NEW WAY, P2 INDUSTRIA, PJ SERVIÇOS, NUTRI HOUSE, LICISUL, FAFES COMERCIO, PFG COMERCIAL, VENCOLI, ELO, COM. STORINNY, BARKI, JEAN CARLOS, IND.COM.SUCOS TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, ESTAVA AUSENTE O REPRESENTANTE DA PFG COMERCIAL, TODOS ERAM BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006 (ME/EPP) COM EXCEÇÃO DO LICITANTE FAFES. NÃO SE CREDENCIOU A EMPRESA NUTRIPORT (O REPRESENTANTE HAVIA DEIXADO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA MAS NÃO FICOU PARA LICITAÇÃO NEM DEIXOU OS DOCUMENTOS REFERENTE O CREDENCIAMENTO (DESTA FORMA FOI DESCLASSIFICADO ITEM 3.8, OBS)APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E ASSINATURA PELOS LICITANTES, SEM APONTAMENTOS, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. APÓS A VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, AS MESMAS FORAM PASSADAS AOS LICITANTES PRESENTES, SENDO A SESSÃO SUSPensa AS 11:30 RETORNANDO AS 14 HORAS NO MESMO LOCAL, SENDO QUE NA OCASIÃO SERÁ RETOMADA A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS LICITANTES E NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSARÁ PARA ETAPA DE LANCES.

Obs. Todas as propostas haviam sido lançadas, com exceção da proposta do sebold comercial, o qual enviará via email o seu arquivo betha. A proposta escrito foi apresentada corretamente.

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 14 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES, DEU-SE CONTINUIDADE A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, ESTAVAM AUSENTES OS LICITANTES NEW WAY E JEAN CARLOS, SENDO QUE O ULTIMO CHEGOU QUANDO O PREGOEIRO ESTAVA NOS LANCES DO ITEM 12, CONSTA AINDA QUE NA ETAPA DE LANCE O LICITANTE NOVA ESPERANÇA PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 27 POR SEU ITEM NÃO ATENDER O EDITAL, ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, SENDO TODOS OS LICITANTES HABILITADOS, COM EXCEÇÃO DO LICITANTE VENCOLI (NÃO APRESENTOU CÓPIA AUTENTICADA DO ALVARÁ) SEUS ITENS VENCIDOS NOS LANCES (3,33) PASSARAM PARA OS LICITANTES PJ E STORINNY, APÓS FOI FINALIZADA A ATA, NÃO HAVENDO MENÇÕES DE RECURSOS.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18/2016PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS QUE FUNCIONAM NO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 09/03/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 09/03/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 25 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONVOCAÇÕES

Navegantes, 23 de Fevereiro de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).

Michele Parizzoto D' Avila

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 003/2014, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretaria Municipal de Administração e Logística

EDITAL Nº 014/2016 - CONVOCAÇÃO DA 3ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

Edital nº 014/2016 - Convocação da 3ª Chamada do Processo Seletivo

001/2015

A Secretaria Municipal de Educação de Navegantes convoca os aprovados do Processo Seletivo, Edital 001/2015.

Os candidatos convocados para escolha de vagas deverão comparecer no

Auditório do Paço Municipal – Prefeitura de Navegantes, situado à rua

João Emílio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários

estipulados no cronograma abaixo.

Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo à ordem de classificação por disciplina, nos horários especificados no cronograma abaixo.

Monitoras de Educação Infantil

Dia 27/02 horário 13:30 turno Vespertino

Agentes de Serviços Gerais

Dia 27/02 horário 15:30 turno Vespertino

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATOS ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2015 / 77/2015 / 86/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº71/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN 71/2015, relativa ao Pregão Presencial 071/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA

FARMÁCIA BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), FARMÁCIA MUNICIPAL E CENTROS DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 46/2015.

CONTRATADO: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
VALOR R\$ 536,34 (quinhentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATADO: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR R\$ 14.695,80 (quatorze mil seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR R\$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais)
CONTRATADO: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 6.520,00 (seis mil quinhentos e vinte reais)
CONTRATADO: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
VALOR R\$ 21.835,00 (vinte e um mil oitocentos e trinta e cinco reais)

CONTRATADO: M.M. - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
VALOR R\$ 256,00 (duzentos e cinquenta e seis reais)
CONTRATADO: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR R\$ 5.275,00 (cinco mil duzentos e setenta e cinco reais)
Vigência: 01/02/2017.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº77/2015.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN 77/2015, relativa ao Pregão Presencial 077/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS/MATERIAIS (ELETRODOS ADESIVOS - PAS COM SENSOR DE RCP ADULTO E INFANTIL), PARA MANUTENÇÃO DO DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMU-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADO: M.H.M DO COUTO COMERCIAL
VALOR : R\$ 19.470,00
Vigência: 22/02/2017.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº86/2015.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN 86/2015, relativa ao Pregão Presencial 86/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (KIT DENGUE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E CONTROLE DE COMBATE A DENGUE A SER UTILIZADO PELA VIGILANCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC.
CONTRATADO: GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA -
VALOR: 3.270,00.
Vigência: 22/02/2017.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 22 de fevereiro de 2016.

LEI COMPLEMENTAR N º 287 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 287 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os Anexos III e IV da lei complementar n º 11 de 4 de dezembro de 2003, no que se refere ao cargo de Terapeuta ocupacional, passam a vigor nos termos do Anexo I da presente lei.

Art. 2º Fica criado o cargo e vaga de provimento efetivo denominado motorista de ambulância, relacionado no Anexo II da presente lei, o qual passa a integrar os Anexos da Lei Complementar nº 11, de 4 de dezembro de 2003.

§ 1º A carga horária de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos descritos no caput deste artigo é a constante do Anexo I da presente Lei, salvo necessidade de escala de revezamento a ser implantada por lei específica respeitado o limite semanal.

§ 2º As normas e condições do concurso serão fixadas no respectivo edital.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO e.e.

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I – NOVA REDAÇÃO AOS ANEXOS III E IV DA LC Nº 011/2003.

ANEXO III

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS
(REGIDOS PELO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL)

CATEGORIA FUNCIONAL	VENCIMENTO
CARGOS	30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS
Terapeuta ocupacional	R\$ 2.915,56

ANEXO IV

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TABELA DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL)

Categoria Funcional: Atividades de nível superior (QP-ANS)					
Cargo: terapeuta ocupacional					
Salário Inicial:	Código: QP-ANS			Carga Horária: 30 horas	
R\$ 2.915,56					
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 3.003,03	R\$ 3.093,12	R\$ 3.185,91	R\$ 3.281,49	R\$ 3.379,93	R\$ 3.481,33
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 3.585,77	R\$ 3.693,34	R\$ 3.804,14	R\$ 3.918,27	R\$ 4.035,82	R\$ 4.156,89
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 4.281,60	R\$ 4.410,05	R\$ 4.542,35	R\$ 4.678,62	R\$ 4.818,98	

ANEXO II – CRIA CARGO DE MOTORISTA DE AMBULÂNCIA NA LC 011/2003

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, NUMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS.

Cargo	NR VAGAS	Carga Horária	Nível Salarial	Habilitação
Motorista de ambulância	01	40 hrs e/ ou regime de escalonamento	R\$ 2.000,00	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, e portador de habilitação tipo "D".

CARGO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Síntese das atribuições: Dirigir ambulância, obedecendo ao código nacional de trânsito; transportar doentes e acidentados, auxiliando os mesmos a se acomodarem nas macas;

Atribuições: Vistoriar o veículo diariamente, antes e após a sua utilização; requisitar a manutenção dos veículos quando apresentarem qualquer irregularidade; observar a sinalização e zelar pela segurança dos passageiros, transeuntes e demais veículos; realizar reparos de emergência; manter o veículo limpo, interna e externamente e em perfeita condições; observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização; realizar anotações, segundo as normas estabelecidas, da quilometragem, viagens realizadas, pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e o controle da administração; recolher o veículo após a utilização, em local previamente determinado, deixando-o corretamente estacionado e fechado; fazer uso de equipamentos de proteção individual, quando necessário; ter disponibilidade para viagens fora do município em situações normais e de emergência; executar outras tarefas pertinentes à sua área de atuação determinadas.

TABELA DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL)

Categoria Funcional: atividade de nível médio					
Cargo: Motorista de ambulância					
Salário Inicial:	Código: QP-ANM			Carga Horária: 40 horas	
R\$ 2.000,00					

Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 2.060,00	R\$ 2.121,80	R\$ 2.185,45	R\$ 2.251,01	R\$ 2.318,54	R\$ 2.388,10
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 2.459,74	R\$ 2.533,54	R\$ 2.609,54	R\$ 2.687,83	R\$ 2.768,46	R\$ 2.851,52
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 2.937,06	R\$ 3.025,17	R\$ 3.115,93	R\$ 3.209,41	R\$ 3.305,69	

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

PROCESSO Nº 010/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

Aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/02/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços parcelados de Solda, Fresa, Torno e Maçarico para veículos e equipamentos pertencentes a frota da Prefeitura de Nova Trento, conforme quantidades e especificações contidas no anexo I deste edital, em distância não superior a 5 KM da sede do Município de Nova Trento, menor preço por Lote.

As Licitantes registradas para os materiais cotados é:

CARLOS HENRIQUE BOSO CADORIN 06540701993 (CNPJ Nº 11.679.326/0001-03)

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Fresa	Horas	300	37,19	11.157,00
2	Serviço de Solda com fornecimento de material (eletrodo ou arame)	Horas	800	44,62	35.702,00
3	Serviço de Torno	Horas	800	37,19	29.752,00
4	Serviço de Maçarico	Horas	300	44,62	13.389,00
TOTAL					R\$ 90.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 25 de fevereiro de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

PROCESSO 017/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 017/2016 – Pregão Presencial nº 014/2016 – SRP 008

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de Laudos Radiológicos (Raio X), destinados ao Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, situado à Rua Floriano Peixoto nº 151, Município de Nova Trento/SC, conforme especificações constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 10/03/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 10/03/2016 as 09:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 018/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 018/2016 – Pregão Presencial nº 015/2016
Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de Serviços especializados destinados para arbitragem, objetivando a realização dos campeonatos municipais de Futebol de Campo, Futebol de Salão, Bocha, Futebol Society e Jogos de Mesa, para o ano de 2016, conforme especificações constantes do anexo I (Termo de Referência) que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/03/2016 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 019/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 019/2016 – Pregão Presencial nº 016/2016
Objeto: O objeto da presente licitação é a prestação de Serviços Radiofônicos de Amplitude Modulada AM e Frequência Modulada FM, com transmissão de até 10 (dez) minutos de inserções diárias, para a divulgação de Programas, Projetos, Campanhas Temáticas e Institucionais, Atos Administrativos e Oficiais e informações diversas, de acordo com o interesse público do Município de Nova Trento, com abrangência regional, conforme especificações do Anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/03/2016 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 020/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 020/2016 – Pregão Presencial nº 017/2016
Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte, implementação e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas de informação do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do município de Nova Trento, conforme especificações do anexo I, termo de referência deste edital.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 15/03/2016 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 008/16-PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 004/2016 – tem como objeto a AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, LUVAS E BAINHAS, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 25/02/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes : LUCINEIA DE FRANCA EIRELI - ME (2848), GENU TRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (2938). Sendo que a empresa LUCINEIA DE FRANCA EIRELI - ME (2848), foi vencedora dos itens 1,2,3,5,6 e 9, totalizando o valor de R\$ 51.880,00 (Cinquenta e um mil oitocentos e oitenta reais) e a empresa GENU TRI COMERCIO DE SEMEN LTDA - EPP (2938), foi vencedora dos itens 4 e 7, totalizando o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). O item 08 foi fracassado. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 004/2016

Novo Horizonte/SC, em 25 de Fevereiro de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

EXTRATO DO PL PM Nº 010/2016-PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 010/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 – Sistema de Registro de Preços

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA ROMPIMENTO DE ROCHAS COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESSÓRIOS PARA CONSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUA DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL E EM VIAS PÚBLICAS QUE APRESENTAR NEESECIDADE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. -Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 09/03/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01 Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. Fundamentação legal: Lei Federal Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 26 de Fevereiro de 2016. ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 12/2016 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 12/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE

Fundamento legal: Leis Federais NºS 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes e credenciamento: 10/03/2016 às 13h30min. Abertura 10/03/2016 às 14h00min.

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP:88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 25 de Fevereiro de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto.

Secretário de Saúde

PROCESSO 13/2016 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 13/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES DE MEDIDAS DE GLICEMIA CAPILAR.

Fundamento legal: Leis Federais NºS 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes e credenciamento: 16/03/2016 às 13h30min. Abertura 16/03/2016 às 14h00min.

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 25 de Fevereiro de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde

PROCESSO 25/2016

PROCESSO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 09/03/2016 às 16h:00min.

Abertura das Propostas: dia 09/03/2016, às 16h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 25 de Fevereiro de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Otacílio Costa

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - 032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

O Prefeito Municipal de Otacílio Costa, Sr. Luiz Carlos Xavier, no uso de suas atribuições e na forma do art. 61 da Lei 8.666/93, torna público o EXTRATO DA CONTRATAÇÃO, com GUILHERME LOPES DE SOUZA – SERVIÇOS E COMÉRCIO ME, de acordo com o Contrato nº 032/2016, que tem por Finalidade/Objeto: REFORMA DA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO PAÇO MUNICIPAL, através do convênio PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária,. A autorização para a lavratura do contrato decorre do Processo Administrativo de Licitação nº 083/2015, Pregão 042/2015; em conformidade com a Lei 8.666/93. O Valor total da contratação é de R\$ 165.269,32 E a vigência do contrato a partir de 03/02/2016 até 31/05/2016.

O contrato encontra-se arquivado no Setor de Licitações, podendo ser consultado por qualquer interessado, na forma da Lei Orgânica. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa – 25/02/2016.

Luiz Carlos Xavier - Prefeito Municipal.

PREGÃO 013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 013/2016

Luiz Carlos Xavier , Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição materiais para iluminação pública. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 09/03/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 25/01/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal.

Ouro

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 01-2016

CREDENCIAMENTO Nº 01/2016
MUNICÍPIO DE OURO / SC

O Município de Ouro/SC, através do Prefeito Municipal Sr. Vitor João Faccin, no uso de suas atribuições legais, vem através deste tornar público que está realizando CREDENCIAMENTO de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade, compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do poder executivo do município de ouro. Sendo os itens: Ítem 1: Contratação de empresas jornalísticas, categoria "Jornal Local" – empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Ouro para publicação de mídia institucional; Ítem 2: Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria " Rádio AM Local" – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT) e Rádios FM Comunitárias Cultural Educativas, para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07h00 min às 19:00 min. As empresas interessadas deverão apresentar o envelope de habilitação a partir do dia 26 de fevereiro de 2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro/SC, situada a Rua Governador Jorge Lacerda, 1209, Centro. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 22/02/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

LEI 2.439

LEI Nº 2.439 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Fixa o valor do auxílio-alimentação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO,
Faço saber a todos os habitantes do Município de Ouro que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado o valor do auxílio-alimentação, instituído pela Lei nº 2.111, de 10 de maio de 2007, em R\$ 14,00 (quatorze reais) por dia efetivamente trabalhado.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Os beneficiados com este reajuste serão os servidores do Poder Executivo elencados no art. 1º da Lei 2.111, de 10 de maio de 2007 (servidores municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo e comissionado, aos admitidos em caráter temporário e aos empregados públicos municipais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Ouro-SC, 25 de fevereiro de 2016.
VITOR JOÃO FACCIN
Prefeito de Ouro

LEI 2.440

LEI Nº 2.440 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
Concede revisão geral anual aos servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO,
Faço saber a todos os habitantes do Município de Ouro que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual da remuneração em percentual idêntico a todas as categorias dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Municipal, dos Poderes Executivo do Município de Ouro, bem como aos conselheiros tutelares e as funções gratificadas, no total de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento), relativo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Ouro-SC, 25 de fevereiro de 2016.
VITOR JOÃO FACCIN
Prefeito de Ouro

LEI 2.441

LEI Nº 2.441 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Fixa o valor do auxílio-alimentação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO,
Faço saber a todos os habitantes do Município de Ouro que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado o valor do auxílio-alimentação no Poder Legislativo do Município de Ouro, instituído pela Lei nº 2.111, de 10 de maio de 2007, em R\$ 14,00 (quatorze reais) por dia efetivamente trabalhado.

Art. 2º As despesas decorrente com a execução desta Lei, ocorrerão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Ouro-SC, 25 de fevereiro de 2016.
VITOR JOÃO FACCIN
Prefeito de Ouro

LEI 2.442

LEI Nº 2.442 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede revisão geral anual e aumento real aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO,

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ouro que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual da remuneração em percentual idêntico na categorias dos servidores públicos ativos da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, bem como as funções gratificadas, no total de 12,78% (doze inteiros e setenta e oito centésimos por cento), correspondendo à reposição das perdas salariais de 11,28% (onze inteiros e vinte e oito centésimos por cento) relativo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, observado o disposto no Artigo 191, § 2º, da Lei Municipal nº 1007, de 20/05/92, com a redação que lhe deu o Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.909, de 01 de Abril de 2004, somando-se 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) a título de ganho real.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2016.

Ouro-SC, 25 de fevereiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN

Prefeito de Ouro

LEI 2.443

LEI Nº 2.443 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede revisão geral anual aos Vereadores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO,

Faço saber a todos os habitantes do Município de Ouro que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos (Vereadores) a revisão geral anual da remuneração, no percentual de 11,28% (onze inteiros e vinte e oito centésimos por cento), relativo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Ouro-SC, 25 de fevereiro de 2016.

VITOR JOÃO FACCIN

Prefeito de Ouro

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0022/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CLAUDETE ROSA DARTORA

Objeto:Contratação de estudante para prestação de serviços como estagiária, junto à Secretaria Municipal da Educação, desempenhando atividades compatíveis com seu grau de instrução, firmado entre a Instituição de Ensino freqüentada pelo estudante e o Município de Ouro Verde/SC.valor certo e ajustado de R\$:4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 15 de fevereiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0023/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CAROLINE FRANÇA MENDES MOREIRA

Objeto:Contratação de estudante para prestação de serviços como estagiária, junto à Secretaria Municipal da Educação, desempenhando atividades compatíveis com seu grau de instrução, firmado entre a Instituição de Ensino freqüentada pelo estudante e o Município de Ouro Verde/SC.valor certo e ajustado de R\$:4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 15 de fevereiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0024/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: EDUARDA CAROLINE MORO

Objeto:Contratação de estudante para prestação de serviços como estagiária, junto à Secretaria Municipal da Educação, desempenhando atividades compatíveis com seu grau de instrução, firmado entre a Instituição de Ensino freqüentada pelo estudante e o Município de Ouro Verde/SC.Valor certo e ajustado de R\$:4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 15 de fevereiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0025/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: LEONICE DEDONATTI 60949651915

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na realização de Processo Seletivo para admissão de servidores em caráter temporário (ACT).Valor certo e ajustado de R\$:3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 16 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0026/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ITACIR RIBEIRO 42541280963

Objeto: Prestação de Serviço de Sonorização e apoio aos idosos e cantata natalina do município de Ouro Verde - SC.Valor certo e

ajustado de R\$:6.000,00 (seis mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de fevereiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0027/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: FOLHA REGIONAL COMÉRCIO DE JORNAIS LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço com publicação de atos oficiais do Município de Ouro Verde/SC. No período de março á junho de 2016.valor certo e ajustado de R\$:2.868,00 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 24 de fevereiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO II DE PRORROGAÇÃO de CONTRATO Nº. 0039/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: VANESSA CRISTINA NUNES

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área de enfermagem para prestação de serviço junto ao Posto de Saúde Municipal ao atendimento da população do Município de Ouro Verde-SC, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.Vigência:01/03/2016 á 31/12/2016.Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 23 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO MULTIPLO Nº. 9912373155/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFO – DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

Objeto:Prestação, pela ECT,de serviços e venda de produtos que atendam as necessidades da contratante.Vigência:25/02/2016 á 31/03/2017.Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 25 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

LEI Nº950/2016

Lei Nº 950/2016.

"DISPÕE SOBRE REPASSE DE RECURSOS DESTINADOS A URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E SOBREAVISO DO HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO, E DÁ OUTAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Autorizado, a repassar mensalmente o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos

reais), a partir de 01 de fevereiro de 2016, para pagamento dos serviços do setor de urgência, emergência, sobreaviso do Hospital Regional São Paulo de Xanxerê – SC, com base nos atendimentos realizados em 2015.

Parágrafo Único – Os valores do repasse mensal serão realizados diretamente à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA, mantenedora do Hospital Regional São Paulo – ASSEC, sob o CNPJ N.º 89.428.734/0022-04, e será depositado através da Conta do Banco do Brasil, Agência 0586-X, conta corrente 4369-9.

Art. 2º - A referida despesa será empenhada na Função Saúde do Orçamento Geral do Município, fazendo parte do mínimo de desembolso Constitucional Obrigatório na área da Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei n.º 634/2009.

Ouro Verde – SC, em 16 de fevereiro de 2016
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 001/2016.

ATO Nº. 001/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LARISSA ZANETTE DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/12/2015.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 002/2016.

ATO Nº. 002/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GLAUCIANE NUNES DINIZ DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 003/2016.

ATO Nº. 003/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DAIANA STEINMETZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal dos Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 004/2016.

ATO Nº. 004/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JONATHAS CESARIO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 005/2016.

ATO Nº. 005/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR VALDEMAR RUTZ, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal dos Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/12/2015.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 006/2016.

ATO Nº. 006/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GUSTAVO PEREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/01/2016.

Palhoça, SC, em 04 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 007/2016.

ATO Nº. 007/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR AMERICO DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 008/2016.

ATO Nº. 008/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ADRIANA DA ROSA DE OLIVEIRA, do cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/01/2016, face ao término do mandato.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 009/2016.

ATO Nº. 009/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANGELA FABIOLA SUARTES FERNANDES DA LUZ, do cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/01/2016, face ao término do mandato.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 010/2016.

ATO Nº. 010/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DAIANI CRISTINA ESTEVAM, do cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/01/2016, face ao término do mandato.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 011/2016.

ATO Nº. 011/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LORIVAL ESPINDOLA, do cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/01/2016, face ao término do mandato.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 012/2016.

ATO Nº. 012/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR NAZARETE BEATRIZ SCHUTZ BORGES, do cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/01/2016, face ao término do mandato.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 013/2016.

ATO Nº. 013/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CIBELI BRANGER, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS-I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com

efeitos a contar de 31/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 014/2016.

ATO Nº. 014/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, o Ato nº 017 de 08 de janeiro de 2015, que Designou como Secretário de Receita, NILSON JOÃO ESPINDOLA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta, com efeitos a contar de 11/01/2016.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 015/2016.

ATO Nº. 015/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR TARSYANE ZENILDA DA SILVA, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Receita, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta, com efeitos a contar de 11/01/2016.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 016/2016.

ATO Nº. 016/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR INGKE FROTTA MULLER, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, Nível III, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.932, de 11 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 08/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 017/2016.

ATO Nº. 017/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALEXSANDRO ADRIANO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.932, de 11 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 018/2016.

ATO Nº. 018/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDER CRISTIANO RODRIGUES, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura,

de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.932, de 11 de novembro de 2015, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 019/2016.

ATO Nº. 019/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ADRIANA DA ROSA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 020/2016.

ATO Nº. 020/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DAIANA STEINMETZ, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 021/2016.
ATO Nº. 021/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NAZARETE BEATRIZ SCHUTZ BORGES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 022/2016.
ATO Nº. 022/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LORIVAL ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 023/2016.
ATO Nº. 023/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FABIANA MARIA DOS REIS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 024/2016.
ATO Nº. 024/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DAIANI CRISTINA ESTEVAM, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 025/2016.
ATO Nº. 025/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR TAMARA DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26

de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 026/2016.
ATO Nº. 026/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CIDIANE ROBERTA MARTINHO LOFI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 027/2016.
ATO Nº. 027/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ODILIA MARIA MARQUES STEINMETZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 028/2016.
ATO Nº. 028/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR VITORIA RODRIGUES DO MONTE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-TC-5, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 10/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 029/2016.
ATO Nº. 029/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CINTIA CREMA, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 030/2016.

ATO Nº. 030/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR RENATA ADRIANO CAVALHEIRO, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 031/2016.

ATO Nº. 031/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DIEGO CHIERIGHINI, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 032/2016.

ATO Nº. 032/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RENATA ADRIANO CAVALHEIRO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de

Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 033/2016.

ATO Nº. 033/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MAICON DOMINGOS DA SILVA, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 034/2016.

ATO Nº. 034/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ENAIRA JAQUES MENEGAZ, do cargo de Provisão em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 035/2016.

ATO Nº. 035/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANTONIO LOHN, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, a contar de 18/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 036/2016.

ATO Nº. 036/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ENAIRA JAKES MENEGAZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 15/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 037/2016.

ATO Nº. 037/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MAYARA MARTINI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de

acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 038/2016.

ATO Nº. 038/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BRUNO ORONA DE AZEVEDO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 039/2016.

ATO Nº. 039/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AMABILE BOTELHO GONÇALVES, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 19/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 040/2016.

ATO Nº. 040/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR BRUNO ORONA DE AZEVEDO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 041/2016.

ATO Nº. 041/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DIULHA SENEM DOS SANTOS, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 042/2016.

ATO Nº. 042/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR ADAILSON MIGUEL MALAGOTTI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.949,

de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 04/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 043/2016.

ATO Nº. 043/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JEFFERSON JOÃO MIGUEL, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 044/2016.

ATO Nº. 044/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JHONATAN LUCAS MARTINS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, com efeitos a contar de 20/01/2016.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 045/2016.

ATO Nº. 045/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JOÃO CARLOS DE LIZ LIMA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/01/2016.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 046/2016.

ATO Nº. 046/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR MARCOS ROBERTO DE MELO, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Diretor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 22/01/2016 a 05/02/2016, face ao afastamento do titular João Carlos Dorigoni que se encontra em férias.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 047/2016.

ATO Nº. 047/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TRANSPOR JOÃO VINICIUS DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº.

1.750, de 27 de novembro de 2014, Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015 e Decreto nº. 1.949, de 03 de dezembro de 2015, com efeitos a contar de 01/02/2016.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 049/2016.

ATO Nº. 049/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LOURIVAL MACHADO DE AMORIM, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial II, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos - SESP da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2016.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 050/2016.

ATO Nº. 050/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANA LAURA SALIBA, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/02/2016.

Palhoça, SC, em 22 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 48/2016.

ATO Nº. 48/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ALMECI LAURINDO DE JESUS FILHO, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral, Nível DAS I, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/02/2016.

Palhoça, SC, em 03 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 1.985, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 1.985, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

COMISSÃO. Institui as Comissões Temáticas, permanentes e obrigatórias do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelece diretrizes para o seu funcionamento, nomeia os membros para a gestão 2015-2017 e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Institui e regulamenta a Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições, estabelece sua finalidade e competências e nomeia seus membros.

I – Finalidade: oferecer subsídios na regulação de ações da gestão do Sistema Único de Assistência social - SUAS, na perspectiva da defesa de direitos que visa a garantir o pleno acesso as aquisições no conjunto das provisões socioassistenciais.

II – Competências:

a) Formular e atualizar as Leis que dispõem sobre a Política de Assistência Social em consonância com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

b) Acompanhar e controlar as inscrições de entidades ou organizações de assistência social, mantendo cadastro atualizado, com o objetivo de intervir em defesa dos seus direitos;

c) Proceder à regulamentação da concessão e valor dos benefícios eventuais, na forma determinada pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;

d) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;

e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

f) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, complementando

as decisões do Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Estadual de Assistência Social;

g) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social;

h) Estabelecer meios de denúncias e procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Assistência Social;

i) Realizar estudos e desenvolver ações para auxiliar o CMAS na normatização de suas competências;

j) Acompanhar os atos normativos afetos à assistência social e ao CNAS, propondo alterações para adequação das normas internas à legislação atual;

k) Acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais normativas referentes à assistência social;

l) Elaborar minutas de resoluções para normatizar as ações da assistência social de competência da Comissão de Normas da Assistência Social;

m) Acompanhar publicações no Diário Oficial da União, no que se refere aos assuntos de interesse do CMAS.

III – Membros da Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições:

a) Ana Cristina Faber;

b) Ana Paula da Rosa Zacchi;

c) Evelyn Junckes Jacques;

d) Roseli Maria Duarte.

Art. 2º Institui e regulamenta a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, estabelece sua finalidade e competências e nomeia seus membros.

I – Finalidade: oferecer subsídios ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução físico-financeira dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva do controle social e a garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

II – Competências:

a) Apreçar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social;

b) Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social.

c) Aprovar critérios da transferência de recursos para as entidades de assistência social;

d) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

e) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;

f) Apreçar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios, do município, quanto os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS e do Fundo Estadual de Assistência

Social- FEAS/SC e estabelecer estratégias de articulação junto a Secretaria de Finanças e ao Poder Legislativo, no sentido de manter ou ampliar a proposta orçamentária;

g) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD -PBF, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;

h) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;

i) Apreciar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e apreciar os Relatórios de Execução Orçamentária, mensalmente;

j) Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

k) Acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

l) Apreciar o Relatório Anual de Gestão.

III – Membros da Comissão de Financiamento e Orçamento:

a) Cíntia Moura Mendonça;

b) Fernando Marcondes Cunha;

c) Marcelo Heck;

d) Renata Silva Oliveira Ikeda;

e) Tatiane Barbara Maria Golini;

f) Zeli Schlosser.

Art. 3º Institui e regulamenta a Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e Formação, estabelece sua finalidade e competências e nomeia seus membros.

I – Finalidade: oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução, da Política de Assistência Social, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

II – Competências:

a) Aprovar a Política e o Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

b) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

c) Avaliar o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como seus ganhos sociais;

d) Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social.

e) Estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidos

na prestação de serviços de assistência social.

f) Discussão intersectorial de políticas públicas, em articulação com o MDS, conselhos setoriais e os conselhos de defesa de direitos;

g) Elaborar materiais técnicos que visem subsidiar o CMAS em suas atribuições;

h) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social.

i) Apreciar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, realizadas em âmbito estadual e, outras normativas da área, devendo contribuir em diferentes estágios de sua formulação;

j) Apreciar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Plurianual e Anual de Assistência Social e suas adequações, por meio do monitoramento semestral e da avaliação e revisão anual;

k) Apreciar o Relatório Anual de Gestão - execução física;

l) Apreciar, sempre em que houver, o monitoramento por parte do estado dos serviços socioassistenciais e equipamentos sociais, para superação do não alcance de metas de pactuação nacional e de indicadores de gestão e não observância das normativas do Sistema Único de Assistência social – SUAS, quando couber;

m) Avaliar e fiscalizar os Serviços Socioassistenciais prestados pelos Órgãos Governamentais e não Governamentais, especialmente as condições de acesso da população a esses serviços e, indicar as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;

n) Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS;

o) Levantar dados e informações que subsidiem a Comissão de Política da Assistência Social no acompanhamento da efetivação do SUAS;

III – Membros da Comissão De Políticas Públicas, Capacitação E Formação:

a) Ana Paula da Rosa Zacchi;

b) Gustavo Leal Moreira Ferro;

c) Luana Helena de Souza;

d) Noemi Alves;

e) Pamela Cristina Deucher;

f) Zilmar Lenita Gervasi.

Art. 4º Institui e regulamenta a Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social, estabelece sua finalidade e competências e nomeia seus membros.

I – Finalidade: oferecer subsídios para a publicação das deliberações, informativos das atividades e divulgar as ações realizadas pelo CMAS.

II – Competências:

a) Propor a criação de instrumentos para a divulgação, interna e externa, das políticas de assistência social;

b) Propor a edição de publicações periódicas, de natureza técnica ou de divulgação de atividades do setor;

c) Elaborar anualmente, um informativo das atividades do Conselho e das entidades assistenciais registradas no Conselho Municipal de Assistência Social;

d) Opinar sobre as matérias relativas à Comunicação Social, de interesse do Conselho e das entidades assistenciais.

e) Promover a divulgação adequada e permanente das atividades do CMAS;

f) Utilizar os canais de comunicação do Município para divulgar amplamente as ações e políticas públicas que o Conselho formular.

III – Membros da Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social:

a) Adriano da Silva Mattos;

b) Ana Cristina Faber;

c) Gustavo Leal Moreira Ferro;

d) Zilmar Lenita Gervasi.

Art. 5º Institui e regulamenta a Comissão de Monitoramento e Avaliação, estabelece sua finalidade e competências e nomeia seus membros.

I – Finalidade: oferecer subsídios para o monitoramento e avaliação os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social da rede socioassistencial do Município.

II – Competências:

a) Análise dos relatórios sociais, parciais e anuais que compõe as prestações de contas das entidades conveniadas;

b) Análise de planos de ação, planos de trabalho e relatórios dos serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos pela rede socioassistencial;

c) Elaboração e readequação de instrumentos para plano de ação, plano de trabalho, relatório parcial e relatório anual;

d) Definir os programas do CMAS;

e) Realizar visitas institucionais a fim de acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos por estas;

f) Mapeamento e sistematização de dados sobre rede socioassistencial apresentando dados quantitativos e qualitativos;

g) Elaboração de relatórios e pareceres;

h) Acompanhar e estimular a integração e inteiração das instituições públicas e privadas que constituem a rede sócioassistencial.

III – Membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

a) Flávia Regina Gomes Theisen;

b) Luana Helena de Souza;

c) Renata Silva Oliveira Ikeda;

d) Roseli Maria Duarte.

Art. 6º As Comissões Temáticas, permanentes e obrigatórias, se reunirão por convocação do (a) Presidente do CMAS/SC, mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário.

Art. 7º As Comissões Temáticas compõe-se de no mínimo 03 (três) membros, preferencialmente com representação paritária, eleitos pela Plenária do CMAS/SC, dentre eles 1 (um) deverá exercer a função de coordenador e 1 (um) de secretário, devendo registrar em livro próprio todas as atas e/ou pareceres da respectiva comissão.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 22 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.986, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 1.986, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

COMISSÃO. Institui e Regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Institui e regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, estabelece sua finalidade e competências e nomeia seus membros.

I – Finalidade: oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução do Programa Bolsa Família, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

II – Competências:

a) Monitorar e acompanhar a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família no cumprimento do Art. 2º da Portaria/MDS/nº 256, de 19 de março de 2010;

b) Acompanhar a Coordenação e Comitê Gestor do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

c) Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

d) Acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras Políticas Públicas Sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

e) Acompanhar a oferta por parte do Governo Municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;

f) Apreciar o Plano de Aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família– IGD PBF;

g) Apreciar o Relatório Anual de Gestão do Programa Bolsa Família;

h) Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, por meio do Índice de Gestão Descentralizada Municipal para o Programa Bolsa Família;

i) Acompanhar a listagem dos beneficiários, principalmente se as estimativas do município estão sendo atendidas;

j) Criar canal de denúncias, acompanha-las e apura-las junto com a coordenação do Programa Bolsa Família;

k) Acompanhar os indicadores referentes ao trabalho infantil no município;

l) Fiscalizar e acompanhar se o fluxo de identificação e atendimento ao trabalho infantil estão ocorrendo no município, integrando os atendimentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;

m) Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

n) Acionar, por meio do CMAS/SC, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

III – Membros da Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:

a) Edinalda Silveira de Souza Pires;

b) Elisabete Defreyn;

c) Evelyne Junckes Jacques;

d) Priscila Rosa Corrêa de Castro;

e) Suzy Conceição Marques;

f) Tânia Batista Martins

Art. 2º As Comissões Temáticas, permanentes e obrigatórias, se reunirão por convocação do (a) Presidente do CMAS/SC, mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário.

Art. 3º As Comissões Temáticas compõe-se de no mínimo 03 (três) membros, preferencialmente com representação paritária, eleitos pela Plenária do CMAS/SC, dentre eles 1 (um) deverá exercer a função de coordenador e 1 (um) de secretário, devendo registrar em livro próprio todas as atas e/ou pareceres da respectiva comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 22 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 211, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 211, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

POLICIAIS MILITARES. Autoriza manter Policiais Militares no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a manter, no âmbito do Paço Municipal Policiais Militares inativos e/ou da reserva da corporação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, que para este fim forem colocados à disposição do Município, com ou sem ônus para a corporação de origem.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá celebrar Convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de Santa Catarina, para formalizar a disponibilização dos policiais militares de que trata esta Lei Complementar;

§ 2º A disposição para o Município de Palhoça obedecerá a Lei Complementar Estadual nº 380, de 03 de maio de 2007, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;

§ 3º O Poder Legislativo do Município de Palhoça poderá adotar e manter Policiais Militares para a Câmara de Vereadores, nos moldes desta Lei Complementar.

Art. 2º O quadro de Policiais Militares do Poder Executivo não poderá ser superior a 04 (quatro) vagas, observada a proporcionalidade de oficiais e praças.

Parágrafo Único. O quadro de Policiais Militares do Poder Legislativo não poderá ser superior a 02 (duas) vagas, observada a proporcionalidade de oficiais e praças.

Art. 3º Os Policiais Militares terão como missão, além das funções próprias do policial militar, manter a ordem e o respeito no recinto do Paço Municipal, garantir o exercício do Poder e a integridade dos seus gestores e auxiliar quanto à representatividade do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O policial militar componente desta Lei Complementar poderá integrar concomitantemente qualquer dos colegiados previstos no Convênio de Trânsito firmado entre o Município e os órgãos estaduais.

Art. 4º Fica instituída Retribuição Especial mensal de Policial Militar, devida aos militares desta Lei Complementar.

§ 1º O valor da retribuição supracitada será equivalente a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para cada policial designado;

§ 2º A retribuição mensal será isenta de contribuição previdenciária e estará sujeita aos impostos gerais, na forma de legislação em vigor.

Art. 5º A situação funcional do policial militar inativo designado, reveste-se das mesmas características de emprego ou função de confiança de livre contratação e exoneração.

Parágrafo Único. As atividades deverão ser cumpridas em regime de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º A designação ocorrerá pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por iguais períodos.

Art. 7º Os Policiais Militar poderão ser dispensados:

I – a pedido; e

II – ex officio.

Parágrafo Único. A dispensa ex officio ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I – por conclusão do prazo de designação;

II – por ter cessado o motivo da designação;

III – por interesse ou conveniência do Poder Executivo Municipal;

IV – por ter obtido dispensa de saúde por mais de sessenta dias no

período de um ano; e

V – por ter sido julgado fisicamente incapaz para o desempenho das designação, em inspeção realizada por junta médica, a qual quer temo.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei Complementar, através de Decreto.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 22 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 622/2015

PROJETO DE LEI Nº 622/2015

FMP. Altera o art. 1º, § 1º e §2º da Lei n. 2386 de 21 de Junho de 2006, e acrescenta o § 3º à mesma lei.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º. O art. 1º da Lei n. 2386/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica a Faculdade Municipal de Palhoça, autarquia criada pela Lei nº 2.215, de 07 de dezembro de 2005, autorizada a reservar até 90% (noventa por cento) das vagas dos cursos oferecidos por esta, aos moradores residentes no Município de Palhoça e que tiverem frequentado o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º. O §1º do art. 1º da Lei n. 2386/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Não atingindo percentual de 90% (noventa por cento) ou ocorrendo sobra de vagas, fica a Faculdade Municipal de Palhoça autorizada a realizar matrícula dos alunos aprovados não residentes no Município de Palhoça.

Art. 3º. O §2º do art. 1º da Lei n. 2386/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A exigência para concorrer às vagas reservadas aos alunos oriundos de escolas públicas e residentes no Município, dar-se-á da seguinte forma:

I – no primeiro ano de vigência desta Lei, estarão aptos ao benefício os moradores oriundos do ensino público que tenham cursado o último ano no ensino médio;

II – no segundo ano de aplicação desta Lei estarão aptos os estudantes da rede de ensino, que tenham cursado o terceiro e o segundo ano em escolas públicas, assim, sucessivamente, até a exigência máxima de ter cursado todo o ensino médio, nas escolas públicas.

Art. 4º. Fica inserido o § 3º ao art. 1º da Lei n. 2386/2006, com a seguinte redação:

§ 3º A comprovação de que o inscrito é residente no município dar-se-á por meio de documentos que serão identificados por ato do Executivo Municipal, a ser baixado em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº103/2015.

Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº103/2015. Dispõe sobre medidas permanentes de combate aos mosquitos transmissores da dengue, febre chikungunya e outras zoonoses.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que desenvolvam atividades que resultem em acúmulo de material ou em outra condição propícia à proliferação dos mosquitos *Aedes aegypti* e/ou *Aedes albopictus*, adotarão medidas para seu controle, nos termos desta lei, sem prejuízo das demais disposições legais.

Art. 2º Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título de imóveis com ou sem edificação, localizados no Município de Palhoça, ficam obrigados a adotar medidas necessárias à manutenção desses bens, mantendo-os limpos, drenados e aterrados (no caso de serem pantanosos ou alagadiços), sem acúmulo de resíduos, entulhos e demais materiais inservíveis, evitando quaisquer condições que propiciem a proliferação dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

Art. 3º Os proprietários de imóveis onde haja construção civil, assim como os responsáveis pela execução destas, ficam obrigados a adotar medidas de prevenção de modo a evitar acúmulo de água, providenciando o descarte ambientalmente correto dos materiais inservíveis, esteja à obra em execução ou temporariamente paralisada.

Art. 4º Em residências, estabelecimentos comerciais e industriais, instituições públicas e privadas, ficam os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, obrigados a manter os reservatórios de água, caixas d'água, cisternas ou similares devidamente tampados e com vedação segura, de forma a não permitir a proliferação dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

Parágrafo Único. Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título de imóveis que possuem qualquer variedade de piscina ficam obrigados a manter o tratamento adequado de água de forma a não permitir a presença e ou proliferação dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

Art. 5º Nos cemitérios será permitida a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros recipientes que retenham água, somente se esses estiverem devidamente perfurados com, no mínimo, 03 (três) furos e com os pratos cobertos com areia, quando for o caso, de forma a impedir qualquer acúmulo de água nesses.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a apreender, remover e inutilizar os vasos, floreiras ou recipientes que não estiverem devidamente adequados.

Art. 6º Nos estabelecimentos onde são mantidos e/ou comercializados materiais recicláveis de qualquer natureza, ficam seus proprietários e/ou responsáveis obrigados a manter os materiais sob cobertura apropriada de acordo com a Lei Estadual nº 15.243/2010.

§1º A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa equivalente a, no mínimo, 03 (três) UPM's e, no máximo 08 (oito) UPM's.

§2º É vedada a utilização de imóvel para depósito de materiais recicláveis sem a prévia autorização do órgão competente do Poder Executivo.

Art. 7º Os proprietários e/ou responsáveis por borracharias, comércio de pneus e bicicletas, oficinas automotivas, depósitos de pneus e similares, transportadoras ou qualquer estabelecimento que manipule borracha de qualquer natureza, deverão manter cobertura adequada, de forma a impedir o acúmulo de água nestes materiais. Parágrafo Único. A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa equivalente a, no mínimo, 03 (três) UPM's e, no máximo, 08 (oito) UPM's.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a remover e destinar de maneira ambientalmente correta os pneus e similares que forem depositados irregularmente em terrenos baldios, margens de córregos e represas ou qualquer área não habitada dos municípios.

Art. 9º Os proprietários e/ou responsáveis por ferros-velhos, depósito de veículos, sucatas, materiais de construção e similares, comercializáveis ou não, deverão manter cobertura adequada, de forma a impedir o acúmulo de água nesses materiais sob cobertura apropriada de acordo com a Lei Estadual nº 15.243/2010.

Parágrafo Único. A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa equivalente a, no mínimo, 03 (três) UPM's e, no máximo, 08 (oito) UPM's.

Art. 10 Os proprietários, possuidores ou responsáveis a qualquer título de imóveis desabitados, ficam obrigados a mantê-los com as caixas d'água tampadas e vedadas, ralos externos vedados, piscinas com tratamento à base de cloro, calhas desobstruídas e isentas de qualquer material que possa acumular água.

Parágrafo Único. A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas no artigo anterior implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa equivalente a, no mínimo, 02 (duas) UPM's e, no máximo, 04 (quatro) UPM's.

Art. 11 Os proprietários e/ou responsáveis por floriculturas, demais modalidades de comércio de plantas, vasos, adornos e similares, deverão adotar cobertura adequada ou, no caso de impossibilidade devido à característica peculiar da espécie, manter os recipientes devidamente perfurados com, no mínimo, 03 (três) furos e com os pratos cobertos com areia até a sua borda, quando for o caso, de forma a impedir qualquer acúmulo de água.

Parágrafo Único. É proibida a manutenção de pratos ou material similar para a sustentação de xaxins, vasos ou qualquer espécie de planta, exceto se estiverem devidamente perfurados, com, no mínimo, 03 (três) furos.

Art. 12 As pessoas jurídicas a que se refere o art. 1º, que possuam em seu quadro funcional mais de 100 (cem) funcionários, ou

área instalada superior a 1000m² (mil metros quadrados), instituirão Comissão de Combate a Focos de Mosquitos transmissores da Dengue e da Febre do Chikungunya - CCFM.

§1º A CCFM atuará minimamente entre os meses de outubro e maio (inclusive esses) e tem como objetivo o combate a focos de mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* em todos os imóveis da pessoa jurídica à qual se vincule, de acordo com recomendações da autoridade sanitária competente.

§2º A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei, na aplicação de multa equivalente a, no mínimo, 03 (três) UPM's e, no máximo, 08 (oito) UPM's.

Art. 13 Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título de imóveis, ficam obrigados a permitir a entrada do agente de combate às endemias ou qualquer outra autoridade sanitária ao imóvel, desde que devidamente identificados e uniformizados, para a realização de inspeções e/ou aplicação de inseticida, ou qualquer outra atividade específica de combate a zoonoses.

§1º Caracterizada a suspeita da existência de foco de mosquitos *Aedes aegypti* e/ou *Aedes albopictus*, com potencial de proliferação ou disseminação, de forma a colocar em risco ou ameaça à saúde coletiva, o Poder Executivo, por intermédio do setor competente, determinará as medidas necessárias para a comprovação, controle e contenção desse foco.

§2º Quando houver a necessidade de ingresso forçado, o agente público, no exercício de sua função, lavrará auto de infração e ingresso forçado no local, contendo:

I – O nome do infrator e/ou de seu estabelecimento, endereço e os demais elementos necessários à sua qualificação civil ou jurídica, quando houver;

II - O local, data e hora da lavratura do auto de infração e ingresso forçado; III - A descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal transgredido;

IV - A pena a que está sujeito o infrator;

V – A declaração do autuado de que está ciente e de que responderá pelo fato administrativa e penalmente;

VI – A assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante;

VII – O prazo para defesa ou impugnação do auto de infração e ingresso forçado, quando cabível.

Art. 14 A desobediência ou não observância às disposições da presente lei implicará, sucessivamente, nos seguintes procedimentos:

I - lavratura de auto de adequação com a determinação ao infrator para que regularize a situação, sob pena de multa, no prazo determinado pela autoridade sanitária;

II - não sanada a irregularidade, será lavrado auto de infração e aplicada multa;

III - persistindo a irregularidade, será aplicada nova multa, em dobro;

IV - em se tratando de estabelecimento, persistindo a irregularidade, além das multas, poderá ser cancelada a licença de funcionamento e interditada a atividade.

§1º A infração é imputável a quem lhe deu causa, a quem para ela concorreu ou dela se beneficiou, inclusive, aos gerentes, administradores, síndicos, promitentes compradores ou proprietários, locatários, arrendatários, parceiros, posseiros, desde que praticadas por preposto ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos.

§2º Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

§3º São solidariamente responsáveis entre si as pessoas designadas no parágrafo primeiro, deste artigo, pelas obrigações decorrentes da presente lei, na forma dos art. 275 e seguintes, do Código Civil, independente de comprovação de culpa.

§4º Nas infrações consideradas graves, após a aplicação da penalidade de multa, poderá a Secretaria Municipal de Saúde comunicar o fato, através de ofício ao Ministério Público, para que este adote as medidas cabíveis no âmbito de suas prerrogativas legais.

§5º Se o proprietário e/ou possuidor infrator não for encontrado, as notificações do inciso I, deste artigo, serão feitas por edital, publicado no jornal do município, com dados obtidos no cadastro municipal de imóveis, correndo os prazos para defesa ou regularização a partir da data da publicação da notificação.

Art. 15 Além dos não atendimentos e outras obrigações nela previstas, constituem infrações as disposições da presente lei:

I - descumprir as obrigações desta lei, bem como as orientações e determinações sanitárias da autoridade do Sistema Único de Saúde - SUS;

II - permitir a exposição direta às intempéries de locais ou recipientes que possibilitem a criação e proliferação de mosquito transmissor da dengue ou deixar de adotar medidas de controle que visem a evitar a existência destes locais;

III - permitir a existência de focos de mosquito transmissor da dengue, febre do chikungunya e outras zoonoses nos imóveis, o que será considerado infração grave;

IV - recusar, o proprietário, locatário, possuidor ou responsável a qualquer título do imóvel, em permitir o ingresso do agente de combate às endemias, bem como qualquer outra autoridade de saúde, para fins de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate aos vetores da dengue febre do chikungunya e outras zoonoses.

§1º Constatada a existência de local ou recipiente que possibilite a criação e proliferação de insetos, os responsáveis pelo imóvel serão advertidos e, em caso de reincidência, serão penalizados, conforme as leis vigentes.

§2º Nos imóveis em que forem encontradas larvas ou pupas, o valor da multa será majorado em 25% (vinte e cinco por cento), e além da pena de multa, poderão ser aplicadas, ainda, se constatado risco iminente para a saúde pública e as circunstâncias do fato

a aconselharem, as penalidades de: interdição para cumprimento das recomendações sanitárias; suspensão temporária da autorização de funcionamento, ou; cassação da autorização de funcionamento, sem prejuízo de outras medidas procedimentais recomendadas pela vigilância sanitária;

§3º Ocorrendo à recusa prevista no inciso IV do Caput, será aplicada a penalidade de multa equivalente a, no mínimo, 02 (duas) UPM's.

§4º Sem prejuízo da aplicação da multa prevista no parágrafo anterior, os agentes no exercício da ação fiscalizadora, terão livre acesso, mediante a apresentação de credencial, a todas as edificações e locais sujeitos ao regime desta Lei, não se lhes podendo negar informações, vistas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§5º Nos casos de embarço à ação fiscalizadora os agentes solicitarão a intervenção policial para a execução da medida ordenada, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões 25 de fevereiro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 004/2016, QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N.º 026/2014 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO POR MAIS 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS. DATA: 17/02/2016.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 35/2016. Modalidade: Tomada de Preço 08/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROVEDOR DE INTERNET, MANUTENÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SERVIDOR (ANEXO I). Data da entrega dos envelopes: 15/03/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 15/03/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 25 de Fevereiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 36/2016. Modalidade: Pregão Presencial 14/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, BOX DE ALIMENTAÇÃO EM OCTANORM, BANHEIROS QUÍMICOS, PALCO BASE, STAND, JOGOS DE MESA COM CADEIRAS. Data da entrega dos envelopes: 18/03/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 18/03/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 25 de Fevereiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 37/2016. Modalidade: Pregão Presencial 15/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE UM TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 225KVA NAS INSTALAÇÕES DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES. Data da entrega dos envelopes: 18/03/2016 até as 14:30 horas. Data da abertura: 18/03/2016 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 25 de Fevereiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO MUNICIPAL 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO MUNICIPAL
3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015

O Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, usando das suas atribuições legais, RESOLVE,
CONVOCAR a população para a Audiência Pública a ser realizada do dia 29 de fevereiro de 2016, a partir das 16:00 horas, das dependências da Câmara Municipal de Papanduva, localizada na Rua Sérgio Glevinski, 78, Centro, onde será feita a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, do Poder Executivo Municipal, correspondente ao 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, em cumprimento ao que dispõe o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 200 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Câmara Municipal de Papanduva, 18 de fevereiro de 2016
CEZAR AUGUSTO BUSSULARO DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente
de Finanças e Orçamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 004/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: ROGER PETSCHOW EIRELI ME
CNPJ: 19.835.287/0001-06

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO REMOTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE ALARME ATIVADOS POR PARTE DA "CONTRATADA" NA NOVA SEDE DA "CONTRATANTE", MEDIANTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/02/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/02/2016 a 31/12/2016

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VALOR ORIGINAL: R\$ 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS) MENSAIS, COM VALOR GLOBAL DE R\$ 1.540,00 (UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 25 DE JANEIRO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 001/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016
CONVITE Nº 001/2016
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
TIPO DE COMPARAÇÃO: GLOBAL

O ITEM 5.6 DO EDITAL CORRESPONDENTE PASSA VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"Caso a empresa licitante queira beneficiar-se dos direitos previstos na lei 123/2006 (arts. 42 e 43), tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - deverão, obrigatoriamente, apresentar juntamente com o Credenciamento, a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da licitante que não tenha prazo de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias, ou documento emitido por órgão de governo que evidencie a condição da empresa como ME ou EPP."

Papanduva, 25 de fevereiro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva
Presidente

RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 002/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
TIPO DE COMPARAÇÃO: GLOBAL

O ITEM 5.7 DO EDITAL CORRESPONDENTE PASSA VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"Caso a empresa licitante queira beneficiar-se dos direitos previstos na lei 123/2006 (arts. 42 e 43), tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - deverão, obrigatoriamente, apresentar juntamente com o Credenciamento, a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da licitante que não tenha prazo de emissão superior a 180 (cento e

oitenta) dias, ou documento emitido por órgão de governo que evidencie a condição da empresa como ME ou EPP.”

Papanduva, 25 de fevereiro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Passo de Torres

PREFEITURA

COMUNICADO 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Secretaria de Administração e Finanças

Convite

Convidamos toda comunidade de Passo de Torres para participar da realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL, referente ÀS metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015 , a realizar-se nas dependências da Câmara Municipal no dia 29 de fevereiro as 17hs.
Administração municipal

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO N. 0018/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0018/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0018/2016

PROCESSO LICITATORIO n. 00012/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0006/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: DEOLINDO JOSE BAGGIO EPP

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos, na área clínica geral. A empresa deverá prestar serviços nas diversas Unidades Básicas de Saúde do Município de Passos Maia, numa carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais – mais plantões, conforme cronograma de atendimento a ser estabelecido oportunamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará até 31 de maio de 2016, iniciando-se na data da assinatura do presente instrumento.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Leomar R. Listoni

Prefeito Municipal

contratada a importância total de R\$ 21.640,00 (vinte e um mil seiscentos e quarenta reais).

Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Passos Maia, SC, 15 de fevereiro de 2016.

Leomar R. Listoni

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0021/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0021/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0021/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0002/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: GENAGROLICI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa e Jersey, luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como Nitrogênio dentro das especificações no anexo I do edital nº 0002/2016.

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 6.830,00 (SEIS MIL OITOCENTOS E TRINTA REAIS).

Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Passos Maia, SC, 15 de fevereiro de 2016.

Leomar R. Listoni

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0019/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0019/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0019/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0002/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa e Jersey, luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como Nitrogênio dentro das especificações no anexo I do edital nº 0002/2016.

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 2.776,00 (dois mil setecentos e setenta e seis reais).

Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

Passos Maia, SC, 15 de fevereiro de 2016.

Leomar R. Listoni

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0022/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0022/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0022/2016

PROCESSO LICITATORIO n. 00001/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0001/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: COOPERATIVA DOS EMPREENDEDORES FAMILIARES DE PASSOS MAIA, SC COPERFAM

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, para que o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, itens devidamente especificados com características e quantidade no Edital nº 0001/2016.

Valor: Pelos produtos adquiridos, o contratante pagará à contratada a importância total de R\$ 159.610,00 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e dez reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 19 de fevereiro de 2016.

Leomar R. Listoni

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0020/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0020/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0020/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0002/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: LUCINEIA DE FRANCA EIRELLI- ME

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa e Jersey, luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como Nitrogênio dentro das especificações no anexo I do edital nº 0002/2016.

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o contratante pagará à

DECRETO N. 406

DECRETO Nº 406, de 29 de janeiro de 2016.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I e III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.129,55 (oitenta e sete mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

13.01	Secretaria Municipal de Saúde	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.301.1001	1.004	Ampliação da Rede Física de Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.0133	81.599,00
4.4.90.00.00	03.0133	5.530,55
TOTAL		87.129,55

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0133 – Transferências de Convênios – Excesso de Arrecadação, e da fonte de recursos – 03.0133 – Transferências de Convênios – Superávit Financeiro.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 29 de Janeiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N.405

DECRETO Nº 405, de 20 de janeiro de 2016.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I e III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.990,91 (trinta e três mil, novecentos e noventa reais e noventa e um centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

05.01	Secretaria de Educação e Esportes	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	1.007	Ampliação da Rede Física Fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.0132	25.483,15
4.4.90.00.00	03.0132	8.507,76
TOTAL		33.990,91

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0132 – Transferências de Convênios – Excesso de Arrecadação, e da fonte de recursos – 03.0132 – Transferências de Convênios – Superávit Financeiro.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 20 de Janeiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N.415

DECRETO Nº 415, de 18 de Fevereiro de 2016.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

04.01	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
15.451.1501	1.010	Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.0183	700.000,00
TOTAL		700.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0183 – Operações de Créditos Internas – Outros Programas.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 18 de Fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 410, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 410, de 18 de fevereiro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL) PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 475 da Lei Complementar n.º 033/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizado o valor da UFM (Unidade Fiscal Municipal), para o exercício de 2016, no valor de R\$ 8,00 (oito reais), tomando por base o IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) referente aos últimos 12 (doze) meses.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 18 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 411, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 411, de 18 de fevereiro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 213 da Lei Complementar n.º 033/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizado o valor da Planta de Valores Imobiliários para o exercício de 2016, tomando por base o IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) referente aos últimos 12 (doze) meses, conforme a tabela abaixo:

PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS		
I – IMÓVEIS URBANOS		
ZONA	ÁREA	Valor por m²
ZONA 01	AZUL	R\$ 25,27
ZONA 02	VERMELHA	R\$ 20,23
ZONA 03	AMARELA	R\$ 16,18
ZONA 04	VERDE	R\$ 12,93
ZONA 05	BRANCA	R\$ 10,35

II – IMOVEIS RURAIS

Descrição	Valor por m²
a) Área Mecanizada e Mecanizável (acima de 75 %)	R\$ 1,71
b) Área Mecanizada e Mecanizável (de 50 a 75 %)	R\$ 1,29
c) Área Mecanizada e Mecanizável (de 25 a 50%)	R\$ 0,70
d) Área Mecanizada e Mecanizável (até 25 %)	R\$ 0,43
e) Área de Reflorestamento	R\$ 0,32
f) Área Inclinação não Agricultável e de Preservação Ambiental.	R\$ 0,15

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 18 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 412, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 412, de 18 de fevereiro de 2016.

“REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, ALVARÁ, TAXA DE EXPEDIENTE E IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 222, da Lei Complementar 033/2009 de 29/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos os critérios, forma e prazo para o recebimento das Taxas de localização, Alvará, Expediente e Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), para o exercício de 2016.

Art. 2º. O Pagamento das taxas referentes à Licença para Localização e Funcionamento e Alvará poderá ser efetuado em cota única até 10/05/2016, com desconto de 20% (vinte por cento) ou em 3 (três) parcelas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/05/2016, 10/06/2016 e 10/07/2016.

Art. 3º. O recolhimento das taxas municipais deverá ser efetuado na Cooperativa de Crédito Rural Vale do Rio Chapecozinho Ltda. – SICCOB VALCREDI, por meio de boleto bancário.

Parágrafo único: O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 4º. A inadimplência ocasionará a suspensão da validade da Licença para Localização e Funcionamento e do Alvará até a regularização do débito municipal.

Art. 5º. O Pagamento das taxas referentes à Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente à data da prestação do serviço.

Art. 6º. As taxas pagas fora dos prazos estabelecidos sofrerão os reajustes previstos em Lei.

Art. 7º. Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 10/04/2016 junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal de Passos Maia.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 18 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 413, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 413, de 18 de fevereiro de 2016.

“FIXA PRAZO DE PAGAMENTO DO ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL, O VALOR DIÁRIO E MENSAL PARA LICENCIAR VENDEDORES AMBULANTES PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 28 da Lei Municipal n. 054/93, de 12 de novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. O Alvará Sanitário Anual terá validade até o dia 31 de janeiro do ano subsequente à sua expedição.

Art. 2º. O recolhimento das taxas mencionadas no art. 1º deverá ser efetuado na Cooperativa de Crédito Rural Vale do Rio Chapecozinho Ltda – SICOOB VALCREDI, por meio de boleto bancário.

§ 1º. O valor da taxa deverá ser recolhido até o dia 10 de maio do ano correspondente.

§ 2º. As taxas pagas fora do prazo estabelecido sofrerão os reajustes previstos em Lei.

§ 3º. O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 3º. A inadimplência ocasionará a suspensão da validade do Alvará Sanitário até a regularização do débito municipal.

Art. 4º. Os vendedores ambulantes poderão ser licenciados mediante o recolhimento de taxa diária no valor de três UFM, ou mensal de quinze UFM.

Parágrafo único: Nos casos previstos no caput desse artigo, o Alvará Sanitário somente será expedido após o recolhimento da respectiva taxa.

Art. 5º. Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 10/04/2016 junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal de Passos Maia.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 18 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 414, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 414, de 18 de fevereiro de 2016.

“REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS INERENTES, DE CONFORMIDADE COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, c/c CAPÍTULO VIII, da Lei Complementar 033/2009, de 29 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos os critérios, formas e prazos para o pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, Taxas de Expediente, de Coleta de Lixo e de Conservação Pública para o exercício de 2016.

Art. 2º. O Pagamento dos tributos poderá ser efetuado em cota única com desconto de 20% (vinte por cento) até 10/05/2016, com desconto de 10% (dez por cento) até 10/06/2016, e com desconto de 5% (cinco por cento) até 10/07/2016, ou em cinco parcelas iguais e sucessivas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/05/2016, 10/06/2016, 10/07/2016, 10/08/2016, e 10/09/2016.

Art. 3º. A mora ou inadimplemento sujeita o devedor ao pagamento de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor de cada parcela em atraso, sem prejuízo da correção monetária.

Art. 4º. O recolhimento do referido tributo e das aludidas taxas deverá ser efetuado na Cooperativa de Crédito Rural Vale do Rio Chapecozinho Ltda. – SICOOB VALCREDI, mediante o pagamento de boleto bancário.

Parágrafo único: O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 5º. Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 10/04/2016 junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 18 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 416, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 416, de 22 de fevereiro de 2016.

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a substituição de representantes do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, passando a ser a abaixo nominada:

I – Representantes dos Professores:

Titulares: Eliane Aparecida Zenaro Ribeiro – Presidente;

Ivanir Arcari – Vice-Presidente.

Suplentes: Lisnara Desanti;

Nelsi Perin.

II - Representantes do Poder Executivo:

Titular: Edson Salvadego;

Suplente: Rosimeri Peroza Nunes.

III – Representantes de Pais e Alunos:

Titulares: Ana Benedita Ferronato;

Simone Leandra Tomazelli.

Suplentes: Jeane Cristina Gubert;

José Ernesto Bieberbach.

IV – Representantes da Sociedade Civil:

Titulares: Graciela Zanchet Bocalon;

Zelia Pelizzari.

Suplentes: Dirce Dilema Meotti;

Eroni Aparecida Rodrigues da Luz Fernandes.

Art. 2º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

EDITAL N. 0019/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0019/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2015 – Objeto – Contratação de serviço de trator de esteira para limpeza área, sendo que para fins de eficiência do serviço, exige-se que o Trator tenha peso operacional igual ou superior a 18 toneladas, devendo ser equipado com relógio para controle de horas, lâmina e grafo frontal, além de estar em perfeitas condições operacionais. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00hs do dia 11 de março de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 25 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 07/2016

DECRETO Nº 07/2016

Fixa o horário de expediente das repartições Públicas e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 66, IV da Lei Orgânica e o previsto no art. 122 da Lei nº 497/91 de 18 de fevereiro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - O expediente nas repartições públicas municipais, a partir do dia 01 de março de 2016, será das 07:00 às 13:00 horas.

Parágrafo 1º - Nas Secretarias ou Unidades onde o expediente, por força das necessidades do serviço, requerer expedientes diferenciados do previsto neste Decreto, fica cada órgão autorizado a planejar o horário de expediente a adotar.

Parágrafo 2º- Os servidores com carga de 8(oito) horas diária, ficarão 2(duas) horas diária sobre aviso, para atendimento interno quando necessário, fica autorizado o Secretário a requisitar o labor.

Art. 2º - Será de responsabilidade de cada Secretário, fiscalizar o cumprimento do horário nos setores correspondentes.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 26 de fevereiro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2016- PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - PMP PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 04/2016 – PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE KITS
DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC (ED. INFANTIL, SÉ-
RIES INICIAIS E SÉRIES FINAIS) PARA O ANO LETIVO DE 2016,
ASSINATURA DA ATA: 25/02/2016.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME
VALOR DE R\$: R\$ 246.285,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS
MIL, DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-
SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MU-
NICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO
AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE
WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 104/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 104/2016 – RH/PMP

Contratado (A): TANIA UHLMANN FRANZOI, na função de Professor
III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016
e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas sema-
nais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 105/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 105/2016 – RH/PMP

Contratado (A): IVONETE IRACEMA DA SILVA, na função de Pro-
fessor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em
15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20
horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cul-
tura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 106/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 106/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VIVIAN CRISTINA FERREIRA DE MORAIS, na fun-
ção de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), iní-
cio em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária
de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação
e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 107/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 107/2016 – RH/PMP

Contratado (A): REJANE BITTENCOURT, na função de Professor I,
Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e
término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais,
para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 101/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 101/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DAIANE REIS, na função de Professor III, Educa-
ção Infantil, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com
carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria
da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 102/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 102/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DANIELLE ABRAVANEL, na função de Professor I,
Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e
término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais,
para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 103/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 103/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DEISI DE FATIMA DOMINGUES, na função de
Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em
15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 ho-
ras semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

CONTRATO Nº 108/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 108/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MICHELLE DE JESUS PEREIRA, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 109/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 109/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VALÉRIA DOS SANTOS SCHELL, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 110/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 110/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VALÉRIA DOS SANTOS SCHELL, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 111/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 111/2016 – RH/PMP

Contratado (A): NAYARA BEATRIZ BONI DA SILVA, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2014-ESF- MÉDICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 03/03/2016, das 12:00hrs

às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2014- ESF.

Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

06º. 0000074 Caroline Cristina Guimarães Trentin

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 25 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO DATA AQUISIÇÃO VALOR

RECONHECER EM CARTÓRIO A ASSINATURA POR AUTENTICIDADE OU POR VERDADEIRA.

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2014-ESF- MÉDICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 03/03/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2014- ESF.

Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
07º. 0000031 Juliano André Vargas Silveira

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem

a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.
Penha/SC, 25 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - ENFERMEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 03/03/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº01/2015.

Cargo: ENFERMEIRO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

13º. 19757 MARIA DE LOURDES VICCARI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/Sc, 25 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

_____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

_____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2015 - ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERÇO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2015. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: EMMEL, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS. ASSINATURA: 23/02/2016. VIGÊNCIA: 60 dias. OBJETO: Contratação de assessoria jurídica para a revisão da Lei Orgânica do Município e reforma do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Penha, segundo as diretrizes do Anexo I – Termo de Referência do Processo Licitatório nº.09/2015 – Câmara de Vereadores de Penha/SC, Modalidade Convite nº. 02/2015.

Penha, 24 de fevereiro de 2016.

Clóvis Bergamaschi
Presidente

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 014/2016

DECRETO Nº. 014, de 18 de Fevereiro de 2016.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRONE DUARTE, Prefeito em Exercício do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 44.673,66 (Quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 13 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo de Assistência Social

Proj.Atividade– 2.013 – Manutenção do Fundo da Assistência Social
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (19) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0238– Outros Convênios com o Estado
..... R\$ 36.851,56

Órgão 13 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo de Assistência Social

Proj.Atividade– 2.013 – Manutenção do Fundo da Assistência Social
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (20) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0238– Outros Convênios com o Estado
..... R\$ 7.822,10

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0238– Outros Convênios com o Estado, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 44.673,66 (Quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 18 de fevereiro de 2016.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº. 015/2016

DECRETO Nº. 015, de 22 de Fevereiro de 2016.

ATUALIZA VALORES FIXADOS PARA O AUXÍLIO DE BOLSA DE ESTUDOS E INCENTIVOS NO APERFEIÇOAMENTO EM ENSINOS DE NÍVEL SUPERIOR E CURSOS DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO PROFIS-SIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRONE DUARTE, Prefeito em Exercício do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1547 de 12 de Março de 2013, Decreto nº. 021 de 14 de Março de 2013 e Lei nº. 1593 de 13 de Fevereiro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam atualizados os valores fixados para o auxílio de bolsa de estudos e incentivo no aperfeiçoamento em ensinos de nível superior e cursos de ensino médio técnico profissionalizante.

§ 1º. Os alunos que frequentam os cursos enumerados nos Itens I e II do Art. 1º. do Decreto nº. 021 de 14/03/2013, no Município de Rio do Sul, terão direito a receber 10 (dez) parcelas anuais, nos meses especificados na Lei Municipal nº. 1593/2014.

I. O valor de cada parcela será pago mensalmente, de acordo com o número de dias semanais que os alunos se deslocarem até as instituições de ensino:

- a. 05 (cinco) dias: R\$ 115,00 (cento e quinze reais);
- b. 03 (três) dias: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- c. 02 (dois) dias: R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- d. 01 (um) dia: R\$ 40,00 (quarenta reais).

§ 2º. Os alunos que frequentam os cursos enumerados nos Itens I e II do Art. 1º. Do Decreto nº. 021 de 14/03/2013, no Município de Ituporanga, terão direito a receber 10 (dez) parcelas anuais, nos meses especificados na Lei Municipal nº. 1593/2014.

I. O valor de cada parcela será pago mensalmente, de acordo com o número de dias semanais que os alunos se deslocarem até as instituições de ensino:

- a. 05 (cinco) dias: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais);
- b. 03 (três) dias: R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos);
- c. 02 (dois) dias: R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos);
- d. 01 (um) dia: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 011/2015 de 11/02/2015.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 22 de Fevereiro de 2016.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº. 016/2016

DECRETO Nº. 016, de 22 de Fevereiro de 2016.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRONE DUARTE, Prefeito em Exercício do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 98.200,00 (Noventa e oito mil e duzentos reais) com a

seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj.Atividade– 2.032 – Pavimentação de ruas Urbanas

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (159) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0370 – Convênio de Capital - União
..... R\$ 98.200,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0370 – Convênio de Capital - União, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 98.200,00 (Noventa e oito mil e duzentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 22 de fevereiro de 2016.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº. 017/2016

DECRETO Nº. 017, de 22 de Fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRONE DUARTE, Prefeito em Exercício do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 13.385,20 (Treze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte centos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj.Atividade– 2.032 – Pavimentação de ruas Urbanas

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (105) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0132 – Recursos Ordinários
..... R\$ 13.385,20

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0132 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 13.385,20 (Treze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 22 de Fevereiro de 2016.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 064/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 064/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE DOSES DE SÊMEN BOVINO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, autorizado através do Processo nº 051/2016, Dispensa de Licitação nº. 0035/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP

CNPJ n.º 02.319.237/0001-65

Endereço: Av, XV de Novembro, 790

PONTE SERRADA - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE DOSES DE SÊMEN BOVINO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a

entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 23 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 065/2016. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 065/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE AGROTÓXICO "PARADOX" PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN, autorizado através do Processo nº 052/2016, Dispensa de Licitação nº. 0036/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN
CNPJ nº. 05.948.057/0001-30

Endereço: Rua Francisco Nardi, 760
TABGARÁ - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE AGROTÓXICO "PARADOX" PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.940,00 (Dois mil novecentos e quarenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE
Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 24 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº 030/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº 030/2016.

Contrato de FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME autorizado através do Processo n.º 296/2015, Licitação n. 061/2015, modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

CNPJ-MF n.º. 20.235.235/0001-70

Endereço: Rua Prefeito Elio de Gregori, nº 125 – Bairro Nossa Senhora Aparecida – Irani - SC

Representada por: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 061/2015, datado de 14/01/2016 e homologado em data de 27 de janeiro de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Acometer a empresa o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Primeiro Semestre ano letivo de 2016.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens e respectivos preços:

Especificação	Qdade	Unidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
LOTE 07					
Canela em Pó	0,200	kg	Apti	76,80	15,36
Canela em Rama	0,300	kg	Apti	118,40	35,52
Cravo da Índia	0,300	kg	Apti	99,90	29,97
Colorau	1,5	kg	Apti	8,88	13,32
Npz Moscada moída	0,200	kg	Apti	127,28	25,46
Orégano	2	kg	Apti	56,00	112,00
Pimenta do Reino	0,050	kg	Apti	127,50	6,37
TOTAL LOTE 07: R\$ 238,00					
LOTE 16					
Abóbora Cabotiá	40	kg		2,86	114,40
Abobrinha Italiana	40	kg		2,97	118,80
Alho Fresco	10	kg		24,04	240,40
Batata Doce	50	kg		2,98	149,00
Batata Inglesa	30	kg		2,86	85,80
Batata Salsa	20	kg		6,92	138,40
Beterraba	40	kg		3,37	134,80
Cebola	50	kg		5,72	286,00
Cenoura	40	kg		3,07	122,80
Chuchu	40	kg		2,88	115,20
Pepino	30	kg		3,09	92,70
Pimentão Verde	5	kg		5,28	26,40
Pimentão Vermelho	5	kg		5,28	26,40
Pimentão Amarelo	5	kg		5,28	26,40
Rabanete	20	kg		3,71	74,20
Repolho Branco	60	kg		2,69	161,40
Repolho Roxo	30	kg		2,88	86,40
Tomate	150	kg		5,30	795,00
Vagem	30	kg		8,65	259,50
VALOR TOTAL R\$ 3.054,00					
LOTE 17					
Abacate	50	kg		7,00	350,00
Abacaxi Pérola	200	kg		6,50	1.300,00
Banana do tipo Caturra	1000	kg		1,90	1.900,00
Laranja Doce Valencia	300	kg		4,10	1.230,00
Maça tipo Fuji	400	kg		6,50	2.600,00
Mamão Formosa	400	kg		6,50	2.600,00
Manga	160	kg		6,00	960,00
Melão	150	kg		6,00	900,00
Melancia	150	kg		2,50	375,00
VALOR TOTAL R\$ 12.215,00					
LOTE 18					
Ovos Frescos	50	kg		5,38	269,00
VALOR TOTAL R\$ 269,00					

devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias, orçamento 2016:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 10 – Alimentação Escolar

Ação: 2.31 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar

3390-0000

2.1 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de

regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 O contrato vigorará com início contado da data da assinatura até 31/07/2015, ou em data anterior, caso haja a entrega total dos produtos.

3.2 - Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na unidade escolar do Município, de forma parcelada e de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, através da Nutricionista.

3.3 - Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

3.4 - Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos, na forma da legislação em vigor;

3.5 - Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993.

3.6 - Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados e etiquetados adequadamente para aferição e controle pelos manipuladores de alimentos;

3.7 - Os produtos deverão ser entregues à pessoa designada pela Secretaria de Educação, ou seja, as merendeiras responsáveis pela cozinha das escolas, SEMPRE no primeiro horário da manhã (até 8:45hs-9:00hs). Vale ressaltar que as frutas serão utilizadas, normalmente, a partir das quartas-feiras e as verduras, a grande maioria, a partir das segundas-feiras;

CLÁUSULA QUARTA – CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
3. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento na execução do contrato por meio do Gestor/Fiscal do Contrato (Secretária da Educação), devendo esta fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.
- VIII. Entregar produtos/Gêneros de ótima qualidade.

5.2 Os produtos consumíveis não poderão ter prazo de validade inferior a 5 (cinco) meses, salvo outro prazo estabelecido pelo fabricante.

5.3 Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

5.4 Fica vedada a entrega de frango e/ou qualquer produto de origem animal "caipira". A carne bovina deverá possuir atestado e registro de inspeção sanitária (SIF).

5.5 As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade – Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 061/2015 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 28 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº 032/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº 032/2016.

Contrato de FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ALBERTO BOGONI NETO autorizado através do Processo n.º 296/2015, Licitação n. 061/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: ALBERTO BOGONI NETO
 CNPJ-MF n.º 23.910.332/0001-09
 Endereço: Avenida Marechal Costa e Silva, nº 157, Pinheiro Preto
 Representada por: ALBERTO BOGONI NETO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 061/2015, datado de 14/01/2016 e homologado em data de 27 de janeiro de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Acometer a empresa o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Primeiro Semestre ano letivo de 2016.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens e respectivos preços:

Especificação	Qdade	Und	Marca	Valor Unit.	Valor Total
LOTE 02					
Vinagre de Maçã	18	Lts	Koller	1,90	34,20
Vinagre Colonial	25	Lts	Nono Moro	3,00	75,00
Vinagre Branco	18	Lts	Heinig	1,80	32,40
TOTAL LOTE 02: R\$ 141,60					
LOTE 03					
Farinha de mandioca torrada	15	kg	Pinduca	4,60	69,00
Farinha de milho tipo biju amarela	5	kg	Pinduca	4,20	21,00
Farinha de milho – fubá	80	kg	Libardoni	3,40	272,00
Farinha de trigo integral	5	kg	Sananduva	2,99	14,95
Farinha de trigo especial	25	kg	Sananduva	2,30	57,50
Farinha de Arroz (sem gluten)	6	kg	Urbano	5,00	30,00
Farinha de Polvilho Doce	15	kg	Pinduca	3,40	51,00
Farinha de Polvilho Azedo	15	kg	Pinduca	3,40	51,00
Mistura de pó para bolo sem lactose e sem glúten	5	kg	Suprasoy	8,00	40,00
VALOR TOTAL R\$ 606,45					
LOTE 05					
Macarrão de letrinhas	12	kg	Isabela	7,52	90,24
Massa tipo cabelo de anjo	10	kg	Parati	7,69	76,92
Macarrão sem glúten e sem lactose	6	kg	Urbano	9,64	57,84
VALOR TOTAL R\$ 225,00					
LOTE 08					
Biscoito Salgado Integral	40	kg	Isabela	11,74	469,60
Biscoito Salgado de Gergelim	40	kg	Isabela	12,58	503,20
Biscoito Salgado tipo Craker	40	kg	Isabela	11,76	470,40
Biscoito Salgado tipo agua e sal	40	kg	Isabela	11,76	470,40
Biscoito Salgado tipo coquetel	40	kg	Isabela	11,76	470,40
Biscoito Salgado sem lactose e sem gluten	25	kg	Leve crock	47,23	1.180,75
Biscoito do tipo rosca de coco	40	kg	Parati	10,27	410,80
Biscoito do tipo rosca de leite	40	kg	Parati	10,07	402,80
Biscoito do tipo de rosca de chocolate	40		Isabela	10,07	402,80
Biscoito do tipo kuki	40	Kg	Isabela	12,58	503,20
Biscoito doce ao leite tipo maria	40	kg	Isabela	10,07	402,80
Biscoito doce tipo maria sabor chocolate	40	kg	Parati	10,90	436,00
Biscoito doce do tipo maisena	40	Kg	Isabela	10,07	402,80
Biscoitos doce sabor leite	40	kg	Isabela	9,23	369,20
Biscoito de mel com glace	30	kg	Daros	14,97	449,10
Biscoito doce sem lactose e sem gluten	25	Kg	Jasmine	31,88	797,00
VALOR TOTAL R\$ 8.139,12					
LOTE 09					
Barra de cereal com soja ou morango ou coco com chocolate	200	Unid	Ritter	1,30	260,00
Barra de cereal de castanha e ou avelã sem chocolate	200	Unid	Ritter	1,30	260,00

Barra de cereal de amendoim e cobertura de chocolate	200	Unid	Ritter	1,30	260,00
Barra de cereal sabores diversos	200	Unid	Ritter	1,30	260,00
VALOR TOTAL R\$ 1.040,00					
LOTE 11					
Chá de saquinho sabor maçã com canela	2,5	kg	Mate Leão	98,75	246,99
Chá de saquinho sabor mate com canela	2,5	kg	Mate Leão	98,79	246,87
Chá de saquinho sabor mate com limão	2,5	kg	Mate Leão	98,75	246,87
Chá de saquinho sabor mate com pêssego	2,5	kg	Mate Leão	98,75	246,87
Chá de saquinho sabor mate natural	1,5	kg	Mate Leão	98,75	246,87
Chá de erva-doce	1,5	kg	Mate Leão	98,75	148,12
Chá de cidreira	1,5	kg	Mate Leão	98,75	148,12
Café solúvel granulado	35	kg	Nescafé Original	64,89	2.271,15
Chocolate em pó solúvel	50	kg	Apti	13,98	699,00
Chocolate do tipo granulado escuro	5	kg	Apti	15,98	79,90
Chocolate do tipo granulado colorido	2	kg	Apti	15,98	31,96
VALOR TOTAL R\$ 4.514,00					

devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias, orçamento 2016:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo
 Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 10 – Alimentação Escolar
 Ação: 2.31 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar
 3390-0000

2.1 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 O contrato vigorará com início contado da data da assinatura até 31/07/2015, ou em data anterior, caso haja a entrega total dos produtos.

3.2 - Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na unidade escolar do Município, de forma parcelada e de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, através da Nutricionista.

3.3 - Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

3.4 - Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos, na forma da legislação em vigor;

3.5 - Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993.

3.6 - Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados e etiquetados adequadamente para aferição e controle pelos manipuladores de alimentos;

3.7 - Os produtos deverão ser entregues à pessoa designada pela Secretaria de Educação, ou seja, as merendeiras responsáveis pela cozinha das escolas, SEMPRE no primeiro horário da manhã (até 8:45hs-9:00hs). Vale ressaltar que as frutas serão utilizadas, normalmente, a partir das quartas-feiras e as verduras, a grande maioria, a partir das segundas-feiras;

CLÁUSULA QUARTA – CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
3. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento na execução do contrato por meio do Gestor/Fiscal do Contrato (Secretária da Educação), devendo esta fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.
- VIII. Entregar produtos/Gêneros de ótima qualidade.

5.2 Os produtos consumíveis não poderão ter prazo de validade inferior a 5 (cinco) meses, salvo outro prazo estabelecido pelo fabricante.

5.3 Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

5.4 Fica vedada a entrega de frango e/ou qualquer produto de origem animal "caipira". A carne bovina deverá possuir atestado e registro de inspeção sanitária (SIF).

5.5 As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade – Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescas”.

CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 061/2015 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 28 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

ALBERTO BOGONI NETO

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº 033/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR Nº 033/2016.

Contrato de FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MERCEARIA TIA LORENA LTDA autorizado através do Processo n.º 296/2015, Licitação n. 061/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: Empresa: MERCEARIA TIA LORENA LTDA - ME

CNPJ-MF nº. 85.220.564/001-92

Endereço: Avenida Mal. Castelo Branco – centro Pinheiro Preto-SC

Representada por: Albino Vieceli

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 061/2015, datado de 14/01/2016 e homologado em data de 27 de janeiro de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Acometer a empresa o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, Primeiro Semestre ano letivo de 2016.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRODUTOS, PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens e respectivos preços:

Especificação	Qdade	Und	Marca	Valor Unit.	Valor Total
LOTE 19					
Bolo caseiro de laranja	35	Kg	Tia Lorena	16,13	564,55
Bolo caseiro de fubá	35	Kg	Tia Lorena	16,13	564,55
Bolo caseiro de cenoura	35	Kg	Tia Lorena	16,93	592,55
Bolo caseiro de chocolate	40	Kg	Tia Lorena	15,08	603,20
Cuca tipo caseira com farofa com recheio	150	Kg	Tia Lorena	12,99	1.948,50
Grostoli polvilhado com açúcar	150	Kg	Tia Lorena	15,99	2.398,50
Rosquinha polvilhada com açúcar	100	Kg	Tia Lorena	17,99	1.799,00
Mini pizza	55	Kg	Tia Lorena	16,99	934,45
TOTAL LOTE 02: R\$ 9.405,30					
LOTE 20					
Bolacha doce do tipo caseira sabor fubá	35	kg	Tia Lorena	11,55	404,25

Bolacha doce do tipo caseira sabor coco	35	kg	Tia Lorena	13,72	480,20
Bolacha doce do tipo caseira sabor nata	35	kg	Tia Lorena	11,55	404,25
VALOR TOTAL R\$ 1.288,70					
LOTE 21					
Agnoline do tipo caseiro	40	kg	Tia Lorena	20,77	830,80
Tortei do tipo caseiro enrolado	30	kg	Tia Lorena	12,77	383,10
Tortei do tipo caseiro pastelzinho	30	kg	Tia Lorena	12,77	383,10
Lasanha caseira	30	kg	Tia Lorena	21,63	648,90
Macarrão caseiro (com ovos) congelado tipo espagete grosso	60	kg	Tia Lorena	12,12	727,20
Macarrão caseiro (com ovos) congelado tipo furado grosso	60	kg	Tia Lorena	12,11	726,60
Macarrão caseiro fino (com ovos) congelado tipo cabelo de anjo	30	kg	Tia Lorena	12,11	363,60
VALOR TOTAL R\$ 4.063,00					
LOTE 22					
Pão do tipo caseiro branco	50	kg	Tia Lorena	8,46	423,00
Pão do tipo caseiro integral	50	kg	Tia Lorena	8,46	423,00
Pão de cachorro quente	100	kg	Tia Lorena	7,61	761,00
Pão doce	150	kg	Tia Lorena	7,80	1.170,00
Pão francês	200	kg	Tia Lorena	5,86	1.172,00
VALOR TOTAL R\$ 3.949,00					

devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias, orçamento 2016:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo
 Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura
 Função: 10 – Saúde
 Subfunção: 301 – Atenção Básica
 Programa: 10 – Alimentação Escolar
 Ação: 2.31 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar
 3390-0000

2.1 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 O contrato vigorará com início contado da data da assinatura até 31/07/2015, ou em data anterior, caso haja a entrega total dos produtos.

3.2 - Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na unidade escolar do Município, de forma parcelada e de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, através da Nutricionista.

3.3 - Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente.

3.4 - Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos, na forma da legislação em vigor;

3.5 - Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993.

3.6 - Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados e etiquetados adequadamente para aferição e controle pelos

manipuladores de alimentos;

3.7 - Os produtos deverão ser entregues à pessoa designada pela Secretaria de Educação, ou seja, as merendeiras responsáveis pela cozinha das escolas, SEMPRE no primeiro horário da manhã (até 8:45hs-9:00hs). Vale ressaltar que as frutas serão utilizadas, normalmente, a partir das quartas-feiras e as verduras, a grande maioria, a partir das segundas-feiras;

CLÁUSULA QUARTA – CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
3. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização, o acompanhamento na execução do contrato por meio do Gestor/Fiscal do Contrato (Secretária da Educação), devendo esta fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Efetuar as vendas em conformidade com o Edital e este contrato;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- IV. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- V. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- VI. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- VII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.
- VIII. Entregar produtos/Gêneros de ótima qualidade.

5.2 Os produtos consumíveis não poderão ter prazo de validade inferior a 5 (cinco) meses, salvo outro prazo estabelecido pelo fabricante.

5.3 Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem industrial e original, com etiqueta de registro perante o Ministério da Agricultura, vedada qualquer manipulação, bem como não poderão estar rasgadas, amassadas e com ferrugem.

5.4 Fica vedada a entrega de frango e/ou qualquer produto de origem animal "caipira". A carne bovina deverá possuir atestado e registro de inspeção sanitária (SIF).

5.5 As Frutas e verduras deverão apresentar ótima qualidade – Frutas com maturação “no ponto” e verduras e legumes “frescos”.

CLAUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLAUSULA SÉTIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 061/2015 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA: DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 28 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MERCEARIA TIA LORENA LTDA - ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PORTARIA Nº 052, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 052, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 061/2015 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 061/2015, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.930.192/0001-84, lotes nº: 01, 04, 06, 10, 12, 13, 14 e 15 pelo preço total de R\$ 35.912,00 (trinta e cinco mil, novecentos e doze reais);

II – ALBERTO BOGONI NETO, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.910.332/0001-09, lotes nº 02, 03, 05, 08, 09 e 11 pelo preço total de R\$ 14.666,17 (quatorze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos);

III – TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.235.235/0001-70, lotes nº 07, 16, 17 e 18 pelo preço total de R\$ 15.776,00 (quinze mil, setecentos e setenta e seis reais);

IV - MERCEARIA TIA LORENA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.220.564/0001-92, lotes nº 19, 20, 21 e 22, pelo preço total de R\$ 18.707,62 (dezoito mil, setecentos e sete reais e sessenta e dois centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 98, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 98, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 012/2016 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO equívoco na publicação do Aviso de Licitação, porquanto o Edital de Licitação nº 012/2016 não havia submetido à Assessoria Jurídica;

CONSIDERANDO que a contratação dos serviços deverá se dar através da Autarquia Municipal, o que demanda correção do Edital;

CONSIDERANDO o Poder/Dever da Administração em rever seus próprios atos, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 012/2016, modalidade Pregão Presencial, devendo ser lançado novo edital com as correções que se fizerem necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 09/2016

TERMO ADITIVO 09/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 198/2015.

Termo Aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA e a empresa ALÔ BRASIL PESQUISA CONSULTORIA E MARKETING LTDA, autorizado através da Licitação nº 035/2015, Processo Administrativo nº. 121/2015 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: ALÔ BRASIL PESQUISA CONSULTORIA E MARKETING LTDA

CNPJ-MF n.º 09.185.766/0001-62

Endereço: Rua Videira, s/nº - Centro – Treze Tílias – SC.

Representada por: Pedro Pagliarini.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO A SER ADITADO

Licitação nº035/2015, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, contrato 198/2015 cujo objetivo visa implementação de um programa de melhoria contínua do desempenho da Administração Municipal, com ênfase à qualidade dos serviços oferecidos à população, relacionamento – interno e externo – e atendimento ao público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 035/2015 teve seu termo final para 31/12/2015.

2.2. Considerando o recesso do fim do ano, onde houve interrupção das aulas em decorrência das férias dos professores, o que impossibilitou a execução do treinamento.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do contrato de Prestação de Serviços nº 198/2015, em 90 dias ficando o término do contrato previsto para 30/03/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato de fornecimento de serviços técnicos generalizados nº 198/2015 permanecem inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 26 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ALÔ BRASIL PESQUISA CONSULTORIA E MARKETING LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 011/2016

TERMO ADITIVO Nº 011/2016

CONTRATO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º: 181/2015.

Termo Aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RIO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME, autorizado através do Processo nº 100/2015, Licitação n. 29/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: Euzébio Calisto Vieceli

CONTRATADA: Empresa: RIO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

CNPJ-MF n.º. 15.677.312/0001-01

Endereço: Rua Beira Rio, nº 315, Centro – Sala 01

Representada por: Jean Evadir Pires de Lima

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO A SER ADITADO

Licitação nº 29/2015, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, contrato 181/2015, cujo objeto visa prestação de serviços de engenharia, consistente na elaboração de Projeto e locação de Loteamento Urbano, de área medindo 76.000 m² (setenta e seis mil metros quadrados), localizado na Vila Bressan, às margens da Rodovia Estadual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 029/2015 teve seu termo final para 01/10/2015.

2.2. Considerando o parecer do engenheiro responsável pela fiscalização da obra, dando conta da falta de posicionamento da FATMA, para a emissão da LAP-Licença Ambiental Prévia.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do contrato de Prestação de Serviços nº 181/2015, com término do contrato previsto para 22/06/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato de fornecimento de serviços de engenharia nº 181/2015 permanecem inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 26 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
RIO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

CT 05-2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	005/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – ME
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.
Valor:	R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).
Vigência:	60 dias
PLANALTO ALEGRE, 18 de Fevereiro de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

Lei Municipal nº 0766/2016

LEI MUNICIPAL Nº 0766/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE LIMPEZA E ROÇADA EM TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes da municipalidade que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam os proprietários de imóveis baldios obrigados a mantê-los roçados e limpos permanentemente, em todo o perímetro urbano do município, sendo que de forma alguma estes terrenos poderão ser usados para depósito de lixo e entulhos.

Art. 2º. A municipalidade realizará fiscalização para averiguar a necessidade de limpeza ou roçada em lote baldio, constatada a necessidade, será o proprietário notificado para que realize o serviço no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data do recebimento da respectiva notificação.

§ 1º - A notificação será encaminhada ao endereço do proprietário, constante no cadastro imobiliário do município.

§ 2º - Não sendo o proprietário localizado pessoalmente, a notificação será enviada por correio ao endereço constante no Cadastro Imobiliário Municipal, com aviso de recebimento - AR, para que o serviço seja realizado no prazo descrito no §1º, contado da data do recebimento da notificação.

§ 3º - Não sendo efetivada a notificação na forma do parágrafo anterior, o proprietário, então, será intimado através de Edital publicado uma única vez no Mural Oficial do Município, para que realize o serviço necessário no prazo descrito no §1º, contado após a publicação.

Art. 3º. Fica o proprietário notificado obrigado a informar à Administração, através de ofício próprio, acerca da realização do serviço de limpeza e/ou roçada no imóvel de sua propriedade no prazo previsto no artigo anterior.

Art. 4º. Esgotado o prazo indicado na notificação e constatado que

o proprietário não executou a limpeza e roçada no local, ficará o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos serviços de limpeza e roçada nos respectivos imóveis.

§1º - Pelos serviços de limpeza e/ou roçada prestados pelo Município será cobrado o valor equivalente a 50 (cinquenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

§2º - Nos imóveis com metragem superior a 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), o valor supracitado será majorado em 1(uma) UFRM para cada metro quadrado que sobejar a metragem ora utilizada como parâmetro.

Art. 5º. O sujeito passivo notificado, para efeito do lançamento do valor referido no artigo anterior, será a pessoa constante do cadastro imobiliário municipal como proprietário do imóvel onde for realizado o serviço pela administração.

Art. 6º. Terão prioridade os serviços de limpeza e roçada em imóveis baldios que forem objeto de denúncias ou que ofereçam riscos à população.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 25 de fevereiro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 017/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses para possível aquisição parcelada de material didático para manutenção da secretaria de educação.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 07/03/2016.

Abertura: às 08h30min horas do dia 07/03/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 25 de Fevereiro de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 018/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses para possível registro de preços para aquisição de pneus novos, com certificação pelo inmetro, de forma parcelada, para manutenção da frota de máquinas e veículos das secretarias municipais.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 08/03/2016.

Abertura: às 08h30min horas do dia 08/03/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 25 de Fevereiro de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2270/2016 AUTORIZA CONVENIO COM HOSPITAL SÃO PAULO

LEI Nº 2.270/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO SEDIADO EM XANXERÊ/SC.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos

desta lei, autorizado a celebrar convênio com o Hospital Regional São Paulo, sediado no Município de Xanxerê/SC, para efetuar transferência mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para atendimento dos serviços de urgência, emergência e sobreaviso.

Parágrafo único – O valor de que trata a presente Lei será destinado ao pagamento do sobreaviso de 09 (nove) especialidades médicas, assegura, igualmente, o atendimento de 24 horas no serviço de emergência, com 02 (dois) plantonistas, bem como exames de radiologia e laboratório 24 horas.

Art. 2º. O instrumento de convênio será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo admitida a prorrogação, por iguais e sucessivos períodos, enquanto perdurar o interesse público, mediante a celebração de Termos Aditivos.

Art. 3º As despesas decorrentes para execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI 2271 REPASSE RECURSOS TERCEIRA IDADE

LEI Nº 2.271/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS AO GRUPO DA TERCEIRA IDADE SORRINDO PARA A VIDA, CONFORME ESPECÍFICA.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei, a efetuar transferência financeira no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao GRUPO DA TERCEIRA IDADE SORRINDO PARA A VIDA, inscrita no CNPJ n. 01.862.134/0001-84, sediada neste município de Ponte Serrada, destinados a ampliação do Centro de Convivência de Idosos.

Art. 2º - A entidade beneficiária deverá prestar contas dos valores recebidos nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 3º - As despesas decorrentes para execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI ORDINÁRIA 2269 2016 CRIAÇÃO POLO UAB

LEI N.º 2.269/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO POLO DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL DE PONTE SERRADA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DA CRIAÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, em nome do município de Ponte Serrada, autorizado a criar o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Ponte Serrada - SC (Polo UAB de Ponte Serrada - SC), unidade educacional, voltada para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito municipal e regional, com sede à Rua Julio Coletti, s/n, Bairro Berté - Ponte Serrada - SC.

CAPITULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º - São Objetivos do Polo UAB de Ponte Serrada - SC:
I - Oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada a professores da educação básica;
II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica;
III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
V - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiados em tecnologias de informação e comunicação.
VI - Oferecer experiência profissional e formação a egressos e estudantes do Ensino Médio.

CAPITULO III
DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º - O Polo UAB Ponte Serrada - SC, cumprirá suas finalidades e objetivos sócio educacionais em regime de colaboração com a União, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior.

Parágrafo Primeiro - Para fins desta lei, caracteriza-se o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil de Ponte Serrada - SC como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

Parágrafo Segundo - O Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil de Ponte Serrada - SC deverá dispor da seguinte infraestrutura mínima de funcionamento:

I - INFRAESTRUTURA FÍSICA:
01 Sala de Coordenação de Polo;
01 Sala para secretaria acadêmica;
01 BIBLIOTECA,
01 Sala para tutores,
02 SALAS DE AULA;
01 Sala de vídeo conferência;
01 Laboratório de Informática;
LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS DE ACORDO COM A OFERTA de cursos.

II - RECURSOS HUMANOS:

CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE
auxiliar administrativo	01
TUTOR ACADÊMICO	Conforme necessidade
Coordenador do polo	01

Parágrafo Terceiro - A prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC cederá funcionários do quadro profissional para ocuparem os cargos de Técnico em Informática, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e Coordenador do Polo, garantindo-lhes salário com base na estrutura administrativa do Plano de Carreira do Servidor Público Municipal. Aos cargos de Tutor ficará por conta das Universidades ofertantes dos cursos.

Parágrafo Quarto - A seleção do Coordenador do Polo de Apoio Presencial obedecerá a diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo Quinto - O Coordenador do Polo de Apoio Presencial é uma função no âmbito do sistema UAB, cujas responsabilidades e atribuições do titular deverão garantir o adequado funcionamento do polo, em relação às atividades educacionais e administrativas que se fizerem necessárias, bem como a interlocução entre os participantes do sistema Universidade Aberta do Brasil (Ministério da Educação, Instituições de Ensino Superior, Município e Estudantes).

Art. 4º - O Município de Ponte Serrada - SC é o legítimo mantenedor das estruturas físicas e de materiais necessários para o bom funcionamento da instituição, assim como fica autorizado a firmar acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos com fins de manter o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil de Ponte Serrada - SC.

Art. 5º- Fica determinado que o horário de funcionamento do Polo UAB de Ponte Serrada - SC será das 13h às 17h; 18h30min às 22h30min de Segunda a Sexta-feira, respeitando-se os feriados nacionais, estaduais e municipais, adequando-se sempre que necessário as reais condições de disponibilidade dos alunos e dos cursos ofertados, assim como os calendários das universidades conveniadas.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo em nome do Município de Ponte Serrada - SC autorizado a orçar despesas decorrentes da implantação e manutenção do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil de Ponte Serrada - SC à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro - A Prefeitura destinará quantia necessária a ser definida para a manutenção e aquisição de materiais de expediente para o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil de Ponte Serrada - SC a ser administrada pela Secretaria de Educação Municipal de Ponte Serrada - SC conforme solicitação da coordenação do Polo.

CAPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI ORDINÁRIA 2272 2016 AUTORIZA REPASSE DE
LEI Nº 2.272/2016 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTE SERRADA – APAE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei, a efetuar repasse de recursos financeiros no valor de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponte Serrada – APAE, inscrita no CNPJ/MF sob n.º78.502.960/000-47, destinados a manutenção de despesas da entidade, condicionado a disponibilidade financeira e orçamentária.

Parágrafo Único – A entidade beneficiária deverá prestar contas dos valores recebidos nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 2º - As despesas decorrentes para execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO 001/2016 PMPB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 29 de fevereiro de 2016, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no Edital, bem como na legislação vigente: Leis nº 1489/07 1637/08, 1988/12 e Lei Complementar 37/2011 e suas alterações. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 25 de fevereiro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito de Porto Belo

PROCESSO SELETIVO 001/2016 PMPB (EDITAL)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Leis nº 1489/07 1637/08, 1988/12 e Lei Complementar 37/2011 e suas alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será realizado sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, localizada na Av. Governador Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado terá caráter classificatório e envolverá prova escrita e prática.

1.3. Cronograma do Processo Seletivo:

DATA	ATO
25/02/2016	Publicação do Edital
26/02/2016	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
27/02/2016	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
29/02/2016 à 29/03/2016	Período de Inscrições
30/03/2016	Publicação do Rol dos Inscritos
31/03/2016	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
01/04/2016	Homologação das Inscrições
03/04/2016	Realização da Prova Escrita (MATUTINO)
03/04/2016	Realização da Prova Prática (VESPERTINO)
04/04/2016	Publicação do Gabarito Provisório
05/04/2016	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova escrita.
06/04/2016	Publicação do Gabarito Definitivo e Classificação Provisória e notas finais da prova escrita, prova de títulos, Prova Prática e nota final.
07/04/2016	Prazo para recurso contra Classificação Provisória e notas da prova escrita, prova de títulos e Prova Prática.
08/04/2016	Homologação do Resultado Final

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado no Departamento Pessoal do Município de Porto Belo durante todo o

período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

2.3. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado no edital de convocação perderá a vaga.

2.3.1. Havendo interesse, no prazo estipulado no edital de convocação, poderá o candidato requerer sua reclassificação, em uma única oportunidade, passando para o final da lista.

2.3.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Porto Belo, obedecendo a ordem de classificação.

2.3.3. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, os atos de convocação.

2.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site www.portobelo.sc.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

3. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. Em atendimento ao disposto no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, será reservado aos candidatos com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, nos termos da Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/04.

3.2. Da inscrição dos candidatos portadores de deficiência:

a) O candidato amparado pelo disposto na Lei Federal nº 7.853/89 e Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/04, poderá concorrer, sob sua inteira responsabilidade, aos cargos reservados aos portadores de deficiência, desde que atenda os requisitos relacionados no item 2.2;

b) Antes de efetuar sua inscrição, o portador de deficiência deverá observar a síntese de atribuições dos cargos constante neste Edital, certificando-se de que haja compatibilidade entre a função a ser desempenhada e sua deficiência;

c) Uma vez efetuada a opção de inscrição como portador de deficiência, fica vedada qualquer alteração;

d) O candidato portador de deficiência deverá preencher a ficha de inscrição fornecida e declarar o tipo de deficiência da qual é portador;

e) O candidato portador de deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas;

f) O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização das provas, poderá solicitar os benefícios no ato da inscrição;

g) O candidato portador de deficiência será submetido a exame médico específico para avaliação da compatibilidade entre as atribuições da função e a deficiência declarada, em que o médico deverá emitir laudo, observando: as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atribuições e tarefas essenciais da função a desempenhar, a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas e a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize;

h) O local, data e horário para a realização de avaliação médica serão divulgados no site de divulgação oficial;

i) O candidato portador de deficiência que não comparecer ao exame médico no local, data e horário previstos será excluído do Processo Seletivo;

j) Se não ficar comprovada a deficiência declarada, o candidato será desclassificado do Processo Seletivo;

k) O candidato, cuja deficiência declarada seja considerada incompatível com a função a desempenhar será desclassificado do Processo Seletivo;

l) Não havendo candidatos portadores de deficiência inscritos ou aprovados, os cargos reservados serão providos pelos demais aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Apresentar à comissão organizadora do Processo Seletivo:

3.3.1.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, no Município de Porto Belo, direcionado a Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.6. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;

b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;

c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;

d) de 71 a 90 - db - surdez severa;

e) acima de 91 - db - surdez profunda; e

f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Administração, no período compreendido entre 29 de fevereiro à 29 de março de 2016, das 13:30h. às 17:30h.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo, bem como efetuar o pagamento do boleto no valor da inscrição até a data limite.

4.2.1. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.3. Não serão permitidas inscrições condicionais ou por correspondência, extemporânea, via postal, via fax ou por qualquer via não especificada neste edital. admitindo-se, no entanto, por procuração (com firma reconhecida), que deverá ser anexada a ficha de inscrição.

4.4. O candidato deverá ler atentamente o edital, e preencher corretamente todos os campos Requerimento de Inscrição.

4.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.6. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

4.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

4.8. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.9. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 30 de março de 2016, a presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos.

4.10. No dia 01 de abril de 2016, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito do Município de Porto Belo.

4.11. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

4.11.1. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.11.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

4.11.3. Não haverá devolução da taxa de inscrição sob qualquer hipótese.

4. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSCRIÇÃO

4.1. No ato da inscrição o (a) candidato (a) deverá apresentar cópias e originais dos documentos:

a) Todos os Certificados exigidos para o cargo, bem como aqueles que comprovem a experiência profissional;

b) Carteira de identidade/ CPF;

4.1.1. Os candidato que se inscreverem para os cargos de Instrutor de Cultura Popular, Instrutor de Percussão, Instrutor de Cerâmica deverão entregar os comprovantes de aptidão ou experiência.

4.1.1.1 A não entrega dos comprovantes de aptidão ou experiência acarretará no indeferimento de inscrição do candidato.

4.1.1.2 Serão considerados comprovantes de aptidão na área para os cargos de Instrutor cursos de aperfeiçoamento com no mínimo 40 horas na área específica ou curso superior na área.

4.2. Após a inscrição, não será possibilitado ao candidato apresentar novos documentos.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

5.1. O valor das inscrições no presente processo seletivo será:

Cargo	Valor da Taxa
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 25,00
MECÂNICO	R\$ 25,00
BORRACHEIRO/FRENTISTA	R\$ 25,00
INSTRUTOR CULTURA POPULAR	R\$ 40,00
INSTRUTOR DE PERCUSSÃO	R\$ 40,00
INSTRUTOR DE CERÂMICA	R\$ 40,00
INSTRUTOR DE CONTRABAIXO	R\$ 40,00
MOTORISTA	R\$ 25,00

AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO	R\$ 40,00
MÉDICO CLÍNICO GERAL (20H)	R\$ 60,00
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 40,00
ENFERMEIRO	R\$ 60,00
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 60,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 40,00
MONITOR	R\$ 40,00
PROFESSOR DE ARTES	R\$ 60,00
PROFESSOR DE INGLÊS	R\$ 60,00
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	R\$ 60,00

6. DO RECURSO AO INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

6.1. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, após a publicação, que se dará por meio de requerimento encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, devidamente instruído.

6.2. A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Comissão do Processo Seletivo, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município, no prazo máximo de 01 (um) dia. Findo o prazo de recurso, as inscrições serão automaticamente homologadas, dando-se início ao processo de seleção.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

7.2. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados no dia 01 de abril de 2016, no site oficial do Município, no endereço eletrônico www.portobelo.sc.gov.br, bem como será afixado, em local visível, na Secretaria Municipal de Administração, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

8. DAS PROVAS

8.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 8, 9, 10 e 11 e anexo IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

8.2. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

8.2.1. Para o cargo de Motorista, serão considerados aprovados os candidatos que não zerarem na prova objetiva e tirarem nota igual ou superior a 50% (5,0 pontos) na prova prática.

8.2.2 Para os demais cargos que cuja exija habilitação mínima seja alfabetizado, serão considerados classificados os candidatos que não zerarem a prova escrita.

8.2.3. Para os cargos de nível médio, técnico ou superior, serão considerados aprovados os candidatos com nota mínima de 5,0 (cinco) pontos na Prova Objetiva.

8.2.3. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos.

8.3. Prova de Títulos e Tempo de Serviço (PTS) para os cargos de PROFESSOR de caráter classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos.

8.4. Prova Prática (PP) para todos os cargos de Instrutor e Motorista de caráter classificatório, conforme regras constantes do Item 11 deste edital.

8.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

8.5.DAS NOTAS

8.5.1. Para os cargos de PROFESSOR a nota final será $PO = 60\% + PTS = 40\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,6 + PTS \times 0,4 = NF$.

8.5.2. Para todos os cargos de Instrutor e Motorista a nota final será $PO = 60\% + PP = 40\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,6 + PP \times 0,4 = NF$.

8.5.3. Para os demais cargos a nota final será $PO = 100\%$.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PP = Prova Prática

PTS = Prova de Títulos e

Tempo de Serviço NF = Nota Final

9. DA PROVA ESCRITA

9.1. A prova escrita objetiva de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia 03 de abril de 2016, às 09h.00min., com duração de 03 (três) horas, em local a ser divulgado na data da homologação das inscrições.

9.2. A prova escrita objetiva terá 20 (vinte) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 01 (uma) a correta, conforme conteúdo programático descrito no Anexo IV

9.3. A prova terá 20 questões, distribuídas da forma abaixo:

CONTEUDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,50
Conhecimentos Gerais	05	0,50

Conhecimentos Específicos	10	0,50
---------------------------	----	------

9.4. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma será(ao) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelos candidatos.

9.5. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- b) contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- d) for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

9.6. As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos deverão dispor de caneta esferográfica preta ou azul, feita em material transparente.

9.7. Os candidatos somente poderão se retirar do local da prova objetiva após 30 minutos do início da mesma.

9.8. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local simultaneamente.

9.9. O candidato, ao encerrar a prova objetiva, entregará ao fiscal de sua sala o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas.

9.10. Durante a realização da prova objetiva é vedada consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

9.11 Para entrada nos locais de prova, os candidatos poderão apresentar Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto), Cédula de Identidade fornecida por órgãos ou conselho de classe que, por lei federal, valem como documento de identidade, e Carteira de Trabalho.

9.12. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas, levando em consideração que os portões de acesso ao local da prova serão fechados às 08h55min.. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato com atraso.

9.13. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova objetiva, nem a realização de prova fora do horário e local fixado para todos os candidatos.

9.14. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) tendo todas as questões o mesmo valor.

9.15. Serão considerados aprovados, na prova objetiva, os candidatos não zerarem a prova, classificando-se em ordem decrescente, segundo o resultado obtido.

9.16. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

- 9.16.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;
- 9.16.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;
- 9.16.3. Portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;
- 9.16.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

9.16.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

9.16.6. O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão resposta, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

9.16.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

9.16.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

9.16.9. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta devidamente preenchido e o caderno de provas, podendo apenas levar consigo o gabarito;

9.16.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9.17. Os envelopes contendo os cadernos das provas e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

10. DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

10.1. A prova de títulos será aplicada para os cargos de Professor.

10.2 O compute da prova de títulos será feito na forma a seguir:

Especificações	Valor Unitário	Valor Máximo
a) Diploma de curso de especialização em nível de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas aula, na área de educação.	1,00	2,00
b) Diploma devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de mestrado (título de Mestre) na área de Educação.	1,00	2,00
c) Diploma, devidamente registrado, de curso de pós-graduação, em nível de doutorado (título de Doutor) na área de Educação.	2,00	2,00

d) Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação. Serão validados cursos realizados a partir de janeiro/2012, com carga horária mínima de 16 horas.	0,25/curso	2,00
e) Tempo de serviço no cargo pretendido. (será aceito tempo de serviço das esferas federal, estadual, municipal e particular)	0,25/ano	2,00

Pontuação Máxima de Títulos: 10,00 (dez) pontos

10.2. Todos os documentos apresentados para comprovar os títulos e tempo de serviço precisam ser cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais para conferência.

10.3. Não haverá reprodução de cópias no local de entrega dos títulos e tempo de serviço.

10.4. Os títulos e tempo de serviço deverão ter relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

10.5 Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo.

10.6. A entrega dos títulos e tempo de serviço será efetuada no ato da inscrição.

10.7. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

10.8. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos e tempo de serviço.

10.9. A não apresentação dos títulos e tempo de serviço não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos e tempo de serviço para o cálculo da pontuação final.

10.10. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento e assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

10.11. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

10.12. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos e tempo de serviço do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título ou tempo de serviço em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

10.13. Uma vez efetuada a entrega dos títulos e tempo de serviço não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

10.14. A entrega dos documentos deverá ser realizada em uma única vez, não podendo ser parcial ou fracionada.

10.15. A comprovação de títulos a que se refere a experiência profissional não será considerada de forma fracionada, ou seja, o candidato para ter direito a pontuação terá que comprovar em anos, que poderão ser somados, porém, serão desconsiderados períodos remanescentes inferiores de 12 meses.

10.16. As certidões não poderão conter rasuras e/ou emendas.

10.17. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

10.18. Para comprovação do período de experiência na área de atuação serão admitidos os seguintes documentos:

- a) fotocópia simples da Carteira de trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal;
- b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública.

11. DA PROVA PRÁTICA

11.1. A Prova Prática será realizada no dia 03 de abril de 2016 às 13 horas.

11.2. Prova Prática a ser aplicada aos candidatos concorrentes aos cargos de Motorista podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, realizando atividades inerentes ao cargo observando:

- Elementos de conservação e manutenção dos veículos; (água, óleo, pneus, bateria e condições);
- Aptidão e conhecimento na condução dos veículos;
- Técnica;
- Eficiência.

11.2.1 O candidato deve operar o veículo/equipamento de forma adequada, partindo do local em que se encontra sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo/equipamento deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

11.2.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

11.2.3 Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

11.2.4. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista deverão apresentar carteira de habilitação, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

11.2.5. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação válida será automaticamente eliminado.

11.2.6. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

11.2.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

11.2.8. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

11.2.8.1. O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	11
Faltas Médias	0,50	14
Faltas Leves	0,25	05

11.2.8.2 A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- descontrolar-se no plano, no auge ou declive.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.
- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives.
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios – Frear bruscamente.
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta.
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção.
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque.
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular.
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção.

11.2.9. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo: ônibus1, ônibus2, ônibus3 / caminhão1, caminhão2, caminhão3).

11.3. Para os cargos de Instrutor serão realizadas atividades inerentes ao cargo em dois tempos, observando:

11.3.1. Primeiro tempo coletivo (30 minutos):

11.3.1.1. Elaborar um plano de aula contendo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

11.3.2. Segundo tempo individual para os cargos de Instrutor de Cultura Popular:

11.3.2.1. Executar uma coreografia de livre escolha (5 pontos).

11.3.3. Segundo tempo individual para os cargos de Instrutor de Percussão:

11.3.3.1. Executar um padrão de acompanhamento aplicados à música de sua escolha, no seu instrumento (2,5 pontos).

11.3.3.2. Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (2,5 pontos).

11.3.4. Segundo tempo individual para os cargos de Instrutor de Cerâmica:

11.3.4.1. Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

11.3.5. Segundo tempo individual para os cargos de Instrutor de Contrabaixo:

11.3.5.1. Executar um padrão de acompanhamento aplicados à música de sua escolha, no seu instrumento (2,5 pontos).

11.3.5.2. Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (2,5 pontos).

11.3.6. Todas as provas práticas serão filmadas a fim de esclarecer possíveis recursos contra nota da prova prática.

11.4. O local das Provas Práticas serão divulgados na Homologação das inscrições.

11.5. Todos os candidatos deverão estar no local e horário determinados.

11.6. É sugerida a chegada dos candidatos com 20 (vinte) minutos de antecedência, levando em consideração que os portões de acesso ao local serão fechados às 12h55min.

11.7. Será vedado o acesso ao local da prova prática ao candidato que se apresentar após as 12 horas e 55 minutos, sob qualquer alegação.

11.8. Os candidatos deverão comparecer no local da prova, convenientemente trajado, portando, obrigatoriamente, documento de identidade (conforme item 7.2.1.1.) e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11.9. Nenhum candidato fará a prova prática fora do dia, local e horário divulgados.

11.10. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada desta prova.

12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

12.1. Depois de concluídas as etapas de seleção, será apurada a nota final, observado os parâmetros definidos no presente edital.

12.2 Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no site www.portobelo.sc.gov, no dia 04 de abril de 2016.

12.3. No dia 06 de abril de 2016, o Município de Porto Belo publicará o gabarito definitivo e classificação provisória.

12.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

12.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

12.4.2. Quem apresentar maior titulação;

12.4.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

12.4.4. Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

12.4.5. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

12.4.6. Que tiver maior idade

12.5. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

12.6 O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 8.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

12.7. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Porto Belo será publicada no dia 08 de abril de 2016.

12.8. A classificação final dos candidatos constará de Edital, em ordem decrescente de pontos, a ser divulgado no site www.portobelo.sc.gov.br e fixado no mural da Secretaria Municipal de Administração.

13. DOS RECURSOS

13.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

13.1.1. Do presente Edital;

13.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

13.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

13.1.4. Da nota da prova escrita;

13.1.5. Da classificação final.

13.2. A impugnação a este Edital e os demais recursos deverá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 1 (um) dia útil, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado junto à Secretaria de Administração de Porto Belo.

14. DO CHAMAMENTO DOS CANDIDATOS APROVADOS

14.1. O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por intermédio do Edital afixado na Secretaria Municipal de Administração e divulgação no site oficial do município.

15. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1 Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

15.2 Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) cópia do documento de identidade;

d) cópia do CPF;

e) cópia da Certidão de Casamento, se houver;

f) cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

g) cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

h) apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

i) declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;

j) certidão negativa de antecedentes criminais;

k) comprovante da escolaridade e experiência exigida para o cargo;

l) comprovação de estar regularmente registrado no respectivo conselho profissional;

m) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

n) Ter aptidão física para o exercício das atribuições da função, comprovada por exame médico pré-admissional;

o) comprovante de residência;

p) fotografia 3 x 4;

q) Certidão de nascimento dos dependentes;

15.3 A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do concurso;

15.4 Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do processo.

15.5 O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do concurso.

16. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar da homologação, podendo ser prorrogado por igual período por necessidade da administração pública municipal.

16.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

16.3. O contrato de trabalho terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período por necessidade da administração pública municipal.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Secretaria de Administração do Município de Porto Belo e no sítio www.portobelo.sc.gov.br.

17.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

17.3. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões Permanente de Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecurável e Soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

17.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

17.4.1. Anexo I – Quadro De Cargos E Habilitação Mínima Exigida

17.4.2. Anexo II - Requerimento de Inscrição;

17.4.3. Anexo III – Requerimento de Recurso;

17.4.4. Anexo IV – Conteúdo Programático da Prova Escrita;

17.4.5. Anexo V - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais.

17.5. A convocação para contratação será feita por meio de publicação nos murais da Secretaria de Administração e na página oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br, não podendo o interessado alegar desconhecimento.

17.6. É facultado ao candidato, quando da convocação, optar pelo chamamento em última oportunidade, por uma única vez, alertando-se, porém, que pode ocorrer o término da validade do Processo Seletivo, sem o aproveitamento do candidato.

17.7. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;

b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

d) ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

17.8. O candidato convocado para a admissão que deixar de apresentar-se no local indicado no prazo estabelecido será considerado desistente e, portanto, desclassificado do Processo Seletivo;

17.9. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

17.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17.11. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos conjuntamente, pela Comissão do Processo Seletivo e Secretaria de Administração de Porto Belo.

17.12. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

17.13. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente – consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) – de qualquer candidato não poderá servir:

a) na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;

b) como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

Porto Belo, 24 de fevereiro de 2016.

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	SALÁRIO	VAGAS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40	Ser alfabetizado	R\$ 889,43	15
MECÂNICO	40	Ser alfabetizado	R\$ 1.546,42	CR

BORRACHEIRO/FRENTISTA	40	Ser alfabetizado	R\$ 1.030,92	1
INSTRUTOR CULTURA POPULAR	20	Comprovada aptidão na área	R\$ 23,45 / Hora	1
INSTRUTOR DE PERCUSSÃO	20	Comprovada aptidão na área	R\$ 23,45 / Hora	1
INSTRUTOR DE CERÂMICA	20	Comprovada aptidão na área	R\$ 23,45 / Hora	CR
INSTRUTOR DE CONTRABAIXO	20	Comprovada aptidão na área	R\$ 23,45 / Hora	CR
MOTORISTA	40	Ser alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Classe "B", "C" ou "D"	R\$ 945,04	CR
AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO	40	Conclusão do Ensino Fundamental e de curso de Auxiliar de Consultório Dentário, com registro no CRO-SC.	R\$ 1.374,56	CR
MÉDICO CLÍNICO GERAL (20H)	20	Graduação em Medicina e Registro no CRM-SC.	R\$ 4.686,80	1
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40	Ensino Médio e Curso de Formação em Técnicas de Enfermagem	R\$ 1.374,56	CR
ENFERMEIRO	40	Conclusão de curso superior em Enfermagem, com registro no Conselho Regional.	R\$ 3.092,84	CR
ASSISTENTE SOCIAL	40	Nível Superior em Serviço Social e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	R\$ 3.436,46	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40	Ensino Médio Completo	R\$ 945,04	CR
MONITOR	40	Ensino Médio Completo	R\$ 937,96	CR
PROFESSOR DE ARTES	20	Licenciatura Plena em Educação Artística, Artes ou Artes Visuais	I - 1.067,82 II - 1.281,38 III - 1.409,52	CR
PROFESSOR DE INGLÊS	20	Licenciatura Plena em Língua Inglesa	I - 1.067,82 II - 1.281,38 III - 1.409,52	CR
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	20	Licenciatura Plena em Matemática	I - 1.067,82 II - 1.281,38 III - 1.409,52	CR

ANEXO II
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO
INSCRIÇÃO Nº _____

- () AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
() MECÂNICO
() BORRACHEIRO/FRENTISTA
() INSTRUTOR CULTURA POPULAR
() INSTRUTOR DE PERCUSSÃO
() INSTRUTOR DE CERÂMICA
() INSTRUTOR DE CONTRABAIXO
() MOTORISTA
() AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO
() MÉDICO CLÍNICO GERAL (20H)
() TÉCNICO DE ENFERMAGEM
() ENFERMEIRO
() ASSISTENTE SOCIAL
() AUXILIAR ADMINISTRATIVO
() MONITOR
() PROFESSOR DE ARTES
() PROFESSOR DE INGLÊS
() PROFESSOR DE MATEMÁTICA

NOME: _____
RG: _____ CPF: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ CIDADE: _____
TELEFONE: _____ E-MAIL: _____
IDADE: _____

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TÍTULOS E COMPROVANTES DE TEMPO DE SERVIÇOS ENTREGUES

PORTO BELO, ____ DE _____ DE 2016.

ASSINATURA DO CANDIDATO



ANEXO III**REQUERIMENTO DE RECURSO**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 006/2014

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME COMPLETO DO REQUERENTE: _____

CPF: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____

FINALIDADE: _____

PORTO BELO, ____ DE _____ DE 2016.

ASSINATURA DO REQUERENTE

ANEXO IV**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA****1 – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

2 – CONHECIMENTOS GERAIS:

História e Geografia do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Porto Belo. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Porto Belo. Atualidades do Brasil e do Mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

3 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Higiene, limpeza. Prevenção de acidentes no trabalho. Equipamentos de segurança. Cuidados com a saúde, qualidade de vida e higiene. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Serviços auxiliares de limpeza. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

MECÂNICO

Injeção eletrônica; mecânica carburada (carburadores em geral); motores: diesel, aspirado e turbinado; transmissão; suspensão; cambio e embreagem; freios: mecânico, ar e hidráulico; cabeçotes: diesel, gasolina e álcool; caixa de direção: mecânica e hidráulica; conhecimento em ferramentas mecânicas, hidráulica e de precisão. Lubrificação. Montagem e desmontagem de motores, caixa e diferencial. Solda.

BORRACHEIRO/FRENTISTA

Organização do local de trabalho. Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de borracheiro. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

INSTRUTOR CULTURA POPULAR

Compreensão do conceito de patrimônio imaterial: segundo a UNESCO, está relacionado às "... práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."/Conhecimento as culturas tradicionais do local/ região (brincadeiras, indumentárias, religiosidade, oralidade, música, dança, hábitos alimentares, cura popular, etc.)/ Princípios e técnicas de Educação Cidadã, na perspectiva de Paulo Freire.

INSTRUTOR DE PERCUSSÃO

Teoria e percepção musical; ensino coletivo; teoria musical e percepção rítmica; definição de música; elementos da música; definição de som; propriedades do som; fórmulas de compasso; sincopa; contratempo; quíaltras; nome e tessitura das notas; escalas maiores e suas relativas menores; ciclos das quintas; intervalos maiores/menores/diminutos/aumentados/justo; conhecimentos gerais sobre os instrumentos. Princípios e técnicas de Educação Cidadã, na perspectiva de Paulo Freire.

INSTRUTOR DE CERÂMICA

História da Arte da antiguidade a contemporaneidade; O ensino da Arte no Brasil; Arte e educação; Proporção; Luz e sombra; Perspectiva; Estética; Fundamentos do estudo da forma, cor e composição; Leitura visual; Arte e cidadania; Arte e sustentabilidade; Materiais alternativos e proposições de construções artísticas. Princípios e técnicas de Educação Cidadã, na perspectiva de Paulo Freire.

INSTRUTOR DE CONTRABAIXO

História da Música: compreensão dos períodos/estilos da história da música e das principais características. Linguagem e Teoria Musical: conhecimentos sobre os elementos da linguagem e das formas musicais; a função destes elementos para a decodificação da música. Pedagogia e práticas do ensino da Música: noções básicas sobre o ensino de música; pedagogos musicais e suas metodologias. Estrutura física do instrumento, postura, afinação, troca de cordas, estrutura dos acordes, acordes maiores / menores / dissonantes / consonantes, cifras, escalas, arpejos, intervalos simples e compostos, técnica de mão direita e esquerda, repertório diversificado. Escalas rítmicas, leitura de partituras. Princípios e técnicas de Educação Cidadã, na perspectiva de Paulo Freire.

MOTORISTA

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização.

Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia.

AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO

Dentição decídua. Uso de fluoretos. Dieta e saúde bucal. Promoção de saúde bucal. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia. Doenças periodontais. Cárie dentária. Risco de cárie dentária. Biossegurança no consultório odontológico, prevenção e controle de riscos. Aspectos éticos na prática odontológica. Prevenção das doenças periodontais. Educação em saúde bucal. Prevenção das doenças bucais. Bioética e odontologia. Anatomia dental. Identificação dos dentes. Arquitetura da maxila e da mandíbula. Anatomia da cavidade bucal. Importância da coleta de informações do usuário e documentação. Manutenção preventiva de equipamento odontológico e gerenciamento de resíduos em serviços odontológicos. Radiologia aplicada na odontologia. Aspectos epidemiológicos e sociais das doenças bucais. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho

MÉDICO CLÍNICO GERAL (20H)

Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde; Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso; Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco; Cuidados ao recém nascido normal e condução da puericultura; Tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice; Interpretação de exames complementares de apoio diagnóstico na atividade clínica diária; Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamentos necessários; Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples; Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional; Conhecimento sobre o ciclo vital, a estrutura e a dinâmica familiar; Promoção de ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade; Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis; Gerenciamento de serviços de saúde; Montagem e operação de sistemas de informação na Atenção Primária à Saúde; Montagem, orientação e avaliação de sistema de referência e contrarreferência; Estudos de prevalência e incidência de morbimortalidade e de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade; Implementação, controle e avaliação do programa de imunização da unidade. Orientação e implementação de atividades de treinamento de pessoal e educação continuada para a equipe de saúde. Conhecimentos Gerais de Medicina: Semiologia médica; Radiologia Básica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Ética Médica: Aspectos da moral teórica e aplicação dos princípios éticos em situações concretas das atividades da vida pessoal e profissional. Atenção Básica em Saúde: Hipertensão arterial. Cardiopatia isquêmica. Insuficiência cardíaca. Dislipidemias. Asma. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Infecções respiratórias do trato superior e inferior. Tuberculose. Infecção urinária alta e baixa. Diarréias. Parasitoses. Gastrites e Úlcera péptica. Hepatites agudas e crônicas. Doenças inflamatórias intestinais. Atenção a dependências de drogas lícitas (álcool e tabaco). Diabetes Mellito. Doenças da tireóide. Obesidade. Síndrome da imunodeficiência adquirida. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080, Lei nº 8.142. Princípios e diretrizes do ESF.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Curativos, Potencial de contaminação, Técnicas de curativos; Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia; Condutas do Técnico de Enfermagem na Saúde Mental, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Prevenção; Imunização – Vacinas, acondicionamento, Cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, Calendário de vacinação; Conselho Regional de Enfermagem (Coren) - Código de Ética de Enfermagem – Lei nº. 7498 do exercício Profissional; Esterilização de Material; Saúde da Mulher, Princípios Básicos De Ética; Regulamentação do Exercício Profissional e Relações Humanas. Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90. Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Universalização, Equidade, Integralidade, Hierarquização, Participação e Controle Social, Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS.

ENFERMEIRO

O processo saúde-doença do coletivo; o perfil epidemiológico na prática do enfermeiro na Atenção Básica; a enfermagem e o cuidado na saúde da família; a educação em saúde na prática da Atenção Básica; a visita domiciliar no contexto da saúde da família; a busca da humanização e da ética na atenção à saúde. Saúde da Mulher: avaliação e intervenção de enfermagem na gestação; Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, sexualidade da mulher e autocuidado; o período pós-natal e a assistência ao binômio mãe-filho. Saúde da Criança: promoção do aleitamento materno e alimentação da criança; assistência de enfermagem à criança com agravos respiratórios; assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e desidratação; assistência e cuidado de enfermagem à criança com problemas nutricionais; ações de enfermagem para a promoção da saúde infantil. Saúde do adulto e do idoso: o processo de envelhecimento e a assistência ao idoso; tratamento de feridas no domicílio; atuação da equipe de enfermagem na hipertensão arterial sistêmica; educação para o controle do Diabetes Mellitus. Saúde mental na atenção básica. Prevenção e controle das doenças transmissíveis na atenção básica. Ética profissional. Sistema Único de Saúde - Lei 8.080/90 e Decreto n. 7.508 de 28/06/11. Controle Social e Participação

Social, Lei 8.142/90. Estratégia Saúde da Família – ESF. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90. Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03. Política Nacional de Atenção Básica, Portaria 2.488 de 21/10/11.

ASSISTENTE SOCIAL

O processo de trabalho do Serviço Social: aspectos teóricometodológico e ético-político; instrumentalidade; estratégias de ação do Serviço Social; Dimensões da competência profissional; planejamento em Serviço Social, pesquisa em Serviço Social; ética e direitos humanos. As políticas sociais públicas e o serviço Social: organização e operacionalização das políticas sociais; o trabalho do assistente social com os diferentes segmentos da população em situação de vulnerabilidade social no campo das políticas sociais setoriais; interdisciplinaridade e os sujeitos sociais; conselhos de direitos e a rede social. Política Nacional de Assistência Social; SUAS – Sistema Único de Assistência Social; LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social; Família, Rede de Proteção Social e Políticas Públicas; Estatuto do Idoso; Violência Doméstica; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Movimentos Sociais.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Followup. Check-list. Organização de reuniões e eventos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Qualidades pessoais e técnicas relativas à função de assessoria. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, contrato, convênio, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus. Dispositivos de entrada, saída e armazenamento.

MONITOR

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor – aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE ARTES

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Informática Básica: Windows, Word, Excel. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE INGLÊS

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; VerbForms (affirmative/interrogative/negative): The presentsimple; thepresentcontinuous; thepastsimple; thepastcontinuous; thepresentperfect; thepresentperfectcontinuous ;thepastperfect; the future; thenear future; the future continuous .Modalsandauxiliaryverbs.PhrasalVerbs. Usedto/getusedto/beusedto. Ifclausesandotherconditionals. The Infinitiveandthe "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefiniteanddefinitearticles. Nouns: singular and plural; countableanduncountablenouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjectiveandobjectivepronouns; demonstratives; reflexiveandemphaticpronouns: indefinitepronouns; possessivepronouns. Adjectives: the use and position ofadjectives; comparativesand superlatives; adjectivesending in "-ed" and "-ing"; possessiveadjectives. Adverbs: ofmanner, offrequency, time andplace; adverbsofdegree; "too" and "enough". PrepositionsandPrepositionPhrases. Prepositions/Link words. Relativeclauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; definingand non-definingrelativeclauses; clauseswith "-ing" or a pastparticiple; "with" in identifyingphases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowelounds, consonantsounds, "-edsounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto políticopedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnicoraciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Informática Básica: Windows, Word, Excel. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática

Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, secções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Informática Básica: Windows, Word, Excel. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo para Emprego Público nº 05/2014, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato

Porto União

PREFEITURA

ATA 041/2016

ATA 041/2016

Aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Mercado Koseira Ltda - ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mercado Koseira Ltda - ME, inscrito no CNPJ/MF nº 68.794.478/0001-74, sito a Avenida Paula Freitas, nº 4270, Bairro São Sebastião, município de União da Vitória, estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3524-4498, representado neste ato pela Sr.(a) Sonia Koseira, inscrita no CPF sobre o número 638.092.739-53.

Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde do município de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
2	02	Unidade	Caixa isopor térmica com tampa; capacidade para 50 litros	R\$ 59,00	R\$ 118,00
3	1.000	Unidade	Caixa isopor térmica com tampa; capacidade para 250 g	R\$ 5,85	R\$ 5.850,00
4	10	Unidade	Caixa isopor térmica com tampa; capacidade para 3 litros	R\$ 14,85	R\$ 148,50
5	03	Unidade	Caixa isopor térmica com tampa; capacidade para 170 litros	R\$ 178,00	R\$ 534,00
Valor Total: R\$ 6.650,50 (seis mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 004/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 004/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal

8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 004/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sr.(a) Sonia Kosera, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda - ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 042/2016

ATA 042/2016

Aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Luis Kaminski ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Luis Kaminski ME, inscrito no CNPJ/MF nº 11.473.982/0001-55, sito a Rua Dom Pedro I, nº 207, Bairro São Basílio Magno, município de União da Vitória, estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-2689, representado neste ato pelo Sr. Luis Kaminski, inscrito no CPF sobre o número 253.970.369-00.

Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde do município de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	500	Caixa	Papel A4 210x297 mm – 75g/m²; caixa com 10 unidades/resma	R\$ 129,79	R\$ 64.895,00
Valor Total: R\$ 64.895,00 (sessenta e quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 004/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 004/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 004/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Luis Kaminski, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Luis Kaminski ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 043/2016

ATA 043/2016

Aos 11 (onze) dias do mês de fevereiro do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA, Recier José Gregório – ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Recier José Gregório – ME, inscrito no CNPJ/MF n.º 81.413.759/0001-06, sito a Rua Presidente Kennedy, nº 149, centro, município de General Carneiro, estado do Paraná, CEP 84.660-000, Telefone (42) 3552-1924, representado neste ato pelo Sr. Recier José Gregório, inscrito no CPF sobre o número 674.070.139-34.

Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção da Secretaria Municipal da Saúde do município de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
6	50	Unidade	Caixa arquivo; confeccionada em papelão kraft; 2 capas; espaço para anotações; dimensões: C x L x A: 344 x 125 x 237mm	R\$ 2,68	R\$ 134,00
7	30	Unidade	Caderno protocolo correspondência; capa dura; folhas numeradas	R\$ 8,50	R\$ 255,00
8	36	Unidade	Corretivo líquido; à base de água; secagem rápida; produto atóxico; embalagem c/ 18 ml	R\$ 1,23	R\$ 44,28
9	10	Unidade	Grampeador de mesa 26/6; dimensões: 12,6 x 3,6 x 5,6cm	R\$ 13,90	R\$ 139,00
10	50	Caixa	Grampo para grampeador nº 26/6; galvanizado; caixa 5.000 unidades	R\$ 3,95	R\$ 197,50
11	200	Unidade	Fita adesiva; transparente; dimensões: 48mm x 45m	R\$ 3,25	R\$ 650,00
12	150	Unidade	Fita adesiva; transparente; dimensões: 12mm x 30m	R\$ 0,82	R\$ 123,00
13	100	Frasco	Cola em tubo; secagem rápida; frasco c/ 90g	R\$ 1,30	R\$ 130,00
14	03	Unidade	Quadro branco; medidas: 1,20 m x 0,90 cm; moldura De alumínio	R\$ 99,00	R\$ 297,00

15	24	Unidade	Fita crepe; Composição: Papel crepado saturado coberto com adesivo á base de borrachas e resinas sintéticas; Dimensões: 18 x 50m	R\$ 3,25	R\$ 78,00
16	25	Caixa	Clips para papel; nº 1; caixa c/ 100 unidades	R\$ 3,50	R\$ 87,50
17	25	Caixa	Clips para papel; nº 2; caixa c/ 100 unidades	R\$ 3,15	R\$ 78,75
18	25	Caixa	Clips para papel; nº 4; caixa c/ 390 unidades	R\$ 3,50	R\$ 87,50
19	25	Caixa	Clips para papel; nº 6; caixa c/ 50 unidades	R\$ 1,70	R\$ 42,50
20	25	Caixa	Clips para papel; nº 8; caixa c/ 25 unidades	R\$ 1,70	R\$ 42,50
21	10	Unidade	Tesoura 19,5 cm; lâmina em aço inox 7; cabo em polipropileno; dimensões: C:275mm x L:100mm; tamanho 18 mm	R\$ 5,40	R\$ 54,00
22	03	Caixa	Caneta azul esferográfica; ponta de 1,0 mm; com esfera de tungstênio; corpo triangular ; tintas e componentes plásticos atóxicos; com código de barras no corpo da caneta; fabricação nacional; caixa c/ 50 canetas	R\$ 33,70	R\$ 101,10
23	03	Caixa	Caneta preta esferográfica; ponta de 1,0 mm; com esfera de tungstênio; corpo triangular; tintas e componentes plásticos atóxicos; com código de barras no corpo da caneta; fabricação nacional; caixa c/ 50 canetas	R\$ 34,00	R\$ 102,00
24	10	Pacote	Grampo trilho plástico; 80 mm; cor preto; pacote c/ 50 unidades	R\$ 4,45	R\$ 44,50
25	80	Unidade	Agenda ano 2016; diária; executiva; cor preta; costurada; DESCRIÇÕES: folha de dados pessoais; visão semanal; mapas; índice telefônico; folha com calendário; fitilho; capa em material sintético; capa com gravação em relevo; capa com espuma; abertura mês a mês.	R\$ 19,60	R\$ 1.568,00
26	100	Unidade	Agenda ano 2017; diária; executiva; cor preta; costurada; DESCRIÇÕES: folha de dados pessoais; visão semanal; mapas; índice telefônico; folha com calendário; fitilho; capa em material sintético; capa com gravação em relevo; capa com espuma; abertura mês a mês	R\$ 25,80	R\$ 2.580,00
27	12	Unidade	Calculadora de mesa; eletrônica; display grande; 12 dígitos	R\$ 15,70	R\$ 188,40
28	20	Unidade	Fita adesiva dupla face; dimensões: 19mmx20m	R\$ 4,50	R\$ 90,00

29	60	Pacote	Bexiga; nº 11; cores variadas; pacote c/ 50 unidades	R\$ 6,80	R\$ 408,00
30	30	Unidade	Pasta polionda larga 5,5 cm	R\$ 3,90	R\$ 117,00
31	50	Unidade	Pasta sanfonada; plástica; transparente; divisória de A/Z	R\$ 13,70	R\$ 685,00
32	05	Rolo	Etiquetas adesivas de preço; em rolo; etiquetas médias; rolo com 1.000 etiquetas	R\$ 2,25	R\$ 11,25
33	40	Unidade	Prancheta escritório; em acrílico; com prendedor metálico	R\$ 8,60	R\$ 344,00
34	02	Caixa	Papel carbono A4; dupla face; azul; caixa c/ 100 folhas	R\$ 44,00	R\$ 88,00
35	50	Unidade	Pasta plástica com grampo trilho plástico; dimensões: 335x235 mm	R\$ 1,55	R\$ 77,50
36	05	Caixa	Lápis de cor; mina macia; madeira 100% reflorestada e certificada pela FSC; formato triangular; caixa c/ 12 lápis de cor	R\$ 5,75	R\$ 28,75
37	20	Pacote	Papel cartão duplex; formato A4; 10 cores; pacote c/ 20 folhas	R\$ 6,40	R\$ 128,00
38	05	Frasco	Cola para E.V.A; frasco c/ 90 g	R\$ 3,40	R\$ 17,00
39	04	Pacote	E.V.A liso; formato: 40x60cm 2mm; pacote c/ 10 folhas; cores variadas	R\$ 17,00	R\$ 68,00
Valor Total: R\$ 9.087,03 (nove mil oitenta e sete reais e três centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 004/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 004/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Prefeitura Municipal de Porto União, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal responsável, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Quando feita a solicitação, o material deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 004/2016.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 006/2016, Pregão Presencial 004/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Recier José Gregório, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Recier José Gregório – ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 006/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 006/2016 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 008/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Imprensa Nacional.

CLAUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

Prorroga-se o aludido contrato superior por 12 (doze) meses, a contar de 14/02/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 12 de fevereiro de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 017/2016

Retificação do Edital de Tomada de Preços 003/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no edital referente ao processo licitatório supracitado. Por consequência, altera-se também a data limite para recebimento dos envelopes para dia 17 de março de 2016 às 13h30min e a sessão pública para 13h45min do mesmo dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 006/2016 – PREFEITURA
Pregão Presencial 004/2016 – Registro de Preços
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Mercado Kosera Ltda – ME,

Luis Kaminski ME e

Recier José Gregório – ME.

Porto União SC, 11 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 007.869.309-85, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Waldemar Pabst, s/nº – Bairro Bela Aliança – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Profª Belmarli da Silva, em substituição a Maria Aparecida de Lino Day, que está Readequada.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.203,46 (Três mil duzentos e três reais e quarenta e seis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 5163, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5163, de 22 de fevereiro de 2016.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA SUPERMERCADO HERMANN LTDA.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.201/2005

DECRETO:

Art. 1º - Fica concedido a empresa SUPERMERCADO HERMANN LTDA, CNPJ 05.968.827/0002-98, Cadastro Econômico nº 167393, estabelecida à rua Estrada da Madeira, 1260, bairro Barragem, município de Rio do Sul/SC, Cadastro Imobiliário n. 20587 e Matrícula no Registro de Imóveis n. 47731, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo 157002/2015, incentivos consoante a Lei nº 4201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:

I - execução de 60% (sessenta por cento), dos serviços de terraplenagem, aterro, corte, vias de acesso à empresa beneficiada e serviços de horas máquinas e equipamentos, no endereço Estrada da Madeira, bairro Barragem, município de Rio do Sul, conforme matrícula sob o n. 47.731 anexa ao processo;

II - melhoria de rede de alta tensão de energia elétrica e iluminação pública, de 30% (trinta por cento), no endereço Estrada da Madeira, bairro Barragem, município de Rio do Sul, conforme matrícula sob o n. 47.731 anexa ao processo;

III - isenção de 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Licença para Localização e Permanência no Local, bem como sua renovação anual de 05 (cinco) anos;

IV - isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU pelo prazo de até 05 (cinco) anos, no endereço Estrada da Madeira, bairro Barragem, município de Rio do Sul, conforme matrícula sob o n. 47.731 anexa ao processo;

V - isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação de projetos, de área de 747,88m²;

VI - isenção de 50% (cinquenta por cento) de ISS para as obras e serviços executados para a implantação de projetos.

Art.2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º -	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

DECRETO Nº 5164, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5164, de 22 de fevereiro de 2016

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 289.438,40 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), a seguinte dotação nos seguintes vínculos do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	BLMAC – Manutenção da Gestão Plena – MAC		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03670200	Incentivo Hospitalar - Estadual	R\$	233.301,92
03670300	Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	R\$	43.497,54
03381200	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$	12.638,94
	TOTAL	R\$	289.438,40

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 289.438,40 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), a seguinte dotação nos seguintes vínculos do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	BLMAC – Manutenção da Gestão Plena – MAC		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
03670200	Incentivo Hospitalar - Estadual	R\$	233.301,92
03670300	Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	R\$	43.497,54
03381200	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	R\$	12.638,94
	TOTAL	R\$	289.438,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
22 de fevereiro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5165, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5165, de 23 de fevereiro de 2016.

“INSTITUI TURNO ÚNICO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal e Art. 48, §§ 2º e 3º da Lei Complementar 207/2010, e

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído em regime excepcional o turno único ininterrupto de seis horas diárias nos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, a partir de 01/03/2016 até 28/02/2017.

§ 1º – No período previsto no caput deste artigo, o horário será das 07h30min às 13h30min.

§ 2º – Em função do regime excepcional previsto no caput deste artigo, a hora-extra somente será devida após a oitava hora trabalhada e desde que previamente e expressamente autorizada.

Art. 2º – Excetuam-se do horário previsto no Art. 1º:

I – Os serviços da Guarda Municipal e dos Vigias que observarão a escala de trabalho em vigência, já prevista para esta categoria de servidores.

II – O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que observará a escala de trabalho em vigência de acordo com a legislação do Ministério da Saúde.

III – As Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação funcionarão no horário normal de trabalho. A Secretaria Municipal de Educação atenderá também no período vespertino em regime de plantão para atendimento as Unidades Escolares.

IV – A Secretaria Municipal de Saúde trabalhará para o atendimento ao turno previsto no Art. 1º, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços nos seguintes horários estabelecidos:

- a) Policlínica: Aberta das 06h30min às 17h30min;
- b) Centro de Atendimento ao Adulto: das 06h30min às 17h;
- c) Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente: das 07h30min às 17h;
- d) Centro de Testagem e Aconselhamento: das 06h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 15h30min.;
- e) Programa de Atenção ao Idoso: das 06h30min às 17h;
- f) Central de Pronto-socorro: das 06h30min às 17h;
- g) Auxiliares de Serviços Gerais Feminino: das 06h30min às 17h;
- h) Telefonista: das 06h30min às 17h;
- i) Autorização de Exames: 07h30min. às 16h30min.;
- j) Marcação de Consultas: 07h30min. às 16h30min.;
- k) Tratamento fora Domicílio: 07h30 às 16h30min.;
- l) Odontologia: 07h30 às 16h30min.;
- m) Manutenção: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- n) Saúde do Trabalhador: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- o) Setor de Psicologia, Nutrição e Fonoaudiologia: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- p) CPD: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- q) NASF e Academia de Saúde: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- r) EACS: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- s) Motorista: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- t) Motoristas da Hemodiálise: das 07h às 13h e das 13h às 19h;
- u) Departamento de Controle Avaliação, Recursos Humanos, Compras, Contabilidade, Divisão de Medicina e Almoxarifado: das 07h30min. às 13h30min.
- v) Departamento de Enfermagem: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- w) Gabinete do Secretário Municipal de Saúde: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- x) CAPS: das 07h30min. às 11h30min. e das 12h30min. às 16h30min.;
- y) Centro de Atendimento à Mulher: das 06h30min. às 17h;
- z) VISA e DIVE: 07h às 17h.

V – A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que fará o horário das 07h00 às 13h00.

VI – As unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação prestarão atendimento conforme segue:

- a) Centro Integrado de Atenção à Comunidade – CONVIVA – 07h30min às 16h30min.;
- b) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 07h30min. às 15h30min.;
- c) Padaria Escola - 07h30min. às 13h30min.;
- d) Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS – 07h30min. às 15h30min.;
- e) Centro de Convivência da Terceira Idade - 07h30min. às 15h30min.;
- f) Centro de Atendimento Social ao Cidadão – CASC – 07h30min às 15h30min.;
- g) Centro Pop – 07h30min às 15h30min.;
- h) Os servidores cedidos para o Conselho Tutelar - 07h30min. às 17h30min.

VII – A Fundação Cultural fará o turno previsto no Art. 1º somente durante o período de recesso dos alunos.

VIII – Os operadores de equipamentos da Secretaria de Agricultura, cedidos às Associações de Produtores Rurais farão o horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30min. às 17h30min. O Departamento de Pecuária terá regime de plantão para os atendimentos clínicos de urgência.

IX – Os servidores cedidos observarão a escala de trabalho vigente junto ao órgão ou entidade cessionária.

§ 1º – Nas Unidades/Setores previstas no inciso IV deste artigo, onde o horário de funcionamento ultrapassa a jornada reduzida de seis horas diárias, deverá ser organizado escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0151/RH

PORTARIA Nº. 0151/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 26/02/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2015, designada pela Portaria n. 0883/RH de 06 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício nº. 007/P.A.D. 008/2015, de 23 de fevereiro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0152/RH

PORTARIA Nº. 0152/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 26/02/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2015, designada pela Portaria n. 0896/RH de 10 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício nº. 006/P.A.D. 009/2015, de 23 de fevereiro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0153/RH

PORTARIA Nº. 0153/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 26/02/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2015, designada pela Portaria n. 0897/RH de 10 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício nº. 005/P.A.D. 010/2015, de 23 de fevereiro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

RESUMO DO ADITIVO 011/2016

4º TERMO ADITIVO Nº 011/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 024/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA REFORMA ESTRUTURAL DO PRÉDIO PARA O FUNCIONAMENTO DA DEFESA CIVIL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA F & F LTDA - ME.

Aos dezesseis (16) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA F & F LTDA - ME., estabelecida na rua Marquês do Herval, 638, Sala 02, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.595.052/0001-37, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável, Sr. Deivid Schlichting, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Convite nº 016/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 024, datado de 19 de março de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 35.578,37 (trinta e cinco mil e quinhentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos), conforme

planilha, justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 4.076,67 (quatro mil e setenta e seis e sessenta e sete centavos), conforme planilha, justificativa anexa.

CLÁUSULA QUATRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

CONSTRUTORA F & F LTDA - ME

Sr. Deivid Schlichting

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 012/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 012/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 115/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA SERRALHERIA ROSVALE LTDA.

Aos dezesseis (16) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Serralheria Rosvale Ltda - EPP, estabelecida na rua João Cavilha, 31, Bairro Taboão, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-584 inscrita no CNPJ sob o nº 00.140.437/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representado pelo Sr. Mauro Roberto Rossetti, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa nº 093/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 115, datado de 13 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 52.072,87 (cinquenta e dois mil e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), conforme memorando nº 152/2015 anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

SERRALHERIA ROSVALE LTDA

. Sr. Mauro Roberto Rossetti

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 013/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 013/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 116/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA SERRALHERIA ROSVALE LTDA.

Aos dezesseis (16) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Serralheria Rosvale Ltda - EPP, estabelecida na rua João Cavilha, 31, Bairro Taboão, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-584 inscrita no CNPJ sob o nº 00.140.437/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representado pelo Sr. Mauro Roberto Rossetti, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa nº 092/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 116, datado de 13 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral

do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 25.376,75 (vinte e cinco mil e trezentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme memorando nº 154/2015 anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

SERRALHERIA ROSVALE LTDA

. Sr. Mauro Roberto Rossetti
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 014/2016

3º TERMO ADITIVO Nº 014/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 017/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, BAIRRO BELA ALIANÇA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE,

e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Convite nº 007/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 017, datado de 19 de fevereiro de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 270 (duzentos e setenta) dias, com o seu término em 22 de outubro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA

Sr. Marco Adriano Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 121/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 121/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 044/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM E PASSEIOS DO TREVO DO TABOÃO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos vinte (20) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 044/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 044, datado de 03 de maio de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 150 (cento e cinquenta) dias, com o seu término em 22 de abril de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Sr. Marco Adriano Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 122/2015

3º TERMO ADITIVO Nº 122/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 186/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOÃO HOFFMANN, BAIRRO FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 132/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 186, datado de 28 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 30 de abril de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA
Sr. Marco Adriano Grabowski
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome:

CPF:

Rio do Sul/SC, 12 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 008/2016

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 008/2016

Carta Convite nº 107/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda

Objeto: serviços e peças para conserto e retífica do motor da viatura ABTR-103 ano 2011 do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul

Valor: R\$ 16.219,70 (dezesesseis mil, duzentos e dezenove reais e setenta centavos).

Prazo de Execução: iniciar os serviços imediatamente após a Nota de Empenho, sendo de sua responsabilidade o transporte do equipamento até sua oficina e depois de feito o serviço entregar no pátio do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul, Al. Bela Aliança, Bairro Jardim América, sem nenhum custo adicional.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

RESUMO DO CONTRATO 009/2016

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 009/2016

Carta Convite nº 001/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: SEMATEL – Serviços de Manutenção e Instalações Elétricas Ltda

Objeto: extensão de rede, colocação de luminárias e iluminação pública em diversos locais do município de Rio do Sul

Valor: R\$ 67.994,24 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Prazo de Execução: 48 (quarenta e oito) horas após a expedição da Ordem de Serviço Inicial.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 12 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016**

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: NILVO GARDELIN MEI

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo, no percentual de 12%, do valor inicial do contrato, para readequação dos serviços que serão prestados em virtude da verificação da necessidade da manutenção das pinturas das paredes do Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul. A alteração do valor contratual em decorrência de acréscimo de serviços a serem realizados encontra amparo legal no art. 65, I, b, e §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

Vigência: Da Vigência, do contrato nº 01/2016, prorrogando-se a vigência para mais 30 (trinta) dias, conforme faculta a legislação vigente.

Valor: O acréscimo decorrente deste Termo Aditivo corresponde ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). O acréscimo em relação ao valor Global do contrato nº 01/2016, R\$ 2.500,00, corresponde a 12%, abaixo do limite de 25% previsto no artigo 65, 1, da Lei Federal nº 8.666/93.

Rio do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal

NILVO GARDELIN

Nilvo Gardelin MEI

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 21/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 08/03/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 08/03/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 25 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO 456

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 456/2016
TOMADA DE PREÇO 02/2016

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade Tomada de Preços para Contratação de empresa para assessoria e consultoria na área administrativa, prospecção de fontes de recursos, elaboração de planos de trabalho e projetos para captação de recursos na esfera estadual e federal, bem como cadastramento e acompanhamento dos processos eletrônicos nos portais de convênios – SICONV E SIGEF, e ou instituições financeiras. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (049)3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 10h00min do dia 11/03/2016. Romelândia (SC), 24/02/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 7976

PORTARIA Nº 7976/2016

SUSPENDER FÉRIAS REGULAMENTARES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 25 de fevereiro de 2016, do Servidor Público Sr. DAVID FABIAN PICININ SAIDENFUS, cargo de Motorista, concedidas pela Portaria n.º 7953/2016, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidor que possa ser nomeado para exercer as funções do cargo.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 25 de fevereiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7977

PORTARIA Nº 7977/2016

HABILITA À POSSE SERVIDOR NOMEADO EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CERTIFICA para os devidos e correspondentes efeitos que está HABILITADO PARA TOMAR POSSE para o cargo para o que foi nomeado através da Portaria nº 7951/2016, publicada em 03/02/2016, no DOM, por ter preenchido os requisitos estabelecidos em normas municipais para o ingresso no Serviço Público Municipal, com seus efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2016, o candidato:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - NASF
CARGO: PSICOLOGO - 20 HORAS SEMANAIS
NOME: EDUARDO HUBNER - 2º LUGAR

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 25 de fevereiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7978

PORTARIA Nº 7978/2016

HABILITA À POSSE SERVIDORA NOMEADA EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CERTIFICA para os devidos e correspondentes efeitos que está HABILITADA PARA TOMAR POSSE para o cargo para o que foi nomeado através da Portaria nº 7951/2016, publicada em 03/02/2016, no DOM, por ter preenchido os requisitos estabelecidos em normas municipais para o ingresso no Serviço Público Municipal, com seus efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2016, o candidato:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -
CARGO: AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE - 40 HORAS SEMANAIS
NOME: DANIELA RAMPAZZO - 1º LUGAR

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 25 de fevereiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dasssoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 7979

PORTARIA Nº 7979/2016

REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

REVOGAR a Função Gratificada da Servidora Publica Municipal Srª VALQUIRIA GIOTTO GENZ, concedida através da portaria 7912/2016, de 05 de janeiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 25 de fevereiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dasssoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

CONVÊNIO 003/2016

Convênio 003/2016

Conveniente – O Município de Salto Veloso

Conveniada – APAE/Salto Veloso

Objeto – Auxílio financeiro para pagamento de serviços prestados à Escola Especial Professora Irene de Bastiani – APAE.

Valor Mensal – R\$ 938,22 (novecentos reais e trinta e oito centavos) mensais.

Prazo – 22/02/2016 a 31/12/2016.

Salto Veloso, 22 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 012/2016

DECRETO Nº 012, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito do Município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº. 1.547, de 02 de Outubro de 2015, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, os seguintes representantes:

I - Membros representando os órgãos governamentais:

a) Representante da Secretaria de Educação:

1. Titular: Marilde Del Moro Paganini
2. Suplente: Francislene dos Santos

b) Representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social, vinculado à área da saúde;

1. Titular: Vanessa Vedana;
2. Suplente: Marli Terezinha Piaia Terceiro.

c) Representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social, vinculado à área da assistência social:

1. Titular: Katiani Guaraci de Moraes dos Santos;
2. Suplente: Marisa dos Santos.

d) Representante da Polícia Militar:

1. Titular: Paulo Adriano de Oliveira;
2. Suplente: Oseias Consorte.

e) Representante da Polícia Civil:

1. Titular: Paulo Cezar Ribeiro;

II – Representando os órgãos não governamentais:

a) Representante das entidades prestadoras de serviço;

1. Titular: Michele Regina Olivo Muller;
2. Suplente: Vanessa Nezzi

b) Representante das Instituições de Recuperação de Dependentes;

1. Titular: Ronaldo Francisco Bridi;
2. Suplente: Luiz Moreira.

c) Representante de serviços e organizações de Assistência Social

1. Titular: Alessandro de Souza;
2. Suplente: Gilson Garcia da Silva.

d) Representante da Associação de Pais e Professores da Rede Municipal de Ensino;

1. Titular: Julian Basso Ansiliero;
2. Suplente: Dilvana Cesca Rotta.

e) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Videira, atuante em Salto Veloso-SC;

1. Titular: Renata Donadel;
2. Suplente: Nelói Ângelo Zapelini.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º. A Diretoria do Conselho Municipal Antidrogas será composta pelos seguintes membros: Renata Donadel, na qualidade de presidente, Ronaldo Francisco Bridi, na qualidade de vice-presidente, Katiani Guaraci de Moraes dos Santos, na qualidade de secretária e Marilde Del Moro Paganini, na qualidade de vice-secretária.

Art. 3º. O Fundo Especial Antidrogas será composto pelas seguintes pessoas: Tânia Giacomini de Bortoli e Paulo Hoffelder, representantes do Poder Executivo e Nelói Angelo Zapelini e Luiz Moreira, representantes do COMAD.

Art. 4º O mandato dos conselheiros nomeados será de 2 (dois) anos, conforme art. 4º, da Lei nº. 1.547/ 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 140/2016

PORTARIA Nº. 140/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. EVANDRO MARCELO SONDA, pelo período de 26/02/2016 a 22/08/2016, correspondente a 179 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 22 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 141/2016

PORTARIA Nº. 141/2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. TEREZINHA TERCI DOS SANTOS, pelo período de 16/02/2016 a 16/08/2016, correspondente a 183 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 22 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 142/2016

PORTARIA Nº. 142/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARIA DO CARMO TASCIA NAVA, pelo período de 21/02/2016 a 22/05/2016, totalizando 92 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 22 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 143/2016

PORTARIA Nº. 143/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir desta data, a Sra. ELAINE DE LOURDES LOCATELLI, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE 40hrs semanais, nomeada pela Portaria nº

079/2015 lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 22 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 144/2016

PORTARIA Nº. 144/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Art.1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ELAINE DE LOURDES LOCATELLI, nos termos artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação com vencimentos referente ao código CPE 04 do Anexo II, tabela II, grupo II.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 145/2016

PORTARIA Nº. 145/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. GISIELI CASSIA ALVES para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Auxiliar de limpeza, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 23 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 146/2016

PORTARIA Nº. 146/2016

"CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com o artigo 93, III-b da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença por falecimento do pai, para o Sr. ELIANDRO GONÇALVES, pelo período de 08 (oito) dias, a partir do dia 13/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13/02/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 24 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 147/2016

PORTARIA Nº. 147/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ILDACIR FALCHETTI HARTCO-PH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 148/2016

PORTARIA Nº. 148/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a PEDRO ZAMBONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Nível "E", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 149/2016

PORTARIA Nº. 149/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a IVANIR FALCHETTI NESI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 150/2016

PORTARIA Nº. 150/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARILDA DOS SANTOS BORGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 151/2016

PORTARIA Nº. 151/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de

serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MARISA ELZA SPAGNOL TRENTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II, Pós Graduado, Nível "J", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 152/2016

PORTARIA Nº. 152/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a CLAUDETE APARECIDA DE PAULA DE BASTIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "F", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 153/2016

PORTARIA Nº. 153/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ROSANA DE BORTOLI GAIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 154/2016

PORTARIA Nº. 154/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a MADALENA MARIA DE BORTOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 155/2016

PORTARIA Nº. 155/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a TATIANE NEZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 156/2016

PORTARIA Nº. 156/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de

serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a ANA ANGELICA DE BORTOLI BONOMINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "K", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 157/2016

PORTARIA Nº. 157/2016
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a JUSARA TEREZINHA DALPIZZOL ABATI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 158/2016

PORTARIA Nº. 158/2016
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL À SERVIDORA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Complementar n.º 003/2005 de 12 de Dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão funcional horizontal, por tempo de serviço e desempenho e cursos de aperfeiçoamento nos termos da Lei Complementar n.º 003/2005, a GISELAINE DE BORTOLI ZANCANARO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I, Pós Graduado, Nível "D", da Secretaria de Educação, do anexo VI, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Salto Veloso;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 159/2016

PORTARIA Nº. 159/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora Sra. SUELI TEREZINHA CHAVES SIMÕES, matrícula funcional nº 1121, pelo período de 01/12/2015 a 30/05/2016, correspondente a 182 dias, conforme atestado médico e perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 25 de Fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO PL Nº. 18/2016

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 18/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 11/2016, para AQUISICAO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO E PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:30 horas do dia 08/03/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 ou através do site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 23/02/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Administração, torna público, para quem interessar possa, que receberá de 26 de fevereiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, no horário de expediente, em sua sede, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, documentação para:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ENTIDADE/INSTITUIÇÃO DE NATUREZA PRIVADA SEM FINS ECONÔMICOS PARA REALIZAR AÇÕES PREVISTAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS - RESOLUÇÃO 109/2009-CNAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENCIADO NO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao, obter maiores informações Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 as 17:00 horas.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 1253/2016

DECRETO Nº 1253, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

ALTERA O DECRETO Nº 508/2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3082, de 23 de outubro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. O Art 1º do Decreto nº 508, de 03 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

VI - Representantes do Conselho Tutelar:

Rosimeire Aparecida Alexandre Marques - Titular
Sandro Tschöke - Suplente

(…)”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

LISTAGEM PORTARIA Nº 02/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11063, de 24 de fevereiro de 2016. Revoga Portaria nº 10958/2016, que nomeou servidora pública municipal Juliana Malluta Caldas, no cargo de Médico Generalista, na Secretaria Municipal de Saúde, por desistência espontânea em 24 de fevereiro de 2016.

Portaria nº 11064, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Vanilda de Jesus Barbosa dos Santos. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11065, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Lucimara Ferreira de Souza. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11066, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Marilene Cristina do Prado. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11067, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Camila Correa Kieski. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11068, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Osni Vieira Ramos. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMOB.

Portaria nº 11069, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Janaina Raquel Alves de Campos Coutinho. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11070, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Sidnei Silveira. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11071, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Maricléia de Oliveira Padilha Gomes. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11072, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Olga Niepesuy Dutka. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11073, de 24 de fevereiro de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Janete Alves Pereira. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11074, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de fevereiro de 2016, Sueli Cardozo, Professor Anos Finais – Artes, na PEM Ernesto Venera dos Santos, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11075, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de fevereiro de 2016, Sueli Cardozo, Professor Anos Finais – Artes, no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado para Autismo, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11076, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de fevereiro de 2016, Eduardo Quintana Sperb, Professor Anos Finais – Oficina de Esportes, na EBM Profª Adélia Lutz, com carga horária de 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11077, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de fevereiro de 2016, Raquel Buss, Professor Anos Finais – Matemática, na EBM Prof Henrique Schwarz, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11078, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de fevereiro de 2016, Bruna Hermes, Professor Anos Finais – Educação Física, na PEM Ernesto Venera dos Santos, com carga horária de 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11079, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 18 de fevereiro de 2016, Carine Maria Stein, Professor Anos Finais – Artes, na PEM Abelhinha Feliz, com carga horária de 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11080, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de fevereiro de 2016, Adriana Rosa da Silva, Auxiliar de Serviços, no CEIM Pica Pau, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11081, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de fevereiro de 2016, Marilete Linzmeier de Camargo, Auxiliar de Serviços, na PEM Abelhinha Feliz, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11082, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de fevereiro de 2016, Maria Eliane da Silva, Auxiliar de Serviços, na EBM Profª Newton Mendes, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11083, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de fevereiro de 2016, Maria Eliane da Silva, Auxiliar de Serviços, na EBM Profª Newton Mendes, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11084, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de fevereiro de 2016, Fatima Leocadia Forteski, Auxiliar de Serviços, na EBM Baselisse Virmond, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11085, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 22 de fevereiro de 2016, Marcos Paulo de Oliveira Quina, Auxiliar de Serviços, na EBM Antonio Tremel, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11086, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de fevereiro de 2016, Alice Stiss, Auxiliar

de Serviços, na EBM Dr. Hercílio Malinowsky, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11087, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de fevereiro de 2016, Ofelia Terezinha dos Santos, Auxiliar de Serviços, no CEIM Sonho Meu, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11088, de 24 de fevereiro de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de fevereiro de 2016, Flaviana de Oliveira, Auxiliar de Serviços, na EBM Profª Lucia Tschoeke, com carga horária de 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11091, de 24 de fevereiro de 2016. Revoga Portaria nº 10870/2016, que nomeou servidor público municipal Pedro Pinto Jachinoski, no cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, por desistência espontânea em 24 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2016.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 11062/2016.

PORTARIA Nº 11062, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Revoga Portaria nº 10749/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o memorando nº 59/RH, onde consta que a servidora JANAINA BOEIRA DA SILVA requereu o cancelamento da licença prêmio, conforme processo nº 5879/2015.

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 10749, de 13 de janeiro de 2016, que concedeu licença prêmio à servidora pública municipal JANAINA BOEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11089/2016

PORTARIA Nº 11089, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Consolida Portaria nº 6343/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6343, de 26 de agosto de 2014, que concedeu aposentadoria à MARIZA ANJOLITA ODKOVICZ, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00674503, através da Decisão GAC/AMF – 1356/2015, de 16 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11090/2016

PORTARIA Nº 11090, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Consolida Portaria nº 6342/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6342, de 26 de agosto de 2014, que concedeu aposentadoria à FÁTIMA IZABEL BALTAZAR ROESLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00676395, através da Decisão GAC/AMF – 1382/2015, de 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 01/2016.

NOMEIA OS MEMBROS DAS COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da reunião plenária ordinária em 17 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Constituir as Comissões do Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul – CMAS, para a gestão 2015/2017, que serão compostas por seus conselheiros titulares e suplentes, como parte delegada auxiliar da Plenária, sendo:

I – Comissão de Financiamento de Assistência Social:

- a) – Será composta pelos seguintes conselheiros: representantes governamentais, Marisa do Amaral e Kátia Kalatay e representantes não-governamentais, Alice Cleciani de Farias e Otto Müller.
b) – Sendo presidida pela conselheira Alice Cleciani de Farias e terá como relatora a conselheira Kátia Kalatay.

II – Comissão de Política de Assistência Social:

- a) – Será composta pelos seguintes conselheiros: representantes governamentais, Vanilson Morgenroth e Jonas Fernando Engel, e representantes não-governamentais, Ângela Clemens Bitencourt e

Rozeneide Cavilha.

- b) – Sendo presidida pela conselheira Ângela Clemens Bitencourt e terá como relator o conselheiro Vanilson Morgenroth.

III – Comissão de Normas e Regulamentação:

- a) – Será composta pelos seguintes conselheiros: representantes governamentais, Kátia Beatriz da Silva e Cleia Regina Hirt, e pelos representantes não-governamentais, Karline da Rocha Martins e Andrei Padilha.
b) – Sendo presidida pela conselheira Karline da Rocha Martins e terá como relatora a conselheira Kátia Beatriz da Silva.

IV – Comissão de Acompanhamento dos Benefícios e Transferência de Renda:

- a) – Será composta pelos seguintes conselheiros: representantes governamentais, Andriago Carvalho e Tatiane Ribeiro, e pelos representantes não-governamentais, Cleide Regina Pereira e Marcia Baade Lewin.
b) – Sendo presidida pela conselheira Marcia Baade Lewin e terá como relator o conselheiro Andriago Carvalho.

V – Comissão de Divulgação e Promoção dos Serviços da Política de Assistência Social:

- a) – Será composta pelos seguintes conselheiros: representantes governamentais, Joseli Aparecida Martins Rodrigues e Angelo Ronei Peschiski, e pelos representantes não-governamentais, Barbara Lopes Rapini Arruda e Kleber Andrey Alves da Silva.
b) – Sendo presidida pela conselheira Barbara Lopes Rapini Santos Arruda e terá como relatora a conselheira Joseli Aparecida Martins Rodrigues.

Art. 2º – Competem as Comissões: verificar, vistoriar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas ou atribuídas, de acordo com os dispostos no Regimento Interno deste Conselho, podendo ainda emitir ofícios, assinados pelo presidente da respectiva Comissão.

Art. 3º – Revoga-se a Resolução Nº 033/2013.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016
Barbara Lopes Rapini Santos Arruda
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 02/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2.818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar com ressalvas a Prestação de Contas dos Recursos do Estado referente ao exercício de 2015.

Paragrafo único - O valor de R\$ 1.664,40 (Hum mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) utilizado de forma equivocada do Piso de cofinanciamento de média complexidade com despesas da Casa Abrigo para Mulheres que pertence ao

Serviço de Alta Complexidade deverá ser devolvido ao referido Piso em até 60 dias.

Art. 2º Esta Prestação de Contas compreende os recursos advindos da Sistemática fundo a fundo para os Serviços de Benefícios Eventuais, Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade referente ao exercício de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016

Barbara Lopes Rapini Santos Arruda

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 03/2016

DISPÕE SOBRE A REPROGRAMAÇÃO DO SALDO DE 2015 PARA O ANO DE 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 17 de Fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação do saldo do ano de 2015 para o ano de 2016, tendo as seguintes divisões específica:

§ 1º – Saldo para reprogramar dos Recursos da União – Proteção Social Básica: R\$ 17.123,57 (Dezessete mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática (Precisa), manutenção de veículo, monitoramento eletrônico, serviços de roçadas, aluguel e demais necessidades para execução das atividades nos três CRAS, R\$ 17.123,57.

§ 2º – Saldo para reprogramar dos Recursos da União – Programa Bolsa Família: R\$ 43.230,93 (Quarenta e três mil, duzentos e trinta reais e noventa e três centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Para Custeios, R\$ 21.000,00:

a – Diárias para profissionais ligados ao Programa Bolsa Família para participar de capacitações, R\$ 3.000,00;

b – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente para desenvolver as diversas atividades deste programa, R\$ 7.000,00;

c – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática (Precisa), manutenção de veículo, monitoramento eletrônico, confecção de coletes e demais necessidades para execução das atividades desenvolvidas, R\$ 9.000,00; e

d – Capacitação de profissionais deste programa, R\$ 2.000,00.

II – Para Investimento, R\$ 22.230,93.

a – Aquisição de diversos móveis e utensílios, tais como, computadores, telefones, cadeiras, ventiladores armários e demais equipamentos necessários para desenvolver as atividades deste programa, R\$ 22.230,93.

§ 3º – Saldo para Reprogramar dos Recursos da União – IGD/SUAS: R\$ 4.982,67 (Quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Diárias Civil para servidores, R\$ 3.000,00;

II – Capacitações de servidores e dos Conselheiros de Assistência Social conforme previsão legal, R\$ 1.982,67.

§ 4º – Saldo para Reprogramar dos Recursos da União – Proteção Básica – SCFV: R\$ 49.674,99 (Quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente e artesanato, alimentos para confecção de lanches para oficinas desenvolvimento das atividades nos três CRAS, R\$ 10.000,00;

II – Contratação de diversas oficinas para desenvolver o SCFV nos CRAS, R\$ 36.273,16.

§ 5º – Saldo para Reprogramar dos Recursos da União – Proteção de Média Complexidade: R\$ 34.312,94 (Trinta e quatro mil, trezentos e doze reais e noventa e quatro centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente para desenvolver as diversas atividades do CREAS tais como: kit para abordagem social, produtos de higiene limpeza entre outros, R\$ 8.000,00;

II – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática (Precisa), manutenção de veículo, monitoramento eletrônico, contratação de empresa de segurança, serviços de roçadas, e demais necessidades para execução das atividades desenvolvidas no CREAS, R\$ 16.027,17;

III – Contratação de oficinas para MSE, como: grafiteagem entre outras, R\$ 4.285,77;

IV – Capacitação para orientadores sociais do Serviço de Medidas Socioeducativas, e demais profissionais do CREAS, R\$ 6.000,00.

§ 6º – Saldo para Reprogramar dos Recursos da União – Aplicação de Questionários BPC: R\$ 2.004,68 (Dois mil e quatro reais e sessenta e oito centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Confecção de materiais de divulgação do BPC tais como folheters, cartilhas, bonés e outros que a comissão julgar necessário, R\$ 2.004,68.

§ 7º – Saldo para Reprogramar dos Recursos da União – Alta Complexidade: R\$ 26.620,03 (Vinte e seis mil, seiscentos e vinte reais e três centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Pagamento de subsídio das Famílias Acolhedoras conforme legislação vigente, R\$ 13.620,03;

II – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente para desenvolver as diversas atividades deste serviço, R\$ 3.000,00;

III – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática (Precisa), manutenção de veículo, monitoramento eletrônico e demais necessidades para execução das atividades desenvolvidas, R\$ 5.000,00; e

IV – Capacitação de profissionais e famílias acolhedoras, R\$ 5.000,00.

§ 8º – Saldo para Reprogramar dos Recursos do Estado – Alta Complexidade: R\$ 1.758,16 (Hum mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavo). Será usado da seguinte forma:

I – Para Investimentos, R\$ 79,43:

a – Aquisição de móveis e utensílio de acordo com as necessidades da equipe do Serviço de Acolhimento Familiar, R\$ 79,43.

II – Para Custeio, R\$ 1.678,73:

a – Aquisição de alimentos, produtos de higiene limpeza para Abrigo das Mulheres Vítima de Violência Doméstica, R\$ 1.175,11; e

b – Aquisição de matéria de consumo e serviço para o Serviço de

Acolhimento Familiar, R\$ 503,62.

§ 9º – Saldo para Reprogramar dos Recursos do Estado – Média Complexidade: R\$ 2.324,60 (Dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos). Será usado no Serviço de Proteção Atendimento Especializado a Família e Indivíduo – PAEFI e Medidas Socioeducativas – MSE, da seguinte forma:

I – Para Investimento, R\$ 804,86:

a – Aquisição de móveis e utensílio como: estabilizador para impressoras, telefones sem fio, central telefônica, entre outros de acordo com as necessidades das equipes, R\$ 804,86.

II – Para Custeio, R\$ 1.519,74:

a – Aquisição de diversos materiais de consumo e expediente para as diversas atividades desenvolvidas no CREAS, R\$ 1.519,74.

§ 10 – Saldo para Reprogramar dos Recursos do Estado – Benefícios Eventuais: R\$ 15.324,25 (quinze mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos). Será usado conforme o Decreto Municipal n. 77/2013.

I – Pagamento dos benefícios que se enquadrarem no Decreto Municipal nº 77/2013, com prioridade para cesta básica, R\$ 15.324,25.

§ 11 – Saldo para Reprogramar dos Recursos do Estado – Proteção Social Básica – Estado: R\$ 98.407,98 (Noventa e oito mil, quatrocentos e sete reais e noventa e oito centavos). Será usado da seguinte forma:

I – Para Investimentos, R\$ 55.134,82.

a – Aquisição de veículo de passeio para uso nas atividades dos três CRAS, R\$ 29.000,00;

b – Aquisição de móveis e utensílio como: computadores, equipamentos de informática, mesas, armários cadeiras, arquivos, fogão, televisor, telão para projeção, retroprojeto, aparelhos telefônicos, liquidificador, suporte para partitura, colocação de grades no CRAS Centenário, entre outros, conforme as necessidades dos equipamentos, R\$ 26.134,82.

II – Para Custeio, R\$ 43.273,16.

a – Aquisição de diversos materiais de consumo, expediente e artesanato, alimentos para confecção de lanches para oficinas desenvolvimento das atividades nos três CRAS, R\$ 5.000,00;

b – Contratação de diversos prestadores de serviços como: locação de impressoras, serviços de internet, sistema de informática (Precisa), manutenção de veículo, monitoramento eletrônico, serviços de roçadas, contratação de oficinas e demais necessidades para execução das atividades nos três, R\$ 36.273,16;

c – Capacitação para os profissionais dos CRAS, R\$ 2.000,00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de Fevereiro de 2015

Barbara Lopes Rapini Santos Arruda

Presidente do CMAS

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.01/2016 - FUNDAÇÃO

Estado de Santa Catarina

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.01/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL N.01/2016.

Tipo : Menor preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas – dia 10 de março de 2016.

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas- dia 10 de março de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 24 de fevereiro de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.14/2016-PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.14/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL – Nº14/2016

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Entrega dos Envelopes: 10:00 horas – dia 10 de março de 2016

Abertura dos Envelopes: 10:00 horas- dia 10 de março de 2016 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 25 de fevereiro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.15/2016 - CONC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.15/2016

Edital: CONCORRÊNCIA N.15/2016

Tipo : maior oferta

Objeto: Alienação de Bens Imóveis-lotes urbanos

Entrega dos Envelopes: 09:00 horas -dia 30 de março de 2016

Abertura dos Envelopes 09:00 horas- dia 30 de março de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 25 de fevereiro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2180 DE 19 02 16 VACANCIA DO CARGO DE MOTORISTA DO SERVIDOR MOACIR LATREILLE

DECRETO Nº 2180, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a vacância de cargo público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar 0042 de 04/04/12 atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

Considerando que o servidor público municipal Moacir Antonio Latreille, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, obtve a concessão de aposentadoria (NB 172.332.361-3 espécie 42), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando a exoneração do cargo em razão da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, firmado pelo servidor Moacir Antonio Latreille, protocolo sob nº 344, na data de 18 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Motorista, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria ao servidor público municipal Moacir Antonio Latreille, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir do dia 18 de fevereiro de 2016;

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 1844, de 28 de setembro de 2015, nº 1613, de 26 de maio de 2014, nº 944, de 31 de agosto de 2010, nº 836, de 05 de março de 2010, 672, de 08 de maio de 2009 e nº 131, 08 de abril de 2008, todas anteriores no que diz respeito ao servidor;

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2016.

São Domingos (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2181 DE 19 02 16 EXONERA A PEDIDO JAQUELINE LENITA BORGES ZANIN

DECRETO Nº 2181, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 0045, de 06/11/12; e:

Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando a exoneração do cargo, firmado pela servidora Jaqueline Lenita Borges Zanin, protocolo sob nº 353, na data de 18 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Jaqueline Lenita Borges Zanin, do cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 18 de fevereiro de 2016;

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1825, de 20 de agosto de 2015, no que diz respeito a servidora;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2016;

São Domingos (SC), 19 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2200 DE 22 02 16 ADMITE PROF ACT DANIELA

DECRETO Nº 2200, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada, pela Lei Complementar 0042 de 04/04/12 atualizada e Pela Lei Complementar Municipal nº 0043 de 26/07/2012; Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação; Considerando o Edital de classificação final nº. 013, de 17 de fevereiro de 2016, objeto do Edital nº 001/2014; Considerando o Decreto nº 2172, de 17 de fevereiro de 2016, que homologou o resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2015.

Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;

Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes; Considerando que o município possui alunos que necessitam de atendimento especial, e com isso é necessário contratar professores em caráter temporário uma vez que, a demanda poderá não ser contínua e estes professores atuarão como "segundo professor" em sala de aula;

Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Daniela De Marco Busato para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2016, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1910 DE 01 02 2016 LICENÇA MATERNIDADE ANGELINA DA APARECIDA WALENDORFF

PORTARIA Nº 1910, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença à empregada pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/11, Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à empregada pública Angelina da Aparecida Walendorff ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, no período compreendido entre 26 de janeiro de 2016 a 23 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir do dia 26 de janeiro de 2016.

São Domingos (SC), 01 de fevereiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 1911 DE 02 02 16 LICENÇA SAUDE IVETE CORREA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1911, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Ivete Correa de Oliveira, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de fevereiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 1913 DE 12 02 16 FÉRIAS AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 1913, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede férias aos servidores e empregados públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 0017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores e empregados públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGADO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Paulo Jung	Assistente Financeiro	03/02/14 a 02/02/15	30	15/02/16 a 15/03/16
Janice de Souza Tonatto	Agente Comunitário de Saúde	12/02/15 a 11/02/15	30	15/02/16 a 15/03/16
Caciana Borges	Assessor de Secretaria	09/07/14 a 08/07/15	05	19/02/16 a 23/02/16
Danieli Rosa da Silva	Agente Comunitário de Saúde	01/03/15 a 29/02/16	10	01/03/16 a 10/03/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 024/2016

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 007/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 024/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 007/2016

Objeto: contratação direta de Show Nacional com o cantor Zé Ramalho, a ser realizado no dia 08 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 171.864,00 (cento e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 025/2016

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 008/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 025/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 008/2016

Objeto: contratação direta de Show Nacional com a dupla Guilherme e Santiago, a ser realizado no dia 10 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 026/2016

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 009/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 026/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 009/2016

Objeto: contratação direta de Show com o Cantor João Luiz Correa e Grupo Campeirismo, a ser realizado no dia 07 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 027/2016

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 010/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 027/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 010/2016

Objeto: contratação direta de Show com o Grupo Sorriso Lindo, a ser realizado no dia 07 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 023/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 023/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 009/2016

A Pregoeira Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 09 de março de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS E MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 5ª FAIC - SÃO DOMINGOS E DO 53º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 23 de fevereiro de 2016.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município.

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 01/2016-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a aquisição de gêneros alimentícios e de produtos de higiene e limpeza para o programa cidadão mirim e oportunidade do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 09 de março de 2016 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 25 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

PREFEITO MUNICIPAL.

PP 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, nº 020/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças genuínas para reforma da retroescavadeira JCB 04 CX e Escavadeira Hidraulica JS160 do Setor de Obras no município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 09 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 09 de março de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 26 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 020/2016

OBJETO: SUPRESSÃO do Termo Original firmado entre as partes em 19/05/2014, em decorrência da alteração qualitativa apresentada pelo órgão fiscalizador do Convênio.

CONTRATADA: COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Considerando erro de natureza formal no Termo de Contrato, onde lia-se " R\$ 11.015,15 (Onze mil e quinze reais quinze centavos) leia-se: "R\$ 13.019,75 (Treze mil dezenove reais e setenta e cinco centavos)". Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

São João do Sul - SC, em 25 de Fevereiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 21/2016 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 21/2016

Pregão Presencial Nº 12/2016

Objeto: Aquisição de Asfalto quente C.B.U.Q. para Secretaria Municipal de Obras.

Tipo: Menor preço por item – Registro de Preço

Abertura: 09/02/2016 – 14h00min

Valor estimado: R\$ 155.000,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de fevereiro de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016 – CMSJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016 – CMSJ

CONTRATO Nº 05/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 05/2016 para a Celebração de Contrato com a Empresa GETSYSTEM SERVIÇOS EM INFORMÁTICA, CNPJ: 08.462.836/0001-10 sito na Rua Castelo Branco, nº 126, Universitário, CEP: 88509-900, Lages – SC, no valor total de R\$ 605,00 (seiscentos e cinco reais), para hospedagem do site e e-mails corporativos da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim, com duração de 11 (onze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser renovado mediante aditivo conforme preceitos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

São Joaquim, 22 de fevereiro de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

RETIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – CMSJ

RETIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – CMSJ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016

CONTRATO Nº 02/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 03/2016 para a Celebração de Contrato com a Empresa PUBLIC & PRIVATE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA- ME - CNPJ (MF): 22.459.999/0001-74, sito na Osvaldo Aranha, nº 50, sala 01, Centro, Criciúma - SC, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), para locação e atualização do sistema de informática denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA e serviços técnicos especializados para a manutenção corretiva. Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,70 (setenta centavos) o Km rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao dia apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico, com duração de 11 (onze) meses.

São Joaquim, 10 de fevereiro de 2016.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 05/2016

RELATÓRIO:

17/02/2009 – A Fundação Universidade do Vale do Itajaí vem requerer imunidade tributária para a extinção do crédito tributário lançado pelo Município de São José – SC.

- Folha 05, informa da existência do CNPJ 84.307.974/0001-02 referente ao Campus Itajaí e o CNPJ 84.307.974/0011-84 Campus VII – São José – SC que equivocadamente foram cadastrados os dois CNPJ na PMSJ.

- Folha 06, fala sobre o lançamento de IPTU para os anos 2006, 2007, 2008 e 2009 desconsiderando sua imunidade Tributária referente a inscrição 04.01.167.0174.001.001 que conforme sua personalidade jurídica, nunca pagou referidos impostos em qualquer município.

- Folha 07, comenta a imunidade tributária conforme estabelece o Art.150 CRFB/88.

- Folhas 08, 09 e 10, expõe vários deferimentos sobre sua imunidade tributária.

- Folha 11, comenta que os imóveis de propriedade da Fundação Univali, estão abrangidos pela imunidade tributária e são de finalidade essencial.

- Folhas 12 e 13, solicita a utilização somente do CNPJ 84.307.974/0011-84.

- Que eventuais tributos já lançados em nome da Fundação Universidade do Vale do Itajaí, sejam reunidos nesse CNPJ.

- Requer que seja totalmente procedente e reconhecida sua imunidade tributária.

- Requer a extinção de todos os créditos tributários lançados e se deixe de efetuar lançamentos em face de sua imunidade tributária.

- Folhas 15 a 81, Procurações, cartões CNPJ, extratos de débitos, carnês IPTU, cópia de leis municipais, certificados e certidões, decisões proferidas.

25/02/2009 – Parecer do Procurador-Geral Rodrigo Duarte da Silva.

- Folha 83 a 85, fala sobre a necessidade da instituição de educação atender aos requisitos da lei para ser beneficiada com a imunidade tributária, conforme dispõe a CRFB.

- Folha 86, parecer indeferindo a imunidade tributária.

14/04/2009 – Encaminhado parecer para comunicação da decisão.

- Folha 87, verso – Requerente recebeu a notificação da decisão em 17/04/2009.

12/04/2010 – Requerente recorre ao Conselho Municipal de Contribuintes

- Apresenta tese recursal em dois pontos, Certidões e Argumentos jurídicos.

- Anexa à folha 116, certificado CEBAS com validade 30/04/2009.

- Anexa na Folha 187, certificado CNAS publicado em 30/11/2009 emitido em 19/04/2010 e válido por 06 meses.

08/11/2011 – Requer juntada de documento novo, indica Profissional substabelecido, solicita oportunidade para sustentação oral e intimação prévia e expressa acerca da data da sessão de julgamento.

- Folha 192 – declaração de auditor independente sobre aplicação dos recursos no país e escriturações contábeis completas do período de 2006 a 2009 e 2010 não encontrando evidencia de pagamentos que descumpram artigos e incisos do seu estatuto.

- Folha 194 a 196 – Jurisprudência dando conta que Ihe é segurado à cobrança por não ser mantida por recursos públicos conforme texto constitucional. Que é possuidora dos certificados CEBAS.

02/02/2012 – Despacho de juntada de documentos.

17/02/2012 – Requerimento para Conselho de Contribuintes, juntar cópia ofício.

Folha 199 a 202 – Ofício referente ao Processo 2.108/2010 que

questiona como poderia ser entregues livros fiscais e documentos, em documentos mesmo, mídias eletrônicas ou visita in loco.

01/03/2012 – Despacho do então Conselheiro Relator Nilson José Goedert, reiterando o Despacho da relatora anterior Andrea Luiza Grando, de 03/11/2010, sobre que sejam procedidas diligências fiscalizatórias, por Fiscal de Tributos, junto ao estabelecimento da interessada, com intenção que seja apurada junto à documentação pertinente, referente aos anos 2003, 2006, 2007, 2008 e 2009 atendendo ao art. 14 do CTN e informações pertinentes à imunidade tributária.

02/09/2014 – Memorando do Procurador-Geral do Município à Secretaria da Receita para se manifestar os processos administrativos 1.303/2007, 1.888/2008, 2.447/2009 e 2.547/2009, especificamente este último, onde se constata que a diligência solicitada pelo então Conselheiro Relator, à fl. 203, até o momento não foi realizada, muito embora os autos tenham baixado em carga para esta pasta na data de 14/05/2012.

23/10/2015 – Secretário Adjunto da Receita, Sr. João Paulo Moseña, manifesta-se que as provas apensadas nos processos julgados nº 2.108/2010 e nº 1.303/2007, após manifestação da Procuradoria-Geral, atestam que a UNIVALI mantém mais de 25 mil alunos, remunera administradores e cobra mensalidades dos educandos, resultando na inadequação da imunidade e ficando assim desnecessária nova diligência, a qual já foi cumprida quando da decisão de processos anteriores.

- Retornando o processo ao Conselho de Contribuintes.

02/12/2015 – Despacho Presidente Conselho Fernando Artur Rapp, determinando nova distribuição.

19/01/2016 – Representante da Fazenda, Sr. Francisco Alfredo Leal da Macedo Campos, recebe os autos e reitera as considerações anteriormente exaradas (fls. 82/86) ressalvadas o direito de nova manifestação por ocasião de julgamento.

É o relatório.

VOTO:

Antes de analisar as alegações de mérito aventadas pela fundação recorrente, é necessário verificar se o recurso voluntário preenche os requisitos de admissibilidade para ser conhecido.

Examinado os autos, percebe-se que a requerente foi notificada acerca da decisão recorrida por meio de correspondência postal, encaminhada mediante aviso de recebimento, a qual foi recebida em 17/04/2009, conforme comprovante juntado ao verso da fl. 87. Transcorridos quase onze meses depois, à fl. 89, foi proferido despacho datado de 11 de março de 2010, o qual determinou o arquivamento dos autos, ante a não-interposição de recurso.

Às folhas seguintes dos autos, seguem o recurso e os documentos que o instruíram.

Muito embora não seja possível evidenciar a exata data do protocolo da peça recursal junto à Administração Fazendária Municipal, percebe-se que a peça recursal foi subscrita somente em 12/04/2010 (fl. 105), sendo o instrumento procuratório em sede recursal firmado em 01/04/2010 (fl. 107).

Por questão de lógica e de bom senso, é verossímil constatar-se que a interposição do recurso voluntário ocorreu, no mínimo, após o dia 12/04/2010, ou seja, depois de muito mais de trinta dias, contados da data de comunicação da decisão recorrida (17/04/2009). O artigo 146 do Código Tributário Municipal é suficientemente claro ao dispor que "o prazo para apresentação de recurso voluntário é de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância" [destacou-se].

Neste sentido, em virtude de o recurso ter sido interposto após o transcurso de período superior a trinta dias, contados da

comunicação da decisão ora recorrida, é manifesta a intempestividade daquela medida recursal.

É oportuno registrar que a Secretaria de Receita já havia aferido que o recurso fora apresentado de forma extemporânea, conforme manifestação à fl. 206 destes autos.

Pelo exposto, voto pelo não-conhecimento do recurso voluntário, ante a sua intempestividade, ficando mantida a decisão que indeferiu o requerimento da fundação interessada.

Por não conhecer do recurso, deixo de manifestar-me acerca de seu mérito.

É como voto.

São José, 18 de fevereiro de 2016.

Mário Antônio Vieira

Conselheiro designado redator do Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário no Processo Administrativo nº 2.547/2009:

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 212ª Sessão, em, por unanimidade, pelo NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO, ante a sua intempestividade, ficando mantida a decisão que indeferiu o requerimento da fundação interessada, nos termos do voto divergente proferido pelo Conselheiro Sr. Mário Antônio Vieira, o qual foi designado para redigir o acórdão.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Rodrigo João Machado, sem voto, e dele participaram os Conselheiros Sr. Valmor dos Santos Júnior, Sr. Telmo Pedro Vieira e o Conselheiro Relator Sr. Sérgio Murilo da Silva, o qual ajustou seu voto para acompanhar a divergência.

Estiveram presentes ao julgamento e fizeram uso da palavra o Sr. Rodrigo de Carvalho, representando a fundação recorrente, e o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, como representante da Fazenda Pública.

São José, 18 de fevereiro de 2016.

Rodrigo João Machado

Conselheiro Presidente

Sérgio Murilo da Silva	Mário Antônio Vieira
Conselheiro Relator	Conselheiro designado redator do Acórdão
Rozana Maria Kuster	Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos
Secretária-Geral	Procurador Adjunto do Município Representante da Fazenda

DECRETO Nº 5621/2016

DECRETO Nº 5621/2016

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõem os artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 e de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.530/2016 combinada com a Lei Municipal nº 5.531/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Município de São José, para o exercício de 2016, conforme o que dispõem os seguintes anexos, partes integrantes deste Decreto:

ANEXO I - Demonstrativo Consolidado do Desdobramento das Receitas em Metas Mensais de Arrecadação para o exercício de 2016;

ANEXO II - Demonstrativo Consolidado da Programação Financeira

para o exercício de 2016;

ANEXO III - Demonstrativo Consolidado das Metas de Despesas por Categoria Econômica para 2016;

ANEXO IV - Demonstrativo Consolidado das Metas de Despesas por Função de Governo para 2016;

ANEXO V - Demonstrativo Consolidado das Metas de Despesas por Programa de Governo para 2016;

ANEXO VI - Demonstrativo Consolidado do Desdobramento do Resultado Primário em Metas Mensais para 2016.

Art. 2º A Programação da Despesa será realizada em conformidade com os Demonstrativos dos Projetos e Atividades, de cada Unidade Orçamentária integrantes do Orçamento Municipal aprovados pela Lei Municipal nº 5.531/2016.

Art. 3º Ao final de cada bimestre e/ou a qualquer período do exercício de 2016, a Secretaria de Finanças fará avaliação dos resultados, visando alcançar o equilíbrio financeiro e o devido alcance das metas, admitindo, se necessário, a Limitação de Empenhos e a Movimentação Financeira, para as despesas do exercício corrente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5843/2016

DECRETO Nº 5843/2016

DETERMINA A LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ENVOLVENDO OS ÓRGÃOS E UNIDADES GESTORAS QUE COMPÕEM O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 9º da Lei Complementar Nº 101, de 05/05/2000, e

Considerando o esperado decréscimo da arrecadação própria e a redução das transferências constitucionais, ocasionando descompasso entre receita estimada e despesa fixada conforme ANEXO II;

Considerando a elevação da despesa de pessoal, comparada com a receita, nos termos do artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, causando ultrapassagem do limite prudencial, previsto no Parágrafo Único do Artigo 22 da LRF

DECRETA:

Art. 1º Ficam bloqueados no Sistema de Execução Orçamentária do exercício de 2016, os saldos orçamentários na importância total de R\$ 36.451.867,54 (trinta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), distribuídos entre cada uma das unidades orçamentárias do Poder Executivo de forma proporcional a 22,5% (vinte e dois e meio por cento) dos saldos não comprometidos com a folha de pagamento dos servidores, decorrentes das Fontes de Recursos 80, 81 e 82, conforme ANEXO I deste Decreto.

Art. 2º A expedição de Autorizações de Fornecimento e de Execução de Serviços dependerá da existência de saldo orçamentário devidamente liberado.

Art. 3º Os Órgãos e demais Unidades Gestoras que compõem a

estrutura Orçamentária da Prefeitura diligenciarão no sentido da redução das despesas orçamentárias, mesmo aquelas já comprometidas.

Art. 4º A liberação dos valores bloqueados, nos termos do art. 1º, dependerá única e exclusivamente de decisão da Prefeita Municipal.

Art. 5º Caso advenha fato novo ocorrendo o restabelecimento das receitas próprias ou das receitas decorrentes de transferências constitucionais, a Chefe do Poder Municipal poderá recompor de forma proporcional os valores bloqueados.

Art. 6º São vedados, imputando-se as responsabilidades cabíveis, quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 7º Não terá início o Processo Licitatório sem a devida Nota de Bloqueio Orçamentário, que tenha como objeto a aquisição ou realização de serviços no exercício de 2016.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 11/2016

EDITAL CONVOCAÇÃO nº 11/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 17/03/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	15.621/2015 APENSO ao 10062/2015
Recorrente	EDINHO COMERCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA EPP
Procurador habilitado nos autos	JANAINA BREZEZINSKI OAB 42.030
Relatora	LANEA APARECIDA MADEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um,

concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 25 de fevereiro de 2015.

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 12/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 12/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 24/03/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	8.883/2015 APENSO ao 15.113/2015
Recorrente	GOVERNANÇA BRASIL TECNOLOGIA EM GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA
Procurador habilitado nos autos	Marcelo F C DE OLIVEIRA LIMA
Relator	JOSE MATEUS HOFFMANN

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhos de contribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 25 de fevereiro de 2015.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

RESOLUÇÃO Nº. 01/2016 - COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 01/2016

APROVA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ/SC BIÊNIO 2015/2017.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 4.047/2003,

CONSIDERANDO o Art. 19 do Regimento Interno aprovado através da Resolução n. 01/2015, de 28 de abril de 2015; e,
CONSIDERANDO a Plenária Ordinária do Conselho Municipal Antidrogas de São José realizada em 23 de fevereiro de 2016.

Resolve:

Art.1 Aprovar a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal Antidrogas de São José, biênio 2015 – 2017, tendo como formação:

Presidente: Eliane Magalhães Rosa

Vice-Presidente: Edenilson Tadeu Menezes

1º Secretário: Maria Aparecida de Souza Macedo

2º Secretário: Angela Gonçalves

Art. 2 Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 23 de fevereiro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 02/2016 - COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 02/2016

APROVA A REALIZAÇÃO DO 2º ENCONTRO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS A SER REALIZADO PELO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ/SC NO DIA 24 DE JUNHO DO CORRENTE.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 4.047/2003,

CONSIDERANDO a Política Nacional Antidrogas, aprovada pela

Resolução Nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas, aprovado pela Resolução n. 01/2015, de 28 de abril de 2015; e,

CONSIDERANDO a Plenária Ordinária do Conselho Municipal Antidrogas de São José realizada em 23 de fevereiro de 2016.

Resolve:

Art.1 Aprovar a realização do 2º Encontro Municipal de Políticas sobre Drogas, a ser realizado pelo Conselho Municipal Antidrogas de São José, no dia 24 de junho do corrente, no Centro de Atenção à Terceira Idade de São José – CATI, tendo como tema “Políticas de Prevenção ao uso de Álcool e outras Drogas”.

Art. 2 Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 23 de fevereiro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 03/2016 - COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 03/2016

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 2º ENCONTRO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS A SER REALIZADO PELO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ NO DIA 24 DE JUNHO DO CORRENTE.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária realizada em 23 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art.1 Aprovar a composição da Comissão Organizadora do 2º Encontro Municipal de Políticas sobre Drogas, com os seguintes membros:

Conselheiros(as):

Eliane Magalhães Rosa

Angela Gonçalves

Débora Augusto da Silva e Silva

Maurício Schuck

Bruno Horr Machado

Secretária Executiva:

Joice Macedo Alceno

Art.2 Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 23 de fevereiro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do COMAD/SJ

ANEXO I DO DECRETO 5843/2016**ANEXO I do Decreto 5843/2016
Despesa do Poder Executivo 2016 - Posição Janeiro - (exceto pessoal) - Fontes 80, 81 e 82**

Unidade	Orçado	Orçamento Atualizado	Reservado	Empenhado	SALDO	Limita 22,50%	saldo após limitação
CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA Total	515.758,24	515.758,24	11.376,36	83.643,72	420.738,16	116.045,60	304.692,56
SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS	1.063.221,90	1.063.221,90	1.750,00	17.237,93	1.044.233,97	239.224,92	805.009,05
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.763.382,60	5.763.382,60	1.940.456,01	181.306,16	3.641.620,43	1.296.761,09	2.344.859,34
SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA	70.902,00	70.902,00	0,00	0,00	70.902,00	15.952,96	54.949,04
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Total	123.000,00	123.000,00	80.452,56	6.656,57	35.890,87	27.675,00	8.215,87
CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL Total	184.702,89	184.702,89	8.286,52	3.477,98	172.938,39	41.558,15	131.380,24
CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	105.000,00	105.000,00	350,00	321,87	104.328,13	23.625,00	80.703,13
SECRETARIA DE GOVERNO Total	144.490,00	144.490,00	0,00	2.700,00	141.790,00	32.510,25	109.279,75
GABINETE DO VICE-PREFEITO Total	144.000,00	144.000,00	0,00	3.150,00	140.850,00	32.400,00	108.450,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Total	8.265.832,15	8.265.832,15	2.710.206,99	1.962.508,77	3.593.116,39	1.859.812,23	1.733.304,16
SECRETARIA DE FINANÇAS Total	262.716,51	262.716,51	82.658,66	16.985,56	163.072,29	59.111,21	103.961,08
SECRETARIA DE RECEITA Total	1.295.133,42	1.295.133,42	837.815,98	210.690,92	246.626,52	246.405,02	221,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Total	26.695.170,05	27.880.822,05	7.761.573,61	9.883.997,48	10.235.250,96	6.006.413,26	4.228.837,70
SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL	3.014.275,48	3.014.275,48	419.402,13	512.708,19	2.082.165,16	678.211,98	1.403.953,18
FUNDO MUNIC. DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	16.500,00	3.712,50	12.787,50
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Total	3.797.136,58	3.797.136,58	2.085.162,52	368.665,73	1.343.308,33	854.355,73	488.952,60
SECRET. DE DESENVOLV. ECON. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	99.538,28	99.538,28	30.750,00	19.610,96	49.177,32	22.396,11	26.781,21
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS Total	1.731.471,90	1.731.471,90	291.323,93	38.716,55	1.401.431,42	389.581,18	1.011.850,24
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTAL	318.380,66	318.380,66	0,00	14.672,97	303.707,69	71.635,65	232.072,04
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA Total	56.063.621,59	56.063.621,59	24.163.997,20	14.934.723,27	16.964.901,12	12.614.314,86	4.350.586,26
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO Total	25.542.391,24	25.542.391,24	0,00	5.708.436,34	19.803.954,90	5.995.040,80	13.808.914,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA Total	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	11.250,00	38.750,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	4.393.202,05	4.393.202,05	141.131,15	1.251.551,71	3.000.519,19	988.470,46	2.012.048,73
FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENTÁVEL	621.062,81	621.062,81	93.807,87	64.869,57	462.385,37	139.739,13	322.646,24
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	5.058.302,57	5.058.302,57	829.680,67	1.297.414,35	2.931.207,55	1.138.118,08	1.793.089,47
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC Total	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	24.750,00	85.250,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL Total	2.308.343,96	2.308.343,96	199.675,25	52.631,44	2.056.037,27	519.377,39	1.536.659,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ TUBARÃO	3.109.774,25	3.109.774,25	129.014,97	1.157.086,27	1.823.673,01	699.699,21	1.123.973,80
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Total	17.000,00	17.000,00	9.343,84	0,00	7.656,16	3.825,00	3.831,16
FUNDO MUNICIPAL INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	355.000,00	355.000,00	0,00	3.900,00	351.100,00	79.875,00	271.225,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Total	9.119.954,53	9.119.954,53	411.432,16	5.151.479,54	3.557.042,83	2.051.989,77	1.505.053,06
FUNDO MUNICIPAL DE EM. DA DEF. CIVIL D. TUBARÃO	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	20.250,00	69.750,00
FUNDO M. ANTIDROGAS - FMAD Total	922.900,00	922.900,00	0,00	921.731,40	1.168,60	652,50	516,10
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI Total	636.900,00	636.900,00	0,00	0,00	636.900,00	143.302,50	493.597,50
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	3.825,00	13.175,00
Total geral	162.026.065,66	163.211.717,66	42.239.648,38	43.870.875,25	77.071.194,03	36.451.867,54	40.619.326,49

ANEXO II do Decreto 5843/2016 - Comportamento Orçamentário**Despesa - 2016**

Fonte de Recursos	Despesa Orçada	Legislativo	Folha	Demais Despesas
80	247.902.210,75	21.222.108,00	85.029.300,00	141.650.802,75
81	63.841.015,00		46.575.526,34	17.265.488,66
82	63.820.774,25		60.711.000,00	3.109.774,25
80+81+82	375.564.000,00	21.222.108,00	192.315.826,34	162.026.065,66
98	69.137.573,66		69.137.573,66	0,00
99	3.635.000,00		3.635.000,00	0,00
98+99	72.772.573,66		72.772.573,66	0,00
80+81+82+98+99	448.336.573,66	21.222.108,00	265.088.400,00	162.026.065,66

Folha dos Servidores 2015x2016

Fonte de Recursos	Folha Orçada 2015	Folha Empenhada 2015	Folha Orçada 2016
80	89.465.297,45	89.454.217,64	85.029.300,00
81	34.439.104,90	38.854.487,14	46.575.526,34
82	41.094.142,41	55.336.945,45	60.711.000,00
80+81+82	164.998.544,76	183.645.650,23	192.315.826,34
98	60.120.117,14	64.898.187,07	69.137.573,66
99	4.052.404,00	3.619.976,63	3.635.000,00
98+99	64.172.521,14	68.518.163,70	72.772.573,66
80+81+82+98+99	229.171.065,90	252.163.813,93	265.088.400,00

Receita 2016

Fonte de Recursos	Receita Orçada 2015	Arrecadação 2015	Evolução Hipotética (6%)	Receita Orçada 2016	Provável Diferença
80	346.235.231,06	327.393.459,22	347.037.066,77	375.564.000,00	-28.526.933,23
98	68.011.751,08	61.177.018,25	64.847.639,35	72.772.573,66	-7.924.934,31
80+98	414.246.982,14	388.570.477,47	411.884.706,12	448.336.573,66	-36.451.867,54

Receita 2015x2016

Fonte de Recursos	Receita Orçada 2015	Arrecadação 2015	Receita Orçada 2016	Orçada 2015 para 2016	Arrecad. 2015 para Orç.2016
80	346.235.231,06	327.393.459,22	375.564.000,00	8,47%	14,71%
98	68.011.751,08	61.177.018,25	72.772.573,66	7,00%	18,95%
80+98	414.246.982,14	388.570.477,47	448.336.573,66	8,23%	15,38%

Possível Limitação de Empenho

Fonte de Recursos	Receita Orçada 2016	Provável Arrecadação 2016	Possível Limitação
80+81+82+98+99	448.336.573,66	411.884.706,12	36.451.867,54

Despesas a serem limitadas

Fonte de Recursos	Antes da Limitação	Após a Limitação	Percentual Limitação
80+81+82	162.026.065,66	125.574.198,12	22,50

ANEXO I (Parte integrante do Decreto nº 5621/2016)

FR	Descrição da Receita	Natureza	Estimativa 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ
624	730.474.29	33.210.158.66	59.093.105.08	32.490.826.31	32.463.586.80	32.490.826.31	33.284.370.20	33.890.776.63	33.903.538.63	34.230.313.79	42.676.000.48	51.986.772.12	54.347.808.24	170.333.262.35
188	476.636.98	33.012.454.69	21.363.458.25	37.038.832.36	37.038.832.36	37.038.832.36	10.390.697.62	10.390.697.62	10.390.697.62	10.390.697.62	10.390.697.62	10.390.697.62	10.390.697.62	20.056.819.97
143	551.128.28	10.048.578.98	29.567.345.36	16.726.051.69	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	7.737.146.12	15.031.627.50
80	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	51.365.473.69	3.595.562.23	10.273.034.94	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37	1.284.129.37
80	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	10.652.174.16	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	745.671.72	1.597.867.98
80	IRRF s/ Outros Rendimentos	465.993.12	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	32.619.52	2.825.084.59
80	TBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	23.084.677.56	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	1.615.927.43	6.898.96
80	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	46.864.553.55	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.280.448.75	3.001.008.08
80	Imposto s/ Serv. de Qualquer Natureza Simples	11.119.276.20	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	778.349.33	5.154.990.89
80	Taxas	24.446.935.42	1.711.257.49	6.019.056.76	3.184.978.29	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37	1.201.123.37
42	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.189.219.50	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	83.245.37	1.455.908.48
80	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	871.185.11	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	57.202.96	154.598.48
80	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ES	2.628.221.44	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	183.975.50	130.814.15
80	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	595.088.61	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	41.699.60	130.814.15
80	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENT	502.80	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	35.20	130.814.15
80	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	2.023.20	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	140.22	130.814.15
62	Estacionamento Relativo	1.600.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	112.000.00	106.234.05
80	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTR	11.721.72	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	820.52	341.668.79
19	Taxa de Segurança Contra Incêndio - FR 19	3.423.021.22	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	239.611.49	65.527.95
80	Taxas de Licença Diversas	1.047.469.25	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	101.322.85	55.31
80	TAXA DE CEMITÉRIOS	108.953.05	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	7.626.71	220.35
80	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	11.336.313.86	793.541.97	5.101.341.24	2.267.262.77	283.407.85	283.407.85	283.407.85	283.407.85	283.407.85	283.407.85	283.407.85	283.407.85	1.289.39
80	Taxa de Expediente	1.286.215.66	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	90.035.10	1.834.83
20	Contribuição de Melhoria	20.748.973.28	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	660.45
300	Contribuição/Custeio Serv. Iluminação Pública	20.748.973.28	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	1.452.428.13	260.45
80	Receita De Contribuições	10.411.678.38	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	1.523.83
80	Contribuições Sociais	10.411.678.38	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	728.817.48	444.992.73
40	Contrib. de Servidor Ativo Civil -RPPS - fr 40	4.026.708.78	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	281.869.61	188.170.98
40	Contrib. de Servidor Ativo Civil CMS-RPPS - fr 40	60.740.278	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	4.217.31	14.163.92
40	Contrib. de Servidor Ativo Civil FMS-RPPS - fr 40	2.344.166.70	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	164.091.67	623.497.24
40	Contrib. de Servidor Ativo Assembleia RPPS - fr40	4.381.62	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	306.71	167.208.01
80	Contrib. de Servidor Inativo para o RPPS	27.410.355	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	1.918.72	2.697.366.52
40	Contribuição de Servidores Inativos Civil RPPS	16.431.08	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.150.18	1.697.366.52
40	CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA EM REGIME DE	11.717.313.10	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	78.211.92	1.561.751.80
40	Outras Contribuições - FIA	2.815.019.47	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	197.051.36	422.252.95
12	Receita Patrimonial	12.086.359.48	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.006.779.15	1.011.679.28
40	Receitas Imobiliárias	107.138.96	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.967.48
40	Outras Receitas de Aluguéis - FUNESI	107.138.96	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.924.68	8.967.48
40	Receitas De Valores Mobiliários	11.979.220.52	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	997.854.47	1.002.711.80
98	Rem.Dep.Banc.FUNDEB	515.513.00	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	42.942.23	43.148.47
334	Rem.Dep.Banc.BlocoR FR334	934.900.93	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.746.90	7.784.10
338	Rem.Dep.Banc.BlocoR FR338	49.840.93	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.151.75	4.171.68
339	Rem.Dep.Banc.BlocoR FR339	16.759.70	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.396.08	1.402.82
342	Rem.Dep.Banc.BlocoR FR342	93.328.51	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	7.774.26	1.871.65
345	Rem.Dep.Banc.BlocoR FR345	137.144.71	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.424.15	11.479.06
30	Rem.Dep.Banc. Merenda Escolar FR10	2.168.90	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	180.67	181.53
6	Rem.Dep.Banc. Salário Educação FR06	71.383.24	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.943.72	5.972.32
121	Rem.Dep.Banc. Transporte Escolar FR121	10.057.59	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	837.80	841.79
122	Rem.Dep.Banc. PNATF - FNDE FR122	1.478.80	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.18	123.82
11	Rem.Dep.Banc. Conv.MEC/FNDE FR11	39.215.50	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.266.65	3.282.35

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1.3.2.5.01.05.06.00	161	Rem.Dép.Banc. Profit.PAC-03102-12 FR161	1.500,00	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	125,55
1.3.2.5.01.06.01.00	42	Rem.Dép.Banc. Vigilância Sanitária FR42	39.215,50	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.266,65	3.282,35
1.3.2.5.01.06.02.00	42	Rem.Dép.Banc. F.Saude - FR42	27.713,75	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.308,56	2.319,59
1.3.2.5.01.09.01.00	120	Rem.Dép.Banc. CIDE FR120	2.404,41	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	200,29	201,22
1.3.2.5.01.10.01.00	23	Rem.Dép.Banc. FNAS FR23	602.472,75	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.185,98	50.426,97
1.3.2.5.01.99.06.00	140	Rem.Dép.Banc. BID/PNAFM FR140	1.478,79	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,18	123,81
1.3.2.5.01.99.08.00	19	Rem.Dép.Banc. FUNRECOM FR19	16.978,78	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.414,33	1.421,15
1.3.2.5.01.99.09.00	26	Rem.Dép.Banc. Conv.Trânsito FR26	5.257,94	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	437,99	440,05
1.3.2.5.01.99.10.00	142	Rem.Dép.Banc. PAC2 FR142	93.328,51	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.774,26	7.811,65
1.3.2.5.01.99.11.00	33	Rem.Dép.Banc. Conv.SCA07 FR33	16.650,16	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.386,96	1.393,60
1.3.2.5.01.99.12.00	34	Rem.Dép.Banc. Conv.Gov.Fed. FR34	42.173,09	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.513,02	3.529,87
1.3.2.5.01.99.13.00	117	Rem.Dép.Banc. Alienação FR117	13.802,10	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.155,29
1.3.2.5.01.99.14.00	119	Rem.Dép.Banc. Min. Esporte - FR119	13.802,10	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.149,71	1.155,29
1.3.2.5.01.99.17.00	144	Rem.Dép.Banc. Conv. CASANI13/97 FR144	5.665,00	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	471,89	474,21
1.3.2.5.01.99.20.00	300	Rem.Dép.Banc. COSIP FR300	96.586,00	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.045,61	8.084,29
1.3.2.5.01.99.21.00	234	Rem.Dép.Banc. Min.Int.Nac. Emerg. FR234	31.328,58	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.609,67	2.622,21
1.3.2.5.01.99.22.00	153	Rem.Dép.Banc. Conv.SENASP FR153	5.696,11	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	474,49	476,72
1.3.2.5.01.99.25.00	131	Rem.Dép.Banc. Outros Conv.União FR131	34.505,26	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.874,29	2.888,07
1.3.2.5.01.99.26.00	160	Rem.Dép.Banc. PAC2.034570172/10 FR160	1.665,01	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	138,70	139,31
1.3.2.5.01.99.27.00	160	Rem.Dép.Banc. PAC2.034570390/10 FR160	1.369,26	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,06	114,60
1.3.2.5.01.99.29.00	133	Rem.Dép.Banc. Ações Petrobras	5.350,00	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	445,66	447,74
1.3.2.5.02.01.01.00	22	Rem.Dép.Banc. FEAS FR22	26.289,72	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.189,93	2.200,49
1.3.2.5.02.01.03.00	40	Rem.Dép.Banc. FIA - FR40	7.667,84	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	638,73	641,81
1.3.2.5.02.01.04.00	40	Rem.Dép.Banc. F.M.Ambiente - FR40	11.162,18	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	929,81	934,27
1.3.2.5.02.01.05.00	80	Rem.Dép.Banc. PMSI/FMMAFR80	11.215,00	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	934,21	938,69
1.3.2.5.02.01.06.00	80	Rem.Dép.Banc. F.Esporte - FR80	1.500,00	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	125,55
1.3.2.5.02.01.07.00	40	Rem.Dép.Banc. F.Esporte - FR40	1.500,00	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	125,55
1.3.2.5.02.01.08.00	80	Rem.Dép.Banc. FIA - FR80	1.500,00	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	125,55
1.3.2.5.02.01.09.00	80	Rem.Dép.Banc. FNAS - FR80	1.500,00	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	124,95	125,55
1.3.2.5.02.01.10.00	40	Rem.Dép.Banc. F.Educacional - FR40	129.385,95	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.777,85	10.829,60
1.3.2.8.10.01.00.00	40	Remuneração dos Invest. Renda Fixa-RPPS - FR40	4.306.730,85	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	358.750,68	360.473,37
1.3.2.8.20.01.00.00	40	Remuneração dos Invest. Renda Variável - RPPS	1.117.313,10	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.072,18	93.519,12
1.3.2.8.30.01.00.00	40	Remuneração dos Invest. Fundos Imob. RPPS - FR	21.908,10	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.824,94	1.833,76
1.6.0.0.00.00.00.00	40	Rec.Déu. De Serviços	5.288.365,89	47.860,70	111.552,91	111.552,91	111.552,91	905.096,80	111.552,91	111.552,91	111.552,91	125.227,40	138.901,88	932.445,80	2.469.515,85
1.6.0.0.02.99.00.00	59	OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	2.040.000,00
1.6.0.0.13.01.00.00	80	SERVIÇOS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLIC	385.444,62	0,00	0,00	0,00	0,00	77.088,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.088,92	231.266,78
1.6.0.0.13.02.00.00	80	SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS	182.274,84	0,00	0,00	0,00	0,00	36.454,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.454,97	109.364,90
1.6.0.0.16.01.00.00	40	Mensalidade Escolar Profissional - F. EDUC	636.922,13	0,00	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	63.692,21	0,00
1.6.0.0.19.01.00.00	40	Rec. Serviços Recreativos e Culturais	683.724,30	47.860,70	47.860,70	47.860,70	47.860,70	47.860,70	47.860,70	47.860,70	47.860,70	61.535,19	75.209,67	75.209,67	88.884,17
1.7.0.0.00.00.00.00		Transferências Correntes	364.687.387,22	17.733.281,09	17.845.510,37	17.891.364,23	17.891.364,23	17.891.364,23	17.891.364,23	17.891.364,23	17.891.364,23	19.304.076,55	19.630.851,71	30.581.635,38	130.940.663,42
1.7.2.0.00.00.00.00		Transferências Intergovernamentais	300.458.345,90	17.672.928,01	17.681.928,01	17.727.781,87	17.727.781,87	17.727.781,87	17.727.781,87	17.727.781,87	17.727.781,87	19.140.494,19	19.467.269,35	30.418.053,02	68.407.796,78
1.7.2.1.01.02.01.00	80	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	47.618.480,25	3.333.293,62	3.333.293,62	3.333.293,62	3.333.293,62	3.333.293,62	3.333.293,62	3.333.293,62	3.333.293,62	4.285.663,22	5.238.032,83	5.238.032,83	6.190.402,41
1.7.2.1.01.05.00.00	80	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	25.260,60	1.768,24	1.768,24	1.768,24	1.768,24	1.768,24	1.768,24	1.768,24	1.768,24	2.273,45	2.778,67	2.778,67	3.283,89
1.7.2.1.33.01.00.00	334	Transf. PAB FIXO FR 334 - FMS	6.322.280,00	632.228,00	632.228,00	632.228,00	632.228,00	632.228,00	632.228,00	632.228,00	632.228,00	442.559,60	569.005,20	695.450,80	2.718.580,40
1.7.2.1.33.02.00.00	336	Transf. PACS FR 336 - FMS	3.499.550,00	34.995,50	34.995,50	34.995,50	34.995,50	34.995,50	34.995,50	34.995,50	34.995,50	244.968,50	384.950,50	384.950,50	1.504.806,50
1.7.2.1.33.03.00.00	337	Transf. PSF FR 337 - FMS	5.839.250,00	58.392,50	58.392,50	58.392,50	58.392,50	58.392,50	58.392,50	58.392,50	58.392,50	408.747,50	525.537,50	642.317,50	2.510.877,50
1.7.2.1.33.04.00.00	338	Transf. MAC FR 338 - FMS	5.753.678,57	57.536,79	57.536,79	57.536,79	57.536,79	57.536,79	57.536,79	57.536,79	57.536,79	402.757,50	517.831,07	632.904,64	2.474.081,77

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
17.2.1.33.05.00.00	339	Transf. PPI - fr 339 - FMS	1.917.746,80	19.177,47	19.177,47	19.177,47	19.177,47	19.177,47	134.242,28	134.242,28	134.242,28	172.597,21	210.952,15	210.952,15	824.631,10
17.2.1.33.06.00.00	341	Transf. Vigilância Sanitária fr 341 - FMS	284.486,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284.486,25
17.2.1.33.09.00.00	342	Transf. Farmácia Básica fr 342 - FMS	2.671.771,49	26.717,71	26.717,71	26.717,71	26.717,71	26.717,71	26.717,71	26.717,71	187.024,00	240.459,43	293.894,86	293.894,86	1.469.474,37
17.2.1.33.16.00.00	343	Transf. Farmácia DST/AIDS - fr 343 - FMS	850.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.800,00
17.2.1.33.21.00.00	344	Transf. Produção / CEO - fr 344 - FMS	212.700,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	2.127,00	14.889,00	14.889,00	19.143,00	23.397,00	23.397,00	104.223,00
17.2.1.33.24.00.00	351	Transf. SUS - (São Pedro de Alcântara) fr 351 - FM	19.345,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.127,96	2.127,96	15.089,15
17.2.1.33.26.00.00	335	Convênio MS - UPA - FMS fr 335	282.855,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282.855,29
17.2.1.34.01.00.00	23	Fundo Nac. Assist. Social - FNAS fr 23 - FNAS	9.190.812,40	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	91.908,12	8.179.823,08
17.2.1.34.03.00.00	23	Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo M	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
17.2.1.34.04.00.00	23	Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo M	9.000,00	0,00	9.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	102.000,00
17.2.1.35.01.00.00	6	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	8.852.196,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.852.196,76
17.2.1.35.02.00.00	8	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES	483.626,63	0,00	0,00	33.853,86	33.853,86	33.853,86	33.853,86	33.853,86	33.853,86	43.526,40	53.198,93	53.198,93	130.579,21
17.2.1.35.03.00.00	10	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES	2.774.481,10	27.744,81	27.744,81	27.744,81	27.744,81	27.744,81	27.744,81	27.744,81	194.213,68	194.213,68	194.213,68	194.213,68	1.803.412,71
17.2.1.35.04.00.00	122	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES	47.741,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.741,20
17.2.1.35.99.01.00	11	Programa Nacional de Alimentação PNAC FR 11	2.238.384,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.238.384,50
17.2.1.35.99.03.00	125	Rec FNDE/ REJA Progr Educ. Jovens/Adultos - fr 1	42.672,94	2.987,11	2.987,11	2.987,11	2.987,11	2.987,11	2.987,11	2.987,11	2.987,11	2.987,11	4.694,02	4.694,02	6.400,91
17.2.1.36.00.00.00	80	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONER	345.744,81	24.202,14	24.202,14	24.202,14	24.202,14	24.202,14	24.202,14	24.202,14	24.202,14	31.117,03	38.031,93	38.031,93	44.946,80
17.2.1.99.01.00.00	80	CEX - Compensação das Exportações	387.741,00	27.141,87	27.141,87	27.141,87	27.141,87	27.141,87	27.141,87	27.141,87	27.141,87	34.896,69	42.651,51	42.651,51	50.406,33
17.2.1.99.02.00.00	80	Comp. Financ. para Extração de Minerais - CFE	2.926,80	204,88	204,88	204,88	204,88	204,88	204,88	204,88	204,88	263,41	321,95	321,95	380,45
17.2.2.01.01.00.00	80	COTA-PARTE DO ICMS	103.446.721,67	7.241.270,52	7.241.270,52	7.241.270,52	7.241.270,52	7.241.270,52	7.241.270,52	7.241.270,52	7.241.270,52	9.310.204,95	11.379.139,38	11.379.139,38	13.448.073,80
17.2.2.01.02.00.00	80	COTA-PARTE DO ICMS	21.330.215,93	1.493.115,12	1.493.115,12	1.493.115,12	1.493.115,12	1.493.115,12	1.493.115,12	1.493.115,12	1.493.115,12	1.919.719,43	2.346.323,75	2.346.323,75	2.772.928,04
17.2.2.01.04.00.00	80	COTA-PARTE DO ICMS SOBRE EXPORTAÇÃO	1.558.965,15	1.09.127,56	1.09.127,56	1.09.127,56	1.09.127,56	1.09.127,56	1.09.127,56	1.09.127,56	1.09.127,56	171.486,17	171.486,17	171.486,17	202.665,47
17.2.2.01.13.00.00	120	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃ	1.600.848,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.848,03
17.2.4.01.01.00.00	98	Recurso do FUNDEB 100%	72.257.060,66	5.057.994,25	5.057.994,25	5.057.994,25	5.057.994,25	5.057.994,25	5.057.994,25	5.057.994,25	5.057.994,25	6.503.135,46	7.948.276,67	7.948.276,67	9.393.417,86
17.3.0.00.00.00.00		Transferências de Instituições Privadas	5.449.343,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.449.343,81
17.3.0.01.00.00.00	103	Transf. de Instituições Privadas - FUNESJ fr 103	214.749,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.749,00
17.3.0.02.00.00.00	150	Transf. de Instit. Privadas Lei Rouanet - fr 150	5.234.594,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.234.594,81
17.6.0.00.00.00.00		Transferências De Convênios	58.779.699,51	60.353,08	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	163.582,36	57.083.522,83
17.6.1.99.02.00.00	151	Transf. Conv. Minist da Cultura / IPHAN	2.190.810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.190.810,00
17.6.1.99.03.00.00	123	Transf de Conv. Gov. Federal - Educ. - fr 123	323.177,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.177,64
17.6.1.99.04.00.00	34	Transf. Conv. Gov. Federal - FUNESJ	4.623.145,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.623.145,22
17.6.1.99.05.00.00	152	Conv. Ministério Público/ Justiça - FMCTUR- fr	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
17.6.1.99.06.00.00	345	Serviços de Atend. Móveis - SAMU fr 345 - MS - F	819.320,40	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	24.579,61	548.944,69
17.6.1.99.07.00.00	151	Transf. Conv. Minist da Cultura / IPHAN	3.266.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.266.190,00
17.6.1.99.09.00.00	346	Centro Especialidade Odontológica - CEO - fr 346	63.810,00	0,00	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	1.914,30	44.667,00
17.6.1.99.10.00.00	332	Farmácia Popular do Brasil Estado - FMS fr 332	304.487,55	0,00	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	9.134,63	213.141,25
17.6.1.99.11.00.00	333	Farmácia Estadual - FMS fr 333	2.127.000,00	0,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	63.810,00	1.488.900,00
17.6.1.99.12.00.00	348	Recursos de Conv. MS/SUS- COPAC fr 348 - FMS	341.383,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.383,50
17.6.1.99.13.00.00	347	Convênio MS - CAPS - fr 347 - FMS	796.561,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.561,50
17.6.1.99.14.00.00	349	Outras Transf. Estadual - fr 349 - FMS	441.383,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	441.383,50
17.6.1.99.15.00.00	350	Vigilância Sanitária Estadual - fr 350 - FMS	227.589,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227.589,00
17.6.1.99.18.00.00	354	Convênio Laboratório - MS - fr 354 - FMS	284.486,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284.486,25
17.6.1.99.19.00.00	355	Conv. Equip. Mat. Permanente- MS - fr 355 - FMS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
17.6.1.99.20.00.00	356	Conv. SES - Equip. Mat. Permanente - fr 356 - FM	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
17.6.1.99.21.00.00	357	Conv. SES- Ample Manut.das Unid. de Saúde fr 357	1.063.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.500,00
17.6.1.99.22.00.00	358	Convênio Vigius - MS - fr 358 - FMS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
17.6.1.99.23.00.00	361	Conv. SES - Programa Especial - fr 361 - FMS	233.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.970,00
17.6.1.99.24.00.00	362	Conv. SES-Progr Gestão/ Práticas/ Moderniz. fr 362	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
17.6.1.99.25.00.00	363	Conv. MS- Progr. Gestão/Prática/Modernização fr	319.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319.050,00
17.6.1.99.27.00.00	34	Outras Transf. de Conv. Gov. Federal - F.Educ.	11.801.689,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.801.689,94
17.6.1.99.28.00.00	34	Outras Transf. de Conv. Gov. Federal - PMSI fr 34	10.826.213,71	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	10.826.213,71
17.6.1.99.29.00.00	366	Outras Transferências Federais fr 366	3.577.346,73	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	35.773,47	3.183.838,56
17.6.1.99.31.00.00	153	Transf. Conv. Federal SENASP	13.649,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.649,01
17.6.1.99.32.00.00	380	Transf. Ministério do Turismo - FMCTUR	704.495,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	704.495,23
17.6.1.99.33.00.00	153	Convênios com a Secretaria Nacional de Seguran	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
17.6.2.02.02.00.00	33	Transf. Conv. Gov. Estado p/ F. Educ.	1.236.380,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236.380,38
17.6.2.99.05.00.00	121	Conv. nº 7982/2004 Transp. Escolar FR 121	289.542,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289.542,41
17.6.2.99.11.00.00	22	Transf. de Conv. dos Estados fr 22 - FMAS	3.652.918,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.652.918,25
17.6.2.99.13.00.00	126	Conv. Gov. Estado- FUNCULTURAL	2.536.935,04	0,00	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	25.369,35	2.283.241,54
17.6.2.99.16.00.00	136	Conv. Gov. do Estado - FUNCULTURAL/ Carnaval	739.664,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	739.664,25
17.6.2.99.20.00.00	365	Transf. Gov. Estado ESF SES - fr 365	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00
17.6.2.99.21.00.00	369	TRANSF. GOV. EST. - MAC. SES	866.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	866.700,00
17.6.2.99.22.00.00	369	TRANSF. GOV. EST. - MAC. SES	300.100,00	0,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	270.090,00
17.6.2.99.23.00.00	22	Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo M	300.100,00	0,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	3.001,00	300.100,00
19.0.0.00.00.00.00	00	Outras Receitas Correntes	10.965.235,91	452.037,42	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	14.292.832,03
19.1.0.00.00.00.00	00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	244.997,55	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	17.149,83	31.849,67
19.1.1.00.00.00.00	80	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	95.868,05	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	6.710,81	12.462,89
19.1.1.01.00.00.00	80	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	2.536.935,04	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	15.780,75	29.307,07
19.1.3.00.00.00.00	80	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	3.088.975,91	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	216.228,31	401.566,90
19.1.3.13.01.00.00	80	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	375.838,70	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	26.308,71	48.859,02
19.1.3.99.00.00.00	80	Multas/Juros de Mora DA DÍVIDA ATIVA DE	1.614.679,16	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	113.027,54	209.908,02
19.1.9.15.00.00.00	26	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSIT	4.705.498,36	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	47.054,98	4.187.893,58
19.1.9.99.01.00.00	26	Multas Trânsito Guarda Munic. Conv. 8714/2 - fr	139.664,14	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	9.776,49	18.156,33
19.1.9.99.02.00.00	26	Multas de Trânsito Avanço de Semáforo - Conv. 55	82.374,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.374,46
19.1.9.99.03.00.00	26	Multa de Trânsito - Contr. de Veloc. Conv. 5264	164.310,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.310,75
19.1.9.99.05.00.00	210	Outras Multas - Defesa do Consumidor	227.589,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	227.589,01
19.2.0.00.00.00.00	00	Indenizações e Restituições	3.422.850,27	13.203,31	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	73.662,59	2.567.788,78
19.2.1.99.01.00.00	80	Extração de Oleo, Xisto e Gas	863.704,06	0,00	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	60.459,28	172.740,83
19.2.2.10.01.00.00	40	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME	175.264,80	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	12.268,54	22.784,39
19.2.2.99.01.00.00	80	Outras Restituições	2.369.027,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.369.027,96
19.2.2.99.02.00.00	80	Outras Restituições - FUNESJ	11.853,85	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	829,77	1.541,00
19.2.2.99.03.00.00	40	Outras Restituições - FIA Fr40	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
19.2.2.99.04.00.00	80	Restituições à Fundação de Esportes FR80	1.500,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	195,00
19.3.0.00.00.00.00	00	Receita Da Dívida Ativa	24.588.833,70	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	3.196.548,47
19.3.1.11.01.00.00	80	Rec. Div. Ativ. do IPTU	10.013.401,29	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	700.938,09	1.301.742,17
19.3.1.12.01.00.00	80	Rec. Div. Ativ. do ITBI	2.576,47	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	180,35	334,97
19.3.1.13.01.00.00	80	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.952.358,02	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	136.665,06	253.806,56
19.3.1.99.01.00.00	80	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	12.620.497,92	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	883.434,95	1.640.664,77
19.9.0.00.00.00.00	00	Receitas Correntes Diversas	4.533.126,46	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	114.696,56	3.114.216,80
19.9.0.02.01.01.00	129	Rec. Honorário Advogado Lei 4430/	462.332,16	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	4.623,32	411.475,64
19.9.0.99.01.01.00	80	Outras Receitas PMSJ	1.572.474,89	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	110.073,24	204.421,75
19.9.0.99.01.02.00	23	Outras Receitas do Fundo Nacional de Assistência	197.172,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.172,90
19.9.0.99.01.03.00	40	Outras Receitas F.M.Ambiente FR40	387.773,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387.773,37
19.9.0.99.01.04.00	42	Outras Receitas F. Saúde FR42	273.851,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.851,25
19.9.0.99.01.05.00	367	Outras Receitas F. Saúde FR367	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
19.9.0.99.01.06.00	40	Outras Receitas FMAS FR40	11.379,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.379,45
19.9.0.99.01.07.00	40	Outras Receitas RPPS - FR 40	10.954,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.954,05
19.9.0.99.01.08.00	40	Outras Receitas F. Cultura FR40	617.188,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	617.188,39
70.0.0.00.00.00.00	00	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	20.298.580,54	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	2.638.815,46
72.0.0.00.00.00.00	00	Receita De Contribuições	20.298.580,54	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	2.638.815,46
72.1.0.00.00.00.00	00	Contribuições Sociais	20.298.580,54	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	2.638.815,46
72.1.0.29.01.01.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil PMSJ-RPPS - fr 40	15.393.815,10	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	1.077.567,06	2.001.955,94
72.1.0.29.01.02.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil CMSJ-RPPS - fr 40	186.218,85	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	13.035,32	20.484,07
72.1.0.29.01.03.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil FMS-RPPS - fr 40	4.709.784,20	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	329.684,89	612.271,98
72.1.0.29.01.04.00	40	Contrib. Patronais Ativo Civil Assembleia-RPPS - f	8.762,39	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	613,37	1.139,09
20.0.0.00.00.00.00	00	Receitas De Capital	286.970.945,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.970.945,17
21.0.0.00.00.00.00	00	Operações De Crédito	58.878.859,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.878.859,77
21.1.0.00.00.00.00	00	Operações De Crédito Internas	44.866.422,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.866.422,56
21.1.4.01.01.00.00	25	Operação de Crédito Interna - BNDES - fr 25	307.245,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.245,15

Natureza	FR	Descrição da Receita	Estimativa 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2.1.1.4.99.01.00.00	5	Operação de Crédito Interna - PMAT fr 05	8.585.795,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.585.795,03
2.1.1.4.99.02.00.00	35	Operação de Crédito BADESC - PRO-FDM - FR 35	12.432.419,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.432.419,10
2.1.1.4.99.03.00.00	154	Operação de Crédito - FINAME / PROV/AS - fr 154	1.251.739,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.251.739,50
2.1.1.4.99.05.00.00	157	Outras Operações de Crédito PRO-INFRAMPO - fr	4.739.540,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.739.540,93
2.1.1.4.99.06.00.00	143	Outras Operações de Crédito Caixa Econômica - FMH	11.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.100.000,00
2.1.1.4.99.07.00.00	160	PAC II CEF - CT Nº 0345.701.72/10 - FR 160	876.324,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	876.324,00
2.1.1.4.99.08.00.00	160	PAC II CEF - CT Nº 0345.703.90/10 - FR 160	1.248.598,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248.598,88
2.1.1.4.99.09.00.00	143	Operações de Crédito Caixa Econômica - fr 143	4.324.759,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.324.759,97
2.1.2.0.00.00.00.00		Operações de Crédito Externas	14.012.437,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.012.437,21
2.1.2.3.99.02.00.00	140	Operação de Crédito - BID / PNAFM - fr 140	14.012.437,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.012.437,21
2.2.0.0.00.00.00.00		Alienação De Bens	17.694.197,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.694.197,90
2.2.0.0.00.00.00.00		Alienação De Bens Imóveis	17.694.197,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.694.197,90
2.2.2.9.01.00.00.00	117	Alien. de Outros Bens Imóveis	17.587.197,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.587.197,90
2.2.2.9.02.00.00.00	146	Venda de títulos/ações/alienações FR146	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00		Transferências De Capital	210.397.887,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.397.887,50
2.4.3.0.00.00.00.00		Transferências De Instituições Privadas	6.467.055,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.467.055,23
2.4.3.0.01.00.00.00	132	Transf. de Instituições Privadas - fr 132	6.467.055,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.467.055,23
2.4.7.0.00.00.00.00		Transferências de Convênios	203.930.832,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.930.832,27
2.4.7.1.02.03.00.00	161	T. Comp. PACII-03102/2012-Pro-Inf./FNDE/MEC -	7.686.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.686.450,00
2.4.7.1.04.01.00.00	16	Transf. Conv. Minist. M. Ambiente - FMMA	2.185.316,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.185.316,53
2.4.7.1.05.01.00.00	141	Transf. Conv. Minist. de Transp. DNIT - fr 141	37.552,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.552,19
2.4.7.1.99.01.00.00	131	Outras Transf. de Convênio da União - FR 131	4.397.389,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.397.389,42
2.4.7.1.99.03.00.00	102	Outras Transf. União - Pro Saneamento - fr 102	4.751.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.751.000,00
2.4.7.1.99.04.00.00	142	Transf. Conv. OGU / PAC - Gov. Federal - fr 142	71.677.623,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.677.623,94
2.4.7.1.99.05.00.00	119	Progr. Esporte e Lazer-Minutos Esportes-CEF fr 11	737.241,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737.241,60
2.4.7.1.99.07.00.00	135	Outras Transf. Conv. Minist.das Cidades-CEF- fr 13	18.604.264,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.604.264,05
2.4.7.1.99.08.00.00	135	Transf. Conv. Minist.das Cidades-CEF- FCT fr 135	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
2.4.7.1.99.09.00.00	234	Transf. Gov. Fed.Minist. Integr.Nacional fr 234	1.771.176,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.771.176,30
2.4.7.1.99.11.00.00	11	Transf. Gov. Fed. FNDE T. Comp. PAR 201401463	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
2.4.7.1.99.12.00.00	301	Transf. Conv.-Minist Integr. Nac.- Sec. Defesa Civil	204.857,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204.857,60
2.4.7.1.99.13.00.00	142	Transf. Gov. Fed. OGU/PAC - FMH	11.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000.000,00
2.4.7.1.99.14.00.00	135	Transf. Gov. Fed. Minist. Cidades - FMH	4.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.400.000,00
2.4.7.1.99.16.00.00	119	PROG.ESPLAZER-MIN.ESPORTE - FUNESI	53.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00
2.4.7.1.99.17.00.00	60	Cont. de Rep. 804526/14 - Abrigos de Passageiros	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
2.4.7.2.99.01.00.00	33	Outras Transf. Conv. do Estado fr 33	31.755.828,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.755.828,47
2.4.7.2.99.02.00.00	144	Conv. Gov. Estado CASAN 113/97 fr - 144	12.094.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.094.335,00
2.4.7.2.99.03.00.00	144	Conv. Gov. Estado / CASAN - FMH	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.4.7.2.99.04.00.00	302	Transf. Conv.-Gov. Estadual Defesa Civil	364.142,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.142,40
2.4.7.2.99.07.00.00	54	Conv. Gov. Estado SDR 2014TR002063	230.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.690,00
2.4.7.2.99.09.00.00	58	Conv. Gov. Estado SDR2014TR001930	105.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.500,00
2.4.7.2.99.10.00.00	57	Conv. Gov. Estado CASAN 682/2014	2.138.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.138.500,00
2.4.7.2.99.11.00.00	53	Conv. Gov. Estado SDR 2014TR001913	19.998.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.998.500,00
2.4.7.2.99.12.00.00	330	Conv. Gov. Estado 2014TR002882 - FUNDAM	1.496.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.496.500,00
2.4.7.2.99.14.00.00	33	Outras Trans. Conv. Est. FUNESI fr 33	105.964,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.964,77
2.4.7.2.99.15.00.00	61	Convênio CASAN 701/2015	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.4.7.2.99.16.00.00	33	Outras Transferências de Convênios com o Gover	183.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.000,00
		TOTAL	932.000.000,00	36.451.059,30	60.514.005,72	44.884.487,44	33.911.726,95	34.705.270,84	35.311.677,27	35.324.439,27	35.651.214,43	44.502.872,74	54.219.570,97	56.580.652,09	459.943.022,98

**ANEXO II (Parte Integrante do Decreto nº 5621/2016)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO DE 2016**

Descrição	2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ATIVO CIRCULANTE (I)	247.055.938,86	247.055.938,86	230.596.761,64	242.200.530,84	238.174.781,76	223.176.272,19	208.971.306,51	195.372.747,26	181.786.950,01	168.527.927,96	130.599.800,70	102.388.371,67	67.379.023,76
Disponível em 31/12/2015	247.055.938,86												
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (II)	932.000.000,00	36.451.059,30	60.514.005,72	44.884.487,44	33.911.726,95	34.705.270,84	35.311.677,27	35.324.439,27	35.651.214,43	44.502.872,74	54.219.570,97	56.580.652,09	459.943.022,98
Receitas Correntes	624.730.474,29	35.030.158,66	59.093.105,08	43.463.586,80	32.490.826,31	33.284.370,20	33.890.776,63	33.903.538,63	34.230.313,79	42.676.000,48	51.986.727,12	54.347.808,24	170.333.262,35
Receita Tributária	188.746.636,98	13.212.264,60	37.038.830,25	21.363.458,11	10.390.697,62	10.390.697,62	10.390.697,62	10.390.697,62	10.390.697,62	12.689.231,65	15.432.503,55	17.000.040,75	20.056.819,97
Receita De Contribuições	10.411.678,38	728.817,48	728.817,48	728.817,48	728.817,48	728.817,48	728.817,48	728.817,48	728.817,48	728.817,48	1.145.284,63	1.145.284,63	1.561.751,80
Receita Patrimonial	12.086.359,48	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.801,06	1.006.822,97	1.006.822,97	1.011.679,28
Receita De Serviços	5.288.365,89	47.860,70	111.552,91	111.552,91	111.552,91	905.096,80	111.552,91	111.552,91	111.552,91	125.227,40	138.901,88	932.445,80	2.469.515,85
Transferências Correntes	364.687.387,22	17.733.281,09	17.845.510,37	17.891.364,23	17.891.364,23	17.891.364,23	19.291.314,55	19.304.076,55	19.630.851,71	25.104.326,08	30.581.635,38	30.581.635,38	130.940.663,42
Outras Receitas Correntes	43.510.046,34	2.301.155,64	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	2.361.614,92	3.021.596,81	3.681.578,71	3.681.578,71	14.292.832,03
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	20.298.580,54	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.826.872,26	2.232.843,85	2.232.843,85	2.638.815,46
Receita De Contribuições	20.298.580,54	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.420.900,64	1.826.872,26	2.232.843,85	2.232.843,85	2.638.815,46
Receitas De Capital	286.970.945,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286.970.945,17
Operações De Crédito	58.878.859,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.878.859,77
Alienação De Bens	17.694.197,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.694.197,90
Transferências De Capital	210.397.887,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.397.887,50
TOTAL DOS RECURSOS (III) = (I + II)	1.179.055.938,86	283.506.998,16	291.110.767,36	287.085.018,28	272.086.508,71	257.881.543,03	244.282.983,78	230.697.186,53	217.438.164,44	213.030.800,70	184.819.371,67	156.969.023,76	527.322.046,74
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (IV)	932.000.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	82.431.000,00	82.431.000,00	91.590.000,00	309.188.000,00
Despesas Correntes	566.305.746,36	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	50.967.517,17	50.967.517,17	56.630.574,64	181.217.838,82
Pessoal E Encargos Sociais	278.727.757,61	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	25.085.498,18	25.085.498,18	27.872.775,76	89.192.882,45
Juros E Encargos Da Dívida	4.140.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	372.600,00	372.600,00	414.000,00	1.324.800,00
Outras Despesas Correntes	283.437.988,75	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	25.509.418,99	25.509.418,99	28.343.798,88	90.700.156,37
Despesas De Capital	349.594.253,64	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	31.463.482,83	31.463.482,83	34.959.425,36	111.870.161,18
Investimentos	344.279.253,64	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	30.985.132,83	30.985.132,83	34.427.925,36	110.169.361,18
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	5.315.000,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	478.350,00	478.350,00	531.500,00	1.700.800,00
Reserva De Contingência	16.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.100.000,00
Reserva De Contingência	16.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.100.000,00
PASSIVO CIRCULANTE (V)	28.921.892,12	7.115.236,52	3.115.236,52	3.115.236,52	3.115.236,52	3.115.236,52	3.115.236,52	3.115.236,52	3.115.236,48	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS COMPROMISSOS (VI) = (IV + V)	960.921.892,12	52.910.236,52	48.910.236,52	48.910.236,52	48.910.236,52	48.910.236,52	48.910.236,52	48.910.236,52	48.910.236,48	82.431.000,00	82.431.000,00	91.590.000,00	309.188.000,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT (VII) = (III - VI)	218.134.046,74	230.596.761,64	242.200.530,84	238.174.781,76	223.176.272,19	208.971.306,51	195.372.747,26	181.786.950,01	168.527.927,96	130.599.800,70	102.388.371,67	67.379.023,76	218.134.046,74

**ANEXO III (Parte Integrante do Decreto nº 5621/2016)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS METAS DE DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA PARA 2016**

Cód.	Especificação da Despesa	Despesa Orçada 2	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
3.0	Despesas Correntes	566.305.746,36	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	28.315.287,32	50.967.517,17	50.967.517,17	56.630.574,64	181.217.838,82
3.1	Pessoal E Encargos Sociais	278.727.757,61	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	25.085.498,18	25.085.498,18	27.872.775,76	89.192.882,45
3.2	Juros E Encargos Da Dívida	4.140.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	207.000,00	372.600,00	372.600,00	414.000,00	1.324.800,00
3.3	Outras Despesas Correntes	283.437.988,75	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	25.509.418,99	25.509.418,99	28.343.798,88	90.700.156,37
4.0	Despesas De Capital	349.594.253,64	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	17.479.712,68	31.463.482,83	31.463.482,83	34.959.425,36	111.870.161,18
4.4	Investimentos	344.279.253,64	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	30.985.132,83	30.985.132,83	34.427.925,36	110.169.361,18
4.6	Amortização/Refinanciamento Da Dívida	5.315.000,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	478.350,00	478.350,00	531.500,00	1.700.800,00
9.0	Reserva De Contingência	16.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.100.000,00
9.9	Reserva De Contingência	16.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.100.000,00
	TOTAL	932.000.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	82.431.000,00	82.431.000,00	91.590.000,00	309.188.000,00

ANEXO IV (Parte Integrante do Decreto nº 5621/2016)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS METAS DE DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO PARA 2016

Cód	Função de Governo	Despesa Orçada 2	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Legislativa	21.222.108,00	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.909.989,72	1.909.989,72	2.122.210,80	6.791.074,56
2	Judiciária	470.000,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	23.500,00	42.300,00	42.300,00	47.000,00	150.400,00
4	Administração	65.820.137,84	3.291.006,89	3.291.006,89	3.291.006,89	3.291.006,89	3.291.006,89	3.291.006,89	3.291.006,89	3.291.006,89	5.923.812,41	5.923.812,41	6.582.013,78	21.062.444,12
6	Segurança Pública	21.509.246,12	1.075.462,31	1.075.462,31	1.075.462,31	1.075.462,31	1.075.462,31	1.075.462,31	1.075.462,31	1.075.462,31	1.935.832,15	1.935.832,15	2.150.924,61	6.882.958,73
8	Assistência Social	42.574.426,58	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	3.831.698,39	3.831.698,39	4.257.442,66	13.623.816,50
9	Previdência Social	52.402.000,00	1.817.600,00	1.817.600,00	1.817.600,00	1.817.600,00	1.817.600,00	1.817.600,00	1.817.600,00	1.817.600,00	3.271.680,00	3.271.680,00	3.635.200,00	27.682.640,00
10	Saúde	109.000.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	5.450.000,00	9.810.000,00	9.810.000,00	10.900.000,00	34.880.000,00
11	Trabalho	1.641.138,28	82.056,91	82.056,91	82.056,91	82.056,91	82.056,91	82.056,91	82.056,91	82.056,91	147.702,45	147.702,45	164.113,83	525.164,27
12	Educação	198.977.639,62	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	17.907.987,57	17.907.987,57	19.897.763,96	63.672.844,68
13	Cultura	32.000.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	2.880.000,00	2.880.000,00	3.200.000,00	10.240.000,00
14	Direitos da Cidadania	470.189,01	23.509,45	23.509,45	23.509,45	23.509,45	23.509,45	23.509,45	23.509,45	23.509,45	42.317,01	42.317,01	47.018,90	150.460,49
15	Urbanismo	255.401.434,08	12.770.071,70	12.770.071,70	12.770.071,70	12.770.071,70	12.770.071,70	12.770.071,70	12.770.071,70	12.770.071,70	22.986.129,07	22.986.129,07	25.540.143,41	81.728.458,93
16	Habituação	50.163.961,12	2.508.198,06	2.508.198,06	2.508.198,06	2.508.198,06	2.508.198,06	2.508.198,06	2.508.198,06	2.508.198,06	4.514.756,50	4.514.756,50	5.016.396,11	16.052.467,53
17	Saneamento	24.263.000,00	1.213.150,00	1.213.150,00	1.213.150,00	1.213.150,00	1.213.150,00	1.213.150,00	1.213.150,00	1.213.150,00	2.183.670,00	2.183.670,00	2.426.300,00	7.764.160,00
18	Gestão Ambiental	5.611.230,00	280.561,50	280.561,50	280.561,50	280.561,50	280.561,50	280.561,50	280.561,50	280.561,50	505.010,70	505.010,70	561.123,00	1.795.593,60
19	Ciência e Tecnologia	8.290.390,00	414.519,50	414.519,50	414.519,50	414.519,50	414.519,50	414.519,50	414.519,50	414.519,50	746.135,10	746.135,10	829.039,00	2.652.924,80
20	Agricultura	200.770,00	10.038,50	10.038,50	10.038,50	10.038,50	10.038,50	10.038,50	10.038,50	10.038,50	18.069,30	18.069,30	20.077,00	64.246,40
22	Indústria	175.500,00	8.775,00	8.775,00	8.775,00	8.775,00	8.775,00	8.775,00	8.775,00	8.775,00	15.795,00	15.795,00	17.550,00	56.160,00
23	Comércio e Serviços	222.500,00	11.125,00	11.125,00	11.125,00	11.125,00	11.125,00	11.125,00	11.125,00	11.125,00	20.025,00	20.025,00	22.250,00	71.200,00
26	Transporte	12.361.329,35	618.066,47	618.066,47	618.066,47	618.066,47	618.066,47	618.066,47	618.066,47	618.066,47	1.112.519,64	1.112.519,64	1.236.132,94	3.955.625,37
27	Desporto e Lazer	11.300.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	1.017.000,00	1.017.000,00	1.130.000,00	3.616.000,00
28	Encargos Especiais	17.873.000,00	893.650,00	893.650,00	893.650,00	893.650,00	893.650,00	893.650,00	893.650,00	893.650,00	1.608.570,00	1.608.570,00	1.787.300,00	5.719.360,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	TOTAL	932.000.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	82.431.000,00	82.431.000,00	91.590.000,00	309.188.000,00

ANEXO V (Parte Integrante do Decreto nº 5621/2016)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS METAS DE DESPESAS POR PROGRAMA DE GOVERNO PARA 2016

Cód.	Especificação da Despesa	Despesa Orcada 2	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
101	PROCESSO LEGISLATIVO	21.222.108,00	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.061.105,40	1.909.989,72	1.909.989,72	2.122.210,80	6.791.074,56
102	UMA CIDADE MAIS SAUDÁVEL	109.002.000,00	5.450.100,00	5.450.100,00	5.450.100,00	5.450.100,00	5.450.100,00	5.450.100,00	5.450.100,00	5.450.100,00	9.810.180,00	9.810.180,00	10.900.200,00	34.880.640,00
103	EDUCAÇÃO PRIORIDADE PERMANENTE	198.977.639,62	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	9.948.881,98	17.907.987,57	17.907.987,57	19.897.763,96	63.672.844,68
104	O ESPORTE E O LAZER TERÃO ESFORÇOS REDOBRADOS	11.300.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	1.017.000,00	1.017.000,00	1.130.000,00	3.616.000,00
105	GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFICAZ EM PROL DO ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO	148.197.763,96	6.604.888,20	6.604.888,20	6.604.888,20	6.604.888,20	6.604.888,20	6.604.888,20	6.604.888,20	6.604.888,20	11.888.798,76	11.888.798,76	13.209.776,40	58.371.284,44
106	URBANIZAÇÃO COM VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DA NATUREZA	228.942.135,88	11.447.106,79	11.447.106,79	11.447.106,79	11.447.106,79	11.447.106,79	11.447.106,79	11.447.106,79	11.447.106,79	20.604.792,23	20.604.792,23	22.894.213,59	73.261.483,51
107	COMBATE À CORRUPÇÃO ... GERAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA	887.902,89	44.395,14	44.395,14	44.395,14	44.395,14	44.395,14	44.395,14	44.395,14	44.395,14	79.911,26	79.911,26	88.790,29	284.128,96
108	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRINCIPAL INSTRUMENTO PARA FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS GOVERNO MUNICIPAL	12.751.138,28	637.556,91	637.556,91	637.556,91	637.556,91	637.556,91	637.556,91	637.556,91	637.556,91	1.147.602,45	1.147.602,45	1.275.113,83	4.080.364,27
109	MEIO AMBIENTE INTEGRADO COM A NATUREZA	28.315.000,00	1.415.750,00	1.415.750,00	1.415.750,00	1.415.750,00	1.415.750,00	1.415.750,00	1.415.750,00	1.415.750,00	2.548.350,00	2.548.350,00	2.831.500,00	9.060.800,00
110	SEGURANÇA PÚBLICA GARENTE UMA BOA QUALIDADE DE VIDA	40.283.614,82	2.014.180,74	2.014.180,74	2.014.180,74	2.014.180,74	2.014.180,74	2.014.180,74	2.014.180,74	2.014.180,74	3.625.525,33	3.625.525,33	4.028.361,48	12.890.756,76
111	ASSISTÊNCIA SOCIAL ... TODOS OS ESFORÇOS NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS	42.574.426,58	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	2.128.721,33	3.831.698,39	3.831.698,39	4.257.442,66	13.623.816,50
112	MOBILIDADE URBANA PRIORIDADE AO PEDESTRE ... INVERTENDO O CONCEITO	57.546.269,97	2.877.313,50	2.877.313,50	2.877.313,50	2.877.313,50	2.877.313,50	2.877.313,50	2.877.313,50	2.877.313,50	5.179.164,30	5.179.164,30	5.754.627,00	18.414.806,37
113	SÃO JOSÉ É CULTURA	32.000.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	2.880.000,00	2.880.000,00	3.200.000,00	10.240.000,00
	TOTAL	932.000.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	45.795.000,00	82.431.000,00	82.431.000,00	91.590.000,00	309.188.000,00

ANEXO VI (Parte integrante do Decreto nº 5621/2016)
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO DESDOBRAMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO EM METAS MENSIS PARA 2016

Descrição da Receita	Estimativa 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Receitas Primárias Correntes (I)	633.049.834,31	35.453.204,83	59.516.151,25	43.886.632,97	32.913.872,48	33.707.416,37	34.313.822,80	34.326.584,80	34.653.359,96	43.504.996,36	53.221.672,68	55.582.753,80	171.969.366,01
Receita Tributária	188.746.636,98	13.212.264,60	37.038.830,25	21.363.458,11	10.390.697,62	10.390.697,62	10.390.697,62	10.390.697,62	10.390.697,62	12.689.231,65	15.432.503,55	17.000.040,75	20.056.819,97
Receita De Contribuições	30.710.258,92	2.149.718,12	2.149.718,12	2.149.718,12	2.149.718,12	2.149.718,12	2.149.718,12	2.149.718,12	2.149.718,12	2.555.689,74	3.378.128,48	3.378.128,48	4.200.567,26
Receita Patrimonial	12.086.359,48	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.779,15	1.006.801,06	1.006.822,97	1.006.822,97	1.011.679,28
(-) Aplicações Financeiras	11.979.220,52	997.854,47	997.854,47	997.854,47	997.854,47	997.854,47	997.854,47	997.854,47	997.854,47	997.876,38	997.898,29	997.898,29	1.002.711,80
Transferências Correntes	364.687.387,22	17.733.281,09	17.845.510,37	17.891.364,23	17.891.364,23	17.891.364,23	19.291.314,55	19.304.076,55	19.630.851,71	25.104.326,08	30.581.635,38	30.581.635,38	130.940.663,42
Demais Receitas Correntes	48.798.412,23	2.349.016,34	2.473.167,83	2.473.167,83	2.473.167,83	2.473.167,83	2.473.167,83	2.473.167,83	2.473.167,83	3.146.824,21	3.820.480,59	4.614.024,51	16.762.347,88
Dívida Ativa	24.588.833,70	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	1.721.218,35	2.212.995,03	2.704.771,70	2.704.771,70	3.196.548,47
Diversas Receitas Correntes	24.209.578,53	627.797,99	751.949,48	751.949,48	751.949,48	751.949,48	751.949,48	751.949,48	751.949,48	933.829,18	1.115.708,89	1.909.252,81	13.565.799,41
Receitas Primárias De Capital (II)	210.397.887,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências De Capital	210.397.887,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I + II)	843.447.721,81	35.453.204,83	59.516.151,25	43.886.632,97	32.913.872,48	33.707.416,37	34.313.822,80	34.326.584,80	34.653.359,96	43.504.996,36	53.221.672,68	55.582.753,80	382.367.253,51

Descrição da Despesa	Fixada 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Despesas Primárias Correntes (IV)	562.165.746,36	28.108.287,32	28.108.287,32	28.108.287,32	28.108.287,32	28.108.287,32	28.108.287,32	28.108.287,32	28.108.287,32	50.594.917,17	50.594.917,17	56.216.574,64	179.893.038,82
Pessoal E Encargos Sociais	278.727.757,61	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	13.936.387,88	25.085.498,18	25.085.498,18	27.872.775,76	89.192.882,45
Outras Despesas Correntes	283.437.988,75	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	14.171.899,44	25.509.418,99	25.509.418,99	28.343.798,88	90.700.156,37
Despesas Primárias De Capital (V)	344.279.253,64	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	30.985.132,83	30.985.132,83	34.427.925,36	110.169.361,18
Investimentos	344.279.253,64	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	17.213.962,68	30.985.132,83	30.985.132,83	34.427.925,36	110.169.361,18
Amortização da Dívida (não considerada)	5.315.000,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	265.750,00	478.350,00	478.350,00	531.500,00	1.700.800,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VI) = (IV + V)	906.445.000,00	45.322.250,00	45.322.250,00	45.322.250,00	45.322.250,00	45.322.250,00	45.322.250,00	45.322.250,00	45.322.250,00	81.580.050,00	81.580.050,00	90.644.500,00	290.062.400,00

RESULTADO PRIMÁRIO (VII) = (III - VI)	-62.997.278,19	-9.869.045,17	14.193.901,25	-1.435.617,03	-12.408.377,52	-11.614.833,63	-11.008.427,20	-10.995.665,20	-10.668.890,04	-38.075.053,64	-28.358.377,32	-35.061.746,20	92.304.853,51
--	-----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**5580/2016**

DECRETO Nº 5580/2016

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 022844/2015 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para o servidor JOSÉ ZIMMERMANN, matrícula 19398-4, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais I e II, lotado na Fundação de Cultura e Turismo, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇO N.15/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº15/2016.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 15/2016, Edital de Tomada de Preço Nº 15/2016, Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL E PASSEIOS, NAS RUAS PEDRO TRECCO, CATARINA DELLA FLORA, JOSÉ JACOSKI, EUGENIO VIAPIANA (LOTEAMENTO JACOSKI) E LEOBERTO LEAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMÓRIAS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recursos provenientes de Convênio com o Ministério das Cidades/Caixa Econômica (Contrato de Repasse n.803099/2014). Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 14/03/2016. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 14/03/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail– compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plínio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 001/2016/CMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SÃO JOSÉ DO CEDRO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

Súmula: Aprovar o Relatório sobre a Gestão dos Recursos do Fundo Municipal da Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2015, e a reprogramação dos saldos da proteção social básica e especial.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 24/02/2016 – Ata 02/2016.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma o Relatório sobre a Gestão dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício de 2015, entendendo que o município tem aplicado os recursos destinados a Assistência Social dentro das normas constitucionais vigentes.

Art. 2º - Aprovar em teor e forma a reprogramação do saldo de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, existente em 31 de dezembro de 2015, dentro de cada nível de proteção, básica e especial, para o exercício de 2016.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 25 de fevereiro de 2016.

SILVIA NARDI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016 - TP Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/03/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 006/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA FREI ÂNGELO VALENTIN, ENTRE A RUA TIRADENTES E A RUA FREI ANTÔNIO COLETTI, COM ÁREA TOTAL DE 2.941,72 M², PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016 - TP Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/03/2016, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 007/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA FREI ANTÔNIO COLETTI, ENTRE A RUA FREI ÂNGELO VALENTIN E A RUA IRINEU BORNHAUSEN, COM ÁREA TOTAL DE 1.079,95 M², PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2016 - SRP - PR Nº 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/03/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ARTESANATO A SER UTILIZADO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – NACA, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016 - SRP - PR Nº 029/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/03/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEIOS-FIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS E COLOCAÇÃO DE MEIO-FIOS, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001.3/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001.3/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.873/0001-08, com sede administrativa na rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89.990-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições legais, torna público o DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS, o LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS e a ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA, acerca do Concurso Público nº 001/2016, aberto para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva do Quadro de

Pessoal do Poder Público Municipal:

I - DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES:

I.1 - Ficam deferidas as seguintes inscrições realizadas para o Concurso Público nº 001/2016:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS	
N.º Inscrição	Candidato
711	CRISTIANI MELO DA SILVA RATHKE
189	DAIANE DA SILVA KLEIMPAUL
367	DARLANA APARECIDA ELY XAVIER
295	DIEGO QUADROS DE ALMEIDA
749	DOUGLAS ANTONIO VIEIRA
292	ELAINE POTRATZ DE ALMEIDA
214	ENELIZIA APARECIDA DA SILVA COAN
180	FRANCIELE DA SILVA
74	GEOVANA GEREMIAS
193	GESSICABORGES
769	JAKELINE SERVELIN
191	JANETE SACHETI
258	JOVANIA BENTO APOLINARIO
311	JULIANA DALA CORTE ERDMANN
779	MARCIO RODRIGO GEREMIA
735	MARIA ISABEL MENDES DA SILVA
192	MARIA MONTEIRO
177	MARIZA KOIIVINSKI PERES
303	MARLI HENTGES
284	MARLICE ELY
340	MICHELLE BITTENCOURT
713	NEIVA TEREZINHA KASSBURG MARTIGNAGO
218	RICARDO PEREIRADE ALMEIDA
203	ROBERTOM DA CAMPO
197	SIMONE ALVES FERREIRA
94	SIMONE DA COSTA FELIPPE
759	SUELEN MOREIRA CASAGRANDE
102	TAMARA CASTAGNERA
723	VANESSA BAMBERG
16	VANIELI DE BRIDA
Total de inscrições deferidas:	30

ARTICULADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS III	
N.º Inscrição	Candidato
332	ALEXSANDRO STOCCO
270	DIOGO RICARDO RIBEIRO
751	DIONATHAN ALISSON JUNIOR DE SOUZA FALCHETTI
318	RENNÃ HIGOR FEDRIGO
Total de inscrições deferidas:	04

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	
N.º Inscrição	Candidato
251	ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI
672	ANA CELIA PELISSARO
679	ANGELA MARI SERPA
364	BRUNA THAIS ROSSETTO
664	CACIANA CANEVER
717	CARICIA ROVARIS
296	CARLA MARIOTT
345	CLAUDIOMIRO DA SILVA
160	CLEUNICE RHODEN ZANELLA
288	CRISTIANE SCHNEIDER
693	DALIANE MENIN NEGRI
775	DANIELA SCHUH SASSI
780	DEBORA MAYARA PERIN DE SOUZA
730	DENISE TARSO

770	EDERSON MOROZINI
696	ELEIDA DOS SANTOS MILAN
171	ELIZANGELA CALEGARI TAPPERO
219	ELOISA NOAL
760	EMELLY AQUINO DOS SANTOS
205	ERITA INES BECK
252	EVA REJANE DE NEZ MORES
746	EVELYN GRAZIELE GEREMIAS
263	FRANCIELI BISPO RIBEIRO
229	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI
173	GENILCE GASPARETTO HERMES
670	GENILDE LUCIA MACULAN
291	GLAUCIA SAVI MONDO
223	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON
307	IVETE BERTOTTO
298	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRÁ
156	JOCELEI LUDWIG SANTIN
354	JUCELIA COLLA SVIDERSKI
352	JUCELIANE COLLA
277	JULIANE CASAGRANDE
691	JUSSARA FARIAS
224	KEITI GOMES SUZIN
116	LORIANE BELLEBONI
710	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA
92	MARCIA DE ABREU CAMARGO
273	MARCIANE MARIA TENUTTI
266	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES
275	MARIA APARECIDA ROVARIS
692	MARIA HELENA SULDOWSKI DARIO
706	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO
708	MARLETE KOSMANN BENINCA
772	MARLICE CARNEIRO
202	MAXSUEL MATTUELLA
232	NAIHÁ DE LIMA BITENCOURT DE MELO
300	NEUSA MARIA CANESSO CAVAZOTTO
319	PATRÍCIA TEIXEIRA SULDOWSKI
724	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN
783	RAQUEL ADRIANA LINHARES
146	RAQUEL AVILA
330	ROSA BUSIN
310	ROSA DO CARMO COSTA FRANCO
741	ROSA MARIA FONTANA DIAS
228	ROSANE MARLEI PAGNONCELLI
349	ROSANGELA BALBINOT
327	ROSI MERI DE FREITAS
278	ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO
25	SAÍARA DE OLIVEIRA
690	SALETE KOSMANN
748	SAMARA PROFETA PAES
186	SANDRA MARA DE SOUZA
739	SANDRA MARIN
306	SANDRA REGINA PREVIATTI
707	SILVANA VIEDA HERMES
698	SIMONE ZANIN RODRIGUES
363	SIRLENE MEZZOMO CORRÊIA DOS SANTOS
249	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI
689	STELIA LUCIENNE SOROKA
782	TALILA GRACIELI VIEIRA
49	TAMIRES SUPPI GOULART
362	TATIANE LUSSANI DAL PONT
142	TATIANE PAULA KLEIN
753	TEREZINHA IVETE COSTA MADRUGA
365	VANDERLEI CORRÊIA DOS SANTOS
268	ZELENIR CATIA DE MENEZES

321	ZULEIGA INES SCHMAINSKI
Total de inscrições deferidas:	79

ENFERMEIRO	
N.º Inscrição	Candidato
336	ALINE DA ROCHA CAVALHEIRO
666	ANA PAULA BADO MULLER
200	ANDRESSA REGINA VERLANG
763	ÂNGELA BRESSAN FARIAS
722	ARLETE POLETTI DE MACEDO
320	CAMILA MEURER
69	CHEILA MOCELIN
766	CLEIDINERI MARIA DOS SANTOS VELOZO DE LINHARES
778	DENISE DE FÁTIMA DAMBROS
339	ELIANE APARECIDA DA ROSA
356	ELIANE MARIA KLAKONSKI
745	FERNANDA MELERE
115	FRANCYELLI DEON
719	GIOVANA PATRICIA BELLO
742	GREISE ZANATTO TIETBOHL
21	IVONETE GONÇALVES
61	JAQUELINE GLOVACKI
316	JEFERSON DA ROSA
80	JOCELAINE FORMAIO GODINHO
147	JOSIELI ALEXANDRA BAGIO
227	JUSSARA SUZANA DE BRITES
36	KATHRYNE CASAGRANDE SANTINI
159	KEMOLI SPINELLO
221	KEMOLY APARECIDA SCHUSTER
194	KERLI VANZO
220	KESSY DE AVILA FLORES
726	LARISSA PAULA MARTINS
725	LILIAN ELIZABETH MARTINS
104	MARCIA REGINA DE ALMEIDA RODRIGUES
361	MICHELE APARECIDA LANDO MARIA
31	MONICA PELEGRINI
676	MONICA TONDO
737	SELAINE TAVARES
304	SILVIA SCHEFFER
699	TANIA REGINA HOLEK
344	TATIANE GRACIELE RAMON
768	TATIANE MOSCHEN
67	TERCIANE XERLA GASPARETTO
358	VALQUIRIA ROZANA ROSSONI
231	VANESSA CRISTINA NUNES
665	VANESSA ROSSONI
Total de inscrições deferidas:	41

FONOAUDIÓLOGO	
N.º Inscrição	Candidato
28	ANELISE VIVIAN
784	MARCIA REGINA BREIER
732	PATRICIA SAURI OTAKE
Total de inscrições deferidas:	03

MÉDICO	
N.º Inscrição	Candidato
166	DANIEL BOARINI DE SOUZA
787	HUGO VLADIMIR NOAL DA SILVA
674	JEAN CARLOS ANTUNES DOS SANTOS
762	KAZUE KONDO OTAK
740	LUCAS CAMBUÍ SANTOS
681	RAFAEL TÚLIO PIAI

256	WEYDEN DOS REIS JOBIM
Total de inscrições deferidas:	07

MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA	
N.º Inscrição	Candidato
Total de inscrições deferidas:	0

MÉDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDISTA	
N.º Inscrição	Candidato
182	CARLOS ALBERTO MACHADO SANTOS
216	FABIO SALES VIEIRA
Total de inscrições deferidas:	02

MÉDICO ESPECIALISTA - SAÚDE MENTAL OU PSIQUIATRIA	
N.º Inscrição	Candidato
255	GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES
774	MATHEUS BERTHOUD OLIVEIRA
334	SAMUEL CORREA
Total de inscrições deferidas:	03

NUTRICIONISTA	
N.º Inscrição	Candidato
317	ANA CAROLINA PONTES RODRIGUES
697	ANA CLAUDIA BATISTI
329	ANA PAULA DEMARCHI
685	ANGÉLICA WERLANG DA CRUZ
738	CARLA DENISE TAVARES DE MIRANDA
72	CAROLNE APARECIDA LAZARIN
371	CRISTIANE SAMARA DE BASTIANI
225	DANIELA TESTON
736	ELUANA MARIA BATISTA
236	EMANUELE BATTISTI
687	FERNANDA GUARDA
694	FERNANDA SIMONATO
56	FLÁVIA CARBONI BEBER
758	FRANCIELI MARIA
235	FRANCIELI QUEIROZ
308	HÉVELYN CAROLINE CÚNICO
348	JÉSSICA ALBAN
294	KELLY SCARLET BASSANI
125	KÉSSIA DE SOUSA
285	MAIARA INES GAMBATTO
118	MICHELE CRISTIANE MOMBACH CENTURION
208	NOELEN CANCIAN
271	PAOLA APARECIDA BORGES
126	PRISCILA DEMARTINI
734	RAFAELA MIKOLAJCZIK
767	TATIANE MALLMANN
19	VANESSA MENEGUETTI
246	WANESSA GUZZATTO RANZAN
Total de inscrições deferidas:	28

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ODONTOPEDIATRA	
N.º Inscrição	Candidato
342	ANNE ADANIR ELISA SECCO
750	DANIELA AMBROSIO
250	FRANCIANE MARTA SIMON
254	LETÍCIA DE CEZARO
152	TATIANE PERIOLO BERNARDI
Total de inscrições deferidas:	05

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - PERIODONTIA	
---------------------------------------	--

N.º Inscrição	Candidato
181	FLAVIA KRISTINE KNAKIEWICZ
269	KAROLINE MARKOSKI
Total de inscrições deferidas:	02

PROFESSOR DE ARTES

N.º Inscrição	Candidato	
151	ALCINEI TADIOTTO	
100	ALINE DONADEL	
48	ANA PAULA DABOIT	
137	ANGELA MARIA GIROTTTO	
325	CLACIANE VILLA	
59	EVERLISE DOS SANTOS	
733	FRANCIANE BRASIL SANTOS DALCIN	
369	JANIA RAMOS	
712	JÉSSICA MAILA MILANI	
360	LEONDINA MARIA ALVES DE OLIVEIRA	
743	MARISTELA BEATRIZ SUZIN BRASSO	
198	NILCE BATISTA DA SILVA	
239	PAULA LUCCHETTACAMARGO DE OLIVEIRA	
Total de inscrições deferidas:		13

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

N.º Inscrição	Candidato	
185	ANA CAROLINA FERREIRA	
370	ANA PAULA MENEGOTTO MENDES	
721	ANDREIA PESSOTTO	
764	ANGELA MARIA CALEGARI	
18	CRISTIANE GOBATO	
357	DENISE GRANDO WEILLER	
241	ELIANE ROBERTI	
771	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA	
87	GABRIELA CHAVES	
264	ILIZEIDE MARI IORIS	
335	JAINÉ LEONARSKI	
150	JOSÉ GUILHERME STEINHAUS	
132	MAIRA THIELE PRIEBE	
744	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO	
701	MARILEIA DETONI	
226	RENATO CAVASINI	
267	ROZENEI BACCA BOLZAN	
350	SANDRINI ALEIDA DA SILVA	
213	SIMONE BOASTIK	
757	TARCIANA MARIA BATISTI	
686	VANUSA DE OLIVEIRA	
Total de inscrições deferidas:		21

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL

N.º Inscrição	Candidato	
703	EGNALDO DERIVIANI CESCA	
777	ELIANE YOCHICO SHIMADA	
237	MARIZETE NIEDZIALKOSKI	
347	SOLANGE FRANZOSI	
66	VICTOR HUGO CARVALHO MENEDES	
Total de inscrições deferidas:		05

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

N.º Inscrição	Candidato
716	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA
678	EDIANE FÁTIMA MEZOMO
669	KACIANE BACH
328	KELI APARECIDA DA SILVA WERWORN
114	PRICILA KÁTIA FURLAN
259	ROCHELER CARLA DALAZEN DOS SANTOS

141	SIMONE BREZOLIN	
Total de inscrições deferidas:		07

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

N.º Inscrição	Candidato	
174	ADRIANA FERREIRA	
170	ADRIELI DE LAZARI	
752	ALEXANDRA APARECIDA DE RAMOS	
338	AMARILDE LUNKES	
312	ANDREIA COLET DALLACORT	
754	ANDRESSA BETTIATO	
700	CARLA FERNANDA TREVISOL	
372	CLAIZA HELENA GARDA	
206	DÉBORA RAQUEL JORDANI	
76	DIANA MARIA DA SILVA PAZ	
667	EDIMAR MULLER	
727	ELEANI APARECIDA SORATTO	
688	GISLAINE DE OLIVEIRA	
314	IONE LUCIA GRANELLA BENDER	
12	IRACEMA DE MOURA	
42	IVETE GONÇALVES	
718	IZIQUEL JOSE DOS SANTOS	
135	IZOLETE BRATTI ECCO	
204	JAIRSON LAZAROTTO	
756	JOSIELI DALLA SANTA	
286	JULIANE MARCHESAN	
14	KATIA CILENE GONÇALVES DA SILVA	
248	LENI LICHESKI DOS SANTOS	
715	MAICON ADRIANO LAUTÉRIO	
287	MARCIA COLI TREVELIN HOFFMANN	
272	MARGARETE HABOSKI	
50	MARIA JANETE GONÇALVES DO PRADO DAL PONT	
68	MARIA MADALENA TRENTIN	
785	MARILDE APARECIDA ANTUNES	
84	MARIZETE GONÇALVEZ DO PRADO LANDO	
196	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES	
22	MARTA MARIA CARVALHO	
728	NAIR MOSCHEN BADO	
77	NEUSA DO NASCIMENTO	
281	NOELY DE OLIVEIRA	
169	PAULO HENRIQUE GUEDES DALMOLIM	
331	ROSELI LEITE MORES	
290	ROSMARI SALETE DANELUZ	
684	SILVIA ZANATTO MARTINS	
714	SUZANA KLEM VERDI	
81	TATYANE POTRATZ MARTINS	
183	TAYS CASTAGNERA	
761	TERESINHA MARIA KRUG	
359	WANEISSA VICENTE	
168	ZELMA TEREZINHA MATIAS RIZZOTTO	
Total de inscrições deferidas:		45

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

N.º Inscrição	Candidato
355	ELIZINEI CAZUNI VANZELLA
184	LORIANE FILIPINI
301	ROSIMERI LARA BRITTES
Total de inscrições deferidas:	03

II - DO INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES:

II.2 - Ficam indeferidas as seguintes inscrições realizadas para o Concurso Público nº 001/2016:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS	
N.º Inscrição	Candidato
276	ADRIANA COPETTI
6	ADRIANE MORAES GIROLOMETTO
337	ANA PAULA DE CAMPOS BALISTIERI
222	CLADIS OLIARI RAMBO
234	EDUARDO FERNANDO GRELLERT BRANCO
37	ELIANE FÁTIMA FERREIRA MARTINS
112	FRANCIELI NINOFF LEITE
195	FRANCISCA DOS SANTOS LIMA
99	IOLANIA MARIA GOMES
128	JAMIELI CURIONI
238	JULIANA DA ROSA KEMPFER
97	KEILA VIEIRA GENIZ
230	LEONARDO ANTONIO RAVARENA
243	LIRANA NAIA DA SILVA
683	LOEDIR TAVARES
122	LORECI DA ROSA AMANN
107	MAISE CRISTINE ROJAHN
776	MARLI INES DEVES
109	MAYARA CALINASCAS DA SILVA
747	MIRIAN ANDREIA BORGES DA CUNHA
201	NEUSA TEREZINHA GOBBI
121	RICARDO ARTHUR SANTOS BULGARELLI
368	ROBSON FERREIRA GONÇALVES
157	ROSANGELA APARECIDA MOTA DOS SANTOS
70	ROSMARIN MARIANO VEBLES DOS SANTOS
138	SILVIA INES BEGNINI
111	SIRLEI DA ROSA
127	SOLAGEN DALLA VECCHIA
124	SONIA MARI XAVIER DA SILVA
103	TAIS RODRIGUES FORTES BENDER
52	ZANIRCE DE FREITAS ECKER DE OLIVEIRA
Total de inscrições indeferidas:	31

ARTICULADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS III	
N.º Inscrição	Candidato
51	ALISSON ECKER DE OLIVEIRA
101	ANA PAULA DE ALMEIDA
215	BIANCA BORTOT CADORE
247	CAUDIR BATISTA RODRIGUES
35	DANIEL GARIBALDI
91	DANIELI CORTELLINI DE OLIVEIRA
73	ELIVELTON PEREIRA
143	ELIZANDRA PAIANO
40	RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS
695	ROBSON FERNANDO SCHNEIDER
211	ROSA MARIA RAMALHO
282	SILVIA BLANGE RIBEIRO
Total de inscrições indeferidas:	12

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	
N.º Inscrição	Candidato
663	ALICE BALHAN
46	ANA PAULA BUENO
796	ANA PAULA QUADROS
167	ANDREIA ELI TECCHIO
260	ANGELA MARIA LIVI ROSA
261	BRUNA EVANGELHO RIBEIRO
315	CAMILA VESCOVI
323	CELAIR TEREZINHA PEGORARO MATTUELLA
129	CRISTINA INES RISSI
675	DEBORA MIRANDA MARTINS

55	EDIANE MARA SIEBENEICHLER
9	ELENI SEGALLA FARIAS
172	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO
302	FABIANA CUNICO
34	FRANCIELE APARECIDA SAQUETI LECCA
788	FRANCIELE CRISTINA MAZUTTI
789	FRANCIELE CRISTINA MAZUTTI
293	FRANCIELI GONÇALVES DO NASCIMENTO
289	GABRIEL RODRIGUES
163	GIZELE CRISTINA ROSS
164	GIZELE CRISTINA ROSS
305	GRASIELE DOS SANTOS LUNARDI
297	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRÁ
90	JANIELI DOS SANTOS
244	JÉSSICA ADRIANA DE JESUS
313	JHONATAN COMIN
11	JULIANA DE MELO
233	KARINE MALAGUTTI
709	LARISSA RIBOLI
682	LINDOMAR SIQUEIRA
677	LIZARDALUCIANO DO CARMO VALENTE
668	LUCIANE APARECIDA ZÁTTERA MOLON
7	LURDES BUNN
43	MADALENA DE OLIVEIRA
283	MANOELA CRISTINA GALEAZZI
262	MAQUIELI MELERE PRESTES
792	MARCIA SUZANA DE MORAIS
96	MARIANE DEL SANT
93	MARISTELA LONGO
175	MAYLA DIAS
705	MICHELI BONADIMAN
154	PATRICIA BORGES DOS SANTOS
62	RAQUEL ROVARIS
176	SINTIA ELIZANDRA CAPELIN
44	SONIA MARA CASAROTTO WINTER
793	SUELEN BEN
366	TAIS LANDA CAMPOS
Total de inscrições indeferidas:	47

ENFERMEIRO	
N.º Inscrição	Candidato
162	ADRIANE ZANARDI
671	ALINE CRISTINA BOLSONI
729	ALVARO LUIZ GUANCINO
149	ANALINE PICCOLI MEOTTI
353	BRUNA ANZOLIN
158	CARLA CRISTINA DESTRI
790	CELSON LUIZ WOICOLESKO JUNIOR
794	CLARICE MEREL SOARES DA SILVA
179	DAMILY RAQUEL WIERZYSKI
113	DANDARA PRA
188	DAVIANE CRISTINE WINDBERG
83	DÉBORA GÓES DA SILVA
765	DEBORA ROSSARI MARTARELLO
153	EDILAURO GASPARD DA SILVA
155	ELIZANDRA BACKOF
199	ELLYSE HENRARD
64	FRANCIELI SOARES DA SILVA
123	FRANCIELI TONIAL
253	GESSICA CRISTINA BUTTNER
57	GÉSSICA ZILIO
212	GLAUCIO WILLIAM DE ABREU DOS SANTOS
20	IVONE TERESINHA DALMAGRO PEDROSO
82	JAQUELYNE DALPONT

786	JUSSARA APARECIDA GOES
781	LUZIA SORATTO BOGO
299	MARISTELA ANTUNES DA ROCHA
324	MIRIAN GONÇALVES DOS SANTOS
54	NILSON NAIZ
120	PATRICIA CONTERATTO
105	PATRÍCIA KORB
165	SANDRA MARÇAL DA SILVA
39	SILVANA ROSA DARTORA
322	SOLANGE RODRIGUES DE OLIVEIRA
797	THAYS CAROLINA ALVES BUKOVSKI
95	WANESSA KOHAUT GIRARDI
Total de inscrições indeferidas: 35	

FONOAUDIÓLOGO	
N.º Inscrição	Candidato
Total de inscrições indeferidas: 0	

MÉDICO	
N.º Inscrição	Candidato
33	VIVIANI EIDT
Total de inscrições indeferidas: 01	

MÉDICO ESPECIALISTA - CARDIOLOGISTA	
N.º Inscrição	Candidato
280	CALISTHENES DIVINO FERREIRA LI
3	CRISTIANO TROMBETTA
Total de inscrições indeferidas: 02	

MÉDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDISTA	
N.º Inscrição	Candidato
Total de inscrições indeferidas: 0	

MÉDICO ESPECIALISTA - SAÚDE MENTAL OU PSIQUIATRIA	
Nº Inscrição	Candidato
720	MARIO AFONSO FILHO E MALUF
144	VANIA MATTEI NODARI
Total de inscrições indeferidas: 02	

NUTRICIONISTA	
N.º Inscrição	Candidato
161	ALESSANDRA BALENA
119	CRISTINA INES SCHMITZ
242	DANIELLY ANDRIA
4	FERNANDA BRUGNERA BALBINOTTI
1	GABRIELA REGINA PINTO
89	GERSICA DE ALMEIDA CORREIA SANTOS
98	LETICIA THAMARA ROLLWAGEN
38	LEYDY LAURA DA LUZ
351	MAGALI BIONDO
326	MAGALI ZAVORSKI
673	MAIARA DE AVILA
131	MÁRCIA APARECIDA SOUZA
24	MAURICIO PRATES DE OLIVEIRA
2	PATRÍCIA CORINA DE MARCHI DELFINO
108	PATRÍCIA PIOVESAN BONETI
279	SILMARA TERESINHA DOMINSKI
795	SIMONE FACHIN
Total de inscrições indeferidas: 17	

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ODONTOPEDIATRA	
N.º Inscrição	Candidato
85	DANIELE KLEIN
341	MICHELE BUGS SMANIOTTO
130	SÔNIA FRANCHINI

Total de inscrições indeferidas:	03
----------------------------------	----

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - PERIODONTIA	
N.º Inscrição	Candidato
240	FAUSTO VINICIUS ECKERT
75	GUILHERME AUGUSTO BECKER
Total de inscrições indeferidas: 02	

PROFESSOR DE ARTES	
N.º Inscrição	Candidato
245	CASSIA SANTORE
140	EDUARDA APARECIDA BORGES PEGORINI
333	IVONIR FLORES DALZUCHIO
110	JESSICA PEYROT DOS SANTOS
133	LEANDRA APARECIDA DA SILVA FELL
274	LORECI MARIA GARBIN POZZER
346	ROSANE KLOH BIESDORF
Total de inscrições indeferidas: 07	

PROFESSOR DE CIÊNCIAS	
N.º Inscrição	Candidato
8	FABRINA MACHADO
29	FRANCIANE PIRIS DA SILVA PERUZZO
23	MAURICIO TREVISAN
65	ROSELI COELHO DOS SANTOS
148	SHEILA TAIS FIN TRENTIN
86	SOLANGE APARECIDA PEREIRA MARTINELLI
209	SOLANGE RUKEL
Total de inscrições indeferidas: 07	

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL	
N.º Inscrição	Candidato
773	ANDRÉIA BENEDET DALL AGNOL
680	JULIANA MASOTTI DOS SANTOS
755	MARÍLIA SPINGOLON
79	SILVANA BETTIATO
207	TAMIRES TERRES
Total de inscrições indeferidas: 05	

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS	
N.º Inscrição	Candidato
13	ADRIANA REGINA STOCCO
190	ANNA DÓRIA RACHWAL
257	JULIA PALLAORO TRZECIAK
78	LUCIANI CAPELIN
30	RENARA LOUREIRO
343	RODRIGO CHAVES DA SILVA
117	SOLANGE ARIATI
139	TIAGO CARNEIRO DE ALMEIDA
Total de inscrições indeferidas: 08	

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
N.º Inscrição	Candidato
704	ADRIANA DE OLIVEIRA
88	ADRIANA MARIA WELTER
731	ANA PAULA APARECIDA RAMOS PEDROSO
217	ANA PAULA DE OLIVEIRA SOSTER
17	ANDRESSA MUNZLINGER DA MOTA
187	CARLISE WAGNER
5	CLAUDIA COMIN
10	CLAUDIO RODRIGUES DE SOUZA
702	DAYANE ZIGER
27	ELIZANGELA JUSTINO FÉO
136	FABIANE SOMERA
26	FABIANE VIERA CARNEIRO

45	FRANCIELI CRISTINA BRISOLA	
106	IVANETE DE LAZARI	
210	JANAINA DE JESUS	
178	JAQUELINE DA SILVA	
791	JAQUELINE NERVIS	
265	JOCELIA SOUZA NUNES	
145	KELLI APARECIDA BARBOSA PARIS	
53	MARIA DE FATIMA ZABOT	
41	MARIELI MARTINS	
63	MARINA BATTISTI MARTINELLO	
32	MICHELEN TAVARES	
134	MILIANA CRISTINA RAMOS TONON	
47	PATRÍCIA PERES GAVA	
309	SAMUEL RODRIGUES FONSECA	
15	SIDIANE RAMPANELLI	
60	SOLANGE HERBERTS	
58	ZENILDA SUTIL DIEHL	
Total de inscrições indeferidas:		29

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL		
N.º Inscrição	Candidato	
Total de inscrições indeferidas:	0	

II.2 - O indeferimento das inscrições para os cargos acima descritos deu-se em razão da não identificação dos respectivos pagamentos.

II.3 - Caso algum candidato tenha efetuado corretamente o pagamento de sua inscrição, tendo esta sido indeferida neste Edital, deverá apresentar recurso à Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso, juntamente com o boleto bancário e comprovante de pagamento, ou, alternativamente e no mesmo prazo, encaminhar estes documentos para a empresa organizadora do Concurso Público, através do seguinte e-mail: contato@assconpp.com.br

II.4 - O recurso poderá ser formulado nos dias 29 de fevereiro e 1º de março deste ano.

II.5 - Até a data de 04 de março de 2016, o Município de São Lourenço do Oeste/SC homologará as inscrições deste Concurso Público.

III - DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

III.1 - As provas decorrentes do Edital do Concurso Público nº 001/2016 serão realizadas na data de 06 de março de 2016, na Escola de Educação Básica Sórora Angélica, localizada na rua Rio de Janeiro, nº 720, bairro Brasília, em São Lourenço do Oeste/SC, com a abertura dos portões às 7h30min e fechamento às 8h20min.

IV - DA ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

IV.1 - O Cronograma, pertencente ao Anexo VIII do Edital de Concurso Público nº 001/2016, de 12 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CRONOGRAMA

DATA	ATO
.....
29/02 e 1º/03/2016	Prazo para recurso do indeferimento dos pedidos de inscrição.
Até 04/03/2016	Homologação da lista de inscritos.
.....

IV.2 - Ficam ratificadas as demais disposições constantes no Edital de Concurso Público nº 001/2016, de 12 de janeiro de 2016.

São Lourenço do Oeste/SC, 26 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: LABORATÓRIO PANDINI LTDA. ME, CNPJ nº 79.389.391/0001-38.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS TABELA SIA/SUS, COM BASE LEGAL NA ADESÃO AO PACTO PELA SAÚDE, DELIBERADO NA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, EM 18/04/2008, E HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS 1047, DE 27/05/2008, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DA CIB, AOS MUNICÍPIOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, JUPIÁ, SÃO BERNARDINO E NOVO HORIZONTE, PARA O PERÍODO DE 08/02/2016 a 31/12/2016.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços prestados, o preço unitário máximo constantes no Anexo I, do Processo Licitatório nº 001/2016, Edital de Credenciamento nº 001/2016, outras modalidades.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: a) D - 25/2016 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Média e Alta Complexidade. b) D - 12/2016 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica. c) D - 07/2016 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 12/02/2016.

Vigência: de 12/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Sônia Izabel Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: GOBBI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. ME, CNPJ nº 01.787.216/0001-01.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS TABELA SIA/SUS, COM BASE LEGAL NA ADESÃO AO PACTO PELA SAÚDE, DELIBERADO NA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, EM 18/04/2008, E HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DA PORTARIA GM/MS 1047, DE 27/05/2008, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO E DECLARAÇÃO DA CIB, AOS MUNICÍPIOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, JUPIÁ, SÃO BERNARDINO E NOVO HORIZONTE, PARA O PERÍODO DE 08/02/2016 a 31/12/2016.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços prestados, o preço unitário máximo constantes no Anexo I, do Processo Licitatório nº 001/2016, Edital de Credenciamento nº 001/2016, outras modalidades.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de

janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhado da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: a) D - 25/2016 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Média e Alta Complexidade. b) D - 12/2016 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - Bloco Atenção Básica. c) D - 07/2016 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 12/02/2016.

Vigência: de 12/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Juliano Cesar Gobbi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA. ME, CNPJ nº 08.546.421/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE CONTROLE DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO MEIO RURAL DENOMINADO "SICAS RURAL", E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE REFERIDO SOFTWARE PELA CONTRATADA À CONTRATANTE.

Valor: a) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em parcela única, referente a licença de uso, implantação do software - instalação, orientações e treinamento dos usuários que irão utilizar o sistema; e b) R\$ 450,00 (quatro centos e cinquenta reais) mensais, referente a assistência técnica mensal, atualizações de versão, visitas (sem custo de deslocamento e hora/técnica).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0.00 (114/2016).

Data de Assinatura: 10/02/2016.

Vigência: de 10/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel Pozzer - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 006/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Brava Construções Ltda. ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE COBERTURA METÁLICA EM UM DOS ACESSOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO, COM ÁREA TOTAL DE 123,96M², DO MUNICÍPIO DE SÃO

LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

Valor: R\$ 39.692,94 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos)

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos do Município, liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: a) D - 77/2016 - 08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares da Educação Infantil; e b) D - 76/2016 - 08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares da Educação Infantil.

Data de Assinatura: 11/02/2016.

Vigência: de 11/02/2016 a 10/06/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Guilherme Sobieray Szymanski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 007/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Brava Construções Ltda. ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE COBERTURA METÁLICA DO ACESSO DE PEDESTRE E MELHORIAS NA ÁREA EXTERNA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 989,79M², DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 134.698,45 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos do Município, liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: a) D - 77/2016 - 08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares da Educação Infantil; b) D - 76/2016 - 08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares da Educação Infantil; e c) D - 43/2016 - 08.01.12.361.4505.1.085.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 11/02/2016.

Vigência: de 11/02/2016 a 10/06/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Guilherme Sobieray Szymanski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PH & C Representações, Comércio, Serviços e Assessoria de Segurança Ltda., CNPJ nº 00.905.558/000-16.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE ALTA PRESSÃO PARA AR RESPIRÁVEL TANTO PARA CILINDROS DE MERGULHO QUANTO PARA CILINDROS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA PARA UTILIZAÇÃO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 30/2016 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública - Secretaria de Administração e Fazenda
Data de Assinatura: 11/02/2016.

Vigência: de 11/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Alex Cristian da Rosa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 015/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP, CNPJ nº 93.726.446/0001-89.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VENTILADOR DE PRESSÃO POSITIVA À COMBUSTÃO PARA COMBATE A INCÊNDIO PARA UTILIZAÇÃO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 30/2016 - 06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública - Secretaria de Administração e Fazenda
Data de Assinatura: 11/02/2016.

Vigência: de 11/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ricardo Pedroso - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 167/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Lair Paulo Remus 838571099904, CNPJ nº 17.199.171/0001-94.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE PISO CERÂMICO NA ESCOLA BÁSICA SANTA CATARINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 8.954,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: a) D - 55/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental; b) D - 52/2016 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Ensino Médio.
Data de Assinatura: 12/02/2016.

Vigência: de 12/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Lair Paulo Remus - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 008/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GENUTRI COMÉRCIO DE SÊMEN LTDA. EPP, CNPJ nº 19.322.781/0001-69.

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS, BAINHAS E SÊMEN BOVINO DE DIVERSAS RAÇAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 20.560,00 (vinte mil, quinhentos e sessenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.
Data de Assinatura: 12/03/2016.

Vigência: de 12/03/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Rodrigo Ariel D'Ambros - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 008/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LUCINÉIA DE FRANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 21.587.815/0001-99.

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS, BAINHAS E SÊMEN BOVINO DE DIVERSAS RAÇAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 42.080,00 (quarenta e dois mil e oitenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 12/03/2016.

Vigência: de 12/03/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Kenia Eniza Girardi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 008/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: M.R. TRANSPORTE E COMÉRCIO EIRELI ME, CNPJ nº 21.158.343/0001-59.

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS, BAINHAS E SÊMEN BOVINO DE DIVERSAS RAÇAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.716,00 (seis mil, setecentos e dezesseis reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 12/03/2016.

Vigência: de 12/03/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauricio Andolfatto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 040/2015, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar os prazos de vigência e execução do Contrato nº 089/2015, de 16/04/2015, por 214 (duzentos e quatorze) dias e 60 (sessenta) dias, sucessivamente, tendo em vista a dificuldade encontrada pela Contratada em obter o material especificado para a substituição do piso; bem como devido a dificuldade encontrada pelo Município em desocupar o Ginásio Municipal Zeno Germano Etges para que a Contratada possa iniciar os serviços de reforma, sendo que a empresa está aguardando a resolução da situação entre o Município e a comunidade que utiliza referido ginásio.

Data de Assinatura: 15/02/2016.

Vigência: com efeitos a contar de 14/09/2015 a 15/04/2016.

Execução: a contar de 15/02/2016 a 15/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANA CRISTINA MANJABOSCO - EPP, CNPJ nº 10.688.308/0001-25.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1022.960-78/2015/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 816718/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Valor: R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através do Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 111/2016 - 10.01.20.606.4507.1.048.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretária Municipal de

Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 15/02/2016.

Vigência: de 15/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ana Cristina Manjabosco - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA., CNPJ nº 04.991.001/0001-04.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1022.960-78/2015/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 816718/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Valor: R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através do Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 111/2016 - 10.01.20.606.4507.1.048. 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretária Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 15/02/2016.

Vigência: de 15/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Sedenir Formagini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP, CNPJ nº 06.161.649/0001-70.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1022.960-78/2015/

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 816718/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através do Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 111/2016 - 10.01.20.606.4507.1.048. 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretária Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 15/02/2016.

Vigência: de 15/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jean Pyer Vivian - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S.R ORTH & CIA LTDA. ME, CNPJ nº 13.898.661/0001-28.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1022.960-78/2015/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 816718/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Valor: R\$ 132.400,00 (cento e trinta e dois mil e quatrocentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através do Contrato de Convênio nº

816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 111/2016 - 10.01.20.606.4507.1.048.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretária Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 15/02/2016.

Vigência: de 15/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Sandro Roberto Orth - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 014/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: UNIVERSAL IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. - ME, CNPJ nº 14.608.468/0001-78.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1022.960-78/2015/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 816718/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Valor: R\$ 36.750,00 (trinta e seis mil e setecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, Além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através do Contrato de Convênio nº 816718/2015 e Contrato de Repasse nº 2623.1022.960-78/2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao MDA-PRONAT - Maquinário; e contrapartida com recursos Próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 111/2016 - 10.01.20.606.4507.1.048.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Parque de Máquinas da Secretária Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 15/02/2016.

Vigência: de 15/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Maicon Fábio de Souza - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 85.199.587/0001-71.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O CONCERTO DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H, SÉRIE C5FM04194, PATRIMÔNIO N.3374, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 89.050,00 (oitenta e nove mil e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 16/02/2016.

Vigência: de 16/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e João Leonello Pavin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 008/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Silveira Segurança Privada Ltda. ME, CNPJ nº 05.830.358/0001-65.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA), CONSELHO TUTELAR E CENTRO DE IDOSOS CONVIVER, TODOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: a) D - 126/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades

do Fundo Municipal de Assistência Social; b) D - 124/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; e c) D - 119/2016 - 11.01.08.243.4509.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção do Conselho Tutelar.

Data de Assinatura: 16/02/2016.

Vigência: de 16/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Terezinha Altina Silveira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: D. G. LAZARIN EPP, CNPJ nº 05.874.059/0001-22.

Objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONNER À SEREM UTILIZADAS DURANTE O ANO DE 2016 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 016/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento; D - 055/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação; D - 051/2016 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação; D - 100/2016 - 09.01.15.451.4505.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; D - 114/2016 - 10.01.20.606.45.07.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura; D - 126/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; D - 007/2016 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública - Secretaria Municipal de Saúde.

Data de Assinatura: 16/02/2016.

Vigência: de 16/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Diana Galvagni Lazarin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO

O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOB VIA CONSOLIDADA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO DA RUA MÁRIO PAGLIOSA, ENTRE O ACESSO INDUSTRIAL SUL E A RUA LINA DE MELLO MACHADO, COM ÁREA TOTAL DE 14.002,29 M² CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, REFERENTE À EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0414223-44/2013.

Valor: R\$ 1.739.411,99 (um milhão, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e onze reais e noventa e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta Contrato de Financiamento nº 2623.0414223-44/2013 do Programa Pró-Transporte do Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, celebrado entre o Município e a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, Referente à Execução de Ações Relativas ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento; e contrapartida com recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 94/2016 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas.

Data de Assinatura: 16/02/2016.

Vigência: de 16/02/2016 a 12/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Jaime Dercio Drews ME, CNPJ nº 05.983.981/0001-58.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016.

Valor: R\$ 19.360,00 (dezenove mil, trezentos e sessenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica a ser estabelecida por Decreto no exercício de 2016, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos federais, estaduais e próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2016.

Data de Assinatura: 19/02/2016.

Vigência: de 19/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jaime Dercio Drews - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 059/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 027/2015, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 002/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Paulo Drei 02287920960, CNPJ nº 21.867.787/0001-63.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 059/2015, de 19/03/2015, até a data de 31/12/2016, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para este exercício.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o valor de R\$ 48.333,33 (quarenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) no período de 10 de março a 31 de dezembro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.0 (100/2016) e 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0 (114/2016).

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: de 10/03/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Drei - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 233/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 127/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 083/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CCM Comércio de Máquinas e Serviços EIRELI, CNPJ nº 02.873.674/0001-26.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 233/2015, de 03/12/2015, até a data de 30/06/2016, em razão da necessidade de continuidade da locação do equipamento contratado para este exercício.

Valor: O Contratante pagará à Contratada, o valor mensal de R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), totalizando o valor de R\$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais) até 30 de junho de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.0 (100/2016) e 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.0 (114/2016).

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: de 30/03/2016 a 30/06/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Antonio Adelar Cerveira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MAURO JOSÉ CUNICO E CIA LTDA. - ME, CNPJ nº 08.102.597/0001-97

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUCK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 110.150,00 (cento e dez mil, cento e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: 23/02/2016 até 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauro José Cunico - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA. EPP, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUCK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 13.230,00 (treze mil, duzentos e trinta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: 23/02/2016 até 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fernando Martins Pedro - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S. MEZZOMO ME, CNPJ nº 15.341.014/0001-46.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUCK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 114.969,99 (cento e quatorze mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: 23/02/2016 até 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Sidnei Mezzomo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 016/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GMP CONSTRUTORA LTDA. - EPP, CNPJ nº 20.838.016/0001-85.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUCK A SER EXECUTADO NO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 62.749,99 (sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: 23/02/2016 até 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Milena Cristina Carboni - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 016/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA. EPP, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUCK A SER EXECUTADO NO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.615,00 (seis mil, seiscentos e quinze reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo

Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: : D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: 23/02/2016 até 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fernando Martins Pedro - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 030/2016, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 001/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ROSA & PELIZZER LTDA. ME, CNPJ nº 07.120.522/0001-76.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

Valor: R\$ 5.616,00 (cinco mil, seiscentos e dezesseis reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D (62/2016) - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Transporte Escolar;

D (63/2016) - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção do Transporte Escolar;

D (64/2016) - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 - Manutenção do Transporte Escolar;

D (65/2016) - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037 - Manutenção do Transporte Escolar; e

D (66/2016) - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062 - Manutenção do Transporte Escolar.

Data de Assinatura: 23/02/2016.

Vigência: de 23/02/2016 a 23/03/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Valdemar Pelizzer - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 192/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 129/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 017/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 192/2015, de 22/10/2015, por 30 (trinta) dias, em razão da desaceleração no ritmo de trabalho da Contratada, devido ao atraso de repasse do financiamento da obra em questão; bem como a fim proporcionar a Contratada lapso suficiente para concluir a obra, devido a justificativa retro mencionada.

Data de Assinatura: 24/02/2016.

Prazo de Execução: 24/02/2016 a 25/03/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 017/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 012/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CRUZEIRO TERRAPLANAGEM LTDA. ME, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, BASCULANTE, TRUCADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10M³ (DEZ METROS CÚBICOS), EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO, INCLUINDO OS OPERADORES/MOTORISTAS E COMBUSTÍVEL, PARA USO NA MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016.

Valor: R\$ 20.001,00 (vinte mil e um real).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 25/02/2016.

Vigência: de 25/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joelson Miglioretto Jeremias - pela Contratada.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com § 1º e § 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Nutrisul S/A Produtos Alimentícios, CNPJ nº 80.972.078/0001-07.

Objeto: O ATENDIMENTO, PELO MUNICÍPIO, A CRIANÇAS DE 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES A 6 (SEIS) ANOS MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS - CEIMS E NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, FILHOS(AS) DE FUNCIONÁRIAS DA NUTRISUL, EM TURNOS DE 04 (QUATRO) E 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, PROPORCIONANDO-LHES: EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, RECREAÇÃO, CUIDADOS PSICOPEDAGÓGICOS, PSICOLÓGICOS, NUTRICIONAIS E DE FONOAUDIOLOGIA.

Valor: A NUTRISUL repassará ao MUNICÍPIO, mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 83,00 (oitenta e três reais), para cada criança que frequenta 4 (quatro) horas diárias e R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 8 (oito) horas diárias nos CEIMS ou em Escolas Básicas Municipais, cujo valor será repassado 100% (cem por cento) em produtos alimentícios, durante o ano letivo de 2016.

Data da assinatura: 22/02/2016.

Vigência: de 22/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardosos, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Fausto Echer - pela Conveniada.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Origem: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com § 1º e § 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Parati S/A, CNPJ nº 82.945.932/0001-71.

Objeto: O ATENDIMENTO, PELO MUNICÍPIO, A CRIANÇAS DE 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES A 6 (SEIS) ANOS, MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS - CEIMS E NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, FILHOS(AS) DE FUNCIONÁRIAS DA PARATI, EM TURNOS DE 4 (QUATRO) E 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS, PROPORCIONANDO-LHES: EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, RECREAÇÃO, CUIDADOS PSICOPEDAGÓGICOS, PSICOLÓGICOS, NUTRICIONAIS E DE FONOAUDIOLOGIA.

Valor: A PARATI repassará ao MUNICÍPIO, mensalmente, em moeda corrente, a importância de R\$ 83,00 (oitenta e três reais), para cada criança que frequenta 4 (quatro) horas diárias e R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais), por criança da Educação Infantil que frequenta 8 (oito) horas diárias nos CEIMS ou em Escolas Básicas Municipais, cujo valor será repassado 100% (cem por cento) em produtos alimentícios, durante o ano letivo de 2016.

Data da assinatura: 22/02/2016.

Vigência: de 22/02/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardosos, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Naio Antônio Garbin - pela Conveniada.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de medicamentos destinados a distribuição gratuita cfe Determinação Judicial, medicamentos básicos e medicamentos de controle especial com prescrição medica; e Também fraldas geriátricas para distribuição gratuita aos pacientes com prescrição medica, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 11 de março de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 25 de fevereiro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIA

Gestora do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 026/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 026/2016

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme a Lei Municipal nº 09/97, que terá a seguinte composição:

I – Representantes Do Governo Municipal:

a) Representante (s) da secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão equivalente:

Rainildes Pitz Junckes – Titular

b) Representante (s) do órgão de educação:

Edson José da Silva – Titular

Michelle Nalovaiko – Suplente

c) Representante (s) do órgão da saúde:

Tatiana Cordeiro da Silva – Titular

Simone Moretti – Suplente

II – Representante (s) dos prestadores de serviços e dos usuários:

a) Representante (s) das entidades ou associações comunitárias:

Zélio Trierveiler – Titular

Roberto Stahelin - Suplente

b) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Adailton Hack – Titular

Antônio Valentim Jöenck - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de fevereiro de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2016-FMS
PROCESSO Nº. 01/2016-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 25 de fevereiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aferição (calibração) e manutenção de balanças das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 01/2016-FMS, realizar-se-á em 30 de março de 2016, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 – SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2016-PMS

PROCESSO Nº. 31/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensado, lajotas, meio fio, blocos e conjunto fossa e filtro para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de março de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de março de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2016 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2016 – PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 30/2016-PMS-TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de prestação de serviço do profissional com formação em educação física, a fim de atender grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e Projeto ESPAÇO LIVRE, RODAS CANTADAS, DANÇAS CIRCULARES E JOGOS COOPERATIVOS da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de março de 2016 às 14h.

Abertura do Processo: 16 de março de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 26 de fevereiro de 2016.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.675/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.675/2016 de 23 de fevereiro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.178/2016 de 23 de fevereiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.680,00 (nove mil seiscentos e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)
3.3.90.37.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Locacao de Mao-de-obra R\$ 9.680,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.676/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.676/2016 de 23 de fevereiro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.303.3013.2.438 - Assistência Farmacêutica
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.303.3013.2.438 - Assistência Farmacêutica
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.677/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.677/2016 de 23 de fevereiro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 150,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 1.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 1.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 150,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 02/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 02/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 07/2016-FMS - Dispensa de Licitação nº. 02/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0004-97, estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, Distrito Industrial na cidade de São José, CEP: 88.104-765.

Objeto: aquisição de formula infantil fornecidas para o paciente através da A.C.I.P de nº 0900043-63.2015.8.24.0026 para atender as necessidades de Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NEOCATE 400G	12	Latas	182,56	2.190,72
VALOR R\$ TOTAL					2.190,72

Valor do contrato: R\$ 2.190,72 (dois mil, cento e noventa reais e setenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 25/02/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2016-PMS

PROCESSO Nº. 26/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 14/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de larvicida biológico para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2016-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, Bacillus Thuringiensis israelensis, CEPA AM65-52 ou CEPA SA3A (conforme exigido pela OMS - Organização Mundial de Saúde), 1200 U.T.I/MG (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama). Embalagem contendo 10 litros com lacre de fábrica (embalagem hermeticamente fechada) e que o produto tenha Registro na ANVISA. Prazo de validade mínima de 18 meses contados da data de entrega. Para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC) para o combate contra as larvas de Aedes aegypti, Culex quinquefasciatus e Simulium pertinax (borrachudo).	800	Litro	109,90	87.920,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					87.920,00

Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 01/2016-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	1/2016
	Data do Processo:	01/02/2016
Folha: 1/1		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aferição (calibração) e manutenção de balanças das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 25 de Fevereiro de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália kersten Brumuller	- - Equipe de Apoio

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1026

DECRETO n.º 1026, de 25 de Fevereiro de 2016.
Decreta Luto Oficial no município de Seara.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, art. 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial no âmbito do território municipal, por 03 (três) dias, em razão do falecimento do ex-Vereador e ex-Presidente do Poder Legislativo Municipal de Seara, senhor Nécio Miguel de Camargo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC., 25 de fevereiro de 2016.
LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 25 de fevereiro de 2016

Vanderci Almeida Ramos
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 – FMES

Processo Licitatório nº 005/2016 – FMES
Edital de Pregão Presencial nº. 005/2016.

A Fundação Municipal de Esportes de Seara - FMES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 02.292.540/0001-11, com sede e foro Rua Ferdinando Kirchner, n.º 181, Centro Educacional Esportivo, bairro Industrial, Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 10/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à aquisição de refeições, destinadas aos jogos municipais de integração dos idosos a ser realizada no dia 19 de março de 2016. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 26 de fevereiro do ano de 2016.
Rogério Francio
Superintendente da FMES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2016.

Processo Licitatório nº. 021/2016.
Edital de Pregão Presencial nº. 014/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h25min do dia 10/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material de construção. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 26 de fevereiro de 2016.
Laci Grigolo
Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 014/2016 REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014 DE 26/02/2016

No dia 26 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 008/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa FM PNEUS LTDA, com sede na Av. Maravilha, nº 833, centro do Município de Maravilha, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0001-49, representada neste ato pelo Sr. Ivo Badia, portador do CPF nº. 642.610.349-72 e RG nº 12R 183.789-2, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa FM PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.374.845/0001-49, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Ivo Badia, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 008/2016 cujo objeto é a possível Contratação de Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 1.400X24 BORRACHUDO G2	25	VIPAL	R\$ 770,00	R\$ 19.250,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 008/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes
2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes
Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa

exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 008/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº008/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 008/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC 26 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

FM PNEUS LTDA

IVO BADIA

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR

CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 015/2016 REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015 DE 26/02/2016

No dia 26 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 008/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA, com sede na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, nº 834, centro do Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.230.888/0001-86, representada neste ato pelo Sr. Renato Sadi Bauermann, portador do CPF nº. 249.543.819-91 e RG nº 945.881, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.230.888/0001-86, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Renato Sadi Bauermann, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 008/2016 cujo objeto é a possível Contratação de Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das

Secretarias, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
02	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 1.300X24 BORRACHUDO G2	05	TIPLER	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 008/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

- 6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.
- 6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.
- 6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;
- 6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- 6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.
- 6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.
- 7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.
- 7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura
2.010 – Assistência ao Produtor Rural
Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes
2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes
Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 008/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº008/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 008/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 26 de fevereiro de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA
RENATO SADI BAUERMANN
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 016/2016 REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016 DE 26/02/2016

No dia 26 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 008/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, com sede na Rua Dr. João Caruso, nº 426, Distrito Industrial, município de Erechim/RS, inscrita no CNPJ sob nº 93.388.031/0001-42, representada neste ato pelo Sr. Floriano Vachileski Junior, portador do CPF nº. 532.179.930-04 e RG nº 7042272877 SSP/PC RS para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 93.388.031/0001-42, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Floriano Vachileski Junior, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 008/2016 cujo objeto é a possível Contratação de Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
03	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 275 X 80 R 22.5 BORRACHUDO MISTO	15	VIPAL	R\$ 400,00	R\$ 6.000,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 008/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado ao pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 008/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº008/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 008/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 26 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

F. VACHILESKI & CIA LTDA
FLORIANO VACHILESKI JUNIOR
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2015

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA DANELUZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor FRANCISCO ARTUR BOTH portador do CPF nº 353.597.570-00 e RG nº 6011000632.

CONTRATADO: Empresa DANELUZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, com sede na(o) Rua Duque de Caxias, nº538, inscrita no CGC/MF sob o nº 08.726.213/0001-07 neste ato representada por seu representante legal Senhor Luiz Fernando Daneluz, portador do CPF: 937.881.939-72 e RG 2.857.305SSP/SC, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 003/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015, homologado em 23/01/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar "O Item 4.1 da Cláusula Quarta – do Valor e Forma de Pagamento" relativo ao contrato nº 002/2015, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, e com base no item 4.5 do presente contrato que passará a vigorar com a seguinte redação:

"4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO"

4.1. A partir do mês de Fevereiro/2016 o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de (10,96%) de acordo com a variação acumulada dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado) IGPM, em conformidade com a cláusula quarta item 4.5 do reajustamento passando de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), para R\$ 23.301,60 (Vinte e Três mil, trezentos e um reais e sessenta centavos) mensais, havendo um acréscimo mensal de R\$ 2.301,60 (Dois mil, trezentos e um reais e sessenta centavos) em relação ao valor pago inicialmente.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato

Administrativo 002/2015, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 25 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DANELUZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
LUIZ FERNANDO DANELUZ
RESPONSÁVEL LEGAL
CONTRATADO

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN
CPF: 006.201.999-62

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2013

SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E EMPRESA T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do CPF nº 353.597.570-00 e RG nº 6011000632.

CONTRATADA: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, com sede à Avenida Alcides Antônio D'agostini nº 80, Sala 01, Cep. 89.874-000, Bairro Industrial, na cidade de Maravilha SC, neste ato representada pelo seu representante legal, sócia administradora Sra. JULEIDE INES D'AGOSTINI, brasileira, contadora, portadora do RG nº 13R/2.030.718/SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 589.785.859-49, domiciliada e residente na Rua Duque de Caxias, 626, Apto 206, no Município de Maravilha, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência Processo de Licitação Nº. 002/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013, homologado em 25/01/2013 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, Lei 10.520/2002 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar a "Cláusula Terceira – Das Condições Econômico-Financeiras 3.1" relativo ao contrato nº 10/2013, que objetivou a contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza pública, com fundamentação legal na Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA III

DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

3.1. DO PREÇO:

3.1.1 A partir da presente data o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de 10,96% (Dez vírgula noventa e seis por cento) de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM em conformidade com a cláusula terceira 3.4 do reajustamento passando de R\$ 8.362,32 (Oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos) para R\$ 9.278,83 (Nove mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) sendo que desse valor R\$ 608,60 (Seiscentos e oito reais e sessenta centavos) mensais são relacionados aos serviços prestados ao Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 10/2013, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta (SC), 26 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

CONTRATANTE

JULEIDE INES D'AGOSTINI

Representante Legal

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CONTRATADO

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

DELMAR FRANTZ

CPF: 607.108.969-72

GABARITO DEFINITIVO DO PROCESSO SELETIVO N° 001/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016****GABARITO DEFINITIVO**

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Francisco Artur Both, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, o **Gabarito Definitivo** referente ao Processo Seletivo n.º 001/2016, destinado ao provimento de vagas para o Poder Público Municipal.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Definitivo da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 001/2016, do Município de Serra Alta (SC), conforme segue:

Ensino Médio (Magistério ou Pedagogia)**Língua Portuguesa**

01 – B	02 – A	03 – E	04 – C	05 – D
--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

06 – A	07 – B	08 – A	09 – D	10 – C
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

11 – D	12 – B	13 – E	14 – A	15 – B
--------	--------	--------	--------	--------

Professor II – Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série

16 – A	17 – C	18 – D	19 – A	20 – A	21 – A	22 – D	23 – A	24 – E	25 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Ensino Superior**Língua Portuguesa**

01 – D	02 – D	03 – C	04 – E	05 – B
--------	--------	--------	--------	--------

Matemática

06 – A	07 – E	08 – C	09 – D	10 – C
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

11 – D	12 – B	13 – E	14 – A	15 – B
--------	--------	--------	--------	--------

Professor de Educação Física

16 – A	17 – C	18 – D	19 – A	20 – A	21 – A	22 – D	23 – C	24 – D	25 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 25 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Página | 1

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 002**

PORTARIA Nº 002/2016

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Ederson Cerezolli no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, e em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, com a Lei Complementar nº 008/2012, Lei nº 1019/2015 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CRISTIANE FUZINATO, brasileira, convivente, inscrita no CPF nº 040.079.799-28 e RG nº 4.910.750-0, para o cargo de SECRETÁRIA GERAL, 20H, com remuneração de acordo com a tabela remuneratória do Anexo I da Lei nº 1019/2015.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos a partir desta data.

Serra Alta/SC, 04 de fevereiro de 2016.

EDERSON CEREZOLLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta

Timbó

PREFEITURA

AVISO ANÁLISE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO 2ª COLOCADA PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE DATA PARA ANÁLISE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO DA 2ª COLOCADA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2015 - SAMAE

OBJETO: contratação de serviços de hora-máquina (retroescavadeira) com operador, destinados ao atendimento das demandas nas manutenções de redes de abastecimento de água.

O Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, leva ao conhecimento dos interessados que devido à Decisão da Autoridade Competente, publicada no Diário Oficial dos Municípios/SC, em 17/02/2016, edição n. 1934, página 781, ficam convocadas as participantes no referido processo licitatório a participar da sessão pública para análise da proposta e abertura do envelope de habilitação da empresa segundo colocada, a ser realizada na data de 01/03/2016, as 8h30min, na Sala de Licitações, localizada no prédio da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 25 de fevereiro de 2016

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

EXTRATO CONTRATO 2016.20 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/20

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: DATAMAIS SISTEMAS LTDA.

OBJETO: serviços de manutenção e atualização de conteúdo de WebSite (Portal da Fundação Municipal de Esportes). VALOR TOTAL: R\$ 4.524,00 (quatro mil quinhentos e vinte e quatro reais). PRAZO: 01/03/2016 e término em 31/12/2016. Data da Assinatura 22/02/16

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

LEI COMPLEMENTAR Nº 475, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 475, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Altera o Valor do Prêmio Eficiência instituído pela Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O valor do ☐Prêmio Eficiência☐ de que trata o art. 2º da Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011, passa, a partir da competência de fevereiro de 2016 para 10,06 (dez reais e seis centavos).

Parágrafo único. Com a alteração do valor, o caput do art. 2º da Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O ☐Prêmio Eficiência☐ consiste na concessão ao servidor da quantia de R\$ 10,06 (dez reais e seis centavos), destinado à alimentação, por dia útil de efetivo serviço prestado, sempre que atendidas as condições estabelecidas como assiduidade e eficiência, conforme regulamentação do poder executivo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de fevereiro 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1837, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1837, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015 e nº 4047, de 15/12/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)				
Cargo: Motorista (SG-29)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
LUIZ CARLOS MANSKE (Ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	25/08/1984	040.102.889-57	44h	04/01/2016 a 02/02/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
AMANDA FARIAS SIMÕES (Aumento do número de alunos/Processo seletivo 01/2014)	08/07/1987	010.148.759-27	40h	04/01/2016 a 30/04/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Auxiliar em Enfermagem (SP-24)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
SILVANA LONGO ROEPKE (Ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	22/01/1963	463.353.409-25	30h	04/01/2016 a 03/03/2016
Cargo: Farmacêutico (GP-65)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
KATY CHRISTINE BREMER (Ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	25/06/1962	750.703.599-91	30h	04/01/2016 a 03/03/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE				
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
INGRID PATRICIA BARBOSA (Subst.Silvia Saul Museka que está exercendo funções do cargo em comissão)	30/10/1993	086.825.929-24	35h	06/01/2016 a 29/04/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
TEREZINHA APARECIDA DA LUZ (Ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	14/04/1961	042.466.979-07	44h	04/01/2016 a 29/04/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1838, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1838, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Ingrid Patricia Barbosa	Auxiliar Operacional I	1687, de 01/07/2015	04/01/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Jandirene Caetano Maschio	Auxiliar Operacional I	1543, de 04/03/2015	04/01/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Elthon José Costa	Auxiliar Operacional I	1725, de 10/08/2015	04/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1839, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1839, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015 e nº 4047, de 15/12/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	25/11/1973	281.771.948.44	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
ANGELA MARIA MARTINS (Subst.Noeli Henkes, que se encontra em Lic.Trat.de Saúde)	28/03/1964	721.380.929.68	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
CAROL GATTI DE AMORIM (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	01/12/1993	090.644.139.08	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
CENIR APARECIDA IGLIKOSKI LAVINSKI (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	14/12/1969	906.359.909.97	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
CRISTIANE CARDOZO (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	15/09/1968	038.722.849.75	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
DANIELA MARCONDES (Aumento do número de alunos)	29/10/1994	105.465.089.60	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
ELIANE GONCALVES DE LIZ (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	28/10/1978	046.194.619.03	44h	11/01/2016 a 30/04/2016

HELENICE DE FATIMA MOREIRA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	29/06/1967	576.219.426.49	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
JANETE BOGO VIEIRA (Aumento do número de alunos)	05/07/1967	690.556.379.04	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
JAQUELINE ALVES DE SOUZA (Aumento do número de alunos)	01/10/1984	052.357.049.08	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
JULIANA VALOES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	19/08/1986	071.240.579.81	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
JULIANE HOFFMANN (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	16/01/1991	070.673.739.30	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
JUSSARA APARECIDA DE VARGAS SILVA (Aumento do número de alunos)	16/07/1976	896.449.809.72	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
KELLY TEREZINHA HILARIO BRANDAO (Aumento do número de alunos)	14/09/1987	070.482.049.82	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
LORETTA GOETTEN SELL (Aumento do número de alunos)	07/06/1962	419.158.799.49	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
MARA LUCIA DALABONA (Vacância do cargo e Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	03/12/1973	753.300.089.72	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
MARIA DE LOURDES VITORINO DA SILVA (Aumento do número de alunos)	24/03/1959	554.045.534.72	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
MARIA ONEIDE DE ARAUJO QUEIROZ (Aumento do número de alunos)	09/05/1955	261.393.082.91	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
MARINES MADALENA VIESSELI (Aumento do número de alunos)	23/07/1966	103.449.078.80	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
MARISTELA HAMMERMEISTER DE LIZ (Aumento do número de alunos)	09/11/1987	058.592.409.02	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
NAIR JOAO DA SILVA RIBEIRO (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	09/10/1962	069.809.829.31	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
PATRICIA MATTIELLO ANDREAZZA (Vacância do cargo e Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	24/09/1988	071.878.519.36	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
PRISCILA GOLL LOCH (Subst.Marisa Beyer-transferida)	07/09/1982	005.328.819.07	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
ROSELY FERRARI GONCALVES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	04/01/1977	902.420.929.34	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
ROSIMERI FERREIRA DA SILVA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	17/02/1989	066.534.949.18	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
ROVENA UECKER KRUGER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	26/01/1960	458.246.909.44	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
SANDRA MONIKA EWERS MOHR (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	03/05/1972	704.206.889.00	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
SONIA SALETE DA SILVA (Aumento do número de alunos)	06/12/1976	902.433.239.72	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
SUELI MARIA PELLIN LOURENÇO (Subst.Ruth Piske-transferida e aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	15/05/1959	890.066.829.34	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
VERA KRETZ (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	01/05/1961	497.015.419.87	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
VERONICA SANTOS DA SILVEIRA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	28/02/1957	317.043.019.04	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
VERONICA SEPKA (Aumento do número de alunos)	19/06/1962	383.308.499.53	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
ZENILA MARIA AGOSTINI CABRAL (Aumento do número de alunos)	05/05/1966	520.361.629.91	44h	11/01/2016 a 30/04/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ELIZABETH MARIA ROCHA FERREIRA GUEDES (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov.Conc.Público / Proc.Seletivo)	02/01/1978	002.922.261-36	44h	11/01/2016 a 29/04/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE				
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
BARBARA CRISTINE SALVADOR CAMPESTRINI (Subst.Barbara Hochheim que se encontra ocupando cargo em comissão)	14/09/1979	004.287.399.11	35h	11/01/2016 a 29/04/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
AUDIR PASQUALI (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov.Conc.Público / Proc.Seletivo)	31/07/1969	735.414.439-87	44h	11/01/2016 a 29/04/2016
ROGERIO CARL (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov.Conc.Público / Proc.Seletivo)	17/12/1972	674.287.119-91	44h	11/01/2016 a 29/04/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Farmacêutico (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov.Conc.Público / Proc.Seletivo)	30/10/1985	048.886.659-66	30h	11/01/2016 a 03/03/2016

Cargo: Motorista (SG-29)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EGBERTO JOSÉ DE FREITAS (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprov.Conc.Público / Proc.Seletivo)	10/03/1986	048.386.079-46	44h	11/01/2016 a 03/03/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1841, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1841, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015 e nº 4047, de 15/12/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educadora Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ALINE LIMA DE OLIVEIRA KLEMZ (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público / Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	30/05/1972	872.361.179.00	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
AMANDA ROGERIA BONA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	14/03/1984	008.756.369.00	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
ANA PAULA DE MENDONÇA FERREIRA MOURA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	26/02/1983	049.220.194.30	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
ANDRESSA DE ANDRADE (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	23/03/1994	092.793.909.61	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
DAIANE JAEGER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	31/07/1993	088.601.649.58	30h	12/01/2016 a 30/04/2016

ELIANE NORATO (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	25/07/1984	045.945.219.32	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
ELIS REGINA FURLANETTO PEROZA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	16/03/1987	059.923.829.17	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
FABIANE LUIZA BEE PEREIRA (Subst.Clarice Andraazza, em afast.do exerc.do cargo/Aprovada no proc.Seletivo 01/2014)	09/11/1976	019.596.849.22	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
FRANCIELE MOREIRA DOS SANTOS (Subst.Rubia V.Ramos Gonzaga-readaptação/Aprovada no Proc.Seleti- vo 01/2014)	13/07/1995	095.466.419.10	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
GRAZIELLE KLITZKE KLUG (Subst.Sandra Cunha de Moura, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde/Aprovada no proc.Seletivo 01/2014)	09/04/1980	029.719.829.71	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
JAQUELINE ZAMBON (Subst. Viviana Hiller, que se encontra em Lic.Gestação/Aprovada no proc.Seletivo 01/2014)	31/10/1991	080.213.159.03	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
JENNIFER CAETANO MASCHIO BRUCKER (Subst.Marcia S.T.da Silva-readaptada/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	11/10/1989	075.180.859.84	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
JULIANA TEICOVSKI DA SILVA (Subst.Maria T.L.Lenzi, que se encontra em Licença Sem Vencimentos/ Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	27/09/1987	057.313.189.99	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
LUCIANE JANKE (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	23/11/1975	890.050.409.63	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
MARISTELA WEISS (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	27/03/1966	576.239.299.68	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
MORGANA VALCANAIA (Subst.Taise P.Schley, ocupando o cargo de Coordenadora de NEI/ Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	22/05/1991	067.056.899.60	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
NELCI MAGALHAES DE ABREU (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	06/01/1963	643.565.909.53	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
PATRICIA REGINA FELIPPI (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	19/12/1991	083.765.619.28	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
PRICILLA KELLE PEREIRA SOARES (Vacância do cargo/Aprovada Proc.Seletivo 01/2014)	20/11/1986	061.391.719.70	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
PRISCILA MARIA BRANCO PEREIRA (Subst.Bruna V.Junkes, ocupando o cargo de Coordenadora de NEI/ Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	27/02/1983	050.959.479.43	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
PRISCILA ROPELATO (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	06/06/1992	086.007.069.71	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
RENILDA BATISTA WENCESLAU (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	20/02/1974	987.475.929.15	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
ROSANA VAILATI FUSINATO (Subst.Jucineide M.Longo, em afast.do exerc.do cargo/Aprovada no proc.Seletivo 01/2014)	11/02/1970	693.522.409.87	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
ROSELANDY CARIOCA DOS SANTOS DEMONTI (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público / Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	28/12/1971	039.478.179.16	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
SCHEILA CRISTINA ZOMER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	29/03/1984	057.537.559.09	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
SILVANA KEMPER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	10/03/1989	072.046.439.09	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
SONIA GONCALVES RIBEIRO (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	02/02/1970	621.264.669.49	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
TAYANE CATAFESTA (Subst.Nilza K.Berri, em afast.do exerc.do cargo/Aprovada no Proc. Seletivo 01/2014)	03/01/1994	084.417.709.13	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
TUANE NAIARA MULLER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	20/07/1991	078.039.709.66	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	02/11/1976	743.347.002.68	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
VANDERLEIA WOLTER (Subst.Simone Nolli, que se encontra em afast.do exerc.do cargo/ Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	25/01/1983	040.898.469.43	30h	12/01/2016 a 30/04/2016

VANESSA FERNANDA KANNENBERG (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	15/10/1984	048.763.709.74	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
VERA WETZEL KANNENBERG (Vacância do cargo/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	26/05/1978	948.541.739.04	30h	12/01/2016 a 30/04/2016
ZULEICA NASS RAASCH (Subst.Lea Liane Gramm, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde/ Aprovada no proc.Seletivo 01/2014)	20/08/1980	003.638.329.55	30h	12/01/2016 a 30/04/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1842, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1842, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015 e nº 4047, de 15/12/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANA FURLANI ZATELLI (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	01/06/1984	040.148.949.32	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
ARLETE FAEZ ROCHA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	15/09/1967	005.563.479.60	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
CRISTIANE TOMIO (Professor de Apoio/Aprovada no proc.Seletivo 01/2014)	12/03/1985	043.441.139.69	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
DAYANA PRISCILLA DORIGATTI MAUKIEWICZ (Aumento do número de alunos)	26/04/1986	052.849.659.06	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
DIANGELA DANUBIA MAAS NONES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	30/03/1981	003.931.489.80	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
ELIANE SLOMP (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	16/07/1965	704.368.279.72	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
FRANCIELE WETZEL (Aumento do número de alunos)	06/01/1996	090.487.739.62	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
GABRIELA MENDONCA PEREIRA GOMES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	02/12/1993	088.973.489.55	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
GLAUCE CORDEIRO SIMM (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	22/04/1972	016.466.699.08	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
INES ZOBOLI DALLABONA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	16/06/1960	383.718.399.87	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
ISABEL CRISTINA LIMA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	03/04/1979	048.096.819.55	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
JESSYCA PAOLA GONCALVES DE LIMA (Aumento do número de alunos)	23/12/1991	060.115.779.62	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
JOICE BIANCA DE OLIVEIRA VIEIRA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	21/06/1987	048.059.789.88	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
KATHIA MAHS WEISS (Subst.Debora M.C.Furtado-ocupando cargo de Coordenadora NEI)	22/02/1982	036.607.469.59	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
KATIA DE SILVA GIBOWSKI (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	13/01/1995	096.158.329.01	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
MANOELA PRISCILA DA SILVA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	27/06/1995	096.076.969.21	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
MARCIA OBERZINER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	21/02/1986	009.589.399.77	40h	12/01/2016 a 30/04/2016

MARIEL LUANA NONES (Aumento do número de alunos)	25/01/1995	075.767.299.02	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
NADIA KARLA STARKE SADLOSOKI (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	09/09/1975	007.149.459.60	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
NICOLE ALVARES SPRUNG (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	20/10/1995	099.142.329.14	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
OSIANE SOUSA SANTA BRIGIDA (Aumento do número de alunos)	17/05/1983	912.675.602.15	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
PRISCILA APARECIDA LIMA RODRIGUES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	30/06/1990	393.929.338.51	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
ROSANE APARECIDA RAMELA (Aumento do número de alunos)	12/09/1979	006.635.139.10	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
SAMARA LUIZA RIOLA (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	09/08/1994	093.550.239.44	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
SILVANA AVANCINI WERNER (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	07/08/1979	005.777.149.96	40h	12/01/2016 a 30/04/2016
VANESSA FERRARI FARIAS (Subst.Aline S.Vargas, que se encontra em Licença Gestante)	05/10/1978	298.033.358-12	40h	19/01/2016 a 30/04/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1843, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1843, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Designa profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionadas:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Cleia Cesarino	Atendente de Odontologia	18/01/2016
Fabiana Kain de Moura	Médico – 40h/s	19/01/2016
Flavia Dayane Simeoni	Dentista	18/01/2016
Maria Girola Felippi	Auxiliar de Enfermagem	18/01/2016
Michele Almeida Guiomarino	Atendente de Odontologia	18/01/2016
Sandra de Sá Teixeira	Técnico em Enfermagem	18/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de janeiro de 2016; 146 o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1845, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1845, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Juracema Dalcanale Menestrina	Educadora Infantil	1143, de 03/07/2016	20/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1853, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1853, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Fernanda Conte	Auxiliar Operacional I	1469, de 19/01/2015	22/01/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Geronimo Wackerhage	Pedreiro	1615, de 04/05/2015	15/01/206
Renato Lombardi	Auxiliar Operacional I	1687, de 01/07/2015	22/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

PORTARIA NO 1854, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA No 1854, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Denise Anunciata Merini Wolter	Auxiliar de Recreação Infantil	043, de 15/01/2013	26/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

PORTARIA NO 1855, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA No 1855, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa Servidor Público Municipal para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, o servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito)			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Lourival Anacleto	FG-4	20	Coordenação equipe de pintura (marcação meio-fio, eixo da via, ciclovias, etc)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó / SC, em exercício

PORTARIA Nº 1856, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 1856, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Remove de Ofício Servidora Pública Municipal lotada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, a contar desta data:

NOME	DE	PARA
Suellen Lara dos Santos	Secretaria Municipal da Fazenda de Administração	Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC em exercício

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do SAMAE, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº 01/2016 SAMAE, que objetiva a aquisição de produtos químicos destinados ao tratamento de água, em conformidade com a portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sofreu alterações na descrição que se refere à qualificação técnica. Fica excluído o subitem 7.3.4 e incluído o subitem 10.2.2, conforme segue:

"10.2.2 – Para todos os itens a (s) vencedora (s) deverão apresentar:

a) Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde (LARS), válido em conformidade com a NBR 15.784/2014 e Portaria nº 2914/2011, Art. 13 Inciso III, alínea "b", que irá apresentar a dosagem máxima de uso (DMU), e o resultado da avaliação, informando os parâmetros analisados para cada produto químico utilizado no tratamento da água para o consumo humano. Os referidos laudos deverão ser apresentados na entrega dos produtos químicos na Estação de Tratamento de Água.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 10/03/2016 as 14h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 14h40min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbó/SC, 26 de fevereiro de 2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 79 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição materiais de expediente destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Ricarl Distribuidora Eireli Me; Bozzano e Bozzano Ltda; Blu Distribuidora de Papelaria Ltda; Elmo Papelaria Ltda Me; Celia Regina W. Sani Me; M Mobile Eireli Me; ADL Comercial Eireli Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 104.088,34 (cento e quatro mil, e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/08/2016.

Timbó, 27/08/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2015 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Saúde.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Nutriport Comercial Ltda; Center Nutri Comércio de Produtos para nutrição enteral; Bruthan Comercial Ltda; PFG Comercial Ltda ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 189.861,60 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/05/2016

Timbó, 28/05/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2015 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº.02/2015 SAMAEÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
OBJETO: Registro de Preços para contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalação elétrica predial e manutenção de bombas, destinados a todos os setores da autarquia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Eletrotécnica F.C. Ltda Epp; Usinagens Elimar Ltda Me; ACMM Serviços de Energia Elétrica Ltda Me; Servtim Comércio de Materiais de Construção e Serviços Elétricos Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 190.700,00 (cento e noventa mil e setecentos reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2016

Timbó, 21/05/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 37 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem (conforme descrição constante no anexo I) para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: NF Serviços de Pintura e Elétrica Ltda ME, Servtim Comércio de Materiais Elétricos Ltda ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 59.651,60 (cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/05/2016

Timbó, 27/05/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016**

AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º01 DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 50, §4.º inciso I do Regimento Interno, torna público que será realizada Audiência Pública para demonstração e avaliação, a pedido da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, das Metas Fiscais pelo Poder Executivo relativas ao Terceiro Quadrimestre de 2015, em atendimento ao disposto no §4.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

DA DATA E DO LOCAL

Art.1.º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 29 de fevereiro, às 16 horas, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações.

DO OBJETIVO

Art. 2.º O objetivo da Audiência é a demonstração e avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3.º quadrimestre de 2015 pelo Poder Executivo com as organizações civis e demais interessados.

Audiência Pública n.º 01/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3.º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais munícipes.

Parágrafo Único. A exposição da matéria será realizada pelo Poder Executivo Municipal, conforme determina o §4.º do art. 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, pelo tempo que se fizer necessário.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos:

I – é assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após a exposição completa da matéria;

II – as manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para a manifestação, devendo, quando for o caso, informar o nome do participante;

III – o tempo para a manifestação oral será definido em função do número de participantes e da previsão de duração total do evento, sendo assegurado o tempo mínimo de dois minutos e no máximo de dez.

Parágrafo Único. As situações não previstas pelo Regimento Interno no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública serão resolvidas pelo Vereador Presidente da Comissão ou aquele que, por ventura, o estiver substituindo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5.º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.camaratimbo.sc.gov.br, bem como será afixada na sede da Câmara Municipal.

Audiência Pública n.º 01/2016

Edital de Convocação de Audiência Pública

Art. 6.º A Câmara Municipal divulgará, em sua página eletrônica, no prazo de sete dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 24 de fevereiro de 2015.

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI

Presidente da Mesa Diretora

Portaria nº 05/2016

Portaria Nº 0005/2016

Concede férias à servidora Mary Léa Ferrari Spindola, Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 12/01/2015 a 11/01/2016, à servidora Mary Léa Ferrari Spindola, Assessora Parlamentar na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto de Servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 25 de fevereiro de 2016.
Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 08/2012

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE PROGRAMAS INTEGRADOS DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ E A EMPRESA IPM INFORMÁTICA LTDA, SELECIONADA PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Projetada A esquina com a Rua Inglaterra, nº 750, Bairro das Nações, Timbó (SC), representada pelo Presidente, vereador Douglas Emanuel Marchetti, inscrito no CPF sob nº 004.269.799-90, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa IPM INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.258.027/0001-42, com sede na Avenida Trompowski, nº. 354, Conj. 701 – Ed. Executivo Ferreira Lima, Centro, Florianópolis (SC), representada pelo(a) Sr(a). Aldo Luiz Mees, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 292.867.519-15, portador da CI n. 865.793, residente e domiciliado Avenida Trompowski, nº. 354, Conj. 701 – Ed. Executivo Ferreira Lima, Centro, Florianópolis (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram este termo de rescisão amigável do contrato de prestação de serviços firmado em 19 de novembro de 2012, em decorrência do Pregão Presencial n. 02/2012, conforme autoriza a alínea “f” da Cláusula Décima Primeira do Contrato n. 08/2012 mediante as cláusulas aqui estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste termo é a rescisão amigável do contrato n. 08/2012 de prestação de serviços de licença de programas integrados de gerenciamento de informações de gestão pública, com eficácia a contar de 20 de janeiro de 2016, considerando a conveniência de ambas as partes em não manter o negócio, tendo em vista a contratação de sistemas via WEB, decorrente de nova licitação.

Esta rescisão não dispensa as partes do cumprimento das obrigações contratuais eventualmente pendentes, que serão apuradas e quitadas em procedimento administrativo próprio, tampouco impedirá a aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE será responsável pela publicação deste ajuste, em extrato, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no prazo estabelecido no artigo 61, parágrafo único, da lei 8.666/93.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam este termo, em duas vias de igual teor.

Timbó (SC), 20 de janeiro de 2016.
DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI
Presidente da Câmara Municipal

ALDO LUIZ MEES
IPM Informática Ltda.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 007 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 007 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Concede Promoção por Nova Titulação ao servidor Andrey Henrique Wanser

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos arts. 20 a 25 da Lei Complementar n. 137 de 02 de Julho de 1998,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, ao Servidor ocupante de cargo efetivo, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
ANDREY HENRIQUE WANSER	26	31	11/01/2016	RH 005/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 008 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 008 DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Concede Promoção por Nova Titulação ao servidor Antonio Marcelo Roza

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos arts. 20 a 25 da Lei Complementar n. 137 de 02 de Julho de 1998,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, ao Servidor ocupante de cargo efetivo, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
ANTONIO MARCELO ROZA	43	48	11/01/2016	RH 006/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 009, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 009, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
EVANDRO DE SOUZA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	01/11/1989	081.940.329-62	44 horas	01/02/2016 a 30/04/2016
FRANCIELE DOS SANTOS LIMA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/11/1994	078.991.399-29	44 horas	01/02/2016 a 30/04/2016
ROSENILDA DALLABONA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	30/05/1989	070.616.789-92	44 horas	01/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 010, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 010, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Auxiliar Operacional				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JONATHAN EBERT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	23/07/1996	085.090.469-21	44 horas	01/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 011, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 011, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANA RODRIGUES WESTPHAL (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	09/10/1990	076.133.719-99	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
CATIA ERDMANN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	25/02/1974	789.625.799-87	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
CRISTIANO DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	19/08/1991	088.438.829-88	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
DAVI RODRIGUES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	19/04/1997	107.097.869-80	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
ELIANE MARTINS DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/11/1987	066.569.579-94	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
ELITON DE QUADROS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/06/1996	098.175.949-12	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
ERACI STEINERT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/04/1979	003.561.049-23	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
FABRICIO DE QUADROS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	11/04/1989	069.362.339-02	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
JANETE APARECIDA COLARITES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/06/1978	042.557.449-04	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
LEANDRO KARVAT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	18/05/1985	054.970.859-62	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/08/1991	082.115.069-39	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
MAICO STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	30/09/1995	079.805.839-06	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
NEUSA CASTANHA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/07/1982	069.882.149-17	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

RODRIGO LANGA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	26/02/1995	096.279.079-60	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
ROSANGELA CANDIDO DE JESUS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/09/1981	005.011.549-90	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
ROSICLEIA CANDIDO DE JESUS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	01/09/1985	053.618.049-08	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
SUZANA MORAIS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	23/09/1960	670.859.469-20	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
VANDERLEI GESSNER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/09/1983	008.950.429-16	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
VANIA DE FATIMA MACHADO DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/09/1982	062.899.529-60	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
WILLIAM FROTSCHER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	08/06/1997	097.475.339-44	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 012, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 012, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Manutenção				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ALMIR TESTONI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	30/08/1999	381.773.589-87	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 013, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 013, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Auxiliar Operacional

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CAIO DANIEL KNOOP (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	20/09/1984	050.460.189-00	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
GILDA ANACLETO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	29/07/1964	458.247.389-04	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
JEFFERSON JOÃO RESSUGALI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/06/1990	075.642.559-00	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/11/1989	064.850.239-25	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
MAICON LUIZ MIRANDA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/06/1990	075.642.559-00	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
MARCIA ULLER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	11/08/1977	891.556.619-04	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
YURI MARCEL ANTONIO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	10/09/1992	087.335.759-08	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 014, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 014, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Agente Serv. Adm

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
DAYSE DIAS DE OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	01/07/1983	038.082.969-09	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Técnico em Saneamento				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JULIO CARLOS CIDRAL (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	31/10/1990	077.436.069-02	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Fiscal Leiturista				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
LUIZ CARLOS BASSANI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	17/09/1956	293.149.099-72	35 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 017, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 017, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Cargo: Motorista

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCIO CARDOSO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	14/01/1979	003.772.099-61	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016
MOACIR STANO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	04/02/1984	049.528.889-67	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
TIMBERLI TATIANE WEIZENMANN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	23/08/1995	086.821.039-07	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 019, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 019, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Cargo: Operador de Máquina

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
VALDECIR ANACLETO CARDOSO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	28/05/1973	818.452.359-91	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE				
Cargo: Pedreiro				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
WALDEMAR GIOVANELLA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	10/08/1948	293.149.849-15	44 horas	02/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 021 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 021 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Marciano de Borba

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor MARCIANO DE BORBA ocupante de cargo efetivo de Pedreiro, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.02.2011 a 01.02.2016, conforme Processo RH n. 11/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 022 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 022 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total a Servidora Luciane Zenke

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total a Servidora LUCIANE ZENKE ocupante de cargo efetivo de Contadora, lotada no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.02.2011 a 02.02.2016, conforme Processo RH n. 31/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 023, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 023, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANO OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	01/05/1987	062.415.999-09	44 horas	08/02/2016 a 30/04/2016
EGON MAAS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	31/03/1966	684.189.229-15	44 horas	08/02/2016 a 30/04/2016
FABIANO ALVES DE QUADROS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	26/02/1985	054.223.239-12	44 horas	08/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 024, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 024, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE				
Cargo: Auxiliar Operacional				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CLAUDIA SANTOS DE LIMA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	12/03/1985	088.965.139-60	44 horas	15/02/2016 a 30/04/2016
GILNEI SCHUSTER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	16/08/1990	075.889.199-73	44 horas	15/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 025, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 025, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015:

RESOLVE:**Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE**, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE				
Cargo: Operador de ETA/ETE				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ADILSON MESCH (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	25/01/1968	704.927.279-53	44 horas	15/02/2016 a 30/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -006, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº SAMAE -006, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 4047, de 15/12/2015;

RESOLVE:**Art.1º ALTERAR** a Portaria referente a data do término do período de contratação da servidora abaixo relacionada:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADRIANO ADAM	001, de 02/01/2016	30/04/2016
SIDNEY DE SENNE	002, de 04/01/2016	30/04/2016
IVO PIRES	003, de 05/01/2016	30/04/2016
CARLOS ALEXANDRE GIBOWSKI	003, de 05/01/2016	30/04/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 27/2016 - Edital Pregão nº. 23/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 09 de março de 2016, Propostas para “contratação de serviços mecânicos e fornecimento de peças para a manutenção de veículo ambulância Ford Transit do Corpo de Bombeiros de Três Barras”, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 09 de março de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 22 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2123

DECRETO Nº 2.123/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO
VALOR DE R\$ 215.112,39
E DÁ, OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$
215.112,39 (DUZENTOS E QUINZE MIL CENTO E DOZE REAIS E
TRINTA E NOVE CENTAVOS reais) a fim de reforçar as seguintes
dotações orçamentárias:

05 – Secretaria de Transportes e Obras

01 – Serviços Públicos Urbanos

Projeto 2.053 - Badesc

(25)Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.83
..... R\$ 177.888,56

(26)Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00.00
..... R\$ 37.223,83

Art. 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior
ficam utilizados o valor de R\$ 177.888,56 dos recursos do BADESC/
AS o o saldo restante do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 21 de janeiro de
2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente
Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2128

DECRETO Nº 2.128/2016
NOMEIA DIRETOR TÉCNICO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de TREZE TÍLIAS (SC), no uso
de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, responsável como Diretora Técnica da Uni-
dade Básica de Saúde do Município de Treze Tílias-SC a Dra. AN-
GELA WOLFARDT , CPF nº 055.600.219-97 inscrita no CREMESC
sob nº 21899

Art. 2º Esta função será exercida concomitantemente com a sua
função de Médica junto à Unidade de Saúde não acarretando di-
reitos financeiros maiores aos já considerados de direito pela sua
função.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

TREZE TÍLIAS (SC), 05 de fevereiro de 2016
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto na Secretaria de Administração e
Publicado no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO 2129

DECRETO Nº 2.129/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO
VALOR DE R\$ 193.840,54 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$
193.840,54 (cento e noventa e três mil oitocentos e quarenta reais
e cinquenta e quatro centavos) a fim de reforçar a seguinte dota-
ção orçamentária:

06 – Secretaria de Educação

02 – Ensino Fundamental

Atividade: 2.055 –Salário Educação

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.58 R\$ 38.840,54

09 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

01 – Manutenção Secretaria

Projeto: 2415 – Poços Artesianos

Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00 R\$ 155.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo an-
terior ficam utilizados os recursos do superávit do Salário Educação
do exercício anterior no valor de R\$ 38.840,54 e o saldo do excesso
de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 05 de fevereiro de
2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos
Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2130

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Mauro Dresch, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a conclusão dos serviços de operacionalização e execução das fases do Teste Seletivo Simplificado nº 001/2015 e a regularidade formal dos procedimentos adotados e regrados no Edital e daqueles que compõem o processo relativo ao Teste seletivo Simplificado nº 001/2015;

Considerando que todo o processo do Teste seletivo Simplificado obedeceu-se às vinculações ao Edital e às normas de Direito aplicáveis à matéria, tanto na defesa do interesse público, quanto na defesa dos interesses dos concorrentes;

Considerando que em todas as fases do Teste Seletivo Simplificado houve o respeito à garantia do direito de defesa e do contraditório das decisões adotadas e estas mereceram ampla publicidade;

Considerando o término do prazo para a interposição de recursos em face dos resultados das provas, do resultado final e da classificação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final e a classificação do Teste Seletivo Simplificado nº 001/2015, cujos candidatos aprovados com a ordem de classificação discriminados nos anexos I, parte integrante deste Decreto no total de 02 páginas numeradas por ordem crescente de classificação:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 10 de fevereiro de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2134

DECRETO Nº 2.134/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 368.824,19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 368.824,19 (trezentos e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria de Transportes e Obras
01 – 2053 Operação de Crédito BADESC
Atividade:

(25) Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.83 R\$ 338.824,19
(26) Modalidade de aplicação: 4.4.90.00.00.00 R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 30.000,00 e o valor de R\$ 338.824,19 da Operação de Crédito Badesco Juros Zero..

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 19 de fevereiro de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2135

DECRETO Nº 2.135/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 25.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria de Transportes e Obras
01 – Serviços de Transportes e Obras
Atividade: 2005 – Manutenção da Secretaria
(23) Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 R\$ 25.000,00
Anula:
Atividade: 2005
(21) Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 R\$ 25.000,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 24 de fevereiro de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016

Nos termos do Estatuto Social, a Presidente da Sociedade Comunitária Habitacional e respectiva Comissão, nomeada pela Portaria Municipal nº 094/15, posteriormente alterada pela Portaria Municipal nº 006/16 CONVOCA os senhores associados da SOCIEDADE COMUNITÁRIA HABITACIONAL – BAIRRO PÔR-DO-SOL de Treze Tílias/SC para a reunião da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA nos termos do artigo 15 do Estatuto, a realizar-se no Centro Comunitário do Bairro Pôr-do-Sol, nesta Cidade de Treze Tílias, no dia 16 de março de 2016, às 19 horas, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 19h15min, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes, para fim de deliberação e votação sobre a seguinte pauta:

- a) Convocação da Assembleia Geral Extraordinária em função do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município de Treze Tílias e o Ministério Público de Santa Catarina;
- b) Prestação de Contas tendo como base o levantamento contábil atualizado;
- c) Extinção da Sociedade Comunitária Habitacional de Treze Tílias/SC.

Treze Tílias/SC, 25 de fevereiro de 2016.

KARINE KANDLER

Presidente

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2014

EXTRATO DO IO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: EDSON CESAR CONCATTO

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente, cujos valores ficam alterados com a aplicação do percentual de 6% conforme tabela abaixo:

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2016 dias a partir de 01/01/2016, conforme ano letivo de 2016.

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 22/12/2015.

TREZE TÍLIAS, 22 de Dezembro de 2015.

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2014

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: REC TRANSPORTES LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente, cujos valores ficam alterados com a aplicação do percentual de 6% conforme tabela abaixo:

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2016 dias a partir de 01/01/2016, conforme ano letivo de 2016.

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 22/12/2015.

TREZE TÍLIAS, 22 de Dezembro de 2015.

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2014

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: TRANSPORTES JERRY ANCILIEIRO

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente, cujos valores ficam alterados com a aplicação do percentual de 6% conforme tabela abaixo:

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2016 dias a partir de 01/01/2016, conforme ano letivo de 2016.

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 22/12/2015.

TREZE TÍLIAS, 22 de Dezembro de 2015.

IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2013IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2013 (TRANSPORTE)
AUT 05/2013

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, Praça Andreas Thaler, 25 inscrito no CNPJ/MF nº 82.777.251/0001-41, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MAURO DRESCH, brasileiro, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, Condomínio Residencial Áustria, em Treze Tílias, inscrito no CPF/MF sob nº 460.440.609-00, de ora em diante doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa TRANSPORTES JERRY ANSILIEIRO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.782.215/0001-37 estabelecida na Rua Severino Caron, 78, no Município de Treze Tílias, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 50/2012, instaurado através do edital de Tomada de Preços nº 50/2012, homologado no dia 23/01/2013, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

0.1. Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 50/2012 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na execução dos serviços de transporte escolar intermunicipal, de acordo com o Calendário Escolar das instituições, em conformidade com as condições estipuladas no edital e seus anexos cujos valores ficam alterados com a aplicação do percentual de 25% conforme tabela abaixo:

0.2. O Presente Termo aditivo tem por objetivo realizar o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) devido a interdição da rodovia que liga Treze Tílias a Videira, havendo a necessidade de realizar desvio pelo município de Arroio Trinta, sendo necessário realizar 32 km a mais por dia.

Item	Quant	Un	Descrição	Preço por Viagem R\$
09	01	Viag	Viagem de Segunda a Sexta Feira saindo em frente ao Terminal Rodoviário de Treze Tílias, às 18h20min, indo até o município de Videira, realizando paradas no Campus da UNOESC e SENAI Videira, UNINTER e IFC, retorno às 22h45min. E viagem aos sábados saindo em frente ao Terminal Rodoviário de Treze Tílias, às 6h15min, indo até o município de Videira, realizando parada no Campus da UNOESC, retorno às 11h30min depois do término das aulas. (Veículo: - 40 lugares, 1 viagem por dia, Período: Noturno e Sábados)	408,90

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Treze Tílias (SC) 19 de Fevereiro 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

TRANSPORTES JERRY ANSILIEIRO LTDA
Contratado

Testemunhas:

PORTARIA 051/2016

PORTARIA Nº 051/16 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, no dia 29 de fevereiro de 2016, a Sra. SHEILA ELISABETH ARNT GONÇALVES, CPF nº 693.322.909-30 e identidade nº 11/R-1517865, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de PROFESSORA – 40hs, conforme Decreto de nomeação nº 952 de 15 de fevereiro de 2002.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 052/2016

PORTARIA Nº 052/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - ALTERAR/CORRIGIR a "data" do Edital relativo a abertura de Concurso Público para os cargos de T.M.N.S em Medicina Veterinária e T.M.N.S em Nutrição sendo:

Onde consta no Artigo 1º da Portaria nº 046/16 de 18 de fevereiro de 2016;

Comissão Especial de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2016 de "19 de fevereiro de 2016", que será composta pelos senhores(as) abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Concurso público, mormente àquelas necessárias ao cumprimento dos respectivos Editais, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Passa a vigorar o seguinte;

Comissão Especial de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2016 de "29 de fevereiro de 2016", que será composta pelos senhores(as) abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Concurso público, mormente àquelas necessárias ao cumprimento dos respectivos Editais, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Artigo 2º - Permanecem em vigor as demais informações da Portaria nº 046/16, principalmente os nomes dos membros da comissão.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 053/2016

PORTARIA Nº 053/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a partir do dia 12 de fevereiro de 2016, o Sr. MARCELO ENDLER, CPF nº 032.183.269-82, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo comissionado de DIRETOR DE MANUTENÇÃO, conforme Portaria de nomeação nº 008/16 de 07 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Retroagindo seus efeitos para o dia 12 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 054/2016

PORTARIA Nº 054/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 25 de fevereiro de 2016, o Sr. WILSON ZANATTO, CPF nº 422.792.679-34, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de DIRETOR DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS, conforme Portaria de nomeação nº 017/16 de 08 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - NOMEAR no dia 26 de fevereiro de 2016 o Sr. WILSON ZANATTO, CPF nº 422.792.679-34, residente e domiciliado neste município ao cargo em comissão de DIRETOR DE MANUTENÇÃO.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

031/2016

PORTARIA 031/2016 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2016.
DECLARA DESISTENCIA DE APROVADO EM COCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: O Concurso Público 009/2013;

CONSIDERANDO: O Decreto 008/2014 de 11 de fevereiro de 2014 que homologa o resultado final do Concurso Público 009/2013.

RESOLVE:

Artigo 1º- DECLARA e torna público que a Sra. NEZI KOENRICH BRUCH, solicitou por requerimento na data de 09/02/2016, a desistência de assumir o cargo funcional de Professora, de plano de carreira Magistério, Anexo I, Nível 2-A, por nomeação de Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de Fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

032/2016

PORTARIA 032/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: A aposentadoria da servidora efetiva Sra. Rosi Maria Deitos da Silva, concedida pelo Instituto Gral de Previdência Social – INSS;

CONSIDERANDO: O superior interesse público;

CONSIDERANDO: O indispensável funcionamento do serviço;

CONSIDERANDO: O edital do Concurso Público 009/2013;

CONSIDERANDO: O Decreto 008/2014 de 11 de fevereiro de 2014 que homologa o resultado final do Concurso Público 009/2013;

CONSIDERANDO: A desistência da aprovada Sra. Nezi Koerich Bruch, em 09/02/2016.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a servidora Sra. TATIANE DA SILVA ZWICKER, para o cargo em provimento efetivo de professora, do plano de carreira do Magistério, anexo I, nível 2-A, do plano de cargos e

salários do quadro de pessoal da Prefeitura de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, a partir do dia 10/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de Fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

033/2016

PORTARIA 033/2016 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.
SUPLEMENTA CARGA HORÁRIA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - SUPLEMENTAR em 05:00 horas semanais a carga horária do servidor público municipal Sr. CHARLES STUPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, no período compreendido entre de 10 de fevereiro de 2016 á 15 de Dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

034/2016

PORTARIA 034/2016 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO a servidora Pública Municipal Sra. FATIMA APARECIDA DO AMARANTE COELHO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ciências, a partir do dia 17 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

035/2016

PORTARIA 035/2016 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas....

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. EDUARDO BRANDL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a concessão de 02 (dois) meses de licença prêmio por ASSIDUIDADE, referente ao período aquisitivo (04/02) 2007-2012, referente ao cadastro 1076 – 20:00 horas semanais, entre 22 de fevereiro de 2016 à 21 de abril de 2016 e 02 (dois) meses de licença prêmio por ASSIDUIDADE, referente ao período aquisitivo (12/01) 2009-2014, referente ao cadastro 1611 – 20:00 horas semanais entre 22 de abril a 22 de junho de 2016, totalizando 04 (quatro) meses de licença prêmio 20:00 semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

036/2016

PORTARIA 036/2016 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: O edital do Concurso Público 009/2013;

CONSIDERANDO: O Decreto 008/2014 de 11 de fevereiro de 2014 que homologa o resultado final do Concurso Público 009/2013;

CONSIDERANDO: O superior interesse público;

CONSIDERANDO: O indispensável funcionamento do serviço;

CONSIDERANDO: A exoneração á pedido da servidora efetiva Sra. Fatima Aparecida do Amarante Coelho Alves;

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a servidora Sra. SUELI DE OLIVEIRA COSTA SUTIL, para o cargo em provimento efetivo de professora de ciências, do plano de carreira do Magistério, anexo I, nível 2-A, do plano de cargos e salários do quadro de pessoal da Prefeitura de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a C.E.B Erica Hasse, a partir do dia 24/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

CONVÊNIO 007/2016

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 8.666, DE 21/06/93, E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVINIENTES.

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Fundação pública, instituída e mantida pelo Estado de Santa Catarina, com base no artigo 39, do Ato das Disposições constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1989, e, na Lei nº. 8.092, de 01 de Outubro de 1990, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.891.283/0001-36, com sede e foro na cidade de Florianópolis, e jurisdição em todo o território catarinense, situada à Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, doravante denominada UDESC, neste ato representada na forma do artigo 28, inciso II, de seu Estatuto, por seu Magnífico Reitor Professor Antônio Heronaldo de Souza, e a Prefeitura Municipal de Trombudo Central, estabelecida a Praça Artur Siewert, nº 01, Centro, na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, cadastrada no CNPJ sob o nº. 83.102.731/0001-75, e com inscrição Estadual isenta, doravante denominada simplesmente de Prefeitura, neste ato representado

por Silvio Venturi, inscrito no CPF sob o nº 180.703.029-68 e Carteira de Identidade nº 196.156-0, resolvem firmar o presente convênio de Cooperação Técnico-Científica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTO

O presente instrumento tem como origem a solicitação da Prefeitura, expressa por seu representante legal e, no interesse da comunidade, manifestado para a troca de experiências e parceria técnico-científica, com amparos legais na Lei Federal 8.666/93 e alterações supervenientes, mais especificamente no artigo 116.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento apresenta como objeto o estabelecimento de ações básicas de Cooperação Técnico-Científica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em regime de parceria entre a UDESC e a Prefeitura Municipal de Trombudo Central, e sempre que houver interesse convergente das partes, visando ampliar e aperfeiçoar a capacidade de ensino e treinamento, da pesquisa e extensão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

Toda e qualquer atividade decorrente deste instrumento será realizada, em regime de parceria, com objetivos comuns e com responsabilidades mútuas claramente definidas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ÁREAS PASSÍVEIS DE CONVÊNIO

As atividades futuras a serem realizadas em decorrência deste instrumento serão definidas e legitimadas por seus respectivos Termos Aditivos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

A parceria institucional constante do presente instrumento abrangerá todas as bases físicas da Prefeitura Municipal de Trombudo Central e da UDESC, desde que inclusas nos interesses expressos na cláusula segunda e nela constarão, por meio de projetos específicos, os objetivos e metas a serem alcançados, o cronograma das atividades, os recursos humanos, materiais e financeiros a serem utilizados, sua fonte de origem, as responsabilidades e obrigações de cada parte, as repercussões sociais, econômicas, culturais e ambientais, esperadas, além de um sistema de avaliação dos resultados efetivamente atingidos.

PARÁGRAFO ÚNICO: as áreas e instalações a serem utilizadas, pelas convenientes serão definidas em comum acordo, por meio de seus representantes legais e/ou os que atuam diretamente nas bases físicas, onde serão desenvolvidas as atividades em regime de parceria e convergência de interesses técnico-científicos.

CLÁUSULA SEXTA – DA LINHA DE PESQUISA

A definição das linhas de pesquisa bem como da execução, nas unidades em parceria, deverá constar nos planos anuais de trabalho, de cada parte, e, considerando as metodologias que serão adotadas pelos pesquisadores das instituições, conforme anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

A divulgação, seja esta pela televisão ou radiodifusão, das atividades e/ou dos resultados obtidos pela parceria e contidas nos termos aditivos específicos, deverá ter a concordância das convenientes.

CLÁUSULA OITAVA – DOS TERMOS DE CONVÊNIO ESPECÍFICOS

Nos Convênios específicos para as atividades a serem realizadas

em parceria constará:

1. A definição de responsabilidade, de cada parte, quanto aos investimentos, manutenção e administração das unidades executadas em parceria;
2. A definição quanto ao uso das unidades didáticas com os necessários detalhes relativos às responsabilidades no atendimento de visitantes especiais e do público em geral, inclusive nos dias feriados e domingos;
3. A definição das áreas em comum;
4. A vigência do acordo, explicitando início e término das atividades;
5. Que instalações, por ventura realizada em áreas ou bases físicas de qualquer das partes deste acordo, pertencerão à UDESC ou à Prefeitura Municipal de Trombudo Central, conforme o caso, sem qualquer indenização a quem as tenham financiado.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 dias, com início a partir da publicação do seu extrato resumido no Diário Oficial, e havendo interesse entre as partes, poderá ser prorrogado, por termo aditivo pertinente, no fulgor da legislação vigente. A vigência não poderá ultrapassar 60 (sessenta) meses, incluídas as suas prorrogações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo as partes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar, ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, por Termo de Convênio competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo, ou unilateralmente, por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições, com observância e conclusão das atividades contidas nos termos de acordo assinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os casos omissos serão resolvidos mediante mútuo entendimento entre as partes, ou, havendo necessidade, de conformidade com a legislação vigente, ficando para o caso de divergência eleito o Fórum da Comarca de Florianópolis – Capital para dirimi-las, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, as partes concordantes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Trombudo Central, 12 de Fevereiro de 2016.

Silvio Venturi - Município de Trombudo Central	Reitor da UDESC
Testemunhas:	
1. _____ Catia Regina Marangoni Geremias CPF: 811.600.469-72	2. _____ Daiana Becker CPF: 066.877.759-10

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 36/2016

CONTRATO Nº 36/2016

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a Banda Essência da Lua, com sede Rua Sete Setembro, nº 1416, São Miguel do Oeste SC, CEP: 89.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.713.068/0001-58, neste ato representada por Jeferson Rodrigo Filippi, portador do CPF nº 017.483.619-88e de outro lado, CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situada na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91 RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, a apresentação da Banda ESSÊNCIA DA LUA no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA E HORÁRIO DO SHOW: Dia 23/04/2016 - 1º parte a partir das 20:45hs até às 21:45, 2º parte das 00:15 às 03:15 hs do dia 24/04/2016.

Cláusula segunda - A apresentação corresponderá a show a ser realizado pela banda com duração de 04 (quatro) horas, no local, cidade e data antes descritos.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula quarta - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quinta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula sexta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim, são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sétima - A equipe CONTRATADA não se responsabiliza por eventuais danos causados por frequentadores, falta de energia

elétrica, direitos autorais, assim como demais impostos vigentes determinados por lei.

Cláusula oitava - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), a serem pagos até o dia 28/04/2016 mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA o valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 23 de fevereiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

JEFERSON RODRIGO FILIPPI

CPF: 017.483.619-88

CONTRATO Nº 37/2016

CONTRATO Nº 37/2016

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a empresa 2HC. ROSA PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, neste ato representados por Herickson Cardoso Rosa e Henzzo Cardozo Rosa, residente à Avenida Indianópolis, nº 2201, São Paulo - SP, CEP 04063-004, e de outro lado, como CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situada na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal devidamente inscrito CPF 656.321.769-91 e RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, a apresentação da DUPLA GUILHERME E SANTIAGO, no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA DO SHOW: 23/04/2016

HORÁRIO DO SHOW: às 22:00hs

Cláusula segunda - A apresentação corresponderá a show a ser realizado pela Dupla com duração mínima de 90 (noventa) minutos e máxima de 120 (Cento e Vinte) minutos, com início às 22:00h (vinte e duas horas), no local, cidade e data antes descritos.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula quarta - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe, inclusive ECAD;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela Dupla e sua equipe técnica.

Cláusula quinta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula sexta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim são de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sétima - A equipe CONTRATADA não se responsabiliza por eventuais danos causados por frequentadores, falta de energia elétrica, assim como demais impostos vigentes determinados por lei.

Cláusula oitava - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes interestaduais, intermunicipais e locais para uso da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 22.400,00 a serem pagos até o dia 28/04/2016 mediante a apresentação de nota fiscal, mais toda a arrecadação de bilheteria da noite de apresentação.

Parágrafo primeiro O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional, sem descontos;

Parágrafo segundo A CONTRATADA poderá contratar produtora de sua preferência para fazer a produção e preparação da logística objetivando a apresentação contratada.

Parágrafo Terceiro Os valores da bilheteria serão os detalhados na tabela abaixo, não podendo ser ajustados.

	Antecipado até o dia 22/04/2016	No dia do Show
Pista/geral	R\$ 25,00	R\$ 40,00
Área Vip	R\$ 40,00	R\$ 60,00
Estudantes com carteirinha em dia, no dia do Show pagam:	R\$ 20,00	R\$ 30,00

Cláusula nona- Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem compromisso da contratante para agendamento de nova data para apresentação.

Cláusula Décima - A contratada não poderá realizar nenhuma apresentação da Dupla contratada num raio de 150 km da cidade de Tunápolis até a data de 24/04/2016, na condição de pagar multa no valor da cláusula oitava em caso de descumprimento da presente.

Cláusula Décima primeira - Em caso de não realização do show por parte da contratada fica a mesma multada no valor descrito na cláusula oitava do presente contrato, dispensado em caso de situação calamitosa, ou doença do artista comprovada por laudo médico.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48

(quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis – SC., 23 de Fevereiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

HERICKSON CARDOSO ROSA

CPF: 394.556.961-34

CONTRATADO

HENNZO CARDOSO ROSA

CPF: 783.404.111-87

CONTRATADO

CONTRATO Nº 38/2016

CONTRATO Nº 38/2016

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a EL PRODUÇÕES E EVENTOS, com sede na Av. Fernando Machado – E 1835, Apto 302, Bairro Universitário – Chapecó – SC, CEP: 89814-470, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.763.564/0001-41, neste ato representada por Emerson Carlos Dos Santos, portador do CPF nº 037.171.769-86 e de outro lado, CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situado na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91 E RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, a apresentação da Dupla EMERSON E DANIEL no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA DO SHOW: 22/04/2016

HORÁRIO DO SHOW: a partir das 21:30hs.

Cláusula segunda - A apresentação corresponderá a show a ser realizado pela banda com duração mínima de 90 (noventa) minutos e máxima de 120 (Cento e Vinte) minutos, no local, cidade e data antes descritos.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula quarta - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quinta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula sexta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim, de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sétima - A equipe CONTRATADA não se responsabiliza por eventuais danos causados por frequentadores, falta de energia elétrica, direitos autorais, assim como demais impostos vigentes determinados por lei.

Cláusula oitava - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), a serem pagos no dia do show mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA o valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 23 de Fevereiro de 2016.

EMERSON CARLOS DOS SANTOS

CPF: 037.171.769-86

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 39/2016

CONTRATO Nº 39/2016

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, a BANDA ALVORECER, neste ato representado pelo Sr. Valdir Bourscheid, residente à Rua Santo Cristo, nº 240, Centro, CEP 89898-000, Município de Tunápolis - SC, CPF 753.210.259-91 e de outro lado, como CONTRATANTE a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situado na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91 e RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, na condição de representante exclusivo e credenciado da BANDA ALVORECER, a sua apresentação no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATAS E HORÁRIO DO SHOW: 24/04/2016 com início às 22:30h até 01:00h.

Cláusula segunda- Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s) espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quarta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula quinta- As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim, de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sexta - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), a serem pagos no dia 28 de Abril mediante apresentação de nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional,

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 23 de fevereiro de 2016

VALDIR BOURSCHIED

BANDA ALVORECER

CPF:753.210.259-91

ENOÍ SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 40/2016

CONTRATO Nº 40/2016

Contrato particular de apresentação artística que entre si fazem, de um lado, como CONTRATADA, o Grupo Musical San Marino LTDA, com sede na Rua Carlos Aeinze nº 800, Bairro Cruzeiro, Santa Rosa RS, CEP: 98.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 92.811.934/0001-21, neste ato representada por Neri Folitti, portador do CPF nº 132.300.260-04, e de outro lado, como CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, situada na RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CENTRO, Tunápolis / SC, neste ato representado por ENOÍ SCHERER, CPF 656.321.769-91, RG 2.529.279 e assim resolvem celebrar o comum acordo mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

Cláusula primeira - É objeto deste contrato, como responsabilidade da CONTRATADA, a apresentação da Banda San Marino no seguinte local e data:

NOME DO LOCAL DO SHOW: PARQUE DE EXPOSIÇÃO DA EFACITUS

CIDADE / ESTADO: Tunápolis / SC

DATA DO SHOW: 24/04/2016

HORÁRIO DO SHOW: a partir das 20h.

Cláusula segunda - A apresentação corresponderá a show a ser realizado pela banda com duração de 150 (Cento e Cinquenta) minutos, com início previsto a partir das 20h00min (vinte horas), no local, cidade e data antes descritos.

Cláusula terceira - Obriga-se a CONTRATADA, para apresentação do show, ao fornecimento dos documentos necessários a sua liberação, desde que previamente informada pela CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do show.

Cláusula quarta - Obriga-se a CONTRATANTE à produção do(s)

espetáculo(s) com as seguintes providências mínimas:

Parágrafo primeiro - Contratar o local da apresentação sem qualquer ônus para a CONTRATADA;

Parágrafo segundo - Preparar e veicular as peças publicitárias para a divulgação da apresentação pactuada, ficando expressamente vetada a gravação sonora ou audiovisual da apresentação;

Parágrafo terceiro - Contratar equipamentos de sonorização e iluminação, conforme relação anexa;

Parágrafo quarto - Liberar a apresentação junto aos órgãos públicos e entidades de classe;

Parágrafo quinto - Prover uma sala bem iluminada nos bastidores, com banheiro, de acesso fácil e direto ao palco, que será utilizada como camarim única e exclusivamente pela banda e sua equipe técnica.

Cláusula quinta - O descumprimento de quaisquer dos itens incluídos na cláusula quarta, por parte da CONTRATANTE, implicará no cancelamento desse contrato.

Cláusula sexta - As despesas, ônus e responsabilidades pela produção constadas na cláusula Quarta caberão exclusivamente à CONTRATANTE, já as despesas de transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação e bebidas, inclusive as do camarim de responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula sétima - A equipe CONTRATADA não se responsabiliza por eventuais danos causados por frequentadores, falta de energia elétrica, direitos autorais, assim como demais impostos vigentes determinados por lei.

Cláusula oitava - Como remuneração pela apresentação do espetáculo, e pela contratação de serviços de transportes da CONTRATADA nos deslocamentos necessários à realização deste show, inclusive com a alimentação e hospedagem e demais despesas a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais), a serem pagos até o dia 28/04/2016 mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo primeiro - O pagamento deverá ser feito em espécie, moeda corrente nacional.

Cláusula nona - Na impossibilidade da realização do(s) espetáculo(s) por iniciativa da CONTRATANTE, após assinado o presente instrumento, fica este sujeito a pagar à CONTRATADA o valor estabelecido pela cláusula oitava.

Cláusula décima - Na impossibilidade de realização do espetáculo por parte da CONTRATADA, por fatores alheios a sua vontade, não haverá pagamento e nem nova data para apresentação.

Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato particular de apresentação artística em duas vias de igual teor e forma, para que produzam igual efeito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas. O presente instrumento deverá ser devolvido assinado na última página e rubricado nas demais, em todas suas vias, pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, não produzindo efeito e ficando expressamente revogado se ultrapassado este prazo.

Tunápolis - SC, 24 de Fevereiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

NERI FOLITTI

CONTRATADO

CPF: 132.300.260-04

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º BIMESTRE/2015**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, CONVOCA a população para participar da Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2015, bem como a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde relativo ao período de setembro a dezembro de 2015, a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2016 às 14:00 horas, tendo como local o Auditório Público Municipal, localizado na Rua João Castilho, centro, na sede do município de Tunápolis – SC.

Tunápolis – SC, 19 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PROCESSO SELETIVO 02/2016

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Sr. ENOI SCHERER, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 026/2011 e respectivas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Tunápolis - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico www.ameosc.org.br

1.2. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
*Contador Geral	01	R\$ 4.294,95	40h sem	Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Contabilidade e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva
**Agente Comunitário de Saúde (Área 01 – micro área 04). Abrangência: Comunidade de São Pedro e parte da linha São Jose.	01+CR	R\$ 1.201,13	40h sem	Portador de Certificado de Conclusão de 2º Grau ou treinamento específico na área de atuação.	Objetiva
**Agente Comunitário de Saúde (Área 02 – micro área 01). Abrangência: Comunidade de São Jorge e parte da linha Fatima.	01+CR	R\$ 1.201,13	40h sem	Portador de Certificado de Conclusão de 2º Grau ou treinamento específico na área de atuação.	Objetiva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 17/02/2016 às 23h59min do dia 18/03/2016.

3. DAS PROVAS

3.1.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04.06.2016, com início às 09 horas, nas dependências do CENTRO DE EDUCAÇÃO HELGA FOLLMANN, sito na Rua Afonso Rodrigues, 115 – Centro, Município de Tunápolis –SC, podendo ser transferido em parte e/ou total para outro local, dependendo do número de candidatos inscritos. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br, devendo o candidato ficar atento as publicações e avisos nos endereços acima mencionados.

3.1.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.1.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.1.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Tunápolis – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.1.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções aos candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

3.1.6. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 11h30min.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br

Tunápolis – SC, 16 de fevereiro de 2016.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2016**

Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 36/2016

Objeto: contratação do "Grupo Musical San Marino LTDA, com duração aproximada de 02h30min (duas horas e trinta minutos), de apresentação, para animação da 12º EFACITUS – Exposição Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, no dia 24 de abril de 2016.

Fundamento : artigo 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Valor: R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais)

Empresa: Grupo Musical San Marino LTDA

Tunápolis, SC, aos 24 de fevereiro de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2016**

Inexigibilidade de Licitação nº 03/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 37/2016

Objeto: contratação da "Banda ESSÊNCIA DA LUA", para animação da 12º EFACITUS – Exposição Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, nos dias 23 e 24 de abril de 2016

Fundamento : artigo 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Empresa: Banda ESSÊNCIA DA LUA

Tunápolis, SC, aos 23 de fevereiro de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2016**

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 38/2016

Objeto: Contratação da "Dupla EMERSON E DANIEL", para animação da 12º EFACITUS – Exposição Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, no dia 22 de abril de 2016.

Fundamento : artigo 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais),

Empresa: EL PRODUÇÕES E EVENTOS.

Tunápolis, SC, aos 23 de fevereiro de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 39/2016**

Inexigibilidade de Licitação nº 05/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 39/2016

Objeto: Contratação da "DUPLA GUILHERME E SANTIAGO", para animação da 12º EFACITUS – Exposição Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, no dia 23/04/2016.

Fundamento : artigo 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Valor: R\$ 22.400,00(vinte dois mil e quatrocentos reais)
Empresa: 2HC.ROSA PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA.

Tunápolis, SC, aos 23 de fevereiro de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 ESTADO SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2016**

Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 40/2016

Objeto: Contratação da "BANDA ALVORECER", para animação da 12º EFACITUS – Exposição Feira, Agropecuária, Comercial e Industrial de Tunápolis, no dia 24/04/2016.

Fundamento : artigo 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Valor: R\$ R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais)

Empresa: Valdir Bourscheid.

Tunápolis, SC, aos 23 de fevereiro de 2016.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016

OUTORGA TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE URUSSANGA AO SENHOR JOÃO LUIZ PIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto Legislativo nº 047/95, o Título Honorífico de Cidadão Honorário de Urussanga ao Senhor João Luiz Piva, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município de Urussanga.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a honraria de que fala este Decreto Legislativo dê-se em sessão solene e pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 23 de fevereiro de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

OUTORGA O DIPLOMA MULHER CIDADÃ URUSSANGUENSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos da Lei Municipal nº 2.587, de 18 de abril de 2013, e da Resolução nº 01, de 4 de fevereiro de 2015, o Diploma Mulher Cidadã Urussanguense às seguintes homenageadas, pelas relevantes contribuições à defesa dos direitos das mulheres e dos cidadãos:

DAIZI BERNARDES MARTINS
MARIA DE LOURDES CAMPOS VENDRAMINI
MARIA ISABEL BETTIOL FELTRIN
ROSA MIOTELLO
ROSEMERI MAFRA DA SILVA
STELA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI

Art. 2º A Mesa Diretora da Câmara providenciará para que a honraria de que trata este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Especial e Pública, a realizar-se no dia 8 de março de 2016, durante a Sexta Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua

publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 23 de fevereiro de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

SESSÃO ESPECIAL - CONVITE

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori, e demais Vereadores, convidam para a Sexta Reunião Ordinária, transformada em Sessão Especial em razão da entrega do Diploma Mulher Cidadã Urussanguense às Senhoras:

Daizi Bernardes Martins,
Maria de Lourdes Campos Vendramini,
Maria Isabel Bettiol Feltrin,
Rosa Miotello,
Rosemeri Aparecida Mafra da Silva e
Stela Maris de Agostin Talamini,

a realizar-se no dia 8 de março de 2016, às 19 horas, na Sede da Casa Legislativa (Travessa da Imigração, nº 63, Centro).

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 08/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO nº 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI)

OBJETO: Repasse de recursos financeiros a Conveniada, destinados à reforma e ampliação da sede administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI).

VALOR: R\$ 25.075,61 (vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) divididos em 10 (dez) parcelas mensais.

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.598/2016 e Convênio nº 08/2016.

Vargeão, SC, 25 de fevereiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 014/2016 DL 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para Alunos da Educação Básica, matriculados na Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, em observância ao disposto no § 2º da Resolução CD/FNDE nº 26/2013.

Contratado: LATCÍNIO FAMILIAR MANFÉ EIRELI ME, CNPJ nº 19.769.673/0001-39, Rod. BR 282, Km 432 – VARGEM BONITA – SC.

Valor: R\$ 12.500,00.

Fundamentação: Art. 14, § 1º da Lei 11.947/2009 e Edital de Chamamento Público nº 001/2016.

Vargem Bonita, 24 de Fevereiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

PROCESSO 019/2016 DL 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para Alunos da Educação Básica, matriculados na Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, em observância ao disposto no § 2º da Resolução CD/FNDE nº 26/2013.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ – COOPERJABORÁ, CNPJ nº 05.813.465/0001-85, Rod. SC 463, Km 14,5 – JABORÁ – SC.

Valor: R\$ 55.167,00.

Fundamentação: Art. 14, § 1º da Lei 11.947/2009 e Edital de Chamamento Público nº 001/2016.

Vargem Bonita, 24 de Fevereiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

PROCESSO 020/2016 DL 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, para Alunos da Educação Básica, matriculados na Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, em observância ao disposto no § 2º da Resolução CD/FNDE nº 26/2013.

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL – CNPJ nº 12.720.068/0001-24, Rua Porto Alegre, 223E – CHAPECÓ – SC.

Valor: R\$ 32.905,00.

Fundamentação: Art. 14, § 1º da Lei 11.947/2009 e Edital de Chamamento Público nº 001/2016.

Vargem Bonita, 24 de Fevereiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

PROCESSO 021/2016 DL 004/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

1.0 - PREÂMBULO

O Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrição no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, no uso de suas atribuições torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO, tendo por Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Engenharia, para execução de 1.110,80 metros quadrados de Sinalização horizontal em ruas da cidade de Vargem Bonita - SC, conforme Projeto de Engenharia.

Empresa Contratada: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.898.145/0001-87, com sede à Rua Leoberto Leal, 176, Bairro São Vicente, HERVAL D'OESTE - SC.

2.0 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente licitação e os atos dela decorrentes, reger-se-á pelas normas e disposições da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, bem como pelas disposições desta Consulta, demais Normas Jurídicas aplicáveis à espécie a este Consulta.

2.1 - Fundamento Legal:

Prevê o art. 24, Inciso I da Lei Federal 8666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I, do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (limite: R\$ 15.000,00)."

2.2 - Da Justificativa:

Tendo em vista o disposto no art. 24, Inciso I, da Lei nº 8666/93 e, não atingindo o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) é justificável a dispensa de licitação para esta contratação.

2.3 - Da Conclusão:

Considerando o exposto, em vista das justificativas relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico normativo expedido pela Consultoria Jurídica do Município e a norma legal, fica caracterizada a Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que o valor não atinge o limite previsto na Lei.

3.0 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

3.1 - Objeto: Sinalização horizontal mecanizada e manual de ruas da cidade de Vargem Bonita, totalizando 1.110,80m2, conforme abaixo:

Item	Descrição do Serviço	Unid	Qdade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Pintura mecanizada com tinta acrílica a base de solvente na cor amarela, em ruas centrais da cidade de Vargem Bonita.	M2	241,80	13,50	3.264,30
02	Pintura mecanizada com tinta acrílica a base de solvente na cor branca, em ruas centrais da cidade de Vargem Bonita.	M2	454,00	13,50	6.129,00
03	Pintura manual com tinta acrílica a base de solvente na cor branca, em ruas centrais da cidade de Vargem Bonita.	M2	250,00	13,50	3.375,00
04	Pintura manual com tinta acrílica a base de solvente na cor amarela, em ruas centrais da cidade de Vargem Bonita.	M2	165,00	13,50	2.227,50
Total R\$					14.995,80

4.0 - DO PREÇO:

4.1 - O preço global fixado para esta Contratação é de até R\$ 14.995,80 (catorze mil novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

4.2 - No preço fixado estão inclusos todos os custos, encargos sociais, quaisquer impostos ou taxas, deslocamentos e outras despesas diretas e indiretas sobre a contratação.

5.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - Para fazer face às obrigações financeiras assumidas serão utilizados recursos do Orçamento vigente do Município para o Exercício de 2016.

6.0 - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

6.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços contratados, mediante a apresentação da Nota Fiscal atestada pela secretaria solicitante.

7.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1 - Reserva-se o MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei nº. 8.666/93.

7.2 - Os casos omissos nesta consulta serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que se baseará nas disposições contidas na Lei nº 8.666/93.

7.3 - Maiores informações serão dadas pela Comissão Permanente de Licitação, no seguinte endereço Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro

– Vargem Bonita - SC.

7.4 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão, no endereço indicado no subitem 20.3.

7.5 - A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao MUNICIPIO DE VARGEM BONITA ou a terceiros na execução dos trabalhos contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições e multas, isentando o MUNICIPIO DE VARGEM BONITA de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

14.6 - A contratada se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos e perdas que os mesmos venham a sofrer;

7.7 - Será responsabilidade da contratada, regularizar toda a documentação necessária para o início dos serviços, perante os órgãos competentes.

7.8 - O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA poderá em qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento exclusivo daqueles já executados.

7.09 - Nos termos do artigo 55, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, fica eleito o foro desta cidade de CATANDUVAS - SC, para dirimir qualquer litígio oriundo do presente instrumento, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciados têm a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudanças de domicílio de qualquer das partes.

Vargem Bonita, 22 de Fevereiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Parecer sobre Processo de Dispensa de Licitação

Serviços de Engenharia

Objeto: Sinalização horizontal mecanizada e manual de ruas da cidade de Vargem Bonita, totalizando 1.110,80m2.

Valor Previsto: R\$ 14.995,80

ANÁLISE TÉCNICA

A exigência para o procedimento licitatório está esculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Conforme se verifica no presente processo de solicitação de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Trata-se de um único serviço de engenharia, a ser executado na cidade de Vargem Bonita – SC, especificamente na sinalização horizontal de ruas centrais da cidade. De acordo Projeto Técnico elaborado pela Equipe de Engenharia da AMMOC, tendo por base pesquisa de preços regionais, o valor total está orçado em R\$ 14.995,80, (Catorze mil novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), valor inferior ao limite de dispensa de licitação, previsto no Inciso I do art. 24 da Lei de Licitações, transcrito:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso I, do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (limite: R\$ 15.000,00).

Cumpra-se salientar que a alínea “a” do Inciso I do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória “Carta Convite”, cujo valor limite é até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e portanto, sendo dispensável contratação no valor de até 10% (dez por cento) deste valor, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Conclui-se, portanto que o valor deste processo está dentro dos limites legais de dispensa.

Trata-se de serviço de pintura da sinalização horizontal de ruas centrais da cidade de Vargem Bonita – SC, classificada como serviços de engenharia. Tal procedimento se faz necessário pela precariedade da pintura das faixas horizontais de sinalização das ruas centrais da cidade, colocando em risco, pedestres e motoristas que transitam nessas ruas.

Por outro lado, o custo da elaboração de processo licitatório para a execução deste serviço, sem dúvida é maior que os benefícios de uma contratação direta por dispensa de licitação.

Portanto, pelas razões acima expostas, configura-se a viabilidade de dispensa de licitação, com fulcro no Inciso I, art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, com o objetivo de contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Sinalização Horizontal de Ruas centrais da cidade de Vargem Bonita – SC, no valor total de R\$ 14.995,80.

É o parecer.

Vargem Bonita, 22 de Fevereiro de 2016.

LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2016 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças de 1ª linha de montagem para motor caminhão volvo MWM ano 2011.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 22/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 11:00 hrs do dia 09 de MARÇO de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 11:00 hrs do dia 09 de MARÇO de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 25 de fevereiro de 2016.

HELMUT STOLTENBERG

Prefeito em Exercício

Videira

PREFEITURA

LEI Nº 3.335/16

LEI Nº 3.335/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de bombeiros militar do Estado de Santa Catarina - CMBSC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC e o Município de Videira, de um veículo marca Ford, ano de fabricação/modelo 2010/2010, modelo TRANSIT 350I TCA AMB, tipo Ambulância, combustível Diesel, cor vermelha, Chassi WFOXXXTAFATY71729, placa MIJ-6857, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

Parágrafo Único. Os bens descritos neste artigo destinam-se ao serviço de Auto Socorro de Urgência, bem como administrativo e operacional.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento da respectiva cessão e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes de execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.335/16

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Videira e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, situado na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wilmar Carelli, portador da Carteira de Identidade nº 229.320/SSPSC, e do CPF nº 056.326.419.-53, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado

CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

I – 01 (um) marca Ford, ano de fabricação/modelo 2010/2010, modelo TRANSIT 350I TCA AMB, tipo Ambulância, combustível Diesel, cor vermelha, Chassi WFOXXXTAFATY71729, placa MIJ-6857, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

Os bens destinam-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Videira, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar os bens exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder os bens a terceiros;
- c) Zelar pela guarda dos bens, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;

II – DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos de abastecimento, conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo, através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina ou da conta convênio entre o Município e o CBMSC;
- b) Realizar os abastecimentos necessários até o devido emplacamento quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi;
- c) realizar o emplacamento do veículo quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros – FUMCBM e nos casos de necessidade, da conta do FUNREBOM ou conta/convênio, conforme letra “b” do item II da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, os bens integrarão a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e na Lei Municipal nº /15, de de de 2016.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Videira, SC, de de 2016.

WILMAR CARELLI Prefeito Municipal de Videira	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

TESTEMUNHA 01 Função: CPF nº.....	TESTEMUNHA 02 Função: CPF nº.....

LEI Nº 3.336/16

LEI Nº 3.336/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a VIDEPLAST INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a VIDEPLAST INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 21.607/2015:

I – Até 200 (duzentos) m³ de pedra brita graduada nº 02, e;

II - Até 12 (doze) horas dos serviços de 01 (um) Rolo Compactador;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.337/16

LEI Nº 3.337/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a VIDEPEL INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PAPEL LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a VIDEPEL INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE PAPEL LTDA, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 21.213/2015:

I – Até 05 (cinco) horas dos serviços de 01 (um) Rolo Compactador, e;

II - Até 05 (cinco) horas dos serviços de 01 (uma) Patrola;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.338/16

LEI Nº 3.338/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a ODY BRASIL LTDA ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a ODY BRASIL LTDA ME, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 18.114/2015:

I – Até 50 (cinquenta) m³ de pedra brita;

II – Até 16 (dezesseis) tubos de 30 (trinta) centímetros;

III – 01 (um) tubo de 01 (um) metro;

IV - Até 05 (cinco) horas dos serviços de 01 (um) Rolo Compactador, e;

II - Até 05 (cinco) horas dos serviços de 01 (uma) Retroescavadeira;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0056/16

PORTARIA nº 0056/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2129/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Causa Animal Videira, nos dias 13 de fevereiro de 2016, 05 e 12 de março de 2016, 09 e 16 de abril de 2016, com a finalidade de promover e estimular a adoção de animais domésticos e a conscientização da posse responsável.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;

- Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0078/16

PORTARIA nº 0078/16

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 1182/2016, 2699/2016, 1462/2016, 2697/2016, 1461/2016 e 2696/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, por Marcio Luiz Lesniesky, nos dias 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de março de 2016, para a montagem de cenários, ensaios gerais, apresentação e desmontagem de cenários da Encenação Teatral da Paixão de Cristo, as Palavras de Deus.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte de bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade

- obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- l. Realizar o pagamento dos gastos com energia elétrica.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0079/16

PORTARIA nº 0079/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3171/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Magavel Magarinos Veículos LTDA, nos dias 25 e 26 de fevereiro, no período das 08h30min às 18h00min, para a realização de exposição de veículos da marca FORD.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pela Magavel Magarinos Veículos LTDA, quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando a Magavel Magarinos Veículos LTDA inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0080/16

PORTARIA nº 0080/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3030/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de espaço público localizado no Parque da Uva, para instalação de um quiosque de propriedade do Município, de 26 a 29 de fevereiro de 2016, pelo Lar O Bom Samaritano, para comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades de comemoração ao aniversário do Município.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes

ao patrimônio público;
e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre a comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades, ficando o Lar O Bom Samaritano inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0081/16

PORTARIA nº 0081/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3030/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de espaço público localizado no Parque da Uva, para instalação de um quiosque de propriedade do Município, de 26 a 29 de fevereiro de 2016, pelo Programa Juventude Ativa, para comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades de comemoração ao aniversário do Município.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre a comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades, ficando o Programa Juventude Ativa inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0082/16

PORTARIA nº 0082/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3030/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de espaço público localizado no Parque da Uva, para instalação de um quiosque de propriedade do Município, de 26 a 29 de fevereiro de 2016, pela Rede Videirense de Combate ao Câncer, para comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades de comemoração ao aniversário do Município.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre a comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades, ficando a Rede Videirense de Combate ao Câncer inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0083/16

PORTARIA nº 0083/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3030/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de espaço público localizado no Parque da Uva, para instalação de um quiosque de propriedade do Município, de 26 a 29 de fevereiro de 2016, pela Associação Videirense de Judô, para comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades de comemoração ao aniversário do Município.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre a comercialização de bebidas não alcoólicas e comidas prontas nas festividades, ficando a Associação Videirense de Judô inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0084/16

PORTARIA nº 0084/16

Altera o preâmbulo da Portaria nº 0017/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Comunicação Interna da Presidente do Processo Administrativo nº 8392/15;

RESOLVE

Art. 1º Alterar o preâmbulo da Portaria nº 0017/16, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no §1º do art. 284, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Processo

Administrativo Disciplinar, constante no Processo Administrativo nº 8.392/15;”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2016.

Videira, 25 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0085/16

PORTARIA nº 0085/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 1553/2016, nomeada pela Portaria nº 0029/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 02 de março de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 1553/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2016.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0086/16

PORTARIA nº 0086/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 19965/2015, nomeada pela Portaria nº 0934/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 1º de março de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 19965/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0087/16

PORTARIA nº 0087/16
Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 19966/2015, nomeada pela Portaria nº 0933/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 1º de março de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 19966/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0088/16

PORTARIA nº 0088/16
Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 19967/2015, nomeada pela Portaria nº 0932/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 1º de março de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 19967/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos

a partir de 1º de março de 2016.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0089/16

PORTARIA nº 0089/16
Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 20726/2015, nomeada pela Portaria nº 0931/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 1º de março de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 20726/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 27/2016 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAREM O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CEMEI SÃO ROQUE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DA LINHA SÃO JOSÉ DURANTE O ANO LETIVO DE 2016. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CRENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 11/03/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 25 de fevereiro 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 18/2016

Termo Aditivo nº 18/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 283/2012

Processo: TP nº 38/2012-PMV

Contratado: GL Construtora e Incorporadora Ltda.

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 34.274,56 (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a 3,425% do valor do contrato original, e supressões no valor de R\$ 54.206,77 (cinquenta e quatro mil, duzentos e seis reais e setenta e sete centavos), correspondente a 5,416% do valor originalmente contratado.

Valor do acréscimo: R\$ 34.274,56

Valor da supressão: R\$ 54.206,77

Data: 25/02/2016.

CÂMARA MUNICIPAL**ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 01****Estado de Santa Catarina****Betha Sistemas****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Exercício de 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		DESPESAS CORRENTES	1.001.522,34
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	860.738,63
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.783,71
		DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	25.736,64
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.736,64
DEFICIT	1.027.258,98		
TOTAL	1.027.258,98	TOTAL	1.027.258,98
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.027.258,98
		DESPESAS DE CAPITAL	16.217,00
		INVESTIMENTOS	16.217,00
DEFICIT	1.043.475,98		
TOTAL	1.043.475,98	TOTAL	1.043.475,98

Resumo

SUPRIMENTOS	0,00	DESPESAS CORRENTES	1.027.258,98
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	16.217,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.401.375,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	346.773,65
		SUPERAVIT	11.125,37
TOTAL	1.401.375,00	TOTAL	1.401.375,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 10

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 11**Estado de Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
20.01 CÂMARA DE VEREADORES					
2001.01 Legislativa					
2001.01.031 Ação Legislativa					
20.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO					
20.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DA CAMARA					
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
3.1.90.11.00.00.00.00.0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
3.1.90.11.01.00.00.00.0100 Vencimentos e salários					
3.1.90.11.42.00.00.00.0100 férias indenizadas					
3.1.90.11.43.00.00.00.0100 13º salário					
3.1.90.11.45.00.00.00.0100 férias - abono constitucional					
3.1.90.11.46.00.00.00.0100 férias - pagamento antecipado					
3.1.90.13.00.00.00.00.0100 Obrigações Patronais					
3.1.90.13.02.00.00.00.0100 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.1.91.00.00.00.00.00.0100 Contribuições Diretas - Op.Intra-Orçamentárias					
3.1.91.13.00.00.00.00.0100 Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias					
3.1.91.13.03.00.00.00.0100 Contribuição Patronal Para o Regime Próprio					
3.1.91.13.99.00.00.00.0100 Outras Obrigações Patronais					
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	28.000,00	0,00	28.000,00	25.736,64	2.263,36
3.3.90.14.00.00.00.00.0100 Diárias - Civil				24.721,34	
3.3.90.14.14.00.00.00.0100 Diárias no País - Civil				1.015,30	
3.3.90.30.00.00.00.00.0100 Material de Consumo				137.648,71	148.216,29
3.3.90.30.01.00.00.00.0100 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				4.666,48	
3.3.90.30.07.00.00.00.0100 Gêneros de Alimentação				4.666,48	
3.3.90.30.16.00.00.00.0100 Material de Expediente				15.524,86	
3.3.90.30.17.00.00.00.0100 Material de Processamento de Dados				804,95	
3.3.90.30.22.00.00.00.0100 Material de Limpeza e Produção de Higienização				364,26	
3.3.90.30.25.00.00.00.0100 Material para Manutenção de Bens Móveis				3.721,61	
3.3.90.30.26.00.00.00.0100 Material Elétrico e Eletrônico				975,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0100 Material para Manutenção de Veículos				239,83	
3.3.90.30.50.00.00.00.0100 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias				330,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0100 Outros Materiais de Consumo				176,40	
3.3.90.36.00.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				305,96	
3.3.90.36.99.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				650,00	
				7.956,85	
				380,00	
				380,00	

Estado de Santa Catarina**CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
20 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	357.899,02
20.01 CÂMARA DE VEREADORES	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	357.899,02
2001.01 Legislativa	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	357.899,02
2001.01.031 Ação Legislativa	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	357.899,02
20.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	357.899,02
20.01.01.031.0001.2.001 MANUTENCAO DA CAMARA	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	357.899,02
3.3.90.39.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.043.475,98	
3.3.90.39.08.00.00.0100 Manutenção de Software			1.043.475,98	
3.3.90.39.11.00.00.00.0100 Locação de Softwares			43,79	
3.3.90.39.16.00.00.00.0100 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			14.601,44	
3.3.90.39.17.00.00.00.0100 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			156,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0100 Manutenção e Conservação de Veículos			70,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.0100 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			204,70	
3.3.90.39.43.00.00.00.0100 Serviços de Energia Elétrica			120,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.0100 Serviços de Água e Esgoto			3.950,24	
3.3.90.39.47.00.00.00.0100 Serviços de Comunicação em Geral			1.247,15	
3.3.90.39.48.00.00.00.0100 Serviços de Seleção e Treinamento			3.530,48	
3.3.90.39.59.00.00.00.0100 Serviços de Audio, Video e Foto			50,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.0100 Serviços Gráficos e Editoriais			2.970,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.0100 Telefonia Móvel			4.280,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.0100 seguros em Geral			2.000,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.0100 Serviços Bancários			1.502,89	
3.3.90.39.88.00.00.00.0100 Serviços de Publicidade e Propaganda			19,25	
3.3.90.39.90.00.00.00.0100 Serviços de Publicidade Legal			61.833,33	
3.3.90.39.97.00.00.00.0100 Despesas de Teleprocessamento			450,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.188,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.0100 Auxílio-Alimentacao			16.385,09	
3.3.90.46.01.00.00.00.0100 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			2.475,01	
3.3.93.00.00.00.00.00.0100 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	3.135,00	3.135,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.0100 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.135,00	
3.3.93.39.97.00.00.00.0100 Despesas de Teleprocessamento			3.135,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	43.783,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0100 Equipamentos e Material Permanente			16.217,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.0100 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			16.217,00	
			3.379,00	

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
20.01 CÂMARA DE VEREADORES	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
2001.01 Legislativa	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
2001.01.031 Ação Legislativa	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
20.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
20.01.01.031.0001.2.001 MANUTENCAO DA CAMARA	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
4.4.90.52.35.00.00.00.0100 Equipamentos de Processamento de Dados				12.838,00	
Total por Entidade:	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02
Total Geral:	1.398.240,00	3.135,00	1.401.375,00	1.043.475,98	357.899,02

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 12**Estado de Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA****Anexo 12 - Balanço Orçamentário****Administração Direta**

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (IV)	1.401.375,00	1.401.375,00	1.043.475,98	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	1.401.375,00	1.401.375,00	1.043.475,98	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	1.313.375,00	1.313.375,00	1.001.522,34	986.288,11	986.288,11	311.852,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.024.375,00	1.024.375,00	860.738,63	860.738,63	860.738,63	163.636,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	289.000,00	289.000,00	140.783,71	125.549,48	125.549,48	148.216,29
DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	60.000,00	16.217,00	16.217,00	16.217,00	43.783,00
INVESTIMENTOS	60.000,00	60.000,00	16.217,00	16.217,00	16.217,00	43.783,00
DESPESAS CORRENTES INTRA-OF	28.000,00	28.000,00	25.736,64	25.736,64	25.736,64	2.263,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.000,00	28.000,00	25.736,64	25.736,64	25.736,64	2.263,36
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	1.401.375,00	1.401.375,00	1.043.475,98	1.028.241,75	1.028.241,75	357.899,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	1.401.375,00	1.401.375,00	1.043.475,98	1.028.241,75	1.028.241,75	357.899,02
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	1.401.375,00	1.401.375,00	1.043.475,98	1.028.241,75	1.028.241,75	357.899,02

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	17.500,00	12.385,15	28.635,48	28.635,48	1.249,67	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.500,00	12.385,15	28.635,48	28.635,48	1.249,67	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2/2

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-c-e)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.500,00	12.385,15	28.635,48	28.635,48	1.249,67	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	8.859,84	8.849,73	10,11	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.193,34	8.193,34	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	666,50	656,39	10,11	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	8.859,84	8.849,73	10,11	0,00

Videira, 25/02/2016

 Leedy Mari Pazin
 Contadora CRC nº 30490/O-8

 Christiane Zimmer
 Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 13

Estado de Santa Catarina		EXERCÍCIO: 2015	
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA		PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro	
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13		DATA DE EMISSÃO: 25/02/2016	
Administração Direta		PÁGINA: 1	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	0,00	Despesa Orçamentária (VII)	1.043.475,98
Ordinária	0,00	Ordinária	1.043.475,98
Vinculada	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.401.375,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	346.773,65
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.401.375,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	346.773,65
Recabamentos Extraorçamentários (IV)	193.769,37	Pagamentos Extraorçamentários (X)	217.802,97
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	15.234,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	180.317,76
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	28.695,48
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	178.535,14	RP PROCESSADOS PAGOS	8.849,73
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	28.142,46	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	15.234,23
BANCO C/ MOVIMENTO	28.142,46	BANCO C/ MOVIMENTO	15.234,23
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	1.623.286,83	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	1.623.286,83
Videira, 25/02/2016			
Leedy Mari Pazin	Christiane Zimmer		
Contadora CRC nº 30490/O-8	Presidente		

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 14

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	15.234,23	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.234,23	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	501.888,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	514.128,07	RESULTADOS ACUMULADOS	27.473,44
IMOBILIZADO	514.119,62	RESULTADO DO EXERCÍCIO	-2.726,71
INTANGÍVEL	8,45	RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.200,15
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	529.362,30
TOTAL	529.362,30	TOTAL	529.362,30

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	15.234,23	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	15.234,23
ATIVO CIRCULANTE	15.234,23	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.234,23		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	15.234,23	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	15.234,23

ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	514.128,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE	514.128,07
IMOBILIZADO	514.119,62
INTANGÍVEL	8,45
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	514.128,07

SALDO PATRIMONIAL	514.128,07
-------------------	------------

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
--------------	-----------------	------------------------------------	-----------------

TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
-------	------	-------	------

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 15

Exercício de 2015
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15
Administração Direta

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
	1.401.385,11
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.401.375,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.401.375,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10,11
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
	1.404.111,82
PESSOAL E ENCARGOS	888.950,28
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	738.468,21
ENCARGOS PATRONAIS	150.482,07
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	168.387,89
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	15.524,86
SERVIÇOS	136.185,09
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	16.677,94
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	346.773,65
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	346.773,65
Resultado Patrimonial do Período	-2.726,71

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 17**Estado de Santa Catarina**

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Exercício 2015

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	38.744,99	15.234,23	38.744,99	15.234,23
Restos a Pagar Não Processados	29.885,15	15.234,23	29.885,15	15.234,23
Restos a Pagar Processados	8.859,84	0,00	8.859,84	0,00
DEPÓSITOS	1.782,62	178.535,14	180.317,76	0,00
CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS	337,00	49.970,69	50.307,69	0,00
Contribuição Sindical	0,00	561,04	561,04	0,00
FASM	188,39	4.416,92	4.605,31	0,00
INPREVID	535,19	11.674,47	12.209,66	0,00
INSS	560,24	61.790,79	62.351,03	0,00
INSS AUTONOMOS	0,00	34,20	34,20	0,00
IRRF	161,80	25.175,12	25.336,92	0,00
PENSOES ALIMENTICIAS	0,00	1.970,00	1.970,00	0,00
Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	22.941,91	22.941,91	0,00
TOTAL GERAL	40.527,61	193.769,37	219.062,75	15.234,23

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin

Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer

Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 18**Estado de Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	1.424.443,78
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.424.443,78
DESEMBOLSOS	1.421.135,01
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	868.433,83
Legislativa	868.433,83
TRANSFERÊNCIAS	25.736,64
Intragovernamentais	25.736,64
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	526.964,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.308,77

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	16.217,00
Outros Desembolsos de Investimentos	16.217,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.217,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-12.908,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	28.142,46
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.234,23

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 2**Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão: 20 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.027.258,98
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			886.475,27
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		860.738,63	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	735.993,20		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	716.899,76		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	357,98		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	14.750,37		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	996,27		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	2.988,82		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	124.745,43		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	124.745,43		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		25.736,64	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	25.736,64		
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	24.721,34		
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	1.015,30		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			140.783,71
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		137.648,71	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	4.666,48		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.666,48		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	15.524,86		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	804,95		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	364,26		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.721,61		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	975,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiênização	239,83		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	330,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	176,40		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	305,96		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	650,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	7.956,85		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	380,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	380,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	114.602,36		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	43,79		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	14.601,44		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	156,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	70,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	204,70		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	120,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.950,24		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.247,15		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	3.530,48		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	50,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	2.970,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.280,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	2.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.502,89		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	19,25		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	61.833,33		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	450,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	1.188,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.385,09		

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão: 20 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	2.475,01		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	2.475,01		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.135,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.135,00		
3.3.93.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	3.135,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			16.217,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			16.217,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		16.217,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	16.217,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.379,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	12.838,00		
Total da Unidade:				1.043.475,98
Total do Órgão:				1.043.475,98
Total da Entidade:				1.043.475,98
TOTAL GERAL:				1.043.475,98

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
 Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
 Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 2

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Total: ,00

NADA À DECLARAR

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 6

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão: 20 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			1.043.475,98	1.043.475,98
01.031	Ação Legislativa			1.043.475,98	1.043.475,98
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO			1.043.475,98	1.043.475,98
01.031.0001.2.001	MANUTENCAO DA CAMARA			1.043.475,98	1.043.475,98
Total:					1.043.475,98
Total da Entidade:					1.043.475,98
TOTAL GERAL:					1.043.475,98

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin

Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer

Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 7

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			1.043.475,98	1.043.475,98
01.031	Ação Legislativa			1.043.475,98	1.043.475,98
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO			1.043.475,98	1.043.475,98
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA			1.043.475,98	1.043.475,98
Total:		0,00	0,00	1.043.475,98	1.043.475,98

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin

Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer

Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 8

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	1.043.475,98		1.043.475,98
01.031	Ação Legislativa	1.043.475,98		1.043.475,98
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.043.475,98		1.043.475,98
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA	1.043.475,98		1.043.475,98
Total:		1.043.475,98		1.043.475,98

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin

Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer

Presidente

ANEXOS ANUAIS 4.320/64 - AN 9

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ÓRGÃOS		LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
20	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.043.475,98					
Total :		1.043.475,98					

ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
20	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						1.043.475,98
Total :							1.043.475,98

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

ANEXOS ANUAIS 4320/64 - AN 02**Estado de Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.027.258,98
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			886.475,27
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		860.738,63	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	735.993,20		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	716.899,76		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	357,98		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	14.750,37		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	996,27		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	2.988,82		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	124.745,43		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	124.745,43		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		25.736,64	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	25.736,64		
3.1.91.13.03.00.00.00	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	24.721,34		
3.1.91.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	1.015,30		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			140.783,71
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		137.648,71	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	4.666,48		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.666,48		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	15.524,86		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	804,95		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	364,26		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.721,61		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	975,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	239,83		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	330,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	176,40		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	305,96		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	650,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	7.956,85		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	380,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	380,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	114.602,36		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	43,79		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	14.601,44		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	156,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	70,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	204,70		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	120,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	3.950,24		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	1.247,15		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	3.530,48		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	50,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	2.970,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.280,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	2.000,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.502,89		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	19,25		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	61.833,33		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	450,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	1.188,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.385,09		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	2.475,01		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	2.475,01		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.135,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.135,00		
3.3.93.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	3.135,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			16.217,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			16.217,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		16.217,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	16.217,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.379,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	12.838,00		
Total:				1.043.475,98

Videira, 25/02/2016

Leedy Mari Pazin
Contadora CRC nº 30490/O-8

Christiane Zimmer
Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

EDITAL NOTIFICAÇÃO IPTU 2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO IPTU 2016

A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, torna público na forma da Lei Complementar nº.032 de 27 de dezembro de 2007, no seu Art. 236 § 6º, onde sujeito passivo será notificado com antecedência mínima de trinta (30) dias da data do vencimento da obrigação tributária ou fiscal, por meio de publicação local que abrange o universo dos contribuintes, em local de fácil acesso, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista nesta Lei Complementar, torna público os elementos que precedem o Imposto Predial Territorial Urbano IPTU.

1. DO FATO GERADOR

1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei Civil, localizado no perímetro urbano ou zona de expansão urbana. Consideram-se urbanas as áreas urbanizáveis, ou expansão urbana, constantes de loteamentos, destinados à habitação, a indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora da zona urbana.

2. DO LANÇAMENTO

2.1 Encontra-se lançado o IPTU Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano 2016, procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, no início de cada ano financeiro, e será feito em nome do proprietário, do possuidor, do titular do domínio útil.

3. DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento integral do imposto até a data do seu vencimento assegura ao contribuinte o direito a um desconto de 15% (quinze por cento).

3.2 O contribuinte poderá optar o parcelamento em até 03 (três) parcelas; ressalvado que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 48,45 (quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) (15,00 UFM's).

4. DOS VENCIMENTOS

4.1 As datas de vencimento para o pagamento a vista ou parcelado do IPTU serão:

a) COTA ÚNICA, vencimento 15/04/2016;

b) 1ª Parcela 15/04/2016 2ª Parcela 15/05/2016 3ª Parcela 15/06/2016

5. DOS CARNÊS

5.2 Os carnês estão disponíveis no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles no Setor de Tributos, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

Vitor Meireles/SC, em 25 de Fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIANº. 045/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CÉSAR SUAWE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 29/02/2016 a 09/03/2016, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 29 de fevereiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 046/2016

DECRETO Nº AJG 046/2016

CREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015,

Considerando o disposto no Ofício nº 0017/2016, de 17.02.2016, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados, credenciados para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Augusto Felipe Lopes	086.036.229-90	5.716.873
Fabricio da Silva Bri- zola	106.353.899-83	5.211.807

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 045/2016

DECRETO Nº AJG 045/2016

ALTERA REPRESENTATE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Ofício V-R. 012/2016 de 19 de fevereiro de 2016 do Vice-reitor de Campus da Unoesc que indica nova representação para o Conselho Municipal de Educação;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a representatividade da instituição de educação superior Unoesc, no Conselho Municipal de Educação - COMED, art. 1º, inciso X, do decreto nº AJG 260/2014, de 22.10.2014, passando a ter a seguinte representação:

X – um docente representante das instituições de educação superior com sede no município de Xanxerê

CLAUDIO LUIZ ORÇO - Titular

NELI APARECIDA GAI - Suplente

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no

Decreto nº AJG 260/2014, de 22 de outubro de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2016

Processo nº 0039/2016 – Dispensa de Licitação nº 0013/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para a Locação de Equipamentos e Prestação de Serviços de Sonorização para os eventos comemorativos aos 62 anos do Município de Xanxerê que será realizado no parque da FEMI, nos dias 25 a 28 de fevereiro de 2016, com a empresa Bandeira Locadora de Materiais e Equipamentos para Eventos Ltda, no valor de R\$ 7.950,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II.

Xanxerê/SC, 24 de fevereiro de 2016

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0014/2016

Processo nº 0040/2016 – Dispensa de Licitação nº 0014/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para a Locação, Montagem, Desmontagem e Limpeza de 20(vinte) Banheiros Químicos para uso no Parque da FEMI, durante o período de 25 a 28/02/2016, para realização de atividades comemorativas aos 62 anos do Município de Xanxerê, com a empresa ECOBAN Banheiros Químicos Ltda ME, no valor de R\$ 6.500,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II. Xanxerê/SC, 24 de fevereiro de 2016 – Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0047/2014

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0047/2014

Locatário: O Município de Xanxerê.

Locadora: Ademir Luiz Possamai.

Objeto: Locação de 01 apartamento para acomodar duas médicas do Programa Mais Médicos do Governo Federal.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses contados a partir de 27 de fevereiro de 2016, vigorando até 26 de fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 24 de fevereiro de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 0023/2016

Extrato de Contrato nº 0023/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Ecoban Banheiros Químicos Ltda ME

Objeto: Locação de 20 (vinte) Banheiros Químicos para uso no Parque da FEMI, no período de 25 a 28/02/2016, para a realização de festividades comemorativas aos 62 anos do Município de Xanxerê, Valor total: R\$ 6.500,00 Prazo: de 25 à 28/02/2016

Xanxerê-SC, 24 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0022/2016

Extrato de Contrato nº 0022/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Bandeira Locadora de Materiais e Equipamentos para Eventos Ltda

Objeto: Locação de Equipamentos e Prestação de Serviços de Sonorização para os eventos comemorativos aos 62 anos do Município de Xanxerê, que será realizado no Parque da FEMI.

Valor total: R\$ 7.950,000 Prazo: de 25 à 28/02/2016

Xanxerê-SC, 24 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0019/2016

Extrato de Contrato nº 0019/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Bianca Transportes Ltda ME.

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte Escolar na Linha 04 com 62 km ao dia.

Valor R\$ 2,78 p/km rodado.

Prazo: até 31/12/2016.

Xanxerê-SC, 22 de fevereiro de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 020/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LANCHONETE E RESTAURANTE GIGA LTDA.

Contrato nº: 020/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE JANTA PARA SERVIDORES QUANDO OS MESMOS ESTIVEREM NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ/SC.

Data da Assinatura: 25/02/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº 021/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI.

Contrato nº: 021/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO PEÇAS GENUÍNAS HOMOLOGADAS PELA CELESC.

Data da Assinatura: 25/02/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

PP 006/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 FMS

Objeto: Contratação de micro e/ou pequena empresa especializada para fabricação e instalação de academia ao ar livre para o Fundo municipal de Saúde de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo “C” deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 10/03/2016.

Abertura: dia 10/03/2016, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 horas às 11:45 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 26 de fevereiro de 2016.

OSMAR DERVANOSKI,

Gestor do FMS.

Xaxim

PREFEITURA

018

DECRETO Nº. 018/2016

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 8.308.646,36 (Oito milhões, trezentos e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.008 – Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.83	1.095.854,35
4.4.90.00.00	01.34	122.506,35

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	1.297.037,93

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.011 – Saneamento Geral
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	5.588.772,16

Código	Unidade	Projeto atividade
17.01	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE XAXIM	1.010 – Apoio ao Sistema Habitacional
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	56.475,57

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	1.005 – Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.32	148.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação de Convênios Federais e Estaduais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 04 de janeiro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

019

DECRETO Nº. 019/2016

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.106.305,51, destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.058 – Piso Fixo de Media Complexidade - MSE
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.35	48.415,63

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.34	773.209,48

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.008 – Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.34	122.925,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.011 – Saneamento Geral
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.34	35.159,87

Código	Unidade	Projeto atividade
17.01	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE XAXIM	1.010 – Apoio ao Sistema Habitacional
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.34	89.595,53

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	1.005 – Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.32	37.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do SUPERAVIT Financeiro na fonte 01.35 repasse fundo social e na fonte 01.34 convenio federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 04 de janeiro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 14/2016

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n.25/2016

Pregão n. 14/2016

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna publico a anulação da licitação supra.

Justifica-se a presente anulação, considerando que a administração constatou, mesmo após lançamento de Edital, que o objeto está descrito de forma incorreta, Interferindo no valor final do item. Assim a anulação é à medida que se impõe para correção do vício e novo certame será lançado oportunamente.

Assim, o parecer da Procuradoria-geral do município, com a concordância do prefeito municipal, é de que o processo Licitatório em voga DEVE SER ANULADO, visto que a Administração Pública detém a prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos (Súmula 473 do STF).

Xaxim (SC), 25 de fevereiro de 2016.

Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

Associações

AMAUC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº1/2016 - COMITÊ JACUTINGA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº1/2016

O Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas, instituído pelo Decreto Estadual nº652 de 03 de setembro de 2003, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 10, I, "a" do Regimento Interno, convoca os membros que representam os Usuários de Água, Sociedade Civil e Órgãos Públicos, bem como o público em geral, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 23 de março de 2016, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC, sito a rua Marechal Deodoro, Ed. Mirage Offices, nº 772, 12º Andar – centro, na cidade de Concórdia, em primeira convocação às 08h30min com a presença de metade mais um dos seus representantes ou em segunda convocação, meia hora após com no mínimo 1/3 dos seus integrantes, conforme disciplina o art. 11 do Regimento Interno, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Abertura;
2. Prestação de contas do exercício de 2015;
3. Plano de Ações para 2016;
4. Lançamento 5º Concurso de Fotografias "Olhares sobre a Água".
5. Assuntos Gerais;
6. Encerramento.

Concórdia, 23 de fevereiro de 2016
VILMAR COMASSETTO
Presidente

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 149 - Câmara Municipal de Cunhataí

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Cunhataí

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cunhataí

CNPJ: 03.581.082/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 150 - Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 151 - Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CNPJ: 95.990.131/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 4.260,00 (quatro mil e duzentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 152 - Câmara Municipal de Xaxim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Xaxim

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Xaxim

CNPJ: 78.501.053/0001-83

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos

projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil e setecentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 147 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016 - REPÚBLICA POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa membros para o Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI; e

Considerando-se a instituição do Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo através da Resolução nº 138 de 10/12/2015;

Considerando-se as indicações formuladas pelos Chefes do Poder Executivo dos Municípios associados a este Consórcio Público.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros para compor o Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo, para mandato de 04 (quatro) anos, a contar desta data:

I – MUNICÍPIO DE APIÚNA

Titular: Ana Maria Zamboneti
Suplente: Célia Terezinha Schulz
Suplente: Rodrigo Bussi

II – MUNICÍPIO DE ASCURRA

Titular: Elaine Fermiano
Suplente: Marcos Alexandre de Liz
Suplente: Eviatore Chiarelli

III – MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Titular: Marcio Menestrina
Suplente: Cintia Mara Michelli Panini
Suplente: Leonir Vicente Junior

IV – MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

Titular: Leonardo Kruger
Suplente: Cristiane Tonolli Tomelin
Suplente: Tassiana Ouriques Becker

V – MUNICÍPIO DE INDAIAL

Titular: Rogério Wilson Theiss
Suplente: Rodrigo Rosa
Suplente: Tatiane Viana Mota

VI – MUNICÍPIO DE POMERODE

Titular: Marcos Küster
Suplente: Raquel Nascimento
Suplente: Theofanes A. Klotz

VII – MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Titular: Doralice Panini
Suplente: Antonio Carlos Facchini
Suplente: Lusimar Busarello Ropelatto

VIII – MUNICÍPIO DE RODEIO

Titular: Arlete Regilene Scoz
Suplente: Arley Regiane Scoz Moser
Suplente: João Jesus de Paula

IX – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Titular: Jorge Revelino Ferreira
Suplente: Jarbas Dallabrida
Suplente: Flávia Elise Cipriani

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 18 de fevereiro de 2016.

HARTWIG PERSUHN
Presidente

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 27/2016 - LABORATORIO PREVMAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 27/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO PREVMAR LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 11/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Jaqueline Melo Costa pelo Contratado.

CIS/AMURES**ORÇAMENTO MUNICÍPIOS CIS/AMURES PARA O ANO DE 2016.****ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016 - CIS/AMURES**

MUNICÍPIO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO 2014	VALOR DO RATEIO	VALOR RATEIO ANUAL	SERVIÇO MENSAL	SERVIÇO ANUAL	TOTAL ANUAL
ANITA GARIBALDI	4,91%	5.684,08	68.208,95	14.315,92	171.791,04	239.999,99
BOCAINA DO SUL *	2,63%	3.044,63	36.535,55	9.555,37	114.664,44	151.199,99
BOM JARDIM DA SERRA	4,23%	4.896,87	58.762,50	18.000,00	216.000,00	274.762,50
BOM RETIRO	5,88%	6.807,00	81.684,04	20.651,33	247.815,96	329.500,00
CAMPO BELO DO SUL	4,94%	5.718,81	68.625,71	15.281,19	183.374,28	251.999,99
CAPÃO ALTO *	4,69%	5.429,40	65.152,74	22.557,53	270.690,36	335.843,10
CELSO RAMOS	1,91%	2.211,12	26.533,42	15.788,88	189.466,56	215.999,98
CERRO NEGRO *	2,58%	2.986,75	35.840,96	9.450,00	113.400,00	149.240,96
CORREIA PINTO	4,69%	5.429,40	65.152,74	19.570,60	234.847,20	299.999,94
FREI ROGERIO *	1,07%	1.238,69	14.864,27	7.500,00	90.000,00	104.864,27
LAGES	16,96%	19.633,81	235.605,66	20.000,00	240.000,00	475.605,66
MONTE CARLO	0,81%	937,70	11.252,39	4.062,30	48.747,60	59.999,99
OTACILIO COSTA	6,63%	7.675,24	92.102,92	32.324,76	387.897,12	480.000,04
PAINEL	2,86%	3.310,89	39.730,67	18.689,11	224.269,32	263.999,99
PALMEIRA	3,30%	3.820,26	45.843,08	15.000,00	180.000,00	225.843,08
PONTE ALTA *	4,38%	5.070,52	60.846,27	22.600,00	271.200,00	332.046,27
PONTE ALTA DO NORTE *	1,91%	2.211,12	26.533,42	7.980,00	95.760,00	122.293,42
RIO RUFINO	2,39%	2.766,79	33.201,51	8.233,21	98.798,52	132.000,03
SANTA CECÍLIA	1,42%	1.643,87	19.726,42	6.689,46	80.273,52	99.999,94
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	1,46%	1.690,17	20.282,09	5.809,83	69.717,96	90.000,05
SÃO JOAQUIM *	9,66%	11.716,66	140.599,92	35.000,00	420.000,00	560.599,92
SÃO JOSÉ DO CERRITO *	5,16%	5.973,49	71.681,91	19.600,00	235.200,00	306.881,91
URUBICI	3,33%	3.854,99	46.259,84	26.145,01	313.740,12	359.999,96
URUPEMA *	2,16%	2.500,53	30.006,38	9.600,00	115.200,00	145.206,38
VARGEM *	0,04%	46,31	555,67	700,00	8.400,00	8.955,67
TOTAL	100%	116.299,09	1.395.589,03	385.104,50	4.621.254,00	6.016.843,03

FONTE: CIS/AMURES/DA/2015

CIGAMERIOS**ERRATA REF.: RESOLUÇÃO Nº 001-2016**

ERRATA

Ref.: RESOLUÇÃO Nº 001-2016 - HOMOLOGA RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS DE MATERIAL AMBULATORIAL E CORRELATOS, publicado no dia 23/02/2016.

Onde se lê: DILAIR MENIN Presidente CIGAMERIOS Prefeito de Caibi/SC, leia-se RUDIMAR FRANCISCO GUTH Presidente do CIGAMERIOS Prefeito de Tigrinhos/SC

Maravilha/SC, em 25 de fevereiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Tigrinhos/SC